14

~~N.º 15~~

Vicente ou Leyo Themudo

Lessa

1 de Janeiro de 1890

Recife

BIBLIOTHECA
DE
VICENTE THEMUDO
N. 142
VOL. 1
DATA 1-1-90

Vicente Themudo Lessa,

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA.

De Orestes da C. Rego Monteiro

Typographia de M. P. de Faria.

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA

DOS FACTOS MAIS NOTAVEIS DA HISTORIA DO BRASIL.

Além da importante collecção dos factos historicos, contem o excerpto de toda a legislação organica do paiz, dos estabelecimentos publicos, fundações pias, e um Retrospecto sobre a Historia da America desde a mais remota antiguidade; contem mais as datas de todas as Bullas, Breves Pontificios e Rescriptos á cerca do Brasil, as dos Tratados, que se referem á nossa historia, e as Instituições de todas as Ordens Honorificas e Religiosas, com os nomes de todos os Donatarios, Governadores, Capitães Generaes, Vice-Reis, Prelados, Bispos e Arcebispos do Brasil.

PELO GENERAL

JOSÉ IGNACIO DE ABREU E LIMA

NATURAL DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO;

Autor do Compendio da Historia do Brasil: do Bosquejo Historico Politico e Litterario do Brasil: das Memorias sobre o Guaco e sobre a Elephancia, &c.

PERNAMBUCO

NA TYPOGRAPHIA DE M. F. DE FARIA.

1845.

PREFACIO.

He costume fazer um Prefacio para todas as Obras litterarias de grande vulto, façamos pois um Prefacio por costume, porque não ha Igreja sem frontispicio nem torre sem campanario. O que quer, porém, dizer um Prefacio? Não seria difficil dar a significação da palavra, se o negocio se reduzisse sómente á uma definição; mas he mister fazer um Prefacio, e não definil-o, e um Prefacio he a cousa mais difficil e mais pesada d'esta vida. Como assim? he que o Prefacio he a ultima cousa que se faz, ou que se escreve, e quem gasta cinco annos successivos a parafusar, a escrever, a solicitar, a esmiuçar e a desenterrar a vida alheia para compôr uma historia ou muitas historias, acaba exhausto de animo e de forças como eu, de tal sorte, que daria a minha Obra a todos os diabos só para não fazer um Prefacio, e ainda assim o Prefacio me persegue como um duende.

Um Prefacio! pois não seria melhor, em lugar de Prefacio, fazer uma Jaculatoria ao respeitavel Publico *ad petendam subscriptionem?* Quem souber que este tremendo canhamaço me custa mais de quatro contos de réis depois de impresso, os quaes não comi nem bebi, e que se foram por amor da *gloria*, poderá avaliar que não se trata já de recommendar a Obra, mas de haver o meu dinheiro, ainda que perca o tempo consumido. E porém, *a gloria, a fama!!* oh! a fama, a gloria de Escriptor no Brasil! Se ao menos viesse o proveito! e com tudo nem fama nem proveito, porque fama e proveito não cabem n'um saco. E se apezar de tudo me não visse obrigado a fazer este Prefacio, declaro francamente, e o juro pelos meus botões, que o não faria, e tanto assim que estou quasi determinado a dal-o por concluido.

Sem embargo, não está o negocio em minhas mãos, porque ha certas leis de etiqueta (e o Prefacio he uma etiqueta), á que he mister obedecer de grado ou por força: quem visse a Obra, e depois do titulo a Introducção, e não visse o Prefacio, diria logo — *esta Obra está incompleta e não vale dois cominhos* —; os subscriptores a engeitariam, e os compradores a repudiariam com mais forte razão, porque a Obra não tinha Prefacio. Deos eterno!! por que transes não tenho passado para fazer um Prefacio, e todavia não o comecei se quér! Quem me faz um Prefacio, quem me empresta um Prefacio, ainda que o devolva depois com uma Introducção de quebra! Se em lugar de Prefacio eu fizesse um Prologo, ou um Preambulo, ou mesmo uma Prefação! a lembrança não he má, porém admittil-a-hiam os subscriptores? e não seria tempo perdido? Não ha ente mais difficil de contentar, não ha velho mais rabugento que um subscriptor quando a Obra vai sahir do prélo.

Debulhado em gotas de suor frio bati na testa de cansado, e logo me veiu a idéa de copiar o meu Prospecto, e dal-o de novo como Prefacio ou parte do Pre-

facio, pois que já era meio caminho andado. Mãos á obra, disse, e eis-ahi o Prospecto feito Prefacio:

« Quem considerar que até agora não possuiamos um Archivo publico: que até 1808 os nossos archivos permaneciam em Lisboa, quér nas Secretarias de Estado, quér na Torre do Tombo, e quando muito nas livrarias dos Conventos, que subministravam Missionarios para o Brasil: que ainda mesmo depois do estabelecimento da Côrte do Rio de Janeiro, com a volta d'El-Rei foram todos os nossos documentos para Portugal, expurgando-se as Secretarias de Estado de todos os papeis interessantes, ainda d'aquelles que só tinham relação com a administração interna: poderá calcular o montão de difficuldades, com que houvemos de lutar, para chegarmos ao complemento do nosso trabalho. Uma Obra d'esta natureza, abrangendo de uma só vista a Chronica politica, civil, e religiosa do nosso paiz, he de certo o presente mais valioso, que um Brasileiro póde offerecer aos seus Concidadãos. »

« Além da importante collecção de todos os factos notaveis, desde o descobrimento do Brasil até o presente, com as suas respectivas eras, contém o excerpto de toda a legislação organica durante a mesma época, dos estabelecimentos publicos, fundações pias, e um Retrospecto sobre a Historia da America desde a mais remota antiguidade até fins do seculo XV; contém mais as datas de todas as Bullas, Breves Pontificios, e Rescriptos a cerca do Brasil, as dos Tratados com todas as Nações, com quem os fizemos, e as Instituições de todas as Ordens Honorificas e Religiosas, com a historia abreviada de todos estes estabelecimentos. »

« Contém igualmente as datas, em que foram repartidas as Capitanias do Brasil, e as em que voltaram á Corôa; os nomes de todos os Governadores, Capitães Generaes, e Vice-Reis, desde a conquista até a Independencia, com as datas de suas nomeações, de suas posses, dos seus governos, e das suas substituições, incluindo os factos

mais notaveis de suas administrações, como descobrimento de todas as minas, de todos os rios e lagos, suas navegações, cultura de terras, colonisação, &c., &c. Finalmente contém a creação de todas as Prelazias e Bispados do Brasil, desde meiados do seculo XVI até actualmente, incluindo os nomes de todos os Prelados, Bispos e Arcebispos com as datas de suas eleições, de suas confirmações apostolicas, de suas posses, factos mais notaveis de suas administrações, suas mortes, e onde se acham enterrados. »

« Esta Obra de um genero novo na nossa litteratura, porque nada possuimos que se lhe assemelhe, quér na fórma quér na materia, he de tal natureza, que não póde ser bem apreciada, senão por quem souber, que, com um assiduo e continuo trabalho, foram consumidos cinco annos de dia a dia na sua compillação. Contando mais de seis mil datas, quasi todas foram rectificadas com um trabalho insano, e podemos assegurar que o erro, se o houver, não estará da nossa parte, porque tivemos o maior esmero e cuidado nas provas durante a impressão. »

Ora, pois, esgotei o Prospecto e ainda não tenho o Prefacio! Se ao menos os leitores me levassem em conta os tormentos por que tenho passado, as angustias, as tribulações, as raivas, e os desgostos com os compositores, impressores, compaginadores, enquadernadores, &c., e sobre tudo a idéa perseguidora de um Prefacio! Maldito Prefacio!! Oh! eu não desejo aos meus inimigos outro castigo, nem que pese sobre elles a colera divina senão collocando-os na dura necessidade de fazerem um Prefacio, um Prefacio obrigado, por força, um Prefacio de faca aos peitos, um Prefacio de vida ou de morte. Pois bem, o mais cruel de todos os meus perseguidores, o mais implacavel de todos os meus inimigos he este Prefacio, he um Prefacio inexoravel, Prefacio inflexivel, finalmente he um Prefacio MONSTRO, e tenho dito.

INTRODUCÇÃO.

Ha pouco mais de um seculo á esta parte tem-se occupado alguns sabios em provar, que a America havia sido descoberta, e até habitada por colonias europeas, antes da atrevida empreza de Christovão Colombo, que deu irrevogavelmente para sempre ao antigo um novo mundo. Sejam porém quaes forem suas opiniões, e os factos em que se ellas fundem, o certo he que o nome de Colombo jámais se riscará da memoria das gerações presentes e futuras; e ainda quando todas estas opiniões adquirissem um gráu de certeza, que chegasse á evidencia, não poderiam ellas esvaecer ou se quér diminuir a gloria, que elle conseguiu pela superior intelligencia e pelo infatigavel zelo, com que triumphou de todos os obstaculos até alcançar o nobre fim da sua estupenda tentativa.

Todas estas indagações, porém, que mais pertencem á archeologia do que á historia propriamente dita, podem, quando muito, revelar um d'estes acontecimentos, que se passaram ha longos annos, sem deixar após si outro vestigio senão uma memoria esteril; porque o facto incontestavel até o presente he que, qualquer que fosse a raça do velho mundo, que viera habitar o nosso conti-

nente, a sua passagem foi por certo antes de se conhecer o uso do ferro, da escriptura e da moeda, como diz o Conde Carli nas suas *Cartas Americanas*, por ser igualmente incontestavel que, ao tempo da descoberta de Colombo, não existia entre os povos americanos a menor idéa de usos semelhantes. Sem embargo, antes de fixarmos o termo donde devemos partir no plano d'esta Obra, diremos alguma cousa acerca d'essa época chamada modernamente ante-colombiana.

Foram os Scandinavos os primeiros, que se lançaram para as regiões arcticas do nosso globo, e na opinião do Barão d'Humboldt foram estes navegantes os que descobriram o novo Continente, que depois se chamou America, se bem que este facto tenha sido negado ou posto em duvida por muitos autores abalisados dos tempos modernos. Com tudo, a Sociedade Real dos Antiquarios do Norte acaba de publicar uma obra, em que se procura provar, que os Scandinavos descobriram e occuparam successivamente a Islandia no seculo IX, a Groenlandia no X, e depois muitas outras ilhas e costas da America do fim do X seculo e no principio do XI. A obra encerra igualmente tudo quanto a Sociedade pôde colher sobre o conhecimento, que do Novo Mundo tinham os antigos habitantes do Norte, pelas descobertas e viagens dos Scandinavos; e como não pretendemos entrar na analyse dos factos, exporemos simplesmente a materia dos seus principaes capitulos. (1)

1.° Relações sobre o paiz denominado VINLANDIA na America, escriptas no seculo XI por *Adam de Bréme*, que as tinha ouvido da bocca de Svend Estridson, Rei da Dinamarca, e da de muitos Dinamarquezes. Estas relações apparecem agora impressas pela primeira vez segundo o excellente codice pertencente a Bibliotheca da Côrte Imperial de Vienna, e do qual o Conde Dietrichstein, Director da mesma Bibliotheca, se dignou proporcionar um Fac-simile à Sociedade dos Antiquarios do Norte.

2.° Relações sobre a Vinlandia, escriptas por *Are Frode* no mesmo seculo, ou no seguinte.

3.° Relações pelo mesmo autor sobre ARE MARSON, famoso Chefe da Islandia, e proximo parente seu, que pelo anno de 983 foi lançado nas costas de um paiz da America, perto da Vinlandia, e denominado HVITRAMANNALAND ou GRANDE IRLANDA. Seus habitantes, que eram de origem

(1) Revista trimensal do Instituto historico, &c.; tomo 2.° pag. 205.

irlandeza, tomaram-lhe tão grande affeição que não consentiram em que voltasse para a sua patria.

4.° Antigos relatorios sobre BIORN ASBRANDSON, que em 999 visitou um litoral da America. Succedeu-lhe o mesmo que a *Are Marson*, pois os indigenas alli o detiveram; mas elle constituiu-se logo Chefe do paiz, e ainda n'elle viveu perto de trinta annos.

5.° Particularidades sobre GUDLÉIF GUDLÆGSON, navegante islandez, que em 1027 naufragara sobre a mesma costa, e fôra salvo da morte ou do cativeiro pelo seu compatriota *Biorn Asbrandson*.

6.° Diversas passagens concernentes á America, extrahidas dos annaes da Islandia, taes como relações escriptas por contemporaneos acerca da viagem feita pelo Bispo *Erico* a Vinlandia em 1121: noticias da descoberta de novas terras, feita pelos Islandezes no Oceano occidental em 1285; bem como sobre algumas viagens de commercio emprehendidas em 1347 pela antiga colonia da Groenlandia ao paiz da America appellidado MARKLAND.

7.° Antigas relações a respeito das regiões septentrionaes da Groenlandia e da America, visitadas especialmente pelos habitantes do Norte, que á ellas se dirigiram com o fim de caçarem ou pescarem; e entre outras ha uma descripção muito curiosa de uma viagem de descoberta feita por alguns padres do Bispado de *Gardar* da Groenlandia em 1266, os quaes atravessaram os estreitos de LANCASTER e de BARROW até regiões, das quaes só em nossos dias tivemos conhecimento pelos reiterados esforços de *Parry*, de *John Ross*, de *James Clark Ross*, e de outros navegantes inglezes. Uma observação astronomica, feita pelos antigos viajores, tem ajudado a achar os vestigios da sua derrota.

8.° Extracto dos antigos Tratados geographicos dos Islandezes, com um esboço representando a terra dividida em quatro partes habitadas.

9.° Um antigo poema das Ilhas de *Feroé*, no qual se faz menção da Vinlandia.

A collecção destas relações antigas he acompanhada de *dissertações geographicas*, nas quaes as situações dos paizes e lugares, mencionados nas *Sagas* e antigos annaes, são indicadas pelos nomes sob que hoje nos são conhecidos, especialmente NEWFOUNDLAND (Terra Nova), o GOLFO DE S. LOURENÇO, a NOVA ESCOCIA, os Estados de MASSACHUSETTS, e de RHODE-ISLAND, e outros paizes mais meridionaes, sobre tudo na VIRGINIA, CAROLINA DO NORTE, e FLORIDA, que se julga ser o paiz mais meridional, de que se trata nas mais autenticas *Sagas*, ainda que muitos geographos Scan-

dinavos da idade media pareçam ter em vista a parte septentrional da costa oriental da America do Sul.

Até aqui havemos exposto com precisão tudo quanto os habitantes do Norte tem reunido para reivindicar, em nome dos seus antepassados, a gloria do descobrimento do Novo Mundo; agora porém diremos o que outros autores tem escripto a este respeito, não sem menor fundamento, para justificar suas pretenções. Esta materia he tão interessante para a introducção da historia da America em geral, que nos fizemos cargo de a estudar profundamente afim de podermos expender pelo menos as opiniões de alguns sabios acerca das primeiras relações entre o antigo e o novo mundo. Começaremos pois pelo que se tem dito desde a mais remota antiguidade.

Sómente pela analogia dos usos, dos costumes, da linguagem, e dos cultos, he que poderiamos presumir a realidade de qualquer communicação entre o velho e o novo continente; todavia algumas tradicções, e os vestigios bem conservados de grandes construcções, os quaes attestam uma civilisação diversa da que tinham os povos da America no fim do seculo decimo quinto, fazem conceber a idéa de algumas relações anteriores; mas, em que época tiveram ellas lugar? Os Europeus, que por um orgulho commum a todos os homens se crêem o centro do mundo, tem procurado assignalar esta época, mais antiga do que he de presumir.

Já Platão no seu *Timeo* havia referido a tradicção, vulgar no Egypto, da existencia de uma grande ilha, além das columnas de Hercules, mais extensa do que a Asia e a Libia. Segundo as relações, que Solon dizia ter ouvido de um padre do Egypto, esta ilha chamava-se *Atlantida*, de Atlas primogenito de Neptuno, e este nome foi igualmente dado ao mar intermedio. Platão descreve o vasto paiz dos *Atlantidas* ou *Atlantinos* (1), fallando até de seus usos essenciaes, do seu commercio e de suas leis. Se existiu esta grande ilha entre o antigo e o novo mundo, da qual alguns suppõem ser fragmentos a ilha da Madeira e as dos Açores, e submergida depois por alguma convulsão subterranea, a hipothese não tem applicação ao

(1) He mister não confundir Atlantidas ou Atlantinos com Atlantes, povos da Ethiopia conforme Diodoro. Os Atlantidas eram do Occidente da Africa segundo Platão. Proclo, fallando sobre o *Timeo*, distingue estes povos, e chama aos primeiros *Atlantinos*, e aos segundos *Atlantes*; he d'estes que fallaram Herodoto, Mela e Plinio como descendentes dos Atlantidas.

nosso caso ; porém se nunca existiu , como asseveram outros , então este vasto paiz , de que falla Platão , não póde ser outro senão a America Septentrional.

Outra tradicção conservada entre os Egypcios , e transmittida pelos Gregos , era que da parte do Oceano tinham vindo certos povos agigantados , que invadiram a Africa até o Egypto , e do outro lado até a *Tyrrhenia*. Esta tradicção parece confirmada pela que acharam os Hespanhoes na America. Cortez , escrevendo a Carlos V , refere , que o proprio Imperador Mexicano lhe tinha dito , que muitos dos seus antepassados haviam embarcado, dirigindo-se para o Oriente. Montezuma , suppondo que os Hespanhoes eram descendentes d'estes aventureiros , recebeu-os como concidadãos , rogando-lhes que se considerassem como no seu paiz-natal. Eis-ahi uma parte do discurso de Montezuma, que Herrera e Solis nos transmittiram :

« Sabei que não ignoramos que o grande Principe , « a quem servis , he descendente do nosso antigo *Quezé-* « *coal* (ou *Quetzalcoatl*) , senhor das sete cavernas dos « Navatlaches , e Rei legitimo d'estas nações , que funda- « ram o Imperio do Mexico. Nós vos dispensamos de qual- « quer prova a este respeito por inutil. Uma das prophe- « cias , consignada nos nossos annaes , nos diz que aquelle « Principe sahiu d'este paiz para ir conquistar terras no « Oriente , promettendo que com o correr do tempo seus « descendentes viriam certamente corrigir os abusos do « governo e as leis. » Herrera diz em seguida que os Imperadores do Mexico descendiam de um Principe vindo do Oriente. A prophecia com tudo não foi exacta , porque em lugar de verem as leis reformadas e os abusos do governo corrigidos , os Mexicanos presenciaram em pouco tempo a subversão total do Imperio e o anniquilamento quasi geral da sua nação.

Como quer que seja , o certo he que , tanto no Egypto como na Grecia , existia a commum tradicção de que um povo bellicoso , vindo do lado do Oceano , se havia lançado sobre a Hespanha , a Italia e grande parte da Africa. Por outro lado a America conservava a lembrança de uma emigração , á cuja frente se achara um grande Principe , que foi fazer a conquista de outras terras no Oriente ; mas em que época? Seriam os descendentes d'este povo transatlantico os mesmos, que vieram de novo recobral-a por um direito primitivo ou de successão ? Oviedo pretende provar que *Hespero* , irmão de Atlante, reinara na Hespanha depois de Hercules , e fôra o duodecimo Rei. D'est'arte os Reis da Hespanha (ou da Hesperia) , tendo legitimo direito á herança de Atlas , como successores de Hes-

pero, seu irmão, se fizeram senhores com justiça do vasto continente da America, que era a *Grande Hesperia*, porque he na America que Oviedo colloca as *Hesperides*, e não nas ilhas *Fortunatas*, ou ao occidente d'Africa.

O illustre Grocio quer que os povos da America septentrional sejam oriundos da Noruega, transplantando-se os primeiros para esta parte do novo mundo pela Islandia, Frislandia, Groenlandia e Estotilandia, no que segue a opinião de Nicolau Zeno, cujas cartas havia lido; porém que os povos da America meridional eram sem duvida descendentes dos Chinas, dos Ethiopes e dos Africanos em geral. E todavia se os povos do Mexico e do Perú não tinham uma origem commum, eram pelo menos descendentes de raças mais analogas, ou menos repugnantes entre si do que os antigos Scandinavos e os Africanos.

Laecio e Hornio suppõem, que as primeiras communicações entre o antigo e o novo mundo tiveram lugar pela Asia, cuja passagem para a America ainda hoje he objecto das tentativas dos Moscovitas (1). Estes escriptores crêem que os Scythas, os Tartaros e os Chinas podiam ter passado para o nosso continente, assim como que os Phenicios e os Carthaginezes poderiam muito bem ter vindo pelo Oceano. Acosta, Gumilla, e outros escriptores, por uma serie de raciocinios fundados em certas analogias dos usos, costumes, linguagem, e cultos, fazem descender os Americanos dos Tartaros, dos Carthaginezes, e de outros povos da Asia e da Africa.

Aristoteles repete muitas vezes que he possivel existirem, além do Oceano, outras ilhas e continentes maiores que os conhecidos. Plinio nomeia as ilhas Hesperides, Gorgadas e Atlantida (2), situadas todas no Oceano atlantico, e diz, segundo o testemunho de Stacio, que eram necessarios quarenta dias de navegação para passar das Canarias ou das ilhas de Cabo Verde á America. Este autor descreve no capitulo seguinte as ilhas Canarias com tanta exactidão, que as distingue por seus nomes particulares,

(1) Segundo os descobrimentos mais recentes, feitos pelos navegantes Russos, a America, mais do que por nenhum outro ponto, está proxima da Siberia em uma linha, que atravessa o estreito de Berhing na direcção de S. E. ao N. O., do Cabo do Principe de Galles ao Cabo *Tschoukotskoy*. A distancia d'estes dois Cabos he de 44' ou de 18 $^{3}/_{10}$ legoas de 25 ao grau. A ilha de Imaglin se acha quasi no meio do canal, um quinto mais junto ao cabo da Asia. (*B. de Humboldt, E. sobre a N. H. tom.* 2.º *liv.* 3.º *cap.* 8.º

(2) Liv. VI, Cap. XXXI.

chamando : a primeira *Ombrion*, a segunda *Junonia*, a terceira *Capraria*, a quarta *Nivaria*, a quinta *Canaria*.

Eliano (1) refere, que Sileno havia dito a Midas, que a Europa, a Asia e a Lybia eram ilhas, e que o verdadeiro continente estava além do Oceano. « Os homens « d'este continente, diz este autor, são de uma estatura « mais alta do que a nossa, e vivem mais tempo; e ahi « ha grande quantidade de ouro e de prata, &c. » O que ha de mais notavel he que até cita e nomeia a cidade de *Machimos* (2), e accrescenta, referindo-se a Theopompo, que os habitantes d'este continente passaram antigamente para o outro hemispherio. Virgilio finge que da extremidade occidental he que Dido fizera vir a sua magica ou Pithonissa:

Oceani finem juxta solemque cadentem, Liv. IV. (3)

Que a America fôra habitada em época mui remota por uma raça muito mais civilisada do que a que existia ao tempo do seu descobrimento por Colombo, he de evidencia manifesta pelos vestigios de sua civilisação e industria, perpetuados n'esses monumentos colossaes, que ainda hoje existem, e se observam por quasi todo o continente. Com effeito acham-se realmente na America restos de grandes edificios, de que os habitantes dos seculos XV e XVI não sabiam a origem e serventia, como a vasta mole de pedras do paiz de *Tihauanacu*, que parece uma montanha feita pelas mãos dos homens de grossa e enorme cantaria, dividida em differentes andares ou terrados. Esta immensa mole, que Garcilaso descreve no livro 3.°, parece uma antiga pyramide, que póde remontar ao tempo das do Egypto. Não menos estupenda era a longa e larga muralha de pedra do Palacio de Cayambé, assim como outros restos de edificios extraordinarios com enormes portas, estatuas colossaes de homens e mulheres em todas as attitudes, &c. Porém entre estes restos de subidos tempos nada admira tanto como uma casa cavada em uma só rocha, e que ainda hoje se observa em Cajamarca.

(1) Liv. III. Cap. XVIII.

(2) Se Eliano em lugar de *Machimos* tivesse escripto *Machikos*, acreditar-se-hia que fallava da antiga capital do Imperio Mexicano ; assim mesmo não faltou quem lhe achasse muita analogia.

(3) Extractamos estas noticias da excellente Obra — Cartas Americanas — pelo Conde Carli, de cujo texto se serviu tambem Warden nas suas — Investigações sobre as povoações primitivas da America — como se póde ver comparando a segunda com a primeira na parte relativa ao pretenso conhecimento da America pelos antigos.

Os habitantes d'estes paizes, ao tempo da conquista, diziam, que estes edificios tinham sido feitos por feiticeiras em uma só noite, e que as estatuas de mulheres tinham sido taes realmente, a quem seus peccados haviam feito converter em pedras. Estas fabulas provam a remota antiguidade d'estas construcções, ás quaes podemos accrescentar as pyramides do Mexico (1), as de Yucatan, as famosas ruinas de Palenque e de Mitla (2), de Chichen, Kabah, Zayi, Uxmal (3), e a Cidade abandonada do sertão da Bahia (4). Em que época pois existiram esses

(1) O famoso *Teocali* ou pyramide de Cholula tem 4200 metros quadrados de superficie. *(B. de Humboldt. E. sobre a N. H. tom.* 2.º *Liv,* 3.º *Cap.* 8.º*)*

(2) Quem não tem ouvido fallar de Palenque e de Mitla, cidades desertas, das quaes a primeira abrange oito legoas de extensão, ornadas de Palacios e Templos de granito e marmore, silenciosas e abandonadas no seio do Mexico, como Memphis nas areias do Egypto, e Palmira nos desertos da Syria? *(Relat. do Inst. Hist. an. de* 1844. *)*

(3) Em fins de 1841 B. M. Norman, habitante da Nova Orleans, emprehendeu uma viagem a Yucatan, cujo resultado appareceu a luz em 1843. Eis-ahi o que elle diz acerca das ruinas de Chichen, situadas á onze legoas ao Sudueste de Valladolid. Antes de Norman nenhum outro viajante havia visitado esses restos de civilisação extincta: « Cinco dias « consecutivos, assim se exprime elle, empreguei em pas- « sear por entre monumentos arruinados de uma cidade, que « deve ter sido das maiores do mundo. Atonito contemplava « diante de mim, em um circuito de muitas milhas de diametro, « paredes de Palacios, Templos e Piramides mais ou menos « desabadas. A terra juncada, a perder de vista, de gigan- « tescas columnas, umas já partidas, outras quasi inteiras. « Nenhum signal, nenhum indicio mostrava haver aquelle « lugar sido visitado antes de mim. » Descreve o viajante alguns dos muitos edificios, que existem ainda assaz bem conservados n'aquelle vasto espaço, e entre outros um Templo, cujas paredes, carregadas de ornamentos esculpidos, têm de cumprimento mais de 130 metros, e a parte do edificio, respeitada pelo tempo, 18 metros de altura. Estas ruinas estão assentadas em vasta planicie, pouco mais ou menos a cem milhas de distancia do mar, e fóra de toda a communicação por agua. Visitou tambem o Sr. Norman as principaes cidades do Yucatan, com especialidade Merida, Mani, outr'ora capital da provincia, as antiguidades de Ticul e de Uxmal, e desenhou alguns dos monumentos mais notaveis. (*Relat. do Inst. Hist. an. de* 1844).

(4) Revista Trimensal do Instituto Historico, &c. tom. 1. pag. 181.—Sem dar por averiguada a existencia d'esta cidade, citamol-a tão sómente como uma noticia publicada pelo Instituto.

povos de tanto poder e de tanta industria? Devia ser bem remota para os que habitavam depois os mesmos lugares sem nenhuma reminiscencia do passado. Os Peruanos e Mexicanos, que empregavam o ouro e a prata em diversas obras, não faziam d'esses metaes nenhuma especie de moeda, nem se utilisavam do ferro, com quanto se achasse á superficie da terra. Os Peruanos serviam-se dos *Quipos*, ou cordões nodosos para perpetuar a memoria dos acontecimentos ou os fastos da sua nação, e os Mexicanos apenas empregavam os *hieroglyphos*, sem nenhum outro indicio de escriptura.

Eis-ahi o que ha de mais interessante sobre as antigas communicações entre os dois mundos até a época reclamada pelos descendentes dos Scandinavos, como se vê no principio d'esta introducção. D'essa época para cá, isto he, do seculo X até o XV póde haver alguma cousa de mais positivo, sem embargo de que taes relações nunca terão o cunho da evidencia, que exigem os factos d'esta ordem. Depois dos Scandinavos reclamam a gloria do descobrimento da America os Inglezes, e se fundam na relação consignada na collecção de *Hackluyt*, referindo-se a Pawel. Conforme estas tradicções *Madoc*, filho de *Owen Guyneth*, Principe de Galles, se embarcou em 1170 para ir em cata de novas terras. Dirigindo-se para o Occidente chegou a um paiz abundante de ouro e de toda a especie de viveres; e deixando no lugar onde desembarcara cento e vinte homens, voltou para Inglaterra com o designio de preparar nova expedição. Com effeito, emprehendeu segunda viagem para reunir-se a seus companheiros, mas não houve nunca mais noticia d'este aventureiro, nem da sua empreza. Pawel cita como prova d'este facto quatro versos de um poeta de Galles, chamado *Maredich*, e que vivia em 1477.

Da Obra -- *Antiquitates americanæ* -- de que já fallamos, consta que *Are Marson*, famoso chefe da Islandia, fôra lançado pelo anno de 983 nas costas de um paiz da America, perto da *Vinlandia*, denominado *Hvitramannaland* ou *Grande Irlanda*, e que seus habitantes eram de origem Irlandeza. Esta circumstancia demonstra que os Irlandezes foram os primeiros povos do norte, que se estabeleceram na America, n'essa época reclamada pelos Norueganos, pois que já existiam alli de muito tempo antes que o acaso conduzisse aquelle lugar um chefe da Islandia. A historia accrescenta que este paiz devia ser provavelmente a parte da America septentrional, que se prolonga ao sul da bahia de *Chesapeack*, e contém em si as duas Carolinas, a Georgia e a Florida. Entre os In-

dios Shawanezes *(Shawannos)*, que ha quasi um seculo emigraram da Florida, e que se acham residindo actualmente no Estado de Ohio, corre uma tradicção muito importante, e vem a ser, que a Florida era outr'ora habitada por um povo branco, que fazia uso de instrumentos de ferro (1).

Em uma excellente Memoria de M. *Buache*, offerecida á Academia das Sciencias (2), se lê que dois irmãos, Nicolau e Marco Antonio Zeno, Venezianos, estiveram ao serviço de um Principe chamado *Zichini*, senhor das ilhas de Portland e do Ducado de Sorand; que o primeiro navegando para o norte naufragára em 1380 na ilha da Frislandia, que acabava de ser conquistada por este Principe, em cujo serviço entrára, e que convidando depois a seu irmão Marco Antonio, este lhe succedêra em todos os cargos e riquezas depois da sua morte. Das relações d'estes dois irmãos, e do mappa que elles deixaram, e que M. Buache publicou em seguimento da sua Memoria, se vê que ao norte da Frislandia existia uma ilha chamada *Duilo*, naturalmente a *Thule* dos antigos; que esta Frislandia, que muitos acreditavam haver sido submergida (3), surgira alli na mesma posição da ilha de *Feroé*, e por consequencia que a America tinha sido conhecida e habitada por Europeus, antes da empreza de Christovão Colombo.

O Conde *Carli* assevera ter visto uma carta geographica, com a data de 1436, que lhe mostrára o *Procurador* Foscarini, depois *Doge* de Veneza, na qual se via marcada uma ilha na mesma posição, em que se encontra S. Domingos ou Hayti. O Padre Mauro no seu grande Planispherio de 1449, conservado na Bibliotheca de S. Miguel de Murano, parece indicar a mesma ilha. Diversas *Cartas* e *Roteiros*, feitos em Veneza nos seculos XIV e XV trazem marcadas algumas ilhas do Oceano junto as costas da America; porém todos estes factos reunidos provam, quando muito, que existia de longo tempo uma tradicção constante de uma terra além do Oceano;

(1) Memoria sobre o descobrimento da America no seculo X—por C. Christiano Rafn.

(2) Acha-se no volume de 1784 pag. 437.

(3) Convém não confundir esta ilha com a de Nordstrand, submergida em 1634, nem com a Frisa Cimbrica, onde uma grande inundação fez submergir tresentas povoações em 1446. Digo Frisa *Cimbrica* para distinguil-a da Frisa Hollandeza; a primeira he no Ducado de Schleswig, e seus habitantes fallam o antigo islandez ou gothico.

todavia o seu conhecimento he um problema difficil de resolver pelos dados, que ficam apontados. Se alguma cousa houvera de positivo, seria Colombo repellido como visionario pelas Cortes mais cultas da Europa, quando tentou persuadir a diversos Soberanos, que o coadjuvassem em sua grandiosa empreza (1)? Com effeito ninguem suppôz então, que o famoso Genovez tivesse a menor noticia da America, e todos convirão em que a gloria lhe pertence toda inteira.

Não debalde dizem agora os Antiquarios do Norte que, havendo Colombo visitado a Islandia em 1477, alli ouvira contar a descoberta da America pelos Scandinavos, e que fôra este um dos mais poderosos incentivos, que o levaram a emprehender sua arriscada viagem. Já os Portuguezes tinham dito que a felicidade de Colombo dependêra de achar-se elle na ilha da Madeira, quando pelo anno de 1480, alli aportou o mestre Francisco Sanches com a sua caravela destroçada, e tres ou quatro marinheiros, todos mais mortos que vivos pelas calamidades, que soffreram com um temporal, que os levára a uma remotissima longitude occidental, onde avistaram terra, que provavelmente era alguma das ilhas Carahybas (2). Os Hespanhoes, não menos ciosos que seus vi-

(1) Residindo Colombo em Lisboa, dizem alguns que fôra pessoalmente offerecer o seu projecto á Republica de Genova, sua patria, e não sendo aceito, offereceu-o em seguida á Republica de Veneza, que tambem o desprezou. Em consequencia destas repulsas dirigiu-se a El-Rei D. João II, de quem então era vassallo, e não foi attendido por voto dos Geographos escolhidos para o ouvir. D'alli passou-se á Castella, onde lutou por oito annos consecutivos contra as preoccupações do Prior do Prado e de outros sabios, cujos sentimentos eram os mesmos que os dos Cosmographos Portuguezes; e a não ser a expontanea offerta que Luiz de Santangel fez do emprestimo de todo o dinheiro necessario para a expedição, com a que o Cardeal D. Pedro de Mendonça fazia da oitava parte das despezas, não se haveria logrado tamanha empreza. Entretanto que lutava em Hespanha contra as difficuldades, que se oppunham á execução do seu plano, tentou Colombo ainda, por via de seu irmão Bartholomeu, a cubiça das Côrtes de Inglaterra e França; mas em ambas ellas o projecto não foi considerado senão como uma chimera ou parto de uma imaginação delirante.

(2) Corographia Brasilica, tom. 1.º pag. 2. Em um manuscripto da era de 1672, que possue o Sr. Dr. Diogo Soares da Silva de Bivar, se diz que o Mestre da caravela chamava-se Affonso Sanches, Piloto portuguez, natural de Cascáes.

sinhos da gloria de Colombo, tambem dizem que este homem celebre tinha sido instruido da existencia d'estes vastos paizes por um navegante, que dirigindo-se para as Canarias fôra lançado por uma tempestade sobre as costas do novo continente (1), accrescentando que o navegante era Hespanhol, uns que da Andaluzia, outros que da Biscaya (2).

(1) « Navegando una caravela por nuestro mar Oceano, « tuvo tan forsozo viento de Levante, y tan continuo, « que fué a parar en tierra no sabida, ni puesta en el « mapa, ó Carta de marear.» GOMARA, *Historia de las Indias, Cap.* 13.

(2) Até os Allemães reclamam para um de seus compatriotas a gloria do descobrimento do novo mundo, especialmente do Brasil. Dizem elles que um astronomo e navegante Martim de Behaim, ou de Behem, ou Beham (que de todos os modos se acha escripto), natural de Nuremberg, antiga cidade imperial do circulo da Franconia (hoje cabeça do circulo de Rezat na Baviera), a quem se attribue tambem a descoberta da ilha de Fayal, onde elle residia, fôra pelo anno de 1484 offerecer-se a El-Rei D. João II, pedindo-lhe alguns meios para entrar em uma grande expedição para o Sudueste: que o Monarcha confiára d'elle alguns navios, com os quaes descobriu o Brasil, e chegou a estender a sua navegação até o estreito, que depois se chamou de Magalhães, ou até a terra de algumas povoações de barbaros, a que deu o nome de *Patagões*; e que este facto se acha provado com documentos authenticos nos archivos de Nuremberg. Entre estes dizem que se acha um, que declara positivamente que, antes de Colombo e Magalhães, já Behaim havia ponteado com o compasso toda a configuração das ilhas d'aquelle famoso continente e estreito, e que este mappa existia no gabinete d'El-Rei D. Manoel, onde o vira Magalhães, e desde logo concebêra o atrevido projecto de seguir a derrota de Behaim.

Ora, da interessante Memoria sobre Martim de Behaim ou de Bohemia, escripta pelo erudito Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, que vem inserta no tom. 8.º parte 2.ª das Memorias de Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, se collige que a unica navegação, que fizera aquelle Martim de Behaim, achando-se ao serviço d'El-Rei de Portugal, fôra a que emprehendeu Diogo Cão em 1484 pela costa occidental da Africa até o rio Zaire no reino de Congo; em cuja expedição fôra o mesmo Behaim como astronomo e cosmographo com o fim de fazer as primeiras experiencias com os seus instrumentos, e de determinar as longitudes e latitudes no meio do mar.

Todavia, quando Colombo redobrava suas instancias cerca

N'esta luta, em que tres povos se empenham para deslustrar uma fama inabalavel com alegações sem a menor prova, apparece o grande homem sobranceiro á inveja e ao ciume de seus detractores. Se os Scandinavos, levados por acaso pelo furacão de uma tempestade, foram os primeiros que descobriram a America, nenhuma gloria lhes póde resultar de um acontecimento, que não deixou após si senão uma memoria esteril, e que nenhuma influencia teve para o resto do mundo. Em quanto a Portugal resta-lhe a vangloria de haver rejeitado os primeiros offerecimentos do famoso nauta (1). A Hespanha

de D. João, II para auxilial-o na sua grande empreza, este Monarcha, por conselho de Martim de Behaim, fez expedir alguns navios, occultando o seu destino, mas com o fim de descobrir as terras, que Colombo apregoava; *os quaes com tudo se retiraram sem alcançar fructo algum d'aquella viagem.* O conhecimento d'este facto foi um dos principaes motivos de desgosto para Colombo. Eis-ahi a parte que teve Behaim, accrescenta o erudito autor d'esta Memoria, no descobrimento da America.

O facto incontestavel he, que o descobrimento do novo mundo por Christovão Colombo sorprendeu a toda a Europa: que não existe em Portugal um só documento de outra expedição para o Occidente senão d'aquella mallograda tentativa, segundo nol-o referem Herrera no Cap. 7 da 1.ª Decada, e o veridico Padre Cordeiro na sua historia das Ilhas; e que até o anno de 1500 ignoravam todos os navegantes portuguezes a existencia de um continente nos mares occidéntaes ao Sul da Equinoxial.

(1) « Como Christovão Colom era curiozo em as cousas « de geographia, e lia por Marco Paulo, que fallava mo- « deradamente das cousas orientaes do reyno Cathayo, e « assi da grande ilha Cypango, veio a fanteziar que por « este mar Oceano Occidental se podia navegar tanto, até « que fossem dar nesta ilha Cypango, e em outras terras « incognitas. Com este projecto veio requerer a El-Rei D. « João que lhe desse alguns navios para ir descobrir a « ilha Cypango per este mar occidental; porém El-Rei por « que via ser este Christovão Colom homem fallador, e « glorioso em mostrar suas habilidades, e mais *fantastico*, « e de imaginações com sua ilha Cypango, que certo no « que dizia, dava-lhe pouco credito. Com tudo, á força « de suas importunações, mandou que estivesse com D. « Diogo Ortis, Bispo de Ceuta, e com Mestre Rodrigo, « e Mestre Josepe, a quem elle commettia estas cousas da cos- « mógraphia, e seus descobrimentos; e todos houverão por « *vaidade* as palavras de Christovão Colom, por tudo ser « fundado em imaginações, e cousas da ilha de Cypango

cedeu por fim ás instancias longo tempo repetidas; porém a mais assignalada gloria, que lhe cabe, he de haver perseguido aquelle mesmo, que lhe doára um mundo, e de ter feito assassinar milhões de homens pela sede de ouro e de dominio em nome do Pai commum do genero humano. O descobrimento da America no fim do seculo XV mudou a face politica da Europa, e desde então progrediu continuamente a civilisação do antigo hemispherio. Este facto incontestavel, e de uma evidencia manifesta he devido a Christovão Colombo, e a gloria, que d'elle resulta, pertence-lhe exclusivamente.

Os inimigos deste grande homem levaram a sua impudencia até o ponto de negarem, que elle tivesse visto jámais a costa firme, dizendo que esta só fôra descoberta e visitada por Americo Vespuccio em 1497; porém varios escriptores, entre outros o Cavalheiro Bossy, apresentando as proprias cartas de Colombo no seu original, desmente a calumnia dos detractores, e prova que Vespuccio só viera a America, como aventureiro, em 1499, isto he, depois da terceira viagem de Colombo, na qual este navegante avistou as boccas do Orenoco, descobriu a ilha da Trindade, e percorreu toda a costa de Paria até Cumaná (1). Entretanto o ditoso Florentino teve a gloria immerita de dar seu nome á esta parte do mundo, e a indifferente posteridade sanccionou uma sentença, que a injustiça tinha proferido contra Colombo, e que a successão dos tempos tornou para sempre irrevogavel (2).

« de Marco Paulo. E com este desengano espedido elle de « El-Rei, se foi para Castella, onde tambem andou ladran- « do este requerimento em a côrte de El-Rei Fernando, « sem o querer ouvir, até que per meio do Arcebispo de « Toledo, D. Pedro Gonçalves de Mendonça, El-Rei o « ouvio. » J. de Barros.

(1) A'cerca das duas viagens, que Americo Vespuccio fez ao golfo mexicano, dizem Robertson e Herrera, que elle não só tivera a audacia de falsificar as datas (o que tambem se prova pelo que diz Oviedo, tratando da expedição de Ojeda até o Cabo do Norte, na qual o mesmo Vespuccio viera sómente simples aventureiro) como confundiu uma com a outra na relação, que de suas exageradas aventuras enviára a um de seus compatriotas, logo depois da sua volta á Hespanha; tendo a habilidade de compôr a sua narrativa de modo, que parecia dever-se-lhe a gloria de primeiro descobridor do Novo Mundo.

(2) Os Americanos do Norte, mais justos do que os Europeus, deram o nome de Colombia a muitas terras, a

Que o famoso Genovez em sua vasta empreza não tivera outro designio senão abrir caminho para a Asia pelos mares do Occidente, e que até então, ao menos pelas noções consignadas nos mappas e livros, que nos restam d'esse tempo, não havia idéa alguma de outro continente entre a Europa e a Asia do lado occidental, não resta a menor duvida. Da carta escripta pelo mesmo Colombo aos Reis Catholicos Fernando e Izabel, datada na Jamaica em 7 de Julho de 1503, isto he, na sua quarta e ultima viagem, elle ainda permanece no mesmo erro, que o levou ao seu feliz descobrimento, dizendo que havia estado na provincia de *Mayo* visinha da do *Catayo* (1); o que prova que elle ainda se julgava na Asia. Persuadido que navegando para o Occidente devia por fim encontrar as Indias orientaes ou o continente da Asia, cujos limites ao nascente se ignoravam, possuido d'esta idea, acreditou facilmente, na sua primeira viagem, ter achado a terra que procurava; prova irrecusavel da ignorancia d'aquelles tempos, e da incerteza de outro continente no meio do mar atlantico.

Com effeito, Colombo imaginando, pela forma espherica do nosso globo, que a região das Indias orientaes, ou o continente da Asia avançava até as ilhas situadas ao Occidente da Africa, e que o Oceano atlantico offerecia amplo caminho para as terras do Oriente; e não querendo fiar-se em sua propria intelligencia, submetteu seu plano a alguns sabios, que gozavam de grande celebridade como Cosmographos. Entre elles escreveu Colombo de Lisboa ao sabio Florentino Paulo Toscanelli em 1474, participando-lhe estas idéas, e pedindo-lhe o seu conselho. O Cosmographo Florentino approvou o seu projecto animando-o para que o pozesse em execução, e accrescentando que o trajecto da Hespanha ás Indias, navegando ao longo da linha equinoxial, devia ser o caminho mais curto para chegar a Asia; e finalmente que, navegando para o Occidente, devia achar o

um grande rio, e a um districto populoso. Bolivar, filho da Costafirme, e o maior homem da America, tambem reivindicou para sua patria o nome glorioso do primeiro que a descobriu, dando á Republica, que elle fundou, o nome de Colombia.

(1) « A' tredici di maggio aggionsi nella provincia di Mago, la qual parte con quella del *Cataio*; e di quivi mi partii per la Spagnòla.» *(Morelli. Carta de C. Colombo de 7 de Julho de 1503, escripta na ilha de Jamaica.)*

vasto e poderoso Imperio, que Marco Paulo (ou Marco Polo como escrevem outros) havia designado na sua Corographia debaixo do nome de Tartaria e de Cataio (1).

Do que fica exposto se deduz que Toscanelli tinha a mesma opinião dos antigos, que não admittiam a existencia de outro continente entre as Indias e as costas occidentaes da Europa e d'Africa; mas elle pensava que as terras da Asia se estendiam de tal modo, que, navegando para o Occidente, a sua distancia não seria consideravel. Esta resposta do Cosmographo de Florença foi acompanhada de uma carta maritima e de outras preciosas informações. A approvação de um homem tão celebre, lisongeando o amor proprio de Colombo, acabou de axaltar sua imaginação, e desde logo não pensou mais senão na realidade dos seus projectos, solicitando de varios potentados os meios de executal-os. Como pois teria conhecimento da America aquelle que só procurava a Asia atravez dos mares occidentaes?

Realisada porém a empreza de Christovão Colombo, que deu ao antigo um novo mundo, começa para nós a verdadeira historia da America, e desde então seguiremos a ordem chronologica dos acontecimentos, segundo o plano que havemos traçado.

SECULO XV.

ANNO DE 1492.

CHRISTOVÃO COLOMBO, depois de haver obtido da Rainha Izabel e do Rei Fernando, por intercessão do Cardeal D. Pedro de Mendonça, os auxilios necessarios para a execução da sua gloriosa empreza, partiu de Palos de Muger com tres caravelas e noventa homens de equipagem, no dia 3 de Agosto d'este anno, em demanda das Canarias; navegou ao poente até que a 11 de Outubro

(18) Roscoë. Vida de Leão X. tom. 9, cap. 20. Bossy, Hist. de Christovão Colombo, em que vém por extenso as cartas de Toscanelli.

encontrou a ilha Guanahy, uma das Lucayas, a qual pôz o nome de S. Salvador. Continuando a viagem descobriu a ilha de Cuba e a Hespanhola, hoje S. Domingos, a qual os indigenas chamavam Haity.

1493.

Colombo, havendo deixado na Hespanhola 38 homens da sua equipagem em um Forte de madeira, fez-se na volta da Europa com dez ou doze indigenas, e acossado por um grande temporal arribou á Lisboa no dia 6 de Março d'este anno. Tendo feito a El-Rei D. João II a relação da sua pasmosa viagem e descobertas, partiu para o porto de Palos, e d'ali foi ter á Barcelona, onde se achavam os Reis Catholicos. Depois da recepção mais lisongeira cuidou Colombo de assegurar o resultado da sua empreza, dispondo uma segunda expedição. Com effeito no dia 25 de Setembro deste mesmo anno partiu novamente de Cadix com 17 navios e 1,500 homens de tripulação, e dirigindo a sua derrota mais para o Sul descobriu as ilhas Dominica, Martinica e Guadalupe, e successivamente a Jamaica, e um grande numero de ilhotes ao Sul de Cuba, aos quaes denominou *Jardin de la Reina.*

Bulla do SS. Padre Alexandre VI, datada aos 4 de Maio d'este mesmo anno, declarando pertencer ao Rei Fernando, e a D. Izabel sua Esposa, e a seus successores na Corôa de Castella e Leão, todas as terras ou ilhas descobertas ou por descobrir, que se achassem ao Meio Dia e ao Occidente de uma linha, que se devia considerar tirada do Polo do Norte ao Polo do Sul, e que passasse mais ao Occidente de qualquer das ilhas chamadas de Cabo Verde, na distancia de cem legoas, por já estarem possuidas por outro Principe Christão. *(Bullar. Mag. tom.* 1. *pag.* 466. *Spond. Ann. Eccl.* 1493, &c.)

1494.

Havendo D. João II protestado inutilmente na côrte de Roma contra a Bulla, que demarcara a chamada

linha Alexandrina, mandou reclamar por seus Ministros aos Reis Catholicos, que se prestaram a um accommodamento, assignando-se a 7 de Junho d'este anno em Tordesillas o Tratado de Concordia, que ampliava as cem legoas ao Occidente de Cabo Verde até 370 no mesmo rumo. *(Martens. Suplem. tomo.* 1. *pag.* 372.) Todavia, este Tratado, posto que confirmado pelo Papa Julio II, nunca chegou a executar-se, por que os novos descobrimentos vieram perturbar logo a sua demarcação, e a tornaram tão impraticavel como a linha Alexandrina.

1495.

El-Rei D. João II de Portugal morreu aos 25 de Outubro deste anno na villa de Alvor, não sem suspeitas de se lhe haver propinado veneno. Succedeu-lhe no Throno D. Manoel, Duque de Beja e de Viseu, filho do Infante D. Fernando e neto d'El-Rei D. Duarte. Este venturoso Monarcha realisou o projecto da navegação da India, que seu antecessor havia premeditado, e successivamente foi descoberto o Brasil, como logo se verá.

1496.

Colombo vigiado, e até perseguido por um Syndicante, que tinha sido mandado a nova colonia para observar a sua conducta, regressou á Hespanha neste anno para justificar-se; chegando a Burgos, onde se achava a Côrte, conseguiu dissipar todas as suspeitas, que se tinham formado contra elle, e captar-se de novo a benevolencia d'El-Rei.

1497.

N'este anno parte de Lisboa Vasco da Gama (no dia 8 de Julho) com uma armada, dobra o Cabo da Boa Esperança (22 de Novembro), e abre caminho para as terras do Oriente.

Constava a armada de tres náus, a saber:

1.ª a náu *S. Gabriel*, capitania, em que foi Vasco da Gama, Capitão mór da expedição. Piloto, Pedro de Alemquer, o mesmo que tinha ido com Bartholomeu Dias ao descobrimento do Cabo da Boa Esperança.

2.ª a náu *S. Raphael*: Capitão, Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama. Piloto, João de Coimbra.

3.ª a náu *Berrio*: Capitão, Nicoláu Coelho. Piloto, Pedro de Escobar.

Ia mais uma barca com mantimentos: Capitão, Gonçalo Nunes.

Todos estes vasos levavam não mais que 160 ou 170 homens, tanto de armas, como de marinhagem, entre os quaes se nomeam Fernão Martins e Martim Affonso, linguas, e tambem Pilotos.

1498.

Christovão Colombo, depois de dois annos gastos com immenso sacrificio em Hespanha, obteve alfim que lhe confiassem de novo uma armada de seis navios, e com ella partiu de S. Lucar (não he averiguado o mez), dirigindo-se para o Sudueste a fim de explorar o grande continente, que elle suppunha existir nessa direcção do globo, segundo as informações dos indigenas insulares. Depois de avistar as boccas do Orenoco, onde correu grande perigo, descobriu a ilha da Trindade no 1.º de Agosto deste anno, e lançado pelas correntes no golfo de Paria percorreu toda a costa até Cumaná, e voltou para a Hespanhola.

1499.

Christovão Colombo e seus dois irmãos Bartholomeu e Diogo foram remettidos presos da ilha de S. Domingos para a Hespanha, onde, logo que chegaram, foram postos em liberdade por ordem d'El-Rei.

Os inimigos de Colombo, aproveitando o estado de desgraça em que elle se achava na Côrte, fizeram partir neste mesmo anno a Affonso Ojeda, em cuja companhia veiu Americo Vespuccio pela primeira vez, com o objecto de explorar o novo Continente, e de tentar novas des-

cobertas, pensando por este modo offuscar a gloria do grande homem com alguma outra empreza; porém Ojeda nada adiantou, e impellido pelas correntes teve de arribar a S. Domingos. Os escriptores hespanhoes são unanimes em asseverar que Vespuccio apenas viera como simples aventureiro, visto que o Piloto de Ojeda era o Biscainho *João de la Cosa.*

Vasco da Gama volta a Portugal, com a certeza de haver descoberto passagem para a India pela ponta oriental da Africa, e entra no Tejo a 29 de Julho (alguns dizem de Agosto), onde já o esperava Nicoláu Coelho, que tinha chegado a 10 de Julho. Paulo da Gama ficou sepultado na Ilha Terceira.

Foi o tempo da viagem e ausencia desta companhia de heroes dois annos e vinte e um dias; e sómente chegaram vivos 55 homens.

El-Rei, logo que o Gama entrou em Lisboa, accrescentou o seu Dictado, e denominou-se « *Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India*, &c. » Titulo tão honroso (diz Dam. de Goes) quanto o he a mesma conquista! Com elle se acham lavrados documentos posteriores a Agosto de 1499. E nesse mesmo anno mandou El-Rei lavrar os portuguezes de ouro com a legenda:

Emanuel Rex Portugaliae, Algarbiorum citra et ultra in Africa, et Dominus Guinae.

E ao redor das armas:

Conquista, Navegaçam, Commercio, Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae.

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA

DOS FACTOS MAIS NOTAVEIS

DA

HISTORIA DO BRASIL.

SECULO XVI.

ANNO DE 1500.

Pedro Alvares Cabral, mandado á India com uma grande armada de dez caravelas e tres navios redondos, sahiu de Lisboa a 9 de Março d'este anno: e empegando-se muito com o fim (ao que parece) de se desviar da costa de Africa, e evitar as calmarias de Guiné, foi arrojado á uma costa desconhecida ao Sudueste, a qual avistou a 22 de Abril, quarta feira da oitava da Pascoa, e n'esse dia surgiu a cousa de seis legoas da terra. Ahi deu o nome de *monte pascoal* á uma montanha redonda, que se avistava, porção da serra dos Aimorés, e á terra o de *Vera-Cruz*.

A 23 navegou para terra, e lançou ancora em frente de um pequeno rio, que Nicoláu Coelho foi examinar, achando gente mansa e tratavel.

A 24 correram a costa para o norte em busca de alguma boa abrigada, e achando lugar seguro para as náus, ahi lançaram ancora. Este he o que depois se chamou *Porto Seguro*, arrumado pelos nossos navegantes em 16.° e 30′ austr., ou em 16.° e 40′.

A 26 de Abril, domingo de Pascoela, fez Cabral que houvesse missa e pregação em um ilheu, que está dentro da enseada, a que elle assistiu com a gente da armada, e muitos dos naturaes, que desde a praia faziam grandes festas e folias ao seu modo ; e outra no 1.º de Maio ao pé de uma grande Cruz de madeira, que para esta solemnidade tinha mandado levantar na costa firme com as armas e divisas d'El-Rei D. Manoel, em testemunho da solemne posse, que em seu Real Nome se havia tomado da nova terra da *Vera-Cruz*.

Estando aqui alguns dias, em que a armada se proveu de agua e lenha, despachou Cabral um dos seus navios com o Capitão Gaspar de Lemos para levar a El-Rei a noticia d'aquelle novo descobrimento ; e pondo em terra dois degradados, que trazia para exploradores, seguiu viagem para a India a 2 de Maio.

N'este mesmo anno Vicente Yanes Pinzon, e Ayres Pinzon seu sobrinho (outros dizem irmão) descobriram as boccas do grande rio das Amazonas ou Maranhão, que a sua justissima admiração intitulou *Mar Doce*, depois de haverem reconhecido o Cabo de Santo Agostinho na altura de oito graus de lat. aust., onde, desembarcando, soffreram vivissima opposição dos indigenas chamados Tapuyas.

1501.

Posto que os nossos escriptores não se conformem sobre o anno, em que El-Rei D. Manoel mandou continuar o descobrimento d'esta nova terra, he fóra de toda a duvida que a primeira armada, expedida para esta exploração, constava de tres caravelas, que sahiram do Tejo no dia 10 de Maio de 1501, debaixo do mando de Gonçalo Coelho, e foram encontradas no porto de Bezenegue (na Ilha de Goré) por Pedro Alvares Cabral quando voltava da India ; o que se accommoda em boa parte com Goes, Gabriel Soares, e Osorio.

Esta armada correu a costa de Africa até Cabo Verde, e passando d'ahi a reconhecer as costas da *Terra de Santa Cruz*, que era o seu particular destino, navegou por ellas até o Rio da Prata, chegando ainda á terra, que depois se chamou dos *Patagões*, d'onde voltou a Lisboa em Setembro de 1502.

N'este mesmo anno João da Nova, mandado á India por Capitão de quatro náus, e partindo de Lisboa a 5 de Março, descobriu a ilha da Ascensão (hoje da Trindade) a 20° e $^1/_2$ austr., e que demora a cousa de 120 leguas da costa do Brasil.

1502.

N'este anno fez Christovão Colombo a sua quarta e ultima viagem á America. Sahiu de Cadix com quatro navios a 9 de Maio, aportou na Hespanhola, e percorreu toda a costa do continente desde o Cabo Graças a Deos até Porto Bello.

1503.

El-Rei D. Manoel, pouco satisfeito com o resultado da primeira armada, que viera explorar as costas do Brasil, enviou outra n'este anno ao mesmo exame, composta de seis varavelas; e com quanto não concordem todos os escriptores sobre o Cabo d'esta segunda expedição, convém muitos em que fôra Christovão Jacques (1).

Seja porém qual fosse o Capitão da armada, consta que percorrêra toda a costa desde 5.° de lat. aust. até o Cabo das Virgens na entrada do estreito Magalhanico, havendo ancorado em muitas paragens para fazer os exames necessarios, segundo as insinuações, que trazia; consta igualmente que assentára varios padrões com as quinas de Portugal nos sitios mais azados para serem vistos; que perdêra quatro caravelas, e deixára em Porto Seguro uma colonia, ou parte dos que escaparam dos naufragios,

(1) Um tal Francisco Adolpho Varnhagen, cujo nome vai agora apparecendo nas nossas cousas, pretende que o Capitão d'esta armada fôra Fernão de Noronha, porque obtivera no seguinte anno doação da ilha de S. João (que depois tomou o nome do donatario), por havel-a novamente achado e descoberto; mas esta opinião, além de falsa por opposta a factos conhecidos, he absurda por contraria á razão, como fica plenissimamente demonstrado na minha Resposta ao Conego Januario da Cunha Barboza, ou Analyse do primeiro *juizo* do mesmo Varnhagen acerca do meu Compendio da Historia do Brasil, pags. 91 a 99.

com dois missionarios Franciscanos, voltando a Portugal com duas caravelas carregadas de páu brasil.

N'este mesmo anno aportou á costa do Brasil Affonso de Albuquerque, que sahira de Lisboa a 6 de Abril, commandando uma esquadra para a India; não se diz porém em que paragem.

1504.

Aos 16 de Janeiro do presente anno fez El-Rei D. Manoel doação ao Cavalleiro de sua casa Fernão de Noronha da ilha de S. João, que elle novamente achou e descobriu cincoenta legoas ao mar da terra de Santa Cruz; cuja mercê foi depois confirmada por El-Rei D. João III em Carta passada aos 3 de Março de 1522. A ilha de S. João não póde ser outra senão a de Fernando de Noronha, cujo nome tomou naturalmente do seu descobridor e primeiro donatario. Foi esta sem a menor duvida a primeira doação, que os Reis Fidelissimos fizeram n'esta parte da America, que depois se chamou Brasil; a cujo dominio sempre pertenceu, e ainda hoje pertence a dita ilha de Fernando.

Christovão Colombo volta á Hespanha no principio d'este anno da sua quarta e ultima viagem; alguns escriptores pretendem que voltára no fim do anno anterior.

1506.

N'este anno costeou Tristão da Cunha (indo para a India) a terra de Pernambuco, tão proximo a ella que descobriu ou reconheceu o rio de S. Sebastião; o qual, por não se lhe determinar a latitude e nem conservar o nome, he hoje desconhecido.

No mez de Maio d'este mesmo anno morreu Christovão Colombo em Valladolid ou em Sevilha como pretendem alguns. Não tendo recebido em sua vida senão aggravos dos Hespanhoes, pagaram-lhe depois de morto com honras

e exequias magnificas, fazendo ás suas cinzas a justiça, que lhe haviam recusado em quanto vivo. Seu filho Diogo Colombo entrou em todos os seus cargos por graça especial de El-Rei D. Fernando. (*Bossy Hist. de C. Colombo.*)

1510.

N'este anno ou no anterior foi o naufragio de Diogo Alves Corrêa (chamado depois *Caramurú*) sobre os baixos ao norte da barra da Bahia de Todos os Santos. Este Portuguez deve ser naturalmente o mesmo de quem falla Pero Lopes de Souza no seu Diario aos 13 de Março de 1531 — « N'esta bahia (de Todos os Santos) achamos um homem portuguez, que havia *vinte e dous annos* que estava nesta terra ; e deu resam larga do que nella havia. »

1512.

Segundo o illustre Navarrete (tom. 1.º pag. 139) Americo Vespuccio foi nomeado em 1508 Piloto-mór de Hespanha, e morreu em Sevilha a 25 de Fevereiro de 1512, e não na ilha Terceira, como pretendem outros.

1515.

O Castelhano João Dias de Solis navega desde o Cabo de Santo Agostinho percorrendo a costa até o Rio da Prata, que tomou d'elle o nome por algum tempo, havendo tambem entrado na bahia do Rio de Janeiro. Depois da sua morte e de outros da sua tripulação, na margem do Paraguay ás mãos dos indigenas, os dois navios, que elle commandava, foram carregar pau brasil a Pernambuco, e d'alli voltaram para a Hespanha.

1519.

Fernando de Magalhães, e Ruy Falleiro, pilotos portuguezes ao serviço de Carlos V, e 1.º de Castella, destinados a fazerem o primeiro giro do globo, avistaram o Cabo de Santo Agostinho, e seguindo a costa entraram na bahia

do Rio de Janeiro ; e como entrassem n'esta bahia no dia 13 de Dezembro d'este anno, onde se demoraram até 27 do mesmo mez, deram-lhe por isso o nome de *Bahia de Santa Luzia.*

1521.

El-Rei D. Manoel (chamado o *Venturoso*) , depois de haver fixado o imperio das Quinas nas quatro partes do mundo, falleceu aos 13 de Dezembro d'este anno. Succedeu-lhe no throno seu filho D. João III, que havia nascido em Lisboa a 6 de Junho de 1502, e foi acclamado no dia 19 de Dezembro d'este mesmo anno. Reinando este Monarcha restabeleceu-se em Portugal o Tribunal da Inquisição.

1526.

N'este anno appareceu Christovão Jacques com uma expedição, composta de uma náu e cinco caravelas, na Feitoria, que já Portugal tinha em Pernambuco, trazendo por principal instrucção do seu regimento o guardar a costa do Brasil (principalmente contra os Francezes) , e n'ella se conservou até ser rendido por Antonio Ribeiro em 26 de Outubro de 1528. Esta Feitoria, que não se diz em que parte nem quando fôra fundada, he diversa da que fundára o mesmo Jacques na ilha de Itamaracá durante a sua estada na costa brasilica, e de que fallaremos no anno de 1531. *(Prim. Neg. Dipl. respect. ao Brasil.)*

1527.

Diogo Garcia, piloto portuguez ao serviço de Castella, aportou n'este anno um pouco affastado da embocadura do rio Uruguay, e achando alli os navios com que Sebastião Gaboto sahira de Cadix para passar ás Molucas pelo estreito de Todos os Santos, hoje de Magalhães, e tendo noticia de que o Capitão tinha subido pelo Paraguay, então rio de Solis, navegou com suas lanchas até muito acima da confluencia do Paraná, onde o encontrou acabando de construir o forte de Santa Anna, e alli deram ambos ao rio de Solis o nome de Rio da Prata, por verem alguns pedaços d'este metal nas mãos dos indigenas.

Antonio Herrera accrescenta que Diogo Garcia havia estado no fim do anno precedente sobre o baixo dos Abrolhos, e aportado na bahia de S. Vicente, onde um Bacharel portuguez o provêra de refrescos, e lhe dera um genro seu para lhe servir de lingua no rio de Solis ou Paraguay: que Garcia fundeára na ilha dos Patos, hoje de Santa Catharina, onde os indigenas o proveram de algum mantimento, e se lhe queixaram de haver-lhes Gaboto furtado seus filhos em recompensa do bom agasalho, que lhe prestaram.

1530.

Tendo El-Rei D. João III noticia das explorações de Gaboto e Diogo Garcia no Rio da Prata, e vendo que os Francezes pretendiam estabelecer-se em Pernambuco e na Bahia de Todos os Santos, resolvido a tomar inteira posse da terra, a colonisal-a, e a fazer respeitar o seu pendão por estes mares, aprestou uma armada de cinco velas, trazendo quatrocentos homens, e nomeou Martim Affonso de Souza Capitão-mór da dita armada por Carta patente de 20 de Novembro d'este anno, dando-lhe grandes poderes para commandar no mar e depois em terra.

Com effeito a armada partiu de Lisboa a 3 de Dezembro d'este mesmo anno, e com prospera navegação foi surgir a 29 do dito mez de Dezembro no porto da Ribeira Grande na ilha de Santiago, uma das de Cabo Verde, onde se demorou para refrescar por espaço de cinco dias.

1531.

Martim Affonso de Souza fez-se á vela no dia 3 de Janeiro do porto da Ribeira Grande, e chegando a altura do Cabo de Santo Agostinho no dia 31 d'este mez, aprisionou tres náus francezas carregadas de páu brasil, e foi surgir com a sua esquadra, já de oito navios, em Pernambuco no dia 17 de Fevereiro, d'onde enviou João de Souza a Portugal em uma das náus apresadas a dar parte do acontecido, fez queimar outra, e mandou Diogo Leite com duas caravelas a explorar o rio de Maranhão e tomar d'elle inteira posse.

Proseguindo ao Sul com as outras náus, chegou á Bahia de Todos os Santos no dia 13 de Março, onde se demorou até o dia 17, que continuou sua derrota para o

Sul. Entrou na bahia do Rio de Janeiro no dia 30 de Abril, fez sahir a gente em terra e construir uma casa forte, com cerca em roda, visto que ainda então não havia uma feitoria, onde hoje existem duas Cidades florescentes. E mandou 4 homens pelo interior, os quaes voltaram dahi a dois mezes acompanhados do Senhor da terra, a quem Martim Affonso encheu de presentes.

Tres mezes completos se demorou aqui o Capitão, durante os quaes houve tempo de construir dois bergantins; e abastecido de provisões por um anno, para os 400 homens, que levava, fez-se de vela na derrota do Sul no dia 1.° de Agosto. Fundeando entre a ilha de Cananea e a terra no dia 12 d'este mez, enviou o piloto Pedro Annes com um dos bergantins para haver falla dos Indios, o qual voltou com um Bacharel portuguez, que alli estava degradado desde os principios de 1502, e tambem um tal Francisco de Chaves, e meia duzia de Castelhanos. D'aqui enviou tambem a Pero Lobo com 80 homens d'armas a descobrir pela terra a dentro. Tal foi a primeira *bandeira*, que se entranhou pelo sertão do Brasil

Depois de 44 dias de demora continuou ao Sul, e quando era tanto avante como o Cabo de Santa Maria soffreu a armada tal tormenta que, desarvorando e desgarrando-se as embarcações, foi naufragar um bergantim perto da ilha de Santa Catharina, e o Capitão-mór deu a costa com a sua capitania na entrada do Rio da Prata em fins de Outubro, perdendo-se a melhor porção de mantimentos, porém salvando-se elle com a maior parte da tripulação.

Aqui o veiu socorrer seu irmão Pero Lopes de Souza, e, juntando-se um Conselho, foi decidido que o Capitão-mór não fosse, mas mandasse pelo Rio da Prata acima, afim de o examinar e pôr padrões, do que elle incumbiu a seu irmão; e depois de reparado se embarcou, e o foi esperar na pequena ilha das Palmas, ao norte do Cabo de Santa Maria. Pero Lopes, sahindo no dia 23 de Novembro com um bergantim e 30 homens bem armados, subiu o rio da Prata, e depois de haver explorado muitos confluentes até o esteiro dos *Carandins*, voltou á ilha das Palmas no dia 27 de Dezembro, onde estava Martim Affonso. Alli estiveram ainda quatro dias fazendo-se prestes para voltarem ao porto de S. Vicente.

Um navio de Marselha, que tinha vindo carregar pau brasil a Pernambuco, occupou a Feitoria de Itamara-

cá, fundada por Christovão Jacques em 1526 ou 1527, e deixou n'ella 70 Francezes para guardal-a como sua. Logo que isto se soube em Lisboa, expediu El-Rei a Duarte Coelho Pereira com o fim de os expulsar d'alli; o que conseguiu completamente no dia dos Ss. Cosme e Damião do anno de 1531 (27 de Setembro), destruindo tudo quanto aquelles intrusos tinham feito, e foi estabelecer a Feitoria sobre o rio Iguarassú, poucas milhas arredada do primeiro assento.

Como os Francezes insistiam em suas especulações sobre a costa do Brasil, e os Portuguezes a ellas se opunham, tomando-lhes as náus carregadas que encontravam, Francisco I, querendo evitar um novo inimigo, deligenciava pôr termo ao systema de retaliação, que tinham adoptado as marinhas das duas nações. Depois de algumas negociações pouco satisfactorias propôz Francisco I a Portugal, que entrasse em novas negociações, o que foi aceito. Reuniram-se os procuradores das duas nações, e por fim arranjaram um tratado de paz e alliança, cujo principal objecto era acabar de todo com as cartas de marca de uma e outra parte. Os preliminares foram aceitos e assignados em Fontainebleau a 4 de Agosto d'este anno de 1531.

1532.

Martim Affonso partiu da pequena ilha das Palmas com a armada no dia 1.° de Janeiro d'este anno para o porto de S. Vicente, onde surgiu a 20 do mesmo mez, desembarcando no dia 22; e na conformidade das instrucções, que trazia, deu terras, creou officiaes de justiça em duas villas que levantou, uma na ilha de S. Vicente, e outra nove leguas pela terra dentro a borda do rio Piratininga. Estas foram as primeiras colonias regulares dos Portuguezes no novo mundo.

Conhecendo o prejuizo, que causava a demora das náus e sua tripulação, assentou em conselho de as enviar a Portugal, e a seu irmão Pero Lopes encarregou do commando. Emprehendeu então uma jornada a Piratininga, onde se achava a 10 de Outubro d'este anno. Pouco depois de voltar a S. Vicente aportou alli João de Souza com duas caravelas, trazendo resposta d'El-Rei datada de 28 de Setembro do dito anno. N'esta carta lhe

fazia saber, entre outras cousas, que lhe doava cem leguas de costa nos melhores sitios d'aquelle territorio, e cincoenta a seu Irmão Pero Lopes, e lhe declarava que se podia tornar, se lhe parecesse não ser preciso ter cá mais demora.

Pero Lopes, havendo partido de S. Vicente no dia 22 de Maio, veiu ter ao Rio de Janeiro, onde se demorou até o dia 2 de Julho, fazendo mantimentos para tres mezes. Na sua derrota para Portugal foi navegando pela costa do Brasil até Pernambuco, onde tomou dois navios francezes, e fez prisioneira a guarnição de um Forte, que os mesmos Francezes alli tinham construido. Finalmente no dia 4 de Novembro do mesmo anno fez-se de vela do porto de Pernambuco na volta de Portugal, e não se sabe quando chegára, porque o Diario da sua navegação está imcompleto.

1555.

Em virtude da citada carta d'El-Rei, de 28 de Setembro do anno anterior, resolveu Martim Affonso de voltar a Europa, e se dispôz a partir na primeira monção d'este anno, quando, pouco antes da partida, recebeu noticia de haver sido sacrificada pelos barbaros Carijós a expedição de 80 homens, que da Cananea mandára pela terra dentro com Pero Lobo.

Chegado a Lisboa foi nomeado Capitão-mór do mar da India, prova de quanto El-Rei se dera por bem servido d'elle n'esta incumbencia. Em quanto não partiu para o novo destino occupou-se da sua Capitania enviando-lhe casaes, plantas e sementes, incluindo a canna de assucar, e celebrando contractos para a factura d'este.

1534. 1535. 1536.

Instruido emfim D. João III da importancia do Brasil, dividiu esta vasta região em Capitanias hereditarias, as quaes concedeu, a titulo de senhorios, a alguns vassallos de qualidade, que se offereceram para virem aqui formar estabelecimentos permanentes. O historiador João de Barros, que foi um dos donatarios, attesta que o paiz fôra repartido em doze Capitanias, mas não menciona os proprietarios, porque reservou-se, segundo elle mesmo declara, a dar informações sobre este assumpto

na parte que escreveu, intitulada — *Santa Cruz* — manuscripto que se julga perdido. Depois d'elle nenhum outro escriptor faz menção senão de nove Capitanias, a saber:

S. Vicente: Donatario *Martim Affonso de Souza.* (1)

S. Amaro: Donatario *Pero Lopes de Souza*, irmão do antecedente. (2)

Parahyba do Sul: Donatario *Pedro de Goes.* (3)

Espirito Santo: Donatario *Vasco Fernandes Coutinho.* (4)

Porto Seguro: Donatario *Pedro do Campo Tourinho.* (5)

Ilhéos: Donatario *Jorge de Figueiredo Corrêa.* (6)

Bahia de Todos os Santos: Donatario *Francisco Pereira Coutinho.* (7)

Pernambuco: Donatario *Duarte Coelho Pereira.* (8)

(1) Em Carta, que El-Rei lhe escreveu com data de 28 de Setembro de 1532 communica ter-lhe feito doação de cem leguas de costa; o que confirmou dando-lhe Foral a 6 de Outubro de 1534.

(2) Teve doação de oitenta leguas de costa repartidas da seguinte maneira: 40 leguas entre a ilha da Cananea e a terra de Santa Anna; 10 entre o rio Curparé e o rio de S. Vicente, e 30 que começariam no rio da Santa Cruz, que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, e acabariam na bahia da Traição. Foi-lhe outorgada a Carta de doação com data do 1.° de Setembro, e Foral datado aos 6 de Outubro de 1534.

A Carta de doação de Pero Lopes de Souza, que vem inserta no seu Diario da navegação pag. 118, he um *Specimen* das dos outros donatarios *mutatis mutandis*.

(3) Tinha vindo na armada com Martim Affonso, e acompanhado Pero Lopes ao rio da Prata, e naufragado com elle. Teve a doação de 30 leguas de costa, datada a 28 de Janeiro de 1536, e recebeu o Foral da Capitania a 29 de Fevereiro do mesmo anno.

(4) Teve a sua doação de cincoenta leguas feita no 1.° de Junho de 1534; recebeu Foral a 7 de Outubro do mesmo anno; e a 12 de Março de 1543 obteve confirmação da demarcação com Pedro de Goes.

(5) Teve doação datada de 27 de Maio de 1534, e Foral com data de 23 de Setembro do mesmo anno.

(6) Teve doação datada do 1.° de Abril de 1535.

(7) Teve Foral dado a 26 de Agosto de 1534. Fôra-lhe doada a Capitania a 5 de Abril do mesmo anno com cincoenta leguas de costa.

(8) Teve a doação datada de 10 de Abril, e Foral dado aos 24 de Outubro de 1534.

Maranhão: Donatario o historiador *João de Barros*, (9) o qual ponderando com maduro juizo as muitas despezas, de que necessitava uma tal empreza, se resolveu a interessar n'ella a *Ayres da Cunha* (10) e a *Fernando Alvares de Andrade*, (11) Thesoureiro-mór do Reino, offerta que ambos aceitaram, persuadidos das mais alegres esperanças de importantes fortunas.

Associados estes tres individuos, já como senhores da parte septentrional da costa, e prevendo as difficuldades da empreza para povoal-a, reuniram-se para com maior cabedal poderem-na levar ao fim desejado. Concordando unanimemente que fosse Ayres da Cunha o chefe da expedição, partiu este de Lisboa no mesmo anno de 1535 com uma armada, em que vinham 900 homens e 113 cavallos, com tanta desventura que toda naufragou nos baixos, que rodeiam a ilha do Maranhão. Havendo escapado alguma gente por diversos modos para a ilha do Medo ou do Boqueirão, que fica na entrada da bahia, voltou depois para Portugal no primeiro navio, que lhe appareceu, por não ser bastante para fundar a povoação, por onde devia começar a Capitania.

O Padre Ayres de Cazal, na sua Corographia Brasilica, suppõe que talvez se contassem por outras tantas Capitanias os cinco pedaços, de que constavam as duas dos dois irmãos Martim e Pero Lopes de Souza, e o tal Varnhagen, de quem já fiz menção, pretende que os dois socios de João de Barros (Andrade e Cunha) foram dois distinctos donatarios, além de um certo Antonio Cardoso de Barros (12), a quem chama em auxilio de sua pretenção para preencher o numero dos 12 donatarios, de que

(9) Teve Foral datado aos 11 de Março de 1535: ignora-se a data da doação, de que apenas se faz referencia em um trecho, que vem á pag. 80 do D. da Naveg. de Pero Lopes de Souza.

(10) Teve Foral na mesma data do de João de Barros, e d'elle tambem se faz referencia no mesmo trecho citado.

(11) Teve doação datada de 18 de Junho de 1535.

(12) Teve Foral datado a 20 de Novembro de 1535; porém não existe a Carta de doação, nem do referido Foral consta em que paragem ficava a Capitania, que lhe fôra doada, nem que extensão tinha; nem d'este Antonio Cardoso se sabe outra cousa, senão que veiu com o Governador geral Thomé de Souza por Provedor da Fazenda em 1549, e que tornando para o Reino no governo de Duarte da Costa, em companhia do bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, naufragára no rio Coruripe, onde foram todos devorados pelos Cahetés.

falla o mesmo João de Barros; porém ambas estas opiniões carecem de fundamento, como demonstrei na minha Resposta ao Conego Januario, &c, pags. 73 a 78.

Duarte Coelho, donatario da Capitania de Pernambuco, passou a povoal-a com sua mulher e varias familias, no mesmo anno 1535, indo residir na pequena aldêa de Iguarassú, em quanto não começou a povoação de Olinda, da qual fez capital logo de seu principio. Das outras Capitanias não ha certeza do anno, em que começaram a ser fundadas, á excepção da de S. Vicente.

1540.

N'este anno desertando o Capitão Francisco Orellana da companhia de Gonçalo Pizarro, que havia sahido de Quito no anno anterior em demanda de novas terras com 340 Castelhanos e quatro mil Indios, desceu pelo rio das Amasonas até a sua foz, e d'alli se foi á ilha da Margarida, donde partiu para Hespanha com as riquezas, que Pizarro lhe confiára. Orellana foi o primeiro Europeu, que navegou pelo grande rio.

1543.

A primeira Casa de Misericordia, fundada no Brasil, foi a da Villa de Santos, n'este anno, como declarou o epitaphio gravado na campa de Braz Cubas, seu fundador, e sepultado na Capella-mór da Igreja, hoje Matriz, da mesma Villa; cujo estabelecimento confirmou El-Rei D. João III em Almeirim, a 2 de Abril de 1551, concedendo-lhe os privilegios dados por seu Pai as Misericordias do Reino.

1548.

N'este anno foi o naufragio e morte desastrada de Francisco Pereira Coutinho, unico donatario que teve a Bahia de Todos os Santos, na ilha de Itaparica. Não se sabe o anno em que veiu povoar a Capitania, e só que ainda não era alli no 1.º de Agosto de 1535. Aprestando uma armada á sua custa com muitos soldados e casaes partiu de Lisboa, e veiu desembarcar da ponta do Padrão

para dentro, e fortificou-se no sitio onde está a matriz de Nossa Senhora da Victoria. A' sombra da paz, em que viveu nos primeiros annos com os Tupinambas, começava a prosperar a sua colonia, quando estes selvagens romperam em hostilidades fazendo aos colonos crua guerra, destruindo-lhes suas lavouras, e obrigando-os a experimentar grandes fomes.

Vendo-se Coutinho já com pouca gente para dar remedio a tantos trabalhos, embarcou-se com os poucos colonos, que lhe restavam, e passou-se a Capitania dos Ilheos. Os Tupinambas, acostumados ao uso das mercadorias europeas, começaram a sentir a falta dos colonos, e mandaram offerecer paz e boa amizade ao Donatario, que capacitado de que não haveria perfidia no convite, embarcou de novo com todos os emigrados, e partiu para a Bahia; mas desgraçadamente, ao embocar a barra, foram assaltados por um forte temporal, que os fez naufragar nos baixos da ilha de Itaparica, onde todos os que poderam ganhar terra foram assassinados pelos selvagens á excepção de Diogo Alves Corrêa (o Caramurú) e os seus. Pela morte de Coutinho ficou a Capitania devoluta á Corôa.

1549.

El-Rei D. João III, como Soberano e pai d'este povo, que tinha vindo habitar outro hemispherio, determinou organisar a nascente colonia. O inconveniente, que podia haver para a Corôa, nos privilegios que tinha concedido com mui pouca parcimonia aos primeiros donatarios, não devia escapar ao Monarcha, a quem a experiencia era util lição; em consequencia resolveu revogar os poderes dos Capitães privilegiados, e nomear um Governador geral com plena autoridade civil e criminal. *Thomé de Souza*, que havia militado em Africa e na India, foi investido d'este importante cargo para estabelecer no Brasil uma nova administração, e fundar na Bahia de Todos os Santos uma cidade, capaz não sómente de conter os ataques dos selvagens e as aggressões dos Europeus, mas ainda de ser a séde do governo e a metropoli da America Portugueza.

O Governador geral partiu de Lisboa no dia 2 de Fevereiro, e chegou a Bahia a 29 de Março. A expedição, composta de seis velas, e mil pessoas entre gente de serviço, colonos e degradados, estava calculada para preencher os fins a que se destinava, porque era acompanha-

da de varios Officiaes de Artilharia e de Engenheiros, sem esquecer os interesses da Religião. Seis Missionarios Jesuitas, os primeiros d'esta sociedade que vieram ao novo mundo, compunham uma missão, cujo chefe era o Padre Manoel da Nobrega, um dos mais instruidos da sua ordem. Assim que desembarcou o Governador, veiu o velho *Caramurú* prestar-lhe obediencia, e assegurar-lhe o espirito dos selvagens, os quaes a vista do novo chefe e da sua comitiva, deitaram por terra os seus arcos em demonstração de paz e de amizade.

Thomé de Souza lançou os fundamentos da cidade nova, distante meia legua do antigo estabelecimento, em uma altura escarpada pouco distante da praia. Deu o nome de S. Salvador a esta metropoli do Brasil, situada aos treze graus de latitude austral, perto de um porto commodo e vasto, que se abre na Bahia de Todos os Santos. Os Tupinambás, levados pelos conselhos de Caramurú, pelo caracter circumspecto do Governador, e por outros motivos de interesse, ajudaram os colonos na edificação da cidade, cujos primeiros edificios, projectados e começados, foram a Cathedral, a Alfandega, e o Palacio do Governado.. Em quatro mezes se construiram cem casas com cerrados e plantações. Os Jesuitas obtiveram a posse de um terreno, onde edificaram logo uma Igreja, e um Collegio magnifico, para o qual a Corôa assignou depois rendimentos.

No mesmo anno mandou o Padre Nobrega á Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes, e por seu companheiro o irmão Diogo Jacome, os quaes na mencionada Villa de S. Vicente fundaram outro Collegio, e este foi o 2.° da Companhia no Brasil.

1550.

N'este anno chegou de Lisboa um galeão carregado de viveres, commandado por Simão da Gama, e no seguinte repetiu-se o mesmo soccorro em uma esquadra, de que era commandante Antonio de Oliveira, e trazia algumas moças do Recolhimento das Orphãas, mui recommendadas pela Rainha a Senhora D. Catharina ao Governador para que as fizesse casar com as principaes pessoas do Estado; conferindo-lhes em dote Officios da Justiça e Real Fazenda para nobreza e augmento do mesmo Estado. Semelhantes providencias foram annualmente continuadas por longo espaço, mandando El-Rei uma armada todos os annos com gente voluntaria, orphãos, degradados, ma-

teriaes, e todo o genero de mercancias, para se venderem aos moradores pelo custo do reino, e repartirem em pagamento pelos que tinham ordenado ou soldo.

1551.

Bulla do SS. Padre Julio III, datada em Roma a 4 de Janeiro de 1551, nomeando a El-Rei D. João III e a seus successores na Corôa de Portugal Grão-Mestres Perpetuos das tres Ordens militares de Christo, Aviz, e S. Thiago.

A Ordem dos Cavalleiros de Nosso Senhor Jesuz Christo foi creada em tempo de El-Rei D. Diniz por Bulla datada em Avinhão aos 14 de Maio de 1319, com o fim de substituir a extincta ordem dos Templarios, e por consequencia com as mesmas condições, ficando com os bens, que á esta pertenciam em Portugal para seu patrimonio. Os Cavalleiros de Christo, obrigados a servir na guerra contra os Sarracenos, obraram prodigios de valor, e suas façanhas produziram rivalidades e ciumes entre elles e os Cavalleiros de S. Thiago e de Aviz, cujas intrigas e desavenças eram sustentadas pelos Prelados, Mestres e Balios destas tres Ordens.

Informado o SS. Padre Adriano IV, e depois Julio III, de todas estas rixas e desavenças, e convencidos de que só tinham por origem não estarem aquellas tres Ordens debaixo da direcção de um só Prelado, conferiram a El-Rei D. João III o Grão-Mestrado vitalicio das ditas tres Ordens. Como porém, depois da creação do Grão-Mestrado vitalicio na pessoa de El-Rei D. João III, se desvanecessem as intrigas e ciumes, nomeou o mesmo Julio III, pela citada Bulla de 4 de Janeiro, aos Senhores Reis de Portugal Grão-Mestres Perpetuos das ditas tres Ordens, unindo-as perpetua e plenissimamente á Corôa de Portugal, ainda cahindo a Realeza em Senhoras ou Menores.

Era em virtude d'este Grão-Mestrado, que os Senhores Reis de Portugal exerciam no Brasil o direito do Padroado em nome da Ordem de Christo; porém este Padroado, quér exercido como direito puramente magestatico, quér dependente da Ordem de Christo, sempre foi no Brasil considerado como direito inherente á Corôa.

1552.

No dia 1.° de Janeiro d'este anno chegou a S. Salvador D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro Bispo do Brasil,

que havia sido confirmado por Bulla passada no anno anterior sob o Pontificado do SS. Padre Julio III. A povoação do Brasil, abandonada ao acaso durante meio seculo, tinha ficado quasi sem religião e sem leis, e por isso estavam os colonos entregues a todo o genero de vicios e de crimes, que não he facil conceber em uma sociedade civilisada. O Clero secular, que existia na colonia, participava tambem de todas as paixões dos colonos. Chegando porém o Bispo, e de accordo com o Governador geral Thomé de Souza, pôz algum termo á estas deploraveis desordens.

1553.

Estando para concluir-se o quatrienio da sua administração, pediu Thomé de Souza ser rendido, e veiu substituil-o Duarte da Costa como 2.° Governador geral do Estado do Brasil, o qual chegou a S. Salvador no dia 13 de Julho d'este anno, e depois de perto de cinco de governo se retirou á Côrte no de 1558. Acompanharam o novo Governador dezaseis Jesuitas, entre os quaes se distinguia o Padre José de Anchieta, destinado a fazer-se celebre como o *Apostolo do Novo Mundo*.

N'este mesmo anno creou o Patriarcha Santo Ignacio a nova Provincia independente do Brasil para os da sua Ordem, e para Provincial nomeou o Padre Manoel da Nobrega.

1554.

Como os Padres da Companhia de Jesuz eram já em grande numero, e de todas as partes lhes chegavam discipulos e catechumenos, resolveu o Padre Nobrega, primeiro Provincial do Brasil, estabelecer um Collegio nas planicies de Piratininga, debaixo da direcção do Missionario Anchieta. O Collegio, fundado n'este anno com o auxilio dos Indios convertidos, tomou a invocação de S. Paulo, porque a primeira missa celebrada n'elle foi a 25 de Janeiro do seguinte anno, dia da conversão d'este Apostolo; cujo nome se estendeu ao depois á cidade alli construida, e que chegou a ser tão famosa nos annaes da America Portugueza.

1555.

N'este anno , á instancias d'El-Rei D. João III , foi creado no Brasil o primeiro Bispado , cuja séde foi S. Salvador na Bahia de Todos os Santos , em conformidade da Bulla do 1.° de Março — *Super specula militantis Ecclesiæ* — no Pontificado do SS. Padre Julio III ; cujo Bispado devia abranger toda a terra descoberta , e a que em adiante se descobrisse , desde o norte da Provincia até o sul della. Parece singular que a nomeação e confirmação do Bispo precedesse de quatro annos a creação do Bispado , que devia administrar , visto que o Bispo , sendo confirmado em 1551, tomou posse no seguinte anno, e a Bulla da creação do Bispado só fôra expedida em 1555. Sem embargo, esta he a verdade, e d'este facto e suas circumstancias, diz Monsenhor Pizarro nas suas Memorias , que jamais póde obter a menor noticia, que destruisse suas conjecturas duvidosas. Entretanto ha mais dois factos semelhantes com a creação dos Bispados do Rio de Janeiro e de S. Paulo, em que apparecem os Bispos confirmados antes das Bullas da creação d'estes dois Bispados, como adiante se verá.

As riquezas naturaes do Brasil , muito exageradas pela importancia que ja lhes dava o governo portuguez, despertaram a ambição dos povos navegantes , advertindo-os que suas bandeiras podiam tambem fluctuar pelos mares , que banham as costas orientaes da America do Sul. Já alguns armadores francezes tinham feito celebres em seu paiz a Bahia de Todos os Santos e o porto de Cabo Frio , cuja occupação não devia ser exclusiva dos Portuguezes. O projecto pois de formar um estabelecimento permanente n'este paiz deslumbrou de tal fórma a Nicolau Durand de Villegaignon , Cavalleiro de Malta e Vice-Almirante da Bretanha , que concebeu desde logo o designio de crear aqui uma especie de soberania independente, e que podesse servir de asylo aos sectarios de Calvino , cujas maximas havia adoptado : suas relações com o Almirante Coligny muito concorriam para favorecer seus intentos. Conseguindo que lhe confiassem dois navios bem armados, veiu com elles demandar, em Novembro d'este anno, a bahia de Nictheroy. Em uma ilha deserta , cingida de rochedos á flor d'agoa , desembarcou Villegaignon , fazendo construir toscamente um Forte , a que deu o nome de Coligny , e que hoje tem o do seu fundador.

1556.

Os mestiços de S. Paulo, isto he, descendentes de Portuguezes e Brasileiras, conhecidos pela denominação de *Mamelucos*, excitando algumas tribus visinhas vieram atacar o Collegio de Piratininga, mas o Padre Anchieta, armando os novos convertidos, repelliu os aggressores. O Bispo de S. Salvador, D. Pedro Fernandes Sardinha, indignado de tanta ousadia, procedeu logo contra aquelles malfeitores, porém longe de achar apoio na autoridade civil, foi isto causa de serias desavenças entre o Prelado e o Governador Geral. N'esta conjunctura embarcou o Bispo para Lisboa, no dia 2 de Junho, com designio de ir pessoalmente submetter á decisão d'El-Rei as discordias do Clero com o Governador; porém tendo a desgraça de naufragar entre o Rio de S. Francisco e Coruripe no dia 16 do mesmo mez, cahiu em poder dos Cahetés com toda a tripulação, que se tinha salvado na costa. Homens, mulheres, crianças e velhos foram todos, em numero de cem, devorados por estes selvagens, sem exceptuar o proprio Bispo, a primeira e a mais deploravel victima.

N'este mesmo anno falleceu em Roma o Patriarcha S. Ignacio de Loyola aos 31 de Julho com 65 annos de idade, e 16 depois de haver fundado a Companhia de Jesuz já propagada por quasi todo o Orbe, com varios Collegios religiosos em 13 provincias, (entre as quaes uma no Brasil) sem contar a de Roma.

1557

Villegaignon, depois das primeiras relações com os naturaes, cuidou de fazer constar á Corôa de França a sua bella acquisição, reclamando não só reforços, mas por outras vias secretas ao Almirante Coligny tinha pedido Doutores da seita de Calvino. Com effeito uma nova expedição foi preparada á custa de Henrique II, a qual tinha por chefe *Bois le Comte*, sobrinho do mesmo Villegaignon, com uma colonia de Protestantes francezes e dois Ministros Calvinistas; esta expedição chegou em Março d'este anno ao Forte Coligny, onde foi acolhida por Villegaignon com toda a benevolencia. Porém, não sen-

do já o apoio e a propagação do Calvinismo o fim principal a que elle se propunha, começou a dar preferencia aos interesses temporaes. A mudança total no procedimento, e nas opiniões de Villegaignon provou logo aos colonos protestantes, que este chefe tinha illudido as esperanças de Coligny.

N'este mesmo anno (a 11 de Junho) morreu El-Rei D. João III, em consequencia do que subiu ao throno seu neto D. Sebastião, filho posthumo do Principe D. João, na tenra idade de tres annos, ficando Regente do Reino sua avó a Rainha D. Catharina de Austria.

Diz Jaboatão, na segunda parte da sua Chronica, que em um caderno antigo dos obitos da Sé da Bahia achara o seguinte assento: « Aos cinco dias do mez de Outubro « de 1557 fallesceu Diogo Alvares Corrêa, Caramurú, da « povoação do Pereira; foi enterrado no mosteiro de Je- « suz: ficara por seu testamenteiro João de Figueiredo, « seu genro: o *Cura* João Lourenço a fl. 70» —A povoação do Pereira, continua o mesmo Jaboatão, de que falla o referido assento, era Villa Velha, a primeira que fundou seu donatario, tambem primeiro, Francisco Pereira Coutinho, no sitio da Victoria, contiguo á Nossa Senhora da Graça, em que tinha o Caramurú a sua moradia. O mosteiro de Jesuz era o Collegio e Igreja dos Padres da Companhia, que assim era nomeado n'aquelle tempo: João de Figueiredo era o Mascarenhas, genro do Caramurú, casado com a sua filha Apollonia Alvares.

1558.

A Côrte de Lisboa, ciosa pelas vantagens do seu commercio, começou a inquietar-se com a empreza de Villegaignon, e enviou a Mem de Sá, como 3.º Governador geral do Brasil, para render a Duarte da Costa, incumbido de lançar os Francezes fóra do Rio de Janeiro. Mem de Sa, depois de tomar posse do governo em S. Salvador, começou a pôr em execução esta parte das suas instrucções; porém achou tanta repugnancia no conselho de seus subordinados, cujas apprehenções foram dissipadas pelo padre Nobrega, que só a principio do anno de 1560 pôde verificar a sua expedição.

1559.

Villegaignon, depois da conjuração dos interpretes normandos contra a sua vida, tornou-se ainda mais sombrio e mais cruel, a ponto de empregar contra os Protestantes toda a severidade, expulsando-os do Forte e do continente; com tudo não ficou por muito tempo de posse da autoridade, de que fazia odioso abuso. Reduzido a fracos meios de defeza, resolveu embarcar-se para a metropoli afim de reclamar novos soccorros, e fazer prevalecer os seus projectos. Deixou a ilha e o Forte guarnecidos por cem Francezes da sua confiança, e partiu em Outubro d'este anno, fazendo lançar ao mar o Ministro Protestante, que tinha ficado com elle.

D. Pedro Leitão, 2.º Bispo do Brasil, confirmado pelo SS. Padre Paulo IV, chegou á cidade de S. Salvador a 4 de Dezembro d'este corrente anno, e tomou posse do Bispado no dia 9 do mesmo mez e anno, sendo-lhe conferida, por Provisão de 16 de Junho do anno seguinte, a attribuição de Juiz dos Cavalleiros das tres Ordens militares. Dotado de grande zelo pastoral, e ajudado pelo Governador Mem de Sá, foi incansavel em promover a catechese dos indigenas, dos quaes, só em 1561, formou onze aldêas na ilha de Itaparica, onde administrou o Sacramento do Baptismo a 631 neophitos. Foi este Bispo quem conferiu ordens sacras ao Veneravel José de Anchieta, um dos mais brilhantes luminares da nascente Igreja brasileira. Tambem acompanhou ao Governador Mem de Sá na sua segunda expedição ao Rio de Janeiro em Novembro de 1566, para auxiliar a Estacio de Sá na expulsão dos Francezes. Ignora-se o dia, mez e anno, em que falleceu este Prelado, e só se sabe que fôra na cidade de S. Salvador, depois de haver visitado a Capitania de S. Vicente, na era de mil quinhentos e setenta e tantos, e teve por jazigo a Capella de Nossa Senhora do Amparo na Sé, d'onde, passados alguns annos, foram seus ossos trasladados para Lisboa.

1560.

Mem de Sá, havendo recebido novas ordens da Côrte pelo Capitão-mór Bartholomeu de Vasconcellos, aprestou do melhor modo que pôde uma expedição, composta de

duas náus de alto bordo, e de oito ou nove navios bem sortidos, e com ella partiu de S. Salvador no dia 16 de Janeiro d'este anno; chegando á barra, esperou por outras forças enviadas de S. Vicente, para entrar em reunião no dia 21 de Fevereiro seguinte. Dadas as ordens competentes fez o Governador atacar a ilha de Villegaignon, já fortificada a preceito, e sem obstar o fogo excessivo, que sobre as nossas embarcações d'alli faziam os contrarios, no dia 15 de Março ganhamos a terra, e dois dias depois o Forte com toda a sua artilharia e petrechos de guerra, fugindo para as suas canoas os que poderam escapar do nosso ferro.

Mem de Sá, não podendo conservar a ilha, fez demolir a fortaleza e conduzir a artilharia para bordo dos seus navios, e desaferrando do Rio de Janeiro foi surgir em S. Vicente no ultimo do mez de Março, com o fim de visitar a primeira e mais antiga Capitania do Brasil. D'alli mandou aviso a Lisboa, em carta datada de 16 de Junho, para certificar a victoria. Durante a sua residencia em S. Vicente mandou transferir para a planicie de Piratininga o estabelecimento de S. André, que se achava exposto aos ataques imprevistos das tribus inimigas. N'este novo sitio a colonia tomou o nome de S. Paulo, e veiu a ser logo a cidade mais consideravel e florescente d'esta parte do Brasil.

1561.

Mem de Sá, tornando para S. Salvador na monção d'este anno, recebeu dos habitantes da nova cidade as provas mais lisongeiras de uma alegria delirante pela sua victoria; mas a estes testemunhos de rigozijo publico succederam logo novos motivos de temor e de tristeza. O Governador só pôde gozar de um curto intervalo de paz. As Capitanias dos Ilheos e de Porto Seguro eram assoladas pelos Aymorés, a mais terrivel das povoações indigenas; reunindo então todas as forças, de que podia dispôr, embarcou-se Mem de Sá e fez-se á vela para o porto dos Ilheos, e dalli se dirigiu logo em busca do inimigo; marchou por pantanos e terras alagadas, e por fim, encontrando os selvagens, fez-lhes grande mortandade. Voltava triumphante quando os Aymorés sahiram de emboscada, e cahiram sobre os Portuguezes, mas estes estendendo-se logo pela frente e flanco dos selvagens os envolveram e

derrotaram completamente. Os Aymorés, juntando forças consideraveis, voltaram por terceira vez em tão grande numero, que se lisongeavam de vingar-se de seus inimigos; mas foram de novo desbaratados em muitas acções, e pediram paz, que lhes foi concedida em termos ordinarios.

1562. 1565.

Em quanto Mem de Sá obtinha este triumpho nos Ilheos, formava-se por outro lado uma das mais terriveis confederações de selvagens, que jamais ameaçara o poder portuguez no Brasil. Os Tamoyos, senhores então de todo o paiz situado entre o Rio de Janeiro e S. Vicente, ajuntaram-se para atacar os Portuguezes. Vencedores no primeiro encontro, estenderam suas vistas sobre S. Paulo, que teriam anniquilado se um catechumeno não descobrisse o projecto. Assim mesmo a villa foi atacada; porém defendida pelos Indios Christãos, commandados por Martim Affonso (nome de baptismo do celebre Tebyreçá), pôde resistir com grande damno dos selvagens.

Mas se o valor d'este chefe e o zelo dos Jesuitas se assignalaram com bom successo na defeza de S. Paulo, por outro lado os inimigos eram victoriosos em S. Vicente e na Capitania do Espirito Santo, onde morreu combatendo Fernão de Sá, filho do Governador geral. A guerra continuava com incrivel tenacidade da parte dos Tamoyos; todas as tribus se reuniam para um ataque geral, e o perigo parecia imminente, quando os dois Apostolos do Brasil (Nobrega e Anchieta), cheios de zelo e de fé, resolveram entregar-se aos selvagens na esperança de obter d'elles a paz. Com effeito, depois de cinco mezes de padecimentos, de angustias, e de sacrificios de todo o genero, coroou Deos a obra d'estes seus Ministros, permittindo concluir uma pacificação tão difficil. A milagrosa embaixada dos dois Missionarios foi reputada como a salvação das colonias portuguezas.

No fim do anno de 1562, a 25 de Dezembro, morreu Martim Affonso Tebyreçá, o mais poderoso chefe da tribu dos Guayanazes, tão amigo dos Jesuitas como fiel alliado dos Portuguezes, e cuja morte foi uma grande perda para a recente colonia.

1564.

Quando a Côrte de Lisboa recebeu a noticia de que Nobrega e Anchieta acabavam de concluir a paz com os Tamoyos, resolveu logo não perder a occasião de fundar uma colonia no Rio de Janeiro, e excluir inteiramente os Francezes d'esta bahia e costa. Com effeito Mem de Sá só havia conseguido desalojal-os da ilha de Villegaignon; porém refugiados no continente, fortificaram-se de novo com o apoio dos Tamoyos e dos Tupinambás seus alliados, que elles haviam disciplinado, e tornaram a occupar e fortificar a mesma ilha abandonada pelos Portuguezes, chamada entre os selvagens *Uraçumiri*, e a do Gato ou *Paranapucuy*. Com este intento foi enviado de Lisboa Estacio de Sá, sobrinho do Governador, com dois galeões, trazendo a seu tio ordem para ajudal-o com todas as forças da colonia, afim de expulsar os Francezes estabelecidos no Rio de Janeiro. Estacio de Sá chegou a S. Salvador no principio d'este anno, e alli se demorou durante todo elle, em quanto o Governador geral preparava a expedição n'aquelle porto com as munições precisas de bocca e de guerra e com soldados experimentados.

N'este mesmo anno foi completamente destruida pelos ferozes Abatirás a villa de S. Amaro, cujos vestigios apenas se divisam hoje perto do morro, coroado com a ermida de Nossa Senhora d'Ajuda, tres leguas ao Sul de Porto Seguro.

1565.

No principio d'este anno partiu Estacio de Sá da Bahia com a sua frota, e veiu surgir na barra do Rio de Janeiro em dias do mez de Fevereiro; mas como tinha necessidade de embarcações de remos, e de maior numero de combatentes, sem o que se punha em risco contra forças superiores, tomou a deliberação de proseguir a viagem para Santos, onde appareceu em dias de Março. Achava-se então a provincia mui falta de viveres e de gente para soccorrer prestes a armada, e por isso aqui se demorou durante todo este anno, em quanto chegavam da Bahia e da Capitania do Espirito Santo outros soccorros.

1566.

No dia 20 de Janeiro d'este anno partiu a expedição de Estacio de Sá do porto *Buriquioca* (hoje por corrupção Bertioga), e veiu surgir no principio de Março dentro da barra do Rio de Janeiro. O Capitão-mór fez logo desembarcar a infantaria, e se fortificou em lugar accommodado junto ao Pão d'Assucar; porém as forças inimigas eram tão superiores, que durante todo este anno apenas poderam os Portuguezes manter-se nas suas fortificações, ainda que com grande perda e escarmento dos contrarios, que soffreram muitas derrotas parciaes, tanto em terra como no mar.

Advertido o Governador geral pelo Padre José de Anchieta da embaraçosa posição de seu sobrinho o Capitão mór Estacio de Sá no Rio de Janeiro, e da necessidade de prompto soccorro, preparou nova expedição, e com ella partiu pessoalmente em Novembro d'este mesmo anno da Bahia, trazendo comsigo sufficiente numero de embarcações, com muitas provisões de bocca, e muita gente voluntaria; e passando pelo Espirito Santo recolheu alli 200 indios flecheiros, commandados pelo celebre *Araribóia*, que depois de convertido se chamou Martim Affonso de Souza.

1567.

A frota do Governador geral chegou á barra d'esta bahia no dia 18 de Janeiro d'este anno; a sua presença reanimou os Portuguezes quasi desfallecidos por falta de munições de bocca e de guerra. Mem de Sá, querendo assignalar o principio das suas operações, mandou atacar as fortificações do inimigo no dia 20 por ser o de S. Sebastião, nome do Monarcha reinante. N'esse dia foi tomada a praça forte de *Uraçumiri*; uma flecha disparada dos contrarios atravessou infelizmente o rosto do Capitão-mór Estacio de Sá, que morreu um mez depois em consequencia desta ferida. Depois da primeira victoria seguiu-se o ataque da ilha do Gato ou *Paranapucuy*, que tambem se rendeu; os Portuguezes occuparam toda a bahia, fugindo os Francezes que escaparam para bordo de suas naus, e os Tamoyos pediram pazes, desenganados da fraca protecção, com que os embalavam, havia onze annos, aquelles seus fingidos amigos e alliados.

O Governador geral, em consequencia das suas ins-

trucções, traçou sobre a praia occidental d'esta bahia o plano de uma nova cidade, debaixo da invocação de S. Sebastião; e tendo de retirar-se n'este mesmo anno para S. Salvador, nomeou Capitão-mór d'esta nova colonia a outro seu sobrinho Salvador Corrêa de Sá, que muita parte tivera n'esta conquista. O chefe dos indigenas convertidos Martim Affonso de Souza, alias Arariboia, que tanto se havia assignalado nas ultimas expedições, foi collocado com a sua gente do outro lado da bahia, no lugar chamado hoje S. Lourenço.

1568.

Os Francezes confiando na amizade dos Tamoyos, que povoavam Cabo Frio, voltaram com quatro náus a este porto, onde estacionaram para dirigir d'alli suas expedições contra os Portuguezes. Vieram com effeito Francezes e Tamoyos atacar a aldêa de S. Lourenço, mas foram repellidos de tal modo pelos Indios e por alguns soldados nossos, que logo se fizeram em busca de suas embarcações, e despejaram o porto com menor brio do que trouxeram. Constando a Salvador Corrêa de Sá, que em Cabo Frio tinha ficado uma náu bem artilhada e carregada de mercadorias, partiu com uma frotinha de canôas, acompanhado do celebre Arariboia, e atacando a náu, abordou-a valerosamente e a rendeu. N'este ataque cahiu Corrêa de Sá tres vezes ao mar, mas sempre salvo pelos Indios, que o acompanhavam. Conduzida a náu para o Rio de Janeiro serviu a sua grossa artilharia para guarnecer a fortaleza da barra.

Cumprindo El-Rei D. Sebastião 14 annos de idade tomou conta do governo da Monarchia no dia 20 de Janeiro d'este mesmo anno.

1570.

Os Jesuitas, sempre empregados na propagação da fé, tinham ja feito grandes serviços á Corôa de Portugal, tanto na India como na America, e por isso resolveu El-Rei mandar ao Brasil um reforço d'estes Missionarios com D. Luiz de Vasconcellos, que escolheu para succeder

a Mem de Sá no governo da colonia. Sessenta e nove padres se reuniram em Lisboa, e embarcaram na frota, que devia trazer o novo Governador. Portugal ainda não tinha mandado para o Occidente expedição alguma tão consideravel; porém contrastada pelos ventos e pelas correntes, dividiu-se, e foi inteiramente destroçada e anniquilada n'este anno pelos dois famosos corsarios Jacques de Soria e João Capdeville, Huguenotes sahidos da Rochella com o intuito de exterminar todos os Catholicos, que cahissem em seu poder. O desgraçado Governador morreu combatendo; e dos sessenta e nove Missionarios apenas um chegou ao seu destino para confirmar a noticia de tanta desgraça, e do martyrio dos seus companheiros.

N'este mesmo anno, a 18 de Outubro, morreu em S. Salvador o Padre Nobrega, que havia sido o primeiro Provincial dos Jesuitas no Brasil, aos 53 annos de idade.

1572.

Quando El-Rei D. Sebastião soube da morte de Vasconcellos, nomeou a Luiz de Brito e Almeida Governador geral (e foi o 4.º) para render a Mem de Sá. Luiz de Brito chegou a S. Salvador n'este anno, e tomou posse. Mem de Sá depois de haver entregado o bastão de Governador ao seu successor, morreu n'este mesmo anno, e foi sepultado no Cruzeiro da Igreja dos Jesuitas, cuja campa conserva ainda o seu epitaphio.

Luiz de Brito não succedeu em toda a autoridade do seu antecessor: o augmento da colonia foi tão rapido no tempo da administração de Mem de Sá, que a Côrte de Lisboa julgou conveniente dividir o Brasil em dois governos distinctos. A Bahia continuou a ser a residencia do antigo Governador, cuja autoridade devia estender-se sobre as Capitanias do Norte, e a cidade de S. Sebastião veiu a ser a séde do novo governo do Rio de Janeiro, cuja jurisdicção começava na Capitania de Porto Seguro, e comprehendia todos os estabelecimentos ao Sul; este foi dado ao Dr. Antonio Salema, que passou de Ouvidor de Pernambuco para Governador geral da Capitania do Sul.

Não se sabe fixamente o anno, em que Antonio Salema viera governar o Rio de Janeiro. Pizarro diz que fôra no anno de 1577, porque no de 1572 tomára posse do governo como Capitão-mór Christovão de Barros, que tendo acompanhado a Estacio de Sá como Capitão de uma

náu, residia na mesma cidade. Ora, Luiz de Brito governou até o anno de 1577, e antes de concluir a sua administração tornou El-Rei a reunir os dois governos do Brasil em um só, sujeitando o do Rio de Janeiro ao da Bahia, pois que elle ainda governou a colonia inteira, e deve suppôr-se que a reunião tivera lugar no anno de 1576. Portanto a posse de Salema no Rio de Janeiro devia ser, senão no anno de 1572, ao menos no seguinte, ou quando muito no de 1574; e tanto mais que durante o seu governo apparece Christovão de Barros como commandante de uma expedição de 400 Portuguezes e 700 indios alliados contra os Tupinambás e Tamoyos. O que prova que Barros fôra apenas Capitão-mór interino na ausencia de Salvador Corrêa de Sá, em quanto não chegava o successor; razão porque D. Marcos de Noronha não faz d'elle menção como Governador do Rio de Janeiro, nem apparece a sua memoria nos livros da Camara.

1573.

O Governador Luiz de Brito, sem os encargos da repartição do Sul, começou a dar toda a attenção aos descobrimentos interiores. Então já se acreditava na existencia de minas preciosas no Brasil, e Sebastião Fernandes Tourinho foi destinado para fazer as primeiras explorações. Subindo pelo Rio Doce (n'este anno) reconheceu parte do territorio, hoje de Minas Geraes, atravessou o Jiquitinhonha, e voltou por elle a beira mar com as provas da existencia de ricas e copiosas minas n'aquellas paragens.

1574. 1575.

Por estes annos a nascente cidade de S. Sebastião estava sempre ameaçada, não só pelos Tupinambás e Tamoyos como tambem pelos corsarios francezes, que continuavam seu commercio com aquelles indigenas. Antonio Salema, homem firme e inteligente, resolveu livrar o seu governo d'estes inimigos irreconciliaveis: ajuntou um corpo de quatrocentos Portuguezes e setecentos Indios auxiliares, debaixo da direcção de Christovão de Barros, e fez atacar ao mesmo tempo os Tupinambás, os Tamoyos, e seus alliados europeus. Os Portuguezes vencedores fizeram nos selvagens horrivel mortandade: os Ta-

moyos foram quasi todos anniquilados, e o resto da tribu dos Tupinambas, abandonando a costa, fugiu para o interior, buscando os sertões da Bahia.

Como a perseguição foi constante em toda a extensão da nova colonia, os Tupinambas, para se não entregarem á discrição dos vencedores, resolveram fugir para sempre de uma terra, que elles tambem haviam conquistado; afinal fascinados pelo discurso de *Japy-Assú*, um dos chefes a quem a experiencia e a longa idade davam maior influencia e credito, emprehenderam uma longa emigração, e partiram em chusmas dirigindo-se para o Norte. Detidos emfim pelo grande rio Amasonas, estabeleceram-se sobre muitos pontos da sua margem meridional, desde a confluencia com o Madeira até a sua embocadura. Este acontecimento extraordinario deixou toda a costa meridional em poder dos colonos portuguezes, sem que tivessem mais a temer a influencia dos corsarios europeus sobre as povoações indigenas.

1576.

Em Olinda fundaram os Jesuitas Convento no 1.º de Janeiro d'este anno por ordem d'El-Rei D. Sebastião com renda da Real Fazenda de 400$000 réis para sempre, confirmada pelo Cardeal Rei D. Henrique em 1579, e transmutada em assucar, 10$000 réis para vinho e hostias, algum gado, e lavouras de mandioca em terras proprias.

Alvará de 7 de Fevereiro d'este mesmo anno, dado em Almeirim, pelo qual El-Rei D. Sebastião cometteu ao Governo geral do Estado apresentar no Real Nome os Beneficios do Brasil, em razão de pertencerem ao seu Real Padroado e Apresentação, como Governador e Perpetuo Administrador da Ordem de Christo.

D. Fr. Antonio Barreiros, da Ordem de Aviz, 3.º Bispo do Brasil, chegou a S. Salvador em dia da Ascenção d'este corrente anno. Ignoram-se os seus trabalhos apostolicos, constando aliás que no seu tempo se fundou na mesma cidade o Convento de S. Francisco, existindo o Governador D. Francisco de Souza, e acontecêra o destroço da armada dirigida da Rochella contra a Bahia, pelo

impio trato que aquelles hereges deram a uma imagem de Santo Antonio, lançando-a por fim ao mar atada n'um canhão, do qual desunindo-se, foi-lhes apparecer em caminho para a Bahia, quando a equipagem da náu capitania, tendo chegado destroçada á Sergipe de El-Rei, era conduzida sob prisão á mesma cidade, onde padeceu pena ultima.

Consta igualmente, que fôra zeloso nos deveres do Episcopado, e não menos nos negocios da administração civil, substituindo, como membro do governo interino, ao Governador Manoel Telles Barreto, que falleceu em Março de 1587. Ignora-se o dia, mez e anno da morte d'este Prelado, e só se sabe que fallecêra na era de mil quinhentos noventa e tantos na cidade da Bahia, e jaz na Capella-mór da antiga Igreja dos Jesuitas.

Sendo muito incommodo aos habitantes do Sul, e mesmo difficil o recurso prompto dos negocios ecclesiasticos ao Bispo da Bahia, a proporção que na nova Cidade de S. Sebastião, e nos lugares mais remotos ao Sul da Capitania, crescia a população; por motivo tão urgente, e a instancias d'El-Rei D. Sebastião, desannexou o SS. Padre Gregorio XIII, por breve de 19 de Julho d'este mesmo anno, o territorio do Rio de Janeiro, creando n'elle uma Prelazia com jurisdicção ordinaria, e independente do Bispo Diocesano do Brasil.

Passados quatro annos, viu-se que a divisão civil do Brasil em dois governos separados era nociva aos interesses da colonia, e a Côrte de Lisboa; por um contraste bem notavel entre as cousas civis e ecclesiasticas, sujeitou de novo o governo do Rio de Janeiro ao da Bahia, quando se acabava de separar a jurisdicção espiritual entre ambos territorios. Suppõe-se que fôra esta reunião effectuada n'este anno, porque nos fins da sua administração Luiz de Brito governou a colonia inteira, e este Governador retirou-se no anno seguinte.

1577.

Autorisados então os Senhores Reis de Portugal pelo mesmo Breve de 19 de Julho do anno anterior para ins-

tituir e deputar os sujeitos, que no cargo de administradores d'esta nova Diocese deviam de ser nomeados; e aos eleitos fosse tambem concedido exercitar a jurisdicção ecclesiastica, sem necessidade de outra licença, approvação ou confirmação, além do provimento Regio: por effeito de privilegios tão amplos nomeou El-Rei D. Sebastião para o cargo de primeiro Prelado administrador do Rio de Janeiro, por carta de 11 de Maio d'este anno, a Bartholomeu Simões Pereira, Presbitero do habito de S. Pedro e Bacharel formado. Este Prelado retirando-se em 1591 para a Capitania do Espirito Santo, alli falleceu no mez de Junho de 1597.

Consta que n'este anno se retirára para Portugal Luiz de Brito e Almeida, Governador geral do Estado do Brasil, antes de entregar o bastão ao seu successor.

1578.

No 1.° de Janeiro d'este anno tomou posse do governo do Estado do Brasil Diogo Lourenço da Veiga, 5.° Governador geral, o qual veiu render a Luiz de Brito e Almeida.

No principio d'este anno, ou no fim do anterior, tomou pela segunda vez posse do governo do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá com a mesma Patente de Capitão-môr datada a 10 de Janeiro de 1576. Não consta o dia da posse.

N'este mesmo anno, tão calamitoso para Portugal, morreu em Africa El-Rei D. Sebastião, (no dia 4 de Agosto) com a flôr da sua nobreza. A dôr publica derramou por todo o reino luto geral, e o sceptro passou ás mãos do Cardeal Infante D. Henrique, cuja idade avançada promettia proximo fim. Foi acclamado no dia 28 de Agosto tendo de idade 66 annos e meio.

1579.

Os Potyguarés (1), naturaes da Parahyba, unidos com os Francezes, que vinham traficar em pau brasil, faziam graves damnos aos povoadores de Itamaracá e de Iguarassú, e por isso mandou o Cardeal Rei D. Henrique pelos Governadores de Pernambuco lançar fóra os Francezes, e subjugar os Indios. Com este objecto partiu de Olinda o Capitão João Tavares com uma bandeira a povoar a Parahyba no anno de 1578 para o de 1579.

A nova povoação foi elevada á cidade pelos annos de 1584 ou 1585 com o nome de *Filipea,* em obsequio de Filippe II de Hespanha e 1.º de Portugal.

Filippe II de Castella, temendo a concurrencia da Duqueza de Bragança D. Catharina na successão á Coróa de Portugal, offereceu ao Duque seu esposo todas as colonias portuguezas em plena soberania, com o titulo de Rei, se ella (D. Catharina) quizesse desistir de seus direitos. Nem o Rei de Hespanha fazendo este offerecimento, nem o Duque de Bragança rejeitando-o, souberam apreciar toda a sua importancia.

1580.

O Cardeal Rei D. Henrique morreu no ultimo de Janeiro, no mesmo dia do seu nascimento, com 68 annos

(1) Não he possivel entenderem-se os escriptores ácerca dos nomes proprios das hordas selvagens do Brasil, tão variados são e discordantes entre si. O certo he que Potyguarés, Putyguaras, Pitiguarés ou Pitagoares, tão diversos em suas escripturas, são com tudo uma e a mesma casta de Indios, que habitavam desde Pernambuco até o Pihauhy, e ainda além como querem alguns. Determinar uma zona para estas raças errantes seria o mesmo que abrir caminho sobre as aguas do oceano ou sobre as arèas movediças do deserto; e por isso parece cada escriptor, que falla de uma raça distincta, n'esta ou n'aquella parte da costa, quando quasi sempre se dirigem a um mesmo povo. Só por isto se póde ver quão estupida não he a pretenção do tal Francisco Adolpho Varnhagen, que queria submetter todos estes nomes á uma escriptura sua, inventando com este fim uma orthographia selvagem: tão certo he que ha no mundo gente para tudo,

justos de idade, deixando o sceptro encarregado a cinco Governadores do Reino, até se decidir a quem pertencia a Corôa. O Prior do Crato, D. Antonio, foi acclamado Rei pela plebe em Santarem, e passou a Lisboa, d'onde foi expulso pelas tropas hespanholas, que tomaram conta do reino em Dezembro d'este anno.

Finalmente Filippe II de Castella foi declarado Rei de Portugal nas Côrtes, que se celebraram em Thomar a 19 de Abril do anno seguinte, e fez a sua entrada publica em Lisboa com o maior apparato e grandeza, que até alli se tinha visto.

1581.

N'este anno foi geralmente reconhecida em todo o Brasil a soberania de Filippe II como Rei de Portugal.

A administração de Diogo Lourenço da Veiga foi assignalada sómente por esta mudança de dominio. Pouco tempo depois este Governador, velho e doente, vendo-se no fim da sua carreira renunciou a sua autoridade em mãos do Senado da Camara e do Ouvidor Geral Cosme Rangel de Macedo. Filippe II confirmou esta nova fórma de governo collectivo, que durou quasi dois annos.

Sem embargo de por differentes épocas terem vindo ao Brasil Missionarios Benedictinos, a Ordem de S. Bento só foi estabelecida permanentemente n'este Estado no presente anno; começando a fundar na Bahia o seu Mosteiro, o qual se uniu á Congregação de Portugal no Capitulo celebrado em Pombeiro em 1584: onde sahiu eleito para D. Abbade da Bahia seu fundador o Padre Fr. Antonio Ventura.

1582.

Suppõe-se que n'este anno teve principio a Casa de Misericordia do Rio de Janeiro, porque n'elle chegou a este porto uma armada de Castella, que constava de dezaseis náus, em que vinham tres mil homens, de que era General Diogo Flores Baldez. Com os temporaes padeceu muito esta armada, porque lhe adoeceu muita gente; e assim chegaram ao Rio, bem necessitados de remedio e de agasalho. Achava-se n'aquella occasião e nesta cida-

de o Veneravel José de Anchieta, visitando o Collegio da sua Religião, fundado em 1567. Como o Veneravel Padre era varão santo, levado da caridade tomou muito por sua conta a cura e o remedio de todos aquelles enfermos, dando traça como se lhes assignasse uma casa, em que podessem ser curados todos e assistidos; para o que destinou alguns Religiosos, assistindo tambem elle ao mais com as medicinas, medico, e cirurgião.

Por esta occasião teve principio o Hospital da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Quanto a sua fundação reduzem-se as noticias, que se acham ao presente, á uma Provisão do Prelado administrador ecclesiastico d'aquella repartição Bartholomeu Simões Pereira, passada no 1.° de Julho de 1591 a favor do Provedor e Irmãos d'aquella Casa, para que os Vigarios da Parochia se não intromettessem nas suas eleições. Desde esse tempo continuaram os Provedores e Irmãos no serviço da administração do hospital.

1583.

Manoel Telles Barreto (6.° Governador geral do Estado do Brasil), e primeiro nomeado por El-Rei Filippe II com Patente de Governador e Capitão General, tomou posse da administração no dia 11 de Junho d'este anno em S. Salvador.

Durante o seu governo começaram as depredações dos corsarios inglezes sobre a costa do Brasil. A sujeição de Portugal á Hespanha não podia deixar de envolver as suas colonias na guerra calamitosa, que foi consequencia do odio, que mutuamente se consagravam Filippe II e Izabel de Inglaterra. Os armadores inglezes não desprezaram esta opportunidade.

1583.

A expedição de Eduardo Fanton, destinada para as Indias Orientaes, foi a primeira que appareceu na America Portugueza; approximando-se de S. Vicente quiz enganar os colonos, porém não tirou outro proveito senão metter a pique um navio hespanhol, seguindo immediatamente para o seu destino.

A Ordem dos Padres Observantes reformados da Provincia de Santo Antonio foi estabelecida no Brasil, e fundou a sua primeira casa na Capitania de Pernambuco no correr d'este anno. Com effeito á instancias de Jorge de Albuquerque Coelho, natural, 3.º Donatario e Governador d'esta Capitania de Pernambuco, sahiram de Lisboa no 1.º de Janeiro de 1585 o Padre Fr. Melchior de S. Catharina na qualidade de Custodio e Comissario geral, e mais sete Religiosos da dita Provincia, os quaes chegaram todos a Pernambuco em 12 de Abril, e logo edificaram o seu primeiro Convento em Olinda, e depois outros muitos em varias partes e Capitanias. De todos estes Conventos se formou uma Custodia, sujeita á Provincia de Portugal.

No anno de 1649 se eximiu d'esta sujeição, ficando unicamente subordinada ao Ministro geral dos Observantes; mas retendo a primitiva qualidade de Custodia até 5 de Novembro 1659, em que passou a graduação mais alta, sublimada ao predicamento de Provincia, em virtude de um Breve do SS. Padre Alexandre VII de 24 de Agosto de 1657. O seu nome era Provincia de Santo Antonio do Brasil, e estendia-se por todo elle, desde a Parahyba do Norte até S. Paulo. Depois dividiu-se em duas em virtude do Breve do SS. Padre Innocencio X, de 15 de Julho de 1675: a 1.ª ficou conservando o nome antigo, e a sua cabeça he o Convento da Bahia; a 2.ª tomou o appellido de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, por ser o Convento d'esta cidade a sua Casa Capitular.

1586.

N'este anno foi creada regularmente a nova Custodia dos Padres Observantes reformados de S. Francisco por Bulla do SS. Padre Xisto V, datada aos 27 de Novembro, que começa -- *Piis fidelium votis* -- Em virtude d'esta creação convidou a Camara da cidade de S. Salvador da Bahia ao Custodio e Commissario geral Fr. Melchior de S. Catharina para ir alli fundar outra Casa. Achando-se por esse tempo o Bispo do Brasil D. Fr. Antonio Barreiros de visita em Pernambuco, voltou no seguinte anno de 1587 com o referido Custodio Fr. Melchior, e mais dois Religiosos, os quaes deram principio n'esse mesmo anno ao Convento da sua Ordem n'aquella cidade de S. Salvador; em cuja Igreja foi collocada a imagem de Santo Antonio de Arguim, que veiu entre os despojos, que tiraram os Cal-

vinistas da Fortaleza d'este nome na Costa de Africa, e á cuja imagem fazia em outro tempo o Senado da Camara da Bahia festa annualmente com procissão solemne.

1587.

No mez de Março d'este anno morreu o Capitão General do Estado do Brasil Manoel Telles Barreto. Em virtude da primeira via de successão, que acompanhou a aquelle Governador, ficaram substituindo a sua falta o Bispo D. Fr. Antonio Barreiros, e o Provedor-mór da Real Fazenda Christovão de Barros, entretanto que chegava Francisco Giraldes, Donatario da Capitania dos Ilheos, nomeado para successor de Barreto: mas não podendo chegar ao Brasil, depois de muitas arribadas, renunciou o cargo, continuando assim o mesmo governo interino até o anno de 1591.

1588.

N'este anno outra expedição de corsarios inglezes, debaixo do commando de Roberto Withrington, veiu á Bahia de Todos os Santos, e depois de assolar por seis semanas o Reconcavo, tentou o ataque da cidade, donde foi repellida com grande perda; em consequencia do que fez-se ao largo e apartou-se das costas do Brasil

---

Vendo El-Rei que eram poucos os Missionarios para propagarem a doutrina em um continente tão vasto, mandou n'este anno para Olinda os Frades do Carmo calçados da Observancia, os quaes fundaram Convento na Capella de Santo Antonio e S. Gonçalo por doação, que os Padroeiros d'ella fizeram ao Padre Mestre Fr. Pedro Vianna, Commissario Provincial, e outros Religiosos do Carmo de Lisboa, com as condições de terem no altar maior a Imagem de Santo Antonio, de a festejarem annualmente com missa cantada, commemoração no côro, e de darem o titulo do Convento de Santo Antonio do Carmo. Na Junta das Missões de 8 de Julho de 1713 declarou o Prelado, que este Convento fôra fundado por ordem Regia, mas que não existia por causa da invasão dos Hollandezes. (Mariz, Hist. Eccl. Pern. liv. 1.° pag. 68).

Esta noticia porém está um pouco em contradicção com o que diz Fr. Gaspar da Madre de Deos, e que copiei fielmente no seguinte anno.

1589.

Rocha Pita e Jaboatão, seguindo ao Padre Fr. Manoel de Sá, dizem que a Ordem Carmelitana entrára no Brasil no anno de 1580, porém Fr. Gaspar da Madre de Deos assevera, que os Carmelitas Observantes só chegaram no presente anno de 1589, e que n'esse mesmo anno fundaram a sua primeira Casa na Villa de Santos, e depois no Rio de Janeiro, sendo esta a unica Religião, que começou a sua fundação no Brasil pela banda do Sul. Todavia, creiu que se enganou Fr. Gaspar, porque, ainda quando fosse a Casa de Santos fundada em 1589, não se oppõe esta fundação á de Olinda no anno anterior; muito mais dizendo, que n'esse mesmo anno de 1589 se passára para o Rio de Janeiro o Padre Fr. João Vianna, Prelado dos primeiros Religiosos d'esta Ordem, e alli fizera tambem outro Convento, quando sabemos que para este Convento concedeu a Camara o sitio da Capella de Nossa Senhora do O', depois que o deixaram os Padres Benedictinos. E como os Benedictinos só deixaram este sitio depois que obtiveram o em que ainda hoje possuem o seu Mosteiro (13 de Maio de 1596), segue-se que só depois d'esta data fundaram os Carmelitas a sua Casa no Rio de Janeiro.

1590.

N'este anno, durante o Governo interino do Bispo D. Fr. Antonio Barreiros e Christovão de Barros, mandou Filippe II conquistar e colonisar o districto de Sergipe, que depois se chamou d'El Rei, a requerimento dos povos d'entre Rio Real e Itapicurú, que viviam inquietados pelos indigenas d'este paiz e piratas francezes, que frequentavam a costa em busca do pau brasil.

1591.

D. Francisco de Souza (7.º Governador geral do Estado do Brasil), da Casa dos Condes do Prado, e filho de D. Pedro de Souza, 3.º Senhor de Beringel, veiu com Patente de Governador e Capitão General render o governo interino, que havia

quatro annos governava este Estado; tomou posse n'este anno, e governou até o mez de Maio de 1602.

O novo Governador trazia as mais brilhantes esperanças, que jámais conceberam os seus antecessores. *Roberio Dias*, descendente de Caramurú, e rico colono da Bahia, tinha ido a Madrid offerecer a Filippe II o descobrimento de certas minas de prata, assegurando serem mais abundantes d'este metal do que de ferro as de Biscaya; exigindo porém em recompensa o titulo de Marquez das Minas.

Como parecesse ao Rei excessiva a exigencia, offereceu ao novo Governador o titulo que ao colono recusára, sempre que por suas diligencias conseguisse descobrir a fonte de tanta riqueza. Roberio Dias, descorçoado pela negativa, voltou a Bahia com o designio de apagar todos os vestigios, que podessem denunciar aquelle descobrimento; e com effeito logrou o seu intento, porque, morrendo pouco tempo depois, levou para a sepultura o seu segredo.

Não sendo possivel ao Governador D. Francisco de Souza descobrir as minas de prata, que Roberio Dias tinha ido offerecer a Filippe II, não se verificou n'elle o titulo de Marquez das Minas, que veiu a conseguir seu neto do mesmo nome, 3.º Conde do Prado, em 1670, por mercê d'El-Rei D. Affonso VI.

Emquanto os Portuguezes na America buscavam em vão o rasto d'aquellas minas de prata, sahiu do Tamisa o famoso *Thomaz Cavendish* com o fim de pilhar e assolar o Brasil, se bem que esta expedição não produzisse outro resultado senão uma serie de desastres e de infortunios, que causaram a morte d'este celebre corsario.

Cavendish sahiu ao mar com tres navios de alto bordo e duas galeras, tudo bem tripulado, no dia 26 de Agosto d'este mesmo anno: chegando a altura da Capitania de S. Vicente destacou dois navios para se apoderarem da cidade de Santos, e fazerem provimento. Os piratas sorprendem os habitantes na Igreja durante a missa, cercam-nos, e propõem-lhes o comprarem a liberdade; porém o Vice-Almirante *Cooke*, em lugar de assegurar-se do resgate immediatamente, perde um tempo precioso entregando-se com os seus á intemperança.

Os colonos, aproveitando as trevas e o somno dos piratas, fogem para o interior com todas as suas riquezas; de sorte que chegando Cavendish, oito dias depois da occupação da cidade, não encontrou provisão para a sua frota. Frustrado o objecto d'este imprevisto ataque, mandou queimar a povoação de S. Vicente, e deu a vela para o estreito de Maga-

lhães; mas um violento temporal dispersou a frota, e a capitania, apartada dos outros navios pela força dos ventos, foi lançada sobre as costas do Brasil.

De novo, perto de Santos, mandou Cavendish desembarcar 25 homens para fazer algumas provisões; porém d'estes só dois escaparam á morte, e foram conduzidos, com as cabeças de seus companheiros, em triumpho até a cidade. Desanimado com a corajosa resistencia dos Paulistas, seguiu para o Espirito Santo, cujo Governador se achava prevenido; e quando tentou um desembarque foi recebido com um fogo tão activo e bem dirigido, que poucos voltaram aos seus navios, ficando as praias juncadas de mortos, além de muitos prisioneiros.

Depois d'este ultimo revez decidiu Cavendish voltar á Europa, e morreu na viagem, ainda mais de pezar do que de enfermidade.

1592.

N'este anno tratou Jorge de Albuquerque Coelho, 3.º Donatario e Governador da Capitania de Pernambuco, com o Padre Gonçalo de Moraes, Geral da Ordem de S. Bento em Portugal, de lhe dar licença para fundar Mosteiros em todas as villas da Capitania com sitios, chãos, e algumas rendas. Porém a Ordem de S. Bento só foi estabelecida em Olinda, ao que parece, no anno de 1595, segundo se deprehende do que diz a este respeito o Dr. Soares Mariz, pois que referindo o que declarara o D. Abbade na Junta das Missões de 8 de Julho de 1713, isto he, que não achara rendas nem terras, de que o dito Donatario fizesse mercê, accrescenta que o Convento, além da ordinaria de 90$000 réis, que percebia da Real Fazenda, possuia uma Capella na freguezia da Luz, e outra no Recife em duas moradas de casas, dadas pelo Governador Francisco Barreto em nome de S. Magestade em 1655: outra de Nossa Senhora do Monte, dada por D. Antonio Barreiros, Bispo do Brasil, em 1595, *principio* da sua fundação, e mais quatro Capellas em quatro fazendas sem despeza da Real.

1593.

O exito desgraçado da expedição de Cavendish não foi bastante para impedir que os Inglezes tentassem novas hostilidades contra o Brasil. Uma Companhia de Londres armou segunda expedição, e o Cavalheiro *Jayme Lancaster,* sem em-

bargo de muito devedor á hospitalidade portugueza, tomou o commando da frota composta de tres navios, e se dirigiu sobre Pernambuco. Passando pela ilha de Maio, reuniu ás suas forças as de *João Venner* e veiu surgir defronte de Olinda pela meia noite do ultimo de Março d'este anno.

O Governador da Capitania tratou de fortificar o Recife; porém Lancaster em pessoa atacou as fortificações, levou-as de assalto, e apoderou-se da povoação com todos os seus armazens, providos de grandes riquezas. Conseguido o primeiro triumpho, tratou o pirata de embarcar os ricos despojos, de que estava de posse, e n'isso levou muitos dias, sempre acossado pelos Portuguezes, cujas proposições, feitas por diversas vezes, nunca quiz ouvir.

Finalmente a frota ia sahir, quando Lancaster descobriu os Portuguezes em grande numero, protegidos por uma bateria bem collocada, que podia impedir, ou pelo menos demorar a sua sahida. Trezentos homens, entre Inglezes e Francezes, tiveram ordem de rechaçar as tropas de Pernambuco, e destruir aquella obra; porém estas, abandonando a bateria, attrahiram e envolveram os piratas de tal modo, que poucos escaparam ao seu furor. *João Barker*, segundo de Lancaster, e dois Capitães francezes ficaram mortos.

Esta derrota apressou a sahida de Lancaster, que levantou ancora n'essa mesma noite, e foi levar á Inglaterra o fructo do seu temerario e feliz arrojo. O bom successo d'esta ardua empreza teria feito nascer outras do mesmo genero, se *Raleigh* não tivesse offerecido a preoccupada imaginação dos aventureiros inglezes a fabula do paiz *El Dorado*, affastando-os assim das costas do Brasil.

1594.

Um armador de Dieppe, chamado Jacques Rifflault, que tinha andado a corso pelas costas do Brasil, estabeleceu taes relações com os indigenas, que um dos seus chefes lhe prometteu ajudal-o, se tentasse fundar um estabelecimento permanente. Rifflault aproveitou-se com ardor da occasião, e tornando á França, associou-se com outros armadores, e veiu ter á ilha de Maranhão no presente anno. Os Francezes foram benignamente recebidos pelos insulares; com tudo, apesar do acolhimento favoravel, que justificava todas as suas esperanças, a discordia se introduziu na pequena colonia, e Rifflault

tornou para França, deixando parte da sua comitiva debaixo das ordens de um Cavalheiro chamado Carlos de Veaux. Desde então nenhuma relação falla mais de Rifflault, que não tornou a apparecer no Brasil.

1595.

N'este anno sahiu da Rochella uma armada de 12 velas, commandada e equipada por Calvinistas, e com destino á Bahia de Todos os Santos, com o fim de saquear a cidade, e perseguir os seus habitantes como catholicos que eram; porém quiz Deos que, antes de atravessar o occano, se dirigisse aquella armada á costa occidental de Africa, e alli atacasse a fortaleza de Arguim, que pertencia aos Portuguezes, onde fizeram os hereges grande estrago e mortandade, não poupando cousa, por sagrada que fosse, até as imagens, d'entre as quaes trouxeram por escarneo uma de Santo Antonio.

Depois d'este primeiro ensaio de pirataria deu a vela a dita armada para a costa do Brasil; mas assaltada por tremenda tempestade, sossobraram alguns navios, e outros foram accomettidos da peste. A capitania, em que vinha a imagem de Santo Antonio, foi ter a Sergippe de El-Rei destroçada, e alli foi presa toda a sua tripulação, e conduzida á Bahia, onde soffreu pena capital, sendo Governador e Capitão General do Estado do Brasil D. Francisco de Souza, e Bispo D. Fr. Antonio Barreiros.

Diz Jaboatão que aquelles piratas, depois de haverem descarregado varios golpes de espada na imagem de Santo Antonio, lançaram-na ao mar na altura do Morro de S. Paulo, e quando vinham presos de Sergippe a viram na praia de Itapoan, e reconheceram ser a mesma; o que na verdade bem podia acontecer sem ser milagre. Esta imagem foi collocada na Igreja dos Padres Observantes Reformados da Bahia á 24 de Dezembro do mesmo anno de 1595, onde lhe fazia a Camara festa com procissão solemne como a Padroeiro.

1596.

Da Bahia de Todos os Santos passaram em 1589 Religiosos da Ordem de S. Bento para o Rio de Janeiro, e foram residir na Capella de Nossa Senhora do O', sita

no lugar, onde hoje he a Capella Imperial, até que por escriptura publica, com data de 25 de Março de 1590, Diogo de Brito Lacerda lhes fez doação do morro, que actualmente occupam, cujo terreno receberam aos 13 de Maio do anno de 1596 com obrigação de um legado perpetuo.

1597.

N'este anno fez-se a conquista do Rio Grande do Norte por ordem de Filippe II, com o intuito de impedir aos Francezes a exportação do páu brasil, e de domar os Potyguáras, que destruiam todas as plantações dos moradores da Parahyba, e estorvavam o progresso d'esta colonia.

D. Francisco de Souza, Governador e Capitão General do Estado do Brasil, contribuiu com todas as despezas á custa da Real Fazenda. A esquadra, que se aprestára em Pernambuco, levando um Jesuita por engenheiro e um Franciscano por interprete da lingua dos indigenas, navegou destinadamente á embocadura do Rio Grande, que era o porto mais visitado pelos corsarios.

A empreza teve principio com um fortim de madeira junto ao lugar onde hoje está a fortaleza dos Reis, e cujo primeiro commandante, Jeronymo de Albuquerque, teve muitos e renhidos combates com os indigenas por mais de um anno, até que travando amizade com um dos Chefes, chamado Sorobabé, por mediação de um Indio alliado, teve a opportunidade de lançar os fundamentos da cidade, que tomou o nome do Natal, por se encontrar a inauguração da sua matriz com a festividade do nascimento do Redemptor no anno de 1599.

N'este mesmo anno, a 9 de Junho, falleceu na aldeia de Reritigbá o Veneravel Jesuita José de Anchieta, e teve o seu jazigo na freguezia de Nossa Senhora da Victoria na Capitania do Espirito Santo, onde os extinctos Padres da Companhia tiveram Casa conventual.

1598.

Salvador Corrêa de Sá, tendo tomado posse por segunda vez do governo da Capitania do Rio de Janeiro

em 1578, administrou-a constantemente por espaço de vinte annos até o presente de 1598, em que foi substituido por Francisco de Mendonça de Vasconcellos; sem embargo de que não existe d'este Governador outra memoria senão alguns titulos de sesmarias concedidas por elle desde Setembro de 1599 até Janeiro de 1602.

Todavia he muito provavel, que Salvador Corrêa de Sa, havendo sido encarregado da superintendencia das minas descobertas pouco antes na Capitania do Espirito Santo ao Norte, e as de Paranaguá ao Sul na Capitania de S. Vicente, sobre que lhe fôra dado Regimento em Valladolid aos 15 de Agosto de 1603, e outro semelhante aos 4 de Novembro de 1613, fosse por isso mesmo alliviado do governo civil da Capitania, que o obrigava a residir na Capital.

Tambem he certo que dos livros da Camara d'esta cidade não consta o nome nem a memoria dos successores immediatos de Salvador Corrêa de Sá, nem que fossem promovidos por El-Rei até o anno de 1617, em que entrou Ruy Vaz Pinto; e pelo contrario não padece duvida que Corrêa de Sá residia n'esta Capitania. Nasceu na era de 1530, e na de 1631 finalisou os seus dias com 101 annos de idade.

Morto o primeiro Prelado da Diocese do Rio de Janeiro Bartholomeu Simões Pereira no anno antecedente, nomeou El-Rei para succeder no referido cargo o Padre João da Costa, Presbitero secular, e Bacharel Formado; o qual tomou posse no fim d'este anno, e começou a sua administração com tão ruim fortuna como o seu antecessor. Perseguido e abocanhado por inimigos, que deprimiam a sua honra e autoridade, passou a villa de S. Paulo, onde não lhe valeu a constancia de soffrimento nem a inteireza de conducta, até que foi deposto do mesmo cargo por sentença da Relação da Bahia, e concluiu os seus dias entre desgostos e affrontas repetidas, ignorando-se hoje a era d'esse acontecimento, e o lugar em que jaz na sobredita villa.

N'este mesmo anno, aos 13 de Setembro, morreu Filippe II no Convento do Escurial, que elle havia fundado, e onde jaz em soberbo mausoleo, tendo reinado 18 annos em Portugal, e quarenta e tres em toda a Hespanha.

Succedeu no throno seu filho D. Filippe III, e para Portugal II, que havia nascido em Madrid a 14 de Abril de 1578.

1599.

N'este anno começou Jeronymo de Albuquerque, natural de Pernambuco, a fundar a cidade do Natal, hoje capital da provincia do Rio Grande do Norte.

Tendo passado ao Sul por ordem Regia o Governador e Capitão General do Estado do Brasil D. Francisco de Souza, para examinar as minas da Capitania de S. Vicente, consta que fizera extrahir n'este anno alguma prata em *Biraçoyaba* ou *Quiraçoyaba*, termo da villa de Sorocaba, de uma mina, que descobrira Affonso Sardinha. No mesmo sitio havia construido o descobridor uma regular officina com grande proveito, até ser-lhe tomada para a Corôa. Accrescenta-se mais que a lavra ficou abandonada pela profundidade da mina, e pela pouca quantidade de metal que produzia, insufficiente para cobrir as despezas da extracção.

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA

DOS FACTOS MAIS NOTAVEIS

DA

HISTORIA DO BRASIL.

SECULO XVII.

ANNO DE 1600.

D. Francisco de Souza, Governador e Capitão General do Estado do Brasil, desenganado de que não descobriria as minas de prata, que Roberio Dias tinha ido offerecer a Filippe II, pela morte inesperada d'aquelle colono, com cujo desengano perdia o titulo, que lhe fôra promettido, começou a fomentar e a proteger todas as emprezas, que podessem produzir algum descobrimento de igual natureza. Assim foi que nos ultimos annos do seculo passado muitas tentativas se fizeram com este objecto, entre outras a de Gabriel Soares de Souza, que subindo pelo rio de S. Francisco, e chegando á sua origem, adiantou-se até as fronteiras do Perú; porém os males que soffreu, e a perda da maior parte de seus companheiros, obrigaram-no a voltar para o Brasil sem nenhum proveito d'esta temeraria empreza.

Pedro Coelho de Souza, colono da Parahyba, fez igualmente outra expedição com o mesmo fim, sem que se saiba fixamente que direcção tomára; e depois de gastar

n'esta jornada uma grande parte da sua fortuna, voltou ao seu lar sem o menor indicio das minas que procurava. O mau successo da sua empreza não o dissuadiu de uma segunda expedição; foi esta menos chimerica, e deu lugar á outras descobertas, e a novos estabelecimentos no norte do Brasil, porém debaixo de outro Governador, porque D. Francisco de Souza já tinha sido mudado.

D. Constantino Barradas, Collegial de S. Pedro, e depois Lente de Theologia na Universidade de Coimbra, foi o 4.º Bispo eleito para o Brasil, e depois de confirmado pelo SS. Padre Clemente VIII, chegou á cidade de S. Salvador na Bahia de Todos os Santos, e tomou posse do Bispado no corrente anno. Tendo occupado por 18 annos a cadeira episcopal, falleceu no dia 1.º de Novembro de 1618 (e não de 1621 como diz Mariz na sua Hist. Eccl. Pern. liv. 1.º pag. 90), e jaz na Capella-mór da Igreja de S. Francisco na Bahia. As suas acções, como Prelado, ficaram em silencio, constando apenas que fizera Constituição particular para governo da sua Igreja, dando alguns capitulos no anno de 1605: que a requerimento seu se expedira a Provisão de 1608, mandando accrescentar as Congruas ao Corpo capitular, e aos Parochos de 14 Igrejas existentes; e que em seus dias se crearam as freguezias de Boipéba, de Cayrú, e de Sergippe d'El-Rei.

1602.

Diogo Botelho (8.º Governador geral do Estado do Brasil), tendo governado Pernambuco, foi succeder a D. Francisco de Souza. Depois de tomar posse na Bahia começou a sua administração no correr do presente anno, e governou até o de 1608, sendo o primeiro Governador do Brasil nomeado por Filippe III. Era filho de Francisco Botelho, Estribeiro-mór do Infante D. Fernando (1).

---

(1) Devo declarar que para a noticia dos Governadores Geraes do Estado do Brasil me servi, além das Memorias de Monsenhor Pizarro, de um excellente catalogo em manuscripto, que pertence ao Sr. Dr. Bivar, e fôra mandado fazer pelo Conde dos Arcos, durante o seu governo na Bahia. Este catalogo foi-me de muita utilidade para sanar algumas faltas, que se encontram n'aquellas Memorias.

Martim Corrêa de Sá entrou a governar n'este mesmo anno a Capitania do Rio de Janeiro, em lugar de Francisco de Mendonça de Vasconcellos. Tambem não existe memoria da posse nem do titulo, com que Martim de Sá entrara no governo, porém consta dos titulos de sesmarias distribuidas por elle entre os habitantes d'esta Capitania antes do mez de Julho de 1602; portanto he innegavel, diz Monsenhor Pizarro nas suas Memorias, que succedendo a Vasconcellos, teve Sá o commandamento do Rio pela primeira vez, desde o anno de 1602 até o de 1608.

1603.

O Governador geral Diogo Botelho proseguiu com ardor os projectos de Pedro Coelho, um dos exploradores do *El Dorado*, dando-lhe commissão especial para novas conquistas e descobrimentos. Este aventureiro partiu com 80 homens para a serra de Ibiapaba; porém os Tapuyas, dirigidos por um Francez chamado Adolpho Montbille, se oppuzeram aos seus designios. Sem embargo, os Portuguezes conseguiram cercar os Tapuyas, e submettel-os á escravidão. Coelho teria logrado o objecto da sua empreza, se não tivesse perpetrado uma injustiça revoltante: não sómente vendeu como escravos os Tapuyas prisioneiros, mas tambem exerceu a mesma tyrannia com os Indios, que fielmente o tinham servido como alliados na sua expedição. Abandonado por todos, teve que voltar a pé para a Paraliyba, quasi como fugitivo, para subtrahir-se a vingança dos selvagens.

1604 A 1606.

Os Jesuitas de Pernambuco, que tinham visto com pezar a empreza de Pedro Coelho de Souza, meditaram outra mais pacifica com o designio de civilisar os Tapuyas; porém chegando dois Missionarios á mesma serra de Ibiapaba, era tal a irritação dos selvagens, que um dos Missionarios foi morto, e o outro pereceria igualmente senão se refugiasse com alguns Indios do seu sequito nos bosques do Ceará, d'onde voltou para Pernambuco.

Outra perfidia semelhante, á que tinha praticado Coelho com os Tapuyas de Ibiapaba, foi tambem exercida para com os Pitagoares convertidos, que tinham sido

mandados de Pernambuco a defender a Capitania da Bahia ameaçada pelos Aymorés. Depois d'este importante serviço tiveram por premio de sua fidelidade a escravidão, á que só se sujeitaram pelo poder absoluto dos Missionarios, que lhes embargaram toda a resistencia.

Os Aymorés assolavam de novo as Capitanias do Sul: Porto Seguro e Ilheos estavam quasi destruidas. A força prodigiosa dos Aymorés não era menos estupenda do que a sua ferocidade; sem embargo, o colono Alvaro Rodrigues e o Jesuita Domingos Rodrigues não só conseguem amainar o furor d'estes selvagens, como tambem chamal-os á Religião, reduzindo-os á vida civilisada. D'ahi em diante nada alterou a alliança dos Aymorés, que se deve considerar como um dos acontecimentos mais favoraveis ao repouso e prosperidade do Brasil, debaixo da administração de Diogo Botelho.

1607.

Deposto da Prelazia do Rio de Janeiro o Dr. João da Costa, foi nomeado a succeder-lhe o Dr. Bartholomeu Lagarto, que não chegou a occupar o cargo, ou por desistir d'elle, ou porque fallecesse: e n'esta circumstancia proveu El-Rei Filippe III de Castella a administração da Diocese, em dias antes de 20 de Julho do anno de 1606, no Dr. Matheus da Costa Aborim, natural da villa de Ponte de Lima, e Beneficiado de S. Thiago de Beja. Tendo sido empossado no dia 2 de Outubro do corrente anno de 1607, começou a administração da Prelazia com muitas obras caridosas, e fundações pias.

Com muitas virtudes credoras da benevolencia publica, não escapou com tudo este Prelado á ingratidão do povo, talvez porque o vexasse com monitorias, e excommunhões em negocios civis, ou se mettesse na questão da liberdade dos Indios, e na de levantar bandeiras contra elles; do que resultou acabar os seus dias envenenado a 8 de Fevereiro de 1629.

1608.

D. Diogo de Menezes (9.º Governador geral do Estado do Brasil), acabando de occupar a Capitania-mór da Parahyba, veiu substituir a Diogo Botelho n'este anno, e go-

vernou até o de 1613. Visitou pessoalmente todas as Capitanias do Brasil, examinando o que podia ser mais util ao augmento da Real Fazenda, e beneficiando os povos seus habitantes.

Das mãos de Martim Corrêa de Sá, que servia o governo interino da Capitania do Rio de Janeiro pela primeira vez, desde o anno de 1602, recebeu Affonso de Albuquerque aquelle cargo no corrente anno de 1608. Dos livros da Camara da cidade não consta o termo da posse, nem ahi se encontra registrada a Patente, por que se lhe conferiu o cargo, mas o catalogo Benedictino faz d'elle menção, e os livros das sesmarias confirmam esta noticia, perpetuando o seu governo desde o mez de Julho do referido anno de 1608 até o de 1614.

N'este mesmo anno, a 2 de Janeiro, teve D. Francisco de Souza, o mesmo que governara o Estado do Brasil desde 1591 até Maio de 1602, Patente de Capitão General passada em Madrid para governar as Capitanias de S. Vicente, Espirito Santo e Rio de Janeiro; mas como a sua principal incumbencia toda se dirigia á administração das minas de ouro, e de pedras preciosas n'aquelles lugares por cinco annos, ou pelo tempo que El-Rei determinasse, veiu para este effeito independente do Governador geral, e se lhe conferiu maior autoridade sobre os Capitães-móres Governadores das mencionadas Capitanias. Morreu finalmente na villa de S. Paulo antes de acabar o seu governo.

A 4 de Junho do mesmo anno de 1608 foi lançada a primeira pedra para a fundação da Casa Conventual e Igreja dos Padres Capuchos da Provincia da Conceição, existente na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, sob o titulo de Santo Antonio, em presença do Prelado d'esta Diocese Dr. Matheus da Costa Aborim, do Governador da Capitania Affonso de Albuquerque, e de seu antecessor Martim Corrêa de Sá. Concluido o trabalho principal d'este edificio, passaram os fundadores no dia 7 de Fevereiro de 1615 a habitar a nova Casa, e no dia 8 do mesmo mez e anno celebraram a primeira missa solemne na incompleta Igreja, cuja Capella-mór se finali-

sou no anno de 1616, dando lugar a renderem ahi acções de graças com o Santo Sacrificio no dia 8 de Dezembro.

1609.

Filippe III, em virtude da Resolução de 7 de Março d'este anno, mandou crear na Bahia a primeira Relação do Brasil.

1610.

D. Diogo de Menezes, encarregado de mandar explorar as boccas do Amasonas, e de repellir pela força qualquer invasão estrangeira, nada pôde fazer porque lhe faltavam tropas e dinheiro, pelo que contentou-se com enviar ao Ceará um Official portuguez, chamado Martim Soares Moreno, que tinha acompanhado a Pedro Coelho, e se havia conduzido bem com os Tapuyas, afim de attrahil-os á sua alliança, e por este meio fundar um estabelecimento, que servisse de avançada para outras fundações, visto que os Francezes pretendiam estabelecer-se no norte do Brasil.

Quasi sem sequito partiu Moreno, mas foi bem recebido dos Tapuyas, tanto que chegou a construir um Forte, e a lançar os fundamentos de uma colonia, que abandonada a seus fracos recursos, pôde assim mesmo conservar-se apesar do deleixo do governo geral, e das perfidas insinuações de um Portuguez descontente, que tentou allienar-lhe os animos dos selvagens. Moreno teve para isso a nomeação de Capitão-mór do Ceará.

O Alvará de 18 de Setembro d'este mesmo anno de 1610 facultou ao Governo geral do Brasil passar Alvarás em nome d'El-Rei, em certos casos dos concedidos ao Desembargo do Paço, e com as mesmas clausulas.

1612.

Já dissemos no lugar competente a maneira por que um armador de Dieppe, chamado Jacques Riffiault, tinha começado em 1594 um pequeno estabelecimento no Mara-

nhão; voltando para a Europa deixou outro Francez, Carlos de Veaux, encarregado de administral-o na sua ausencia; este ganhando-se a affeição dos Tupinambás, conseguiu dominar toda a ilha situada na bahia do Maranhão; e com esta vantagem partiu tambem para a França afim de obter de Henrique IV o apoio e protecção para fundar alli um estabelecimento permanente.

Depois de muitos esforços organisou-se uma companhia entre Daniel de la Touche Senhor de la Ravardière, Emilio Rassilly, e Carlos de Harley, os quaes armaram e equiparam á sua custa uma pequena esquadra. A expedição partiu de Cancale, e veiu lançar ancora no Maranhão a 26 de Julho d'este anno de 1612. Desembarcados os chefes e quatro Missionarios, que os tinham acompanhado, cuidaram aquelles de erigir um Forte, a que deram o nome de S. Luiz, em honra de Luiz XIII; e começaram os fundamentos de uma colonia, que crescia e prosperava rapidamente pelo concurso dos selvagens, e porque os chefes obravam perfeitamente de accordo.

1615.

N'esta conjunctura, porém, a Côrte de Madrid nomeou Capitão General e Governador do Brasil a Gaspar de Souza (10.° Governador geral d'este Estado) com ordem de expellir os Francezes do Maranhão, e de conquistar e colonisar as margens do rio Amasonas; para o que devia fixar a sua residencia em Olinda, afim de estar mais ao alcance de vigiar os armamentos, e de acelerar a partida das expedições. Gaspar de Souza tomou conta do governo em Dezembro d'este anno.

Já no 1.° de Junho d'este mesmo anno tinha partido pela primeira vez de Pernambuco Jeronymo de Albuquerque com uma pequena expedição, composta de tres ou quatro navios ligeiros e cem homens de armas, destinada por D. Diogo de Menezes para conquistar o norte do Brasil; chegando ao Buraco da Tartaruga, que desemboca no grande parcel de Jericoácoára, desembarcou e fez uma pequena fortificação de páu a pique, onde recolheu a sua diminuta guarnição.

Temendo arriscar-se em lance tão desigual, em paragem onde não podia haver soccorro, voltou para Pernambuco, deixando o Forte guarnecido, a solicitar novos auxilios.

1614.

Com effeito conseguiu Jeronymo de Albuquerque um reforço de 300 homens, com os quaes appareceu de novo no Forte, onde tinha deixado parte da primeira expedição; e reunindo esta força á que trazia, entrou a 26 de Outubro d'este anno no mar da Guaxenduba, e foi desembarcar na costa fronteira á ilha do Maranhão, onde se fortificou. La Ravardière, informado da pouca gente que acompanhava a Jeronymo de Albuquerque, veiu atacal-o nas suas fortificações com mais de 400 Francezes, e quatro mil selvagens, no dia 19 de Novembro, tendo-lhe tomado no dia 11 do mesmo mez duas das suas maiores embarcações, e outra mais pequena.

Ao amanhecer do dia começaram os Francezes a desembarcar a vista dos Portuguezes, que se conservaram quietos no seu acampamento; porém no momento em que aquelles, apoderando-se de uma altura que o dominava, romperam o fogo, estes, abandonando as suas trincheiras, cahiram sobre o inimigo com tanta furia, que o derrotaram completamente no espaço de seis horas, que tanto durou o conflicto, desde as dez do dia até as quatro da tarde. La Ravardière pôde apenas retirar-se com menos de metade das suas forças, abandonando os feridos á mercê dos vencedores.

No dia 22 pediu o chefe inimigo uma suspensão de armas, e no dia 27 assignaram-se os artigos, pelos quaes deviam cessar as hostilidades até o ultimo de Dezembro de 1615: tempo necessario para que ambos os chefes recorressem ás suas respectivas Côrtes sobre a posse da ilha do Maranhão, que no em tanto ficava em poder dos Francezes até a decisão formal.

A Capitania de Pernambuco, sujeita no temporal ao governo geral da Bahia, tambem o estava nas materias espirituaes e ecclesiasticas ao Bispo unico do Brasil, até que á instancia de Filippe III de Castella creou Paulo V uma Prelazia n'este territorio por Bulla de 15 de Julho de 1614, aggregando-lhe as Capitanias de Itamaracá, Parahyba e Maranhão. Corroboram esta noticia o capitulo 1.º da Carta Regia de 8 de Fevereiro do anno de 1616, em que facultou El-Rei ao nomeado Prelado administrador o provimento dos Beneficios do seu districto até nova ordem, inhibindo-lhe crear algum novo, sem preceden-

cia de expressa concessão Regia; outra C. R. de 19 do mesmo mez e anno, que proveu ao Padre Antonio Teixeira Cabral no cargo de Prelado administrador; o Alvara de 4 de Março do mesmo anno concedendo a esse Prelado, que podesse conservar em sua companhia dois dos seus Beneficiados, existentes na Igreja matriz de Pernambuco, para exercitar com decencia o cargo prelaticio quando fizesse Pontificaes, vencendo elles os seus ordenados; e ultimamente a C. R. de 26 de Julho do anno referido, mandando descontar ao Bispo do Brasil metade da porção annual, que se lhe dava para esmolas, e entregal-a para o mesmo fim ao administrador da jurisdicção ecclesiastica de Pernambuco.

Das mãos de Affonso de Albuquerque, que servia o governo da Capitania do Rio de Janeiro desde o anno de 1608, recebeu-o Constantino de Menelão, cuja Patente e termo de posse não se acham registrados nos livros da Camara; mas apparecem os titulos de sesmarias de terras distribuidas por elle, desde Setembro de 1614, que substituem essa falta, para firmar a época do seu governo.

1615.

Havendo a Côrte de Madrid desapprovado o armisticio feito entre Jeronymo de Albuquerque e La Ravardière, ordenou um novo armamento, cuja direcção e mando foi confiado a Alexandre de Moura, com o objecto de expellir immediatamente os Francezes do Maranhão. No dia 31 de Outubro Jeronymo de Albuquerque moveu as suas tropas sobre a fortaleza de S. Luiz; no 1.° dia de Novembro entrou n'aquella bahia a armada de Alexandre de Moura, e no dia 2 assignou La Ravardière a capitulação, em que se obrigava a entregar a ilha e o Forte, e a retirar-se com os seus compatriotas.

Em virtude dos plenos poderes, que lhe tinham sido conferidos, nomeou Alexandre de Moura n'este mesmo mez e anno a Jeronymo de Albuquerque por Capitão-mór do Maranhão, e a Francisco Caldeira de Castello Branco commandante de uma expedição sobre o Amasonas. Caldeira deu principio á empreza com duzentos homens e tres navios ligeiros.

Por ordem de Gaspar de Souza, Governador geral do Estado do Brasil, dirigida ao Governador do Rio de Janeiro Constantino Menelao, passou este a sacudir os Hollandezes que traficavam em Cabo Frio, onde fundou, a 13 de Novembro de 1615, a primeira povoação portugueza, dando o titulo e foro de cidade ao lugar, habitado d'então por gente nova.

1616.

A 9 de Janeiro d'este anno Alexandre de Moura fez-se a vela do porto do Maranhão para o de Pernambuco, levando comsigo a La Ravardière.

Jeronymo de Albuquerque começou a fundar uma cidade em torno do Forte de S. Luiz, que tomou a mesma invocação, e he hoje a Capital da Provincia do Maranhão.

Francisco Caldeira Castello Branco, tendo desembarcado, apesar da opposição dos naturaes, na margem oriental do Tocantins sobre a bahia de Guajara, pôz os primeiros fundamentos da cidade de Belém, construindo um Forte de madeira, d'onde muitas vezes foi obrigado a repellir os *Tupinambaranás* e *Maués*, que por largo tempo fizeram uma guerra crua e desastrada aos Portuguezes.

Como os Hollandezes tivessem fundado ao norte do Amasonas algumas feitorias, onde faziam proveitoso commercio com os naturaes, mandou Caldeira o Alferes Pedro Teixeira para as destruir; o que logrou completamente, tomando e incendiando ao mesmo tempo um navio da mesma nação, cuja artilharia salvou e trouxe depois para Belém.

1617.

D. Luiz de Souza, tendo governado as Capitanias do Sul por morte de seu pai D. Francisco de Souza, succedeu a Gaspar de Souza como Governador geral do Estado do Brasil (11.º), e tomou posse no dia 1.º de Janeiro d'este anno, conservando o governo até o de 1622.

Nomeado Ruy Vaz Pinto a succeder no posto de Capitão-mór e Governador do Rio de Janeiro a Constantino Menclão, com Provisão Regia datada em Lisboa a 3 de Julho de 1616, entrou na posse do governo a 19 de Junho do presente anno de 1617; e no curto espaço, que o conservou, nada consta que o faça notavel.

1618.

De Vaz Pinto passou o governo do Rio de Janeiro, por segunda vez, a Martim de Sá por Carta Regia de 26 de Janeiro do presente anno, que estendeu a jurisdicção d'este Governador sobre as de mais Capitanias annexas á esta. Outra C. R. de 2 Fevereiro do mesmo anno privativamente lhe conferiu a Capitania-mór de S. Vicente; e pelo Alvará de 22 do mesmo mez e anno teve a graça de Capitão do Mar da Costa do Brasil.

Por nomeação de Martim de Sá, ou por providencia Regia, entrou Francisco Fajardo a governar interinamente a Capitania do Rio de Janeiro a 20 de Junho de 1620. Em 11 de Junho de 1623 voltou Martim de Sá ao seu posto; e satisfazendo com distincção os deveres do cargo, mereceu que El-Rei Filippe III lhe estendesse o tempo do governo, mandando, pela Provisão de 27 de Junho de 1626, que o continuasse.

Ainda governava Martim de Sá, quando fundou a aldêa de S. Pedro em Cabo Frio no anno de 1630; e por sua ausencia da capital no districto da mesma Capitania governou interinamente Duarte Corrêa Vasqueanes, tio de Salvador Corrêa de Sá e Benavides. Finalmente falleceu Martim de Sá no dia 10 de Agosto de 1632, e parece que o substituiu o mesmo Vasqueanes até que foi o governo provido pelo Governador geral do Estado.

No dia 17 de Fevereiro d'este anno morreu no Maranhão Jeronymo de Albuquerque, seu primeiro Capitão mór e fundador, deixando encarregado o governo d'aquella Capitania a seu filho Antonio de Albuquerque. Depois da conquista adoptou Jeronymo de Albuquerque o appellido de *Maranhão*, de que ainda hoje usam os seus descendentes.

No dia 1.º de Novembro d'este mesmo anno de 1618 morreu na Bahia o Bispo D. Constantino Barradas, depois de occupar a cadeira episcopal por espaço de 18 annos.

1619.

A Ordem Terceira de S. Francisco do Rio de Janeiro teve principio no dia 20 de Março d'este anno, em que Luiz de Figueiredo e sua mulher Anna Carneiro, tendo recebido em Lisboa o habito de Confrade da Ordem franciscana, o professou na cidade de S. Sebastião. A novidade estimulou os habitantes da Capitania para formarem uma corporação com o fim de se dedicarem aos exercicios espirituaes. Não consta por documento algum, que para essa associação publica precedesse autoridade Regia, parecendo sufficiente a do Prelado Regular, e por muito favor a do Ordinario local; apenas he certo que no anno de 1621, ou no seguinte, procederam os fundadores á eleição canonica dos cargos da nova Ordem, de que ficou 1.º Ministro o sobredito Figueiredo.

N'este mesmo anno grandes dissenções vieram perturbar a marcha do novo estabelecimento do Grão-Pará: o fundador Caldeira foi preso por seus proprios subditos, e a nova colonia correu o risco de perder-se por este acto de indisciplina.

Em consequencia d'este successo Jeronymo Fragoso de Albuquerque foi nomeado Capitão-mór do Pará pelo Governador geral, ao mesmo tempo que Bento Maciel Parente teve o mando de uma expedição contra os selvagens, que infestavam todo o territorio desde a margem opposta da ilha do Maranhão até a cidade de Belém.

1620.

Sendo Capitão-mór do Maranhão Domingos da Costa Machado, em virtude da renuncia, que fez d'este cargo Antonio de Albuquerque, filho do Conquistador Jeronymo de Albuquerque, vieram para aquella Capitania duzentos casaes das ilhas dos Açores, aos quaes seguiram pouco depois mais quarenta. Este reforço chegou a proposito

para reparar o damno causado pelas bexigas, cuja epidemia havia ceifado grande parte dos Indios alliados. Sob a administração de Domingos da Costa a colonia do Maranhão prosperou de tal maneira, que chamou a attenção da Côrte de Madrid sobre esta parte do Brasil, como logo se vera.

1621.

Filippe III de Castella, e 2.° de Portugal, morreu em Madrid no ultimo de Março d'este anno. D. Filippe IV, seu filho, que tinha nascido a 8 de Abril de 1605, começou a governar poucos dias depois com grandes annuncios de felicidades, mas para Portugal com mui poucas; e n'elle concluiu a usurpação da Coróa portugueza.

Bento Maciel Parente, tendo desde o anno de 1619 o mando de uma expedição contra os selvagens, que infestavam todo o territorio, desde a margem opposta da ilha do Maranhão até a cidade de Belém, foi nomeado pelo Governador geral do Estado do Brasil, D. Luiz de Souza, Capitão-mór do Grão-Pará, e tomou posse do cargo a 18 de Julho d'este mesmo anno.

1622.

Antonio Moniz Barreiros, nomeado pelo Governador geral do Estado do Brasil Capitão-mór do Maranhão, tomou posse do cargo a 20 de Abril d'este anno.

Diogo de Mendonça Furtado veiu render a D. Luiz de Souza como Governador Geral do Estado do Brasil (12.°), e principiou a governar no dia 12 de Outubro d'este anno, continuando no exercicio d'este posto até que foi preso contra as leis da guerra pelos Hollandezes, quando no dia 9 de Maio de 1624 invadiram a cidade de S. Salvador, e depois enviado como prisioneiro para a Hollanda.

D. Marcos Teixeira, 5.° Bispo do Brasil, obrigado a sahir de Lisboa por effeito da C. R. de 19 de Março d'este anno, dirigida á Mesa da Consciencia para fazel-a cumprir, chegou a S. Salvador, e tomou conta do Bispado n'este mesmo anno. Depois de ter servido como Pastor e General na invasão dos Hollandezes, morreu no Areal a 8 de Outubro de 1624 com o credito de mui virtuoso, e jaz na capella da Conceição de Itapagipe.

1625.

O Capitão-mór do Pará Bento Maciel Parente fez continuar as correrias contra os Indios, e por sua ordem se praticou horrivel matança n'estes infelizes; assim como mandou investigar e depois foi em pessoa conquistar o rio Curupá, e todos os canaes por onde o Amasonas desagua no oceano, expellindo os estrangeiros, que se tinham estabelecido e fortificado nas margens d'aquelle rio, e tomando-lhes todos os seus reparos.

N'este anno principiou a levantar, dentro do mesmo rio Curupá, no sitio chamado Mariocay, a fortaleza que se invocou de Santo Antonio.

1624.

Estas novas conquistas foram devidamente consideradas, na Côrte de Madrid, como importantissimas, e deram lugar á outra divisão politica do Brasil. N'este anno separou Filippe IV as possessões do Maranhão e do Pará do governo geral do Brasil, fazendo segunda repartição debaixo do titulo de *Estado do Maranhão*, de que foi primeiro Governador geral Francisco Coelho de Carvalho por mercê de 25 de Março do mesmo anno.

O Pará foi elevado á categoria de governo separado com Patente Regia, mas subalterno ao do Maranhão, onde devia residir o Capitão General do novo Estado.

A Hollanda, herdeira da gloria portugueza no Oriente, estendia os seus dominios pelas costas da Asia, quando inten-

tou estabelecer-se no novo mundo; formou-se portanto a Companhia das Indias Occidentaes com os mesmos privilegios obtidos pela Companhia das Indias Orientaes. Aquella Companhia cuidou logo de armar uma frota de 60 velas em duas divisões, uma das quaes teve por commandante a *Jacob Willekens*, General de consumada experiencia, e por Almirante o celebre *Pieter Haynes*: a segunda divisão estava ás ordens de *Hans Vandort*, destinado a commandar as tropas de desembarque, e tinha por Almirante o famoso *Adrião Patrid.* Esta Esquadra sahiu de Dunckerque a 21 de Dezembro de 1623.

Havendo uma tempestade separado as duas divisões, appareceu a de *Willekens* á vista de S. Salvador no dia 8 de Maio, e no seguinte occupou a cidade, abandonada pelos milicianos, que o Governador Diogo de Mendonça Furtado tinha ajuntado á pressa em numero de dois mil. O Governador, porém, homem corajoso e firme, entrincheirando-se no seu Palacio não consentiu em depôr as armas senão debaixo da condição de que se lhe conservaria a liberdade, bem que depois, contra o direito da guerra, e todas as leis da honra, fosse conduzido como prisioneiro para bordo da náu almirante. *Vandort* chegou a S. Salvador, quando estava já em poder dos seus compatriotas, e tomando posse do governo, que lhe havia sido destinado, resolveu fortificar a cidade com toda a diligencia.

Os habitantes, que no primeiro assalto se haviam possuido de panico terror, correram a reunir-se no interior; e como pela prisão do Governador ficassem sem governo nem direcção, nomearam interinamente Governador e General ao Bispo D. Marcos Teixeira, que por tres mezes dirigiu a guerra com uma prudencia e tino tão louvaveis, que mais parecia nascido para as armas do que para a Igreja. O Bispo entregou o mando a Francisco Nunes Marinho d'Eça nomeado por Mathias de Albuquerque, em quanto este não chegava de Pernambuco, onde governava. Finalmente Mathias de Albuquerque, futuro successor de Furtado de Mendonça, chegou a Bahia, e tomou posse como Governador geral do Estado (13.º) no dia 22 de Setembro do mesmo anno.

Adoptando Albuquerque o systema de guerra estabelecido pelo Bispo D. Marcos Teixeira, que era cançar o inimigo, enfraquecendo-o por continuas perdas, logrou aterrar os Hollandezes diminuindo a reputação das suas armas. N'estes encontros parciaes, em que dois Generaes hollandezes perderam a vida, se passou todo o resto do presente anno, estreitando os Portuguezes o cerco da cidade, e pondo o inimigo em constante alarma.

1625.

Estimulada a Côrte de Madrid pela imminencia do perigo, accordou do seu lethargo, e mandou apromptar uma expedição, a maior que tinha passado a linha, composta de voluntarios portuguezes, e de uma columna de tropas hespanholas e italianas. D. Fradique de Toledo, Almirante hespanhol de grande nomeada, era o commandante em chefe d'esta expedição combinada, que veiu reunir-se nas ilhas de Cabo Verde; donde partiu para a Bahia de Todos os Santos, em cuja barra entrou no dia 29 de Março do presente anno.

Os Hollandezes ainda se defenderam com esforço e habilidade, até que no dia 30 de Abril foram constrangidos a capitular; depois do juramento prévio de não tomarem armas contra a Hespanha e Portugal, evacuaram a cidade no dia 1.º de Maio, embarcando em navios para isso destinados pelo Almirante Toledo. Antes de capitularem, queimaram os archivos da Camara, da Vedoria, e dos Cartorios publicos, que a muito custo, depois de annos, se foram organisando novamente por auxilio de tradicções, e de alguns Estatutos, dos que a principio formaram a Republica. Entretanto pereceram as memorias dos factos, que podiam enriquecer a historia.

Tendo o Almirante *Patrid* seguido com oito náus para Angola, afim de apoderar-se tambem d'aquella importante colonia, não correspondeu o successo ao desejo, porque Loanda foi soccorrida a tempo, e a vigilancia do Capitão General Fernando de Souza fez mallograr a empreza. De volta alcançou o Almirante batavo a Capitania do Espirito Santo no dia 12 de Maio, e pensando achal-a desprevenida, fez um desembarque, e atacou a villa da Victoria; mas a resistencia dos habitantes, dirigidos por Francisco de Aguiar Coutinho, Capitão Donatario da mesma villa, bastou para inutilisar todos os esforços de Patrid.

O Almirante quiz no dia seguinte recuperar o perdido nas fazendas que estam rio acima, mas dobrou a perda, porque sahindo ao encontro Salvador Corrêa de Sá, filho de Martim de Sá, Governador do Rio de Janeiro, que por ordem de seu pai vinha com duas caravelas e quatro canoas auxiliar o cerco da Bahia, cahiu sobre as lanchas dos Hollandezes, e as apertou de tal maneira, que sendo mortos 40 homens, e largando uma lancha, só escaparam á força de remos. Desenganado Patrid do nenhum fructo d'esta tentativa, levou ferro e se foi na volta da Bahia, que já achou occupada pelas tro-

pas portuguezas e hespanholas; e por isso fez-se no rumo da Hollanda, em cujo trajecto tomou os galeões, que do Mexico levavam annualmente para a Metropoli o producto de suas minas: preza a mais rica que se tinha feito sobre os mares.

D. Francisco de Moura Rolim (ou Rolim de Moura), natural de Pernambuco, e das principaes familias nobres d'aquella Capitania, que, senhor da ilha Graciosa, por serviços particulares praticados em Flandres, e na India, e muito mais por experiencia da guerra, se tornára digno de commandar a Praça; foi mandado pelos Governadores do Reino como Capitão General da Bahia (14.º Governador geral), de que tomou posse no dia ultimo de Novembro de 1625, encaminhando-se de Pernambuco, onde aportara. D. Fradique de Toledo, depois de entregar as redeas do governo ao dito Rolim de Moura, regressou para a Europa com a esquadra do seu commando.

1626.

Francisco Coelho de Carvalho, nomeado Governador e Capitão General para o novo Estado do Maranhão, chega á cidade de S. Luiz, e toma posse do governo em Setembro deste anno.

Manoel de Souza d'Eça, nomeado Capitão-mór do Pará, tomou posse do cargo a 6 de Outubro, com Patente Regia, para substituir a Bento Maciel Parente.

1627.

Informado o novo Capitão General do Estado do Maranhão Francisco Coelho do projecto, que tinham os Hollandezes de conquistar o Rio das Amasonas, visitou a povoação de Belém do Grão-Pará, para onde partiu da cidade de S. Luiz em 15 de Abril d'este anno; e tendo aportado no Gurupy, desenhou e deu principio n'aquelle lugar a povoação, que intitulou da *Vera-Cruz*.

Da cidade do Recife, dezaseis leguas para o Sul, está a villa de Serinhaem, nome que lhe deu o rio, que rega o seu districto. Foi seu fundador Duarte de Albuquerque Coelho, 4.° Donatario e Governador da Capitania de Pernambuco, que a decorou com o titulo de Villa Formosa no 1.° de Junho do corrente anno pelo Dr. Diogo Bernardes Pimenta, Ouvidor desta Capitania. Tem Igreja Matriz com a invocação do Rosario.

Os Hollandezes, que pela restauração da Bahia perderam as esperanças de fundar estabelecimentos permanentes no Brasil, começaram a infestar as suas costas com pequenas frotas, arruinando o commercio hespanhol e portuguez. A inercia da Côrte de Madrid alentava ainda mais estes corsarios pela lentidão das suas medidas. Filippe IV imaginou sem duvida que bastava enviar ao Brasil um novo Governador, recommendavel como homem d'Estado e como General, para pôl-o ao abrigo destas incursões ; em consequencia do que nomeou Governador e Capitão General do Estado do Brasil (15.° Governador geral) a Diogo Luiz de Oliveira, Conde de Miranda , que tendo militado em Flandres com grande credito e occupado diversos postos por longos annos, sempre os desempenhara com distincta disciplina, valor, e muita experiencia do governo politico.

Apenas, porem, o novo Governador havia tomado posse, appareceu de repente o Almirante batavo A. Patrid á vista de S. Salvador, e arrebatou do porto doze navios carregados, levando o terror por todo o Reconcavo, que assolou por esta incursão inesperada. N'esta arriscada empreza perdeu Patrid a nau capitania, encalhada debaixo das baterias de terra, e outra que voou por uma explosão casual, em que pereceram mais de 300 Hollandezes, salvando-se o Almirante em uma chalupa para bordo de outro de seus navios.

Diogo Luiz de Oliveira governou até o anno de 1635, em que deixou a provincia, onde estabeleceu durante a sua administração uma fundição de Artilharia, e creou a guarda dos Governadores composta de 20 homens e um Capitão, pagos pela R. Fazenda, segundo o Alv. de 14 de Dezembro de 1628.

1629.

D. Fr Miguel Pereira (6.° Bispo do Brasil) , tendo occupado o cargo de Prelado de Thomar, tomou posse do Bispado da Bahia , por procurador, a 19 de Junho d'este anno ; e

quando se preparava para vir exercer as funcções do seu novo ministerio, falleceu em Lisboa no dia 16 de Agosto do anno immediato de 1630.

Luiz Aranha de Vasconcellos, nomeado por Patente Real Capitão-mór do Grão Pará para substituir a Manoel de Souza d'Eça, toma posse do cargo a 18 de Outubro d'este corrente anno.

Entretanto os Hollandezes, senhores do mar, e ricos com os despojos da America hespanhola, meditavam novas conquistas no Brasil. A provincia de Pernambuco, pela sua vantajosa posição e riqueza, attrahiu as attenções da Companhia Occidental, que já calculava com os milhões de lucros que de Olinda tiraria. Em quanto se preparava esta segunda expedição, soube-o a Côrte de Madrid, que apenas deliberou enviar Mathias de Albuquerque com duas caravelas, algumas munições de guerra, e um pequeno numero de soldados, mas honrado com o especioso titulo de commandante em chefe, independente do Governador geral.

Albuquerque saltando no Recife, no dia 19 de Outubro d'este anno, achou as Fortalezas desmanteladas, sem armamento nem guarnição; longe porém de cuidar em reparar estas faltas com diligencia, entreteve-se em frivolas occupações, promovendo festas pelo nascimento de um Principe herdeiro da Côroa de Hespanha, de cuja noticia fôra elle mesmo portador.

1630.

Finalmente a armada hollandeza, composta de 40 navios de guerra e 24 transportes, debaixo das ordens do commandante em chefe Henrique Loncq, avistou o cabo de Santo Agostinho no dia 13 de Fevereiro d'este anno, e no dia 15 do mesmo mez velejava á vista de Olinda. A frota tinha a seu bordo 7:280 homens de desembarque, commandados pelo Coronel Theodoro Wandemburg. Em quanto o grosso da armada entretinha as baterias da costa com sua artilharia, Wandemburg com 2:200 soldados e 700 marinheiros foi saltar em Pau Amarello na noite do mesmo dia 15, e ao amanhecer de 16 marchou a sorprender a cidade de Olinda. Illudido pelo fogo, que continuava a frota hollandeza, Mathias de Albuquerque tinha ficado no Recife, e não correu em soccorro

do ponto ameaçado senão para presenciar a fuga vergonhosa da sua gente.

Occupada a cidade de Olinda pelos Hollandezes na tarde do dia 16, viu-se Albuquerque quasi só pela mais escandalosa deserção; e perdendo então as esperanças de conservar o Recife, mais pela cobardia dos seus do que pelo valor e intrepidez do inimigo, mandou pôr fogo aos armazens e aos navios ancorados no porto, e retirou-se para a outra margem do Capibaribe. A' vista do incendio choraram os Hollandezes a destruição d'estes ricos despojos, cuja perda avalia Brito Freire em trinta milhões.

Ainda assim não podiam os Hollandezes tomar o Recife sem ganhar o Forte de S. Jorge, que lhes embargava o passo. Tres peças de ferro, montadas grosseiramente sobre algumas traves desde a conquista, compunham todo o seu armamento; era commandante d'este mal construido Forte o Capitão Antonio de Lima com a pequena guarnição de 27 homens. Os Hollandezes marcharam de Olinda com um numeroso troço de infantaria e sapadores para tomal-o; um combate terrivel se prolonga por cinco dias, até que reduzido á ruinas, capitula a guarnição com as honras da guerra. O Forte do Mar entregou-se á discrição, e os Hollandezes occuparam o Recife no 1.° de Março.

Mathias de Albuquerque, reunindo os dispersos, tratou de fortificar-se uma legua equidistante do Recife e de Olinda, em lugar azado para inquietar o inimigo, e alli estabeleceu o seu arraial. Os Hollandezes apenas perceberam que os Portuguezes se refaziam do seu primeiro espanto e sorpresa, foram atacar as fortificações começadas com oitocentos homens; porém Albuquerque, avisado a tempo, mandou contra elles algumas companhias de atiradores, que emboscando-se na estrada d'Agua-fria, derrotaram completamente os invasores, perseguindo-os até a Boa-Vista. Este successo foi seguido de outro no dia 26 de Março, em que o chefe brasileiro Filippe Camarão com 300 homens da sua tribu logrou sorprender o General Loncq no seu transito do Recife para Olinda, matando, dispersando e fazendo prisioneira quasi toda a sua escolta, composta de 600 homens: Loncq conseguiu escapar, ferido no hombro, pela ligeireza do seu cavallo.

Os Hollandezes com estes revezes tomaram a deliberação de fortificar a povoação de Santo Antonio entre os dois rios; construindo, além de uma longa trincheira, dois Fortes, contra os quaes os Portuguezes lutaram debalde, sempre rechaçados com desvantagem. Todavia, vez nenhuma sahia o inimigo de suas fortificações, que não fosse batido com grande perda, de sorte que atemorisado, não sahia seu cuidado

fora dos termos da defensa; porém a necessidade o obrigava a romper as leis da cautela, e a deixar os seus reparos, e quantas vezes tentou mudar de fortuna, outras tantas lhe deu ella as costas, expondo-os a continuados revezes.

Casos em tudo semelhantes occuparam umas e outras armas todo o restante deste anno de 1630. Em quasi todos os dias havia pelejas, que diversificavam as occasiões, porém não os successos. A um mesmo tempo nos achava o inimigo promptos para a defensa e para a vingança. Não houve occasião, em que nos provocasse atrevido, de que não sahisse castigado.

1631.

Em quanto os Hollandezes esperavam novos soccorros das Provincias Unidas, resolveram aproveitar-se do imperio do mar para estender a conquista sobre as costas do Brasil. Com este intento fizeram construir um Forte em Itamaracá, afim de terem um posto avançado n'aquella ilha. Mathias de Albuquerque, entretanto, não cessava de reclamar soccorros da Metropoli; a Côrte de Madrid parecia insensivel á perda de uma tão rica colonia. Talvez fosse Pernambuco então abandonado inteiramente, se a Côrte de Madrid não recebesse informação de que a Hollanda mandava uma armada consideravel contra o Brasil, e que o Almirante Adrião Patrid tinha ordem de ir depois em cata dos galeões do Mexico.

O temor de ver segunda vez passar ás mãos do inimigo tão grandes riquezas, obrigou o Conde Duque de Olivares a mandar D. *Antonio Oquendo* com uma esquadra e algumas tropas disciplinadas para proteger as duas mais importantes Capitanias do Brasil. Com effeito a frota hollandeza, havendo desembarcado no Recife os reforços de gente e munições, que trazia, dirigiu-se para o Sul em busca da frota hespanhola, que devia tocar primeiramente em S. Salvador. As duas esquadras se encontraram por acaso nos mares da Bahia em Setembro, e a victoria disputada com igual valor pertenceu finalmente aos Hespanhoes. Esta sanguinolenta acção custou a vida do bravo Patrid, que vendo o seu navio incendiado, lançou-se ao mar envolto no seu pavilhão.

As duas frotas ficaram tão arruinadas, que nenhum dos seus navios podia resistir ao mar. Os Hollandezes fizeram-se ao largo, e vieram ancorar no Recife, e Oquendo, desembarcando em uma enseada a expedição composta de 700 homens (entre Portuguezes, Hespanhoes, e Ita-

lianos), commandada pelo Conde Bagnuolo, e destinada para Pernambuco, tratou de reparar os seus navios, e com elles partiu para comboiar os galeões do Mexico, segundo as suas instrucções. Bagnuolo, depois de uma marcha penosa, juntou-se com Mathias de Albuquerque. Os Hollandezes, julgando o reforço muito mais consideravel, incendiaram a cidade de Olinda no dia 23 de Novembro, e concentraram-se no Recife: advertidos, porém, do seu engano, quizeram reparar esta falta com um ataque repentino sobre a Parahyba, d'onde foram rechaçados valorosamente por João de Mattos Cardozo, commandante do Forte do Cabedello.

Pelo Governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, foi expedido da cidade de S. Luiz para a fronteira do Cabo do Norte seu primo Luiz do Rego Barros, com uma companhia dos melhores soldados d'aquella guarnição, para observar os movimentos dos Inglezes intrusos em differentes ilhas da grande bocca do rio das Amazonas, e entrincheirados em um novo Forte chamado Camaú.

1632.

Os Hollandezes, repellidos da Parahyba, resolvem atacar o estabelecimento do Rio Grande do Norte, mas a vista das fortificações temem arriscar um lance duvidoso, e voltam para o Recife. Entretanto, para não perderem o fructo d'esta expedição, dirigem-se ao Cabo de Santo Agostinho contra o porto chamado *Pontal de Nazareth*, d'onde foram igualmente rechaçados com perda de 70 homens. Até este tempo pouco motivo tinham os Hollandezes de se ensoberbecerem com o successo das suas armas, porque todas as suas emprezas, fóra do recinto do Recife, tinham sahido frustradas. Um mulato, porém, nascido em Pernambuco, chamado Domingos Fernandes Calabar, fez mudar a face dos acontecimentos, tornando aos Hollandezes o seu primeiro ascendente.

O desertor Calabar induziu logo os Hollandezes a tentarem novas expedições, e he elle quem sorprende e saqueia o estabelecimento de Iguarassú no primeiro dia de Maio. Antes que se dissipasse o terror, conduz os invasores ao Rio Formoso, onde atacam e rendem o Forte commandado por Pedro de Albuquerque com 20 homens, os quaes morrem todos gloriosamente, a excepção do com-

mandante, que, coberto de feridas, tornou á vida em poder do inimigo. O Conde Bagnuolo, querendo de algum modo assignalar-se, foi atacar o Forte de Orange em Itamaracá; porém voltou deixando n'aquella ilha, por despojo ao inimigo, as peças de bater que havia tirado do Arraial.

Foram estas as operações mais notaveis das duas forças oppostas no corrente anno.

Por morte do Prelado do Rio de Janeiro Matheus da Costa Aborim entrou a administrar esta Igreja o Reverendo Dr. Fr. Maximo Pereira, por Provisão passada em nome do Bispo da Bahia D. Miguel Pereira com data de 3 de Julho de 1629, e começou no exercicio de suas funcções aos 13 de Setembro do mesmo anno. Retirando-se para Portugal no seguinte anno, succedeu na administração o Vigario geral Provisor Pedro Homem Albernaz em virtude da eleição do Clero d'esta cidade de S. Sebastião, feita aos 16 de Outubro de 1630. Albernaz governou a Diocese até a chegada do Prelado Dr. Lourenço de Mendonça, nomeado por Filippe IV em 22 de Julho de 1631. O Prelado Mendonça sahiu de Lisboa em fins do mesmo anno, e veiu ao Espirito Santo, onde se demorou até passar á esta Capital da sua jurisdicção, tomando posse a 9 de Setembro do corrente anno de 1632.

Não foi este Prelado mais feliz que os seus antecessores no governo da Igreja, porque, além de perseguido e injuriado, tentaram seus inimigos contra a sua vida, sendo finalmente preso pelo povo, e remettido para Lisboa ao Tribunal do Santo Officio em Março ou Abril de 1637. Provada, porém, a sua innocencia, foi absolvido pelo mesmo Tribunal, que o declarou livre de culpa. Em compensação de tanto insulto mandou El-Rei Consultar a Mendonça no cargo de Prior de Aviz, como declara a Provisão de 2 de Setembro de 1639, que confirmou em Pedro Homem Albernaz a nomeação de Administrador interino.

1635.

N'este anno chegam a Pernambuco mais 3:000 Hollandezes com dois Commissarios da Companhia Occidental. A grande autoridade, de que vinham revestidos os Commissarios, desgostou ao General Wandemburg, que logo fez entrega do commando ao Coronel Lourenço Reimbach,

e voltou para a Hollanda. Soprando a fortuna favoravel ás armas dos Hollandezes, resolveram os Commissarios proseguir o curso das suas vantagens. Reimbach, por conselho de Calabar, atacou no dia 24 de Março o Arraial dos Portuguezes com 1:500 infantes; porém Mathias de Albuquerque com 350 sómente lhe fez tal resistencia, que Reimbach ficou morto no campo com mais de 400 dos seus soldados; e teria sido completa a derrota, se Bagnuolo, opprimido pela gota, não tivesse moderado o ardor dos Portuguezes.

Calabar para recuperar o seu credito prometteu a Sigismundo Van Scop, que succedêra no mando a Reimbach, de lhe entregar toda a ilha de Itamaracá; o que conseguiu por capitulação, em que os nossos sahiram livres com todas as honras da guerra. Sigismundo tenta por segunda vez atacar o campo entrincheirado dos Portuguezes no dia 4 de Agosto, mas foi repellido novamente. Querendo então formar um cerco regular, dirige para alli 14 peças de artilharia pelo rio Capibaribe, as quaes, com todas as munições de guerra, foram tomadas por Filippe Camarão no dia 18 de Agosto, não escapando um só dos conductores.

Todas estas victorias dos Portuguezes os haviam enfraquecido de tal fórma que Mathias de Albuquerque apenas podia contar com 1:200 homens de tropas regulares. De um pequeno reforço de 600 homens, que vinha de Portugal em uma frota de sete velas, commandada por Francisco de Vasconcellos da Cunha, chegaram pouco mais de cem, porque a frota foi destruida pelos Hollandezes na Bahia da Traição. Favorecidos pela fortuna, os Hollandezes se dirigiram para o Rio Grande, sempre guiados por Calabar, e por uma infame entrega se apoderaram do Forte em Dezembro do mesmo anno.

Por morte de Martim de Sá foi provido no Governo da Capitania do Rio de Janeiro Rodrigo de Miranda Henriques pelo Governador geral do Estado Diogo Luiz de Oliveira, em quanto El-Rei não mandasse o contrario; tomou posse a 13 de Junho de 1633, e a 13 de Outubro deu uma sesmaria de terras em Maricá aos Monges de S. Bento d'esta cidade. Foi tambem o successor de Salvador Corrêa de Sa e Benavides no Governo de Angola em Outubro de 1651.

Pela suspensão do Capitão-mór do Pará Luiz Aranha de Vasconcellos, governava a Capitania Antonio Cavalcante de Albuquerque, quando em 22 do mez de Junho d'este anno succedeu n'ella por Patente Real Luiz do Rego Barros, approvando a Côrte com este procedimento o que tinha tido o Capitão General com Luiz Aranha.

1654.

Em 5 de Fevereiro d'este anno sahiu do Recife uma expedição hollandeza com o fim ostensivo de atacar a Parahyba; porém apenas ameaça o Forte do Cabedello, volta sobre o Pontal de Nazareth, e entra toda pelo porto ajudada por um estratagema de Calabar. Mathias de Albuquerque corre com 300 homens de auxilio, e tenta em vão repellir os Hollandezes do Pontal; apoderando-se um terror panico de suas tropas, a artilharia dos navios acabou de as dispersar. Os Hollandezes, vendo separados do campo os principaes chefes portuguezes, fazem-se na volta do Recife no ultimo de Março, deixando guarnecido o Pontal, e atacam o Arraial; porém os que tinham ficado lhes ensinaram a voltar mais depressa do que tinham ido.

Os Hollandezes, adoptando o systema de destruir a campanha, onde os Portuguezes ainda conservavam valiosas propriedades, sahiram pelos Afogados em 12 de Setembro com 400 homens para saquearem o engenho de Antonio Cavalcante; mas prevenidos pelas guerrilhas emboscadas, foram quasi todos mortos ou prisioneiros. Finalmente o General Sigismundo, com 32 navios e 1:500 homens de desembarque, se dirige para a Parahyba em dias do mez de Dezembro, e rende os Fortes do Cabedello e de Santo Antonio. Os habitantes queimam a cidade, e retiram-se para o interior; porém vexados e irritados pela conducta relaxada dos soldados hespanhoes e italianos, que tinham vindo em soccorro da praça, ainda que tarde, preferiram voltar para os seus abrazados domicilios, e entregarem-se á mercê dos Hollandezes, antes que soffrer dos proprios seus o que não poderiam soffrer mais dos inimigos. Sigismundo, coberto de gloria, recolheu-se ao Recife, com o titulo de conquistador da Parahyba.

D. Pedro da Silva e Sampaio, membro do Conselho Geral da Inquisição, (7.º Bispo do Brasil) chegou á Ba-

hia de Todos os Santos no dia 19 de Maio d'este anno de 1634. Achando a Igreja cathedral feita de taipa foi seu primeiro cuidado o reparal-a; mas não permittindo a penuria do thesouro publico que o fosse á custa da Real Fazenda, assentou, de accordo com o Cabido em 3 de Novembro de 1637, fazel-o á custa dos particulares, que para isso quizessem concorrer.

Approvando a Carta Regia de 17 de Outubro de 1635 as ordens expedidas pela Princeza Margarida, em conformidade da Consulta da Mesa da Consciencia, estranhou a este Bispo ter mandado retirar da Parahyba os Parochos conservados alli pelos Hollandezes, com o fundamento de se lhes não poder concorrer com as Congruas n'aquelle districto, e sem embargo de ter seguido o mesmo Bispo a este respeito o parecer de Mathias de Albuquerque, do Governador Diogo Luiz de Oliveira, e do Ouvidor geral do Estado, devendo seguir o voto dos theologos, que tinham opinado o contrario, como juizes mais competentes n'esta materia; advertindo finalmente ao mesmo Bispo ser antes da sua obrigação mandar assistir aquella christandade pelos mesmos Parochos, ou por outros Sacérdotes.

Por occasião da acclamação d'El-Rei D. João IV desenvolveu o Bispo D. Pedro da Silva o mais escandaloso desejo de exercer o governo geral do Estado do Brasil, e com este intento foi um dos que mais concorreram para a deposição e prisão do primeiro Vice-Rei d'este Estado D. Jorge de Mascarenhas em 1641, a quem com effeito substituiu, até que lhe fôra estranhado este procedimento duramente por El-Rei. Finalmente este Bispo erigiu a parochia de Santo Antonio além do Carmo em 1648, e fallecendo a 15 de Abril de 1649, teve sepultura na Capella-mór da Sé. Seus ossos, trasladados para Lisboa, naufragaram com o galeão *Santa Maryarida* na altura das Ilhas.

1635.

Sigismundo não descançou nos braços da victoria, e grato á fortuna seguiu o caminho, que ella lhe mostrava. Em 15 de Fevereiro sahiu do Recife com 1:500 Hollandezes e 200 Indios, occupou as povoações da Moribeca e de S. Lourenço, e em Março pôz sitio a fortaleza do Arraial. Desesperada foi a defensa, porém os meios, de que dispunha o inimigo, eram muito superiores aos recursos da sua pequena guarnição, a qual teve de capitular no dia 10 de Junho, depois de tres mezes de um regu-

lar assedio. João Fernandes Vieira, Capitão de uma companhia de aventureiros, que se achava n'esta fortaleza, teve de resgatar-se, e a dois moços seus, pelo preço em que o coimaram os Hollandezes, ficando d'esde então entre elles por espaço de dez annos, que foram os mais terriveis d'esta guerra.

Mathias de Albuquerque, aterrado com a noticia de semelhante perda, faz marchar o Conde Bagnuolo para as Alagoas com os seus Italianos, e elle dirige-se para a villa de Serinhaem afim de melhor observar o inimigo. Os Hollandezes apertam o cerco da fortaleza de Nazareth, unico ponto fortificado que os Portuguezes conservavam em Pernambuco, e a rendem por capitulação no 1.º de Julho d'este anno. Albuquerque então informou por uma proclamação aos habitantes da provincia a resolução que tomava de retirar-se d'ella, offerecendo-se para escoltar a todos quantos quizessem seguil-o O maior numero, irritado com o desprezo da Côrte de Madrid, quiz antes render obediencia aos vencedores; porém 1:600 pessoas de todos os sexos e idade, abandonando seus commodos, preferiram dedicar-se sem reserva á causa da patria, e emigraram com Albuquerque para as Alagoas.

Os Hollandezes, para cortar o passo aos que se retiravam, mandam occupar Porto Calvo em occasião que por alli passava o Conde Bagnuolo, a quem os habitantes pediram soccorro. Bagnuolo, prestando-se a defender aquelle ponto, só o fez para o desamparar no momento do ataque, deixando sacrificados os que confiavam na sua lealdade e valentia. Albuquerque, que lhe ia no alcance, chegou dias depois de occupado Porto Calvo pelos Hollandezes, e aproveitando uma cilada, que lhes armára Sebastião do Souto, visinho d'aquelle porto, ataca o inimigo, e rende as suas fortificações, onde foi prisioneiro o transfuga Calabar, e executado immediatamente.

Mathias de Albuquerque, arrasando as fortificações, seguiu para as Alagoas, onde se conservava, quando á 25 de Novembro d'este anno chegou ás costas de Pernambuco um auxilio de dois mil homens, que conduzia D. Luiz de Roxas y Borja, tendo por seu Tenente a Manoel Dias de Andrade. Desembarcada a expedição no lugar chamado Geróaga, partiu para a Bahia a esquadra que a conduzira, levando a seu bordo Mathias de Albuquerque, a quem El-Rei mandava retirar para a Côrte. Roxas, deixando nas Alagoas o Conde Bagnuolo, mandou pelo seu Tenente occupar Porto Calvo; d'este modo reduzido de forças, foi batido pelo Coronel hollandez Architofls, e morto no conflicto, em o qual todo o exercito teria igualmente succumbido,

se Filippe Camarão, e Francisco Rebello não tivessem, por meio de acertadas manobras, sabido proteger uma perigosa retirada.

Pedro da Silva, chamado o *Duro*, (16.° Governador geral do Estado do Brasil) chega a Bahia, e toma posse do governo no fim do presente anno de 1635. Governou até o de 1639, e teve o titulo de Conde de S. Lourenço por Carta passada em Madrid a 26 de Junho de 1640; foi finalmente Regedor das Justiças.

1636.

Por morte de D. Luiz de Roxas, succedeu no commando do pequeno exercito de Pernambuco o Conde Bagnuolo, que só passados quatro mezes voltou das Alagoas para Porto Calvo, onde se achava Manoel Dias de Andrade com os restos da ultima expedição, e das tropas que deixára Mathias de Albuquerque. Desde então começaram os dois partidos uma guerra de assolação e de exterminio, que não tem exemplo na historia. Camarão devasta o interior de Pernambuco até Goianna, e escolta grande numero de familias que fugiam d'este flagello. Henrique Dias e Francisco Rebello fazem outro tanto na Parahyba. Os Hollandezes por sua parte não poupavam as represalias; tudo era espanto e horror, e a provincia estava reduzida a um montão de ruinas. N'esta conjunctura a Companhia Occidental teve o bom accordo de nomear para chefe da Colonia um homem prudente, que reunindo a pericia militar á pratica do governo civil soubesse alliar a força com a moderação e a prudencia; a nomeação recahiu no Conde de Nassau João Mauricio, primo do Stathouder.

Por doação Regia de 14 de Junho deste mesmo anno foi Bento Maciel Parente nomeado senhor perpetuo e Donatario da nova Capitania do *Cabo do Norte*, que devia estender-se do dito Cabo até o rio de Vicente Pinzon, comprehendendo trinta e cinco a quarenta leguas de costa, e as ilhas que houvessem até dez leguas ao mar na fronteira demarcação.

Em 15 de Setembro d'este anno morreu na povoação do Camutá, na Capitania do Pará, o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho, depois de o haver governado por espaço de dez annos. Depois da sua morte, pela vaga que elle deixou, fez-se acclamar Governador do Estado o Provedor-mór da Real Fazenda Jacome Raimundo de Noronha.

1637.

Em Janeiro d'este anno chegou ao Recife o Conde João Mauricio de Nassau, que vinha na qualidade de Chefe Superior civil e militar, com um poderoso reforço, assegurar a conquista em nome das Provincias Unidas da Hollanda. O novo chefe cuidou, antes de tudo, de estabelecer a ordem no paiz conquistado; e reunindo todas as forças, de que podia dispôr, marchou contra Porto Calvo, unico ponto, que occupavam os Portuguezes na provincia de Pernambuco. Nassau com cinco mil Hollandezes, e consideravel numero de Indios, chegou a vista da praça, onde se travou furiosa batalha entre ambos os Exercitos, cuja victoria não seria tão facil aos Hollandezes, ou talvez não a tivessem conseguido, a não ser a infame deserção do Conde Bagnuolo, que abandonou cobardemente Porto Calvo, fugindo para as Alagoas.

Pela fuga do Conde Bagnuolo o exercito portuguez se pôz logo em retirada, marchando pelos vestigios do seu General; em consequencia do que occuparam os Hollandezes a cidadella de Porto Calvo por capitulação, depois de tres semanas de um cerco regular, e da mais porfiada resistencia. Perseguido o Conde Bagnuolo até o rio de S. Francisco, passou além, e retirou-se para Sergipe; então julgou Nassau mais acertado assegurar o fructo da sua victoria, mandando construir um Forte no Penedo, onde deixou o General Sigismundo com mil e seiscentos homens, e voltou para o Recife.

Salvador Corrêa de Sá e Benavides foi provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro por Filippe IV, e na Patente mandava El-Rei que, alem dos primeiros tres annos, governasse mais outros tres, se no primeiro triennio se comportasse como devia. Tomou posse a 3 de Abril de 1637, e ainda governava a 7 de Junho de 1643. Em 15 de Agosto de 1641 foi confirmada a sua Patente

por El-Rei D. João IV, estando já de pcsse da Coróa. Ausentando-se d'esta cidade para visitar as minas, por ser administrador geral de todas ellas, ficou interinamente encarregado do governo Duarte Corrêa Vasqueanes em 19 de Março de 1642, e não consta o tempo que governou, nem o dia em que Salvador Corrêa de Sa se restituiu á esta cidade.

Pedro Teixeira, Portuguez, fez n'este anno, por ordem do Governo do Pará, a grande viagem desde Belém até Quito. Remontou o rio das Amasonas até onde se lhe ajuntam as aguas do rio Napo; entrou pelo Napo, que mais a cima tem o nome de Coca, e navegou por elle até mui perto de Quito, á cuja cidade chegou finalmente por terra. Sahiu Teixeira da cidade de Belém a 28 de Outubro de 1637 com 47 canoas de bom porte, levando duas mil pessoas, entre ellas 70 soldados portuguezes, 1:200 Indios, e o mais mulheres e rapazes. Commandava a vanguarda d'esta expedição o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira nascido no Brasil: chegou a Quito em fins de Outubro de 1638.

1638.

Em quanto Mauricio de Nassau consolidava as suas conquistas, parou o exercito fugitivo de Pernambuco em Sergippe d'El-Rei; mas não podendo Bagnuolo sustentar-se contra um novo ataque, tomou a deliberação de retirar-se para a Bahia. O Governador geral Pedro da Silva admittiu com muita repugnancia as tropas de Bagnuolo, e só depois de algumas formalidades foi que se approximaram de S. Salvador; cedo porém conheceu que este soccorro inesperado o subtrahia de igual sorte.

O Conde de Nassau, sempre animado pela victoria, parte do Recife em 21 de Março com 35 navios de guerra e outras muitas embarcações de remos, levando a seu bordo 7:800 homens entre soldados e marinheiros, e no dia 14 de Abril houve vista da Bahia, onde logo fez desembarcar (no sitio chamado Agua de Meninos) gente, artilharia e munições, e dirigiu-se contra a cidade. Depois de um cerco regular, em que os combates eram continuos, resolveu atacar a praça no dia 18 de Maio; sendo porém repellido com grande perda, levantou o

sitio, e voltou para Pernambuco, tomando a barbara vingança de assolar o Reconcavo, onde fez rica presa de escravos e productos do paiz. Nassau entrou finalmente no Recife, onde o resfriamento do seu humor guerreiro lhe permittiu por algum tempo entregar-se á administração das provincias sujeitas.

Bento Maciel Parente, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, chegou a S. Luiz em Janeiro d'este anno, e tomou posse do cargo immediatamente.

Feliciano de Souza e Menezes tomou posse do governo do Pará a 17 de Abril d'este mesmo anno, por Provisão do Capitão General Bento Maciel Parente; porém, morrendo pouco depois, succedeu-lhe de novo Ayres de Souza Chichorro a 9 de Novembro seguinte.

1639.

Chegou á Lisboa a noticia da ultima expedição de Mauricio de Nassau, e á Madrid o echo das murmurações com a liberdade, que lhes dava a antipathia da nação castelhana. Assentou-se portanto em mandar uma armada numerosa, que podesse inspirar a certeza da restauração de todo o Estado do Brasil, e para commandal-a foi escolhido D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre.

A armada chegou a Bahia no mez de Janeiro d'este anno, e no dia 20 tomou D. Fernando posse do governo do Estado com a Patente de Capitão General (1) (17.° Gover-

(1) Foi este Governador quem conferiu ao bravo Henrique Dias, por Patente de 4 de Setembro de 1639, o posto de Cabo e Governador dos homens pardos e crioulos do exercito do Brasil, com o soldo mensal de quarenta cruzados, em virtude da ordem do Conselho da Fazenda de 20 de Agosto de 1638. Essa Patente acha-se registrada á folhas 9 do liv. 54 das Ordens Regias da Secretaria do governo da Bahia. Henrique Dias era filho da provincia de Pernambuco, como provei na minha Resposta ao Conego Januario da Cunha Barbosa, pag. 34.

nador geral). Depois de seis mezes de inacção, deixando no governo interino o Conde de Obidos, partiu o Conde da Torre com a esquadra para Pernambuco, afim de lançar em terra a expedição que levava; mas contrariado pelos ventos e pelos Hollandezes, com os quaes travou quatro combates parciaes, teve que desviar-se do Brasil, errando nos mares occidentaes até que alcançou com custo o porto de Lisboa, onde, logo que chegou, foi mettido em estreita prisão.

Todos os chefes brasileiros, que tinham marchado da Bahia por terra, seguindo os movimentos da esquadra portugueza, para proteger o desembarque, tomaram o bom accordo, em consequencia do que acabava de acontecer, de voltar para a Bahia, causando entretanto mil estragos aos Hollandezes. Esta espantosa marcha, de mais de 400 leguas de ida e volta, he um dos mais gloriosos successos daquella guerra. Com effeito a não terem assim praticado, talvez a Bahia fosse presa do Almirante Carlos Torlom, que levou a ferro e a fogo todos os lugares visinhos da cidade; porém André Vidal de Negreiros, Luiz Barbalho, Filippe Camarão, e Henrique Dias appareceram dentro em pouco sobre os muros de S. Salvador, e os temores dos Portuguezes se dissiparam.

Manoel Madeira, nomeado por Patente Regia Capitão mór do Pará, tomou posse do cargo á 26 de Abril d'este mesmo anno.

Pedro Teixeira volta de Quito pelo Amasonas com o Padre Christovão da Cunha ou d'Acunha, e chega á cidade de Belém no dia 12 de Dezembro, depois de haver explorado os confluentes do grande rio, tendo partido de Quito no dia 16 de Fevereiro d'este mesmo anno de 1639.

O Capitão Portuguez Pedro da Costa Favella entrou pelo Rio Negro, igualmente n'este anno, sendo o primeiro que o reconheceu e explorou.

1640.

Ainda se ouviam as queixas e corriam as lagrimas dos habitantes da Bahia, quando chegou áquella cidade o Marquez de Montalvão, 1.º Vice-Rei nomeado para o Estado do

Brasil (18.º Governador geral); e tomando posse do governo, no dia 5 de Junho, tratou logo de prevenir novos ataques multiplicando as fortificações, e todos os meios defensivos. Para distrahir os Hollandezes mandou a Henrique Dias e a Paulo da Cunha, que fossem devastar as suas possessões. Nada iguala o horror dos excessos perpetrados por estes guerrilheiros. Divididos em pequenos destacamentos cahiram de improviso sobre as habitações do inimigo: o roubo e o incendio marcavam seus passos.

Tal era a situação do Brasil, quando no 1.º de Dezembro d'este mesmo anno rebentou em Lisboa a revolução, que collocava no throno de Portugal a Casa de Bragança. Sessenta annos de oppressão tinham abatido, mas não podido aviltar o nobre animo dos Portuguezes, que, lembrados da sua antiga independencia, sacudiram o ignominioso jugo dos Filippes.

Pedro Teixeira, Capitão-mór da jornada de Quito, nomeado com a mesma Patente para governar o Pará, tomou posse do cargo no dia 28 de Fevereiro d'este mesmo anno.

Reunidos na Cidade de S. Paulo os Procuradores de todas as Villas e Camaras da Capitania, resolveram expulsar d'ella os Jesuitas, por accordo tomado aos 13 de Julho d'este anno; em consequencia do que foram expulsos os referidos Religiosos de todos os seus Collegios d'aquella Capitania

---

Havendo sido absolvido em Lisboa o Prelado do Rio de Janeiro Lourenço de Mendonça, e querendo El-Rei, em compensação dos insultos que soffrêra, dar-lhe uma prova da sua estima, mandou requerer a Sé Apostolica, por Carta de 7 de Outubro de 1639, a erecção da Prelazia d'esta provincia em Bispado, e nomeou para Bispo d'elle ao referido Mendonça; e por Carta Regia de 22 de Agosto d'este mesmo anno de 1640 se dignou participar á Mesa da Consciencia os motivos por que assim havia resolvido.

Manuscritos antigos, que se conservavam no archivo do Cabido, e tambem se acham no do Convento de Santo Antonio, noticiaram que Mendonça, recebendo a sagração, não voltou ao Rio de Janeiro, por seguir o partido do Rei Filippe

na feliz acclamação d'El-Rei D. João IV, e ficou em Castella sendo Bispo de Anel do Arcebispado de Toledo. Eisahi um dos casos, que apontamos a pag. 38 fallando do primeiro Bispado do Brasil, em que apparece outro Bispo nomeado e sagrado, muito antes da creação do Bispado, que só se verificou em 1676.

1641.

A noticia da restauração de Portugal chegou a Bahia em fins de Janeiro d'este anno, trazida pelo Jesuita Francisco de Vilhena. Immediatamente o Marquez de Montalvão reuniu em conselho todas as autoridades ecclesiasticas, civis e militares, e fez proclamar como Soberano de Portugal e do Brasil a D. João IV. Todavia, apezar d'esta prova nada suspeita de sua lealdade, soffreu a injustiça de o deporem do seu eminente cargo no dia 15 de Abril d'este anno, e de o remetterem preso a Lisboa. El-Rei porém, desapprovando tal procedimento, honrou o Marquez de Montalvão, empregando-o no seu immediato serviço; e mandou estranhar a maneira indigna por que haviam tratado ao Vice-Rei os que lhe succederam no mando; os quaes eram o Bispo D. Pedro da Silva e Sampaio, o Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, e o Procurador da Fazenda Lourenço de Brito Corrêa, determinando ao mesmo tempo a prisão dos dois ultimos e sua remessa para Lisboa. Este governo interino durou ainda assim até 26 de Agosto do anno seguinte.

Tendo Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que então governava a Capitania do Rio de Janeiro, recebido no dia 10 de Março a ordem do Vice-Rei do Estado Marquez de Montalvão para reconhecer e acclamar como Soberano de Portugal ao Senhor D. João IV, assim o cumpriu não só na cidade de S. Sebastião, como em todas as Capitanias da sua jurisdicção, promovendo grandes festas em demonstração de publica alegria. Quasi ao mesmo tempo foi D. João IV proclamado no Estado do Maranhão, e em todas as provincias sobre as quaes não pesava o jugo dos Hollandezes.

O Marquez de Montalvão, logo que recebeu o aviso da acclamação de D. João IV, expediu um mensageiro a Mauricio de Nassau, participando-lhe tão grata noticia, visto que pela independencia de Portugal cessavam os motivos da guerra com a Hollanda. O chefe batavo, homem politico, recebeu o mensageiro como de um antigo alliado, e congratulando-se com todas as mostras da mais pura

cordialidade, festejou com justas e torneios este fausto acontecimento, e mandou que em todas as praças do seu dominio se fizesse outro tanto, convidando com premios aos aventureiros, e com rogos a nobreza principal do paiz para que nada faltasse em decoro e luzimento.

Mauricio, respondendo ao Vice-Rei, lhe propôz ao mesmo tempo uma suspensão de armas; porém nomeados os Commissarios de uma e outra parte, para tratarem das condições d'este armisticio, nada concluiram. Entretanto o governo da Bahia mandou retirar os chefes brasileiros, que devastavam as possessões hollandezas além do Rio de S. Francisco, dando assim uma prova manifesta, não do que temia, mas do que desejava, que era a restituição do territorio sem derramamento de sangue.

O Conde de Nassau com a suspensão de armas proposta não tinha intenção de observal-a, mas sómente de distrahir as vistas do Vice-Rei do Brasil; tanto assim que logo preparou, e mandou conquistar o Maranhão por uma armada, de que foi de commandante General João Cornelles com dois mil homens de desembarque. Esta expedição chegou á bahia de S. Luiz a 25 de Novembro, e desembarcando immediatamente mil homens se apoderaram da cidade e fortaleza pela mais vil cobardia e entrega do Capitão General Bento Maciel Parente, que se lhes rendeu prisioneiro sem disparar um tiro. João Cornelles, deixando na ilha do Maranhão uma guarnição de seiscentos homens, voltou no ultimo de Dezembro para Pernambuco, levando por tropheo o infame Bento Maciel, a quem Mauricio de Nassau, por premio da sua traição, mandou para a fortaleza do Rio Grande, onde morreu dentro de poucos dias.

Francisco Cordovil Camacho, nomeado pelo Capitão General Bento Maciel Parente para governar o Pará, substituiu a Pedro Teixeira no dia 26 de Maio d'este anno.

1642.

Os Hollandezes, aproveitando a incapacidade do governo interino da Bahia, invadiram Sergipe d'El-Rei, onde fundaram uma fortaleza, depois de terem occupado a ilha do Maranhão, a despeito da tregoa que D. João IV acabava de assignar com a Hollanda por dez annos. Depois disto voltou Mauricio as suas vistas para as possessões portuguezas

da Africa, e as suas esquadras, esquipadas no Brasil, fizeram no Reino de Angola e ilha de S. Thomé conquistas importantes.

Havendo D. João IV desapprovado o procedimento dos Governadores provisorios para com o Marquez de Montalvão, a quem haviam substituido, e inteirado da sua insufficiencia para cargo tão importante, nomeou para lhes succeder no governo geral do Brasil a Antonio Telles da Silva com a Patente de Capitão General (19 ° Governador geral); o qual chegou e tomou posse no dia 26 de Agosto d'este anno, e governou até 22 de Dezembro de 1647.

Este Governador consegue que o Conde de Nassau acceite as consequencias da tregoa, mas sem devolver as ultimas praças conquistadas. Sendo a paz o melhor apoio do commercio, dirigiu o chefe batavo toda a sua attenção para os melhoramentos interiores; porém suas medidas, tão sabias como prudentes, longe de agradarem aos Estados Geraes, fizeram-os desconfiar das miras ambiciosas da Casa de Orange, e foram coarctando a sua autoridade. Mauricio, avisado da intenção de o demittirem, cuidou só de preparar-se para a sua retirada, que se verificou no seguinte anno.

No ultimo dia de Setembro d'este anno Antonio Moniz Barreiros com cincoenta companheiros deu principio a restauração do Maranhão, atacando os cinco engenhos do Itapicurú, onde os Hollandezes conservavam trezentos homens de guarnição.

S. Paulo se tinha tornado uma especie de republica militar e independente em tempo do dominio hespanhol. Pela revolução de Portugal legitimavam-se todas as hostilidades contra aquelle governo, porém era mister reconhecer o de D. João IV, o que contrariava em muito o habito de independencia dos habitantes daquella Capitania; portanto lembraram-se de eleger um Rei, e proclamaram como tal a Amador Bueno da Ribeira, homem nobre e de grande credito. Este porém, dando assombroso exemplo de fidelidade, recusou a criminosa corôa, e foi refugiar-se no Convento dos Benedictinos. O povo em tumulto dirigiu-se para alli, mas a final mudando de parecer, por conselho de pessoas sensatas, acclamou por seu legitimo Rei o Senhor D. João IV. Reunido immediatamente o Senado da Camara

foram nomeados dois Comissarios (Luiz da Costa Cabral e Balthazar de Borba Gato) para irem á Côrte prestar juramento de preito e homenagem á nova Casa reinante em nome dos Paulistas.

1643.

Finalmente havendo o Conde João Mauricio de Nassau recebido a sua demissão, entregou o governo da Colonia ao Supremo Conselho do Recife no dia 6 de Maio d'este anno, e a 22 do mesmo mez deu a vela para Amsterdam com uma frota de treze navios. Desde este momento começou a decadencia do Brasil Hollandez. Os novos Governadores não sonhavam senão com o augmento das rendas, sem ponderarem que tudo mudava com elles, que era inevitavel uma crise politica, e que a restauração a favor da Casa de Bragança, e a partida do Conde de Nassau tinham feito nascer na alma dos vencidos a esperança de reconquistar emfim sua independencia.

O Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra succedeu a Salvador Corrêa de Sa e Benavides no governo da Capitania do Rio de Janeiro, e tomou posse em dias antes de 27 de Junho d'este anno. Falleceu a 15 de Abril do anno seguinte de 1644.

Pedro de Albuquerque, natural de Pernambuco, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, depois de haver naufragado na entrada do Para, tomou posse do governo na cidade de Belém aos 13 de Julho d'este anno; porém enfraquecido por suas enfermidades e feridas recebidas na guerra com os Hollandezes, morreu a 6 de Fevereiro do anno seguinte, nomeando, antes da sua morte, para successor no governo do Estado a Feliciano Corrêa, e por adjuncto o Sargento mór do mesmo Estado Feliciano Coelho de Carvalho.

Por conspirar o Bispo Lourenço de Mendonça contra a sagrada pessoa d'El-Rei D. João IV e seu reino, proveu o mesmo Senhor a Prelazia do Rio de Janeiro, nomeando para Proprietario d'ella, por Provisão de 8 de Outubro do

corrente anno de 1643, ao Padre Antonio de Marins Loureiro, que no dia 12 de Abril do anno seguinte sahiu de Lisboa, e a 28 de Junho immediato tomou posse da Prelatura com o infortunio, que parece andava annexo a este cargo; porque, passando a visitar os lugares da sua jurisdicção em S. Paulo, lhe negaram os moradores a obediencia, unindo-se e conspirando contra a sua vida.

Sabendo d'este malevolo intento, procurou refugio no Convento de Santo Antonio, onde foi cercado, porém pôde felizmente escapar, illudindo as sentinellas, e retirou-se para esta cidade de S. Sebastião, séde da Prelazia. D'aqui proseguindo o seu destino em visita á Capitania do Espirito Santo, o odio, que em toda a parte o perseguia, lhe administrou veneno na comida, com o qual perdeu logo o juizo. N'este miseravel estado se embarcou para Portugal, onde terminou o curso de seus dias sem o menor allivio; ignora-se porém o anno.

1644.

Os Governadores Hollandezes de Pernambuco, alterando a ordem estabelecida por Mauricio de Nassau, começaram a tyrannisar os habitantes por tal fórma, que estes resolveram reunir todos os seus esforços para derribar o governo intruso. João Fernandes Vieira, que vimos figurar pela primeira vez desde a entrada dos Hollandezes até a capitulação do Arraial, foi um dos poucos colonos portuguezes, que ficaram entre os invasores, e vivia no Recife entre as riquezas, que tinha sabido accumular por um assiduo trabalho; mas seu patriotismo não supportava, havia muito tempo, senão com impaciencia o jugo estrangeiro. Confiando seus projectos ao Governador geral Telles da Silva, mandou este o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros para conferenciar com elle, e sondar entretanto o espirito do paiz.

Vidal, aproveitando a tregoa, passou a Pernambuco com o fim ostensivo de visitar a seus pais, que viviam na Parahyba; sagaz e experimentado desempenhou a commissão, de que o incumbira o Governador com uma prudencia extraordinaria. Chegando a Pernambuco não só animou o espirito de revolta, como passou a Parahyba, e alli traçou o plano que Vieira tinha de executar, reunindo os principaes habitantes da provincia, e fazendo-lhes saber a nomeação de Vieira para o commando em chefe da insurreição. Na sua volta á Bahia deu conta da

sua commissão, conforme em tudo com os sentimentos de João Fernandes Vieira; de cuja relação veridica resultou que o Capitão General, sem esperar instrucções de Lisboa, approvasse o plano da revolta.

A 28 de Fevereiro d'este anno evacuaram os Hollandezes a ilha e fortaleza do Maranhão, deixando toda a gloria d'esta restauração ao Capitão-mór Antonio Teixeira de Mello, successor de Antonio Moniz Barreiros n'esta gloriosa e feliz empreza.

Por morte de Luiz Barbalho Bezerra, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, entrou Francisco de Souto Maior na posse d'este governo a 7 de Maio de 1644, demorando-se muito pouco tempo por ser mandado para Angola a fundar um presidio em Quicombo, depois que os Hollandezes se apoderaram da cidade de Loanda.

Por terceira vez governou a Capitania do Rio de Janeiro Duarte Corrêa Vasquenes, em virtude da Carta Regia de 21 de Dezembro d'este corrente anno de 1644, e tomou posse a 27 de Março do seguinte. Conforme o catalogo Benedictino o seu governo durou até dias do mez de Janeiro de 1648. Em tempo d'este Governador concedeu El-Rei á Camara o titulo de *Leal*, e que por ausencia do Governador ou do Alcaide-mór da Praça, tivesse as chaves da cidade, e fizesse os officios de Capitão-mór d'ella.

1645.

A insurreição contra os Hollandezes estava preparada para rebentar em Pernambuco a 24 de Junho d'este anno; porém sendo denunciado ao Supremo Conselho todo o plano da revolta, não ficou outro arbitrio a João Fernandes Vieira senão fugir para os bosques visinhos, reunir os conjurados, e armal-os. Tal foi o primeiro rompimento (a 13 de Junho) da guerra memoravel, que libertou o Brasil do dominio hollandez. O fogo da insurreição se ateou com igual vigor por quasi toda a provincia; por toda a parte ambos os partidos corriam ás armas.

O Conselho Supremo, aterrado com esta repentina revolta, empregou primeiro os meios de seducção, mandan-

do offerecer a Vieira duzentos mil cruzados em dinheiro, se elle quizesse abandonar a empreza; cuja offerta foi repellida com a mais justa indignação. Desenganado por este lado tentou os de envenenamento para descartar-se d'este chefe, porém advertido a tempo, soube elle prevenir-se e evitar o golpe. Em ultimo caso empregaram os Hollandezes as armas e as ameaças, pondo em almoeda a cabeça de Vieira, e mandando diversas partidas contra elle; porém nem umas nem outras surtiram mais effeito que os meios empregados anteriormente.

Vieira não tardou a pôr-se em campo. Sabendo que dois Regimentos hollandezes se tinham reunido em Moribeca, debaixo do commando do Coronel Henrique Huss, marcha contra elles, e toma posições no monte de *Tabocas*. Em 3 de Agosto d'este mesmo anno, descubrindo Vieira as tropas hollandezas, formou os seus soldados sobre a colina, e lhes fallou em tom resoluto, promettendo-lhes a victoria. Durou o conflicto mais do que pareciam comportar as poucas munições, com que os Portuguezes pelejavam, pois não tinham mais de 200 armas de fôgo; porém combatendo-se com igual porfia de parte á parte, por espaço de 5 horas, ficaram victoriosos os Portuguezes, e o campo alastrado de mortos.

Os Hollandezes fugiram em completa debandada, não podendo o seu General salvar-lhes as vidas, a não serem amparados da noite que sobreveiu. Depois do combate retirou-se o Coronel Huss para o Recife com os restos da sua columna, deixando a Vieira toda a vantagem d'esta victoria. Dias depois recebeu o mesmo Vieira a noticia de que os Mestres de Campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno acabavam de desembarcar com os seus Terços no porto de Tamandaré, mandados pelo Governador geral com o simulado designio de forçal-o á obediencia dos Hollandezes. Os dois Mestres de Campo tinham vindo comboiados pela esquadra de Salvador Corrêa de Sá, que seguiu para Portugal.

Reunidos os tres Chefes, Vidal, Moreno, e Vieira, marchou o segundo a cercar a fortaleza de Nazareth, e os outros dois para o acampamento da Varzea, onde Vieira tinha estabelecido o seu Arraial. Entretanto chegaram tambem D. Filippe Camarão e Henrique Dias com os seus Terços de Indios e Negros, e todos reunidos marcharam contra o Engenho de D. Anna Paes, onde o inimigo tinha debaixo de prisão todas as mulheres e filhas dos principaes moradores dos arrebaldes do Recife, que haviam tomado partido com Vieira. O combate foi terrivel e decisivo: o Coronel Huss e o Major Blar ficaram

prisioneiros, os Indios alliados foram passados á espada, e as damas foram libertadas. Este Engenho ficou chamando-se d'ahi em diante da *Casa-forte*.

Em fins de Agosto rendeu-se a fortaleza de Nazareth, e no mez de Setembro as de Porto Calvo e do Rio de S. Francisco: estas duas foram arrasadas por ordem de Vieira. No mesmo mez e anno sublevou-se toda a Capitania da Parahyba. Para continuação do progresso das nossas armas mandou Vieira atacar o Forte de Santa Cruz, no isthmo que vai do Recife para Olinda, e o rendeu por capitulação. Com estas vantagens resolveu João Fernandes Vieira atacar a ilha e fortaleza de Itamaracá, porém foi repellido com grande perda, pela desmoralisação e indisciplina dos transfugas hollandezes, que estavam ao seu serviço.

Os chefes independentes, julgando de necessidade um ponto de apoio, que servisse ao mesmo tempo de centro das suas operações, deliberaram levantar uma fortaleza com a sufficiente capacidade no sitio, que depois se chamou do Arraial Novo, uma legua distante do Recife. A obra delineada, e principiada em fins de Setembro, achava-se concluida no ultimo do anno; oito peças de bronze, trazidas de Porto Calvo, serviram para guarnecel-a.

João Fernandes Vieira estreita o sitio da praça, e ataca varios pontos do inimigo no mez de Outubro. Os Hollandezes tentam seduzir o Terço dos estrangeiros, que estava ao nosso serviço, commandado pelo Mestre de Campo Hoogstrate, e conseguem ganhar a todos os Officiaes e soldados, á excepção do commandante. Duas companhias se passaram para o Recife, e esta traição conhecida obrigou a desarmar o resto, e enviar a todos para a Bahia. Dois portuguezes se offereceram para queimar os navios hollandezes surtos no porto, e em uma noite muito escura conseguiram pôr fogo a dois com grande risco de suas pessoas; mas os Hollandezes, prevenindo o mal, ainda poderam salvar uma das embarcações ateadas, consumindo-se a outra sem damno das restantes.

Em Novembro partiu para o Rio Grande D. Filippe Camarão em soccorro dos Portuguezes, que alli se tinham levantado contra os Hollandezes; era tarde para salval-os, porque haviam succumbido, porém ainda cedo para castigar o inimigo, a quem derrotou completamente, fugindo os que escaparam do combate para a fortaleza da cidade. Camarão, por falta de munições, retirou-se para a Parahyba afim de obtel-as de Pernambuco, assim como outros soccorros para cercar a fortaleza.

O Governador geral Telles da Silva ordenou a Vieira que fizesse cortar e queimar todos os canaviaes de Pernambuco, afim de arruinar este ramo de commercio, de que os Hollandezes estavam de posse; esquecido talvez de que os Portuguezes tiravam d'este genero recursos para a guerra. Vieira não quiz autorisar senão parcialmente a execução das ordens do Governador, e para dar uma prova decisiva de que elle não era guiado por nenhum interesse pessoal, fez queimar as suas proprias plantações.

1646.

No 1.º dia do anno salvou a nova fortaleza do Arraial, construida com incrivel presteza e perfeição no espaço de tres mezes.

Os Hollandezes tentam levantar um reduto entre o Forte das Cinco Pontas e o dos Afogados; porém Henrique Dias com o seu Terço impede a continuação da obra, derrotando o inimigo, e destruindo o que havia já construido. Assim que chegou a noticia do que obrara Camarão no Rio Grande, partiu André Vidal de Negreiros em dias de Fevereiro com varios contingentes de tropas para aquella Capitania, afim de expulsar d'ella os ultimos Hollandezes, ainda alli refugiados.

Em Março consegue o inimigo formar em uma noite um reduto debaixo das baterias das Cinco Pontas, e logo Henrique Dias se propõe destruil-o, atacando-o a peito descoberto com quatro companhias do seu Terço: ganhar a primeira estacada, salvar o fôsso, e investir a casa-forte, foi tudo obra de um momento. Passada a guarnição á espada, retirou-se Henrique Dias para os seus quarteis com todos os seus Officiaes feridos.

André Vidal de Negreiros encontrando na Parahyba a D. Filippe Camarão, o proveu de munições de guerra, e confiando-lhe parte da gente que levava, o mandou outra vez para o Rio Grande, regressando Vidal em Abril para Pernambuco, onde sua presença era mais necessaria. Os Hollandezes, em numero de 600, atacam a Povoação de S. Lourenço de Tejucupapo, e são repellidos por 60 Portuguezes e algumas mulheres, que se metteram em um reduto de páo a pique. João Fernandes Vieira, indo visitar os pontos do Sul, fez construir a fortaleza de Tamandaré, onde deixou guarnição, e se retirou para o Arraial.

Sem embargo dos nossos triumphos não era feliz o estado dos patriotas de Pernambuco, porque tudo lhes faltava menos o animo e a resignação; todavia, um novo genero de flagello veiu ainda provar a sua constancia. Chegaram ao Arraial dois Jesuitas, enviados pelo Governador geral Telles da Silva com ordens positivas d'El-Rei para que os Mestres de Campo Vidal e Moreno com os seus Terços se retirassem immediatamente da campanha de Pernambuco, porque não se suspeitasse que El-Rei violava a tregoa, assentada com a Hollanda. João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros negam-se ao cumprimento de semelhante ordem, pretextando o estado feliz a que tinha já chegado a restauração; mas o Mestre de Campo Martim Soares Moreno, a titulo de obediencia, despediu-se do cargo, e dentro em poucos dias partiu para Lisboa.

No mez de Julho tomou André Vidal de Negreiros a ilha de Itamaracá, destruiu a fortaleza e tres navios, que guardavam o canal entre a ilha e a terra firme, e retirou-se para o Arraial.

Os inimigos de Vieira, ciosos de sua fama, tramam uma conspiração contra os seus dias. Os assassinos emboscados perto do campo fazem fogo, quando elle passava a cavallo, ferem-no e fogem. Facil era conhecer os traidores, e elle mesmo sabia d'onde lhe vinha o golpe; mas antes quiz dissimular que castigar, como se fosse só contra elle a traição, que tambem se dirigia contra a patria.

No dia 20 de Julho chegou á barra do Recife a esquadra hollandeza, que conduzia o General Sigismundo Van Scop, que se tinha assignalado nas primeiras guerras do Brasil, e a quem a inveja reconduzira á Hollanda, durante o governo de Mauricio de Nassau. Além de quatro mil infantes, trazia a esquadra muitos viveres, munições de guerra, e cinco novos membros do Supremo Conselho para substituir os antigos. O General Sigismundo, persuadido que bastaria o terror do seu nome para dissipar os insurgentes, sahiu do Recife no dia 5 de Agosto com 1:200 homens escolhidos para se apoderar de Olinda; porém foi recebido por tal fórma pelos nossos postos avançados, que toda a sua força foi posta em vergonhosa fuga, e elle ferido e humilhado retirou-se para o Recife

Manda Sigismundo no dia 13 de Agosto mil infantes pelo Afogado atacar a nossa estancia chamada de João de Aguiar; dado o rebate acodem varios dos nossos Capitães,

e sustentam o combate até que chega Camarão com o seu Terço, e desbarata o inimigo completamente.

Porfia Sigismundo na sua empreza, aproveitando-se de todo o seu poder e industria: sahe do Recife dirigindo-se para a nossa estancia da Barreta, e dando mostras de um ataque simulado, manda dois mil homens que fossem assaltar a nossa fortaleza do Arraial; porém acharam os Hollandezes tão dura resistencia, em tão desigual partido, que se apartaram do combate com manifesto damno.

No dia 11 de Setembro sahiu o inimigo do Recife caminhando pela praia até a povoação da Jaganda, a qual sorprendeu e saqueou; porém na retirada encontra-se com André Vidal de Negreiros e D. Filippe Camarão, que ao primeiro aviso tinham marchado ao seu encontro. Foi tão grande a refrega que Sigismundo se julgou perdido, salvando-se quasi só no Forte da Barreta, onde o alcançaram os poucos que o poderam imitar na fuga.

Em Outubro manda o General hollandez uma expedição para saquear as margens do Rio de S. Francisco; chegando a barra, retiraram-se todos os moradores com todo o precioso para a margem, onde estava o Mestre de Campo Francisco Rebello com o seu Terço em defensa do termo da Bahia. Aos que desembarcaram venceu o Mestre de Campo, obrigando a expedição a voltar para o Recife sem nenhum fructo senão o desengano por tantas vezes mal colhido.

Sigismundo, desesperado dentro do Recife, meditava um golpe mais distante, e para isso empregou quasi o resto do anno no apresto da sua esquadra, divulgando que se destinava a vingar a afronta recebida no Rio de S. Francisco. Por nossa parte não consumiam os chefes o tempo em ocio, e tambem meditavam outras emprezas, que appareceram no seguinte anno.

A 17 de Junho d'este anno tomou posse do governo do Estado do Maranhão o Sargento-mór do mesmo Estado Feliciano Coelho de Carvalho na cidade de S. Luiz, e logo nomeou por Capitão-mór do Para ao Capitão Paulo Soares de Avellar, o qual tomou posse do governo d'esta Capitania a 28 de Julho. A este succedeu por Patente Regia Sebastião de Lucena de Azevedo no fim d'este mesmo anno.

1647.

No dia 2 de Janeiro d'este anno sahiu André Vidal de Negreiros do Arraial para ir atacar o Forte da Barreta; porém sendo este socorrido do Recife por um grosso destacamento, temeu Vidal ser cortado, e retirou-se, depois de haver empregado muitos esforços para o tomar.

Em dias de Fevereiro partiu Sigismundo do Recife com a esquadra e o melhor das suas tropas, e reunindo na barra de S. Francisco algumas embarcações, que alli tinha mandado estacionar, fez-se á vela para a Bahia. Parecendo-lhe impossivel o ataque da cidade, desembarcou na ilha de Itaparica, e alli construiu um Forte flanqueado por quatro bastiões.

Irritado o Governador geral Telles da Silva, por ver o inimigo tão perto da capital, ordenou ao Mestre de Campo Francisco Rebello, que com 1:200 homens, que pôz á sua disposição, o fosse desalojar. Rebello marcha com tão fracos recursos, e morre no assalto, atravessado por uma bala; mais de 600 victimas d'esta desgraçada empreza acabaram pela metralha do Forte e das embarcações, e o resto voltou em desordem para S. Salvador. Sigismundo não tirou fructo algum d'esta victoria tão assignalada: chamado com instancia para Pernambuco, fez arrasar as fortificações, e abandonou a ilha, voltando para o Recife, onde chegou em dias de Dezembro.

Na ausencia de Sigismundo não estiveram ociosos os patriotas de Pernambuco. Em Maio partiu para a Parahyba o Sargento Maior Antonio Dias Cardoso, e depois de assollar toda aquella campanha, retirou-se trazendo comsigo 200 rezes e muitos escravos, que tomou em varias fazendas. Sentindo-se no Arraial grande falta de viveres, sahiu André Vidal de Negreiros para o Ceara em dias do mez de Agosto; entrou na Capitania do Rio Grande tallando e destruindo tudo, em quanto voltava do Ceara o Capitão João Barbosa Pinto, que por seu mandado fôra conduzir os gados d'aquella parte; chegando este finalmente com o que pôde ajuntar, contramarchou o Mestre de Campo para o Arraial trazendo 700 rezes, que serviram de grande allivio.

Desejando os dois chefes Vieira e Vidal estreitar o sitio do Recife, começaram em principio de Outubro a fundar uma fortaleza na margem do Capibaribe, opposta a cidade Mauricea; e no dia 6 de Novembro rompeu o fogo de suas baterias com grande damno do inimigo. Os Hollandezes aterrados chamaram a Sigismundo da

Bahia, temendo o progresso das nossas armas. Tendo chegado Sigismundo era de esperar que atacasse a nossa fortaleza; mas não o fez, e contentou-se com levantar outra na margem opposta, onde mandou collocar alguns obuses para ver se conseguia destruir a nossa obra. Depois de inuteis esforços permaneceu intacta a fortaleza, na qual deixou Vieira a necessaria guarnição, e retirou-se com os seus Terços para o Arraial.

Entretanto a Côrte de Lisboa, temendo pela segurança da Bahia, fez apromptar uma esquadra de 12 galeões commandada por Antonio Telles de Menezes, Conde de Villa Pouca, a quem nomeou ao mesmo tempo Capitão General do Estado do Brasil (20.° Governador geral). A esquadra chegou depois da partida de Sigismundo, e Menezes tomou posse do governo a 22 de Dezembro d'este anno, substituindo a Antonio Telles da Silva, a quem El-Rei julgou conveniente chamar para dar satisfação aos Estados Geraes. Menezes occupou o cargo até 7 de Março de 1650.

N'este anno de 1647 sahiu de S. Luiz do Maranhão Bartholomeu Barreiros de Ataide, mandado por El-Rei ao descobrimento das minas do rio *Aguarico*, ou do *Ouro*, e foi acompanhado do Religioso Carmelitano Fr. José de Santa Thereza, que, por ter sido muitos annos captivo do gentio, sabia a lingua de varias nações d'aquelle sertão. D'esta expedição parece que não houve resultado algum.

Avaliando El-Rei D. João IV a importancia do Estado do Brasil, tomou a deliberação de o elevar á categoria de Principado na pessoa do seu Primogenito o Principe D. Theodozio, cujo titulo ficou pertencendo d'ahi em diante ao herdeiro da Coroa.

1648.

Em principio de Janeiro d'este anno entrou Henrique Dias na Capitania do Rio Grande, para onde tinha sido mandado com o seu Terço, e algumas companhias do de Camarão, em Novembro do anno passado. Depois de haver destruido duas facções dos Hollandezes e Indios no lugar de Cunhaú e de Guarairas, voltou para o Arraial,

carregado com os despojos do inimigo, e com muitos prisioneiros.

El-Rei D. João IV manda a Francisco Barreto de Menezes com 300 homens a tomar o commando do Exercito de Pernambuco, com a Patente de Mestre de Campo General. Antes porém de chegar foi feito prisioneiro na altura da Parahyba, e conduzido ao Recife, donde pôde evadir-se, e por fim apresentar-se ao Exercito, de cujo mando tomou immediatamente posse nos ultimos dias de Janeiro d'este mesmo anno.

Em Fevereiro chegou ao Recife uma armada hollandeza, composta de 60 navios de alto bordo, com seis mil homens de tropa e tres mil de mar. Com este importante reforço, que dava a Sigismundo a vantagem do numero, não hesitou pôr-se em campo para tentar a sorte de uma batalha decisiva. Em Abril se passou mostra de toda a nossa gente no Arraial, e se acharam 3:200 homens de peleja, a saber: 1:800 do Terço de João Fernandes Vieira, 750 do Terço de André Vidal de Negreiros, 350 do Terço de D. Antonio Filippe Camarão, e 300 do Terço de Henrique Dias, entrando n'esta conta os que ficavam nos presidios.

Finalmente sahiu o inimigo do Recife no dia 17 de Abril com 7:400 combatentes e seis peças de artilharia; os nossos, deixando o Arraial com uma pequena guarnição, marcharam em numero de 2:500 para os montes Guararapes, onde se fortificaram na noite seguinte. No dia 19 chegou Sigismundo com o seu exercito ao pé do monte, que occupava o pequeno exercito patriota. Dado o signal começou a peleja com igual encarniçamento de parte a parte: tres vezes voltaram os Hollandezes á carga, e outras tantas foram repellidos, até que os nossos tomaram a offensiva, e os desbarataram completamente, tomando-lhes toda a sua artilharia, bagagens, 31 bandeiras, e o Estandarte General com as armas das Provincias Unidas. Sigismundo com os restos das suas tropas retirou-se durante esta mesma noite para o Forte da Barreta, levando grande numero de feridos, parte dos quaes deixou no campo pela sua precipitada fuga. O inimigo teve 1:200 mortos, e consideravel numero de feridos; entre os primeiros dois Coroneis, e entre os segundos o proprio General e um Coronel, e outro prisioneiro. Custou-nos a victoria 84 mortos e mais de 400 feridos. No dia 20 entrou Sigismundo no Recife, e no seguinte voltaram os nossos ao Arraial.

No dia 21 de Maio sahiram da praça dois mil homens as ordens do Coronel Brinck, e foram atacar a estancia

de Henrique Dias; mas a resistencia foi tal, e tão opportunos os soccorros, que vieram das outras estancias e do Arraial, que o inimigo se retirou para a Barreta, acossado pelos nossos, que o perseguiram incessantemente. No dia 18 de Agosto repetiu Sigismundo o mesmo ataque com igual successo. No dia 24 do mesmo mez chegou ao Arraial o Mestre de Campo Francisco de Figueiroa com um Terço de 400 homens, que o Governador geral enviava de soccorro ao General Barreto.

Em todo o resto do anno nada houve de memoravel em Pernambuco senão a morte de D. Antonio Filippe Camarão em consequencia de uma grave molestia (não se diz em que mez); e a sahida de Sigismundo do Porto do Recife com a esquadra hollandeza, que depois se soube effectuara um desembarque no Reconcavo da Bahia, assollando e roubando aquella costa e seus moradores, donde voltou carregado de despojos, e de mantimentos, que já faltavam na praça. Durante o desmaio dos Hollandezes aproveitaram os patriotas o tempo para reparar as suas fazendas, e cuidar na cultura de suas terras, causa da fartura e abundancia, com que Deos acudiu ás necessidades de todos.

Tendo Salvador Corrêa de Sá e Benavides, natural do Rio de Janeiro, feito tres viagens ao Reino como General do comboi das frotas do Brasil, voltou de Lisboa com os cargos de Governador do Rio de Janeiro, e Capitão General do Reino de Angola. Em 16 de Janeiro d'este anno de 1648 tomou posse do governo da Capitania do Rio de Janeiro, que regeu por pouco mais de tres mezes, porque no dia 12 de Maio do dito anno partiu para Angola, a onde, depois de expulsar os Hollandezes, e de reconquistar as terras que nos tinham usurpado, ficou governando aquelle reino até o anno de 1651.

Pela ausencia de Benavides recahiu por quarta vez em Duarte Corrêa Vasqueanes o governo da Capitania do Rio de Janeiro, do qual tomou posse no mesmo dia, mez e anno, em que o Capitão General seu sobrinho partira para Angola. No anno seguinte teve successor, e falleceu a 23 de Maio de 1650.

1649.

No principio d'este anno formou-se em Portugal a nova Companhia geral do Commercio do Brasil, com o

fim de proteger com o seu capital e credito a navegação entre a Metropoli e este Estado.

Os Generaes hollandezes, fatigados do longo cerco, resolveram tentar outra vez a sorte de uma batalha. O Coronel Brinck foi encarregado do commando: sahiu do Recife no dia 18 de Fevereiro com cinco mil homens escolhidos, a flor das suas milicias, e foi acampar-se sobre aquelles mesmos Guararapes, tão fataes ás armas da Republica. Bem longe de se atemorisarem por estas disposições, decidiram os chefes portuguezes, de commum accordo, ir ao encontro do inimigo n'esse mesmo dia para o provocar ao combate. Deixando no campo uma pequena guarnição, marcharam com 2:600 homens até a fralda da montanha, e alli tomaram posição durante a noite, até que pela manhãa do dia seguinte (19 de Fevereiro) travou-se a peleja com igual furia de ambos os lados. Finalmente, depois de infinitos prodigios de valor, de audacia, e de constancia, a victoria decidiu-se pelos Portuguezes.

O General Brinck, querendo ainda sustentar o seu posto, foi feito em pedaços por uma bala de canhão, atirada das suas proprias baterias ja rendidas: o seu exercito assombrado tomou a fuga, abandonando o campo, onde deixou seis peças de artilharia, dez bandeiras, e toda a sua bagagem, immensidade de mortos, e muitos feridos, que não poderam escapar. Barreto ainda o perseguiu por longo espaço, porém cansado de tanta mortandade, fez alto para cuidar tambem dos seus feridos, que foram em grande numero, entre elles Henrique Dias e outros Officiaes distinctos.

Recolhidos no Recife os fracos restos do exercito hollandez, fez Sigismundo pedir ao General Barreto uma suspensão de armas por alguns dias para enterrar os mortos, o que lhe foi concedido. A segunda batalha dos Guararapes, dez mezes justos depois da primeira, foi ainda mais funesta para os vencidos, pois que nunca mais ousaram medir-se em campo raso com os vencedores. Até o fim do anno apenas fizeram da praça duas sortidas contra as nossas Estancias, uma pelos Afogados no dia 25 de Agosto, e outra a 15 de Dezembro pelas Salinas; porém em ambas ellas ficaram bem arrependidos, não só pela nossa vigilancia como pela costumada resistencia, com que sempre foram castigados.

Luiz de Magalhães, nomeado para governar o Estado do Maranhão, depois da morte de Feliciano Coelho de Carvalho, tomou posse do seu cargo na cidade de S. Luiz a 17 de Fevereiro d'este anno.

Para succeder a Duarte Corrêa Vasqueanes, que exercia o governo interino da Capitania do Rio de Janeiro, foi nomeado Salvador de Brito Pereira, por Patente de 30 de Outubro de 1648; o qual em virtude do—Cumpra-se—do seu titulo pela Camara, datado a 25 de Janeiro do corrente anno de 1649, entrou na posse do seu posto. Falleceu a 20 de Julho de 1651.

1650.

Os Hollandezes, desenganados da nenhuma vantagem d'estas sorpresas e sortidas, concentraram-se nos recintos de suas fortificações, e durante todo este anno confiaram mais da falta dos nossos recursos e da nossa impaciencia do que de suas armas; mas, para que não suspeitassemos o seu estado, preparou Sigismundo uma frota, e a enviou nos ultimos dias d'este anno ao Rio de S.ᵗ Francisco, com o fim de trazer mantimentos para a praça.

Em Fevereiro d'este anno passou por Pernambuco a esquadra, que vinha debaixo do commando de João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, Conde de Castello Melhor, Capitão General nomeado para o Estado do Brasil: era a primeira armada, que a estes mares mandava a nova Companhia geral do Commercio. O Conde de Castello Melhor (21.° Governador geral) tomou posse na Bahia a 7 de Março d'este anno, e governou até o dia 4 de Janeiro de 1654, em que foi rendido. A esquadra voltou n'este mesmo anno para Portugal, commandada pelo Almirante Pedro Jacques de Magalhães, sem dar o menor auxilio aos patriotas de Pernambuco.

Por ordem Regia de 2 de Dezembro de 1650 foi determinado ao Conde de Castello Melhor, que fizesse construir annualmente no Arsenal da Bahia um galeão de 700 a 800 toneladas, e durante o seu governo se instaurou de novo a Relação da Bahia, supprimida por Filippe III de Hespanha. Solicitou e obteve a competente autorisação para edificar a fortaleza do Mar, por C. R. de 4 de Outubro de 1650, e lhe

foi recommendada a segurança da Capitania, em consequencia de constar que em Hollanda se preparavam novas expedições.

1651.

Havendo Sigismundo mandado ao Rio de S. Francisco, no fim do anno proximo passado, uma frota como fica dito, o General Barreto, informado d'esta expedição, fez partir no dia 5 de Janeiro o Sargento-mór Antonio Dias Cardoso com 500 homens afim de prevenir aquelles moradores, e ajudal-os a rebater o inimigo. A marcha d'esta gente não foi tão occulta, que a não soubessem na praça, de sorte que a frota foi avisada a tempo, e regressou sem conseguir nenhum de seus intentos. Cardozo, não tendo achado com quem combater, voltou para o Arraial, trazendo tudo quanto julgou util para o Exercito.

No dia 6 de Março tomou o Capitão Jacome Bezerra uma lancha do inimigo, que navegava para a Barreta, e n'ella fez prisioneira a mulher do commandante d'aquelle Forte. Os Hollandezes tentam de novo uma sorpresa sobre a Estancia do Mendonça no dia 7 de Abril, porém foram repellidos, deixando 15 mortos pelo atrevimento.

No dia 16 de Julho partiu do Arraial o Capitão João Barboza Pinto com 300 homens a bater de novo a campanha do Rio Grande. Depois de saquear e queimar o que não pôde trazer, voltou para Pernambuco com algum gado, e 83 prisioneiros entre Flamengos, Negros, e Indios.

Se por uma parte D. João IV persistia em não proteger os independentes de Pernambuco, por outra os Estados-Geraes, cansados de tantos e tão inuteis esforços, resolveram imitar a circumspecção de Portugal, não mandando mais soccorros ao Brazil. Desde então ficou o Recife abandonado ás suas proprias forças, e a guerra só se sustentava pela tenacidade dos dois partidos.

Por morte de Salvador de Brito Pereira, Governador do Rio de Janeiro, nomeou a Camara para o substituir interinamente no cargo a Antonio Galvão, em virtude do Alvará de 27 de Setembro de 1644, que lhe concedeu esta faculdade. Galvão entrou a governar depois de 20

de Julho d'este anno de 1651, até entregar o mando ao seu successor em Abril do anno seguinte.

Teve principio a povoação da Ilha dos Patos (hoje de Santa Catharina) por Francisco Dias Velho Monteiro, que para alli fôra n'esse mesmo anno com a sua familia, e 500 Indios mansos tirados de S. Vicente, e ao qual doara El-Rei D. João IV a mesma Ilha em 1654.

1652.

N'este anno reduziram-se as operações da guerra em Pernambuco a duas sortidas, que fizeram os Hollandezes, ambas sobre a nossa Estancia do Aguiar, e com igual successo, porque foram repellidos e desbaratados, buscando na fuga o abrigo da sua artilharia. Os patriotas vendo que Sigismundo os deixava em repouso por muito tempo, e que n'isto poderia perigar a disciplina das suas tropas, foram provocar o inimigo entre o Forte dos Afogados e o da Barreta; os Hollandezes sahiram de seus reparos, e atacaram os nossos com muita gentileza e bisarria, porém foram batidos, e levados a ponta de espada até suas fortificações.

Com a noticia certa de que os Hollandezes tinham no Rio Grande muito páu brazil para levarem ao Recife, e que d'alli vinham viveres para esta praça, mandou o General Barreto ao Sargento Maior Antonio Dias Cardozo com 500 homens a recolher aquelle páu, e a destruir as plantações e crias, de que colhiam mantimentos. Cardozo sahiu do Arraial em 20 de Maio, e depois de haver cumprido fielmente as ordens, que levara, voltou sem dilação nem perda ao nosso campo. Foi este golpe mui sensivel para o inimigo, porque o feriu no corpo e nos interesses, privando-o d'este ultimo recurso, em que fundava a sua existencia. Assim foi que por espaço de mais de seis mezes nos deixou em completo repouso, sem ousar a menor tentativa durante o resto do anno.

D. Luiz de Almeida Portugal foi provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro por Carta Patente de 7 de Março de 1651, e já governava em 16 de Abril do

anno seguinte, sem que se saiba o dia da sua posse. Governou até o anno de 1657.

Por uma Resolução de 25 de Fevereiro d'este anno, sobre representação dos moradores do Pará, supprimiu El-Rei D. João IV o governo geral do Estado do Maranhão, dividindo-o em duas Capitanias, de S. Luiz do Maranhão e do Grão Pará, com jurisdicção independente uma da outra, como declarou pelas Patentes dos seus respectivos Governadores.

Foram os novos Governadores nomeados: para a Capitania do Maranhão Balthazar de Souza Pereira, o qual recebeu de mãos de Luiz de Magalhães o governo d'aquella Capitania aos 19 de Novembro do mesmo anno; e para o Pará Ignacio do Rego Barreto, o qual tomou posse a 5 de Dezembro immediato.

A Relação da Bahia, mandada crear por Filippe III, em virtude da Resolução de 7 de Março de 1609, sendo extincta pelo Alvará de 5 de Abril de 1626, foi de novo restabelecida por Diploma de 12 de Setembro do presente anno de 1652.

1655.

Desesperados de todo auxilio, tentaram os Hollandezes, no dia 11 de Março, sorprender por uma sortida as linhas dos Pernambucanos. Sigismundo pensava que os acharia descuidados, mas enganou-se; e no primeiro encontro viu que, quando não o esperassem, pelo menos não os atemorisou a sua visita. A intrepidez, com que foram recebidos os Hollandezes na Estancia do Aguiar, os desconcertou por tal modo, que apesar de todos os esforços de seus Officiaes tomaram a fuga em debandada completa. N'este transe mandou Sigismundo tocar a retirada para sepultar no Recife a sua vergonha.

No dia 20 de Dezembro fundeou em Nazareth a esquadra commandada por Pedro Jacques de Magalhães em serviço da Companhia geral do Commercio; e logo se reuniram todos os chefes do nosso pequeno exercito com o General da armada, afim de deliberarem sobre o modo de concluir aquella guerra. Cedendo Magalhães ás

instancias de Barreto, de Vieira, e de Vidal, assentou-se no dia de Natal, que a esquadra se dirigisse a bloquear o porto do Recife, em quanto o exercito se preparava para atacar as fortificações exteriores do inimigo.

Não obstante ter mandado El-Rei por duas vezes (em 1643 e 1647) que os Padres Jesuitas voltassem para os seus Collegios da Capitania de S. Paulo, d'onde tinham sido expulsos em 1640, só foram a elles restituidos pelos Povos com certas condições estipuladas em uma escriptura, que se lavrou na Camara de S. Vicente aos 14 de Maio do presente anno de 1653.

1654.

A Esquadra de Pedro Jacques de Magalhães, tendo-se approximado do porto do Recife, deu principio no dia 5 de Janeiro ao desembarque de alguma infantaria e de munições de guerra, e ficou disposta de modo que todo o soccorro por mar ficou interdicto á praça. O General Barreto conveiu, de accordo com todos os chefes, em que devia atacar as obras exteriores dos Hollandezes, e quiz que esta gloria pertencesse a Vieira. Com effeito no dia 15 de Janeiro começou este o ataque pelo Forte das Salinas, que se rendeu no dia immediato a André Vidal de Negreiros, assim como o de Altanar á uma milha distante do primeiro. O Forte da Barreta foi abandonado pela guarnição, logo que o atacou Diogo Pinheiro Camarão, sem nos custar morte nem ferida.

Não podendo Sigismundo guarnecer todos os Fortes destacados, mandou desmantelar e queimar os dos Afogados, do Parrexil, e do Buraco de Santiago, afim de estreitar mais o recinto das suas fortificações. O Forte das Cinco Pontas foi o unico importante que lhe ficou, e a sua vantajosa posição fazia d'elle o baluarte mais precioso da cidade Mauricea. Para atacal-o era mister apoderar-se antes de um ponto fortificado, que o dominava; esta commissão foi confiada a André Vidal de Negreiros, que a desempenhou com a sua costumada bravura na noite de 20 para 21 de Janeiro. Nada pois se oppunha ao ataque do Forte principal, e o General Barreto mandou bater os parapeitos com a sua artilharia no dia 21.

Atacado o Recife d'esta vez debaixo de todas as regras da arte militar, estava já entregue á anarchia e á desordem, quando pelas 3 horas da tarde do dia 23 pediu o inimigo suspensão de armas para mandar um agente encarregado de reclamar a nomeação de Commissarios, afim de regularem os artigos da capitulação. Nomeados os Commissarios, entraram em conferencia no dia 24 de Janeiro, e dois dias depois foi assignada e ratificada a capitulação, que pôz em poder dos Portuguezes o Recife com todas as suas dependencias, e todas as outras praças e fortalezas, que os Hollandezes occupavam ainda no Brasil: a saber, as fortalezas do Rio Grande, da Parahyba, e do Ceará, o Forte de Orange na ilha de Itamaracá, e toda a ilha de Fernando de Noronha.

João Fernandes Vieira, como chefe da vanguarda, tomou posse da cidade em nome de D. João IV no dia 27, e no seguinte fez a sua entrada solemne o General Barreto. Mais de 300 peças de artilharia, e grande quantidade de munições de guerra foram os tropheos d'esta importante conquista. O Mestre de Campo Francisco de Figueiroa foi encarregado pelo General em chefe de ir tomar posse de todas as outras praças. Em todas ellas se metteram guarnições portuguezas, e dentro em pouco não houve no Brasil um só palmo de terra, que deixasse de estar sujeito ás leis de Portugal. No dia 3 de Fevereiro partiu para Lisboa o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros encarregado de participar a El-Rei o feliz successo da restauração de todas as Capitanias occupadas pelos Hollandezes.

D. Jeronymo de Ataide, Conde de Atouguia, sendo nomeado por carta Patente de 14 de Dezembro de 1652 Capitão General do Estado do Brasil (22.º Governador geral), tomou posse do governo em S. Salvador aos 4 de Janeiro de 1654, conservando-se n'elle até 18 de Junho de 1657 bem quisto dos povos, e tendo reduzido durante o seu governo os selvagens, que infestavam as povoações de Jaguaribe e do Reconcavo.

A Capitania de Pernambuco, governada por seus Donatarios até a invasão dos Hollandezes (1630), teve depois da restauração um Governador e Capitão General nomeado por El-Rei, que a annexou á Coroa. A Parahyba ficou

sendo igualmente governo separado, mas subalterno ao de Pernambuco. Francisco Barreto de Menezes, Mestre de Campo General do exercito libertador de Pernambuco, foi o primeiro Governador de nomeação Regia, que teve esta Provincia, e começou o seu governo desde o dia da restauração até ser provido no da Bahia em 1657.

Em virtude da Resolução de 25 de Agosto d'este mesmo anno foi El-Rei servido tornar a reunir em um só Governo as duas Capitanias de S. Luiz do Maranhão e do Grão Pará, desannexadas 30 mezes antes, nomeando para governal-as com a Patente de Governador e Capitão General d'este Estado a André Vidal de Negreiros, um dos restauradores de Pernambuco. A cidade de S. Luiz, capital do Maranhão, ficou sendo a séde do governo geral até 1753, em que foi transferida para o Pará.

1655.

André Vidal de Negreiros, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, tomou posse do governo a 11 de Maio do corrente anno, e n'elle se conservou até 23 de Setembro de 1656. Immediatamente passou á ilha grande de Joannes para se informar d'este paiz; em consequencia do que propôz a El-Rei a mudança da capital do Pará para a principal aldèa dos Indios Aroans, por ser mais conveniente este sitio do que o da cidade de Belém; o seu projecto porém não foi attendido, talvez pela pouca duração do seu governo n'esta importante repartição.

1656.

No mez de Agosto d'este anno mandou El-Rei D. João IV para Pernambuco os Frades Capuchos da provincia de Burgonha, os quaes tomaram posse de uma Capella, que intitularam de Nossa Senhora da Penha, da qual se serviam os pescadores debaixo da invocação do Espirito Santo, ignorando-se quem fôra seu fundador. Aquelles padres fizeram logo o seu hospicio junto á mesma Capella, onde residiam, conhecidos pela denominação de Frades da Penha.

No anno de 1700 foram estes Padres francezes, por Ordem Regia, para Lisboa, e se recolheram ao Convento da Esperança, onde se justificaram das accusações pelas quaes foram chamados; porém, mandando El-Rei que voltassem ao seu Convento de Pernambuco, não o permittiu o Provincial da sua Ordem, ficando a Igreja e hospicio da Penha entregues ao Vigario geral por tres annos, e depois aos Congregados durante mais sete; até que em Agosto de 1710 chegaram á esta Villa de Santo Antonio do Recife os Padres Capuchinhos italianos, aos quaes o Governador, por Ordem Regia, deu posse do hospicio e Igreja da Penha, cuja invocação foi conservada.

No dia 6 de Novembro d'este anno morreu El-Rei D. João IV em Lisboa. Subiu ao throno D. Affonso VI seu filho; mas em razão da sua menor idade, porque apenas contava treze annos, ficou sujeito á tutoria da Rainha sua mãi D. Luiza de Gusmão, a quem El-Rei seu marido tinha deixado por Tutora e Governadora do Reino, que com tanta prudencia e desvelo administrou. Passados seis annos, a 23 de Junho de 1662, contando D. Affonso VI 19 annos de idade, tomou posse do governo com a formalidade costumada.

1657.

André Vidal de Negreiros, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, passou com a mesma Patente a governar a Capitania de Pernambuco. Sahiu da cidade de S. Luiz por terra a 23 de Setembro do anno anterior, e a 22 de Março do corrente anno de 1657 tomou posse do seu novo cargo.

Francisco Barreto de Menezes, que havia sido Mestre de Campo General do exercito de Pernambuco na guerra dos Hollandezes, e primeiro Governador e Capitão General da mesma Capitania depois da sua restauração, e a quem viera render no governo d'ella André Vidal de Negreiros, passou com a mesma Patente a governar a Bahia (23.° Governador geral), onde tomou posse a 18 de Junho d'este anno, e governou até 24 de Junho de 1663, em que foi rendido. O que houve de mais notavel durante a sua

administração foi a C. R. de 4 de Fevereiro de 1662 recommendando-lhe promovesse a contribuição para a paz com a Hollanda, e dote de Casamento da Infanta D. Catharina com o Rei de Inglaterra.

Thomé Corrêa de Alvarenga, provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro, tomou posse nos primeiros dias de Julho de 1657 e governou até a era de 1659.

1658.

D. Pedro de Mello chega a S. Luiz, encarregado do governo geral do Estado do Maranhão, e toma posse a 16 de Junho de 1658, recebendo-o das mãos de Agostinho Corrêa, que havia ficado como substituto interino de André Vidal de Negreiros.

A 19 de Setembro d'este mesmo anno tomou posse do cargo de Capitão-mór do Pará o Capitão de Mar e Guerra Marçal Nunes da Costa.

Em consequencia da morte do Prelado do Rio de Janeiro Antonio de Marins Loureiro foi nomeado para succeder-lhe no mesmo cargo o Dr. Manoel de Souza e Almada, por Provisão de 12 de Dezembro de 1658, o qual tomou posse no anno seguinte. Perseguido n'esta cidade, como todos os seus antecessores, determinou retirar-se para Portugal na era de 1669, nomeando para occupar seu lugar ao Dr. Francisco da Silveira Dias.

1659.

Salvador Corrêa de Sá e Benavides foi novamente nomeado Governador do Rio de Janeiro com o caracter de Governador geral da Repartição do Sul, sem subordinação alguma ao Governador geral do Estado do Brasil, a quem por este motivo mandou a Rainha Regente levantar a homenagem como tal. Salvador Corrêa de Sá chegou a Bahia, e levantou a dita homenagem ao Governador geral, de que se lavrou um termo a 12 de Setembro de 1659.

Da Bahia se dirigiu á cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, onde tomou posse nos primeiros dias de Outubro do mesmo anno.

N'este mesmo anno de 1659 conseguiu o Jesuita Antonio Vieira consolidar a paz, que havia 20 annos estava quebrada, entre os Indios Nheengaibas e os Colonos portuguezes, tirando d'este modo aos Hollandezes, e a quaesquer outros estrangeiros, as vantagens do commercio, que faziam com estes Indios pelo Cabo do Norte.

Sobre a exploração do Rio Negro, feita durante os dois annos de 1658 e 1659, deve ver-se o *Diario da viagem*, que emprehendeu pela Capitania de S. José do Rio Negro Francisco Xavier de Sampaio, impresso pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1825.

1660.

Morto D. João IV, e na regencia da Rainha viuva, a paz tornava-se uma necessidade para todas as classes do Reino, porque a Monarchia estava esgotada, posto que triumphante. Depois de longas e penosas negociações, concluiu se finalmente a paz com a Hollanda no presente anno; a qual firmou a Casa de Bragança na inteira posse do Brasil pela somma de 12 milhões, que a Côrte de Lisboa devia pagar á Hollanda em dinheiro, em mercadorias, ou por diminuição de direitos dos navios da Republica nas Alfandegas de Portugal. Este Tratado foi concluido pela industria e prudente reserva do Conde de Miranda, que tendo para este fim partido como Embaixador para as Provincias Unidas a 21 de Outubro do anno antecedente, sahiu da Haya em 24 de Agosto de 1660 com elle assignado.

Salvador Corrêa de Sá e Benavides, Governador geral da Repartição do Sul, depois de um anno de residencia no Rio de Janeiro, partiu para S. Vicente a inspeccionar as minas, que estavam a seu cargo, deixando em seu lugar n'esta Capitania a Thomé Corrêa de Alva-

renga em principio de Outubro de 1660. Passados poucos dias da ausencia de Salvador Corrêa amotinou-se o povo contra elle, negando-lhe a obediencia, depondo e prendendo o seu delegado Alvarenga; e de conformidade com a Camara, que era conivente com os revoltosos, deram posse a Agostinho Barbalho Bezerra, obrigando-o pela força sob pena de morte a governar a Capitania.

1661.

Francisco de Brito Freire, 3.º Capitão General da Capitania de Pernambuco, tomou posse do Governo a 26 de Janeiro d'este anno. Tinha vindo na frota da Companhia do Commercio em 1653 com Pedro Jacques de Magalhães; e concorreu para a tomada do Recife e conclusão da guerra, cuja historia escreveu depois, e foi publicada em 1675.

Tendo Salvador Corrêa de Sá recebido em Santos o aviso da revolta do Rio de Janeiro, mandou publicar um bando, perdoando aos revoltosos, e ordenando que Agostinho Barbalho Bezerra continuasse no governo, mas como delegado seu e não do povo; em consequencia do que a Camara depôz a Barbalho no dia 8 de Fevereiro d'este anno, e ficou governando por si só até o dia 11 de Abril, em que deu posse ao Mestre de Campo João Corrêa de Sá, em razão da maior Patente por ja estar socegada a cidade. Em Junho d'este mesmo anno voltou ao Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sa, e continuou no governo da sua repartição até Abril do anno seguinte.

A 17 de Maio d'este anno amotinou-se o povo de S. Luiz do Maranhão contra os Jesuitas, e arrancando-os do seu Collegio, fizeram-nos sahir da cidade, caminho de Santo Antonio. O Governador D. Pedro de Mello a força de instancias conseguiu do povo que os Padres voltassem, conservando-se porém no seu Collegio como em custodia. A 17 de Julho, amotinando-se da mesma fórma o povo de Belém do Grão Para, prendeu ao Padre Antonio Vieira, e o remetteu ao povo do Maranhão, sem nenhuma attenção ao Governador Pedro de Mello, que não tendo forças para rebater os sediciosos, foi apenas mero expectador

d'esta scena de escandalo contra a sua autoridade. Finalmente todos os Jesuitas, com o Padre Antonio Vieira, foram mettidos a bordo de um patacho, e mandados para Lisboa, onde chegaram com feliz viagem.

1662.

Ruy Vaz de Siqueira, Governador geral do Estado do Maranhão, recebeu das mãos de D. Pedro de Mello o governo do mesmo Estado no dia 26 de Março d'este mesmo anno, em que tomou posse.

Francisco de Seixas Pinto, Capitão-mór do Pará com Patente Regia, tomou posse do cargo no dia 16 de Abril, recebendo o governo d'aquella Capitania de mãos do seu antecessor Marçal Nunes da Costa.

Pedro de Mello, provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro, por Carta Patente do 1.° de Junho de 1661, para vir render a Salvador Corrêa de Sá e Benavides, tomou posse no dia 29 de Abril d'este corrente anno de 1662 nos Paços do Conselho, onde se achava o seu antecessor, em presença de todos os Vereadores. Governou até Maio de 1666.

El-Rei D. Affonso VI, aos 19 annos de idade, recebeu das mãos de sua Mãi a Rainha viuva, e Regente durante seis annos, as redeas do governo no dia 23 de Junho de 1662.

1663.

D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos (2.° Vice-Rei nomeado para o Estado do Brasil, e 24.° Governador geral), chegou a Bahia, e tomou posse do governo a 24 de Junho d'este anno, sustentando-o até o dia 13 de Junho de 1667. No 1.° de Outubro do anno da sua posse deu Regimento geral aos Capitães-móres dos districtos sujeitos a Capitania de S. Vicente.

1664.

Jeronymo de Mendonça, ou da Costa, Furtado (Uxumberga) veiu succeder a Francisco de Brito Freire como Governador e Capitão General de Pernambuco, e tomou posse do governo no dia 5 de Março d'este anno. A 9 de Março de 1666 foi preso pela Camara, ignorando-se o motivo. Em dias d'este governo declarou-se na provincia uma epidemia notavel de bexigas, que por isso as denominaram *Uxumbergas*. Foi tanta a mortandade que o Parocho só não bastava para administrar os sacramentos da penitencia e da extrema unção: foi necessario no anno de 1666, que os Religiosos o coadjuvassem empregando-se n'esse mister.

1665.

Os Carmelitas descalços vieram para a Bahia no anno de 1663, porém só começaram a fundar Convento no de 1665, em virtude da C. R. de 25 de Junho d'este mesmo anno; em consequencia da qual passaram do sitio da Preguiça, onde permaneciam d'esde sua chegada, para o em que edificaram a Casa, que hoje existe, com esmolas e donativos. Estes padres, apesar de não poderem possuir bens de raiz, se tornaram comtudo ricos em predios e terrenos a titulo de administradores de legados pios e capellas. Administraram igualmente muitas missões nas margens do Rio de S. Francisco, das quaes foram privados por Decreto de 10 de Dezembro de 1709.

Foi notavel a parte activa, que estes frades tomaram nos negocios politicos durante a occupação da cidade da Bahia pelas tropas portuguezas, prestando a estas valiosos auxilios, a ponto de se tornarem geralmente conhecidos como inimigos da independencia, e continuando a prestar obediencia aos Prelados da mesma Ordem em Portugal; o que motivou a expedição do Aviso Imperial de 28 de Julho de 1828, mandando que os ditos padres, no caso de quererem residir no Brasil, se abstivessem de prestar obediencia aos Prelados portuguezes. Em virtude d'este Aviso pediram e obtiveram os mesmos padres um Breve de separação em Janeiro de 1830; porém esta Ordem está de facto extincta, e no seu Convento da Bahia acha-se hoje estabelecido o Seminario archiepiscopal.

Em virtude das Resoluções de 7 de Fevereiro e de 6 de Julho de 1665 começou-se a fundar n'este mesmo anno na Bahia o Convento de Santa Clara do Desterro, concorrendo a Camara e o povo com as despezas necessarias. A fundação d'este Convento foi approvada pelo Breve do SS. Padre Clemente IX de 13 de Maio de 1669, em que fixava para o dito Convento a renda annual de dez mil cruzados; cuja renda obrigou-se a Camara a supprir por escriptura passada a 14 de Maio de 1671, em quanto os dotes das freiras conversas não assegurassem esta quantia.

Em virtude de outro Breve de 20 de Outubro de 1672 vieram de Portugal quatro freiras do Convento de Santa Clara d'Evora, as quaes chegaram a Bahia a 29 de Abril de 1677, e logo tomaram posse do Convento, e deram principio a admissão de noviças. Como o Recolhimento feito era pequeno para accommodar todas as pessoas, que pretendiam entrar como Religiosas, deu-se logo principio a Casa, que presentemente existe, lançando-lhe a primeira pedra o Governador Roque da Costa Barreto no dia 22 de Outubro de 1679. Depois de dez annos de ausencia recolheram-se ao seu Convento d'Evora as quatro freiras, que vieram fundar o da Bahia, quando n'este já existiam 16 freiras professas do paiz. Foi primeira Abbadeça, filha da Bahia, a Madre Marta de Christo, eleita aos 16 de Julho de 1686.

Carta Regia de 23 de Dezembro do presente anno, pela qual El-Rei D. Affonso VI fez doação ao Secretario de Estado Antonio de Souza de Macedo *da Ilha Grande de Joannes*, com jurisdicção no civel e crime até a morte inclusive; e com datas de todos os officios, e poder dar terras, fundar villas, e fazer alcaides móres, e outras prerogativas de juro e herdade fóra da lei mental, e faculdade para a vincular em Morgado com as condições, que bem quizesse.

1666.

André Vidal de Negreiros, tendo governado a Capitania de Pernambuco pela primeira vez, voltou á ella com a mesma Patente de Capitão General, e tomou posse do governo a 24 de Abril de 1666; de cujo exercicio se separou a 13 de Junho do mesmo anno por haver sido nomeado Governador e Capitão General de Angola para ir

substituir a João Fernandes Vieira, seu antigo collega na gloriosa restauração de Pernambuco. Em lugar de Andre Vidal de Negreiros, entrou a governar a Capitania de Pernambuco Bernardo de Miranda Henriques pela posse que tomou no mencionado dia 13 de Junho, e governou até 28 de Outubro de 1670.

D. Pedro Mascarenhas, nomeado Governador da Capitania do Rio de Janeiro por Provisão Regia de 7 de Dezembro de 1665, tomou posse a 19 de Maio do seguinte anno de 1666. Governou até o fim de 1669, ou principio de 1670.

Antonio Pinto da Gaya, Capitão-mór com Patente Regia nomeado para o Pará, tomou posse do cargo a 21 de Janeiro d'este anno.

N'este mesmo anno cresceu o mar prodigiosamente por tres vezes alternadas sobre as praias da cidade de S. Salvador na Bahia de Todos os Santos, deixando em secco, quando se retirava, grande quantidade de pescado; e pelo mesmo tempo appareceu um Cometa, que a superstição do povo encarou como prognostico do grande contagio de bexigas, que, passando de Pernambuco a Bahia, onde até então era tal enfermidade pouco conhecida, fez horriveis estragos: seguindo-se depois a fome assoladora, resultado da falta de braços para a lavoura.

1667.

Por Alvará de 27 de Maio do presente anno creou El-Rei D. Affonso VI o titulo de Barão da *Ilha Grande de Joannes*, na Capitania do Grão Pará, de que fez mercê a Luiz de Souza de Macedo em duas vidas.

Alexandre de Souza Freire veiu, com a Patente de Capitão General, render o Conde de Obidos, 2.° Vice-Rei do Estado do Brasil. Foi o 25.° Governador geral d'este

Estado, e tomou posse na Bahia a 13 de Junho de 1667, governando até 8 de Maio de 1671, em que foi rendido.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador geral do Estado do Maranhão, tomou posse do cargo a 22 de Junho d'este mesmo anno na cidade de S. Luiz.

1668.

Tendo sido El-Rei D. Affonso VI recluso em um quarto do Paço no dia 23 de Novembro do anno de 1667, foi o Infante D. Pedro, seu irmão, jurado Principe Regente, e herdeiro da Coróa em Côrtes a 27 de Janeiro do seguinte anno de 1668.

O Principe Regente pôz então o seu desvelo no governo da Monarchia, esperando terminar a guerra por uma paz solida com a Hespanha. A mediação da Inglaterra aplanou todas as difficuldades, e a 13 de Fevereiro de 1668 concluiu-se emfim o Tratado, de que a Inglaterra se constituiu mediadora e garante: Tratado que gloriosamente terminou o exito da revolução a favor da Casa de Bragança, livrou para sempre Portugal do jugo da Hespanha, reconheceu os Portuguezes livres e independentes, e pôz termo á guerra, que durante 28 annos tinha conservado os dois povos em armas.

D'esta época por diante começa a datar-se uma nova era para Portugal, e para o Brasil. A sabia administração de D. Pedro, e as doçuras da paz, fizeram renascer o prazer, a tranquillidade, e a abundancia. O Regente pôz todos os seus cuidados em reformar os abusos, e em restabelecer o commercio; toda a sua attenção se fixou na America portugueza.

Paulo Martins Garro, Capitão-mór nomeado para o Grão-Para, tomou posse do cargo no dia 1.º de Abril d'este anno, em virtude da Patente Regia de 20 de Outubro do anno anterior.

O Procurador da Bahia ás Côrtes, que se celebraram em Lisboa n'este anno de 1668, conhecendo o desgosto,

de que se achavam possuidos muitos naturaes do Brasil, por serem preteridos nos empregos publicos, em qualidade de representante de todo este Estado, offereceu o seguinte capitulo. « O Brasil em quarenta annos de guerra continuada padeceu muito, e seus moradores soffreram infinitas miserias e hostilidades na defensa d'aquelle Estado, onde a maior parte d'elles se assignalaram em muitas occasiões com singular valor, e despeza das suas fazendas; com que a este respeito deve V. A. ser servido mandar, que nos postos de milicias, que vagarem no dito Estado, sejam sómente providos os que n'elle tem servido a V. A., e da mesma maneira nos ditos moradores os officios de Justiça e Fazenda, como tambem em seus filhos as Igrejas, Conesias e Dignidades, pois he justo que despendendo seus pais e seus avós as fazendas, derramando seu sangue, e perdendo muitos a vida, sejam os postos, cargos, e honras do dito Estado concedidas a estes sujeitos, em quem concorrem as partes e qualidades necessarias. »

O Principe Regente, depois D. Pedro II., respondeu á tal exigencia pela seguinte maneira: « Ao Conselho ultramarino, e Mesa da Consciencia, mandarei advertir o que me pedis, *que me parece justo.* » Logo foi o dito capitulo remettido á Meza da Consciencia com est'outro despacho: « Veja-se na Mesa da Consciencia e Ordens esta copia de um capitulo, que entre outros me offereceu em Côrtes o Procurador do Estado do Brasil, para que tendo-se noticia da resposta, que á margem d'ella lhe mandei dar, tenha lembrança a Mesa do que me representa aquelle Estado. Lisboa 3 de Agosto de 1668 -- com a rubrica. -- » Igual despacho se remetteu por copia ao Conselho Ultramarino para os mesmos fins.

1669.

Para substituir a Alexandre de Souza Freire no cargo de Governador geral do Estado do Brasil partiu de Lisboa no principio d'este anno João Corrêa da Silva, a bordo do galeão *Sacramento*, que servia de capitania da frota da Junta do Commercio; mas tendo avistado a Bahia já perto da noite, naufragou no parcel de Santo Antonio por incuria dos pilotos. Deu logo signal de naufragio aquelle galeão, disparando varios tiros, que repetiu a fortaleza de Santo Antonio, e com quanto sahissem da ribeira immediatamente os auxilios necessarios, apenas chegaram estes ao Rio-vermelho ao romper do dia, quando já

as praias estavam cobertas de cadaveres, pois que só de guarnição trazia aquelle navio 800 homens. Entre os mortos achou-se João Corrêa da Silva, cujo corpo encontrado pelo Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito, que por terra tinha ido soccorrer os naufragos, foi conduzido á cidade, e sepultado na Igreja do convento de S. Francisco.

N'esse mesmo anno foi sorprendida a povoação de Cayrú pelos selvagens, em occasião que o povo se achava ouvindo missa; occorreu-lhe fechar as portas da Igreja, mas o Capitão-mór Manoel Barboza de Mesquita sahiu corajosamente com alguns soldados, que logo o abandonaram, a pretexto de irem dar aviso á estancia visinha, e todavia afugentou os selvagens fazendo-lhes grande estrago, resultando a sua morte por effeito de graves feridas. O Governador, logo que teve noticia d'este facto, deliberou perseguir aquelles Indios; e como lhe faltassem homens experimentados para esta empreza, resolveu pedil-os a S. Paulo, d'onde com effeito vieram para a Bahia alguns Cabos em 1671.

João da Silva de Souza, nomeado Governador da Capitania do Rio de Janeiro por Provisão Regia de 5 de Setembro do presente anno, tomou posse no fim do mesmo anno ou principio do seguinte: ignora-se o dia da posse; porém conforme o Catalogo benedictino já governava em 1670. Suppõe-se que continuara na administração d'esta Capitania até o fim do anno de 1674 ou principio do seguinte.

1670.

A Bernardo de Miranda Henriques, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, succedeu no governo d'aquella Capitania Fernando de Souza Coutinho com a mesma Patente, e tomou posse no dia 28 de Outubro do presente anno; governou até 17 de Janeiro de 1674, em que foi rendido.

1671.

O Reverendo Dr. Francisco da Silveira Dias foi confirmado, por Carta Regia de 7 de Março do presente an-

no, no cargo de Prelado Administrador ecclesiastico do Rio de Janeiro, que já servia, ha mais de um anno, por nomeação do seu antecessor o Prelado Manoel de Souza de Almada, que se tinha retirado para Portugal.

Affonso Furtado de Mendonça Castro do Rio e Menezes, Visconde de Barbacena (26.º Governador geral), veiu com a Patente de Capitão General do Estado do Brasil render a Alexandre de Souza Freire no mesmo cargo; tomou posse do governo a 8 de Maio de 1671, e tendo ratificado o Regimento geral dos Capitães-móres dos districtos sujeitos á Capitania de S. Vicente, falleceu a 26 de Novembro de 1675.

Por não haver via de successão, elegeu, com o voto da Camara, os que deviam governar a Capitania por sua morte: depois d'ella entraram no governo interino o Chanceller da Relação Agostinho de Azevedo Monteiro, o Mestre de Campo Alvaro de Azevedo, e o Juiz Ordinario, ou o Camarista mais velho Antonio Guedes de Brito. Succedendo morrer logo depois o Chanceller, em seu lugar entrou Christovão de Burgos de Contreiras, Desembargador mais antigo. Este governo interino durou até 15 de Março de 1678.

N'este mesmo anno de 1671 foram tão copiosas as chuvas na Bahia, durante o mez de Abril, que fizeram cahir sobre as casas da cidade baixa grande porção de terra das ladeiras da Conceição e da Misericordia, demolindo muitos edificios, sob cujas ruinas ficaram sepultadas mais de trinta pessoas: era a terceira vez que acontecia igual fracasso, não sendo porém das anteriores tão fatal o resultado.

Por este mesmo tempo foi explorado o continente, que hoje fórma a provincia do Piauhy, (nome que lhe deu o pequeno rio, que desagua no da Parnahyba) por Domingos Affonso Sertão, appellido que tomou das suas correrias pelo interior. Este sertanejo, penetrando desde o rio de S. Francisco para o norte, atravessou todo o territorio entre Pernambuco e Minas, e foi ter á serra da Ibiapaba, e d'alli se dirigiu para as planicies septentrionaes, onde encontrou o Paulista Domingos Jorge, um dos mais audazes exploradores dos sertões brasilicos. N'aquellas planicies se estabeleceram depois muitas fazendas

de criar por sesmarias concedidas pelos Governadores de Pernambuco; cuja concessão foi causa de muitas desavenças e conflictos de jurisdicção entre os mesmos Governadores e os da Bahia e Maranhão.

Pedro Cezar de Menezes, Governador geral nomeade para o Estado do Maranhão, tomou posse do cargo a 9 de Junho d'este anno.

Constando na cidade da Bahia haver-se prohibido aos naturaes do Brasil o poderem occupar os lugares de Desembargadores na sua patria, exigiu a Camara da mesma cidade a revogação d'essa Resolução, dirigindo ao Monarcha o seguinte officio, dictado pelo mais corajoso patriotismo, sem faltar ao respeito devido á Magestade do Throno « Senhor -- Por noticia, que temos, nos consta « que V. A. foi servido mandar passar um decreto, pa- « ra que nenhum filho do Brasil occupe, da data d'elle « em diante, o cargo de Desembargador d'este Estado, « quando os que de presente o são não devem nada « a nenhum dos mais: parece, Senhor, que he uma of- « fensa, que V. A. faz aos filhos d'este Estado, e prin- « cipalmente aos da Bahia, a quem V. A. por seus servi- « ços concedeu os privilegios de infanções e outras mui- « tas mercês, de que estão de posse; pois, Senhor, se « elles são capazes do posto e dos da guerra, em que « V. A. os tem provido, e todos servido a V. A. com as « vidas e fazendas, que razão haverá que os prive de « servirem a V. A. na patria, quando os d'essa Côrte o ex- « ercem na sua? Seja V. A. Servido mandar reparar um « damno tão affrontoso para os filhos do Brasil, e con- « ceder-lhes o exercicio, pois sem elle não haverá filho « d'elle que continue os estudos; porque se por elles não « hão de ser premiados, e ter a esperança de servir a « V. A. na patria, como o fazem os das outras, cessará « o estudo, quando por muitas vezes temos pedido a V. A. « que conceda aos filhos d'este Estado os privilegios, que « têm, e gozam os da cidade de Evora, e que possam os « Religiosos da Companhia de Jesus, que os ensinam, « dar-lhes o mesmo gráu, que n'aquella cidade se dá aos « d'ella, pois os Senhores Reis de Portugal os crearam « para augmento dos seus vassallos. Da grandeza de V. A. « esperamos nos conceda uma e outra mercê, pois todas

« se dirigem ao serviço de V. A., que Deos guarde, pa-
« ra augmento de seus vassallos. Camara da Bahia 14 de
« Agosto de 1671 — O Juiz Manoel da Rocha, o Vereador
« Thomé Pereira Falcão, Francisco Sutil de Siqueira, o
« Procurador João de Matos Aranha. »

1672.

Por morte do Bispo do Brasil D. Pedro da Silva e Sampaio em 1649, foi eleito para succeder na Cadeira episcopal D. Alvaro Soares de Castro (8.°), do Conselho geral da Inquisição; o qual falleceu em Lisboa sem ser confirmado, pela difficuldade que então havia de se conseguir de Roma esta graça, em consequencia das desavenças suscitadas pela revolução, que elevou o Duque de Bragança D. João ao throno de Portugal.

D. Estevão dos Santos, Conego regrante da Ordem de S. Theotonio (9.° Bispo do Brasil), foi o primeiro confirmado pelo SS. Padre Clemente X, depois da paz com Castella. Chegou á Bahia no dia 15 de Abril de 1672, e falleceu a 6 de Junho do mesmo anno, sem que n'esse curto periodo do seu episcopado fizesse a menor cousa digna de nota. Jaz na Capella-mór da Sé.

Depois da morte de D. Estevão dos Santos ainda foi eleito para succeder-lhe na mesma cadeira da Bahia D. Fr. Constantino de Sampaio (10.° e ultimo Bispo do Brasil), o qual morreu em Lisboa á espera das Bullas da sua confirmação. Ignora-se o dia, mez e anno, tanto da sua eleição como da sua morte. Depois d'ella obteve o Principe Regente da Santidade de Innocencio XI a elevação do Bispado da Bahia em metropoli, passando conseguintemente para a classe de Bispados as Prelazias de Pernambuco e do Rio de Janeiro, como adiante se verá.

1675.

Entre as sabias providencias, que o Brasil deveu a El-Rei D. Pedro II, he mister contar a ordem, que, ainda como Regente do Reino, enviara ao Capitão General Affonso Furtado de Mendonça, para mandar povoar o territorio das Alagoas, e fortificar o porto de Maceyó, afim de prevenir o continuo contrabando do páu brasil, e preservar os poucos habitantes da costa do insulto dos traficantes estrangeiros.

1674.

Pedro de Almeida, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, veiu render a Fernando de Souza Coutinho, e tomou posse no dia 17 de Janeiro do presente anno. Governou até 14 de Abril de 1678.

Marçal Nunes da Costa voltou ao Pará por segunda vez como Capitão-mór d'aquella Capitania, e tomou posse do cargo a 30 de Julho d'este anno; foi o primeiro Capitão-mór que teve regimento, declarando a sua jurisdicção.

Mathias da Cunha, por Carta Patente de 30 de Outubro d'este mesmo anno, foi provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro. Ignora-se o dia da sua posse. A 9 de Julho de 1678 foi convidado para carregar e lançar a primeira pedra na fundação do Convento de N. S. da Ajuda da cidade de S. Sebastião. Governou até Maio de 1679.

1675.

Já n'este anno existia em Pernambuco uma Casa de expostos, porque El-Rei, tomando em consideração a que morriam muitos por falta de alimentos, mandou por Aviso de 8 de Julho do dito anno que se lançasse nos contractos, que se faziam annualmente, a contribuição de 49$700 réis para estes expostos, devendo ter principio de 9 de Dezembro de 1676 por diante.

Havendo os frades, que tinham sido admittidos na America, abandonado o seu ministerio, e querendo El-Rei remediar tanto abuso, ordenou n'este mesmo anno que os frades do Carmo existentes no Recife se recolhessem ao Convento de Olinda, assim como todos os outros as suas respectivas Religiões, dentro do prazo de quatro mezes, sob pena de se lhes não pagarem as Ordinarias.

1676.

Como a população do Brasil crescia prodigiosamente, estendendo-se não só por toda a costa, desde o Cabo do Norte até o Rio da Prata, mas tambem pelo interior das terras, onde alcançavam com muito custo os soccorros espirituaes, resolveu o Principe Regente solicitar da Côrte de Roma a elevação do Bispado da Bahia á Metropoli, e das Prelazias do Rio de Janeiro e de Pernambuco a Bispados suffraganeos, e ao mesmo tempo a creação de outro Bispado no territorio chamado do Maranhão. Feita a supplica, conseguiu o Principe Regente da Santidade de Innocencio XI a elevação do Bispado da Bahia á categoria de Arcebispado primaz do Brasil, e das Prelazias do Rio de Janeiro e de Pernambuco a Bispados suffraganeos pela Bulla — « *Romani Pontificis Pastoralis solicitudo* » — datada aos 16 de Novembro de 1676, ficando igualmente pela mesma Bulla suffraganeos d'aquelle Arcebispado os Bispados de Angola e de S. Thomé.

1677.

N'este anno foi o SS. Padre Innocencio XI servido crear o novo Bispado do Maranhão no territorio do Estado do mesmo nome, inteiramente desligado do Metropolitano do Brasil, e suffraganeo de Lisboa.

D. Gaspar Barata de Mendonça (1.° Arcebispo da Bahia) foi eleito e confirmado no anno anterior, e depois de sagrado mandou tomar posse por Procurador, o que se verificou a 3 de Junho do corrente anno. Nunca veiu a Bahia, e governou a Diocese por seus delegados até renunciar a mitra. Morreu na villa de Sardoal a 11 de Dezembro de 1686. No mesmo anno da sua posse, por Provisão de 30 de Novembro, creou a Relação metropolitana com tres ministros ordinarios. Erigiu as parochias de S. Pedro velho e Desterro na cidade da Bahia, bem como as de Santo Amaro de Itaparica, Santo Antonio da Jacobina, e Santo Antonio da Villa-nova do rio de S. Francisco.

1678.

Ignacio Coelho da Silva, Governador geral do Estado do Maranhão, tomou posse do cargo na cidade de S. Luiz a 17 de Fevereiro d'este anno; e tendo ordem de ir residir no Pará, partiu para a cidade de Belém, onde chegou a 20 de Julho, e no mesmo dia recebeu de novo a posse do governo das mãos do seu antecessor.

Roque da Costa Barreto, que exercia o posto de Sargento-mór de Batalha na provincia da Extremadura, foi nomeado com o de Mestre de Campo General para governar o Brasil (27.° Governador geral); tomou posse no dia 15 de Março d este anno, recebendo das mãos do Governo interino as redeas da administração, e deixou-as ao seu successor no dia 3 de Maio de 1682. No seu tempo se edificou a casa da polvora no Campo do Desterro, e se fizeram diversas outras obras e fortificações.

Provisão Regia de 30 de Março d'este mesmo anno, confirmando a Relação Metropolitana da Bahia, creada pela Provisão ou Carta constitutiva de 30 de Novembro do anno anterior de 1677, expedida pelo primeiro Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça.

Ayres de Souza de Castro, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco, tomou posse no dia 14 de Abril d'este anno, e governou até 21 de Janeiro de 1681.

D. Estevão Brioso de Figueiredo, primeiro Bispo nomeado para Pernambuco, depois da creação d'este Bispado em 1676, tendo sido confirmado e sagrado, mandou tomar posse por seu Procurador, como tomou no dia 27 de Maio de 1677; e chegando a 14 de Abril do anno seguinte com o Governador Ayres de Souza, fez a sua entrada solemne a 28 de Maio e administrou a Diocese até Novembro de 1683, em que se retirou para Lisboa, deixando por Governador do Bispado o Padre João Duarte do Sacramento, Preposito da Congregação do Oratorio. Trasladado para o Bispado do Funchal em Junho de 1684, morreu na sua nova Igreja em Maio de 1689.

1679.

D. Manoel Lobo, nomeado Governador da Capitania do Rio de Janeiro por Carta Patente de 8 de Outubro de 1678, tomou posse a 9 de Maio do anno seguinte. Por Decreto de 12 de Novembro de 1678 sujeitou o Principe Regente a este Governador as Capitanias do Sul, afim de poder dar execução as ordens que trazia. Partiu em Outubro do mesmo anno de 1679 para a villa de Santos, e em Dezembro deu a vela com 200 homens para o Rio da Prata.

Para supprir a falta de D. Manoel Lobo mandava a Carta Regia de 12 de Novembro de 1678, que João Tavares Roldon ou Rondon passasse da Bahia, em cuja praça servia de Tenente Mestre de Campo General, para esta cidade de S. Sebastião, onde tomaria posse do governo interino na ausencia d'aquelle Governador. Com quanto não conste a data da sua posse nos registros da Camara, he certo que nenhum outro substituiu a D. Manoel Lobo senão elle, e por consequencia que entrou no exercicio do seu cargo no mesmo dia, mez e anno, em que aquelle partiu para Santos.

Em Julho d'este anno chegou a cidade de S. Luiz o primeiro Bispo do Maranhão D. Gregorio dos Anjos, eleito e confirmado em virtude da creação d'este Bispado em 1677. Morreu no anno de 1689 na mesma cidade de S. Luiz, e no dia do Santo do seu nome.

N'este mesmo anno chegaram a Bahia de Todos os Santos os dois frades Capuchos italianos Fr. João Romano, e Fr. Thomaz de Soria, os quaes deram logo principio á fundação do hospicio, consagrado á Nossa Senhora da Piedade, no mesmo lugar em que ainda hoje existe. Antes d'estes padres haviam chegado outros Capuchos francezes, que por não terem edificado hospicio para si, occuparam depois o mesmo que tinham fundado os Italianos, accrescentando apenas algumas obras; porém afinal reverteu para seus fundadores, sendo entregue ao Prefeito Fr. Michael Angelo de Napoles, quando este hospicio passou a ser considerado Casa de missão apostolica por Decreto de 29 de Fevereiro de 1712; sendo tambem restituida a estes padres Capuchos a administração das

Missões das margens do rio de S. Francisco, de que se achavam privados. Finalmente ao Prefeito Fr. Ambrozio da Roca e ao Padre Fr. Archangelo de Ancona deve a Bahia o possuir uma Igreja de bella architectura como o hospicio da Piedade pelas obras, que estes padres fizeram á custa de esmolas, precedendo para isso licença Regia em Aviso de 18 de Janeiro de 1809.

1680.

D. Manoel Lobo, chegando á uma enseada defronte das ilhas de S. Gabriel no Rio da Prata, lançou ancora no dia 1.º de Janeiro d'este anno, e começou a edificar uma fortaleza, origem da famosa Colonia do Sacramento, que foi o pomo da discordia, durante quasi um seculo, entre as duas Coróas de Hespanha e de Portugal. Sete mezes havia que se occupava n'aquella construcção, ainda mal acabada, quando ao amanhecer do dia 5 de Agosto do mesmo anno foi atacado por 4:500 homens de tropa regular, milicianos e Indios, commandados por D. José Garro, Governador de Buenos-Ayres.

A resistencia foi obstinada, apesar da desproporção do numero, porém a fortaleza foi tomada, e arrazada; e da guarnição apenas escaparam com vida dez pessoas, entre ellas o proprio Governador D. Manoel Lobo, que, achando-se gravemente enfermo de cama, foi conduzido prisioneiro a Buenos-Ayres, onde morreu mais de desgosto que da molestia.

1681.

Tendo sido acceita a escusa, que fez João Tavares Roldon do governo do Rio de Janeiro, pela Carta Regia de 19 de Outubro de 1680, foi por outra da mesma data mandado vir da Bahia o Mestre de Campo Pedro Gomes, para o substituir durante a ausencia de D. Manoel Lobo. Pedro Gomes tomou posse a 28 de Janeiro de 1681, e governou até 3 de Junho do anno seguinte.

D. João de Souza, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, recebeu de mãos do seu antecessor, Ayres de Souza de Castro, o governo d'aquella

Capitania no dia 21 de Janeiro de 1681, e deixou-o a 13 de Maio de 1685.

Carta Regia de 7 de Março de 1681, mandando crear Juntas das Missões em diversas Capitanias do Brasil com subordinação á que existia em Portugal, afim de que cuidassem de prover as Missões para que ellas fossem em augmento com grande fructo da propagação da Fé Catholica. A Junta de Pernambuco só começou os seus trabalhos em 26 de Setembro de 1692 segundo os assentos existentes, e d'elles se conhece que a dita Junta tinha jurisdicção civil, ecclesiastica e criminal, porque mandou levantar uma polé na ribeira de Jagoaribe em 20 de Abril de 1701 para dar tratos aos Tapuyas e Payanis, pelas hostilidades que commettiam contra os moradores d'aquelle districto.

Convenção de 7 de Maio de 1681, celebrada entre Portugal e a Hespanha, pela qual foi restituida a Coroa de Portugal a Colonia do Sacramento com toda a artilharia e munições, que no anno anterior tinham sido tomadas pelo Governador de Buenos-Ayres. Satisfeita por este modo a violencia d'aquelle attentado, mandou o Principe Regente receber a dita praça, e Colonia, por Duarte Teixeira Chaves no anno immediato.

Os padres do Oratorio, ou da Congregação de S. Filippe Neri, tiveram em Pernambuco o seu primeiro estabelecimento fundado n'este anno, segundo o declarou o Prelado da mesma Congregação na Junta das Missões de 8 de Julho de 1713. Em 1662 o Padre João Duarte do Sacramento reuniu alguns clerigos em uma ermida de Santo Amaro, distante de Olinda meia legua, e o Cabido da Sé, precedendo informações do Vigario geral, e dos Prelados das Religiões, então existentes em Olinda, confirmou esta Congregação. Em 1671 mandou o mesmo Padre João Duarte do Sacramento a Roma solicitar a confirmação, quando tambem de Lisboa se procurava a do seu Oratorio; o que ambos obtiveram, declarando S. S. que, para não multiplicar novos institutos, seguissem ambas as Congregações, tanto de Pernambuco como de Lisboa, os de S. Filippe Neri em Roma. No anno de

1688, por concessão d'El-Rei D. Pedro II, veiu a ser o Convento da Madre de Deos do Recife a Casa principal, e para ella se passou a Communidade de Santo Amaro, ficando a d'este para convalescença e recreio. No anno de 1756 fundaram os mesmos Padres um hospicio na Bahia, em virtude da Resolução de 12 de Abril, e informação da Camara do 1.º de Agosto do mesmo anno, em terreno comprado pelos habitantes da freguezia da Conceição da Praia, ao subir a ladeira da Preguiça. Finalmente extincta a mesma Congregação pela lei de 9 de Dezembro de 1830, passaram os bens do Convento da Madre de Deos para patrimonio do Collegio dos Orphãos de Pernambuco, e os do hospicio da Bahia para a Casa pia dos Orphãos do Seminario de S. Joaquim.

1682.

Antonio de Souza de Menezes (28.º Governador geral do Estado do Brasil) tomou posse do governo na Bahia a 3 de Maio d'este anno, e o exerceu até o dia 4 de Junho de 1684, em que foi rendido. Foi conhecido pelo appellido de *Braço de prata*, com que substituiu o perdido na guerra dos Hollandezes em Pernambuco. O seu governo foi na verdade um complexo de arbitrariedades e desconcertos; e Monsenhor Pizarro diz que o povo da Bahia irritado o assassinara, porém Rocha Pita e o catalogo, que tenho presente, dizem o contrario. Pizarro confundiu de certo a morte violenta, que soffreu publicamente Francisco Telles de Menezes, complice e o maior parcial do dito Governador, attribuindo-a a este, que foi rendido em sua vida pelo Marquez das Minas na era supra.

Francisco de Sá e Menezes, Governador do Estado do Maranhão, chegou a S. Luiz, e tomou posse do cargo a 27 de Maio d'este anno, e a 20 de Outubro seguinte fez a sua entrada na cidade de Belém do Grão Pará, onde foi residir, deixando por Capitão-mór do Maranhão ao Sargento-maior do Estado Balthazar Fernandes.

Por Carta Patente de 6 de Setembro de 1681 conferiu o Principe Regente o governo do Rio de Janeiro ao Mes-

tre de Campo Duarte Teixeira Chaves, com jurisdicção sobre todas as Capitanias do Sul, sendo encarregado ao mesmo tempo de receber e reparar a praça da Colonia do Sacramento, mandada restituir pela Hespanha em virtude da Convenção de 7 de Maio do anno anterior. Tomou posse a 3 de Junho do presente anno de 1682, e se demorou n'esta cidade até principio do seguinte anno.

Sendo a Prelazia do Rio de Janeiro elevada á categoria de Bispado pela Bulla datada aos 16 de Novembro de 1676, foi eleito primeiro Bispo d'esta Diocese Fr. Manoel Pereira, e confirmado no mesmo dia, mez e anno. Depois de sagrado, renunciou a mitra em 1680, exercendo as funcções de Secretario d'Estado. Para substituir a este Prelado foi eleito o Padre José de Barros de Alarcão, e confirmado a 19 de Agosto de 1680. Em Dezembro de 1681 mandou tomar posse do Bispado por Procurador, a quem commetteu o governo ecclesiastico até chegar no 1.° de Junho de 1682, e fazer a sua entrada solemne a 13 do mez seguinte.

Por motivos ignorados hoje consta, que fôra chamado á Côrte pela Carta Regia de 28 de Fevereiro de 1689, e deixando o governo do Bispado ao Padre Thomé de Freitas da Fonseca, Vigario da Candelaria, seguiu para Lisboa, onde o demorou El-Rei até o anno de 1700, em que lhe permittiu recolher-se ao seu Bispado. Chegou a esta cidade de S. Sebastião no dia 28 de Março do dito anno gravemente enfermo, e morreu a 6 de Abril immediato.

Por este anno pouco mais ou menos, Bartholomeu Bueno da Silva, natural da Parnahyba, partindo de S. Paulo, entranhou-se até os sertões de Goyaz. Seu filho foi pouco depois o principal descobridor das terras d'aquella Capitania.

1685.

D. Fr. João da Madre de Deos (2.° Arcebispo da Bahia), da Ordem de S. Francisco em Lisboa, da qual foi Provincial, sendo confirmado pelo SS. Padre Innocencio XI, e sagrado, chegou a cidade de S. Salvador em 20 de Maio do presente anno, e depois do curto exercicio de

tres annos do seu sagrado ministerio, morreu aos 13 de Junho de 1686. Jaz na Capella-mór da Sé.

Duarte Teixeira Chaves, Governador do Rio de Janeiro, partiu d'esta cidade a 6 de Janeiro d'este anno, deixando o governo, durante sua ausencia, a cargo do Senado da Camara em virtude da Carta Regia de 17 de Janeiro de 1682. Tendo concluido no Rio da Prata a sua commissão (de receber e reparar a praça da Colonia do Sacramento), voltou á esta cidade no dia 13 de Junho do mesmo anno de 1683, e n'ella continuou a governar até Abril de 1686, em que foi rendido.

Por morte d'El-Rei D. Affonso VI, aos 12 de Setembro d'este mesmo anno, nos Paços de Cintra, o Principe D. Pedro, Regente do Reino, assumiu o titulo de Rei de Portugal e dos Algarves debaixo do nome de D. Pedro II.

1684.

Na noite de 24 para 25 de Fevereiro d'este anno, amotinando-se o povo de S. Luiz do Maranhão, tendo á sua frente um tal Manoel Beckman, natural de Lisboa, e fazendeiro no Mearim, prendeu ao Capitão-mór Balthazar Fernandes, depôz as autoridades, e apoderou-se de toda a cidade. Logo depois foram reclusos os Jesuitas no seu mesmo Collegio pelos sediciosos, os quaes passaram a nomear uma Junta governativa de tres individuos para que se encarregasse do governo da Capitania até novas ordens da Côrte de Lisboa. Passados tres dias a Junta fez embarcar os Jesuitas em dois navios, e os remetteu para Portugal.

D. Antonio Luiz de Souza Tello de Menezes, 2.º Marquez das Minas, (29.º Governador geral do Estado do Brasil) tomou posse do governo na Bahia a 4 de Junho do presente anno, e foi rendido no mesmo dia e mez do anno de 1687. No tempo da sua administração houve uma grande peste, que levou consideravel numero de habitantes da cidade, distinguindo-se este Governador por

sua nimia caridade e exemplar anhelo com que procurava consolar os enfermos, visitando-os e soccorrendo-os em suas necessidades.

1685.

João da Cunha Soutomaior, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do Governo d'aquella Capitania aos 13 de Maio do presente anno, e o conservou até 29 de Junho de 1688. No tempo d'este Governador grassou pela provincia certa molestia, á que o povo deu o nome de — Males.

A 15 de Maio d'este anno chegou á bahia do Maranhão Gomes Freire de Andrade, que vinha, com a Patente de Governador e Capitão General d'aquelle Estado, render a Francisco de Sá e Menezes. Tendo os sediciosos abandonado a cidade, saltou Gomes Freire sem opposição, e tomou posse do cargo no dia immediato.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão mór nomeado para o Pará com Patente Regia, tomou posse do cargo a 25 de Julho d'este mesmo anno.

Manoel Beckman, chefe da revolta do Maranhão, e Jorge de Sampaio seu companheiro, foram enforcados no fim d'este mesmo anno na cidade de S. Luiz por sentença da Alçada, que tomou conhecimento d'ella.

1686.

D. João Duarte do Sacramento (2.º Bispo eleito de Pernambuco) foi nomeado em 1685, e confirmado no mesmo anno pelo SS. Padre Innocencio XI; porém não chegou a tomar posse, porque, quando chegaram as Bullas, se lhe estava fazendo officio de corpo presente na Igreja da Madre de Deos, em cujo Convento morreu aos 10 de Janeiro do corrente anno de 1686.

João Furtado de Mendonça succedeu a Duarte Teixeira Chaves no governo da Capitania do Rio de Janeiro, com Patente assignada aos 25 de Agosto de 1685; e em Carta da mesma data ordenava El-Rei a Camara que lhe désse posse, na qual entrou a 22 de Abril do presente anno. Não he bem averiguado até quando governou esta Capitania, sendo certo que o seu successor só tomára posse em Junho de 1689.

N'este mesmo anno mandou El-Rei D. Pedro II fundar o Convento do Desterro para os Carmelitas descalços no suburbio da cidade de Olinda com 90$000 réis de congrua, e o subsidio de pipas de vinho necessarias para a sacristia e Religiosos, como o declarou o seu Prelado na Junta das Missões de 8 de Julho de 1713; e pelo Aviso de 23 de Outubro de 1694 confirmou a primeira graça, mandando que aos ditos padres se lhes pagasse aquella ordinaria, e se lhes dessem livres as pipas de vinho, que por certidão jurada do Prior fossem necessarias para o gasto da Communidade e da sacristia.

Estes Padres existiram em Pernambuco por muito mais de um seculo, prestando sempre obediencia a seus Prelados em Portugal, até que pela independencia do Brasil se tornaram suspeitos, e foram lançados fóra da provincia no anno de 1823, ficando o Convento do Desterro e a sua Igreja entregues á uma administração.

Finalmente, em virtude da Resolução da Assembléa geral legislativa de 25 de Agosto de 1831, ficou prohibida na provincia de Pernambuco esta associação religiosa dos Carmelitas descalços denominados Therezos, e o seu Convento convertido em Casa pia para recolher e educar os Orphãos, á cuja manutenção foram destinadas as rendas dos bens dos ex-Congregados de S. Filippe Nery.

Sendo Governador de Pernambuco João da Cunha Soutomaior, tantos foram os seus actos de prepotencia, que o Governador geral do Brasil se viu obrigado a interpôr a sua autoridade, declarando áquelle Governador que o demittiria do governo a não mudar de conducta. A taes prepotencias succedeu logo n'este anno de 1686 o flagello da peste (1),

(1) Em Dezembro de 1685 houve um grande eclipse de lua, tendo antes havido outro de sol, e o Jesuita Valentim Estancel,

que passou de Pernambuco á Bahia, causando em ambas as provincias estragos terriveis.

Attribuiu-se a origem d'essa peste, á que se deu em Pernambuco o nome de *Males*, e na Bahia de *Bicha*, á varias barricas de carne putrificada, que ficaram da tornaviagem de uma embarcação vinda da ilha de S. Thomé, e foi a primeira victima do contagio um tanoeiro do Recife, que, ao abrir uma d'essas barricas, expirou immediatamente, bem como algumas pessoas de sua familia; estendendo-se o mal com tamanha rapidez e força por toda a cidade e suburbios, que em poucos dias pereceram mais de duas mil pessoas: numero em verdade extraordinario, comparativamente á população, que então existia n'esta provincia. A noticia de tal flagello chegou com elle a Bahia, havendo dias em que adoeciam mais de 200 pessoas, e poucas eram as que sobreviviam nove dias, pois quasi geralmente o termo fatal dos infectados era no mesmo dia do ataque: notava-se em uns calor tepido e pulso socegado, e em outros delirios, ancias, e grande febre, até que expiravam lançando copiosas golfadas de sangue pela bocca.

1687.

Por Provisão de 24 de Janeiro d'este anno, em confirmação da de 17 do mesmo mez de 1685, mandou El-Rei cobrar os dizimos das fazendas, que os frades possuissem no Brasil.

Pelo Alvará de 24 de Março d'este mesmo anno de 1687 concedeu El-Rei licença para se fundar o Convento do Carmo do Recife sem patrimonio, congrua ou ordinaria. Assim o declarou o seu Prelado na Junta das Missões de 8 de Julho de 1713.

Arthur de Sá de Menezes, Governador geral do Estado do Maranhão, chegou a 26 de Março d'este anno a cidade de S. Luiz, e a 14 de Julho seguinte tomou posse

que os observára de Pernambuco, e seguia o systema da antiga astrologia, prognosticou que grandes males ameaçavam o Brasil, fazendo acreditar tal prognostico com o apparecimento da epidemia, que affligiu em 1686 as duas Capitanias da Bahia e de Pernambuco.

do cargo na cidade de Belém, recebendo o governo das mãos do seu antecessor Gomes Freire de Andrade.

Mathias da Cunha (30.º Governador geral do Estado do Brasil) tomou posse na Bahia a 4 de Junho do presente anno, e conservou o governo até o dia 24 de Outubro do anno seguinte, em que falleceu. Como faltava a via de successão, convocou, no dia antecedente á sua morte, a Camara, Nobreza e Officiaes superiores para elegerem as pessoas, em quem devia recahir a substituição do cargo; e por voto geral ficaram com o governo, na parte politica o Arcebispo D. Fr. Manoel da Resurreição, e na da Justiça o Chanceller da Relação Manoel Carneiro de Sá, aos quaes mandou a C. R. de 8 de Março de 1690 dar as propinas respectivas pelo exercicio d'aquelles cargos.

Nos ultimos dias do Governador Cunha achava-se toda a tropa sublevada fóra da cidade, exigindo com as armas na mão o pagamento de nove mezes de soldo, que se lhe deviam. A Camara, temendo as funestas consequencias d'este acto de indisciplina, pagou promptamente; mas os sublevados pediram, para largar as armas, perdão do seu procedimento, que o Arcebispo concedeu autorisado pelo Governador. Não satisfeita a tropa com a assignatura do Arcebispo, exigiu tambem a do proprio Governador, que estava já nos ultimos paroxismos da vida; e apezar da difficuldade que para isso houve, sempre se conseguiu que assignasse, cuja formalidade apaziguou o tumulto, e restituiu a tropa a seus quarteis, concorrendo depois para as honras funeraes do mesmo, já fallecido, Governador, que jaz enterrado na Capella-mór da Igreja de S. Bento.

1688.

D. Frei Manoel da Resurreição (3.º Arcebispo da Bahia) chegou á cidade de S. Salvador a 13 de Maio do presente anno. Substituiu no governo politico da Capitania ao fallecido Mathias da Cunha por espaço de quasi dois annos, e morreu a 16 de Janeiro de 1691, quando visitava as Igrejas do Sul. Jaz na Capella-mór do Seminario de Belém na Villa da Cachoeira.

Fernão Cabral Belmonte, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 29 de Junho de 1688, e falleceu a 9 de Setembro do mesmo anno. Por sua morte entrou a substituil-o no governo o Bispo D. Mathias de Figueiredo e Mello, o qual tomou posse a 13 do mesmo mez de Setembro, e conservou-se n'elle até 25 de Maio do seguinte anno de 1689.

D. Mathias de Figueiredo e Mello (3.º Bispo de Pernambuco), depois de confirmada a sua eleição a 12 de Maio de 1687 pelo SS. Padre Innocencio XI, mandou tomar posse do Bispado, onde chegou com o Governador Belmonte em Junho de 1688. Por morte d'este Governador serviu o Governo interino por mais de oito mezes, e a 17 de Julho de 1694 finalisou tambem os seus dias. Jaz na Sé de Olinda.

De ordem do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, Arthur de Sá de Menezes, fundou o Capitão-mór do Pará Antonio de Albuquerque Coelho a fortaleza do Cabo do Norte da invocação de Santo Antonio de Macapá, sobre as ruinas da de Camaú, que seu tio Feliciano Coelho havia demolido em 1632, depois de tomada aos Inglezes.

1689.

Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, recebeu o governo das mãos do Bispo Diocesano no dia 25 de Maio do presente anno. Trasladado para a Bahia, como Governador geral do Estado do Brasil, deixou o governo da Capitania de Pernambuco ao seu successor no dia 5 de Junho de 1690.

D. Francisco Naper de Lencastre toma posse do governo interino do Rio de Janeiro no dia 24 de Junho de 1689, em virtude da Carta Regia de 24 de Fevereiro do

mesmo anno, pela qual o encarregava El-Rei d'este governo em quanto não chegasse o Governador effectivo.

A Capitania do Rio Grande do Norte teve o titulo de Condado, e desde então ficou sendo Governo separado, mas subalterno ao de Pernambuco.

1690.

Luiz Cesar de Menezes foi provido no governo da Capitania do Rio de Janeiro por Carta Patente de 2 de Janeiro do presente anno, e a 17 de Abril immediato tomou posse. Serviu até Março de 1693, em que foi rendido por Antonio Paes de Sande.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, servindo o cargo de Capitão-mór do Pará, teve a Patente de Governador geral do Estado do Maranhão, e tomou posse do governo na cidade de Belém a 17 de Maio d'este anno, recebendo-o de mãos do seu antecessor Arthur de Sa de Menezes.

Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho (31° Governador geral do Estado do Brasil) chegou a Bahia, e tomou posse do governo, recebendo-o das mãos dos Governadores interinos, no dia 10 de Outubro de 1690. Foi o seu primeiro cuidado evitar a fome de farinha, que flagelava os povos do norte, mandando publicar um bando em 10 de Novembro seguinte, pelo qual determinava que todos os moradores, dez leguas em redor da cidade, fossem obrigados a mandar plantar quinhentas covas de mandioca, debaixo da pena de cem mil reis applicados ás fortificações. Tendo sido nomeado Vice-Rei para a India, deixou o governo a 22 de Maio de 1694, entregando-o ao seu successor D. Jcão de Lencastre. De volta da India tocou na cidade da Bahia, e alli morreu no anno de 1702, sendo sepultado na Igreja do Collegio dos Jesuitas.

O Marquez de Monte Bello, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania no dia 5 de Junho de 1690, e o deixou a 13 de Junho de 1696. Entre elle e o Bispo houveram algumas contestações; e no seu tempo ainda durava a notavel epidemia de febres, que assolou aquella Capitania por muitos annos.

N'este anno uma bandeira de Paulistas descobriu as minas de Sabará, das quaes tomou posse.

1691.

Tendo a Junta das Missões de Pernambuco declarado cativos todos os Indios prisioneiros no Rio Grande do Norte e Ceará, e resolvido que, depois de baptisados, fossem vendidos, assim se fez; porém El-Rei, depois de louvar o zelo dos padres da Companhia e do Oratorio na conversão dos ditos Indios, decidiu pela C. R. de 28 de Janeiro do presente anno, que estes fossem considerados prisioneiros, quando tomados na guerra, mas não cativos, ordenando que fossem logo postos em liberdade, restituindo-se aos compradores o valor que houvessem dado por elles.

1692.

O ardor pela descoberta das minas, depois que se acharam as de Sabará, tornou-se então geral e irresistivel entre os Paulistas. Formaram novas caravanas ou bandeiras, e proseguiram na empreza começada, caminhando para o Occidente do Rio de Janeiro, atravez da cadeia de montanhas, que separa da costa os terrenos auriferos. Por toda a parte tiveram de combater com os selvagens, principalmente com a tribu feroz dos Botocudos, porém seu enthusiasmo não diminuia apezar das difficuldades, e por fim conseguiram estabelecer diversos Arraiaes, alguns dos quaes são hoje villas populosas e cidades.

1695.

Antonio Paes de Sande, provido no governo do Rio de Janeiro por Carta de 27 de Dezembro de 1692, tomou posse a 25 de Março do presente anno. Por suas enfermidades deixou o governo em Outubro do anno seguinte.

Os Religiosos descalços de Santo Agostinho da Provincia de Portugal edificaram na Bahia o seu Hospicio da Palma n'este mesmo anno.

1694.

D. João de Lencastre (32.º Governador geral do Estado do Brasil) chegou a Bahia e tomou posse do governo a 22 de Maio do presente anno, e o exerceu até o dia 3 de Junho de 1702. No tempo d'este Governador os Pretos derrubaram em uma noite o patibulo, que estava pegado ao Quartel do Tenente General de Artilharia, e no seu lugar appareceu uma Capella de N. S. do Rozario feita de taipa, e coberta com folhas de Pindoba. Houveram por isso muitos degredos e castigos, até que finalmente foram perdoados, e confirmada a doação por El-Rei. Em seu tempo foi destruido o quilombo dos *Palmares*.

Por Carta de Lei de 8 de Março de 1694 mandou El-Rei estabelecer na Bahia uma Casa de Moeda, em virtude de requerimento da Camara.

André Cuzaco, natural da Irlanda e Mestre de Campo do Terço velho da cidade da Bahia, foi mandado d'aquella cidade pelo Governador geral D. João de Lencastre, para substituir interinamente, no governo do Rio de Janeiro, ao seu actual Governador Antonio Paes de Sande por motivo de molestias. Cuzaco tomou posse a 7 de Outubro de 1694, e governou até Abril do seguinte anno, em que foi rendido por Sebastião de Castro e Caldas.

1695.

Sebastião de Castro e Caldas, provido no Governo do Rio de Janeiro por Carta Patente de 4 de Fevereiro de 1695, tomou posse a 19 de Abril do mesmo anno; governou dois annos incompletos. Foi o primeiro Governador d'esta Capitania, que teve a satisfação de remetter para Portugal a amostra do primeiro ouro, que os Paulistas exploradores tinham descoberto nos sertões de Minas Geraes.

Segundo os escriptores portuguezes, até os ultimos annos d'El-Rei D. Sebastião, não se tinham descoberto no Brasil minas de ouro, nem de prata, nem outras riquezas, &c.

Em 1659 achamos a primeira noticia (ainda duvidosa) de uma rica mina descoberta ha pouco tempo no Brasil, mas não se diz em que lugar. Fernando Dias Paes foi o primeiro sertanejo, que passou além do Serro do Frio, onde dizem que descobrira ouro, e entre outras pedras preciosas, as Esmeraldas em 1664; porém o que se sabe de certo he que seu irmão Garcia Rodrigues Paes tivera Patente de Capitão-mór da entrada e descobrimento das minas de Esmeraldas, datada a 23 de Novembro de 1683, e que n'ella não se falla de ouro, nem do seu descobrimento.

Em tempo d'El-Rei D. Pedro II he que se começaram a descobrir as minas de ouro no Brasil, sendo Governador do Rio de Janeiro Antonio Paes de Sande, o qual teve a satisfação de ver as amostras do primeiro ouro, que appareceu nas Minas Geraes, apresentado pelos Paulistas Carlos Pedrozo da Silveira e Bartholomeu Bueno de Cerqueira em principio do anno de 1695, mas não teve a de enviar aquellas amostras a Portugal por morrer pouco depois; o que verificou o seu successor Sebastião de Castro e Caldas, como fica dito.

Inteirado D. Pedro II do descobrimento das minas de ouro, enviou expressamente o Capitão General Arthur de Sá de Menezes encarregado de promover a sua exploração e lavras por meio de grandes recompensas, como consta das Cartas Regias de 1696, 1697 e 1698, estimulando a actividade dos colonos mineiros com premios honorificos do Foro da sua Casa, dos habitos das tres Ordens militares, e outras graças.

1696.

Caetano de Mello e Castro, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 13 de Junho do presente anno, e conservou-o até ser rendido a 5 de Março de 1699.

D. Fr. Francisco de Lima (4.º Bispo de Pernambuco), depois de haver obtido a sua confirmação a 22 de Agosto de 1695, chegou á esta Capitania, e occupou a cadeira episcopal desde o mez de Fevereiro de 1696 até 29 de Abril de 1704, dia em que falleceu; e jaz sepultado no Convento do Carmo de Olinda.

1697.

Arthur de Sá de Menezes foi o primeiro Governador do Rio de Janeiro, que teve Patente de Capitão General, porque os seus antecessores tinham governado esta Capitania com Patentes de Capitães-móres Governadores. Tomou posse a 2 de Abril de 1697 com Patente assignada a 12 de Janeiro do mesmo anno. Por ordem, que trazia d'El-Rei para ir pessoalmente as minas de S. Paulo, embarcou para Santos a 15 de Outubro seguinte, deixando por seu substituto no governo d'esta cidade o Mestre de Campo Martim Corrêa Vasques, em consequencia da C. R. de 27 de Dezembro de 1696, que o designava para esta substituição.

Concluindo Arthur de Sá a sua commissão em S. Paulo, voltou para esta cidade a continuar o seu governo, em cujo exercicio já se achava a 17 de Julho de 1699; e assim continuou até o seguinte anno de 1700, em que por segunda vez se ausentou por ordem que teve de ir a Minas Geraes examinar os ricos thesouros, novamente descobertos em diversos lugares d'aquella vasta região, ficando n'esta segunda ausencia encarregado do governo d'esta Capitania o Mestre de Campo Francisco de Castro Moraes, designado por El-Rei para esta substituição em virtude da C. R. de 5 de Dezembro de 1699.

Francisco de Castro governou esta Capitania interinamente até 8 de Julho de 1702, ou poucos dias mais; porque a 15 do mesmo mez já se achava de volta n'esta

cidade o Capitão General Arthur de Sá, dia em que concluiu o seu governo, entregando-o a D. Alvaro da Silveira e Albuquerque, seu successor.

D. Fr. Timotheo do Sacramento (2.º Bispo do Maranhão) chegou á cidade de S. Luiz nos penultimos dias do mez de Maio d'este anno, e fez a sua entrada publica em uma das oitavas do Espirito Santo. No anno immediato, por sua irregular conducta e vexações, foi entaipado pelo Ouvidor Matheus Dias da Costa, a quem o mesmo Bispo tinha excommungado; em virtude do que levantou logo a censura, e ambos deram conta para a Côrte. Finalmente o Bispo, levado do seu genio irreflectido, embarcou para Portugal arrebatadamente em Julho de 1700, deixando a Diocese em grandes embaraços pelas muitas censuras, que tinha cominado, e que de nenhuma sorte quiz levantar.

N'este anno morreu no seu Collegio da Bahia o Jesuita Antonio Vieira, aos 18 de Julho, com perto de 90 annos. Era filho de Lisboa, e tinha vindo para a Bahia de oito annos de idade em companhia de seus pais; alli se educou e tomou o habito da Companhia de Jesus, de cujo Collegio foi o nono Reitor e o decimo Provincial. O nome do Padre Antonio Vieira he classico em Portugal e no Brasil, não só por seus escriptos como pelos seus serviços durante muitos annos empregados na cathechese dos Indios, dos quaes foi o mais valioso patrono.

D. João Franco de Oliveira (4.º Arcebispo da Bahia) sendo Bispo de Angola, cuja Diocese governou por espaço de quatro annos, e nomeado depois Metropolita do Brasil, foi confirmado pelo SS. Padre Innocencio XII. Depois de receber o palio partiu para S. Salvador, a cuja cidade chegou a 5 de Dezembro de 1697. Regeu o Arcebispado desde esta data até o dia 28 de Agosto de 1700, em que embarcou para Lisboa a tomar conta da Igreja episcopal de Miranda para onde fôra transferido. No curto espaço do seu exercicio pastoral na Bahia visitou as freguezias do Rio de S. Francisco, nas quaes administrou o

Sacramento da confirmação a quarenta mil pessoas; pelo que os Padres do Concilio de Trento agradecidos lhe patentearam o seu reconhecimento em uma Carta.

N'este anno começou a fundação do Arraial do Ouro Preto no districto chamado das Minas.

Quando por disposição do Marquez de Ferrol, Governador de Cayenna, aleivosamente tomaram os Francezes a Fortaleza do Cabo do Norte da invocação de Santo Antonio de Macapá, foi esta gloriosamente rendida e restaurada pelos Portuguezes debaixo do commando de Francisco de Souza Fundão, por ordem do Governador geral do Estado Antonio de Albuquerque Coelho.

N'este mesmo anno foi a destruição completa da famosa republica dos *Negros dos Palmares* situada na Serra do Barriga, Provincia das Alagoas. Esta reunião formidavel de escravos fugidos, que persistiu por mais de meio seculo, chegou a contar de vinte a trinta mil almas segundo referem Rocha Pita e Brito Freire. O Governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro, de accordo com o Governador geral D. João de Lencastre, fez marchar contra os Palmares uma columna de Infanteria de sete mil homens, que os Negros repelliram vigorosamente; porém chegando a artilharia, depois de um rigoroso assedio, sucumbiram os sitiados á fome e aos primeiros tiros de canhão. Quasi todos os homens preferiram a morte á escravidão; os meninos e mulheres foram vendidos; extinguiram-se até as proprias ruinas da povoação, e só resta hoje dos Palmares a memoria de seus celebres habitantes.

1698.

João de Vellasco Molina, nomeado por Patente Regia Capitão-mór do Pará, naufragou na barra d'esta Capitania; e ainda que venturosamente salvou a vida com muitas outras pessoas, se perderam as de 27, além do navio com toda a sua carga. João de Vellasco, chegan-

do á presença do Governador geral na ultima pobreza, foi logo por elle soccorrido com toda a generosidade do seu animo, mandando dar-lhe posse do cargo no dia 20 de Julho d'este anno.

1699.

D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 5 de Março do presente anno, e o conservou até o dia 3 de Novembro de 1703, em que foi rendido.

N'este mesmo anno fez El-Rei a separação das Missões do Estado do Maranhão, continuando a encarregar aos Padres Capuchos de Santo Antonio *das do Cabo do Norte*, por se terem escusado d'ellas os Jesuitas, inculcando em seu lugar os referidos Capuchos. Em consequencia do que consignou o mesmo Augusto Senhor para os Jesuitas as Missões do Sul do Rio das Amasonas, determinada a linha da demarcação pela margem austral do rio, e sem limitação para o interior dos Sertões. e para os Padres de Santo Antonio tudo o que ficava ao norte do mesmo rio, e o Sertão chamado do Cabo do Norte; de maneira que, discorrendo pela margem septentrional do Amasonas, ficassem comprehendidos os rios Jary, Parú, e Aldeia Urubucoára, que era Missão dos Jesuitas, e n'ella se limitassem, ficando-lhes sem restricção o Sertão d'este districto.

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA

DOS FACTOS MAIS NOTAVEIS

DA

HISTORIA DO BRASIL.

SECULO XVIII.

ANNO DE 1700.

Além dos disturbios civis e religiosos, em que se achou envolvido o Estado do Maranhão nos ultimos annos do passado seculo, occorreu, como já fica referido, a aleivosa occupação da fortaleza de Santo Antonio de Macapá pelos Francezes, de ordem do Marquez de Ferrol Governador de Cayenna, a pretexto de que tinha sido levantada dentro dos limites das possessões do Rei Christianissimo; mas este attentado, em plena paz, foi vingado pela immediata restauração d'aquella fortaleza, gloriosamente rèndida pelas armas portuguezas.

Todavia persistiram os Francezes na inteligencia do Marquez de Ferrol sobre os nossos limites até que, pelo Tratado provisional de 4 de Março do presente anno de 1700, cessaram as exigencias da Corôa de França, convencida pela de Portugal das irrecusaveis provas de duas memorias, sabiamente escriptas pelo Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes uma, e a outra por Gomes Freire de Andrade, que tinha sido Governador do Estado do Maranhão.

1701.

Elevado Filippe V ao throno da Hespanha, com elle concluiu El-Rei D. Pedro II um Tratado aos 18 de Junho do presente anno, em que pelo artigo 14 se estatuiu que Portugal possuiria *in solidum*, com inteiro dominio, a margem septentrional do Rio da Prata, franqueando-se o commercio entre o Rio de Janeiro e Buenos-Ayres, restituida por consequencia a Colonia do Sacramento á Corôa portugueza com as terras adjacentes, como consta de uma Real Cedula do Rei Catholico, remettida em officio do Secretario d'Estado de Portugal, datado a 9 de Dezembro do mesmo anno.

Em virtude d'aquelle Tratado mandou El-Rei formar em Montevidéo uma colonia por C. R. datada em Outubro do mesmo anno, e por outra semelhante, de 29 do mesmo mez, determinava que dois Religiosos da Companhia fossem alli administrar os Sacramentos. Outra C. R. de 4 de Janeiro de 1702 marcava os soldos e ordenados, que deviam vencer os empregados d'aquella colonia, declarando que o Governador não estaria sujeito ao da Colonia do Sacramento. Todas estas ordens, porém, ficaram suspensas por effeito da C. R. de 15 de Março do mesmo anno de 1702, ordenando que tudo quanto se havia disposto para formar esta nova colonia se applicasse para o augmento e segurança da do Sacramento.

Não obstante a lettra explicita d'este Tratado, buscou a Côrte de Madrid pretextos para viciar a sua litteral intelligencia, até que por outro Tratado de 16 de Maio de 1703, especialmente pelo artigo separado, renunciou o Rei Catholico toda a pretenção e direito sobre as terras disputadas na margem septentrional do Rio da Prata. Seguiu-se immediatamente a liga contra Luiz XIV, e a Praça do Sacramento foi de novo evacuada em Março de 1705 pelas armas portuguezas, em consequencia de um rigoroso assedio, posto pelo Governador de Buenos-Ayres. O Tratado de 6 de Fevereiro de 1715 tornou a restituir a colonia a Portugal, cuja Praça foi occupada em Novembro do anno seguinte por Manoel Gomes Barboza, que passou para este effeito da Praça de Santos, onde governava.

Em consequencia de todos estes Tratados ordenou El-Rei D. João V ao Governador do Rio de Janeiro, que mandasse fundar uma povoação em Montevidéo, para cujo objecto foi o Mestre de Campo Manoel de Freitas

da Fonseca incumbido da diligencia. Com effeito levantaram alli os Portuguezes uma bateria em Novembro de 1723, a qual, por falta de viveres e de munições de guerra, tiveram de abandonar immediatamente. Os Hespanhoes, estimulados por este passo tardio dos Portuguezes, começaram, no anno seguinte, a edificar a Praça de Montevidéo, povoando-a logo com muitos casaes, e assegurando as obras com muita artilharia e uma boa guarnição. Quando os Portuguezes alli voltaram, foram repellidos pela força, e obrigados a reconhecer a sua indolencia ou deleixo, e por tal perdemos o que de direito deviamos possuir.

Antonio de Albuquerque Coelho, depois de haver governado o Estado do Maranhão por espaço de mais de onze annos, partiu para Lisboa com licença no dia 11 de Julho d'este anno, ficando encarregado, durante a sua ausencia, do governo do mesmo Estado o Tenente de Mestre de Campo General Fernão Carrilho em virtude de uma C. R. que para isto o autorisava.

1702.

D. Sebastião Monteiro da Vide (5.º Arcebispo da Bahia) chegou á sua Diocese e tomou posse a 22 de Maio do presente anno. Deu Regimento para a Relação ecclesiastica e Auditorio do Arcebispado com data de 8 de Setembro de 1704, e ordenou tambem as primeiras Constituições, que, propostas em Synodo Diocesano a 12 de Junho de 1707, foram aceitas, approvadas, e mandadas observar por Pastoral de 21 do mesmo mez e anno. Em consequencia das suas representações a El-Rei D. João V se crearam no Arcebispado 20 Igrejas parochiaes em beneficio e utilidade de seus moradores, expedindo-se para esse effeito o Alvará de 11 de Abril de 1718. Mandou edificar a Igreja de S. Pedro Novo e a Casa da residencia dos Arcebispos. Substituiu o governo da Capitania por fallecimento do Vice-Rei D. Sancho de Faro. Finalmente passou d'esta para melhor vida a 7 de Outubro do anno de 1722.

D. Frei Francisco de S. Jeronymo (3.º Bispo do Rio de Janeiro), depois de sagrado aos 27 de Dezembro de

1701, chegou á cidade de S. Sebastião no dia 8 de Junho de 1702, e tomou posse do Bispado a 11 do dito mez e anno. Foi este Prelado quem, á sua custa, (por não bastarem os oito mil cruzados que El-Rei lhe mandou dar) fez edificar o Palacio, em que residem os Bispos do Rio de Janeiro. Teve por duas vezes parte no governo politico da Capitania, e a elle se deve a fundação do Convento de N. S. da Ajuda, com quanto só se verificasse no tempo do Bispo D. Frei Antonio do Desterro, porque pedindo juntamente com a Camara d'esta cidade a El-Rei o seu consentimento, obteve-o pela Provisão de 19 de Fevereiro de 1705. Finalmente, depois de muitos actos de caridade e de uma vida exemplarissima, falleceu a 7 de Março de 1721, e jaz na Capella do Palacio Episcopal, que elle fundára.

D. Rodrigo da Costa (33.º Governador geral do Estado do Brasil) chegou á Bahia, e tomou posse do governo a 3 de Julho d'este corrente anno. Durante a sua administração remetteu para Lisboa uma porção de madeixas de fio de *caraúá* (Pita, *Agave americana*), cuja amostra havia enviado antecedentemente o Desembargador Pedro de Unhão de Castello-Branco, satisfazendo assim á exigencia, que em 18 de Abril d'aquelle anno fez o Secretario de Estado dos negocios ultramarinos José de Faria; deu andamento á fabrica de Salitre: estabeleceu a da Polvora na casa, que ainda existe ao correr do largo dos Afflictos: reparou e augmentou as fortificações do Morro, e outras da cidade, em consequencia do receio que havia de um ataque de parte dos Hespanhoes: em cumprimento da C. R. de 9 de Julho de 1703, expedida em virtude d'aquelles receios, mandou sustar a lavra das minas de ouro da Provincia, bem como das do Espirito Santo: ordenou ao Governador do Rio de Janeiro fizesse apresar duas naus hespanholas, que se achavam n'aquelle porto; e reconhecendo a importancia da ilha de Itaparica, foi alli dirigir algumas obras de fortificação, bem como outras na foz do rio Paraguassú. Nomeado finalmente Vice-Rei para a India, entregou o bastão ao seu successor no dia 8 de Setembro de 1705, e retirou-se.

D. Manoel Rolim de Moura, Governador geral do Estado do Maranhão, chegou a S. Luiz, e tomou posse do governo no dia 8 de Julho de 1702, recebendo-o de mãos

de Fernão Carrilho, [Governador interino; e passando logo ao Pará, fez a sua entrada publica na cidade de Belém no dia 10 de Agosto do mesmo anno.

D. Alvaro da Silveira e Albuquerque, provido no governo do Rio de Janeiro por Carta Patente de 5 de Abril de 1702, tomou posse do cargo no dia 15 de Julho d'este mesmo anno. Governou esta Capitania até o mez de Julho de 1705.

1705.

Além das temporalidades já concedidas aos Indios, determinou El-Rei D. Pedro II, pela C. R. de 4 de Junho do presente anno: 1.°, que se lhes assignasse uma legua de terra em quadro para cada aldêa, em que morassem, e cultivassem o seu sustento; 2.°, que se desse espaço para edificar a Igreja e o adro; 3.°, terras para casas e passaes dos Parochos, sufficientes para terem criações domesticas; 4.°, finalmente, que se pagassem as congruas e ordinarias pela Fazenda Real.

Francisco de Castro de Moraes, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do Governo d'aquella Capitania a 3 de Novembro do presente anno, e o conservou até 9 de Junho de 1707. Foi este mesmo individuo, que, passando depois a governar o Rio de Janeiro, entregou a Duguay Trouin esta importantissima cidade.

1704.

Aos 29 de Abril d'este anno falleceu o Bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima, tão pobre que apenas se lhe acharam 40 réis em dinheiro, por haver gastado todas as suas rendas em trinta missões de Indios que reuniu, visitando-as todas pelos sertões na idade de mais de 70 annos, e caminhando para esse fim mais de duzentas leguas. Jaz no Convento do Carmo de Olinda.

1705.

D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, provido no governo do Rio de Janeiro com Patente de Capitão General *ad honorem* datada aos 14 de Maio de 1704, tomou posse do cargo no 1.º de Agosto do presente anno. Pouco antes de acabar o seu governo foi a Minas Geraes para aquietar os povos d'aquelles districtos, que, divididos em dois partidos oppostos, se faziam encarniçada guerra. Sendo, porém, mal recebido, voltou para S. Paulo, onde teve noticia que lhe vinha successor, e por isto retirou-se para esta cidade de S. Sebastião a esperal-o. Por motivo da sua ausencia tinha ficado o governo d'esta Capitania a cargo do Bispo D. Fr. Francisco de S. Jeronymo e dos Mestres de Campo Martim Corrêa Vasques, e Gregorio de Castro Moraes. Finalmente entregou o governo ao seu successor em Junho de 1709.

Luiz Cesar de Menezes (34.º Governador geral do Estado do Brasil) chegou a Bahia, e tomou posse do governo a 8 de Setembro d'este mesmo anno, exercendo a sua autoridade até o dia 3 de Maio de 1710, em que foi rendido. Este Governador promoveu a plantação da canella e da pimenta da India na Bahia, para o ensino de cuja cultura veiu da Asia o Religioso franciscano Frei João da Assumpção, a quem a C. R. de 29 de Novembro de 1707 mandou dar 400 réis diarios como ajuda de custo.

1706.

El-Rei D. Pedro II, depois de governar a Monarchia por espaço de 39 annos, morreu a 9 de Dezembro de 1706; por cujo acontecimento subiu ao throno seu filho D. João V, tendo 17 annos de idade, e foi acclamado no 1.º de Janeiro de 1707. O Papa Benedicto XIV lhe concedeu, a 23 de Dezembro de 1748, para si e seus successores, o titulo de *Fidelissimo*.

1707.

Christovão da Costa, Senhor de Pancas, sendo nomeado Governador geral para o Estado do Maranhão,

chegou a S. Luiz a 12 de Janeiro d'este anno, e tomou posse do governo, recebendo-o das mãos de D. Manoel Rolim.

Pedro Mendes Thomaz, Capitão-mór nomeado para o Grão Pará com Patente Regia, tomou posse do cargo a 14 de Abril d'este anno, recebendo a Capitania de João de Vellasco Molina seu antecessor.

Sebastião de Castro e Caldas, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 9 de Junho d'este mesmo anno, e o conservou até o dia 7 de Novembro de 1710, em cuja época lhe dispararam um tiro na rua das Aguas Verdes, que o offendeu na perna; e receioso de perder a vida, fugiu para a Bahia. Intentando voltar furtivamente da Bahia para Pernambuco, soube-o o Governador Geral D. Lourenço de Almeida e o mandou prender na fortaleza de Santo Antonio além do Carmo, d'onde foi remettido para Lisboa no anno seguinte pelo novo Governador Geral Pedro de Vasconcellos e Souza.

1708.

N'este anno rompeu a guerra civil de Minas Geraes entre Paulistas e Boabas (1). Havendo-se introduzido nos districtos das minas alguns Frades portuguezes com o objecto de fazerem fortuna por vias alheias do seu ministerio, foi um d'elles o provocador d'esta guerra, que tão funesta se tornou aos primeiros descobridores d'aquellas minas.

Os Paulistas, á proporção que se embrenhavam nas matas em cata de Indios para escravisarem, foram des-

(1) *Boaba* ou *Emboaba* quer dizer na lingua do paiz *Gallinha* ou qualquer outra ave, que tenha as pernas revestidas de pennas, ao que nós chamamos *calçada*; de que resultou darem aos Portuguezes esta denominação por andarem calçados de botas ou polainas com que cobriam as pernas, visto que os Paulistas ou Brasileiros em geral as traziam quasi sempre nuas.

cobrindo as riquezas do solo, preferiveis pelo seu valor intrinseco aos perigos que corriam na lucta contra a liberdade dos selvagens. Descoberto o primeiro ouro no districto de *Cahité* em 1693 pelo Paulista Antonio Rodrigues Arzão, foram outros no anno immediato, e se estabeleceram em *Itaberáva*, e successivamente se formaram diversas bandeiras de Paulistas, que, entrando por diversos rumos, occuparam todo aquelle immenso territorio, observando entretanto a mais escrupulosa justiça de não invadirem uns as *faisqueiras* (lugar onde pinta o ouro) já occupadas ou descobertas por outros. Com este systema de prudencia e economia alcançaram os mais felizes resultados.

A noticia da immensa riqueza d'aquelle territorio (chamado por isso de Minas Geraes) attrahiu de todas as partes milhares de individuos, que, sedentos de ouro, correram a partilhar a fortuna dos primeiros descobridores: eram pela maior parte Portuguezes residentes na costa e desertores da Colonia do Sacramento; mas tanto que se viram em maior numero, não só não se contentaram com a partilha como pretenderam excluir os proprios descobridores, expulsando-os de suas proprieda-des; donde se originou o odio dos Paulistas contra os Portuguezes ou forasteiros, chamados por elles Boabas ou Emboabas, como fica dito.

Divididos os dois partidos, o dos Paulistas teve por maioral a Domingos da Silva Monteiro, e o dos Boabas elegeu por chefe a Manoel Nunes Vianna Portuguez muito activo, sagaz e destemido. Veiu ainda augmentar o odio, que já se tinham estes partidos, um frade Trino, filho de Lisboa, chamado Frei Francisco de Menezes, que, mandando arrematar no Rio de Janeiro o contracto das carnes verdes, se empenhava em leval-o a effeito nas Minas apezar da resistencia dos Paulistas; para vingar-se d'esta resistencia se associou a Vianna com outros frades igualmente turbulentos. Porém como os Paulistas estavam armados, era mister, para assegurar a empreza, desarmal-os com artificio, e para isto fingiu Frei Francisco certa amizade para com elles, persuadindo-os (a titulo de suppostas ordens regias) que recolhessem em um armazem as armas de fogo, sob o apparente pretexto de evitar desordens entre os dois partidos.

Os Paulistas, menos ardilosos ou mais sinceros, convieram na proposta, e sem hesitar recolheram as armas, de que se serviram os Boabas para os opprimir e defraudar, prendendo os mais poderosos d'entre elles, e matando ou expulsando os que não quizeram submetter-se

de grado ou por força. Vencidos os Paulistas, com grande mortandade de ambos os lados, se reuniram os forasteiros na Caxoeira do Campo, e elegeram por Governador das Minas ao mesmo Manoel Nunes Vianna, ao qual prestaram, no acto da Missa celebrada em acção de graças, juramento de obediencia e fidelidade por instigações de Frei Francisco. Inteirado o Capitão General do Rio de Janeiro D. Fernando Martins de Mascarenhas d'este escandaloso acto de rebellião, partiu para Ouro-Preto, onde residia Vianna, em Julho de 1708, com o intento de apaziguar a revolta sem derramamento de sangue.

Informado, porém, o chefe rebelde da marcha do Governador, que ia acompanhado de tropa regular e bem armada, e temendo o castigo de seus crimes, fez convocar todos os seus parciaes, e com um numero consideravel de gente a pé e a cavallo, foi esperar a Mascarenhas no lugar de Congonhas, onde lhe intimou que voltasse para o Rio de Janeiro, se não queria morrer. O Governador, sorprendido á vista de tanta desenvoltura, viu-se obrigado a regressar para S. Paulo, afim de chamar em seu apoio a tropa de linha do Rio de Janeiro, e o partido Paulista, que já se preparava a marchar em desaffronta dos seus parentes mortos ou vencidos pelos Boabas; mas sabendo que já tinha successor veiu esperal-o ao Rio de Janeiro. Entretanto ficou Vianna triumphante e senhor dos despojos dos Paulistas até a chegada do Capitão General Antonio de Albuquerque Coelho no anno seguinte.

1709.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com Patente de Governador e Capitão General de toda a Repartição do Sul, chegou ao Rio de Janeiro, e tomou posse do cargo a 11 de Junho d'este anno, e immediatamente partiu para Minas quasi sem sequito, onde entrou disfarçado, e foi hospedar-se no Arraial do Cahité em casa de Sebastião Pereira de Aguilar, filho da Bahia, homem rico e poderoso, que ja se dispunha atacar a Manoel Nunes Vianna, pelas injustiças e violencias que estava praticando, e porque em seu odio contra os Paulistas envolvia a todos os filhos do Brasil sem distincção alguma.

Vianna, cuja parcialidade, combatida pela de Aguilar, ia diminuindo todos os dias, ameaçado igualmente pelo

castigo, que o Governador não deixaria de impôr-lhe, tanto que soube da chegada d'este a Cahité, foi lançar-se a seus pés com outros cabeças do levante, e pedir-lhe perdão, promettendo separar-se d'aquelle districto para as suas fazendas do Rio de S. Francisco; no que conveiu de boamente o Governador, assegurando-lhes o perdão Regio, no caso de emenda para o futuro; o povo com a ausencia dos chefes rebeldes socegou, e todos voltaram a seus trabalhos usuaes. D'este modo conseguiu Antonio de Albuquerque acabar com aquella desordem, só por meio de sua politica sagaz e moderada, sem comprometter com tudo a sua autoridade. El-Rei, approvando o perdão concedido pelo dito Governador, exceptuava os chefes da revolta Manoel Nunes Vianna e Bento do Amaral Coutinho. O primeiro, preso por uma traição, foi morrer na cadeia da cidade da Bahia.

Do Arraial do Cahité passou Antonio de Albuquerque a visitar as outras povoações do districto das Minas, erigindo villas, creando camaras, levantando millicias, e assegurando na obediencia Real aquelles subditos, já por meio da paz entre todos, como do socego publico, que resultava das medidas salutares, que elle empregava, estabelecendo autoridades, que vigiassem no cumprimento das leis e de suas ordens. Concluida esta tarefa, determinou passar á Capitania de S. Vicente para aplacar o furor dos Paulistas contra os forasteiros, que tinha chegado a um ponto de tremenda irritação. Em sua marcha encontrou já a numerosa hoste de Paulistas, que, commandada por Amador Bueno, se dirigia contra os Boabas de Minas para vingar o assassinato aleivoso de seus amigos e parentes no Capão da Traição, e pretendendo persuadil-os que desistissem do seu temerario arrojo, não só não foi attendido como até ameaçado com prisão.

O Governador, que apenas levava por escolta quatro officiaes, e dez soldados, temendo ser enxovalhado por aquella gente irritada e sem freio, tomou a deliberação de retroceder para Paraty e d'alli para a cidade de S. Sebastião, tendo avisado logo aos povos de Minas para que se precavessem com tempo contra aquella invasão inesperada. Os Paulistas, porém, apressando a marcha, chegaram ao rio das Mortes, e atacando os Portuguezes, que se tinham fortificado ligeiramente, fizeram n'elles grande mortandade, assolaram e destruiram as fabricas e lavouras que encontraram, e dando por acabada a obra de sua vingança, voltaram para S. Paulo triumphantes, onde foram recebidos com indisivel contentamento d'aquelles povos. Antonio de Albuquerque, informado d'este succes-

so, enviou para Minas o Mestre de Campo Gregorio de Castro de Moraes com duas companhias de linha para obstar a repetição de semelhante insulto, dirigindo aos povos da villa de S. Paulo uma carta, pela qual lhes enviava o retrato d'El-Rei, significando-lhes que por aquelle modo os visitava, e assegurava o perdão regio e a sua protecção.

Da informação circumstanciada, que Antonio de Albuquerque Coelho dera para a Côrte, sobre o lastimoso estado em que viviam aquelles povos, resultou mandar El-Rei D. João V pela C. R. de 9 de Novembro de 1709, que se creasse uma Capitania geral das duas porções de S. Paulo e Minas Geraes, desannexando-as do governo do Rio de Janeiro, e commetendo o governo d'ella ao referido Antonio de Albuquerque por outra C. R. de 23 do mesmo mez e anno, em que lhe deixava a escolha do lugar, onde devia fazer a sua residencia. Para este fim mandou igualmente El-Rei comprar, por Alvará de 22 de Outubro do mesmo anno, ao Marquez de Cascaes D. Luiz Alvares de Castro e Souza, as 50 leguas de terra na costa, havidas á titulo de herança de Pedro Lopes de Souza, por preço de 40 mil cruzados, cuja compra se effectuou por Escriptura celebrada a 19 de Setembro de 1711.

Em consequencia da creação da Capitania foi a villa de S. Paulo ennobrecida com o foro de cidade, que lhe deu a C. R. de 24 de Julho do mesmo anno de 1711, de cuja prerogativa principiou a gozar a 13 de Abril do anno seguinte.

1710.

D. Manoel Alvares da Costa (5.º Bispo de Pernambuco) principiou a administrar a sua Diocese a 6 de Fevereiro de 1710, até que chamando-o El-Rei á Côrte, entregou o governo do Bispado a Fr. Manoel de Santa Catharina, Carmelita Observante, e embarcou-se a 12 de Agosto de 1715. Promovido ao Bispado de Angra, e confirmado a 21 de Janeiro de 1721, alli falleceu.

Tendo o Governador de Pernambuco Sebastião de Castro e Caldas levado um tiro no dia 7 de Novembro de 1710, e fugido para a Bahia, veiu o Bispo D. Manoel Alvares da Costa da Parahyba, onde se achava de visita,

a tomar posse do governo temporal em 15 do mesmo mez e anno ; e no exercicio desta administração deu-lhe muito que fazer a rebellião da Nobreza, que durou desde o referido dia 7 de Novembro até o dia 10 de Outubro do anno seguinte, em que o mesmo Bispo entregou o poder civil ao novo Governador Felix José Machado.

João de Barros da Guerra, Capitão-mór nomeado para o Pará com Patente Regia, tomou posse do cargo a 19 de Abril do corrente anno.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, nomeado, como fica dito, Governador e Capitão General da nova Capitania geral de S. Paulo e Minas, deixou o governo do Rio de Janeiro, entregando-o ao seu successor no dia 30 de Abril de 1710, e foi tomar posse do seu novo cargo na villa de S. Paulo aos 18 de Junho do mesmo anno, onde, esquecendo-se do que com elle proprio praticaram, tratou com muita brandura e prudencia aquelles povos, praticando o mesmo que já tinha feito em Minas em bem e proveito de todos, sendo o primeiro Governador, que fez respeitar n'aquelles lugares o seu nome e as autoridades constituidas em nome d'El-Rei.

Francisco de Castro de Moraes, com a Patente de simples Governador do Rio de Janeiro, tomou posse do governo a 30 de Abril do presente anno ; e 4 mezes depois teve lugar a primeira invasão dos Francezes n'esta cidade.

D. Lourenço de Almeida (35.º Governador geral do Estado do Brasil) chegou a Bahia, e tomou posse do governo no dia 3 de Maio de 1710, conservando-o até o dia 14 de Outubro do anno seguinte, em que foi rendido para ir occupar a Presidencia da Junta do Commercio em Lisboa.

Foi este Governador quem fez prender na Bahia a Sebastião de Castro e Caldas Governador de Pernambuco, o qual tendo fugido d'esta Capitania em consequencia do tumulto, que a sua desordenada parcialidade n'ella promovêra, pretendia regressar para unir-se aos seus parciaes

com grave damno da tranquillidade publica. Encerrado na fortaleza de Santo Antonio além do Carmo, foi remettido para Lisboa no anno seguinte pelo Conde de Castello-Melhor.

Em Agosto d'este anno chegaram a Pernambuco os Capuchinhos italianos, que vieram substituir aos Padres francezes da Provincia de Burgonha, mandados retirar para Lisboa, dez annos antes, por ordem d'El-Rei D. Pedro II. Assim que chegaram os Padres italianos deulhes o Governador Sebastião de Castro e Caldas posse do hospicio e Igreja da Penha, cuja invocação conservaram; e no dia 7 de Março de 1734 foi esta Igreja sagrada pelo Bispo diocesano D. Fr. José Fialho. Estes missionarios foram por mais de um seculo muito uteis á esta Capitania, até que pela Independencia se tornaram suspeitos, e foram lançados fóra no anno de 1823, ficando o hospicio e Igreja entregues á uma administração.

Em virtude do Decreto da Assembléa geral legislativa de 25 de Agosto de 1831 ficou prohibida na provincia de Pernambuco esta associação religiosa dos Missionarios italianos, e o seu hospicio convertido em Casa pia para os Expostos. Por uma Resolução da Assembléa legislativa da provincia de Pernambuco, com data de 11 de Maio de 1836, a administração da Igreja de Nossa Senhora da Penha ficou pertencendo á Irmandade de S. José da Agonia alli erecta, a qual deveria receber por inventario todas as alfaias, vasos sagrados, e quaesquer moveis pertencentes á dita Igreja, e necessarios ao exercicio do culto divino, ficando responsavel a sobredita Irmandade pela sustentação do edificio, decoro devido ao Templo, e celebração das festividades do estylo.

Por outra Resolução da Assembléa legislativa da mesma provincia de Pernambuco, com data de 2 de Maio de 1840 n.° 80, foi de novo restabelecida aquella associação religiosa dos Capuchinhos italianos, mandando restituir não só o hospicio e a Igreja como todas as alfaias, e fazendo passar os Expostos para o lugar que o governo da Provincia houvesse de designar. Finalmente acha-se hoje completamente restabelecida esta missão apostolica dos Capuchinhos italianos, não sómente em Pernambuco, como em todo o Brasil, em virtude da Carta de Lei da Assembléa geral legislativa n.° 285 de 21 de Junho de 1843, autorisando o governo a fazer as despezas necessarias para

mandar vir da Italia missionarios Capuchinhos, que seriam distribuidos pelas provincias, onde as missões podessem ser de maior proveito, tendo o seu centro na Côrte.

O Capitão Carlos Duclerc, Official da Marinha franceza, preparando uma expedição de seis navios armados, com mil homens de desembarque, fez-se a vela do porto de Brest, e veiu surgir no Rio de Janeiro em fim de Agosto de 1710. O Governador Francisco de Castro de Moraes, avisado pelos habitantes de Cabo Frio da approximação do inimigo, preparou-se para a defensa; mas sabendo que Duclerc desembarcára no porto da Guaratiba no dia 5 de Setembro immediato, e marchava sobre elle, em vez de disputar-lhe o passo em terreno proprio, conservou-se em inacção, e deixou que o invasor penetrasse na cidade, sem que das suas fileiras se disparasse um só tiro. Duclerc, animado com tão cobarde recepção, se dirigiu sobre o Palacio do governo; e o teria occupado se Gregorio de Castro de Moraes, com quem a natureza fôra tão prodiga em coragem como avara para o Governador seu irmão, não defendesse o posto durante tres horas, até cahir mortalmente ferido.

Esta heroica resistencia accendeu os brios de Francisco de Castro, que se approximou então com suas tropas, quando já o inimigo tinha perdido 400 homens. Duclerc, retirando-se, foi loucamente encerrar-se no trapiche da cidade. Então o Governador, depois de infructuosa intimação, manda lançar fogo ao edificio, que continha boa porção de polvora. Os Francezes, vendo-se em tão dura alternativa, depuzeram as armas, e renderam-se prisioneiros de guerra com o seu chefe no dia 11 do mesmo mez de Setembro. Poucos dias depois foi Duclerc assassinado no lugar da sua prisão, embaciando este acto de infame cobardia todo o lustre da brilhante defensa do Palacio.

N'este mesmo anno foi o levante de Olinda contra os mascates do Recife. Pretendendo o Governador de Pernambuco Sebastião de Castro e Caldas fazer entrar na governança da Camara de Olinda os mascates portuguezes do Recife, e não o podendo conseguir pelos meios intentados, obteve d'El-Rei, com falsas informações, a faculdade de erigir em villa a povoação do Recife; cuja novi-

dade occasionando desgostos, que se foram augmentando de dia em dia, estimulou o Governador a recorrer á força armada, e os Pernambucanos ao desafogo que a razão lhes ministrava. No dia 7 de Novembro foi o Governador ferido em uma perna de um tiro de espingarda, dado na rua das Aguas-verdes por onde passava, e receioso de perder a vida fugiu para a Bahia. Em consequencia d'esta fuga entrou a governar a Provincia por via de successão o Bispo Diocesano D. Manoel Alvares da Costa, até o dia 10 de Outubro do anno seguinte, em que chegou o novo Governador.

Varios mezes durou a resistencia sem reciproca vantagem. Os insurgidos não haviam cessado de respeitar a autoridade Real; era a vertigem do partido, e não o sincero amor da liberdade quem os guiava. Com a mudança do odiado Governador, e a publicação do perdão em nome d'El-Rei, foram depostas as armas, e a tyrannia seguiu o seu trilho batido. Os cabeças da revolta, quando menos esperavam, foram embarcados para Lisboa, e encerrados no Limoeiro, onde em pouco tempo finalisaram os seus dias. Sobreviveu um por nome Leonardo Bezerra, homem de temperamento forte e contumaz; depois de 13 annos de prisão teve licença de voltar para o Brasil, mas não para Pernambuco, lugar do seu nascimento. Elle fixou-se na Bahia, donde escrevia aos seus parentes, dizendo: « não corteis um só *quiri* das matas; « tratai de poupal-os para em tempo opportuno quebrarem- « se nas costas dos marinheiros » epitheto applicado por escarneo aos nascidos em Portugal.

1711.

A noticia da derrota do Capitão Duclerc, e do seu assassinato, chegou a França com pormenores ainda mais tristes; estremeceram os Francezes de horror sabendo do abuso, que se tinha feito da victoria; uma geral indignação occupou todos os animos, e o celebre Duguay Trouin, um dos maiores homens de mar que a França possuia, jurou vingar os seus compatriotas. Apoiado pelo commercio de S. Maló, e auxiliado por Luiz XIV, obteve Duguay Trouin armar 16 navios de alto bordo com 4:500 homens de desembarque, e com esta brilhante expedição entrou pela barra do Rio de Janeiro no dia 12 de Setembro de 1711.

Era tal o deleixo ou a criminosa apathia do Governador Francisco de Castro de Moraes, que sendo avisado de Lisboa, e até de Cabo Frio, que a frota inimiga estava á vista, deixou sem guarnição todas as Fortalezas, fazendo abandonar a da Ilha das Cobras, que os francezes occuparam na manhãa do dia 13. No dia 15 effectuou Duguay Trouin um desembarque em Valongo com dois mil homens, e apoderou-se do morro de S. Diogo, d'onde, e da ilha das Cobras, começou a fulminar a cidade com a sua grossa artilharia, sem atrever-se com tudo a atacal-a á viva força, porque no recinto d'ella existiam mais de oito mil homens armados, e bem dispostos a defendel-a, se tal fosse a intenção do Governador.

Finalmente assim passaram seis dias, até que por uma fatalidade inconcebivel, na noite de 21 de Setembro abandonou Francisco de Castro a cidade, fugindo quasi em debandada para o Engenho novo, e dalli para o Iguassú, com parte da tropa, e a outra parte em diversas direcções com seus chefes e officiaes; ao passo que a população toda se viu forçada tambem a deixar os seus domicilios, entranhando-se pelos bosques, onde pereceu muita gente de fome e de cansaço. Os Francezes, presentindo o abandono repentino da cidade, entraram n'ella no dia 22, e depois de estabelecerem diversos pontos guarnecidos para a sua defensa, se entregaram a um rigoroso saque, em que não pouparam cousa que tivesse a menor valia.

Entretanto bem via Duguay Trouin, que não era possivel conservar uma praça cercada por inimigos numerosos, e que todos os dias podiam augmentar com os reforços do interior; tratou por tanto de tirar partido do primeiro assombro, propondo o resgate da cidade, e ameaçando com a incendiar e arrasar no caso de não ser aceita a sua proposta. Depois de algum debate sobre o preço assignou o Governador a affrontosa condição de pagar a Duguay Trouin 610 mil cruzados em moeda, cem caixas de assucar e 200 bois, como contribuição de guerra; o que foi realisado dentro do prazo de 15 dias. Tal foi o resultado da famosa empreza d'este celebre aventureiro: em dez dias triumphou de todos os obstaculos, viu-se senhor da cidade mais importante do Brasil, e de todos os Fortes que a defendiam.

Duguay Trouin regressou para França (deu a vela d'este porto no dia 13 de Outubro), levando, não obstante o naufragio de uma de suas melhores naus, 92 por cento sobre o custo da expedição. Avalia-se em mais de seis mil contos a perda dos particulares, além de to-

da a esquadra portugueza encalhada, e parte incendiada pelo Almirante Gaspar da Costa Atayde. Se os Portuguezes se sustentam mais 24 horas, haveriam recebido o possante soccorro de 3 mil homens, que desceram de Minas Geraes, commandados por Antonio de Albuquerque Coelho, dois mil dos quaes eram de boa cavallaria e infantaria. Assim outro, que não fosse o inerte e cobarde Francisco de Castro de Moraes, caro teria feito pagar ao invasor seu temerario arrojo.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (era natural de Pernambuco) recebendo em Minas, no dia 21 de Setembro, a noticia da invasão de Duguay Trouin, reuniu a toda a pressa tres mil homens, e com elles marchou para esta cidade afim de desaffrontal-a do inimigo; mas chegando á Serra do Tingoá teve aviso da fugida do Governador, e no dia immediato soube da capitulação, que inutilisava todos os seus esforços, pelo que fez alto quatro leguas distante d'esta praça, e esperou pela retirada dos Francezes.

Existindo na camara do Rio de Janeiro uma C. R. datada de 26 de Novembro de 1709, pela qual mandava El-Rei, que se por qualquer motivo viesse á esta cidade Antonio de Albuquerque lhe fosse commetida a autoridade, ficando Francisco de Castro exonerado e sem responsabilidade alguma, assim o requereu a camara, exigindo que o referido Antonio de Albuquerque se encarregasse do governo até decisão da Côrte; em consequencia do que entrou na posse do cargo, cujo exercicio conservou até o dia 7 de Junho de 1713, em que foi rendido.

Felix José Machado de Mendonça Castro e Vasconcellos, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania, recebendo-o de mãos do Bispo Diocesano, que o exercia por via de successão, no dia 10 de Outubro de 1711, e o conservou até o dia 1.º de Julho de 1715. Foi este Governador quem fez prender e remetter para Lisboa os cabeças do levante de Olinda contra o seu antecessor Sebastião de Castro e Caldas por causa dos mascates do Recife.

Pedro de Vasconcellos e Souza, 3.º Conde de Castello Melhor (36.º Governador Geral do Estado do Brasil) chegou a Bahia e tomou posse do governo no dia 14 de Outubro de 1711, e o conservou até ser rendido no dia 13 de Junho de 1714, em que entregou o bastão ao seu successor. Durante o seu governo houve um levante na cidade de S. Salvador por causa do augmento do preço do sal.

Notou-se, porém, que n'este tumulto não intervieram Brasileiros de consideração, pois que os principaes motores eram Portuguezes, dirigidos pelo Juiz do povo; e como estes Juizes se tinham tornado perigosos pela sua insolencia e ousadia, requereu a camara da Bahia a sua extincção, a exemplo do que por outros motivos iguaes conseguira a camara da cidade do Porto, cuja supplica foi attendida pela Provisão de 25 de Fevereiro de 1713.

N'este mesmo anno Antonio de Albuquerque Coelho, antes de partir das Minas em auxilio do Rio de Janeiro, fez mudar o Arraial do Ouro Preto para o lugar onde hoje existe a cidade do mesmo nome, quatro leguas distante do primeiro assento, condecorando-o com o titulo de Villa Rica em 8 do mez de Junho.

1715.

A paz de Utrecht, restituindo a tranquillidade á Europa, reconciliou tambem Portugal com a França. Um Tratado particular (de 11 de Abril do presente anno) entre estas duas Potencias assegurou os limites do Brasil pelo Norte. Pelo artigo 8.º desistia a França de todas as suas pretenções sobre as terras chamadas do Cabo do Norte, situadas entre o rio das Amazonas e o do Oyapock. A Inglaterra garantia a inteira execução do Tratado, e o Brasil já não tinha que temer da Europa.

D. Francisco Xavier de Tavora, provido no Governo do Rio de Janeiro com Patente assignada a 2 de Junho de 1712, veiu render a Antonio de Albuquerque Coelho, e tomou posse do cargo a 7 de Junho do anno seguin-

te. Por ordem que trouxe da Côrte fez prender ao Mestre de Campo Francisco de Castro de Moraes, e a outros complices na entrega da Praça aos Francezes, conservando-os em rigoroso carcere até chegar a Alçada de sete Ministros para os julgar. O ex-Governador Francisco de Castro foi condemnado ao perdimento do posto, e á prisão perpetua em uma das fortalezas da India, sendo-lhe sequestrados os seus bens.

O Governador Tavora fez igualmente a derrama de 400 mil cruzados entre o povo para o pagamento dos 610 mil, que se tinham tirado dos cofres publicos e particulares para o resgate da cidade, mandando El-Rei abater 210 mil cruzados pertencentes á Casa da Moeda. Havendo obtido licença para voltar a Portugal, deixou o governo interinamente a cargo do Mestre de Campo Manoel de Almeida Castello Branco, e partiu em fins de Agosto ou principio de Setembro de 1716.

D. Braz Balthazar da Silveira, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de S. Paulo e Minas Geraes, veiu render n'este cargo a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, e tomou posse na cidade de S. Paulo a 31 de Agosto de 1713. Immediatamente partiu para Minas, e alli fundou as villas da Rainha, do Principe e de Pitangui. Fez executar diversas ordens Regias, que mandavam expellir d'aquelles districtos os frades e os clerigos desempregados, conservando o governo até 14 de Setembro de 1717, dia em que o entregou ao seu successor.

N'este mesmo anno foi aleivosamente assassinado pelos Tapuyas o Mestre de Campo da Conquista da Capitania do Piauhy Antonio da Cunha Soutomaior.

1714.

D. Pedro Antonio de Noronha, 2.° Conde de Villa-Verde, e 1.° Marquez de Angeja (3.° Vice-Rei e 37.° Governador geral do Estado do Brasil), havendo já governado a India passou com a mesma Patente a governar o Brasil. Chegando á Bahia, tomou posse da administração a 13 de Junho d'este presente anno, e governou até 21 de Agosto de 1718, dia em que foi rendido.

No seu tempo se concluiu e lançou ao mar a grande náu denominada o *Padre Eterno*, e se construiram outras de grande lote. Tratou das fortificações, augmentando-lhes varias obras, e da conservação do *Dique*, segundo o que determinara a C. R. de 26 de Março de 1716, que mandava applicar annualmente para taes obras a quantia de secenta mil cruzados, tirados da dizima da Alfandega. Mandou estabelecer estancias para córte de madeira de construcção, e depois de outras cousas importantes, que fez durante o seu governo, deixou-o para ir exercer em Portugal o lugar de Conselheiro de Estado e Vedor da Real Fazenda.

O Marquez de Angeja foi o primeiro Governador geral, que teve de ordenado 4:800$000 réis em virtude da C. R. de 7 de Abril de 1714, quando pela de 28 do mesmo mez de 1669 era esse ordenado tão sómente de 1:200$000 réis.

A Igreja de Nossa Senhora da Gloria do Rio de Janeiro começou por uma Capella, erecta em 1671 por um ermitão chamado Antonio de Caminha. Havendo porém o Dr. Claudio Gurgel do Amaral feito doação do morro, em 20 de Junho de 1699, com o fim de levantar-se n'elle uma Igreja com a mesma invocação, assim se cumpriu no anno de 1714, construindo-se na mesma era as obras magnificas do seu sumptuoso adro, todo lageado de cantaria, cisterna, escadaria, e a calçada da ladeira com os competentes socalcos.

A cargo de uma Irmandade esteve sempre a Igreja, muito decente e tratada com asseio. Trasladados para alli os padres Capuchinhos italianos, em troca do antigo hospicio da sua residencia, que lhes fôra tomado para habitação dos Carmelitas, os quaes tambem tinham sido desapossados do seu Convento, occupado pela Real Familia no anno de 1808, foram aquelles Capuchinhos residir nas casas de Romaria pertencentes á Irmandade de Nossa Senhora da Gloria, utilisando-se tambem da Igreja. Mas como a residencia dos ditos padres Capuchinhos, e o uso que faziam da Capella, incommodavam sobremaneira aos Irmãos, tentaram estes por varias vezes separal-os d'esta communhão, sempre sem fructo algum, até que o conseguiu o Conselheiro Francisco Gomes da Silva, em Março de 1827, sendo Juiz d'aquella Irmandade.

1715.

Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Janeiro d'este anno, mandando que a jurisdicção do territorio do Piauhy, que até alli pertencia á Capitania da Bahia, ficasse pertencendo em diante ao Estado do Maranhão, em consequencia das repetidas contestações, que suscitou o tombamento das terras do Piauhy, a que então procedia o Ouvidor d'aquelle Estado, em prejuizo dos habitantes de Pernambuco e Bahia, que alli possuiam sesmarias, sendo-lhes tiradas como devolutas, e dadas aos do Maranhão.

Tratado entre Portugal e a Hespanha (assignado em Utrecht a 6 de Fevereiro de 1715), no qual se estatue pelos artigos 6 e 7, que o Rio da Prata deveria ser o limite meridional do Brasil.

D. Lourenço de Almeida, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'esta Capitania no 1.° de Julho do presente anno, e o conservou até o dia 23 de Junho de 1718.

1716.

No principio d'este anno aconteceu um tumulto na cidade da Bahia, que foi logo atalhado pela energia do Vice-Rei Marquez de Angeja. Executava-se a pena ultima em dois réos, quando um d'elles cahiu vivo com o algoz do alto da forca, por se haver quebrado um dos travessões; e a Irmandade da Misericordia, por um antigo e inveterado prejuizo, passou logo a cobrir o réo com a sua bandeira ou pendão. O meirinho das execuções, porém, sem fazer caso d'esta formalidade, acabou o paciente ás estocadas; cuja acção irritou o povo a ponto de querer lançar-se sobre o meirinho, do que o livrou a presença de espirito do Vereador Jeronymo de Burgos, que presidia a execução, fazendo-o recolher á cadeia debaixo de uma escolta, da qual por vezes o tentou tirar o mesmo povo.

A Irmandade, julgando-se offendida, seguiu para Palacio com o pendão abatido, em demonstração de sentimento, acompanhada de um grande sequito do povo, exigindo do Vice-Rei o immediato castigo do meirinho; porém o Marquez de Angeja, antes de decidir cousa alguma, mandou pela guarda dispersar a multidão, e d'alli mesmo mandou logo para a cadeia os que compunham a Irmandade, donde só sahiram a pedido do Procurador da Santa Casa o Desembargador Dionizio de Azevedo Alvellos. Este procedimento do Vice-Rei foi approvado pela C. R. de 30 de Abril de 1716, pela qual se mandava tambem que, em casos semelhantes ao que produzira o tumulto, a pena fosse sempre executada.

José Velho de Azevedo, Tenente General de Artilharia, provido no governo da Capitania do Grão-Pará por Patente Regia, tomou posse do cargo a 11 de Junho d'este mesmo anno.

Duarte d'Albuquerque Coelho, 4.° Donatario da Capitania de Pernambuco, não teve mais successão que uma filha casada com o Conde de Vimioso D. Miguel de Portugal; mas nem este nem seus herdeiros tiveram mais o proveito da Capitania, porque o Sr. D. João IV, que dispendèra sommas quantiosas para a restauração da dita Capitania do poder dos Hollandezes, vendo que o Donatario não tinha forças para impedir nova invasão do inimigo, no caso de semelhante tentativa, annexou a Capitania a Corôa no mesmo anno da sua restauração (1654). A esta medida se oppôz o Donatario, e seus herdeiros sustentaram um renhido pleito por largos annos, obtendo varias sentenças a seu favor, e sempre embargadas; até que finalmente desistiram da causa, e de qualquer direito a Capitania, por convenção e ajuste do Conde de Vimioso D. Francisco de Portugal com o Procurador da Corôa, intervindo o beneplacito d'El-Rei D. João V em 1716, a troco do Marquezado de Vallença para elle e seu filho, de passar o mesmo Condado a seu filho, e oitenta mil cruzados, pagos no rendimento d'aquella Capitania em dez annos, a pagamentos iguaes. *(Provas da Hist. Genealog. tom. V. pag.* 701.)

1717.

El-Rei D. João V mandou comprar pelo preço de quarenta mil cruzados a Capitania do Espirito Santo a Cosme Rolim de Moura, que a possuia por successão do ultimo Donatario Manoel Garcia Pimentel, para incorporal-a na Corôa, como fez saber a Provisão do Conselho Ultramarino datada de 9 de Abril de 1717, em virtude da C. R. de 6 do mesmo mez e anno. A escriptura foi passada em Lisboa a 6 de Abril de 1718 pelo Tabellião Manoel dos Passos do Amaral, concorrendo o Desembargador Antonio de Campos de Figueiredo pelo proprietario Cosme Rolim de Moura, que residia na Bahia, e pela Fazenda publica o Desembargador Procurador da Corôa José Vaz de Carvalho.

D. Fr. José Delgarte, 3.° Bispo do Maranhão, fez a sua entrada publica na cidade de S. Luiz no dia 12 de Junho d'este anno, e demorando-se o tempo necessario para apagar os vestigios dos passados disturbios ecclesiasticos, chegou a Belém do Grão-Pará no dia 24 de Dezembro, onde foi recebido não só com muita alegria, mas com liberal ostentação.

Antonio de Brito Freire de Menezes, provido no Governo do Rio de Janeiro por Patente lavrada aos 29 de Abril de 1716, tomou posse do cargo, recebendo-o de mãos do Mestre de Campo Manoel de Almeida Castello Branco no dia 27 de Junho de 1717. Morreu no dia 15 de Maio de 1719, antes de acabar o seu tempo, e o governo voltou interinamente ao mesmo Manoel de Almeida por ser a Patente mais antiga.

D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo e Minas Geraes, veiu render a D. Braz Balthazar da Silveira, e tomou posse no dia 14 de Setembro de 1717. Fundou as villas de S. João d'El-Rei e de S. José do Rio das Mortes, e governou até o anno de 1721. Durante o seu governo, e no anno de 1720, foi desmembrada da Capi-

tania de S. Paulo a das Minas Geraes, creada pelo Alvara de 2 de Dezembro do mesmo anno, e houve o levante do morro de Ouro Preto contra as Casas de fundição.

1718.

Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Abril d'este anno pela qual mandava El-Rei degradar para a praça da Bahia varios Ciganos e Ciganas e seus filhos, pelo máu e escandaloso procedimento, com que se portavam em Portugal, de que haviam tão repetidos clamores; e como pela lei novissima lhes era prohibido usarem da sua lingua e giria, com que costumavam explicar-se, se ordenava ao Governador geral pozesse todo o cuidado na observancia da dita lei, debaixo das penas n'ella comminadas, não permittindo que a ensinassem a seus filhos, para que pelo tempo adiante se extinguisse de todo a pratica e uso d'ella. Os primeiros Ciganos, que chegaram a Bahia, foram de ordem da Camara habitar a parte do bairro da Palma, que por isso se ficou chamando até hoje *Mouraria*; mas propagando consideravelmente, a ponto de se não poderem accommodar n'aquelle sitio, designou-lhes a mesma Camara outro na freguezia de Santo Antonio além do Carmo.

Bernardo Pereira de Berredo, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, chegou a cidade de S. Luiz no dia 14 de Junho d'este anno, e quatro dias depois tomou posse do cargo, achando-se na cidade de Belém do Grão Pará o seu antecessor Christovão da Costa, senhor de Pancas, que governara o mesmo Estado por mais de onze annos.

Manoel de Souza Tavares, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 23 de Junho do presente anno, e falleceu no dia 11 de Janeiro de 1721 sem acabar o seu tempo. Substituiu-o interinamente no governo o Mestre de Campo D. Francisco de Souza até 11 de Janeiro de 1722, dia em que chegou o futuro successor.

D. Sancho de Faro e Souza, Conde de Vimieiro, (38.º Governador geral do Estado do Brasil) chegou á Bahia e tomou posse do Governo a 21 de Agosto de 1718. Falleceu a 13 de Outubro do anno seguinte, e foi sepultado na Capella-mór da Igreja da Piedade. Entraram a substituil-o por via de successão o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, o Mestre de Campo do Terço velho João de Araujo e Azevedo, e o Ouvidor geral do Crime Caetano de Brito de Figueiredo, por ausencia do Chanceller Luiz de Mello da Silva. Este governo interino durou até o dia 23 de Novembro de 1720, em que chegou o futuro successor.

1719.

Ayres de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, provido no governo do Rio de Janeiro com Patente de Governador e Capitão General, datada a 3 de Janeiro do presente anno, tomou posse a 18 de Maio seguinte, e governou com geral aprazimento até o dia 15 de Março de 1725, em que embarcou para Lisboa com licença d'El-Rei.

No tempo d'este Governador levantou-se a fonte chamada da *Carioca*, no lugar junto a ladeira de Santo Antonio; começada no corrente anno de 1719, finalisou-se no de 1723, distribuindo por 16 boccas de bronze sufficiente agua para o abastecimento d'esta cidade.

A' instancias d'este mesmo Governador ficaram no Rio de Janeiro os primeiros Missionarios Capuchinhos italianos, que, destinados á Ilha de S. Thomé, sahiram de Lisboa no anno de 1720, e vieram arribados á este porto.

Os Paulistas, apezar das suas immensas riquezas, não perdiam a mania das explorações. Foi um Paulista o primeiro que, penetrando pelos sertões até as cabeceiras dos rios Piauhy e Gurguéa, fundou Fazendas de criar no territorio do Maranhão, que depois se separou para formar a Capitania do Piauhy. Em outras direcções avançaram igualmente os Paulistas a largos passos pelo interior do paiz. Paschoal Moureira Cabral, subindo o rio Cuchipomirim, edificou nas suas margens algumas cabanas no presente anno de 1719. No seguinte mudou-se o Arraial para o lugar da Forquilha, em cujas visinhanças o ouro se offerecia em tanta abundancia, que

no espaço de um mez se extrahiram quatro arrobas d'este metal. Em 1723 a povoação foi transferida para o sitio do Cuyabá, sujeita a S. Paulo, e recebeu o titulo de villa sob a invocação de—Real do Senhor Bom Jesus de Cuyaba — em Novembro de 1726.

1720.

Governando a Capitania de S. Paulo e Minas Geraes o Conde de Assumar, achava-se este Governador residindo na villa do Ribeirão do Carmo, depois cidade de Mariana, quando appareceu em Villa Rica um grupo de mais de duas mil pessoas armadas no dia 28 de Junho d'este presente anno, com o objecto de impedir o estabelecimento das Casas de fundição. Depois de atacarem e destruirem a casa da residencia do Ouvidor da Comarca, fizeram saber ao Governador as suas pretenções, pedindo-lhe ao mesmo tempo o despacho favoravel e o perdão de tanta loucura. O Governador, querendo informar-se do espirito das outras povoações, demorou a decisão; e como passados quatro dias não tivessem os revoltosos resposta alguma, marcharam para a villa onde residia aquelle com o fim de exigil-a immediatamente. Informado o Governador de que todos os povos de Minas estavam animados dos mesmos sentimentos dos revoltosos, conveiu no que pediam, promettendo-lhes igualmente o perdão, na confiança de que com tempo mais favoravel melhoraria a conducta do povo.

Vendo os revoltosos que o Conde de Assumar com muita moderação e prudencia ia accedendo á tudo quanto d'elle exigiam, passaram a pronunciar-se contra o seu governo, intimando-lhe que sahisse das Minas, onde não entraria outro Governador nem justiças postas por El-Rei. N'esta conjunctura mandou o dito Conde prender os que julgou cabeças d'este motim, mas esta medida, longe de aplacar o tumulto, o exasperou a ponto de declarar-se em aberta rebellião no dia 14 de Julho. Era tanta porém a insolencia e desatino d'essa multidão sem freio nem disciplina, tantas as extorsões e violencias que praticaram, que os habitantes pacificos da visinhança se armaram para repellil-a, e até para aggredil-a, implorando para isto o auxilio do Governador. Finalmente, convencido este de que a prudencia e a moderação nada fariam no animo d'aquella gente insubordinada, tomou a deliberação de marchar da villa da sua residencia para o Ouro Preto no dia 16 de Julho, acompanhado dos Dragões,

e de alguns moradores da mesma villa, trazendo tambem comsigo os seus escravos armados.

Chegando á Villa Rica soube o Governador que os revoltosos se achavam reunidos no morro com intenção de resistirem, e foi sua primeira medida mandar queimar todas as habitações dos principaes chefes do motim, plano que teve a mais completa execução; seguindo-se depois a prisão de alguns dos mesmos chefes, e a fuga de outros, voltando por consequencia tudo ao estado anterior de paz e quietação. Todavia, só no fim do anno seguinte foi que o novo Governador D. Lourenço de Almeida começou a levantar novas Casas de fundição em sitios mais aptos para commodidade dos mineiros, cujo exercicio continuou até o anno de 1735, em que se aboliram aquellas Casas estabelecendo-se a Capitação.

Por Bulla datada aos 13 de Novembro de 1720, sob o Pontificado do SS. Padre Clemente XI, e á instancias d'El-Rei D. João V, foi a Igreja do Grão Pará separada da do Maranhão, a cujo Bispado pertencia, e elevada á categoria de Episcopal, suffraganea do Patriarcado de Lisboa.

Crescia entretanto a população das Minas, mas tão desordenada e sem nenhuma policia, que tornava necessaria a presença de uma autoridade superior n'aquellas paragens, afim não só de manter a boa ordem, como de levar a execução todas as leis e regulamentos tendentes á boa fiscalisação do immenso producto de suas lavras. S. Paulo por outro lado tambem reclamava a presença do Governador, que, ou bem havia de residir alli com detrimento dos habitantes de Minas, ou em Villa Rica com igual detrimento dos povos de S. Paulo.

Consideradas estas circumstancias com madureza e prudente exame, resolveu El-Rei D. João V separar da Capitania de S. Paulo todo o territorio das Minas Geraes, fazendo d'elle outra Capitania distincta, de cuja resolução mandou El-Rei fazer sciente ao Governador Conde de Assumar por C. R. de 21 de Fevereiro d'este presente anno, ordenando-lhe ao mesmo tempo que se informasse circumspectamente sobre os limites das mesmas Minas com as Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, afim de evitar para o futuro contestações desagradaveis entre os collindantes, e com as suas informações poder deliberar

definitivamente ácerca da nova Capitania como fosse mais conveniente. Desannexado portanto o territorio das Minas da Capitania de S. Paulo, pelo Alvará de 2 de Dezembro do mesmo anno, ficou sendo Capitania geral com o titulo de Minas Geraes; e começou desde então a ter Governadores privativos.

Vasco Fernandes Cesar de Menezes (4.º Vice-Rei do Estado do Brasil e 39.º Governador geral), depois de haver governado a India com a mesma Patente, chegou a Bahia, e tomou posse do governo a 23 de Novembro de 1720; governou até o dia 11 de Maio de 1735, em que foi rendido.

Em dias do seu governo (crê-se que no anno de 1724) foi estabelecida na Bahia a Academia Brasilica dos Esquecidos, de que falla Barboza na vida do illustre Bahiano João de Brito Lima; as suas reuniões se faziam no proprio Palacio do Vice-Rei. Como o fim principal d'esta Sociedade era o ensino da litteratura, appareceram n'essa época homens muito instruidos, que honraram a provincia do seu nascimento.

No anno de 1722 aportou na Bahia o Patriarcha scismatico de Alexandria (reconhecido pelos Abexins como seu Pastor Soberano), a quem se subministrou, e á sua familia, todo o necessario á decorosa subsistencia de tão autorisado hospede, e se brindou, em Nome d'El-Rei, com a offerta de uma preciosa concha sobre uma salva de ouro dignamente trabalhada; cuja despeza, feita por conta da Real fazenda, foi approvada pela Provisão do Conselho Ultramarino de 16 de Janeiro de 1723.

No dia 10 de Maio de 1728, (n'esse anno teve o Vice-Rei o titulo de 1.º Conde de Sabugoza) aconteceu sublevarem-se os Soldados do Terço velho da Bahia; sete individuos d'esse Corpo, julgados cabeças do motim, padeceram a pena ultima, e os complices foram punidos com degredo e outros castigos differentes.

Autorisado este Vice-Rei para crear villas, onde julgasse mais conveniente para maior commodidade dos povos, creou as de Maragogipe e de Santo Amaro; assim como as de Itapicurú, Inhambupe e Abbadia em cumprimento da Resolução de 28 de Abril de 1728, participada pela Provisão da mesma data.

1721

C. R. de 17 de Março d'este anno, mandando que aos Jesuitas de Pernambuco se dessem seis mil cruzados em tres annos, dois em cada um, para o estabelecimento de um hospicio na Capitania do Ceará, para onde deviam ir dez missionarios d'aquella Ordem, alguns dos quaes seriam Allemães ; e que a cada um se abonasse de ordinaria 40$000 réis, até que se estabelecesse nas fazendas de gado o imposto de uma por cada cem cabeças, e de duas por quinhentas.

Por outra C. R. de 12 de Fevereiro de 1732 mandou El-Rei D. João V augmentar a congrua de cada um d'esses Religiosos do hospicio do Ceará, elevando-a a 80$000 réis, e dar por uma só vez mais dois mil cruzados para se acabar o dito hospicio. Em 19 de Outubro do anno seguinte de 1733 isentou de direitos todos os provimentos, que viessem do Reino para os padres da Companhia.

As dez para as onze horas da noite de 19 de Março d'este anno começou a espalhar-se o terror entre os habitantes da cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos. Uma chuva miuda, acompanhada de grandes furacões e innumeraveis raios, ameaçava a cidade, crescendo o receio com o estampido dos trovões; no seguinte dia cahiram algumas casas na ladeira da Preguiça e outras na da Conceição, que havia muitos annos se conservava com uma brecha, causada pelo peso da plataforma do Castello. Como, porém, de todo este fracasso não resultasse outra desgraça senão a destruição de alguns edificios sem a perda de uma só vida, instituiram os habitantes desde então a procissão do voto de graças, que ainda subsiste annualmente, feita no dia 19 de Março.

Creada a nova Capitania de Minas Geraes pelo Alvará de 2 de Dezembro do anno anterior, foi nomeado seu Governador e Capitão General D. Lourenço de Almeida, o qual tomou posse no dia 8 de Agosto do presente anno, recebendo o governo de mãos do Conde de Assumar, e conservando-o até Setembro de 1732, em que foi rendido.

Durante a sua administração foram descobertas as novas minas de Arassuahy no anno de 1727, e no de 1729 os primeiros diamantes no Serro do Frio.

Para governar a Capitania de S. Paulo foi nomeado Rodrigo Cesar de Menezes com Patente de Governador e Capitão General, o qual tomou posse a 5 de Setembro d'este mesmo anno. No de 1726 partiu a inspeccionar as novas minas de Cuyabá, em cuja deligencia se achava, quando chegou o seu successor a S. Paulo, e tomou posse do governo em Agosto de 1727, sem embaraçar com tudo a Menezes no exercicio da sua commissão por ordem expressa que para isto trazia da Côrte. Rodrigo Cesar retirou-se para S. Paulo em Setembro de 1728, deixando o governo de Cuyabá a cargo do Brigadeiro Antonio de Almeida Lara.

1722.

Manoel Rolim de Moura, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 11 de Janeiro do presente anno, recebendo-o das mãos do Mestre de Campo D. Francisco de Souza, Governador interino, e deixou-o a 6 de Novembro de 1727, dia em que foi rendido.

João da Maia da Gama, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, chegou á cidade de S. Luiz para render a Bernardo Pereira de Berredo, e tomou posse aos 19 de Julho de 1722; nos primeiros dias de Outubro, acompanhado do seu antecessor, fel-o com a mesma formalidade na cidade de Belém do Grão Pará. O ex-Governador Berredo demorou-se ainda quasi um anno recolhendo os materiaes, com que compôz os seus interessantes Annaes do Estado do Maranhão, publicados em Lisboa no anno de 1749

1725.

Apezar de ser o clima da ilha de Santa Catharina saudavel, e o terreno muito fertil, foi pouco frequentada até o presente anno, em que por Ordem d'El-Rei D. João V

passou muita gente das ilhas dos Açores a habital-a; e muito mais cresceu a população depois de resolver o mesmo Soberano a Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Agosto de 1746, mandando transportar d'aquellas ilhas para as partes do Brasil que mais conveniente fosse que se povoassem logo, até quatro mil casaes, para cujo fim deu Regimento em 5 de Agosto do anno seguinte, estendendo a providencia e a graça á ilha da Madeira.

Pela Provisão de 9 de Agosto de 1747 se regulou e dispôz o estabelecimento d'aquelles casaes em virtude de outra Resolução de Consulta do mesmo Conselho de 26 de Junho d'aquelle anno, determinando ao Governador do Rio de Janeiro, e ao Brigadeiro José da Silva Paes, Governador da ilha de Santa Catharina e do Continente do Rio Grande de S. Pedro, que lhe era annexo, o cuidado sobre o bom arranjo dos novos Colonos, com os quaes se começou a povoar a ilha. Em observancia da citada Provisão se escolheram os sitios mais accommodados e proprios para as fundações, em cada um dos quaes se deviam estabelecer sessenta casaes, e n'elles crear logo um Juiz na fórma da Ordenação. D'essa época em diante começou a ilha a prosperar.

N'este anno foi despachado pelo Governo do Pará o Capitão Francisco de Mello Palheta com uma tropa de exploração a correr e examinar o rio *Madeira*, confluente do Amasonas, onde já tinha ido em 1716 outra expedição portugueza.

O Capitão João Paes do Amaral descobriu n'este mesmo anno o padrão que, diz Simão Estacio, mandára levantar o Imperador Carlos V em sitio alto junto á foz do Rio de Vicente Pinzon, para servir de balisa, que demarcasse as *Indias Castelhanas*.

1724.

No dia 4 de Janeiro d'este anno, das sete para oito horas da manhãa, ouviu-se na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos um estrondo subterraneo, ao qual seguiu-se immediatamente um pequeno tremor de terra, que duraria cousa de dois segundos, sentindo-se igual

effeito ao mesmo tempo na ilha de Itaparica. Foi este o primeiro terremoto experimentado na Bahia, e d'elle tiraram causa os presagiadores para o reputarem como precursor da grande secca, que assolou a provincia por espaço de quatro annos, chegando até a estancar as fontes da capital, que por essa occasião foram concertadas, sendo vice-Rei do Estado do Brasil Vasco Fernandes Cesar de Menezes.

D. Fr. Bartholomeo do Pilar, 1.º Bispo do Pará, chegou á cidade de Belém aos 29 de Agosto, e tomou posse no dia 21 de Setembro d'este mesmo anno. Em virtude da C. R. de 24 de Maio do dito anno de 1724 organisou e formou o primeiro Corpo Capitular, que devia compôr-se de quarenta Ministros, repartidos em tres classes. Falleceu na dia 9 de Abril de 1733, e jaz na Cathedral de Belém.

1725.

O Mestre de Campo Luiz Vahia Monteiro, provido no governo do Rio de Janeiro por Patente datada a 26 de Novembro de 1724, tomou posse a 10 de Maio do anno seguinte. Falleceu n'esta cidade, tendo ainda a seu cargo o governo d'ella, em 1732. Foi chamado a substituil-o o Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca, por ser a Patente mais antiga, o qual governou a Capitania até o mez de Junho de 1733, em que a entregou a Gomes Freire de Andrade.

D. Luiz Alvares de Figueiredo (6.º Arcebispo da Bahia), sendo Bispo Coadjutor do Arcebispo de Braga, foi eleito Metropolita do Brasil em 1725, e n'esse mesmo anno tomou posse da Diocese. Falleceu a 19 de Agosto de 1735, e jaz na Capella de S. José da Sé. Em seu tempo expediu-se pelo Conselho Ultramarino a Provisão de 19 de Setembro de 1732, pela qual se prorogava por mais dez annos a prestação annual de um conto de réis para as obras da Igreja Cathedral da Bahia, e duzentos mil réis para a respectiva fabrica, em virtude de representação d'este mesmo Prelado.

D. Frei Antonio de Guadalupe (4.º Bispo do Rio de Janeiro), eleito aos 25 de Novembro de 1723, e confirmado em 21 de Fevereiro de 1725, foi sagrado aos 13 de Maio d'este anno; e chegando á cidade de S. Sebastião no dia 2 de Agosto, n'esse mesmo dia tomou posse do Bispado por seu Procurador o Deão d'esta Cathedral Gaspar Gonçalves de Araujo.

Foi incansavel na instrucção do Clero, e na escolha de sujeitos habeis para os beneficios ecclesiasticos, e ao mesmo tempo caritativo e generoso com os orphãos, viuvas e pessoas necessitadas do seu Bispado. Com igual generosidade olhou para os templos, como se viu nos valiosos donativos, que fez á sua Cathedral: na fundação da Igreja de S. Pedro d'esta cidade, lançando-lhe a primeira pedra no anno de 1732: na obra do Aljube, que tambem fundou: no util edificio do Seminario de S. José, que creou: na. proveitosa fabrica do Collegio dos meninos orphãos, que levantou; e finalmente em muitas outras acções, que á outras muitas partes o levava o seu incansavel e vigilante zelo.

Removido para o Bispado de Viseu em 12 de Fevereiro de 1740, partiu d'esta cidade a 25 de Maio, e morreu em Lisboa aos 31 de Agosto do mesmo anno, poucos dias depois da sua chegada áquella Côrte.

D. Fr. José Fialho (6.º Bispo de Pernambuco) sendo eleito a 25 de Novembro de 1722, foi confirmado a 21 de Fevereiro de 1725. Tomou posse do Bispado por Procurador a 20 de Junho d'este mesmo anno, e chegando a elle em 17 de Novembro seguinte, principiou a exercer as suas funcções pastoraes. Promovido ao Arcebispado da Bahia em 26 de Julho de 1738, e recebendo as Bullas da sua confirmação a 4 de Dezembro do mesmo anno, seguiu para o seu destino no dia 2 de Fevereiro do anno seguinte.

Havendo no anno de 1732 uma grande epidemia em Pernambuco, este Bispo pregou, visitou os enfermos, e acudiu aos necessitados, dando ordem ás boticas para, por sua conta, aviarem remedios aos enfermos, que os medicos e cirurgiões declarassem que eram pobres, e mandando de sua Casa tanto que a sua familia experimentou grande falta.

1726.

Uma tradicção, conservada em S. Paulo, designa as minas dos Martyrios, ao presente desconhecidas, como

descobrimento de Bartholomeo Bueno da Silva, explorador de minas, e que se fez tão celebre no principio d'este seculo. Este homem activo, depois de haver descoberto este novo manancial, voltou a S. Paulo para angariar trabalhadores, e levar instrumentos proprios de mineração; tornando pelo mesmo caminho, parece que se desviou das minas dos Martyrios, das quaes perdêra os vestigios em desertos immensos, por onde andou errante muitos mezes. Porém não foram totalmente mallogrados seus intentos, porque achou por fim as minas de Goyaz, que seu pai antes d'elle descobrira pelos annos de 1680. Bueno tomou posse d'ellas em 1726, e se estabeleceu no lugar, onde hoje está o Arraial dos Ferreiros.

Foi d'estas minas que um filho d'este mesmo Bueno extrahiu o ouro, de que formou uma collecção de fructos brasileiros em tamanho natural, e os foi pessoalmente offertar a El-Rei D. João V. Em pouco tempo achou-se a povoação com mais de quatro mil almas, e foi então transferida para as margens do Rio Vermelho em 1728. D'este principio se originou a Capitania de Goyaz, cuja capital foi creada Villa pela C. R. de 11 de Fevereiro de 1736, que o Governador de S. Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, executou em 25 de Julho de 1739, dando-lhe o titulo de *Boa*, por contemplação a Bueno descobridor do paiz.

1727.

A C. R. de 23 de Março do presente anno confirmou a doação de juro e herdade da Capitania da Parahyba do Sul com vinte leguas de costa e dez de sertão na pessoa de Diogo Corrêa de Sá para a possuir como a possuira seu pai debaixo de certas condições. Impugnando a Camara de Campos executar a Carta de Doação, foi preciso marchar no anno seguinte uma Companhia de Infantaria regular a cargo do Capitão Francisco Pereira Leal, a quem se incumbiu ao mesmo tempo um recrutamento para a tropa de linha.

Antonio da Silva Caldeira Pimentel, Governador nomeado para a Capitania de S. Paulo, recebeu da Camara da capital a posse do governo a 15 de Agosto de 1727, achando-se ausente em Cuyabá o seu antecessor Rodrigo Cesar de Menezes. Governou até o dia 15 de Agosto de 1732, em que foi rendido.

Duarte Sudré Pereira Tibão, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 6 de Novembro do presente anno, e deixou-o a 24 de Agosto de 1737, tendo antes mandado prender alguns soldados da tropa paga, que se haviam sublevado, e feito uma leva de gente para auxilio da Colonia do Sacramento.

1728.

N'este anno, achando-se ainda em Cuyabá o Governador e Capitão General de S. Paulo Rodrigo Cesar de Menezes, para onde tinha ido inspeccionar as novas minas, como ficou dito a pag. 186, enviou em dias do mez de Abril n'aquella monção e conducta de mais de mil pessoas, que se retiravam para S. Paulo, sete arrobas de ouro dos Quintos, e mais Direitos Reaes, em quatro caixões de cunhetes, de que foi encarregado o Padre André dos Santos Queiroz, o mesmo que conduzira a primeira remessa expedida por Pascoal Moreira. Sendo os cunhetes fielmente entregues fechados e sellados ao Provedor da Real Fazenda Sebastião Fernandes do Rego em S. Paulo, dalli se remetteram com as devidas cautellas ao Rio de Janeiro para passarem á Lisboa, onde abertos (diz-se que em presença d'El-Rei D. João V, e de alguns Ministros estrangeiros, que convidára de proposito para presenciarem este acto) achou-se chumbo em grãos de munição em lugar do ouro.

Dando tanto estrondo esta metamorphose, mandou El-Rei ao Juiz do Fisco do Rio de Janeiro Roberto Car Ribeiro de Bustamante que fosse immediatamente devassar do caso; de cuja deligencia resultou a prisão do Provedor sobredito e o sequestro dos seus bens; mas sendo remettido para a cadeia de Lisboa, e mostrando alli com muita evidencia a falsidade do crime imputado, não só conseguiu a sua liberdade, como a entrega total dos mesmos bens. O povo de Cuyaba, que tinha sido muito vexado pelos exactores dos Direitos Reaes, e cujos bens arrancados á força com a mais odiosa violencia perfizeram as referidas sete arrobas de ouro, viu n'este acontecimento inesperado um milagre do Céo em castigo de tanta crueldade. Assim se acha consignado este facto nos Registros officiaes do Senado da Camara da villa, hoje cidade de Cuyabá.

O Mestre de Campo Alexandre de Souza Freire, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, tomou posse, que lhe deu seu antecessor João da Maia da Gama, na capital do Estado aos 14 de Abril de 1728; e passando em Outubro seguinte ao Pará, alli se demorou até Agosto de 1731.

Antonio Marreiros, Cipitão-mór nomeado para o Pará, tomou posse do cargo aos 15 de Agosto de 1728, recebendo o governo da Capitania do Tenente General de artilharia José Velho Bezerra seu antecessor.

1729.

Diz-se que fôra n'este anno, que Bernardo da Fonseca Lobo achara os primeiros diamantes no Serro do Frio. Não constando com certeza o anno d'esse descobrimento, he com tudo sem questão que, remettendo o Governador D. Lourenço de Almeida algumas pedras brancas para Lisboa, e dizendo em Carta de 22 de Julho de 1729, que se julgava serem diamantes: por C. R. de 8 de Fevereiro do anno seguinte foi-lhe respondido, que taes pedras se haviam espalhado n'essas minas alguns annos antes, e já em duas frotas se haviam remettido outras semelhantes com a certeza de serem diamantes; e por isso se lhe estranhava muito a indesculpavel omissão em não averiguar logo a principio uma novidade tão importante no territorio da sua jurisdicção.

A lavra diamantina foi livre no começo do descobrimento, até que concorrendo muita gente de varias Capitanias, por falta de methodo no trabalho, occorreram muitas rixas, roubos e mortes. Para evitar em parte a superabundancia de gente n'estas lavras mandou El-Rei, por Ordem de 18 de Março de 1732, impôr a capitação de cinco mil réis annualmente por cada negro empregado n'ellas, e o Governador accrescentou vinte mil réis por *quinto* de cada escravo. Elevada successivamente a capitação até o valor de cincoenta mil réis, estabeleceu-se a Intendencia dos Diamantes por C. R. de 30 de Outubro de 1733. Designada uma área quasi circular, com um diametro de 14 leguas pouco mais ou menos, não foi mais permittido á pessoa alguma entrar n'ella sem licença da Junta da Intendencia sob pena de prisão, e de ser havido por contrabandista.

No anno de 1735 monopolisou El-Rei os diamantes brutos, creando para sua administração um contracto, em que entraram como primeiros contractadores o Sargento-mór João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva por tres annos, que findaram em 1739; e successivamente continuou por muitos annos o systema de arrematação dos districtos diamantinos até o de 1771, em que finalisou, para ser substituido pelo novo systema de extracção por conta da Fazenda Real, que começou no 1.º de Janeiro de 1772, em virtude do Alvará de 2 de Agosto do anno anterior. Por este systema, desde o anno de 1772 a 1794, se extrahiram quarenta e oito mil quinhentas e quarenta e sete oitavas de diamantes, e quatrocentas e quarenta e nove mil oitocentas e cincoenta e uma de ouro; e sem embargo no fim de 1794 achou-se a administração com uma divida passiva de oitocentos mil cruzados por falta de regular assistencia do Erario para suas despezas.

Com a proclamação da Independencia e das fórmas constitucionaes cahiu por terra o Regimento diamantino, cuja execução tornou-se desde logo impossivel; e ainda mais se facilitou a concessão de licenças para minerar, havendo o Principe Regente dirigido ao governo provisorio de Minas um Aviso, em que o autorisava a dar algumas providencias sobre o objecto. Em 1830 foi extincto o lugar de Intendente dos Diamantes por um artigo da lei do Orçamento; e em 1832 offereceu o Conselho geral da provincia uma Proposta, que foi em fim approvada pelo Corpo legislativo, como se vê do Decreto de 25 de Outubro do mesmo anno. Por elle ficou extincta a administração, mandando-se arrendar os terrenos em hasta publica por prazo de tres a seis annos, e por datas de 15 braças quadradas; com tanto que a um só concessionario se não concedesse mais que duzentas datas. O preço minimo foi o de quatro mil e quinhentos réis por data annualmente.

Entretanto o citado Decreto de 25 de Outubro de 1832 ficou sem effeito, porque, chegando a Minas, expôz o Presidente da provincia ao governo e ao Conselho geral diversos embaraços, que se oppunham á sua execução. Novas propostas se fizeram tendentes á reforma d'esta lei, mas nenhuma foi até agora approvada, nem a lei revogada, ficando d'esta sorte a administração diamantina em um estado excepcional. Os poucos empregados, que restam da antiga Junta, ainda se conservam nos seus lugares, mas não tem meios para emprehenderem a lavra por conta do thesouro publico, e muito menos para obstarem a invasão de muitas familias intrusas, que se tem apoderado d'aquelles terrenos reservados, resultando d'ahi muitas contestações,

rixas e disturbios, como aconteceu no principio d'este anno (1843). Eis-ahi a historia abreviada da famosa administração diamantina do Serro do Frio, que durou noventa annos (porque acabou de facto em 1822), em proveito tão sómente da Corôa de Portugal.

1730.

Em Janeiro d'este anno deu conta Belchior Mendes de Moraes ao Governador do Estado do Maranhão de haver achado o Padrão, que o Capitão-mór Pedro Teixeira levantára no rio Napo, quando baixára de Quito pelo Amasonas; accrescentando que o fizera restaurar por assim o exigir o seu estado de ruina: de cuja restauração apresentava o termo, que mandára lavrar perante as pessoas, que o assignaram, sendo uma d'ellas o Padre João Baptista Julião, Superior das Missões Castelhanas, que andava de visita.

Como os Bispos costumavam amover Conegos e ministros collados, e á sua imitação os Cabidos das Sés, mandou El-Rei pela Provisão de 6 de Julho d'este mesmo anno, que o não fizessem sem preceder aos requisitos de causa justa, e sem approvação por escripto do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens.

1731.

O Vigario da Parahyba do Norte começou a obrigar o povo por meio de censuras a pagar conhecenças, e d'este procedimento, que tambem tinha o excesso do costume, se queixou a Camara respectiva á El-Rei, o qual mandou n'este anno de 1731 ao Procurador da Corôa, que protegesse e ajudasse o povo no caso de o Bispo não providenciar a este respeito.

Pelos annos de 1730 e 1731 vieram ao Brasil dois Religiosos da Companhia de Jesus, Diogo Soares e Domingos Capaci, ambos peritos mathematicos e grandes geographos, destinados por El-Rei D. João V para levantarem Cartas to-

pographicas das terras d'este Estado, tanto pela costa como pelo sertão, afim de que melhor se assignalassem e se conhecessem os districtos de cada Bispado, Governo, Capitania, Comarca e Doação. Com este projecto chegaram os sobreditos Padres ao Rio de Janeiro, donde proseguiram para as Capitanias do interior, em virtude do Alvará de 18 de Novembro de 1729, pelo qual se lhes mandou dar competente ajuda de custo, e todo o necessario para suas subsistencias, e de dois criados, pelo tempo que durasse aquella commissão.

1732.

Depois da grande secca, que assolou a provincia da Bahia por espaço de quatro annos, desde 1724 a 1728, seguiu-se um extraordinario inverno nos quatro annos immediatos, que occasionou consideraveis damnos á cultura da canna, a ponto de destruir não só as safras como os proprios engenhos, gado e até os escravos. Continuando as chuvas em mais ou menos quantidade aconteceu, que, na madrugada do dia 27 de Abril de 1732, desabando uma grande porção de terra do angulo occidental do castello das Portas de S. Bento, arrasou tres casas de outros tantos andares, que lhe estavão infericres na freguezia da Conceição da Praia; causando este desmoronamento a morte de sete pessoas, além das que ficaram gravemente maltratadas debaixo das ruinas, devendo a sua salvação ás energicas providencias do Vice-Rei Conde de Sabugoza.

José da Serra, Chefe de Esquadra, Governador e Capitão General nomeado para o Estado do Maranhão, tomou posse do cargo na cidade de S. Luiz aos 16 de Julho de 1732, recebendo o governo das mãos do seu antecessor Alexandre de Souza Freire. Em Janeiro do seguinte anno partiu o Governador para a cidade de Belém do Grão-Pará, onde fixou a sua residencia até fallecer no dia 20 de Março de 1736. No dia seguinte ao de sua morte entrou no exercicio do governo interino o Capitão-mór do Pará Antonio Duarte Barros, por accordo do Senado da Camara presidido pelo Ouvidor geral.

Antonio Duarte Barros, Capitão-mór nomeado para o Pará, tomou posse d'este cargo aos 27 de Julho de 1732, recebendo o governo da Capitania de mãos do seu antecessor Antonio Marreiros. No dia 21 de Março de 1736 substituiu o Capitão General do Estado, que tinha fallecido no dia anterior sem via de successão.

Antonio Luiz de Tavora, 4.º Conde de Sarzedas, Governador nomeado para a Capitania de S. Paulo, tomou posse do governo a 15 de Agosto do presente anno; e como pela C. R. de 11 de Fevereiro de 1736 se lhe mandava erigir a villa de Goyaz, partiu de S. Paulo no anno immediato para dar-lhe execução, porém não o verificou por morrer em Tocantins a 29 de Agosto de 1737.

André de Mello e Castro, Conde das Galvêas, Governador nomeado para a Capitania de Minas Geraes, succedeu a D. Lourenço de Almeida pela posse que tomou a 10 de Setembro de 1732. Promovido ao cargo de Vice-Rei do Estado do Brasil, deixou a Capitania de Minas em Março de 1735.

O Recolhimento dos Perdões na cidade da Bahia não tem origem certa, e só se sabe que no principio d'este seculo dois irmãos, Domingos do Rosario e Francisca das Chagas, com quanto pouco abastados de bens, se propuzeram fundar uma Capella, e um pequeno Recolhimento debaixo da invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões, para n'elle se recolherem a fundadora, uma sua irmãa de nome Antonia de Jesus, e algumas outras mulheres devotas, que quizessem alli fazer vida de penitentes vestidas de habito de burel.

O exemplar comportamento d'essas Recolhidas desafiou em seu favor as attenções do povo, e por ellas mereceram que o Arcebispo D. Luiz Alvares de Figueiredo lhes désse Estatutos no corrente anno de 1732. Em 1792, pouco mais ou menos, foi o habito de burel mudado para sarja ou lila preta por determinação do Arcebispo D. Fr. Antonio Corrêa; e posto que o numero das Recolhidas fosse de 25 sómente, comtudo admittem-se outras como educandas. Tendo-se conservado o Recolhimento até o anno de 1789 no mesquinho pé em que o fundaram, começou-se a engrandecer

e a reformar, de então para cá, pela protecção e esmolas do Mestre de Campo Theodozio Gonçalves da Silva, e de sua mulher D. Anna de Souza Queiroz. Hoje tem uma boa Igreja completamente acabada e dourada.

1735.

O Conde de Sabugoza, Vice-Rei do Estado, querendo fazer desapparecer d'entre os habitantes do Brasil a odiosa distincção de côres, solicitou d'El-Rei a providencia de reunir os homens pardos e pretos nos mesmos corpos de milicias dos brancos, dos quaes até alli eram separados; a esta exigencia, tão justa quanto prudente, annuiu a Provisão de 12 de Janeiro de 1733, mas cuja execução suspendeu o Conde das Galvêas, seu immediato successor no governo d'este Estado.

Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadella, veiu governar o Rio de Janeiro com Patente de Governador e Capitão General, datada em Lisboa a 8 de Maio de 1733, e tomou posse d'esta Capitania no dia 26 de Julho do mesmo anno. Encarregado juntamente do governo de Minas Geraes para substituir o Conde das Galvêas, partiu para Villa Rica, onde tomou posse do governo d'aquella Capitania em Março de 1735, ficando no Rio de Janeiro encarregado da administração interinamente o Brigadeiro José da Silva Paes, em virtude da Real Ordem de 4 de Janeiro do mesmo anno de 1735; em cujo exercicio se empregou o mesmo Brigadeiro em todas as occasiões, em que Gomes Freire precisou ir a Minas.

Autorisado Gomes Freire pela C. R. de 29 de Outubro de 1733 para substituir a Antonio Luiz de Tavora no governo de S. Paulo, por qualquer accidente imprevisto, e acontecendo morrer Tavora em Agosto de 1737, tomou o dito Gomes Freire posse do governo d'aquella Capitania no 1.° de Dezembro do mesmo anno, e o conservou até o dia 12 de Fevereiro de 1739, em que o entregou a D. Luiz de Mascarenhas. Sendo mandado o Brigadeiro José da Silva Paes para a praça da Colonia do Sacramento com as náus de soccorro, governou muitas vezes o Rio de Janeiro, pelas repetidas ausencias de Gomes Freire, o Mestre de Campo Mathias Coelho de Souza.

Embarcando-se Gomes Freire para o Continente do

Rio Grande de S. Pedro no anno de 1752, para levar á execução o Tratado de limites de 1750, como Commissario de S. M. Fidelissima, ficou o governo d'esta Capitania a cargo do Mestre de Campo Mathias Coelho de Souza, e por morte d'este no anno seguinte entrou o Tenente Coronel Patricio Manoel de Figueiredo; sem embargo da Ordem Regia determinando que governasse esta Capitania José Antonio Freire de Andrade, debaixo da mesma homenagem que havia prestado a seu irmão Gomes Freire, quando o encarregou do governo das Minas, em cujo exercicio parece que permaneceu durante a ausencia do dito seu irmão.

Tendo voltado o Conde de Bobadella da sua commissão ao Rio Grande do Sul, chegou á esta cidade do Rio de Janeiro a 28 de Abril de 1758, onde continuou a governar até o dia 1.º de Janeiro de 1763, em que falleceu. O seu governo durou portanto 29 annos, 5 mezes e 4 dias, e foi o mais dilatado, que houve no Brasil, e um dos mais felizes e vantajosos para este Estado.

O Conde de Bobadella tornou-se digno de ser contado entre os poucos bemfeitores do Brasil; seu respeitavel nome será indelevel nos fastos das Capitanias, que governou, pelo seu talento, e eminentes virtudes, entre as quaes predominavam o desinteresse e a pureza de costumes os mais louvaveis, o zelo pelo serviço publico, a justiça e o amor com que regia os povos, fazendo-se por estas circumstancias digno da singular distinção, com que El-Rei D. José I mandou por sua Real Grandeza, para exemplo e estimulo dos Governadores, collocar no Senado da Camara o seu retrato, onde ainda hoje existe com geral veneração de todos os habitantes d'esta cidade.

Em Minas estabeleceu a capitação em 1735, acabando com as casas de fundição, tão onerosas aos mineiros; e em 1738 creou uma Casa de Misericordia, cujo estabelecimento foi confirmado pela Provisão da Mesa da Consciencia e Ordens de 2 de Outubro de 1740. No Rio de Janeiro fundou a casa para residencia dos Governadores, que hoje serve de Paço Imperial, em 1743; fez acabar a segunda ordem dos arcos do aqueducto da Carioca, em cuja fonte mandou construir um tanque de lavar em 1750; concluiu a fortaleza da Ilha das Cobras, e levantou a da Conceição. Foi decidido Protector das lettras, e debaixo da sua protecção se formou a *Academia dos Selectos*, que tanto lustre deu a esta cidade, não só pelos seus trabalhos scientificos, como pelas luzes que espalhou com muitas producções dos seus membros, algumas

das quaes foram impressas, e outras ainda existem manuscriptas.

Finalmente foi o Conde de Bobadella o fundador do Convento de Santa Thereza, em cujo presbiterio jaz enterrado. Tendo declarado, no dia antecedente ao da sua morte, que no Convento dos Religiosos do Carmo se guardava a via de successão d'este governo, em virtude d'ella entraram a substituil-o os que diremos no anno correspondente.

No corrente anno vagava pela Comarca das Alagoas, na Capitania de Pernambuco, um impostor, que se intitulava *Principe do Brasil*. Acompanhava-o um padre debochado de nome *Eusebio Dias Lassos*, o qual servia ao mesmo tempo de valido e Secretario, e ia agraciando com titulos de Condes e de Marquezes a quem maiores despezas com elles fazia; de tal fórma que mediante aquelles titulos haviam esses impostores extorquido aos mais credulos consideraveis sommas. O Vice-Rei Conde de Sabugosa, informado d'este acontecimento, determinou ao Governador de Pernambuco que fizesse prender e processar aquelle embusteiro, bem como ao padre; mas só foi possivel conseguir a prisão do primeiro em Setembro d'este mesmo anno. Tirada a devassa, á que se procedeu em virtude da Provisão do Conselho Ultramarino de 8 de Julho de 1734, foi o tal *Principe* remettido com ella para Lisboa em 2 de Abril de 1735, e não consta qual fosse a pena que soffrêra, nem de outro resultado.

O Convento da Lapa da Bahia começou a fundar-se n'este anno por João de Miranda Ribeiro, o qual tendo levantado uma capella com a invocação de Nossa Senhora da Lapa, pediu logo a graça de poder no mesmo lugar edificar um Convento de freiras á sua custa e á de varios outros particulares, que n'elle quizessem recolher suas filhas segundo a mania d'aquelles tempos. Concedida a licença pela Provisão de 25 de Outubro do corrente anno de 1733, deu-se logo principio ao edificio, sendo approvado este estabelecimento pelo Breve pontificio de 15 de Abril de 1734.

Concluido o Recolhimento passaram para elle, no dia 7 de Dezembro de 1744, duas Religiosas do Convento do Desterro, uma como Abbadeça e outra como Vigaria

e mestra da Ordem, as quaes no dia seguinte receberam logo 15 noviças, entre ellas cinco filhas do fundador João de Miranda. Sendo a clausula da Instituição primitiva o não poder este Convento admittir mais de 20 freiras, conseguiram estas um Breve com data de 5 de Março de 1754, pelo qual lhes era permittido admittir mais 13 coristas e 4 convertidas; porém sendo impugnado o dito Breve pelo Governador, quando informou a este respeito, só teve o beneplacito por despacho de 20 de Agosto de 1794, sendo Arcebispo da Bahia D. Fr. Antonio Corrêa.

1754.

A riqueza das minas de Cuyabá parece que não fartava a fome insaciavel dos exploradores, e incitados pela cubiça de achar campo mais dilatado para os seus desejos, despresando todos os perigos de vida com immensas despezas, se embrenhavam por aquellas matas em busca de novos mananciaes do metal tão cubiçado. Atravessando portanto Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur Paes, naturaes de Sorocaba, matas espessas por muitas leguas, e vogando por desconhecidos rios, chegaram finalmente a descobrir, no anno de 1734, o paiz conhecido hoje pelo nome de Mato-Grosso, onde assentaram vivenda com os da sua comitiva; cuja noticia, chegando a Cuyabá no anno seguinte, alvoroçou o povo com a certeza do ouro alli manifestado.

Em consequencia d'esta nova descoberta passaram muitos moradores de Cuyabá a povoar o recente Arraial, onde levantaram um templo dedicado a S. Francisco Xavier. Conhecida em poucos annos a qualidade do terreno, e a importancia de um estabelecimento em lugar o mais remoto e occidental do Brasil, dirigiu a Côrte as suas vistas para a sua conservação e prosperidade, mandando fundar alli a Capital da nova Provincia, que por isso mesmo tomou o nome de Mato-Grosso como adiante se verá.

Por C. R. de 10 de Novembro de 1734 se participou ao Ouvidor da Bahia José dos Santos Varjão haver-se creado a Relação do Rio de Janeiro pela Resolução de Consulta de 3 de Julho do mesmo anno, attendidas assim as representações dos habitantes de Villa Rica e

Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna, queixando-se de que, pela distancia da Bahia, deixavam de seguir os seus recursos judiciaes.

1735.

Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, autorisado pela C. R. de 4 de Janeiro de 1735 para substituir o Conde das Galvêas na Capitania de Minas Geraes, tomou posse do governo a 26 de Março do mesmo anno, e o conservou, conjunctamente com o do Rio de Janeiro, desde esta época até sua morte no 1.º de Janeiro de 1763. Durante as ausencias, que, por motivos dos outros governos e commissões a seu cargo, teve de fazer de Minas, governaram interinamente esta Capitania Martinho de Mendonça Pinna e Proença, e José Antonio Freire de Andrade, irmão do mesmo General Gomes Freire.

O Convento das Mercês da cidade da Bahia teve principio no corrente anno em virtude do Alvará de 23 de Janeiro de 1735. Havendo D. Ursula Luiza de Monserrate, filha unica do Coronel Pedro Barboza Leal, herdado do referido seu pai a enorme somma de 355 contos de réis, requereu faculdade Regia para poder fundar um Convento de freiras com este capital, o que lhe foi concedido por aquelle Alvará, tendo logo começo a obra; e pelo de 16 de Abril de 1738 foi igualmente concedido levantar um pequeno hospicio, onde logo foram admittidas ao noviciado algumas moças destinadas para este Convento.

Achando-se o edificio em estado de poder receber as novas hospedas, teve lugar a trasladação das recolhidas do hospicio no dia 24 de Setembro de 1744, por ser o da festa do Orago; dando-lhes o Arcebispo D. José Botelho de Matos regulamento em 16 artigos, e nomeando-lhes por autorisação pontificia para Superiora a mencionada D. Ursula Luiza como fundadora d'aquella Casa. O Decreto de 18 de Fevereiro de 1746, tomando a este Convento debaixo da protecção da Rainha, permittiu que elle podesse ter esculpidas no seu frontespicio as armas Reaes.

André de Mello e Castro, Conde das Galvêas, (5.° Vice-Rei do Estado do Brasil e 40.° Governador geral), que acabava de governar a Capitania de Minas, chegou á Bahia e tomou posse do seu novo cargo a 11 de Maio de 1735, conservando-o até 16 de Dezembro de 1749, em cujo dia, mez, e anno foi rendido. Foi um dos seus primeiros cuidados mandar continuar na exploração das minas de ouro e pedras preciosas no rio de S. Matheus, encarregando esta diligencia ao Paulista José Pereira Dutra, que servia de Superintendente de Minas-novas. Fez enforcar e queimar um fabricante de moeda falsa, que morava no bairro de Santo Antonio além do Carmo.

Em virtude da Provisão de 6 de Janeiro de 1737 mandou prender os Vereadores da Camara da cidade, soltando-os porém no fim de nove dias em consequencia do rigozijo publico pelo nascimento de uma Infanta de Portugal. Creou dois Corpos de milicias, um na cidade, e outro em Itaparica, e enviou soccorros á Colonia do Sacramento, fazendo partir para aquella praça em 16 de Outubro de 1743 uma força tirada de todos os Corpos da guarnição. O systema de mineração promovido pelo Conde das Galvêas foi em tanto augmento, que, só do dia 4 de Junho de 1745 até o 27 de Setembro do mesmo anno, entraram para a casa da moeda da Bahia 2:754 $^{1}/_{2}$ libras de ouro em pó: quantidade por certo notavel, attendendo-se á grande porção, que era subtrahida por via de contrabando.

Pela Ordem Regia de 18 de Junho de 1735, dirigida ao Capitão General Gomes Freire de Andrade, mandou El-Rei fundar um Hospicio para os Religiosos leigos de S. Francisco, destinados pelos Prelados de Lisboa a adquirir esmolas em beneficio dos Lugares Santos de Jerusalem, tanto n'esta Provincia do Rio de Janeiro, como nas centraes, que continuam até Mato-Grosso. Na mencionada Ordem foi acautelado, que, na fórma do termo assignado pelo Syndico e Provedor geral no Conselho Ultramarino, não alterassem esses Religiosos a obra fora do ambito, em que se achava, sem Capella nem Igreja; e que o Comissario assistente n'esta cidade fosse Religioso leigo.

Na Junta das Missões de Pernambuco, reunida no dia 8 de Junho de 1735, para se saber quaes os fundos

e rendimentos das diversas Religiões, não se fez menção do Collegio dos Jesuitas do Recife, porque ainda não estava fundado; porém diz o Dr. Mariz na sua hist. eccl. pern. que, indagando a sua existencia, achou no termo e assento da Junta de 2 de Julho do mesmo anno assignado o Padre Luiz dos Reis como Reitor do Collegio do Recife, prova de que principiou a sua fundação por este tempo.

1736.

As estações no norte do Brasil durante o seculo 18.° foram muito irregulares; á grandes seccas periodicas seguiam-se grandes inundações, e depois d'estas voltavam as seccas quasi de 4 em 4 annos; assim foi que ao periodo chuvoso, que acabou em 1732, succedeu outro de secca assoladora, vindo a fome coroar a obra da ruina da agricultura. Este estado lastimoso motivou a C. R. de 3 de Janeiro de 1736, mandando ao Vice-Rei Conde das Galvêas, que obrigasse todos os Senhores de engenho a plantarem mandioca, quanta fosse necessaria para sustentação de suas escravaturas e familias n'aquellas terras, que lhes sobrassem, e que não fossem proprias para a producção e cultura das cannas.

1737.

A Ilha de Fernando, abandonada inteiramente depois da restauração dos Hollandezes, foi occupada por alguns Francezes mandados para alli pela Companhia Oriental, que pretendia apoderar-se d'ella. Informado El-Rei D. João V d'este acontecimento mandou pela C. R. de 26 de Maio de 1737 ao Governador de Pernambuco, que fizesse occupar aquella ilha com uma força tirada da guarnição d'esta praça, para cujo effeito punha á sua disposição duas fragatas com sufficiente artilharia e munições de guerra; ordenando-lhe outro sim, que, depois de occupada a ilha e expulsos os Francezes intrusos, fizesse n'ella as fortificações necessarias com o fim de mantel-a em segurança, e mandasse para lá algumas vaccas e touros, egoas e cavallos, e outros differentes animaes, como tambem milho, feijão, legumes, e toda a casta de sementes para irem cultivando, etc. Logo que alli chegou a expe-

dição de Pernambuco, composta de 200 homens, os poucos Francezes, que se achavam na ilha, a abandonaram sem resistencia em Outubro do corrente anno de 1737.

Henrique Luiz Vieira Freire de Andrade, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 24 de Agosto do presente anno, e o conservou até 25 de Janeiro de 1746. Em seus dias se fizeram as pontes do Recife, da Boa-Vista, e dos Afogados, e pela primeira vez se justiçaram na forca alguns criminosos de morte. Restaurada a ilha de Fernando dos Francezes, que a occupavam, em virtude de Ordem Regia mandou este Governador presidial-a com tropa, e em 1741 se construiram as suas fortificações afim de impedir o contrabando com os estrangeiros. Esta ilha, pela Carta Regia de 24 de Setembro de 1700, pertence a Pernambuco donde lhe vai o presidio, e para alli iam tão sómente, como ainda hoje, os criminosos sentenciados a degredo.

João de Abreu Castello Branco, Governador e Capitão General nomeado para o Estado do Maranhão, tomou posse do governo aos 18 de Setembro de 1737 na cidade de Belém por ordem expressa que trazia da Côrte para residir no Pará; recebendo as redeas da administração de mãos do Governador interino o Capitão-mór Antonio Duarte Barros.

Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes, autorisado pela C. R. de 29 de Outubro de 1733 para substituir o Conde de Sarzedas no governo da Capitania de S. Paulo por qualquer accidente que sobreviesse, tomou posse do governo d'esta Capitania no 1.º de Dezembro de 1737, por haver fallecido o mencionado Conde em Tocantins a 29 de Agosto do mesmo anno.

1738.

Em 17 de Janeiro d'este anno fundou Romão de Mattos Duarte uma Casa pia para Expostos na cidade de S.

Sebastião do Rio de Janeiro, com o destino de proteger os innocentes recem-nascidos, a quem a falta de meios nos pais, ou a crueldade e outros motivos particulares, obrigam a expol-os. A beneficio d'estes infelizes legou tambem Ignacio da Silva Medella uma quarta parte do rendimento das suas propriedades. O Alvará de 8 de Outubro de 1778 ordenou á Camara, que contribuisse com 800 mil réis annualmente para a sustentação dos Expostos d'esta Casa, no caso de poder fazel-o sem prejuizo das mais applicações que tivesse. Finalmente muitas Ordens, Alvarás, Decretos e Resoluções existem a favor d'este util estabelecimento, cuja reforma acaba de fazer-se, com muito proveito para os Expostos, pela administração da Santa Casa da Misericordia, a cujo cargo está.

Separada a Capitania de S. Paulo do governo do Rio de Janeiro em 1709, ficou a cargo dos Governadores d'ella os territorios da Ilha de Santa Catharina, e do Rio Grande de S. Pedro, até que a Provisão de 11 de Agosto do presente anno os separou, formando da dita Ilha um governo distincto mas subalterno ao do Rio de Janeiro, sendo nomeado primeiro Governador o Brigadeiro José da Silva Paes, que tomou posse no anno seguinte.

1759.

D. Fr. José Fialho (7.º Arcebispo da Bahia), sendo Bispo de Pernambuco, foi eleito Metropolita do Brasil em 26 de Julho de 1738, e recebidas as Bullas de Confirmação a 4 de Dezembro do mesmo anno, seguiu para a sua nova Diocese a 2 de Fevereiro de 1739, donde foi trasladado para o Bispado da Guarda a 11 d'esse mez e anno, deixando a Bahia em 30 de Outubro do mesmo anno. Falleceu em Lisboa a 18 de Março de 1741.

Sentindo o Bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe a falta de um Seminario, onde se educasse a mocidade dedicada ao Clericato no Rio de Janeiro, creou por Provisão de 3 de Fevereiro de 1739 o Seminario Episcopal de S. José, cujo edificio começou a fundar com o pequeno patrimonio da Ermida de N. S. do Desterro, cujos bens se

julgaram devolutos á Corôa em 1734, e lhe foram concedidos pelas Provisões Regias de 27 de Outubro de 1735, e de 6 de Agosto de 1738.

Ao mesmo tempo que se trabalhava n'esta Casa collegial, tratava o mesmo zeloso Bispo de concluir outra para instrucção e educação dos meninos orphãos, e pobres do seu Bispado. Com este fim comprou o terreno contiguo a Igreja de S. Pedro, e n'elle fundou o Seminario com o titulo — *dos Orphãos de S. Pedro* — por Provisão de 8 de Junho do referido anno de 1739. Concluida a obra, n'ella se estabeleceram, e permaneceram os educandos até o anno de 1766, em que passaram para o novo Seminario de S. Joaquim.

D. Luiz de Mascarenhas, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, veiu substituir no governo d'esta Capitania a Gomes Freire de Andrade, e tomou posse a 12 de Fevereiro de 1739. Governou até 1748, em cuja época foi extincta a Capitania pela desmembração, que d'ella se fez, dos territorios de Goyaz e de Matto Grosso, ficando o governo de S. Paulo a cargo do Governador do Rio de Janeiro.

Havendo sido elevados no anno anterior a governo distincto os territorios de Santa Catharina e do Rio Grande de S. Pedro, mas subalterno ao do Rio de Janeiro, foi nomeado seu primeiro Governador o Brigadeiro José da Silva Paes, e tomou posse a 7 de Março de 1739. Governou até o dia 2 de Fevereiro de 1749, em que foi rendido. Por ausencia do Brigadeiro Paes, incumbido das fortificações da Colonia do Sacramento, foi substituido no governo da Ilha de Santa Catharina pelo Capitão de Infantaria Patricio Manoel de Figueiredo desde 29 de Agosto de 1743 até 20 de Maio do anno seguinte, e d'este dia, mez e anno até 18 de Março de 1746, em que se recolheu o proprietario, pelo Mestre de Campo Pedro de Azambuja Ribeiro.

D. Fr. Luiz de Santa Thereza (7.º Bispo de Pernambuco), sendo confirmado no dia 5 de Setembro de 1738, chegou á sua Diocese no dia 24 de Junho de 1739, de cujo governo tomou logo posse. Refere o Padre Mariz

que este Bispo fizera á sua custa o Palacio da Soledade na Boa-vista, e que no seu tempo se fundaram os Recolhimentos de Olinda, Iguarassú, Afogados e Parahyba, e se começára o da Soledade, e fundára elle mesmo um Seminario na Parahyba, gastando n'essas obras o producto de suas rendas. Pregou e missionou até o Rio Grande pelo norte, e pelo sul até Porto Calvo; foi muito assiduo nos deveres do seu ministerio, em quanto permaneceu no Bispado, até que embarcou para Lisboa no dia 18 de Junho de 1754 por ordem Regia, á que deram motivo algumas contestações com o Juiz de Fóra Antonio Teixeira da Mata; deixando o governo do Bispado a cargo do Deão Antonio Pereira de Castro. Falleceu em Lisboa a 17 de Novembro de 1757.

D. Fr. Guilherme de S. José, 2.° Bispo do Pará, chegou a cidade de Belém no dia 26 de Julho de 1739, e fez a sua entrada solemne no dia 10 de Agosto immediato. Tendo feito renuncia do Bispado, que lhe fôra aceita, partiu para Lisboa em Agosto de 1748, havendo no dia 3 de Maio do mesmo anno feito lançar a primeira pedra da Cathedral em presença do Governador, do Cabido, e das pessoas mais distinctas da cidade.

O Hospital da Ordem 3.ª do Carmo no Rio de Janeiro foi instituido por José de Souza Armeiro em 1739, e n'elle acham prompto curativo, e soccorros de toda a especie, os irmãos, cuja pobreza não permitte achal-os em suas proprias casas. Como o local, em que o hospital se conservava junto a capella da mesma Ordem, foi tomado para deposito da Bibliotheca Real, passou a enfermaria para o edificio do extincto Recolhimento do Parto, que se deu á referida Ordem 3.ª em 1812.

O Convento da Soledade na Bahia, occupado pelas Religiosas Ursulinas, foi edificado no mesmo lugar, onde existia uma pequena ermida, dedicada á Nossa Senhora da Soledade, titulo que tomou de uma veronica descoberta, quando se cavaram os seus alicerces. Ignora-se a época da erecção d'essa ermida, e só se sabe que diversos particulares foram seus fundadores no tempo, em que ainda esse lugar se denominava Queimado.

A pretexto de levantar alli um Recolhimento para as arrependidas do meretriceato, [e donzellas pobres, o Jesuita Gabriel Malagrida conseguiu da Confraria, que então regia a mesma Irmandade, uma porção de terreno contiguo, no qual começou a fundar em 28 de Outubro d'este corrente anno de 1739 um Recolhimento da regra de Santa Angela de Breschia, debaixo da protecção do Arcebispo D. Fr. José Fialho; e logo depois passou a desapossar aquella Confraria da administração da ermida, sendo baldadas todas as reclamações feitas contra semelhante violencia.

Havendo finalmente a dita Confraria desistido das suas pretenções, passou este Recolhimento á classe de Casa de Professas no dia 28 de Outubro de 1752, debaixo da mesma regra e distinctivo do S S. Coração de Jesus (regendo então a Diocese o Arcebispo D. José Botelho de Mattos) em virtude da C. R. de 23 de Março de 1751. N'elle se educcão algumas filhas de pessoas abastadas, e se trabalha delicadamente em flores, e em muitas outras obras de lavôr.

1741.

D. José Botelho de Mattos (8.º Arcebispo da Bahia), depois de sagrado a 5 de Fevereiro de 1741, chegou a cidade de S. Salvador a 3 de Maio do mesmo anno, e tomou posse do Arcebispado. A 7 de Janeiro de 1760 entregou ao Cabido o governo da Igreja, e retirou-se para Itapagipe, cuja Capella de N. S. da Penha de França elevára á freguezia e reformara á sua custa. Falleceu alli com signaes de virtude a 22 de Novembro de 1761, e jaz sepultado na mesma Capella.

D. Fr. João da Cruz (5.º Bispo do Rio de Janeiro) depois de sagrado a 5 de Fevereiro de 1741, chegou a esta cidade de S. Sebastião no dia 3 de Maio do mesmo anno, e tomou posse do Bispado no dia immediato por seu Procurador o Deão Gaspar Gonçalves de Araujo. Passando a Minas Geraes com o fim ostensivo de visitar aquellas Igrejas, era tal a sua avareza, e sordido interesse, que irritou o povo mineiro a ponto de tirarem os badalos dos sinos para lhe não repicarem, levando o excesso até destelharem-lhe a casa em que residia, com o que abreviaram

a sua volta para o Rio de Janeiro, onde chegou no principio do anno de 1745 cheio de ultrages e farto de grosso cabedal.

Resolvido a desistir do Bispado, foi-lhe aceita a desistencia, e nomeado successor immediatamente; pelo que deixou o Rio de Janeiro a 14 de Outubro do citado anno de 1745, e chegou a Lisboa a 22 de Janeiro do anno seguinte. Entretanto lançou a primeira pedra do Convento de N. S. da Ajuda no mesmo anno de 1745, no lugar onde hoje existe, abandonando a fundação principiada pelo Bispo D. Fr. Francisco de S. Jeronymo; cuja obra posta em andamento foi concluida depois pelo seu successor D. Fr. Antonio do Desterro.

N'este mesmo anno teve principio a primeira exploração (que durou até 1743) do rio *Aporé*, e do celebre sitio do *Corumbijara*, por alguns moradores de Matto-Grosso. Veja-se *Navegação desde o Pará até Matto-Grosso*, impressa pela Academia R. das Sciencias em 1826.

1745.

Em 19 de Setembro d'este anno chegou a cidade de Belém, capital do Grão-Pará, Mr. *de la Condamine*, que descia do Perú, depois de concluida a sua viagem ao Equador para determinar a figura da terra; cuja commissão scientifica tinha desempenhado juntamente com seus collegas *Godin* e *Bouguer*, com os quaes partira de França a 16 de Maio de 1735. Em Belém foi hospedado segundo as ordens de 19 de Abril de 1739, com que anticipadamente tinha prevenido El-Rei ao Governador João de Abreu Castello Branco para não só não embaraçar a viagem, mas antes lhe prestar todo o auxilio e favor preciso, porque assim o tinha solicitado o Consul Geral da Nação Franceza por ordem da sua Côrte. La Condamine partiu finalmente para Cayenna, recebendo os auxilios necessarios para a sua viagem.

N'este mesmo anno o Capitão General do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade fez construir a casa para residencia dos Governadores na praça do Carmo, e que hoje serve de Paço Imperial da cidade.

1744.

As minas de Paracatú, situadas ao noroeste das Geraes, de que distam 120 leguas, cujo rio navegavel tem a sua origem nos do Escuro e da Prata, e he diamantino, foram descobertas pelo Guarda-mór José Rodrigues Froes, e manifestadas em 1744 ao Governador Gomes Freire de Andrade, por ordem do qual se occuparam, e repartiram aos povos em 24 de Junho do mesmo anno. Formando-se alli um Arraial mui populoso, foi erigido em villa pelo Alvará de 20 de Outubro de 1798 com o titulo de *Paracatú do Principe*.

1745.

A villa do Carmo, ou villa Real do Ribeirão do Carmo, creada pelo Governador Antonio de Albuquerque Coelho em 1711, teve o foro de Cidade pela C. R. de 23 de Abril de 1745, com o titulo de *Cidade de Marianna*, em obsequio da Rainha D. Marianna de Austria, Esposa de D. João V. N'esta cidade está a séde do Bispado, e d'ella tem o titulo os Bispos da provincia de Minas Geraes.

1746.

D. Marcos de Noronha, 6.° Conde dos Arcos, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 25 de Janeiro de 1746, e governou-a até o dia 5 de Maio de 1749, em que foi rendido. Prendeu os Almoxarifes, que se achavam alcançados nas contas com a Fazenda Real.

Sendo muito dilatado o Bispado do Rio de Janeiro, cujo Prelado não podia ministrar sufficientemente o pasto espiritual á multidão de habitantes, que por tão remotos lugares viviam dispersos, nem providenciar suas dependencias ecclesiasticas, apezar da vigilancia mais activa; á instancias d'El-Rei D. João V dividiu o SS. Padre Benedicto XIV, pela Bulla — *Candor lucis æternæ* — datada em Roma aos 6 de Dezembro de 1746, o territorio da

Diocese do Rio de Janeiro em cinco partes, creando os Bispados de S. Paulo, e de Marianna (na provincia de Minas Geraes), e as Prelazias de Goyaz, e de Cuyabá (na Capitania de Matto-Grosso). Em compensação das rendas diminutas, a que ficou reduzido o Bispado do Rio de Janeiro, mandou El-Rei dar ao Bispo d'esta Diocese 800$000 réis annualmente, além da congrua, por Provisão de 7 de Maio de 1747.

D. Fr. Antonio do Desterro (6.° Bispo do Rio de Janeiro), sendo Bispo de Angola, foi mudado para esta Diocese; e confirmado aos 15 de Dezembro de 1745, chegou ao Rio de Janeiro no dia 1.° de Dezembro de 1746. Tomou posse do Bispado no dia 11 por seu Procurador o Conego Dr. Henrique Moreira de Carvalho, e fez a sua entrada solemne no dia 1.° de Janeiro de 1747. Falleceu no dia 5 de Dezembro de 1773, e jaz na Igreja Conventual de S. Bento.

Este Bispo, verdadeiro contraste do seu antecessor, foi notavel por sua prudencia, vigilancia e grande caridade; sua vida foi um constante modelo de virtudes evangelicas, empregando-a na boa disciplina da Igreja, na cura das almas, e no allivio da indigencia, e da orphandade desvalida. Governou esta Capitania por morte do Conde de Bobadella, e n'esse tempo não desmentiu a sua costumada prudencia e vigilancia.

Concluiu tambem este Prelado o Convento de N. S. da Ajuda, cuja primeira pedra fôra lançada por seu antecessor D. Fr. João da Cruz em 1745; e autorisado pelo Breve Pontificio, expedido em Roma a 24 de Janeiro de 1748, para receber as novas Religiosas, e admittil-as á profissão da Regra de Santa Clara, deu principio a formar a communidade com quatro Irmãas professas, que mandou vir da Bahia, do Convento alli existente da mesma Ordem, admittindo noviças, que começaram a ter o seu noviciado no dia 3 de Maio de 1750.

D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1.° Bispo de S. Paulo), foi confirmado por Bulla de 23 de Setembro de 1745, tomou posse por Procurador a 7 de Agosto de 1746, e chegou á sua Diocese no dia 7 de Dezembro do mesmo anno. Falleceu a 7 de Novembro de 1748, e jaz na Capella-mór da Igreja dos extinctos Jesuitas.

Foi este Bispo o terceiro do Brasil confirmado antes da erecção do Bispado, que devia administrar, pois que apparece a Bulla da sua confirmação com data de 23 de Setembro de 1745., quando o Bispado de S. Paulo foi creado pela Bulla *Candor lucis* de 6 de Dezembro do anno immediato. Já o mesmo havia acontecido com o 1.º Bispo do Brasil D. Pedro Fernandes Sardinha, e com o 1.º nomeado para o Rio de Janeiro D. Lourenço de Mendonça em 1640, como fica dito nos lugares competentes.

D. Fr. Manoel da Cruz, 1.º Bispo de Marianna, sendo trasladado do Bispado do Maranhão, para o qual fôra eleito em 1738, foi confirmado no mesmo anno de 1746 na sua nova Diocese, da qual tomou posse no seguinte, e n'ella falleceu no anno de 1764.

1747.

Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Governador e Capitão General nomeado para o Estado do Maranhão, tomou posse do cargo na cidade de Belém aos 14 de Agosto do presente anno, recebendo o governo de mãos do seu antecessor João de Abreu Castello Branco.

1748.

Tendo sido muito invernoso o principio d'este anno na Bahia, andavam aterrados os habitantes da Cidade baixa, porque temiam especialmente que desabassem os paredões do adro da Sé, já em grande ruina; todavia não foi d'alli que lhes veiu o mal, porque os receios se verificaram no bairro do Pilar, cahindo parte do monte sobranceiro na noite de 3 de Maio, e levando de rojo todas as casas, que se lhe oppozeram, com a morte de todos os seus habitantes. Foi tal o desmoronamento, que chegou a impedir o transito do povo, pois que a terra cahida excedia a altura das janellas do hospicio dos Carmelitas, que existe n'aquella parochia.

Este terrivel desastre, acontecido em uma noite tenebrosa, espalhou a consternação entre todos os habitantes

da Cidade baixa, que immediatamente abandonaram suas casas, ficando por muitos dias interrompido o giro do commercio.

Augmentando de dia em dia a população dos districtos mineraes de Goyaz, Cuyabá, e Matto-Grosso, os interesses d'esses povos e da Real Fazenda despertaram a attenção de D. João V, que resolveu crear duas novas Capitanias, uma comprehendendo o territorio de Goyaz, e a outra os districtos de Cuyabá e Matto-Grosso, como fez saber pela Real Provisão de 9 de Maio de 1748, desannexando todo esse immenso territorio, assim dividido, da Capitania de S. Paulo, e dando-a por extincta.

Em virtude d'esta resolução, e por ordem da mesma data foi incumbido Gomes Freire de Andrade do governo das duas novas Capitanias, em quanto não chegavam os respectivos Capitães Generaes; e o governo de S. Paulo foi commettido ao Governador de Santos com subordinação ao do Rio de Janeiro, que era o mesmo Gomes Freire, o qual o conservou assim sob sua dependencia até fallecer, e por sua morte continuaram do mesmo modo os governadores interinos.

Os Irmãos terceiros da Ordem de S. Francisco d'esta cidade do Rio de Janeiro começaram a fundar a sua Enfermaria no dia 14 de Maio de 1748, com faculdade Regia (por Provisão de 12 de Março de 1720), a requerimento do Ministro, que então servia, Dr. Francisco Cordovil de Siqueira e Mello, Provedor da Real Fazenda, e mais irmãos mesarios, ficando concluida e aberta no anno de 1762. N'ella se estabeleceu tambem a enfermaria dos criados do Paço, depois da chegada da Familia Real a esta cidade.

Da Ordem terceira do Carmo da cidade do Rio de Janeiro, cujo Orago he Santa Thereza, não consta a sua origem nem quando foi fundada, sabendo-se aliás que existia no mez de Junho de 1748, por fazerem d'ella menção os livros primeiros dos obitos das duas freguezias

da cidade, e por existir uma Memoria, feita no anno de 1757, que contou a mesma era. A Capella, erecta á face da rua Direita, teve o seu principio pela Provisão do Ordinario datada em 31 de Janeiro de 1752.

Confirmada a doação Regia da Capitania da Parahyba do Sul ao Visconde da Asseca, por Carta de 23 de Agosto de 1747, passou o seu procurador Martim Corrêa de Sá a tomar posse da Donataria no anno seguinte; mas o povo de Campos, irritado contra a familia Corrêa de Sá por causa de algumas vexações desde o primeiro Donatario, obstou a posse do procurador; e cercando a Camara, prendeu os Camaristas e os enviou para a Bahia; atacou a casa do Capitão-mór, que tambem foi preso á custa de muitas mortes, e procedeu finalmente a eleição de novos Vereadores.

Constando este insulto ao Capitão General Gomes Freire de Andrade, fez embarcar tres companhias de Infantaria (duas de Fuzileiros e uma de Granadeiros) ás ordens do Tenente de Mestre de Campo General João de Almeida, para castigar e reprimir os rebeldes. Desembarcada a tropa em Macahé, marchou por terra até a villa de S. Salvador em dias do mez de Junho de 1748, e logo cessou a revolta, afugentando-se os culpados, cujos bens foram applicados ás despezas da expedição. Depois de tomar posse o procurador do donatario, ficaram alli 80 homens de tropa para conter em socego aquelle povo inquieto.

1749.

O Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, Governador nomeado para Santa Catharina por Patente Regia, datada a 15 de Setembro de 1748, veiu render o Brigadeiro José da Silva Paes, e tomou posse a 2 de Fevereiro de 1749. Governou até 25 de Outubro de 1753.

D. Fr. Miguel de Bulhões, 3.º Bispo do Pará, chegou á cidade de Belém no dia 9 de Fevereiro de 1749, e tomou posse aos 15 do mesmo mez e anno. Em virtude do Alvará de 20 de Maio de 1751 fundou este Bispo o Seminario episcopal, com sujeição ao Ordinario, em parte

do Convento dos Jesuitas, aos quaes encarregou a sua administração.

Por ausencia do Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, destinado a realisar as demarcações dos limites septentrionaes entre as colonias portuguezas e castelhanas em virtude do Tratado de Madrid, ficou o mesmo Bispo encarregado do governo civil, desde o dia 2 de Outubro de 1754 até o fim do anno de 1756, em que voltou o referido Governador; e ainda depois, desde o dia 16 de Janeiro de 1758, em que este tornou a subir para o Rio Negro, até o dia 2 de Março do anno seguinte, em que entregou o governo ao novo Capitão General nomeado para succeder a Francisco Xavier de Mendonça, que ainda se achava ausente. Finalmente, havendo o Bispo D. Fr. Miguel resignado a mitra, partiu para Lisboa no mesmo anno de 1759, em que largára o governo civil, e dez annos depois da sua posse.

Luiz José Corrêa de Sá, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 5 de Maio de 1749, e o conservou até 12 de Fevereiro de 1755.

N'este mesmo anno sahiu do Grão-Pará por Ordem Regia uma escolta, que navegou pelo Amazonas até o rio Madeira, seu confluente. Começou-se a viagem a 14 de Julho, e a 25 de Setembro chegou a escolta á embocadura do Madeira. Navegou por este rio até 17 de Dezembro, em que chegou ás *Cochoeiras*. Vencidas 19 cachoeiras, navegou pelo *Aporé*, que os Hespanhoes chamam Ithenes, e a 14 de Abril de 1750 chegou ás minas de Matto-Grosso, que era o seu destino, com 9 mezes completos de viagem. Escreveu a relação d'ella José Gonçalves da Fonseca, e a Academia R. das Sciencias de Lisboa a fez imprimir em 1826.

D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, 1.º Governador e Capitão General nomeado para a nova Capitania geral de Goyaz, tomou posse do governo a 8 de Novembro de 1749, e conservou-o até o dia 30 de Agosto de 1755. Este Governador fixou os limites da nova Capitania;

aboliu por Ordem Regia a capitação e o censo, estabelecendo duas casas de fundição, uma em Villa-Boa e a outra em S. Felix, ás quaes deu regimento; viajou toda a Capitania, e em seus dias se descobriram as minas do Coral, que, em menos espaço de um oitavo de legua, deu 150 arrobas de ouro, e as suas datas de preferencia renderam cinco mil oitavas.

D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Menezes de Athayde, 10.º Conde de Atouguia, (6.º Vice-Rei do Estado do Brasil e 41.º Governador geral), chegou a Bahia e tomou posse do governo a 16 de Dezembro de 1749, conservando-o até o dia 7 de Agosto de 1755, no qual embarcou para Lisboa. Por sua ausencia entraram a governar o Arcebispo D. José Botelho de Matos, o Chanceller Manoel Antonio da Cunha Souto Maior, e o Coronel do 2.º Regimento Lourenço Monteiro. Fallecido este continuou o governo interino só com os dois membros até o dia 23 de Dezembro do mesmo anno.

Até o tempo da posse do Conde de Atouguia constavam as guarnições do Brasil de corpos irregulares, e foi elle quem arregimentou os da Bahia em virtude da Ordem Regia de 29 de Outubro de 1749, como para o Rio de Janeiro se havia já determinado. Fez cunhar na Bahia as moedas de prata de 600, 300, 150 e 75 réis para facilidade dos trocos em Minas, como lhe ordenára a Provisão de 13 de Março de 1752, e n'este mesmo anno estabeleceu a Mesa da Inspecção na capital, mandada crear pelo Alvará do 1.º de Abril de 1751; promoveu a cultura das amoreiras, e determinou por um bando que todos os ourives e officiaes de fundição fossem obrigados a trabalhar arruados. Finalmente, depois de haver instado pela sua demissão, partiu para Lisboa no anno acima dito, onde foi decapitado como complice na conspiração contra El-Rei D. José.

1750.

Tratado de limites das Conquistas entre os Senhores Reis D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Hespanha, celebrado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750. Este Tratado, cujo fim principal era a troca de algumas povoações do Paraguay pela Colonia do Sacramento, nunca teve effeito por causa das difficuldades locaes, com que

se não havia calculado na Europa. Gomes Freire de Andrade, encarregado da sua execução pela parte do Sul, achou tantos obstaculos no odio que os Indios consagravam aos Portuguezes e Hespanhoes por instigação dos Jesuitas, que foi mister armar contra elles exercitos para os abater e subjugar.

Por morte d'El-Rei D. João V, aos 31 de Julho de 1750, subiu ao throno de Portugal seu filho D. José I, o qual foi acclamado em Lisboa a 7 de Setembro do mesmo anno.

N'este mesmo anno fundou o Capitão General Gomes Freire de Andrade o Convento de Santa Thereza no morro do Desterro. Concluidas algumas accommodações, passaram as Recolhidas de Mata-Cavallos a occupal-as, observando clausura rigorosa em virtude da Provisão do Ordinario de 24 de Junho de 1751; porém só vieram a professar no anno de 1781, sendo Bispo do Rio de Janeiro D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco.

O dito Gomes Freire de Andrade concluiu tambem n'este anno a segunda arcada do Aqueducto da Carioca, que corre atravez do morro de Santa Thereza ou do Desterro para o de Santo Antonio; cuja arcada inferior tinha sido feita em tempo do Governador d'esta Capitania Ayres de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, pelos annos de 1719 a 1725.

Cumprindo a C. R. de 2 de Maio de 1747, que mandou levantar o Chafariz da praça do Carmo, hoje largo do Paço, pelo risco mandado de Lisboa, concluiu esta obra, que o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos fez mudar do centro da praça para junto do novo caes, que alli fizera construir.

1751.

D. Antonio Rolim de Moura Tavares, primeiro Governador e Capitão General nomeado para a nova Capitania geral de Cuyabá e Matto-Grosso em principio de 1749, só pôde chegar ao lugar do seu destino no dia 7 de Janeiro de 1751; depois de tomar posse a 12 do mesmo mez na villa de Cuyabá, demorou-se alli seis mezes na organisação d'esta parte da Capitania, e partiu para Matto-Grosso, onde chegou a 14 de Dezembro. Tendo preferido o sitio de *Pouso Alegre* para fundar a capital da provincia, começou este estabelecimento no dia 19 de Março de 1752, dando-lhe logo o titulo de *Villa-Bella*.

D. Antonio Rolim de Moura governou esta Capitania por espaço de 14 annos, até Janeiro de 1765, em cujo tempo foi incansavel no cuidado de augmentar a população e os recursos da Real Fazenda; e desde o anno de 1759 até o principio de 1764 sustentou á ponta da espada, contra os Castelhanos nas fronteiras de Santa Cruz de la Sierra, os limites dos Dominios Portuguezes, a que uniu a Missão de Santa Rosa. Por todos estes serviços teve o titulo de Conde de Azambuja, e foi successivamente nomeado para Capitão General da Bahia, e depois para Vice-Rei do Rio de Janeiro.

Sem embargo da C. R. de 10 de Novembro de 1734, participando ao Ouvidor da Bahia José dos Santos Varjão haver-se creado uma Relação no Rio de Janeiro pela Resolução de 3 de Julho do mesmo anno, esta só foi effectivamente creada pela Resolução de Conselho de 11 de Fevereiro de 1751. A' esta nova Relação, a segunda do Brasil, deu El-Rei, com data de 13 de Outubro do mesmo anno, o competente regimento, que he a sua lei organica.

A 25 de Março de 1752 partiram os Desembargadores da Bahia, Agostinho Telles dos Santos Capêllo e Manoel da Fonseca Brandão, encarregados de regular a Relação do Rio de Janeiro, a cujo Governador foi remettida uma copia do *Livro dourado* da Relação da Bahia, para que alli se seguissem os mesmos arestos, conforme determinara o Secretario de Estado em Carta de 17 de Dezembro do mesmo anno de 1751.

D. Fr. Antonio da Madre de Deos Galrão (2.º Bispo de S. Paulo), confirmado por Bulla de 17 de Março de 1750, tomou posse do Bispado por Procurador a 18 de Outubro do mesmo anno, e fez a sua entrada solemne na cidade a 28 de Junho de 1751. Falleceu a 19 de Março de 1764, e jaz na Capella-mór da Sé.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquez de Pombal, Governador e Capitão General nomeado para o Estado do Maranhão, tomou posse do cargo aos 24 de Setembro de 1751 na cidade de Belém, onde devia residir por ordem d'El-Rei, recebendo o governo de

mãos do seu antecessor Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

Nomeado por Aviso de 30 de Abril de 1753 primeiro Commissario e Plenipotenciario para as conferencias da demarcação de limites na parte septentrional do Brasil, com ordem de passar logo ao Rio Negro afim de prevenir as commodidades necessarias para o recebimento dos Commissarios hespanhoes, e proceder com elles a referida demarcação em virtude do Tratado de Madrid de 13 de Janeiro de 1750, só pôde partir de Belém a 2 de Outubro de 1754 com os Astronomos João Angelo Brunelli e Miguel Antonio Ciera, quatro Engenheiros, e duzentos homens de tropa, deixando encarregado do governo o Bispo diocesano D. Fr. Miguel de Bulhões.

Chegando ao Rio Negro foram tantas as difficuldades e embaraços, que lhe oppozeram os Jesuitas, que não foi possivel dar um passo, nem adiantar cousa alguma para levar a effeito a sua commissão, como déra parte á Côrte em Julho de 1755. Cumprindo, porém, a C. R. de 14 de Dezembro de 1752, mandou que os Engenheiros escolhessem no Rio Branco sitiô proprio para levantar uma fortaleza, a qual foi com effeito construida, sob a invocação de S. Joaquim, na foz do rio Tacutú, que desagua no Rio Branco proximo á cordilheira. Não tendo chegado os Commissarios hespanhoes até o anno de 1756, por se haverem demorado em outros trabalhos no rio Orenoco, desceu o Capitão General para o Pará, trazendo comsigo os Astronomos e Engenheiros, e parte da tropa que tinha levado.

Depois de ter feito cumprir as Ordens Regias, que mandavam executar o Decreto Pontificio de 20 de Dezembro de 1741, e a Carta de lei de 6 de Junho de 1755, declarando livres os Indigenas no gozo de todos os seus direitos naturaes, civis, e politicos, deu regimento para se governarem as aldêas, que acabavam de ser subtrahidas ao regimen dos Missionarios pela Carta de lei de 7 de Junho de 1755. Avisado pelo primeiro Commissario hespanhol de que se acharia prestes na aldêa de S. Fernando, partiu por segunda vez do Pará para o Rio Negro a 16 de Janeiro de 1758, deixando o governo civil novamente a cargo do Bispo diocesano.

Chegando ao Rio Negro deu posse ao primeiro Governador d'esta Capitania, e creou uma Junta de Justiça para julgar os malfeitores. Em Janeiro de 1759 chegaram á Villa de Barcellos os Commissarios hespanhoes com a sua comitiva, quasi ao mesmo tempo em que o Capitão General recebeu aviso de estar nomeado para suc-

ceder-lhe no governo do Estado Manoel Bernardo de Mello e Castro, e na commissão de demarcação D. Antonio Rolim de Moura Governador e Capitão General de Matto-Grosso. Depois de haver communicado aos Commissarios castelhanos estas mudanças, feitas pelo Gabinete de Lisboa, retirou-se para o Pará, onde ja achou o seu successor empossado pelo Bispo no dia 2 de Março de 1759. O ex-Governador chegou á cidade de Belém, de volta do Rio Negro, no dia 1.° de Abril immediato.

He desconhecida a época, em que o territorio do Rio Grande do Sul se principiou a povoar de gente branca, por não existirem documentos exactos d'este facto; todavia he certo que os seus primeiros habitantes foram de S. Vicente, de Santos e de S. Paulo, e que muito antes do anno de 1680 haviam alli moradores, que se foram augmentando depois da passagem de Domingos de Brito Peixoto da Ilha de Santa Catharina para a Laguna, a quem seguiram muitos Paulistas e Vicentistas.

No sitio do *Estreito* haviam os antigos e primeiros povoadores assentado a sua vivenda em fórma de Arraial, mas pela Provisão de 17 de Janeiro de 1747 foi mudado para o Rio Grande, cujo estabelecimento formou o Ouvidor geral de Santa Catharina Manoel José de Faria nos ultimos dias do anno de 1751. D'este lugar transferiu o General Gomes Freire de Andrade a povoação para outro distante uma legua ao sudoeste, e duas da barra do Rio Grande, dando-lhe o titulo de Villa de S. Pedro.

1752.

N'este anno se organisou no Rio de Janeiro uma Academia, que se denominou dos *Selectos*, e fez a sua primeira sessão a 30 de Janeiro, cujo objecto parece que foi elogiar ao Capitão General Gomes Freire de Andrade por meio da poesia latina e portugueza, como se vê pelas obras que correram impressas sob o titulo — *Jubilos da America* — A' esta sociedade de litteratos se deve a introducção da primeira Typographia, que houve no Brasil, segundo affirma o Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos na sua memoria, inserta na colleção das da Real Academia das Sciencias de Lisboa; porém pouco durou, porque, por ordem da Côrte, se mandou destruir e quei-

mar afim de que não se espalhassem por este meio idéas contrarias ao regimen colonial.

Em virtude do Tratado de limites, assignado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750, foi Gomes Freire de Andrade nomeado Plenipotenciario e primeiro Commissario para leval-o a effeito na parte meridional; e devendo cumprir a sua missão, conservando sem embargo o bastão de Capitão General das Provincias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes e suas dependencias, deixou n'ellas substitutos idoneos, e partiu para Santa Catharina a 19 de Fevereiro de 1752. Tendo girado por todo o continente do Rio Grande de S. Pedro, e Missões, voltou ao Rio de Janeiro a 28 de Abril de 1758, e n'esta cidade se conservou até sua morte no primeiro de Janeiro de 1763.

1753.

A Capitania da Parahyba do Sul foi incorporada á Corôa pela compra que d'ella mandou fazer El-Rei D. José I, por ordem do 1° de Junho de 1753, ao seu Donatario Martim Corrêa de Sá e Benavides, 4.° Visconde da Asseca, determinando que o seu districto ficasse pertencendo á Ouvidoria da Capitania do Espirito Santo. Tomou posse d'esta donataria pela Corôa o Ouvidor Francisco de Sales Ribeiro em 30 de Novembro do mesmo anno de 1753.

D. José de Mello Manoel, Governador nomeado para Santa Catharina, tomou posse do governo a 25 de Outubro de 1753, e conservou-o até 7 de Março de 1762, dia em que foi rendido e preso para responder pelos desacatos commettidos em suas communicações contra o Capitão General do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, de quem era subalterno.

O Recolhimento de S. Raymundo da cidade da Bahia teve principio n'este mesmo anno, e foi seu fundador Raymundo Maciel Soares, o qual morrendo a 20 de Julho de 1759 deixou por seu testamenteiro o Prior do Convento

de Santa Thereza, com a condição de concluir o mesmo Recolhimento, e organisar os Estatutos, que deveriam observar as Recolhidas; cujo numero seria de 12 mulheres, que, arrependidas dos erros do mundo, quizessem entrar voluntariamente, e de outras tantas servas. Para manutenção d'estas Recolhidas legou todos os seus bens, constantes de famosos predios urbanos e foros de terras.

Arrematados, porém, esses predios e terrenos pelo diminuto valor de 72 contos de réis, foi este producto recolhido ao thesouro em tempo já do Principe Regente D. João, depois da sua chegada ao Brasil, para delle se pagar o juro; de cuja medida resultou uma economia levada á miseria, dando-se á Regente 200 réis diarios, e 160 á cada Recolhida. A sua administração acha-se a cargo do governo provincial com um Desembargador da Relação, que serve como delegado do mesmo governo, sob o titulo de adjuncto.

1754.

Pela Carta Regia de 29 de Abril d'este anno extinguiu-se o Senhorio e o titulo de Barão da *Ilha Grande de Joannes*, na Capitania do Grão Pará, e passou o seu territorio a incorporar-se na Corôa com inteiro, pleno e real dominio; recebendo o Barão, que a possuia, Luiz de Souza de Macêdo, o titulo de Visconde de Mesquitella em compensação do que perdia, e sessenta mil cruzados, de que se lhe passaria padrão de juro á razão de tres mil cruzados por anno nos effeitos do Ultramar; sendo a Carta do titulo de Mesquitella, pela qual cessou o da Baronia da Ilha Grande, datada de 28 de Maio do mesmo anno.

D. Francisco Xavier Aranha (8.º Bispo de Pernambuco), sendo eleito Bispo Coadjutor e futuro successor d'este Bispado, foi confirmado a 13 de Fevereiro de 1753, e chegou á Diocese a 29 de Setembro d'este presente anno de 1754. Como o Bispo proprietario se havia retirado para Lisboa, começou immediatamente a governar o Bispado desde que chegou na qualidade de Coadjutor, até que, morto aquelle, entrou a governar como legitimo Prelado desde 3 de Dezembro de 1759 até 5 de Outubro de 1771, em que falleceu. Foi sepultado na Sé de Olinda.

Este Bispo concluiu no anno de 1764 o palacio da Soledade, que seu antecessor começara a fundar; fez muitas obras na Igreja da Sé, e em varias outras; edificou o aljube, e defronte d'elle um Oratorio para os presos ouvirem missa; visitou uma parte do seu Bispado até a Parahyba, e foi muito zeloso nos deveres do seu sagrado ministerio.

Restabelecido o Estado do Maranhão em 1654, ficou sendo a cidade de S. Luiz a capital até o anno de 1751, em que o Pará passou a ser cabeça do mesmo Estado, e séde do governo a cidade de Belém, onde fôra residir o Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado em Setembro do mesmo anno. D'esta maneira ficou a Capitania do Maranhão sujeita á do Pará, e governada por Capitães-mores, pouco zelosos dos interesses da Capitania; cujo estado de decadencia excitou a vigilancia do governo supremo, que mandou n'este corrente anno de 1754 estabelecer um Governador na Capitania do Maranhão subordinado ao Capitão General do Estado, dando por extinctos os Capitães-mores. Em virtude d'esta Real Ordem o Governador e Capitão General do Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado nomeou para Governador do Maranhão ao Brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato, chefe do Regimento da mesma Capitania.

1755.

Luiz Diogo Lobo da Silva, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo da Capitania a 12 de Fevereiro de 1755, e o conservou até o dia 9 de Setembro de 1763, em que foi rendido para ir com a mesma Patente governar Minas Geraes. Foi este Governador quem fez prender os Jesuitas, e os mandou para Lisboa no 1.° de Maio de 1760; extinguiu as aldêas em virtude da Carta de Lei de 7 de Junho de 1755, e concorreu por suas diligencias para se organisar definitivamente a Companhia geral do commercio de Pernambuco e Parahyba.

Querendo El-Rei D. José I promover cada vez mais os meios da propagação da Fé catholica, declarou pela

C. R. de 4 de Abril de 1755, que os vassallos do Reino e da America, que cazassem com Indias, não ficariam com infamia alguma, antes se fariam dignos da Real attenção para empregos, honras e dignidades sem necessidade de despeza: o mesmo seria para com as Portuguezas, que se cazassem com os Indios. Esta determinação se estende tambem aos descendentes. Veja-se a este respeito a nota 60 da pag. 177 da hist. eccl. pern. do Dr. Francisco Soares Mariz, liv. 1.° parte 3.ª

Carta de Lei de 6 de Junho de 1755, mandando declarar nas cidades de Belém do Grão Para, e de S. Luiz do Maranhão, que os Indios fossem tidos como livres e isentos de toda a escravidão, podendo dispôr de suas pessoas como melhor lhes parecesse. A este respeito veja-se a Nota 17, tom. 3.° pag. 209 das Memorias de Monsenhor Pizarro, em que vem consignadas todas as Ordens Regias, Cartas de lei, Alvarás, Regimentos, e Pragmaticas a favor da liberdade dos Indios, assim como Bullas, Breves Pontificios e outros Rescriptos semelhantes sobre o mesmo objecto.

Reunidos os negociantes da praça de Pernambuco com outros de Lisboa e do Porto, crearam no anno de 1755 uma sociedade commercial denominada — Companhia geral de Pernambuco e Parahyba — para a qual, precedendo consentimento Regio, se deram Estatutos em 30 de Julho de 1759, que foram approvados pelo Alvará de 13 de Agosto do mesmo anno. Abolida, porém, pelo Decreto de 8 de Maio de 1780, por se ter acabado o tempo da sua licença, instaurou-se uma Junta de liquidação de seus fundos, a qual foi igualmente extincta por outro Decreto de 7 de Abril de 1813, que determinou a maneira por que deveria acabar essa liquidação, cobrança, e entrega de seus haveres aos possuidores das Apolices da extincta Companhia.

D. Alvaro Xavier Botelho, Conde de S. Miguel (2.° Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz) tomou posse do governo a 30 de Agosto d'este mesmo anno; e achando rebelados os Indios das duas aldêas do Duro e

da Formiga, cuidou em congraçal-os, e de fazel-os voltar ás suas residencias. Governou até o dia 7 de Julho de 1759, em que foi rendido.

N'este anno creou o Bispo do Pará D. Fr. Miguel de Bulhões a Vigararia geral do Rio Negro, nomeando para ella o Dr. José Monteiro de Noronha; cuja Vigararia foi confirmada pela C. R. de 18 de Junho de 1760.

D. Marcos de Noronha, 6.º Conde dos Arcos (7.º Vice-Rei do Estado do Brasil e 42.º Governador geral), depois de haver governado as Capitanias de Pernambuco e de Goyaz, passou á da Bahia com o caracter de Vice-Rei, onde tomou posse a 23 de Dezembro do presente anno, e governou até o dia 9 de Janeiro de 1760. Regressou á Lisboa na náu de guerra *Nossa Senhora da Ajuda*, que a 24 de Abril do mesmo anno conduzia os Padres Jesuitas expulsos da Bahia.

Apezar dos enormes tributos, com que o Brasil se achava sobrecarregado, já como direitos ao Fisco e a Ordem de Christo, já como contribuições voluntarias, acontecendo o terremoto do 1.º de Novembro de 1755, que destruiu a cidade de Lisboa, cujo successo communicado pela C. R. de 16 de Dezembro do mesmo anno, encheu a todos os Brasileiros de consternação; convidados os povos pela dita C. R., afim de concorrerem para a reedificação d'aquella cidade, mandou o Conde dos Arcos reunir a Camara da Capital, e com sua presença estabeleceu a mesma Camara, no dia 7 de Abril de 1756, uma nova contribuição de tres milhões de cruzados como donativo, pagos pela Capitania da Bahia no espaço de 30 annos, á razão de 40 contos de réis em cada anno; para cuja arrecadação mandou El-Rei pela Provisão do C. V. de 27 de Maio de 1757 se creasse uma Junta presidida pelo Vice-Rei do Estado.

Foi este Vice-Rei quem mandou explorar as minas de Salitre dos *Montes-altos*; acabou com o monopolio do commercio de escravos, em virtude da Provisão de 30 de Março de 1756; augmentou a casa da moeda, e fez concluir a obra do paredão, que segue do Forte dos Francezes até o Noviciado.

1756.

A Ordem Terceira de S. Francisco de Paula do Rio de Janeiro, da Ordem dos Frades Minimos, foi instituida pelo R. Bispo D. Fr. Antonio do Desterro por Provisão de 9 de Julho de 1756, e teve principio a 11 do mesmo mez e anno na Igreja da Santa Cruz dos Militares, onde, depois de tomar o habito, deu-o o instituidor aos primeiros irmãos, reservando o Bispo para si e seus successores o cargo de Commissario da Ordem. N'aquelle templo se conservou a nova Irmandade, em quanto não teve Igreja propria, cujos fundamentos se lançaram a 5 de Janeiro de 1759, e correndo o anno de 1801 foi n'ella collocado o Santo titular.

A' instancias do fundador aprovou o SS. Padre Pio VI a Instituição d'esta Ordem Terceira pelo Breve datado a 2 de Setembro de 1769, confirmado pelo Aviso de 13 de Outubro de 1779, com a clausula de ficar a Ordem sujeita aos Superiores do Convento dos Frades Minimos, logo que n'esta cidade se fundasse alguma casa conventual da mesma Religião.

Receiosa a Ordem Terceira de ver mudada para a sua Igreja a Cathedral, que então estava na do Rosario, supplicou ao Conselho Ultramarino um Salvo-conducto, que a firmasse no socego, e com informação do Vice-Rei do Estado, obteve a Provisão de 30 de Janeiro de 1806, inhibindo o uso da dita Igreja ao Cabido, Cura ou Parocho algum da cidade; e nem podessem n'ella introduzir-se, sob qualquer pretexto, sem consentimento Regio. Esta deliberação foi confirmada pelo Aviso de 8 de Maio do mesmo anno, cuja copia remetteu o Vice-Rei D. Fernando José de Portugal á mesma Ordem por officio datado a 6 de Agosto seguinte.

N'este mesmo anno organisou-se definitivamente outra sociedade commercial com a denominação de — Companhia geral do Grão Pará e Maranhão — confirmada pelo Alvará de 7 de Junho de 1755; a qual foi extincta pela C. R. de 25 de Fevereiro de 1778, creando-se uma Junta de administração para liquidar os fundos da mesma Companhia.

1757.

Decreto de 11 de Maio de 1757 mandando incorporar á provincia de Minas Geraes o territorio das Minas-novas de Arassuahy, que pertencia á provincia da Bahia.

N'este anno e no seguinte as Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes soffreram differentes incursões dos selvagens Goytacazes e Botocudos; porém o zelo e actividade do Padre Angelo Peçanha poderam atalhar esta guerra barbara por meio de uma alliança concluida entre os Goytacazes e os Portuguezes de Minas: pacificação que nunca mais foi interrompida por parte d'estes selvagens, de tal sorte que, quando em 1767 a provincia de Minas foi accommettida de todos os lados pelos Botocudos, governando Luiz Diogo Lobo da Silva, foram os Goytacazes chamados pelo Padre Peçanha em auxilio dos Mineiros, e não só correram em defensa de seus alliados, como cahiram sobre os Botocudos, fizeram n'elles grande carnagem, e os forçaram a retirar-se para além do Rio Doce.

1758.

Em virtude do Decreto de 11 de Julho de 1757, mandando crear uma Capitania no Alto Amasonas com seu Governador particular, subalterno do Capitão General do Pará, e dar-lhe o nome de S. José de Javary, foi nomeado 1.º Governador da dita Capitania de S. José de Javary ou do Rio Negro o Coronel Joaquim de Mello Povoas, o qual foi empossado do governo da mesma Capitania no dia 7 de Maio de 1758.

Considerando El-Rei D. José I que o SS. Padre Benedicto XIV havia, pela Constituição de 20 de Dezembro de 1741, reprovado todos os abusos contra a liberdade dos Indios do Brasil, condemnando debaixo de penas ecclesiasticas a escravidão das pessoas, e a usurpação dos bens dos ditos Indios: considerando mais que, pelas Cartas de lei de 6 e 7 de Junho de 1755, havia estabelecido inviolavelmente a liberdade das pessoas, bens, assim de

raiz como moveis, exercicio da agricultura e commercio a favor dos Indios do Grão Pará e do Maranhão, dando-lhes uma fórma de governo propria para civilisal-os e attrahil-os por este meio adequado ao gremio da Igreja: considerando assim, achou, que seria maior utilidade fazer as duas sobreditas leis geraes em beneficio de todo o Estado do Brasil, e por isso mandou pelo Alvará de 8 de Maio do corrente anno de 1758, que as suas disposições se estendessem aos Indios de todo o Continente do Brasil sem restricção alguma, e a todos os seus bens, assim de raiz como semoventes e moveis, e a sua lavoura e commercio, assim, e da mesma sorte, que se acha expresso nas referidas leis, sem interpretação, restricção ou modificação alguma, qualquer que ella fosse.

A Capitania do Piauhy, que desde 1718 foi considerada como formando um governo distincto, não começou a ter Governadores com Patente Regia senão no presente anno de 1758.

1759.

Pelo Alvará de 19 de Janeiro de 1759 foram os Jesuitas declarados banidos e proscriptos de Portugal; e pelo de 3 de Setembro (publicado na Chancellaria a 3 de Outubro) foram havidos como rebeldes, traidores, adversarios e aggressores, que tinham sido contra a Pessoa d'El-Rei D. José, e por taes declarados proscriptos e desnaturalisados. Em virtude da C. R. de 21 de Julho do mesmo anno fez o Conde de Bobadella prender os Jesuitas na cidade do Rio de Janeiro, e nas outras Capitanias do Sul, no mez de Novembro, mandando-os sahir de todos os lugares onde residiam; outro tanto se praticou nas Capitanias do Norte com o mesmo sigilo e pontualidade no anno immediato.

Por outro Alvará de 25 de Fevereiro de 1761 se mandou que os bens dos Jesuitas, consistentes em moveis, não dedicados ao culto divino, e sómente em mercadorias do commercio, em fundos de terras, casas e rendas de dinheiro, que possuiam livres, sem encargos pios, fossem, á semelhança dos bens vacantes, incorporados ao Fisco, e revertessem para a Corôa os que a seu beneficio haviam sahido d'ella; o que assim se praticou em todo este Estado, e de mais dominios de Portugal. Esta violenta e

inesperada medida causou sem embargo poucos pezares ao Brasil, onde o systema de civilisação adoptado pelos Jesuitas não tinha achado entre os Colonos, a cuja avareza se oppunha, senão repugnancia invencivel, e uma perpetua luta de interesses.

Manoel Bernardo de Mello e Castro, Governador e Capitão General nomeado para o Estado do Maranhão, tomou posse do cargo no dia 2 de Março de 1759 na cidade de Belém, recebendo o governo de mãos do Bispo diocesano, por ausencia do seu antecessor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que ainda se achava no Rio Negro. Este Governador fez prender, e remetter para Lisboa os Jesuitas no anno de 1760, na fórma do Aviso que acompanhou a lei de 3 de Setembro de 1759, que os proscreveu e baniu de Portugal e seus dominios. Recebeu o Tratado de 12 de Fevereiro de 1761, que annullava o de 1750, para que os limites do Brasil fossem considerados nos termos do Tratado de pacificação geral assignado em Utrecht.

João Manoel de Mello (3.º Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz) tomou posse do governo a 7 de Julho de 1759. Por motivo das perturbações, que occorreram no Arraial de S. Felix, teve Ordem Regia para mandar levantar forca, e crear Junta de Justiça, em que se julgassem summariamente os criminosos sem appellação nem aggravo. Depois de visitar toda a Capitania morreu de um ataque apopletico á 13 de Abril de 1770.

Não havendo via de successão entraram a governar, por nomeação da Camara com assistencia dos homens bons do povo, o Ouvidor da Comarca Antonio José Cabral de Almeida, o Sargento-mór de Cavallaria auxiliar Antonio Thomaz da Costa, e o Capitão de Dragões Damião José de Sá Pereira. Desapprovada esta eleição pelo Vice-Rei do Estado (Marquez de Lavradio), por designação sua foi governar interinamente aquella Capitania o Brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça.

Sendo a fartura do sal de Cabo Frio prejudicial ao consummo do que se exportava de Portugal, e por con-

sequencia ao contracto estabelecido no Brasil, foi prohibida a sua extracção pelas Cartas Regias de 28 de Fevereiro de 1690 e de 18 de Janeiro de 1691, ordenando ao Governador geral do Estado que não consentisse no Brasil consummo de outro sal senão do que vinha do Reino. Apezar d'esta prohibição, continuou a extracção do sal de Cabo Frio até que se procedeu a sequestro, tanto do sal como dos bens dos que negociavam n'este genero, a requerimento dos contractadores do Rio de Janeiro.

Procedimento tão desarrazoado, e que se dirigia ao esbulho da posse de um beneficio, permittido simplesmente pela natureza, não pôde conter, sem queixa, o povo d'aquelle districto; e a Camara por motivos tão justos requereu a El-Rei D. João V a conservação do seu direito, e o reparo dos damnos e prejuizos que haviam causado os administradores do contracto com as suas violencias. El-Rei, attendendo a justiça da supplica, mandou reservar as Salinas de Cabo Frio e de Pernambuco no novo Contracto. Por ordem de 17 de Julho de 1759 se tombaram as Salinas reservadas, em conformidade da condição nona do Contracto arrematado por Domingos Gomes da Costa e outros.

A Capitania de Porto Seguro, que fôra doada a Pedro de Campos Tourinho em 1534, passou por morte d'este á sua filha, que a vendeu ao 1.º Duque de Aveiro D. João de Lencastre; e assim se conservou como Senhorio da Casa de Aveiro, até que pela sentença de morte e confisco de bens contra o ultimo d'este titulo, em consequencia do attentado contra a vida d'El-Rei D. José, reverteu a dita Capitania para a Coróa no anno de 1759.

N'este anno findaram no Brasil as Juntas das Missões em consequencia do Alvará de 8 de Maio do anno anterior, que mandou fazer extensivas a todo o Brasil as Cartas de lei de 6 e 7 de Junho de 1755, e de outro Alvará de 17 de Agosto do mesmo anno, confirmando o Directorio creado no Pará pelo Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado com data de 3 de Maio de 1757. Desde então ficaram os Indios sujeitos no temporal aos seus directores com o recurso de queixa para os Governadores, e no espiritual aos Curas nomeados pelo Prelado Ordinario com os das Religiões, acabando-se as aldèas proprias de Indios como até alli.

1760.

D. Antonio de Almeida Soares e Portugal, 1.° Marquez de Lavradio (8.° Vice-Rei do Estado do Brasil e 43.° Governador geral), chegou a Bahia e tomou posse do governo no dia 9 de Janeiro de 1760. Morreu a 4 de Julho do mesmo anno, tendo governado seis mezes incompletos. Como não houvesse via de successão, reuniu-se a Camara com o Cabido e Relação, e nomearam para Governador interino o Chanceller Thomaz Rubim de Barros Barreto; desapprovada porém esta eleição por El-Rei, veiu succeder-lhe por Ordem Regia o Chanceller José de Carvalho de Andrade com o Coronel do 1.° Regimento Gonçalo Xavier de Barros e Alvim, que tomaram posse do governo interino no dia 21 de Junho de1761; a estes se reuniu o Bispo coadjutor da Bahia, D. Fr. Manoel de Santa Ignez, a 29 de Julho de 1762. Este governo interino durou até 25 de Março de 1766.

Este Vice-Rei foi o ultimo, que teve assento na Bahia, e no curto espaço do seu governo fez prender os Jesuitas no dia 18 de Abril e os enviou para Lisboa.

N'este anno, com a data de 4 de Agosto, viu-se obrigado El-Rei a mandar, por tres Decretos, que ficasse em inteiro vigor o de 5 de Julho de 1728, pelo qual ordenava que os seus vassallos seculares, ecclesiasticos e regulares de qualquer condição, dignidade ou Ordem, sahissem da Côrte de Roma e terras do Papa, assim como que os vassallos do Papa sahissem dos Reinos, Senhorios, e ilhas adjacentes de Portugal, prohibindo a uns e a outros a entrada para umas e outras partes. Mais, que nenhum vassallo portuguez mandasse dinheiro á Côrte de Roma e Estados do Papa, ou impetrasse Bullas, Breves, graças, ou quaesquer outros despachos sem expressa licença d'El-Rei, comprehendendo os regulares estrangeiros residentes nos Reinos, e Senhorios de Portugal. Outro sim, que se não admittissem fazendas ou genero algum da Côrte de Roma e terras do Papa, vindos por vassallos do Papa, ou pelos de outra qualquer nação, e ainda em nome dos vassallos portuguezes.

A interrupção das relações com a Santa Sé durou por espaço de 10 annos, nos quaes a communicação entre Portugal e a Côrte de Roma esteve fechada, até que El-Rei foi servido por Decreto expedido á Mesa do Desembargo do Paço, com data de 25 de Agosto de 1770, orde-

nar que se abrisse a dita communicação para todos os negocios da sua competencia, salvas as leis, ou louvaveis costumes, e os privilegios dos Reinos: e mandar outro sim, que em conformidade da Carta de Officio se abrisse o despacho da Nunciatura, ficando suspensos os Decretos de 4 de Agosto de 1760, pelos quaes se havia interrompido toda a communicação com a Côrte de Roma.

Em consequencia das representações do Conde de Bobadella foi o Continente do Rio Grande de S. Pedro creado Governo distincto, e separado do de Santa Catharina, com subordinação ao Capitão General do Rio de Janeiro; e para governar a nova Capitania privativamente foi nomeado o Coronel Ignacio Eloy de Madureira por Carta Regia de 9 de Setembro de 1760. Falleceu n'este governo no anno de 1764.

N'este anno suppõe-se, que tivera origem uma Sociedade litteraria na Provincia de Minas Geraes com a denominação de Arcadia do Rio das Mortes. De seus primeiros instituidores apenas resta a memoria de poucos, entre elles José Basilio da Gama, autor do poema Uraguay, Manoel Ignacio da Silva e Alvarenga, e o celebre Paulista Bernardo, cujas poesias foram tão apreciadas no seu tempo. Esta Sociedade durou pouco tempo, como todas as do Brasil, debaixo do jugo de ferro dos Portuguezes.

1761.

D. Fr. João de S. José e Queiroz, 4.º Bispo do Pará, chegou á cidade de Belém a 31 de Agosto d'este anno, e no mesmo dia tomou posse por seu procurador. Com data de 24 de Novembro de 1763 escreveu ao Cabido, communicando-lhe a Real Ordem, que o chamava á Côrte, em consequencia do que partiu no dia immediato em um navio de guerra para Lisboa. Falleceu aos 15 de Agosto de 1764 no Convento de S. João do Ermo no Bispado do Porto, para onde El-Rei o mandara confinado.

A Capitania dos Ilhéos foi incorporada á Côroa n'este presente anno por compra que della mandou fazer El-Rei D. José I a D. Antonio de Castro, dando-lhe em troca o titulo de Conde de Resende e Almirante do Reino de juro e herdade, com cinco mil cruzados de renda.

1762.

Francisco Antonio Cardozo de Menezes, Coronel que era do Regimento novo da Praça do Rio de Janeiro, e Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, tomou posse do governo a 7 de Março de 1762, e conservou-o até 12 de Julho de 1765, dia em que foi rendido. A Ilha de Santa Catharina resentiu-se por muito tempo do governo arbitrario e duro d'este Governador, a ponto de chegar a faltar na Capitania os generos de primeira necessidade.

D. Fr. Manoel de Santa Ignez (9.º Arcebispo da Bahia), sendo Bispo de Angola, foi mandado como Coadjutor do Arcebispado da Bahia, onde chegou em Julho de 1762, e começou d'esde logo a administrar a Diocese; e assim se conservou até que, eleito Arcebispo e confirmado, tomou posse no anno de 1771. Falleceu a 22 de Julho do mesmo anno, e jaz na Igreja do Convento de Santa Thereza. Este Prelado deu regulamento e estatutos ao Recolhimento de S. Raymundo, e á sua exigencia se concedeu a Igreja do Collegio dos Jesuitas para servir de Cathedral do Arcebispado, em virtude da C. R. de 26 de Outubro de 1765.

Chegando á America a noticia do rompimento entre a Hespanha e Portugal, marchou D. Pedro Cevallos, Governador de Buenos-Ayres, contra a Praça da Colonia do Sacramento, pôz-lhe sitio regular a 5 de Outubro de 1762, e batendo-a com sua grossa artilharia, conseguiu abrir-lhe brecha, e fazer capitular a guarnição no dia 29 do mesmo mez e anno.

O Governador da Colonia, entregando a praça a Cevallos, embarcou para o Rio de Janeiro com a guarnição, onde chegou nos primeiros dias de Dezembro. A nova d'este desastre custou a vida do Conde de Bobadella, que morreu de pezar; mas o Governador da dita praça Vicente da Silva acabou os seus dias preso no Limoeiro, o Coronel Thomaz Luiz Ozorio foi enforcado, e os outros Officiaes, complices da entrega, acabaram uns em Angola, outros em Castro Marim.

1765.

Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadella, Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro, de Minas, e S. Paulo, falleceu na cidade de S. Sebastião no dia 1.º de Janeiro do presente anno, em consequencia da grande paixão, que lhe motivou a inesperada perda da Colonia do Sacramento em Outubro do anno anterior. Havendo declarado, no dia antecedente ao da sua morte, que a via de successão estava depositada no Convento do Carmo, em virtude d'ella entraram no governo interino das tres Capitanias o R. Bispo D. Fr. Antonio do Desterro, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, e o Chanceller da Relação João Alberto Castello Branco. Este triumvirato governou até o dia 10 de Outubro do mesmo anno, em que tomou posse o successor nomeado.

D. Antonio de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa-Flôr, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 9 de Setembro de 1763, e o conservou até o dia 14 de Abril de 1768, em que foi rendido.

Fernando da Costa de Athayde Teive, Governador e Capitão General do Grão Pará, Maranhão e Rio Negro, chegou á Belém e tomou posse do governo, que lhe entregou seu antecessor Bernardo de Mello e Castro, no dia 14 de Setembro de 1763. Em seu tempo se construiu a Praça de S. José de Macapá por Ordem Regia, e o Palacio dos Governadores, cujos alicerces tinham já sido plantados pelo seu antecessor. Recebeu os habitantes da Praça de Marzagão, que por Ordem Regia foram mandados retirar d'ella em 1769 para virem fundar no Pará uma villa com o mesmo nome, junto a praça de Macapá, afim de ajudarem a sua defensa, quando fosse preciso.

Pelo grande augmento que tinham tido todas as Capitanias meridionaes, e sobretudo pela guerra pendente no Rio da Prata, achando-se ameaçado o territorio do Rio Grande do Sul pela rapida invasão de Cevallos n'a-

quelle Continente, resolveu El-Rei mudar a metropoli do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro; e para 1.º Vice-Rei e Capitão General de mar e terra foi nomeado D. Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha, por Carta Patente de 27 de Junho de 1763. Chegando ao Rio de Janeiro, tomou posse a 10 de Outubro do mesmo anno, e governou até o dia 17 de Novembro de 1767, em que foi rendido.

No pouco tempo, que durou a sua administração, reparou todas as fortalezas desmanteladas, levantou a da Praia Vermelha, fez construir na ilha das Pombas dois grandes armazens para deposito da polvora, e uma armaria na fortaleza da Conceição; na fralda do morro de S. Bento assentou o arsenal da marinha, onde se fabricou a nau *S. Sebastião*, e na ponta da Misericordia edificou uma grande casa para o trem de artilharia, que hoje serve de arsenal do exercito; e ultimamente foi este celebre administrador quem creou o Hospital dos Lazaros em S. Christovão, como logo se dirá.

Por morte do Conde de Bobadella tornou a Capitania de Minas a ter Capitães Generaes privativos. Luiz Diogo Lobo da Silva, Governador e Capitão General da de Pernambuco, passou para a de Minas com a mesma Patente, e tomou posse do governo a 28 de Dezembro de 1763, conservando-o até 16 de Julho de 1768, em que foi rendido. Em seu tempo houve uma irrupção quasi geral dos selvagens Botocudos n'esta Capitania; porém, ajudado pelos esforços do Padre Angelo Peçanha, como já dissemos, afugentou d'ella para além do Rio-Doce aquelles selvagens, e promoveu quanto lhe foi possivel a cathequese de outras hordas; foi muito caritativo, e por isso lhe chamavam o pai da pobreza.

1764.

O Coronel José Custodio de Sá e Faria, nomeado pelo Vice-Rei Conde da Cunha para governar a Capitania do Rio Grande do Sul, em consequencia da morte do de igual Patente Ignacio Eloy de Madureira, que a governava, tomou posse no dia 16 de Junho do presente anno. Esta nomeação foi confirmada pela Carta Regia de 18 de Março de 1767. Governou até o mez de Abril de 1769.

Em virtude de Ordem Regia mandou o Governador e Capitão General do Pará, Fernando da Costa de Athayde Teive, construir a Praça de S. José de Macapá pelo Sargento-mór Engenheiro Henrique Antonio Galussi, á cuja construcção se deu principio em Outubro d'este mesmo anno.

1765.

João Pedro da Camara, Governador e Capitão General nomeado para Matto-Grosso, veiu render o Conde de Azambuja, e tomou posse no dia 1.º de Janeiro de 1765. Governou até o dia 3 de Janeiro de 1769.

Vendo o Conde da Cunha, 1.º Vice-Rei do Rio de Janeiro, que os enfermos do mal de S. Lazaro vagavam pela cidade, ou viviam de mistura com suas familias; e conhecendo o perigo que d'isso podia resultar a saude publica, supplicou a El-Rei a graça de conceder a Casa, que tinha sido dos expulsos Jesuitas em S. Christovão, para fundar n'ella um hospital reservado aos contagiados d'aquelle mal. Concedida a Casa pela Resolução Regia de 31 de Janeiro de 1765, principiou o mesmo Conde este philantropico estabelecimento, dando-lhe Estatutos com data de 17 de Fevereiro de 1766. Creados varios subsidios para manutenção do novo Lazareto, foi a sua administração confiada á Irmandade do Santissimo da Freguezia da Candelaria.

Varias providencias posteriores foram melhorando o estabelecimento, até que sendo necessario alojar um dos Batalhões, que de Portugal se mandaram vir em 1817, foram os Lazaros removidos para a ilha das Enxadas por Aviso de 2 de Outubro do mesmo anno de 1817, tomando-se-lhes a sua Casa em S. Christovão para Quartel. Pela resolução tomada em sessão de 23 de Janeiro de 1823 foram de novo transferidos da ilha das Enxadas para o Convento da ilha do Bom Jesus pertencente aos Religiosos de Santo Antonio. Finalmente na sessão de 27 de Outubro de 1832 se faz menção de uma Resolução da Assembléa Geral legislativa do mesmo anno, que manda restituir aos Lazaros o edificio de S. Christovão, fazendo-se n'elle os reparos necessarios á custa do Governo; em virtude do que foram os mesmo Lazaros recolhidos

ao seu antigo e primeiro hospital em 28 de Fevereiro de 1833, em cujo local ainda permanecem.

O Conde da Cunha, 1.º Vice-Rei com assento no Rio de Janeiro, entrou a governar tambem o districto de S. Paulo, que estava unido áquella Capitania; mas conhecendo pela experiencia o estado de miseria á que estava reduzida uma Capitania tão rica, como fôra em outros tempos a de S. Paulo, por falta de um governo proprio e mais immediato, assim o representou para a Côrte; em consequencia do que, attentas tão ponderosas circumstancias, resolveu El-Rei D. José I mandar repôr na antiga categoria a mencionada Capitania por Aviso de 4 de Fevereiro de 1765, nomeando para regel-a com a Patente de Governador e Capitão General a D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus, o qual chegou a Santos no dia 23 de Junho do mesmo anno, e começou a exercer a sua jurisdicção, sem precedencia do solemne acto de posse, que só teve lugar a 7 de Abril do anno seguinte na sala da Camara da cidade de S. Paulo.

Francisco de Souza Menezes, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, com Patente Regia assignada aos 30 de Janeiro de 1765, tomou posse a 12 de Julho do mesmo anno, e governou até o dia 5 de Setembro de 1775. No seu tempo fez-se um recrutamento n'aquella Capitania de 400 a 500 homens, o que deu um golpe mortal na agricultura ja tão maltratada pelo seu antecessor.

1766.

Mudada para o Rio de Janeiro a séde dos Vice-Reis do Brasil em 1763, ficou a Bahia reduzida a Capitania geral, cujo governo se achava a cargo do Bispo Coadjutor, do Chanceller, e da Patente militar mais antiga desde 1761. D. Antonio Rolim da Moura Tavares, Conde de Azambuja, que acabava de crear e governar a Capitania de Matto-Grosso, veiu com a mesma Patente de Capitão General (foi o 44.º na ordem dos da Bahia) render o governo interino, e tomou posse a 25 de Março de 1766. Governou até 31 de Outubro de 1767, em que se separou para ir governar o Rio de Janeiro como 2.º Vice-Rei do Estado

alli residente. Em seu lugar ficou governando interinamente a Capitania o Arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Ignez por Ordem Regia.

Carta Regia de 22 de Julho d'este mesmo anno (circular para todas as Capitanias) autorisando os seus Governadores para obrigar os homens vagamundos pelos sertões, ou em sitios volantes, a escolherem lugares accommodados, onde vivessem juntos, fazendo povoações, que tivessem ao menos 50 fogos e dahi para cima, com Juizo Ordinario, Vereadores e Procurador de Conselho; repartindo-se entre elles, com justa proporção, as terras adjacentes, afim de se evitarem os insultos atrozes, que nos sertões commettiam os vadios, e facinorosos, vivendo separados da sociedade civil, e do commercio humano, á maneira de feras. Fundados n'esta Carta crearam os Governadores e Capitães Generaes muitas villas, como se póde ver nas Memorias de Monsenhor Pizarro, tom. 8.º pag. 31 nota 37.

Em Dezembro d'este anno de 1766 teve lugar a mudança do Seminario dos Meninos Orphãos de S. Pedro para o de S. Joaquim. O Bispo D. Fr. Antonio de Guadelupe, pesando os inconvenientes de deixar sem educação a mocidade desvalida, comprou um terreno contiguo á Igreja de S. Pedro, e n'elle fundou o Seminario, que se dizia —dos Orphãos de S. Pedro— por Provisão de 8 de Junho de 1739; cujos Estatutos, dados pelo mesmo Bispo, abrangiam a mais liberal educação popular, que se podia dar n'aquella época. Apezar da insufficiencia do local, residiram alli os Meninos Orphãos, até que doando-lhes Manoel de Campos Dias a Capella de S. Joaquim, erecta no principio da rua de Vallongo, se começou a fundar junto á ella, no anno de 1758, a casa que no referido anno de 1766 recebeu os Seminaristas de S. Pedro, com a invocação de *Orphãos de S. Joaquim.*

Por Decreto de 5 de Janeiro de 1818 se extinguiu este Seminario para servir de aquartelamento a um dos Batalhões, chegados de Portugal no anno anterior, e para o corpo de artifices engenheiros, que d'alli tambem viera. Parte dos Seminaristas passou para o de S. José, e outra parte ficou incorporada aos mesmos artifices, como aprendizes dos officios mecanicos, que elles exer-

ciam. Esta violação escandalosa do direito de propriedade, contra todas as disposições dos instituidores e bemfeitores d'aquella casa, induziu o Principe Regente (depois Imperador do Brasil) a restabelecer o Seminario de S. Joaquim por Decreto de 19 de Maio de 1821, desannexando-o dos proprios da Corôa, a que tinha sido incorporado, e revertendo tudo para o mesmo Seminario.

Finalmente por outras disposições posteriores soffreu o Seminario de S. Joaquim varias alterações, até que por Decreto de 2 de Dezembro de 1837, foi definitivamente convertido em um Lycêo de educação secundaria, com a denominação de COLLEGIO DE PEDRO II.

1767.

Depois da proscripção e banimento dos Jesuitas entre as muitas providencias, que se deram, para extirpar de raiz a sua influencia, foi o Alvará de 28 de Agosto d'este anno, em consequencia do recurso do Procurador da Corôa, prohibindo nos Reinos e dominios de Portugal a introducção, retenção e uso de cartas de confraternidade com os ditos Jesuitas: as profissões e associações com elles feitas: a retenção ou uso da Bulla *Animarum saluti*; e mandando sahir para fóra dos Reinos e dominios todos os individuos pertencentes á Companhia de Jesus, que haviam ficado ainda tolerados e conservados pelo beneficio da lei de 3 de Setembro de 1759, e das ordens a ella posteriores.

D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, 2.º Vice-Rei e Capitão General de mar e terra residente no Rio de Janeiro, veiu render o Conde da Cunha, e tomou posse a 17 de Novembro do corrente anno. Governou até o dia 4 de Novembro de 1769, em que foi rendido. No pouco tempo, que durou o seu governo, nada pôde fazer, porque achou esta Capitania sobrecarregada com uma divida de mais de cinco milhões, e por consequencia exhausta de meios para novas despezas, além das muito indispensaveis. O hospital Real, que existia no centro da cidade, foi mudado por sua ordem para o Collegio dos Jesuitas, que seu antecessor destinava para servir de residencia aos Vice-Reis.

1768.

D. José da Cunha Grã Athayde e Mello, Conde de Pavolide, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 14 de Abril de 1768, e conservou-o até o dia 9 de Outubro do anno seguinte, em que foi rendido para ir governar a Bahia com a mesma Patente.

D. Luiz de Almeida Portugal Soares Eça de Alarcão Mello Silva e Mascarenhas, 2.° Marquez de Lavradio, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (45.°), tomou posse a 19 de Abril d'este anno, e governou até 11 de Outubro de 1769; dia em que foi rendido para ir occupar o cargo de Vice-Rei no Rio de Janeiro. No dia 1.° de Agosto de 1769, pelas nove horas e meia da noite, sentiu-se na cidade de S. Salvador um pequeno tremor de terra, que nenhum damno produziu.

D. José Luiz de Menezes, Conde de Valladares, Governador e Capitão General nomeado para Minas Geraes, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 16 de Julho de 1768. Conseguiu das Camaras a continuação do subsidio voluntario por mais dez annos; fez executar as Ordens Regias contra os Frades, que viviam dispersos no territorio da sua jurisdicção, atropelando-os até desertarem, e promoveu a cathequese dos Indios, mandando levantar Igrejas, em que póz Sacerdotes para lhes administrar os Sacramentos.

Retirando-se para Lisboa, foi substituil-o no governo o Coronel Antonio Carlos Furtado de Mendonça, irmão do Visconde de Barbacena, por nomeação do Vice-Rei Marquez de Lavradio, o qual tomou posse a 22 de Maio de 1773; e por ausencia de Antonio Carlos, em Janeiro de 1775, entrou ainda como interino o Coronel Pedro Antonio da Gama Freitas, que governou poucos mezes, porque n'esse mesmo anno chegou o novo Capitão General, e tomou posse.

Entre os annos de 1768 a 1774 foi escripto o Roteiro da viagem da cidade de Belém do Grão Pará até as

ultimas colonias dos dominios portuguezes em os rios Amazonas e Negro, illustrado com algumas noticias, que podem interessar a curiosidade dos navegantes, e dar mais claro conhecimento das duas Capitanias do Pará, e S. José do Rio Negro. Escreveu-o o Reverendo José Monteiro de Noronha.

1769.

Luiz Pinto de Souza, Governador e Capitão General nomeado para Matto-Grosso, tomou posse a 3 de Janeiro de 1769, e governou até o dia 13 de Dezembro de 1772. Além de outros estabelecimentos, levantou a casa de fundição do ouro na capital.

O Coronel José Marcellino de Figueiredo (que depois se chamou Manoel Jorge de Sepulveda), por nomeação do Vice-Rei Conde de Azambuja para governar o Rio Grande de S. Pedro, tomou posse a 23 de Abril de 1769, e durante onze annos administrou a Capitania com muita intelligencia, desinteresse, e zelo pelo seu augmento e prosperidade. Em 24 de Julho de 1773 mudou a séde do governo da freguezia do Viamão para o *Porto dos Casaes* (hoje Porto Alegre), onde se formou a cidade, que he presentemente a capital da provincia.

Manoel da Cunha de Menezes, depois Conde de Lumiar, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 9 de Outubro de 1769, e conservou-o até o dia 31 de Agosto de 1774, em que foi rendido.

D. José da Cunha Grã Athayde e Mello, Conde de Pavolide, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (46.°), tomou posse do governo d'aquella Capitania a 11 de Outubro de 1769, e conservou-o até o dia 3 de Abril de 1774, em que embarcou para Lisboa. Em seu lugar ficaram governando por ordem da Côrte o Arcebispo D. Joaquim Borges de Figueiroa, o Chanceller Miguel Serrão Diniz, e o Coronel do 2.° Regimento Ma-

noel Xavier Ala, por assim o haver prevenido o Alvará de 12 de Dezembro de 1770.

No tempo d'este Governador houve um escandaloso motim entre os Frades de S. Francisco, dos quaes era Provincial Fr. Manoel da Epiphania; e para socegal-os, foi preciso prender dois d'esses individuos, e exterminal-os para os Conventos de S. Bento e de Santa Thereza.

D. Luiz de Almeida Portugal Soares Eça de Alarcão Mello Silva e Mascarenhas, 2.º Marquez de Lavradio, e 3.º Vice-Rei e Capitão General de mar e terra nomeado para o Rio de Janeiro, tomou posse a 4 de Novembro d'este presente anno, e governou até 5 de Abril de 1779, em que foi rendido.

Este Vice-Rei foi um dos melhores administradores, que teve o Brasil, pela intelligencia e zelo com que procurou melhorar todos os ramos da riqueza publica. A cultura do anil, do café, da cochonilha, do canhamo, e de outros generos de commercio, lhe deveu particular attenção, sem embargo das difficuldades, que encontrou nos seus primeiros ensaios. Cuidou muito das fortificações d'esta bahia, e a fortaleza do Pico, a cavalleiro da de Santa Cruz, foi obra sua, assim como os reparos da de Villegaignon, das Cobras, de S. João e da Lage. Mandou alistar o povo, e creou varios Terços de milicia auxiliar, aos quaes fez dar disciplina igual á da tropa de linha.

Amante das lettras, protegeu a Sociedade philosophica, que se formou n'esta cidade com o titulo de *Academia scientifica do Rio de Janeiro.* Estabeleceu o Horto botanico, e montou uma fabrica de cordas de Guaxima. Promoveu o commercio, mandou abrir estradas, e deseccar os pantanos. Cuidou do asseio e da salubridade d'esta capital, mandando calçar as ruas, e affastando do centro da população os escravos africanos, que chegavam de novo, transferindo o deposito d'elles para Vallongo. Finalmente a mais bella rua, que hoje tem o Rio de Janeiro, e que conserva o nome do seu titulo, foi elle quem a fez abrir.

1770.

Até esta época a administração da Fazenda publica estava a cargo de um Provedor-mór; porém conhecen-

do-se que n'esta repartição havia escandaloso peculato, foi abolida a mesma Provedoria pelo Alvará de 3 de Março d'este anno, e C. R. da mesma data, e substituida por uma Junta da Fazenda, creando-se logo o lugar de Intendente da Marinha e dos armazens nacionaes com o governo da Vedoria.

O Brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça, por nomeação do Vice-Rei Marquez de Lavradio, passou a governar a Capitania de Goyaz em consequencia da morte repentina do Capitão General da mesma Capitania João Manoel de Mello, e tomou posse a 17 de Agosto do presente anno. Conservou-se apenas dois annos incompletos, entregando o mando ao novo Governador, que lhe foi succeder.

O Tenente Candido Xavier de Almeida e Souza (depois Tenente General) descobriu, a 8 de Setembro de 1770, os campos de *Guarapoava*, que se estendem desde o rio Itatú (em cujas margens esteve a antiga e destruida *Villa-Rica*) até as cabeceiras do Uruguay, e desde a Serra denominada dos Agudos até o rio Paraná.

N'este anno desceu Madame *Godin* pelo rio das Amasonas para passar d'elle ao do Oyapock, onde a esperava seu espozo M. *Godin*, na fórma do Aviso, que recebeu o Capitão General do Estado. De ordem sua passou ao Curupá o Sargento-mór João Baptista Martel para commandar a canoa de transporte desde aquelle porto até o do seu destino: o que este Official executou tão nobre e tão delicadamente, como o attesta em reconhecimento Mr. Godin na carta, que a este respeito escrevêra a M. de La Condamine.

1771.

N'este anno concluiu-se a magnifica Igreja cathedral da cidade de Belém do Grão Pará, começada no anno de 1748; assim como o bello edificio do Palacio para residencia dos Governadores d'aquella Capitania com todas as suas dependencias.

1772.

Debaixo da influencia e protecção do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Estado, formou-se n'esta cidade de S. Sebastião uma Sociedade litteraria com o titulo de — Academia scientifica do Rio de Janeiro — a qual celebrou a sua primeira sessão publica a 18 de Fevereiro de 1772. Esta sociedade durou até o anno de 1794, em que a dissolveu o estupido e malvado Conde de Rezende, fazendo encarcerar a maior parte de seus membros, dos quaes ainda hoje vive o Marquez de Maricá, uma das victimas d'aquelle tempo.

Aos membros d'esta associação se devem muitos trabalhos scientificos, que augmentaram o explendor e a riqueza d'esta provincia com a cultura do anil, da cochonilha, do café e de outras muitas producções, que mudaram inteiramente a natureza do commercio, pois que até então os navios sahiam em lastro d'este porto para irem carregar a Bahia e Pernambuco por falta de generos de exportação.

Foi só depois da creação d'esta sociedade que a Academia de Stokolmo teve conhecimento das plantas do Brasil por um *Selecto Hortario Brasilense*, que lhe enviaram José Henriques de Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, irmãos, e membros da dita Sociedade scientifica. Ainda agora temos presente uma memoria sobre o descobrimento da cochonilha no Brasil, inserta no *Patriota*, Jornal litterario, publicado n'esta Côrte em 1814, a qual foi escripta por um dos dois irmãos Paiva, e apresentada á mesma Sociedade.

José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, tomou posse do governo d'esta Capitania a 26 de Julho de 1772. Este Governador apromptou uma expedição, que pela primeira vez devia navegar pelo rio Tocantins até o Pará, o que se realisou a 7 de Setembro de 1773. Em seu tempo se descobriram as minas do Bomfim, de cujas lavras sahiu tanto ouro. Depois de percorrer toda a Capitania, e de mandar fazer muitas obras publicas na capital, teve licença de retirar-se para Lisboa, e entregou o governo no dia 7 de Maio de 1778 ao Ouvidor Antonio José Cabral de Almeida, Tenente Coronel de Cavallaria auxiliar João Pinto Barboza Pimentel, e Vereador

mais velho Pedro da Costa, os quaes se achavam nomeados para substituil-o pelo Alvará de 12 de Dezembro 1770.

Era a cidade de Belém desde 1751 capital e residencia do Governador e Capitão General das Capitanias reunidas do Grão Pará e do Maranhão, que formavam o Estado d'este nome, quando por Decreto de 20 de Agosto de 1772 foi desmembrada uma da outra, ficando unidas e sujeitas ao governo geral da primeira as Capitanias do Pará e do Rio Negro, e ao da segunda as do Maranhão e do Piauhy.

Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, pela qual El-Rei foi servido occorrer aos funestos estragos das Escolas menores, fundando-as de novo e multiplicando-as nos seus Reinos, e todos os seus dominios, debaixo da inspecção da Real Mesa Censoria.

Outra de 10 de Novembro do mesmo anno, creando em Portugal e no Brasil um tributo sob o titulo de — Subsidio litterario — para subsistencia dos Professores destinados a instruir a mocidade, tanto nas artes como nas sciencias e nas primeiras lettras.

Alvará da mesma data da lei anterior regulando a cobrança d'este subsidio, e outro creando uma Junta especial para a administração privativa do mesmo tributo.

O Coronel João Pereira Caldas, Governador e Capitão General das Capitanias do Grão Pará e do Rio Negro, tomou posse do cargo a 21 de Novembro de 1772, recebendo o governo de mãos do seu antecessor Fernando da Costa de Athayde Teive. Com elle veiu igualmente o Coronel Joaquim Tinoco Valente para Governador da Capitania do Rio Negro.

João Pereira Caldas foi rendido em 1780, e nomeado, pela C. R. de 7 de Janeiro do mesmo anno, Governador e Capitão General de Matto-Grosso, Plenipotenciario e Commandante em chefe da expedição das Demarcações, que segundo o Tratado do 1.º de Outubro de 1777 devia trabalhar no Rio Negro e Matto-Grosso para regular os limites das possessões das duas Corôas, da Hespanha e de Portugal, pelo norte e oeste do Brasil.

D. Fr. João Evangelista Pereira, 5.º Bispo do Pará, chegou á cidade de Belém em companhia do Capitão General João Pereira Caldas, e fez a sua entrada solemne a 28 de Novembro de 1772. Falleceu na mesma cidade aos 14 de Maio de 1782, e jaz na Capella-mór da sua Cathedral.

D. Fr. Francisco da Assumpção e Brito, natural de Minas, (9.º Bispo de Pernambuco) foi confirmado por Bulla datada a 15 de Março do presente anno, e mandou tomar posse por Procurador a 5 de Dezembro do mesmo anno; porém nomeado pouco depois Arcebispo de Gôa, e tomando o Palio a 30 de Janeiro de 1774, não veiu a Pernambuco.

Luiz de Albuquerque Pereira e Caceres, Governador e Capitão General nomeado para Matto-Grosso, tomou posse do governo d'esta Capitania a 13 de Dezembro de 1772. Para succeder-lhe foi nomeado o Marechal João Pereira Caldas, que governava o Pará, mas não chegou a ir á Capitania.

1775.

Alvará com força de Lei, de 16 de Janeiro de 1773, pelo qual El-Rei obviando ao impio e deshumano abuso com que no Reino do Algarve, e em algumas provincias de Portugal, se procuravam perpetuar os cativeiros: he Servido que estes, quanto ao preterito se não possam estender além das avós: quanto ao futuro, que todos os que nascerem depois da publicação desta lei, fiquem por beneficio d'ella inteiramente livres: e que os libertados por effeito d'ella fiquem habeis para todos os officios, honras e dignidades na fórma n'ella declarada.

Em 24 de Julho de 1773 mudou o Coronel José Marcellino de Figueiredo, Governador do Rio Grande do Sul, o assento do governo da freguezia de Viamão para o porto dos Casaes, onde estabeleceu a capital com todos os tribunaes e repartições publicas. Crescendo alli o

commercio, e tornando-se o lugar populoso, teve o titulo de Villa em 1805, que foi confirmado pelo Alvará de 23 de Agosto de 1808, debaixo da invocação de villa de S. José de Porto-Alegre. Por outro Alvará de 16 de Dezembro de 1813 ficou a villa de Porto-Alegre com a prerogativa de cabeça da Comarca de S. Pedro do Rio Grande e de Santa Catharina, por se haver declarado antes que a mesma villa servisse de capital da provincia, e n'ella residisse o Capitão General e seus successores. Finalmente pela Carta de lei de 14 de Novembro de 1822, teve a villa de S. José de Porto-Alegre a prerogativa e foros de Cidade, de que actualmente goza.

D. Joaquim Borges de Figueiroa (10.° Arcebispo da Bahia) passou de Bispo de Marianna para Metropolita do Brasil, tomando posse da sua nova Diocese nos ultimos dias de Dezembro do presente anno; e regeu-a até renunciar em 1778.

1774.

D. Fr. Manoel da Resurreição (3.° Bispo de S. Paulo), confirmado por Bulla de 17 de Junho de 1771, tomou posse do Bispado por Procurador a 17 de Maio de 1772, e entrou na cidade de S. Paulo a 19 de Março de 1774. Falleceu a 21 de Outubro de 1789, e jaz na Capella-mór da Sé.

D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, natural d'esta cidade de S. Sebastião (7.° Bispo do Rio de Janeiro), foi nomeado Coadjutor e futuro successor d'este Bispado no dia 15 de Janeiro de 1773; e sendo confirmado aos 23 de Dezembro do mesmo anno, sagrou-se em Lisboa a 30 de Janeiro de 1774 com o titulo de Bispo de Tipaça. Chegando á esta cidade de S. Sebastião no dia 16 de Abril do mesmo anno de 1774, feita a protestação de Fé, tomou posse a 29 do dito mez do Bispado como legitimo Bispo d'elle, por já ser então fallecido D. Fr. Antonio do Desterro seu antecessor. D. José Joaquim Justiniano falleceu no dia 28 de Janeiro de 1805, com 74 annos de idade e 32 de Bispo; jaz na Capella de Nossa Senhora da Conceição do Palacio Episcopal.

D. Thomaz da Encarnação Costa e Lima, natural da Bahia, (10.º Bispo de Pernambuco), sendo confirmado a 18 de Abril de 1774, chegou á sua diocese a 30 de Agosto do mesmo anno; e fez a sua entrada solemne a 4 de Setembro immediato. Com muita circunspecção e brandura regeu o Bispado até fallecer em Olinda a 14 de Janeiro de 1784. Escreveu a incomparavel e mui distincta Historia Ecclesiastica Lusitana em 4 volumes, que corre impressa em Coimbra no anno de 1759.

José Cesar de Menezes, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'esta Capitania a 31 de Agosto de 1774, e conservou-o até Janeiro de 1788. Prendeu no dia 18 de Setembro de 1775 o Juiz de Fóra do Recife, e houve em seu tempo uma epidemia notavel de bexigas, que matou muita gente.

Manoel da Cunha de Menezes, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (47.º), recebeu o poder das mãos do Governo interino a 8 de Setembro de 1774, e conservou-o até o dia 13 de Novembro de 1779. Creou a aula de artilharia e o Regimento dos Uteis, de que foi Coronel, e fez sahir para o Sul uma expedição de dois Regimentos, os quaes voltaram depois em consequencia da C. R. de 3 de Agosto de 1776.

Em 1774 e 1775 foi a viagem pelo Amasonas e Rio Negro, feita por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Ouvidor da Capitania de S. José do Rio Negro, impressa pela Academia R. das Sciencias de Lisboa em 1825.

1775.

D. Antonio de Noronha, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, tomou posse do governo a 29 de Maio de 1775, e largou-o a 20 de Fevereiro de 1780.

Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, tomou posse do governo a 14 de Junho de 1775, e conservou-o até o dia 16 de Março de 1782.

O Coronel Pedro Antonio da Gama Freitas, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, tomou posse a 5 de Setembro de 1775, e se conservou até 7 de Março de 1777, em que os Hespanhoes invadiram aquella ilha, e se fizeram senhores d'ella.

A requerimento do povo de Cuyabá mandou o Capitão General Luiz de Albuquerque Pereira e Caceres, em 9 de Maio de 1775, ao Capitão Mathias Ribeiro da Costa, com alguns Soldados Dragões, fosse occupar o sitio denominado — Fecho dos Morros — abaixo 11 legoas da foz do Rio Mondego. Conhecida a importancia do lugar, que assegurava tambem os terrenos diamantinos do alto Paraguay, e impedia a navegação de Buenos-Ayres, por ordem do mesmo General se levantou alli um Presidio com o nome de *Nova Coimbra*, arvorando-se a bandeira portugueza a 13 de Setembro do mesmo anno.

O Maranhão, sujeito ao Pará d'esde 1751, foi no anno de 1772 declarado independente, e no de 1775 foi promovido Joaquim de Mello e Povoas ao posto de Governador e Capitão General das duas Capitanias do Maranhão e do Piauhy com inteira independencia do Governo do Pará.

1776.

Os Senhores Reis de Portugal tinham tanto cuidado nas cousas temporaes como nas espirituaes, evitando por sabias providencias os abusos introduzidos assim na administração civil como na ecclesiastica, segundo demandavam os interesses do Estado ou da Igreja. Introduzido o abuso de rigorosas prisões em carceres privados pelos Prelados regulares, mandou El-Rei D. José pela C. R. de 31 de Julho de 1775 ao Corregedor da Ilha Terceira, que annualmente examinasse se haviam carceres nos Conventos dos Religiosos,

como tambem as culpas, porque se achassem presos os Regulares, perguntando-os para esse fim, e aos Prelados, para serem soccorridos contra a tyrannia dos mesmos Prelados, nos casos de se verificar alguma nos seus procedimentos, e que lhe desse conta de uma e outra cousa pela Mesa do Desembargo do Paço.

Vendo mais El-Rei que as temporalidades da maior parte dos Conventos tinham sido escandalosamente gravadas com dividas passivas de dinheiros tomados a juro pelos Prelados locaes, até o excesso de absorverem e excederem com o premio quasi todos os rendimentos, a ponto de se tornarem fallidos com prejuizo ostensivo dos mutuantes e escandalo publico, mandou pelo Alvará de 6 de Julho do presente anno de 1776, que todos os contractos celebrados com Communidades do Clero regular fossem nullos, e de nenhum effeito, não precedendo autoridade Regia.

1777.

El-Rei D. José I falleceu no dia 24 de Fevereiro do presente anno, em consequencia do que subiu ao throno de Portugal sua filha primogenita D. Maria I, casada com seu tio D. Pedro. A desgraça do Marquez de Pombal assignalou os primeiros dias d'este novo reinado.

Os Hespanhoes, tendo occupado a Colonia do Sacramento no dia 2 de Novembro de 1762, marcharam immediatamente sobre o Rio Grande, e tomaram os Fortes de S. Miguel, Santa Thereza e S. Pedro no anno seguinte. Os Brasileiros por sua parte oppozeram invasão á invasão: penetraram pelo interior de Matto-Grosso até os estabelecimentos do Perú: fundaram o presidio de Nova Coimbra sobre o Paraguay: rechaçaram do Rio Pardo um corpo de 1600 homens derrotando-o completamente, e organisaram uma cavallaria errante á maneira dos Arabes Beduinos, tão terrivel que os Hespanhoes, accomettidos de um terror panico, fugiam sómente ao seu aspecto.

Todavia as Côrtes de Madrid e de Lisboa não se hostilisavam na Europa; fallava-se mesmo de ajustes de paz, com quanto recusasse Portugal dar uma satisfação reclamada pela Hespanha. Para vingar offensas, que dizia ter recebido, pôz no mar a Côrte de Madrid 120 velas guarnecidas por dez mil homens de tropa de desembarque,

dois mil soldados de marinha, armamento e munições em abundancia, e viveres para seis mezes. Esta grande armada partiu nos primeiros dias de Novembro de 1776 debaixo do commando de D. Pedro Cevallos, que o Rei Catholico nomeara Vice-Rei e Capitão General de toda a provincia de Buenos-Ayres, com ordem de reprimir os excessos dos Portuguezes.

Chegando a Esquadra Hespanhola á Ilha de Santa Catharina, onde commandava o General Antonio Carlos Furtado de Mendonça, foi tal o terror panico, que se apoderou dos principaes Cabos de guerra portuguezes á vista do inimigo, que se renderam vergonhosamente á discrição no dia 27 de Fevereiro de 1777, apezar de estar a ilha bem provida de gente e munições em estado de resistir por muito tempo. Os Hespanhoes tiveram por este meio a vantagem por toda a parte, e retomaram aos Portuguezes todas as praças, que estes lhes tinham arrebatado.

O novo reinado pôz termo ás contrariedades, que dividiam as duas nações na America por causa dos limites das respectivas Colonias. O Tratado preliminar de paz entre as Corôas da Hespanha e de Portugal, assignado em S. Ildefonso no 1.º de Outubro do mesmo anno de 1777, fixando os limites do Brasil com as possessões hespanholas, determinou as fronteiras de ambas as Colonias pelo Sul e pelo Norte. O Tratado de S. Ildefonso, limitando a immensa extensão da America portugueza, abandonava irrevocavelmente á Hespanha a Colonia do Sacramento, e deixava livre á esta Potencia a possessão da margem septentrional do Rio da Prata.

1778.

O Tratado de amizade, garantia, e commercio, entre as mesmas Corôas da Hespanha e de Portugal, assignado no Pardo a 11 de Março de 1778, ratificou o Preliminar de S. Ildefonso do anno anterior, que pelo artigo 13 mandava restituir a Portugal a Ilha de Santa Catharina: em consequencia do que designou o Vice-Rei Marquez de Lavradio ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Camara, para recebel-a em nome da Rainha. Evacuada pois a ilha pelos Hespanhoes no dia 30 de Julho do dito anno de 1778, tomou d'ella posse o mencionado Coronel Veiga Cabral a 4 de Agosto immediato, e começou a administral-a como seu Governador até que foi rendido a 5 de Junho do seguinte anno de 1779.

Depois da morte do 1.º Bispo de Marianna D. Fr. Manoel da Cruz em 1764, esteve o Bispado em vacancia por alguns annos, até que foi eleito D. Joaquim Borges de Figueiroa, que, mandando tomar posse por seu Procurador, deixou-se ficar em Lisboa, e foi trasladado para o Arcebispado da Bahia, onde he contado como o decimo Arcebispo d'esta Diocese.

Foi o terceiro Bispo de Marianna D. Fr. Bartholomeu Manoel Mendes, que depois de confirmado e sagrado, mandou tomar posse por Procurador, conservando-se em Lisboa. Obrigado, porém, depois de seis annos, a vir administrar a sua Igreja, desistiu d'ella.

D. Fr. Domingos da Encarnação Pontivel (4.º Bispo de Marianna) foi eleito no 1.º de Outubro de 1778. Depois de confirmado e sagrado, occupou a Mitra dignamente até fallecer. Jaz na Igreja Cathedral da Cidade de Marianna. Ignora-se o dia da sua morte.

Luiz da Cunha Menezes, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, recebeu a posse de mãos do governo interino no dia 17 de Outubro de 1778, e governou esta Capitania até o dia 27 de Junho de 1783, em que foi rendido. Durante a sua administração se fundaram varias aldêas com os Indios Cayapós, Javaés e Carajós, que d'antes eram inimigos; creou Companhias de milicias de homens pardos e pretos, chamados *Henriques*, na capital, em Crixaz, Pilar, e Trahiras; fez muitas obras publicas, e dedicou-se com desvelo ao asseio e melhoramento da capital.

1779.

Luiz de Vasconcellos e Souza, 4.º Vice-Rei e Capitão General de mar e terra nomeado para o Rio de Janeiro com Patente de 25 de Setembro de 1778, tomou posse a 5 de Abril de 1779, e governou até o dia 4 de Junho de 1790, em que foi rendido.

A este Vice-Rei deve muito a cidade do Rio de Janeiro, que ainda hoje saborêa os fructos de sua sabia e prudente administração. Entre as obras principaes, devidas ao seu zelo, contaremos a do caes, que aformoseava a frente do Palacio. Fez mudar o chafariz do centro da praça, collocando-o junto ao mar para commodidade das embarcações, que alli iam prover-se d'agoa. Formou o Passeio publico em 1783 sobre um pantano, que inficionava

aquelle bairro. Construiu o chafariz das Marrecas, e abriu a rua do mesmo nome, que vai d'elle á porta principal do Passeio. No campo da Lampadoza edificou a casa, em que se deviam preparar e recolher os passaros, destinados para o Gabinete de Historia natural de Lisboa. Concluiu, e afinal reparou, depois de um horrivel incendio, a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Parto no anno de 1789.

Finalmente a elle se deve o augmento da Botanica pelo muito que se interessou n'este importante e util objecto, fazendo classificar uma grande collecção de plantas d'este paiz, ainda não conhecidas na ordem do reino vegetal, fazendo-as juntamente copiar com toda a belleza e propriedade, a que deu o titulo de *Flora Fluminense*; em cujos trabalhos se distinguiu o R. P. Mestre Fr. José Marianno da Conceição Vellozo, religioso do Convento de Santo Antonio d'esta cidade. Foi ao mesmo tempo muito assiduo no trabalho de gabinete, e muito civil e attento com todos os seus subditos, de tal sorte que por muito tempo durou a lembrança dos seus beneficios, assim como ainda duram os monumentos, em que ficou gravado o seu nome.

O Brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araujo Teixeira Homem, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, tomou posse a 5 de Junho de 1779, e governou até o dia 7 de Junho de 1786, em que foi rendido. Este Governador reparou pelo zelo e prudencia com que se houve durante a sua administração muitos males da guerra, fazendo florecer a agricultura, e prosperar o commercio; fundou o Hospital de Caridade junto a Capella do Menino Deos, e deu muitas esmolas, sem fazer disto ostentação.

D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, 4.° Marquez de Valença, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (48.°), tomou posse do governo a 13 de Novembro de 1779, e largou-o no dia 31 de Julho de 1783. Foi para Lisboa, e ficaram governando por Côrtes, que se fizeram, o Arcebispo D. Fr. Antonio Corrêa, o Chanceller José Ignacio de Brito Bocarro Castanheda, e o Coronel do 2.° Regimento José Clarque Lobo.

D. Fr. Antonio de S. José (11.° Arcebispo da Bahia) passou de Bispo do Maranhão, depois de haver estado re-

cluso dez annos por motivos politicos no Convento da sua Ordem em Leiria, para Metropolita do Brasil, de cuja Diocese não chegou a tomar posse por fallecer em Lisboa no anno de 1779.

1780.

D. Rodrigo José de Menezes, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, tomou posse do governo a 20 de Fevereiro de 1780, e conservou-o até o dia 10 de Outubro de 1783, em que foi rendido para ir governar a Bahia, para onde fôra trasladado. Este Governador foi incansavel percorrendo a Capitania, e penetrando nos desertos sertões infestados pelos Botocudos; fez abrir muitas estradas novas (contra ordens expressas da Côrte, que o prohibia) debaixo do pretexto de evitar o extravio do ouro e dos diamantes por estes canaes.

Com o objecto de augmentar as rendas da Capitania distribuiu immensas sesmarias de terras auriferas, e mandou povoar a serra da Mantiqueira, e os sertões dos Arripiados e do Cuyaté, que elle mesmo visitou e examinou, não só distribuindo terras a quem as pedia, como fundando colonias com os vadios das povoações, que fez recrutar e enviar para o Cuyaté, debaixo da vigilancia e cuidado do seu Ajudante de ordens José Joaquim de Siqueira e Almeida. Finalmente muito mais teria feito a não ser a sua muito curta residencia n'aquella Capitania, onde deixou saudosas recordações.

José de Napoles Tello de Menezes, Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro, tomou posse do cargo no dia 4 de Março de 1780, recebendo o governo de mãos do seu antecessor João Pereira Caldas.

O Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, por nomeação do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza para governar o Rio Grande do Sul, tomou posse a 31 de Maio de 1780, e governou com alguns intervallos de ausencia até o dia 5 de Novembro de 1801, em que falleceu.

Como com o provimento do governo fosse tambem incumbido de começar a diligencia da demarcação dos limites na qualidade de primeiro Commissario, tendo por

isso de ausentar-se da capital, ficou encarregado do expediente:

1.º O Coronel Raphael Pinto Bandeira por quasi tres annos, e depois

2.º O Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa.

Voltando Cabral á capital, já com a Patente de Tenente General, continuou no exercicio do governo, até que falleceu no dia, mez, e anno referido. Em consequencia da sua morte entrou interinamente a administrar a Capitania o Brigadeiro de Engenheiros Francisco João Roscio até entregar o poder ao futuro successor em 1803.

1781.

D. Fr. Antonio Corrêa (12.º Arcebispo da Bahia) foi eleito a 16 de Agosto de 1779, e depois de confirmado e sagrado, chegou á sua Diocese a 24 de Dezembro de 1781. Falleceu em 1802. Foi o Orador nas exequias do seu antecessor, estando já eleito em seu lugar; governou a Capitania por ausencia do Marquez de Valença D. Affonso Miguel de Portugal em 1783, e de D. Fernando José de Portugal e Castro em 1801. Jaz na Igreja da Sé.

1782.

Creada a Prelazia de Cuyabá, pela Bulla *Candor lucis æternæ* de 6 de Dezembro de 1746, conservou-se sem Prelado, e sujeita á jurisdicção do Bispo do Rio de Janeiro até o anno de 1782, em que, a 23 de Janeiro, mereceu a eleição o Padre José Nicolão de Azevedo Coutinho Gentil, para primeiro Prelado de Cuyabá. Declarado pela Bulla de 11 de Setembro de 1783 Bispo titular de Zoára, conservou-se em Lisboa até que, fallecendo no anno de 1788 o Prelado eleito para Goyaz, foi nomeado para succeder-lhe o referido Bispo de Zoára em 7 de Março do mesmo anno. Vagando o Decanato da Real Capella de Villa-Viçosa, foi nomeado o mesmo Bispo de Zoára e Prelado de Goyaz para este beneficio por Decreto de 22 de Março de 1791, ficando por este facto ambas as Prelazias sem Prelados que as regessem, e conservando o Bispo do Rio de Janeiro a sua jurisdicção sobre ellas.

Pela mesma Bulla acima mencionada foi igualmente creada a Prelazia de Goyaz, que tambem esteve vaga até 1782, em cujo anno foi eleito para seu primeiro Prelado D. Fr. Vicente do Espirito Santo, Bispo das Ilhas de S. Thomé e Principe, o qual por suas molestias não chegou a vir reger a Igreja, que lhe fôra de novo confiada, e falleceu em 1788. N'este mesmo anno de 1788 foi destinado para succeder-lhe o Prelado de Cuyabá, Bispo titular de Zoara, que passando a exercer o Decanato de Villa-Viçosa, deixou por isso vaga a Prelazia de Goyaz no anno de 1791.

Nomeados por Ordem Regia os Doutores em mathematica Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda, os Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, e Joaquim José Ferreira, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, e dois desenhadores, além de outros, que se destinaram para a diligencia das demarcações, foram pelo Pará a Matto-Grosso, onde chegaram nos dias 28 de Fevereiro e 12 de Março de 1782; e occupados desde então em observar aquelle territorio, examinar, e demarcar os rios, que o retalham, passaram no anno de 1786 a fazer outras indagações semelhantes em Cuyabá, á cuja villa aportaram no 1.° de Setembro do mesmo anno. O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira parece que não veiu n'esta expedição, pois que só chegou ao Pará no fim do anno de 1783, como adiante se verá.

Francisco da Cunha Menezes, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, succedeu a Martim Lopes Lobo de Saldanha pela posse que tomou a 16 de Março de 1782, e deixou a Capitania em 1786 com o provimento de Governador e Capitão General do Estado da India.

Em seu lugar foi provido interinamente n'aquelle governo o Brigadeiro José Raymundo Chichorro da Gama Lobo por nomeação do Vice-Rei do Estado Luiz de Vasconcellos.

1785.

Tristão da Cunha Menezes, Chefe de Esquadra da Real Armada, Governador e Capitão General nomeado

para Goyaz, tomou posse do governo a 27 de Junho de 1783, e conservou-o até 25 de Fevereiro de 1800, em que foi rendido. Em seu tempo fez a conquista dos Indios Chavantes, conseguindo que 3:500 d'esses selvagens viessem povoar a nova aldeia do *Carretão*, denominada de Pedro III. Promoveu a navegação do rio Araraguaya, começada em 1791 por Ordem Regia, cuja derrota para o Pará comprehende 732 legoas. Descobriu-se a riqueza das minas de Arraias, chamadas *Descoberto do Ouro-podre* por ser de ma côr e denegrido. Fundou varios Registros, e fez mudar para o Arraial de Cavalcante a Casa da fundição de S. Felix.

Ordenando a Rainha a Sra. D. Maria I, por Aviso de 29 de Agosto de 1783, que se despachassem viajantes aos sertões da America para colligirem noticias dos varios productos da natureza, foi um d'elles o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, levando por desenhadores a Joaquim José Codina e a José Joaquim Freire, e um preparador botanico Agostinho Joaquim do Cabo (Mem. da Acad. R. das Sci. de Lisboa, tom. 5. pag. 65). Esta expedição scientifica chegou ao Pará no fim do mesmo anno de 1783. O gravador Manoel Marques de Aguilar, tendo ido a Inglaterra aperfeiçoar-se na sua arte, foi depois, pelos annos de 1794 pouco mais ou menos, encarregado de abrir as estampas pertencentes áquellas viagens.

Luiz da Cunha de Menezes, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, tomou posse do governo a 10 de Outubro de 1783, e conservou-o até 11 de Julho de 1788, em que foi rendido.

Martinho de Souza e Albuquerque, Governador e Capitão General do Grão Para e Rio Negro, tomou posse do cargo aos 25 de Outubro de 1783, recebendo o governo de mãos do seu antecessor José de Napoles Tello de Menezes.

D. Fr. Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará, chegou a Belém em companhia do Governador Martinho de Souza

e Albuquerque; tomou posse por Procurador no dia 29 de Outubro, e no dia 1.º de Novembro fez a sua entrada solemne. Visitou por tres vezes a maior parte do seu Bispado, levantou com esmolas agenciadas por elle o Hospital de Caridade em 1787, e no anno de 1789 retirou-se para Portugal por haver recebido a noticia da sua eleição para Arcebispo de Braga, feita a 28 de Abril do mesmo anno.

1784.

D. Rodrigo José de Menezes e Castro, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (49.º), tomou posse do governo a 6 de Janeiro de 1784, e conservou-o até 18 de Abril de 1788, dia em que foi rendido. Fez a grande obra do Lazareto, ou hospital dos Lazaros, e um celleiro publico, denominado as *Tulhas*, para deposito das farinhas; assim como a praça da Piedade, e outras obras publicas, que aformosearam a cidade. Teve depois o titulo de Conde de Cavalleiros.

1785.

N'este anno foi creado na cidade da Bahia um celleiro publico, mais conhecido pelo nome de *Tulhas*, que principiou no dia 9 de Setembro, e foi approvado pela C. R. de 25 de Agosto de 1807. Esta instituição teve por objecto occorrer as despezas do novo Lazareto, que alli fundou o Capitão General D. Rodrigo José de Menezes, obrigando a pagar por cada alqueire de farinha de mandioca, milho, arroz e feijão, que alli se recolhesse, vinte réis; cujo producto não recompensa os males, que tem acarretado a este genero de agricultura o monopolio do celleiro. Este consideravel estabelecimento he privativo da Bahia ou unico em todo o Brasil: o seu rendimento annual, calculado nos dez annos que decorreram de 1825 a 1835, apenas alcançava o termo medio de 7:500$000 réis.

1786.

O Sargento-mór de Artilharia José Pereira Pinto, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina,

tomou posse a 7 de Junho de 1786, e governou até o dia 17 de Janeiro de 1791, em que foi rendido. Este Governador fez abrir a estrada nova, chamada de cima da Serra, desde a Laguna até Lages, franqueando o sertão, que se julgava até então impenetravel; animou e promoveu a cultura do café e do anil, e mandou continuar a plantação da urumbéba, que serve para sustento do insecto, que produz a cochonilha; porém faltando o prompto pagamento d'este genero pela pobreza do thesouro publico, os lavradores abandonaram este ramo de industria pelo grave prejuizo, que experimentavam.

D. Fr. Diogo de Jesus Jardim, natural de Sabará na Capitania de Minas (11.º Bispo de Pernambuco), foi eleito a 11 de Maio de 1784, e sendo confirmado e sagrado, tomou posse por Procurador a 22 de Agosto de 1786. Chegando a Diocese no dia 1.º de Dezembro d'este mesmo anno, começou a administral-a até regressar para Lisboa a 16 de Maio de 1793 com faculdade Regia. Tres dias depois da sua chegada áquella Côrte foi eleito successor da Mitra de Elvas, onde falleceu a 30 de Maio de 1796.

Este Bispo foi bemfazejo, caritativo e generoso; deu avultadas esmolas aos Expostos e aos Lazaros, e fez doações á Sé, a Igreja de S. Pedro em Olinda e ao Recolhimento de freiras. Havendo n'esta Capitania de Pernambuco uma grande secca no anno de 1792, e pedindo-se a este Bispo licença para uma procissão de penitencia, a negou dizendo, que a verdadeira penitencia consistia na emenda da vida e reforma dos costumes; e ordenando ao mesmo tempo, que nas Missas se dissesse a oração para pedir chuva, e se fizessem as preces publicas.

1787.

Em consequencia de uma representação da Camara da Bahia concedeu a Provisão de 27 de Março de 1762 que se fizesse n'aquella cidade um Lazareto, precedendo informações do Governador, que então era o Conde dos Arcos. A insufficiencia dos meios concedidos para a sua manutenção tinha tornado illusoria esta graça, até que o Governador D. Rodrigo José de Menezes tomou por empenho levantar um edificio, que satisfizesse as necessi-

dades de uma população ja muito numerosa, em cujo seio vagava multidão de leprosos sem abrigo nem reserva alguma.

Com estas vistas comprou o citado Governador a fazenda, que tinha sido dos Jesuitas, denominada a *Quinta*, por meio de uma subscrição do povo; e com estes meios, e o producto do celleiro, que tambem creou com este fim, fez levantar um hospital para os Lazaros na mesma Quinta. Tendo, porém, mandado recolher os leprosos na fortaleza do Barbalho, em quanto concluia aquelle edificio, abriu o novo hospital, e fez a trasladação d'estes infelizes no dia 21 de Agosto de 1787. No primeiro mez entraram logo 74 enfermos de ambos os sexos; e desde então se tem alli conservado e mantido o hospital dos Lazaros com o producto das *Tulhas*.

O Tenente Coronel Manoel da Cama visitou e explorou n'este anno o *Rio Branco* por Ordem da Côrte, e o descreveu com prolixa investigação, fazendo levantar a Carta respectiva pelo Engenheiro Dr. em mathematica José Simões de Carvalho.

1788.

D. Thomaz José de Mello, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse do governo d'esta Capitania em Janeiro de 1788, e conservou-o até o dia 30 de Dezembro de 1798, em que embarcou para Lisboa.

Este Governador, a quem se attribuiu genio violento e despotico, fez assim mesmo muitos melhoramentos em Pernambuco, cuja capital ainda hoje attesta os seus beneficios. Mandou construir a Casa dos Expostos, e creou o hospital dos Lazaros; fez o aterro dos Afogados, por onde não se podia passar nas marés cheias sem perigo; desterrou das janellas e portas das casas o antigo uso dos peneiros ou urupemas, mandando substituil-as com rotulas de madeira; regulou as calçadas das ruas, e por sua direcção se fizeram alguns arcos de pedra na ponte do Recife. A Ribeira do Peixe e a Praça da Polé foram por elle feitas. A Capella de S. José de Riba-mar no bairro das Cinco Pontas tambem lhe deveu a sua fundação, dotando-a com alfaias e paramentos á sua custa.

No tempo do seu governo sentiu esta Capitania, por

tres annos, a maior das seccas, que occasionou a morte a milhares de pessoas, principalmente no sertão, pela esterilidade e falta de mantimentos; cujo auxilio foi mister procurar nas outras Capitanias, e muito mais a farinha de mandioca, com que então se proveu por muitos mezes. Retirando-se por Ordem Regia para a Côrte, ficou o governo da Capitania a cargo do Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, do Intendente da Marinha Chefe de Divisão Pedro Sheverin, e do Ouvidor geral da Comarca Antonio Luiz Pereira da Cunha, que morreu ultimamente Marquez de Inhambupe.

D. Fernando José de Portugal e Castro, muito depois Marquez de Aguiar, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (50.°), tomou posse do governo no dia 18 de Abril de 1788, e conservou-o até o dia 23 de Setembro de 1801, em que, sendo nomeado Vice-Rei para o Rio de Janeiro, partiu para o seu destino. Em sua ausencia ficaram encarregados interinamente da administração da Capitania o Arcebispo D. Fr. Antonio Corrêa, que morreu no anno seguinte, o Chanceller Firmino de Magalhães Siqueira da Fonseca, e o Marechal de Campo Florencio José Corrêa de Mello.

Denunciada em dias do anno de 1798 uma conspiração na cidade da Bahia com o fim de proclamar a republica franceza, ou cousa semelhante, mandou o Governador proceder a formação de um processo, do qual resultou afinal serem enforcados quatro infelizes da ultima classe do povo no dia 8 de Novembro do anno seguinte, em virtude de sentença da Relação, que os condemnou á morte, e outros á pena de prisão e de degredo. Em 13 annos, que durou o governo de D. Fernando, apenas mandou concertar o canto da Cadeia, fronteira á casa da sua residencia, fazendo gravar alli o seu nome para memoria d'este importante facto.

Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, tomou posse do governo no dia 5 de Julho de 1788, donde passou a governar a Capitania de Minas em Junho de 1797.

Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, Governador e Capitão General nomeado para

a Capitania de Minas, tomou posse do governo a 11 de Julho de 1788, e conservou-o até o anno de 1797, em que foi rendido. Erigiu em villas as povoações, que hoje conservam o nome de S. Bento de Tamandoa, Barbacena e Queluz. No anno de 1789 mandou proceder as prisões, em virtude das denuncias dadas, de uma conspiração em Minas, em que foram envolvidas tantas pessoas respeitaveis pelo seu saber, moralidade e fortuna, como diremos no anno seguinte.

1789.

João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Matto-Grosso, tomou posse do governo a 20 de Novembro de 1789. Falleceu alli a 28 de Fevereiro de 1796, e jaz na Igreja Matriz da capital, que elle havia edificado com sumptuosidade, e não chegou a concluir.

Em consequencia da sua morte ficou o governo da Capitania a cargo do Ouvidor geral Antonio da Silva do Amaral, do Tenente Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, e do 1.º Vereador da Camara Marcellino Ribeiro.

Desde a paz de 1777 se conservava o Brasil em completa tranquillidade, quando um facto, tão notavel por ser o primeiro que revelou assomos de independencia, como pela singular incuria com que se houveram os principaes que n'elle figuraram, veiu occupar todos os espiritos. Sendo Luiz da Cunha de Menezes Governador de Minas Geraes, teve aviso em 1786 de que se tramava uma conspiração com o fito de declarar independente aquella provincia, á imitação da America Ingleza. Tão chimerico intento não mereceu a attenção do Governador, e os revolucionarios tiveram tempo de alliciar novos socios nas differentes povoações de Minas.

Com a chegada de outro Capitão General, o Visconde de Barbacena em 1788, por occasião da cobrança do imposto do ouro, que tinha ficado em consideravel atraso, quizeram os conjurados romper na revolta, mas considerando então que a sua posição no interior do paiz lhes era desfavoravel, enviaram ao Rio de Janeiro um dos socios, Joaquim José da Silva Xavier, denominado o *Tiradentes*, com o fim de grangear partido n'esta cidade. José Alves Maciel, natural de Minas, que acabava de chegar da Europa, asse-

verou ao emissario que as potencias, que tinham protegido a emancipação das Colonias Inglezas, não deixariam de favorecer igualmente a causa de Minas Geraes.

Nada mais necessitou o inexperto Tiradentes para voltar á Villa-Rica, contente da sua missão; e o que mais espanta, isto bastou para que a maior parte dos conjurados contasse com feliz successo. Em ultimo accordo resolveram pôr-se em campo no momento, em que o Governador mandasse realisar a cobrança expressamente retardada. N'esta conjunctura um dos conspiradores, por nome *Joaquim Silverio dos Reis*, denunciou todos os seus complices ao Visconde de Barbacena, que logo instruiu de tudo ao Vice-Rei do Rio de Janeiro; em consequencia do que, e por ordem d'este, foram immediatamente presos os denunciados, no anno de 1789, sem a menor resistencia.

Joaquim José da Silva Xavier, julgado chefe da conspiração, foi o unico que expiou na forca o delirio de todos os revolucionarios. Claudio Manoel da Costa e Joaquim da Silva Pinto do Rego Fortes morreram na prisão; outros dez, igualmente condemnados ao ultimo supplicio, esperavam a hora final (encarcerados no mesmo edificio, onde por um estranho acaso alguns d'elles vieram a figurar depois como membros da Assembléa Constituinte), quando lhes foi intimada uma Carta Regia, dirigida em 1792 ao Vice-Rei Conde de Resende, comutando-lhes a pena em degredo para diversos presidios de Africa. Assim se mallogrou o insensato projecto de uma Sociedade, que mantinha no proprio seio o germen de sua destruição

---

O Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada tomou posse, no corrente anno, do Governo da Capitania de S. José do Rio Negro por morte do Governador Joaquim Tinoco Valente.

N'este mesmo anno o Marechal de Campo João Pereira Caldas, Plenipotenciario e chefe da expedição das demarcações do Rio Negro e Matto-Grosso, entregou em mãos do novo Governador do Rio Negro Manoel da Gama Lobo a importante commissão, de que se achava encarregado desde 1780, em observancia da C. R. de 25 de Novembro de 1788, que lhe permittia retirar-se para Lisboa afim de tratar da sua saude, arruinada no exercicio d'esta mesma commissão.

O Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, deveu a sua fundação ao R.

Bispo D. Fr. Antonio do Desterro. Collocada a primeira pedra em 1742, e concluido com sufficientes commodos para asylo de mulheres não virgens, entraram a habital-o algumas, que renunciando o mundo mudaram de vida e de costumes. Arruinado o edificio pela sua má construcção, reparou-o completamente o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza no anno de 1787. Ainda se trabalhava no interior do Recolhimento quando, no dia 24 de Agosto de 1789, se declarou um incendio, que communicando-se ao templo, o teria reduzido á cinzas, se o não atalhassem as promptas disposições do mesmo Vice-Rei.

Passando as Recolhidas para a Casa dos Terceiros de S. Francisco, que serve de Hospital com todo o recato devido á sua clausura, e salva a imagem da Senhora do Parto, voltou o incansavel Patrono do Recolhimento suas vistas para as ruinas ainda fumegantes do edificio, e logo meditou na sua reedificação com mais empenho do que antes. Coadjuvado pelo povo, que via n'este anhelo do Vice-Rei não só um acto de dever do seu cargo como ainda mais um acto de religiosa devoção, no curto prazo de tres mezes e 14 dias achou-se todo o edificio reparado ; e no dia 8 de Dezembro do mesmo anno de 1789 voltaram as Recolhidas ao seu asylo.

Sendo precisa a enfermaria da Ordem Terceira do Carmo para deposito da Real Bibliotheca, trasladada de Lisboa, em compensação d'essa Casa foi por S. A. R. (O Principe então Regente) dado o Recolhimento, extincto em 1812, áquella Ordem para o seu hospital, em cujo local ainda hoje existe.

1790.

D. José Luiz de Castro, 2.° Conde de Resende, e 5.° Vice-Rei e Capitão General de mar e terra nomeado para o Rio de Janeiro, tomou posse a 4 de Junho de 1790, e governou até o dia 14 de Outubro de 1801, em que foi rendido.

Este Vice-Rei foi um verdadeiro contraste do seu antecessor Luiz de Vasconcellos; naturalmente melancolico e suspeitoso fazia verter sobre o povo todo o fel da sua atrabilis. O principio do seu governo foi de muito mao agouro para esta Capitania pelo incendio violento, que na noite de 20 do mesmo mez da sua posse devorou a casa da Camara com todo o seu archivo ; por cujo facto desappareceram quasi todos os livros e documentos, desde o começo da cidade, ficando salvos por casualidade os que se

achavam em poder do Escrivão da mesma Camara. Projectou continuar o caes do largo do Paço por toda a praia de D. Manoel, para cujo effeito vendia Patentes de Capitão, Tenente, e Alferes por quantias estipuladas, com o titulo de Officiaes do Caes; porém não passou isto de projecto, perdendo-se muita cantaria, que ficou sepultada debaixo do entulho por incapacidade do Engenheiro Joaquim Corrêa.

O mesmo praticou com a obra, que mandou fazer na Fortaleza de Santa Cruz, augmentando-lhe uma bataria baixa na ponta da barra, e 29 peças ao nivel da bataria antiga. Levantou o Chafariz do largo de Moura, e accrescentou as accommodações da casa da residencia dos Vice-Reis (hoje Paço da Cidade) no segundo andar, como projectára seu antecessor Luiz de Vasconcellos, deixando promptos os materiaes precisos. No quarto anno do seu governo se fabricou a fragata *Princeza do Brasil*, que em 1798 comboiou os navios mercantes á Lisboa. Perseguiu com brutal tenacidade aos membros da Academia scientifica do Rio de Janeiro, creada sob a protecção e auspicios do Marquez de Lavradio, e conservada com a mesma liberalidade por seus successores até o dito Conde de Resende, que a dissolveu em 1794, prendendo a muitos d'elles em occultos calabouços, e conservados em estreito segredo por espaço de 2 annos e 7 mezes, até que por Ordem Regia foram postos em liberdade, visto que não haviam contra elles provas de delicto nem processos.

Finalmente retirou-se deixando este povo possuido do odio, que lhe votou por seu pessimo e inconstante caracter, e por suas vexações e actos arbitrarios sem utilidade publica. Para todas as obras, que mandou fazer, concorreu o povo com o serviço de seus escravos sem estipendio algum, cujos Senhores eram forçados a prestal-os de grado ou por força; do que se originaram tantas violencias e injustiças, pela barbaridade com que eram tratados pelos inferiores da tropa de linha, que pela maior parte eram restituidos quasi mortos á bordoadas, ou de molestias graves.

O Capitão de Fragata D. Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capitão General do Grão Pará e do Rio Negro, tomou posse do cargo a 15 de Junho de 1790, recebendo o governo das mãos do seu antecessor Martinho de Souza e Albuquerque. D'este Governador se diz, que fizera afogar tres mulheres parteiras (em 1800), em consequen-

cia de haverem concorrido por sua inexperiencia e ignorancia para a morte de parto da sua amada.

1791.

O Coronel Manoel Soares Coimbra, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, tomou posse do governo a 17 de Janeiro de 1791, e quatro mezes depois procedeu a um recrutamento de 500 homens para completar o Regimento da mesma ilha, em cujo commando fôra igualmente provido. Em seguida começou a levantar um sumptuoso quartel para o mesmo Regimento sem fundos para occorrer as despezas da sua construcção, de sorte que, além das dividas em que empenhou os cofres da Capitania, vexou o povo tomando-lhe mantimentos para soccorrer a tropa, e obrigando os moradores a trabalhos forçados, que os privavam de cuidar dos proprios. Este iniquo proceder excitou taes queixas contra aquelle Governador, que o Vice-Rei o mandou render, e conduzir preso ao Rio de Janeiro em Julho de 1793.

A Capitania de S. Vicente foi incorporada na Corôa, e o Conde de Vimieiro compensado com mercês pelo direito, que pretendia ter á ella, como participou o Decreto de 17 de Dezembro de 1791 ao Conselho da Fazenda.

1792.

D. Pedro III, Rei apenas titular, Tio e Marido da Rainha Reinante D. Maria I, morreu em 1786. D'este consorcio dois Principes existiam de contrarios caracteres: o mais velho, D. José, dava as mais bellas esperanças, em quanto o mais moço, apartado dos negocios, seguia as suas inclinações pacificas e religiosas. A morte arrebatou em 11 de Setembro de 1788 o herdeiro do throno, e D. João de Bragança veiu a ser Principe do Brasil. Chamado pela sorte para occupar o throno, viu-se dentro em pouco obrigado a lançar mão das redeas do Estado (no dia 10 de Fevereiro de 1792) pela molestia e impossibilidade da Rainha sua Mãi. Governou ao principio sem mais titulo algum particular, que o de herdeiro presumptivo da Corôa; po-

rém como as circumstancias se tornassem mais difficeis para Portugal, tomou então o titulo de Regente do Reino por Decreto datado no Palacio de Queluz aos 16 de Julho de 1799.

1795.

O Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, provido no Governo da Ilha de Santa Catharina pelo Vice-Rei Conde de Resende, tomou posse a 8 de Julho de 1793, e conservou-se até o dia 18 de Janeiro de 1800, em que falleceu. Entraram a substituil-o interinamente o Tenente Coronel do Regimento da Ilha José da Gama Lobo Coelho, o Ouvidor pela Lei Aleixo Maria Caetano, e o 1.º Vereador da Camara José Pereira da Cunha; os quaes estiveram na governança da Capitania até a entregarem ao futuro successor no dia 8 de Dezembro do mesmo anno.

1794.

D. Manoel de Almeida de Carvalho, 7.º Bispo do Pará, chegou á cidade de Belém no dia 17 de Junho de 1794, tomou posse no mesmo dia por seu procurador, e fez a sua entrada solemne no dia immediato. Por morte do Capitão General do Pará José Narcizo de Magalhães e Menezes, acaecida aos 20 de Dezembro de 1810, entrou o Bispo D. Manoel a substituir a sua falta no mesmo dia como membro do governo interino; e n'elle se conservou até o dia 19 de Outubro de 1817, em que deu posse ao novo Capitão General Conde de Villa Flor, nomeado para aquella Capitania. Falleceu na mesma cidade de Belém aos 30 de Junho de 1818, depois de haver governado a Diocese por espaço de 24 annos completos: jaz na Capella-mór da Cathedral.

N'este mesmo anno foram expulsos da cidade de Belém do Grão Pará os Padres Mercenarios para os seus Conventos do Maranhão, em consequencia da representação, que havia feito o Bispo D. Fr. Cáetano Brandão. Por Aviso de 24 de Março do mesmo anno de 1794 mandou a Junta da Fazenda sequestrar aos ditos Religiosos as fazendas de criar, que possuiam em varios lugares d'aquella Capitania,

cujo valor subiu por avaliação á enorme somma de 232:598$770 reis. A Igreja, que estes Padres tinham na cidade, foi entregue á Irmandade militar do Senhor Santo Christo, que desoccupou a Igreja de Santo Alexandre dos extinctos Jesuitas, então destinada para uso da Confraria da Santa Casa da Misericordia.

Para refugio dos Soldados invalidos do Rio de Janeiro havia estabelecido o Vice-Rei Conde de Resende no districto de Mata-Cavallos uma casa privativa, por cima de cuja porta principal se lia a seguinte inscripção — O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. José de Castro, Conde de Resende e Capitão General d'este Estado, mandou fazer esta casa em 1794— Ignora-se se chegou a ter effeito esta instituição tão util, que acabou com a ausencia do instituidor, ficando só o nome da *Rua dos Invalidos* á que então alli se mandou abrir para communicação mais facil d'aquelle bairro.

1796.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro (que morreu Marquez da Praia Grande), Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Matto-Grosso, recebeu do Governo interino a posse no dia 6 de Novembro de 1796, conservando-a até que, trasladado para Pernambuco com a mesma Patente, entregou a outro triumvirato semelhante a administração da Capitania.

Manoel Carlos de Abreu e Menezes, Capitão General nomeado para a mesma Capitania, recebeu dos Governadores interinos a posse do governo, que por sua morte alli vagou de novo.

João Carlos Augusto de Oeynhausen, com a mesma Patente, succedeu na administração, que deixou sendo transferido para o Pará.

Para succeder a Oeynhausen foi nomeado a 25 de Abril de 1811 Luiz Barba Alardo de Menezes, que governava a Capitania do Ceará; mas não chegou a ir para Matto-Grosso.

Finalmente em lugar de Luiz Barba foi nomeado, por despacho de 7 de Abril de 1815, o Marechal de Campo João de Souza Mendonça Côrte Real. Não se realisando porém este despacho, teve lugar em 4 de Julho de 1817 a nomeação do Tenente General graduado Francisco de Paula Magessi Tavares, como se dirá no lugar competente.

Vicente Ferreira Pires, natural da Bahia, partiu d'esta cidade a 29 de Dezembro de 1796 como Enviado de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, em companhia de *D. João Carlos de Bragança, Embaixador Ethiope do Rei de Dahomé.* Foi a Dahomé, e voltou á Bahia, aonde chegou a 5 de Fevereiro de 1798. Escreveu, e offereceu ao Principe Regente em 1800 a — *Viagem de Africa em o Reino de Dahomé*— manuscripto, em 4.°, que está na Bibliotheca Real da Ajuda.

1797.

D. Matheus de Abreu Pereira (4.° Bispo de S. Paulo) foi eleito no 1.° de Junho de 1794; confirmado por Bulla de 17 de Junho de 1795, tomou posse por Procurador a 19 de Março de 1796, e chegou a cidade de S. Paulo a 31 de Maio de 1797. Este Bispo concorreu para a Independencia do Brasil no anno de 1822 de accordo com todos os Paulistas, que muito o estimavam por suas boas qualidades. Falleceu a 5 de Maio de 1824, e foi sepultado no dia 7 na Capella-mór da Sé Cathedral de S. Paulo.

Antes de D. Matheus tinha sido eleito para a mesma Diocese D. Fr. Miguel da Madre de Deos, que depois de confirmado e sagrado renunciou o Bispado, deixando-se ficar em Lisboa; ultimamente foi eleito Arcebispo de Braga a 17 de Dezembro de 1813, onde acabou os seus dias.

Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, succedeu a Bernardo José de Lorena, e tomou posse do governo a 28 de Junho de 1797; conservou-o até o dia 10 de Dezembro de 1802, em que foi substituido.

Já havia algum tempo que a cidade da Bahia não experimentava alguma d'aquellas catastrophes tão frequentes por effeito dos desmoronamentos de terra sobre a Cidade baixa, quando as copiosas chuvas do mez de Junho d'este anno vieram pôr em consternação seus habitantes, succedendo aos sustos e temores vagos uma realidade espantosa. Com effeito no dia 2 de Julho, das 6 para 7 horas da tarde, desprendeu-se uma grande parte dos alicerces da antiga Igreja de S. Pedro dos Clerigos sobre a ladeira da Misericordia, e arrastrando porção de terra solta, arrasou 15

casas situadas sobre a mesma ladeira com perda de muitas vidas de pessoas, que as habitavam, apezar do aviso precursor do mesmo dia, de outra porção de terra, que já tinha cahido pela manhãa, chegando a entulhar as portas. Ignora-se o numero das victimas, e apenas se sabe que, mediante muito trabalho, conseguiu-se desenterrar quatro pessoas, que se conservavam ainda vivas debaixo das ruinas.

Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, passou de S. Paulo, onde governava, e tomou posse em Villa-Rica em Julho de 1797; conservando o poder até o anno de 1804, em que foi rendido. Voltando para Lisboa, teve o titulo de Conde de Sarzedas, e com elle o governo da India.

Tendo sido arregimentados os Terços da tropa paga no Brasil em virtude da Ordem Regia de 29 de Outubro de 1749, dirigida ao Vice-Rei Conde de Atouguia, conservaram-se todavia os Terços *auxiliares* com os seus Mestres de Campo, até que em virtude da C. R. de 7 de Agosto de 1797 foram estes substituidos por Coroneis, e a denominação de *auxiliares* pela de *milicias*; chamando-se Regimentos de Milicias aos corpos, que antes se chamavam Terços de auxiliares, e Coroneis aos antigos Mestres de Campo.

Continuando os Bispos do Brasil a prover as Igrejas com Parochos amoviveis, não obstante o Alvará de 14 de Abril de 1781, seguindo o costume do tempo, em que eram Oratorios ambulantes, foi servida S. M. a Rainha, em virtude da Resolução de Consulta de 11 de Novembro de 1797, abolir tal uso, por se ter chegado ao ponto de serem Capellas fixas e permanentes em povoações, que deviam ter Parochos collados. Para este fim ordenou que todas as Parochias, que se achassem fixamente estabelecidas, tivessem congruas da Real Fazenda, que não excedessem a 100$000 réis; e logo que o pé do Altar, que representa as livres oblações dos Fieis na primitiva Igreja, bastasse para decente sustentação dos Parochos, fossem de natureza collativa.

Mais mandou S. M. que para o seu provimento se pozessem a concurso, e se fizessem as propostas pela Mesa da

Consciencia e Ordens: que os Bispos lhe informassem, que congruas se deviam estabelecer para as Igrejas, que ainda as não tivessem; advertindo que alguns Bispos, para fazerem mais rendosos os direitos das Camaras ecclesiasticas, tinham deixado muitas d'estas Igrejas importantes regidas por Curas amoviveis com damno espiritual das almas, e temporal da Corôa.

Em 1797 partiu o Major Francisco Nunes com uma expedição ao descobrimento da communicação do rio *Capim* para o Piauhy. Voltou e deu conta da viagem em 1798.

1798.

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, nascido na villa de S. Salvador de Campos dos Goytacazes, que então pertencia a Capitania do Espirito Santo, (12.º Bispo de Pernambuco) foi eleito a 21 de Novembro de 1794, e depois de confirmado recebeu a sagração no dia 25 de Janeiro de 1796. Chegou ao Bispado a 25 de Dezembro de 1798, e fez a sua entrada solemne a 29 do mesmo mez, substituindo logo como membro do governo interino ao Capitão General D. Thomaz José de Mello, que pela C. R. de 20 de Agosto do mesmo anno de 1798 fôra mandado retirar para a Côrte. No primeiro dia de Janeiro de 1799 ratificou este Bispo a posse, que havia tomado por seu Procurador, e com data de 6 de Agosto do mesmo anno foi autorisado para eleger examinadores regulares e seculares para os concursos.

Este Bispo foi o fundador e creador do Seminario Episcopal de Olinda, o mais completo Collegio de educação secundaria, que houve até então no Brasil, obtendo com este fim do Principe Regente em 22 de Março de 1796 a doação da Igreja e Collegio, que foram dos Jesuitas n'aquella cidade. Creado o Seminario, cuja direcção, inspecção e administração commetteu o Principe ao mesmo Prelado, deu-lhe este estatutos, e pediu ao Clero o subsidio caritativo. Tambem deu estatutos para o Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria, fundado na Boa-Vista pelo Deão Dr. Manoel de Araujo de Carvalho Gondim, e seu irmão o Padre Francisco de Araujo Gondim. A beneficio do corpo capitular da sua Sé, e auxiliando a supplica do Cabido, obteve o augmento das Congruas d'essa corporação, que o Decreto

de 30 de Junho de 1898 lhe permittiu, e o Alvará de 23 de Outubro de 1806 confirmou.

Como membro do governo civil foi elle quem fez organisar e formar o Regimento de Artilharia de Pernambuco. Como Bispo ou Governador interino fez importantes serviços á esta Capitania, os quaes se acham consignados na sua defeza publicada em Lisboa no anno de 1808. Todavia, não faltaram pessoas, que quizessem obscurecer o seu credito, depois do facto da trasladação do SS. Sacramento da Igreja Matriz para a que tinha sido dos Jesuitas : acontecimento fatal, que lhe acarretou infinitos dissabores.

Nomeado pela C. R. de 19 de Março (*) de 1802 Coadjutor e futuro successor do Bispo de Bragança e Miranda, sahiu de Pernambuco a 5 de Julho do mesmo anno ; mas não se verificando a resignação do Bispo, a quem devia succeder, passou então para o Bispado de Elvas como proprietario em Janeiro de 1806. Era membro da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em cujas Memorias se acham consignados muitos escriptos seus, principalmente sobre o Brasil e suas producções.

Ausentando-se para Portugal, foi substituido no governo interino pelo Deão de Olinda Manoel Xavier Carneiro da Cunha. Ao Ouvidor Antonio Luiz Pereira da Cunha substituiu com o mesmo predicamento o Desembargador José Joa-

(*) Monsenhor Pizarro, nas suas interessantes Memorias, diz que a C. R., que removeu o Bispo D. José Joaquim do Bispado de Pernambuco para o de Bragança e Miranda, tinha a data de 19 de Março de 1802, e Mariz na sua Hist. eccles pernamb. diz, que esta C. R. tinha a data de 25 de Fevereiro do mesmo anno. Eis-ahi pois notavel differença entre estes escriptores, um dos quaes, senão ambos, commetteu um erro de data. Monsenhor Pizarro escreveu á vista dos documentos e escriptos do proprio Bispo, e Mariz he de suppôr que escrevesse á vista dos livros e assentos da Camara episcopal ; eu segui entretanto ao primeiro, porque em abono da verdade he muito mais exacto que o segundo. He incrivel o numero dos erros de datas, que contém o opusculo de Mariz, muitos dos quaes são visivelmente erros typographicos : cousa ordinaria em uma obra, que foi impressa longe das vistas do seu autor ; em todas as datas, que não pude verificar por mim mesmo, tenho preferido a M. Pizarro. Estes erros são quasi irremediaveis depois de algum tempo, porque a sua repetição torna difficil corrigil-os, como succedeu com varias datas do meu compendio da Historia do Brasil (que hoje tenho verificado e emendado), por haver seguido com demasiada confiança os Annaes do Rio de Janeiro pelo Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, cujos erros e falsidades estão acima de todo o encarecimento.

quim Nabuco de Araujo, que morreu Barão de Itapuã, e ao Intendente Pedro Sheverin substituiu o Brigadeiro D. Jorge Eugenio de Locio e Seilbis. O Desembargador Nabuco teve ultimamente por successor da Ouvidoria a João de Freitas de Albuquerque.

Entretanto que a Capitania de Pernambuco se conservou neste estado de interinidade, foram nomeados para governal-a: 1.º D. Manoel Antonio de Mello, que acabara de governar Angola; 2.º Sebastião da Veiga Cabral, Governador do Rio Grande do Sul, onde morreu; 3.º Joaquim de Saldanha, irmão do Conde da Ega. Não se verificando porém a posse de nenhum d'elles, foi por ultimo nomeado Caetano Pinto de Miranda Montenegro, como se dirá no lugar competente.

Para succeder no Bispado de Pernambuco a D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho foi eleito por C. R., na mesma data de 19 de Março de 1802, D. Fr. José de Santa Escolastica; cuja successão não teve effeito pela nova eleição, que n'elle recahiu a 25 de Outubro de 1803, para Arcebispo da Bahia, onde he contado como 13.º.

1799.

D. Fr. Cypriano de S. José (5.º Bispo de Marianna) foi eleito a 25 de Julho de 1796, e depois de confirmado, recebeu a sagração a 31 de Dezembro de 1797. Tomou posse do Bispado por Procurador a 20 de Agosto de 1798, e a 30 de Outubro de 1799 principiou a administral-o pessoalmente. Falleceu a 14 de Agosto de 1817, e jaz na sua Cathedral.

A Capitania da Parahyba do Norte, que se comprehendia em parte na de Itamaracá, tendo passado á Corôa depois da expulsão dos Hollandezes, permaneceu independente dos Capitães Generaes de Pernambuco desde 1684 até que, por effeito da Resoluçao Regia de 29 de Dezembro de 1755, em Consulta do Conselho Ultramarino, ficou-lhe subordinada, por se conhecer os poucos meios, que a Provedoria da Fazenda da mesma Capitania tinha para sustentar um governo separado, mandando El-Rei D. José I extinguil-o, e annexal-o ao governo de Pernambuco.

Assim se executou: e como a Provisão do Conselho Ultramarino de Janeiro de 1756 declarou ao então Governa-

dor da Parahyba Luiz Antonio Lemos de Brito, que essa extincção teria o seu effeito com o prazo de tempo da sua Patente, e que o substituisse um Official da Praça de Pernambuco com o Posto de Capitão-mór interino, a quem competiria igual jurisdicção e soldo (como foi tambem declarado ao Capitão General de Pernambuco n'outra Provisão da mesma data), n'estas circumstancias teve o provimento de Capitão-mór Governador da Parahyba o Sargento-mór do Regimento de Infantaria do Recife José Henrique de Carvalho.

N'este estado se conservou esta Capitania, até que por effeito da Carta Regia de 17 de Janeiro de 1799, communicada em officio do Capitão General de Pernambuco com data de 26 de Agosto do mesmo anno ao Governador da Parahyba Fernando Delgado Freire de Castilho, tornou esta Capitania á sua antiga independencia; e seus Governadores tiveram d'ahi em diante o soldo de quatro mil crusados até Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, provido n'esse cargo por Despacho do 1.º de Dezembro de 1818.

Havendo a Carta Regia de 24 de Janeiro de 1799 mandado ao Governador Fernando Delgado Freire de Castilho, já independente de Pernambuco, crear uma Junta da Fazenda na Capitania da Parahyba, ficou por então suspensa a sua execução por motivos que occorreram, até que por outra C. R. de 6 de Fevereiro de 1809, dirigida ao Governador Amaro Joaquim Rapozo, foi definitivamente creada em 11 de Abril do mesmo anno a Junta da Fazenda com todas as attribuições, de que gozava a de Pernambuco, sem alguma dependencia d'ella, que não fosse a de mandar em tempos determinados relações dos despachos do algodão para se combinarem com as guias apresentadas em Pernambuco, afim de se evitar melhor algum extravio.

Desde então ficou extincta a Provedoria da Fazenda, que, apezar da independencia da Capitania, estava ainda sujeita á Junta de Pernambuco.

A Capitania do Ceará, que tinha corrido igual sorte á da Parahyba, foi tambem, por effeito da mencionada Carta Regia de 17 de Janeiro de 1799, declarada independente da de Pernambuco. Desde então os portos e o commercio, tanto de uma como da outra Capitania, ficaram abertos directamente para Portugal, mandando-se crear n'ellas as competentes Casas de arrecadação.

Foram Governadores do Ceará, depois da C. R. de 17 de Janeiro de 1799, os seguintes:

1.° Bernardo Manoel de Vasconcellos, Chefe de Esquadra.

2.° João Carlos Augusto de Oeynhausen, que d'ahi passou com a Patente de Capitão General de Matto-Grosso, e depois de S. Paulo, onde foi o ultimo.

3.° Luiz Barba Alardo de Menezes, que nomeado depois para Matto-Grosso, não chegou a ir por ser despachado para um dos lugares do Conselho da Fazenda.

4.° Manoel Ignacio de Sampaio, que passou a Capitão General de Goyaz, onde foi o ultimo.

5.° Francisco Alberto Rubim, que acabára de governar a Capitania do Espirito Santo, e foi tambem o ultimo do Ceará.

Nos Registros officiaes do Senado da Camara da Villa de Cuyabá do anno de 1799 se acha exarado o seguinte bem extraordinario facto: « O Reverendo Coadjutor Manoel Machado de Siqueira baptisou n'esta freguezia, no dia 18 de Junho, uma innocente, a qual pôz o nome de Izabel (filha legitima de José de Arruda e Sá e de Anna da Fonseca Corrêa, pessoas brancas d'estas Minas); cuja menina nasceu, e ainda assim se conserva, branca da cabeça até o embigo, e dos joelhos até a extremidade dos pés, porém preta do embigo até os joelhos ». Extractamos esta noticia de uma copia authentica d'aquelles Registros, que nos confiou o Sr. Senador José Saturnino da Costa Pereira.

O que ha de singular n'este prodigio he o ter apparecido esta criança tão sómente com uma parte do corpo preta, collocada entre as extremidades brancas, porque não he novo o phenomeno de filhos todos negros nascidos de pais brancos, como se vê de uma noticia inserta no *Jornal do Commercio* de 6 de Abril de 1844, que aqui copiamos.

« As memorias secretas do tempo de Luiz XIV fazem menção de uma menina inteiramente negra, dada á luz pela Rainha Maria Thereza, sobre cuja modestia e virtude nunca ninguem se atreveu a levantar duvidas. Attribuiu-se esta desgraça á impressão produzida sobre a imaginação da mãi por um anãozinho negro, que então havia no paço, e que havia sido enviado de presente á Rainha pelo Rei de Arda. Os historiadores da época nenhuma menção fazem d'este phenomeno pelo terem por impossivel; entretanto eis-aqui um facto inteiramente analogo, ultimamente occorrido em França, que tira todas as duvidas sobre a possibilidade da cousa.

« Uma mulher branca, natural da cidade de Santo Estevão junto de Leão, deu á luz, em Janeiro passado, um

menino do mais retinto negro que se tem visto. O marido d'esta mulher he tão alvo como ella, e não ha em toda a cidade creatura de outra côr; affirma-se porém que a mulher, andando pejada, vira pela primeira vez na sua vida um negro em Leão, cuja presença fez n'ella grande impressão. A côr de seu filho a horrorisou até tal ponto que recusou crial-o. Procurou-se uma ama para este fim, porém não appareceu quem quizesse encarregar-se de criança de semelhante côr: foi necessario enjeital-a. O facto he referido pelo *Mercurio Segusiano*, que o allega como prova da influencia incontestavel da imaginação das mãis sobre a organisação das crianças, de que andam pejadas. Os physiologistas nos dirão o que a tal respeito deve pensar-se. »

SYNOPSIS

OU

DEDUCÇÃO CHRONOLOGICA

DOS FACTOS MAIS NOTAVEIS

DA

HISTORIA DO BRASIL.

SECULO XIX.

ANNO DE 1800.

D. João Manoel de Menezes, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 25 de Fevereiro de 1800, e conservou-o até o dia 26 da Fevereiro de 1804, em que foi substituido. Principiando com boas disposições a exercer as funcções do seu cargo, sobrevieram logo dissenções e intrigas, de que se originaram procedimentos violentos, que impossibilitaram a boa marcha do seu governo; apenas creou algumas milicias, e augmentou a companhia de Dragões até 80 praças.

Pelo Alvará de 8 de Julho d'este mesmo anno declarou o Principe Regente, que os Ecclesiasticos eram obrigados, como os seculares, ao pagamento das sizas dos lucros dos arrendamentos na conformidade do Alvará de 24 de Outubro de 1796, tudo na mesma fórma, que,

pelos Regimentos e Ordenações da Real Fazenda, devem pagar os Seculares.

O Coronel Joaquim Xavier Curado, provido no Governo da Ilha de Santa Catharina, tomou posse a 8 de Dezembro de 1800, e conservou-se n'elle até o dia 5 de Junho de 1805, em que foi rendido. A villa do Desterro lhe deve muito pelo zelo com que se dedicou a aformoseal-a, fazendo erigir de novo muitos edificios; ao mesmo tempo que animava a agricultura e protegia o commercio, captando-se por suas boas qualidades e delicado trato a benevolencia do povo, de tal maneira, que, ao separar-se do governo, deixou na ilha, e em toda a Capitania, a mais viva lembrança de suas grandes virtudes.

N'este mesmo anno foi achado o grande diamante da Corôa de Portugal, que pesa 7 oitavas, junto ao arroyo do Abaité, por um tal Antonio Gomes; pelo que lhe deram em remuneração o emprego de Thesoureiro da Casa de fundição de Sabará, segundo se lê na Memoria sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes pelo Doutor José Vieira Couto.

1801.

Carta Regia de 14 de Janeiro de 1801, expedida geralmente para todas as Capitanias da America, inhibindo o uso de sepulturas dentro das Igrejas, e mandando aos Governadores que, de accordo com os Bispos, fizessem construir Cemiterios em lugares separados, onde, sem excepção, se sepultassem todas as pessoas, que fallecessem nas povoações.

Tendo o Provedor de Capellas de Pernambuco tomado contas á de Nossa Senhora do Desterro em Páo do Alho, estranhou o Bispo d'esta Diocese o procedimento do Juiz por ser secular; mas sendo proposto o caso ao Principe Regente, resolveu o mesmo Augusto Senhor, que o dito Juiz havia procedido muito bem, e lhe fez saber esta sua Resolução pela C. R. de 13 de Fevereiro de 1801.

D. Francisco de Souza Coutinho, sendo Governador e Capitão General do Grão Pará, nomeou ao Tenente Coronel José Antonio Salgado, em Fevereiro de 1801, Governador interino da Capitania do Rio Negro por morte do proprietario o Brigadeiro Manoel da Gama Lobo de Almada.

N'esta mesma occasião mandou o referido Capitão General suspender a despeza, que se fazia com a Commissão das Demarcações, já sem effeito por falta de Ordens da Côrte, e por se acharem distrahidos em outros serviços os agentes da expedição. Assim terminaram, depois de 20 annos, as celebres Demarcações do Rio Negro, que só deram em resultado consideravel perda do nosso territorio, tanto pela parte occidental como septentrional.

Chegando ao Rio Grande do Sul a noticia do rompimento da paz entre a Hespanha e Portugal, cuidou logo o Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que commandava n'aquella Capitania, de providenciar acerca da defensa de todos os seus pontos, afim de evitar uma sorpreza dos Castelhanos pela extensissima linha das fronteiras. Estas medidas assustaram o inimigo, de sorte que abandonou immediatamente todas as vertentes da Lagoa Merim, ficando os nossos estabelecimentos cobertos pelo rio Jaguarão. O General Veiga Cabral, aproveitando habilmente este desanimo do inimigo, fez atacar o Forte do Serro Largo pelo Coronel Manoel Marques de Souza, que o rendeu por capitulação depois de um pequeno fogo. Os Hespanhoes abandonaram tambem as guardas de Batovy, Taquarembó, e o Forte de Santa Tecla, que os nossos arrasaram.

Todavia, não he tanto para admirar o valor dos Chefes e tropas do Rio Grande, como o arrojo inaudito de 20 aventureiros, que, commandados por Manoel dos Santos Pedroso, conquistaram em 25 dias (que decorreram de 3 a 28 de Agosto) os sete Povos das Missões com a presteza do raio, engrossando suas fileiras com outros aventureiros, que depois dos primeiros successos se lhes foram reunir. Os Hespanhoes foram por toda a parte batidos, expulsos e perseguidos até além do Uruguay. Assim, por um golpe de audacia, um punhado de homens, sem armas nem munições, que foi preciso arrancal-as valorosamente dos proprios inimigos, annexou esta porção de territorio aos dominios portuguezes.

A morte, porém, do General Veiga Cabral (a 5 de No-

vembro do mesmo anno de 1801) veiu pôr em confusão toda a Capitania pela orphandade do governo, e muito mais pela desavença entre os Chefes, que aspiravam ao mando superior. O Serro Largo foi de novo occupado pelos Hespanhoes, e novos conflictos iam apparecer, quando se houve noticia da paz celebrada em virtude do Tratado de Badajoz.

No dia 16 de Setembro d'este anno foi atacado o Forte da Nova Coimbra, pertencente á Capitania de Matto Grosso no Alto Paraguay, por forças hespanholas ao mando de D. Lazaro de Ribera. As forças inimigas se compunham de 600 a 800 homens em tres grandes Escunas e muitas Canoas de voga, e a guarnição do Presidio apenas constava de 40 praças, commandadas pelo Tenente Coronel de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra. Os Hespanhoes, repellidos no primeiro dia, voltaram successivamente ao ataque nos seguintes até o dia 24 do mesmo mez, em que se retiraram rio abaixo com perda de varios mortos e feridos, deixando porém a nossa guarnição intacta. Por esta honrosa e valente defensa foi o Tenente Coronel Almeida Serra promovido ao posto immediato com a mercê do habito de Aviz e 300$000 réis de tença.

D. Fernando José de Portugal e Castro, que morreu n'esta Côrte Marquez de Aguiar, 6.° Vice-Rei e Capitão General de mar e terra nomeado para o Rio de Janeiro, tomou posse a 14 de Outubro de 1801, e governou até o dia 21 de Agosto de 1806, em que foi substituido pelo Conde dos Arcos.

D. Fernando foi recebido com verdadeiro jubilo pela mudança do Conde de Resende, horrivel flagelo d'este povo; exacto no cumprimento dos seus deveres, soube grangear a estimação dos seus subordinados pelas maneiras affaveis, e outras qualidades pessoaes, de que era dotado. Acontecendo incendiar-se em 1805 a Casa dos Contos, onde tinha o seu assento a Junta da Real Fazenda, elle a fez reedificar com segurança e decorar com asseio. Retirando-se para Lisboa, teve alli a Presidencia do Conselho Ultramarino em 1807, e voltou com a Familia Real no fim do mesmo anno em consequencia da invasão dos Francezes. Restituido ao Rio de Janeiro, mereceu a confiança do Principe Regente, sendo nomeado Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino,

Presidente do Real Erario e do Conselho da Fazenda. Falleceu a 24 de Janeiro de 1817.

1802.

Francisco da Cunha Menezes, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (51.°), tomou posse do governo d'esta Capitania a 5 de Abril de 1802, e conservou-o até ser substituido no dia 14 de Dezembro de 1805. A 12 de Setembro do mesmo anno da sua posse fez lançar ao mar a náu *Principe Real*, que seu antecessor havia começado e concluido. Em cumprimento das Cartas Regias de 31 de Janeiro e 23 de Fevereiro de 1803 mandou prender o Ouvidor de Porto Seguro José Duarte Coelho, accusado de conivente no contrabando, que n'aquella comarca fizera o Inglez Thomas Lindley, dono e sobrecarga do brigue *Paquet Rachel*, que anteriormente por isso havia sido preso. A sua administração tornou-se memoravel por ser durante ella que se introduziu a *Vaccina*, cuja propagação por todas as partes do Brasil foi devida aos esforços e cuidados d'este governador. Foi elle quem fez a praça de S. Bento, onde hoje existe o Theatro.

O Padre Vicente Alexandre de Tovar, formado em Canones, e natural da Bahia, foi por consulta da Mesa da Consciencia e Ordens, e Resolução de 11 de Setembro de 1802, provido na Prelazia de Goyaz. Autorisado para impetrar da Santa Sé a nomeação de Bispo *in partibus*, por intervenção Regia se expediram as Bullas, que o instituiram Bispo de Titopoli, e em virtude d'ellas foi sagrado a 28 de Agosto de 1803. Tendo-se demorado em Lisboa até 1807, foi obrigado por fim a sahir d'aquella cidade, vindo pelo Rio de Janeiro, onde beijou a mão ao Principe Regente. Proseguindo para o seu destino, achava-se já em Paracatú do Principe quando foi alli atacado de uma forte indigestão, que o levou á sepultura no dia 8 de Outubro de 1808.

D. Fr. José de Santa Escolastica, sendo eleito Bispo de Pernambuco por C. R. de 19 de Março d'este presente anno, para substituir ao Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que por outra C. R. da mesma

data fôra nomeado Coadjutor e futuro successor do Bispo de Bragança e Miranda, não veiu ao Bispado, e nem tomou posse pela nova eleição, que teve a 25 de Outubro de 1803 para Arcebispo da Bahia, como se verá no lugar competente.

Antonio José da Franca e Horta, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, tomou posse a 10 de Dezembro de 1802. Tendo licença do Principe Regente para vir beijar-lhe a mão, por motivo da sua feliz chegada ao Rio de Janeiro, ficaram com o governo interino (desde 12 de Junho até o mez de Outubro de 1808) o Bispo Diocesano D. Matheus de Abreu Pereira, o Ouvidor geral da Comarca de S Paulo Miguel Antonio de Azevedo Veiga, e o Intendente da Marinha de Santos Joaquim Manoel do Couto. Restituido Horta ao mesmo governo, conservou-se n'elle até o dia 1.° de Novembro de 1811, em que foi rendido.

1803.

O Chefe de Esquadra Paulo José da Silva Gama, Governador nomeado para o Rio Grande do Sul, tomou posse a 30 de Janeiro de 1803. N'este mesmo anno foi alli creada a Junta da Fazenda, ficando extincta a antiga Provedoria. Conservou o governo até a posse do novo Capitão General a 9 de Outubro de 1809, e do Rio Grande passou a governar o Maranhão no mesmo anno. Em 1821 teve o titulo de Barão de Bagé.

D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, Governador e Capitão General nomeado para o Grão Pará e Rio Negro, tomou posse do cargo a 22 de Setembro de 1803, recebendo o governo de mãos do seu antecessor D. Francisco de Souza Coutinho. Nomeado em 1805 Vice-Rei e Capitão General de mar e terra para o Rio de Janeiro, partiu no anno seguinte a exercer as funcções do seu novo cargo.

Luiz de Castro Pereira, Doutor em Theologia, provido na Prelazia de Cuyabá a 29 de Outubro de 1803,

em virtude da Resolução de Consulta de 20 do mesmo mez e anno, teve licença para impetrar da Santa Sé a mercê de Bispo *in partibus*, que lhe foi concedida sob o titulo de Bispo de Ptolomaida, com que se sagrára a 14 de Julho de 1805. Desejando melhorar de Diocese deixou-se ficar em Lisboa, até que foi compellido em 1807 a partir para o seu destino, onde chegou no mez de Agosto de 1808, havendo tomado posse por Procurador a 8 de Dezembro do anno anterior. Falleceu na cidade de Cuyabá no 1.º de Agosto de 1822, tendo sido designado a 21 de Abril de 1821 para substituir a Mitra vaga do Bispado de Bragança.

1804.

D. Francisco de Assis Mascarenhas, 3.º Conde de Palma, e ultimamente Marquez de S. João da Palma, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, tomou posse do governo a 26 de Fevereiro de 1804, acompanhado de uma alçada para devassar dos acontecimentos, que perturbaram aquella Capitania durante o governo do seu antecessor; porém bastou a sua discreta administração para que a tranquillidade publica se restabelecesse. Fez muitas economias e reducções na tropa e nos empregados publicos afim de diminuir as despezas, e de melhorar o estado da Fazenda, que se achava em graves apuros.

Animou o commercio da Capitania com o Pará por meio da navegação do Araraguaya. Em seu tempo se patentearam as minas de Anicuns, que são muito ricas com quanto seja o ouro de baixo quilate. Fez organisar as tabellas estatisticas da Capitania, e por effeito de suas informações creou o Alvará de 18 de Março de 1809 a nova Comarca de S. João das Duas Barras na repartição do Norte. Finalmente deixou o governo d'esta Capitania em Novembro de 1809 para passar a de Minas Geraes com a mesma Patente.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, tomou posse a 26 de Maio de 1804, recebendo o poder de mãos dos Governadores interinos. Tendo licença do Principe Regente para ir ao Rio de Janeiro beijar-lhe a mão, ficaram substituindo a sua ausencia o Bispo Diocesano D.

Fr. José Maria de Araujo., o Brigadeiro D. Jorge Eugenio de Locio e Seilbis, e o Desembargador Ouvidor geral Clemente Ferreira França, desde 18 de Março ate 20 de Setembro de 1808, em que voltou para o seu lugar.

Em consequencia da revolução, que se operou em Pernambuco no dia 6 de Março de 1817, foi preso pelos revoltosos e enviado para o Rio de Janeiro, onde chegou a 25 do mesmo mez e anno, passando de bordo do navio, que o conduziu, para a prisão da Ilha das Cobras por ordem d'El-Rei. Foi Presidente do Thesouro nacional, e Ministro da Justiça depois da Independencia. Falleceu com o titulo de Marquez da Praia Grande.

Pedro Xavier de Athayde e Mello, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas Geraes, tomou posse do governo no anno de 1804, e conservou-o até ser rendido em 1809. Teve o titulo de Barão, e depois Visconde de Condeixa.

Na ausencia do Bispo de Pernambuco D. José da Cunha de Azeredo Coutinho, o Governador do Bispado procurou fazer com que o concurso para as Igrejas vagas se fizesse com intervenção do Bispo ausente: mas a Mesa da Consciencia e Ordens em 11 de Julho de 1804 declarou, que não só em Sé vaga, como tambem em ausencia do Bispo, devia o Cabido pôr em concurso os beneficios vagos, e que os autos dos oppositores fossem processados pelo Secretario do Cabido. Mandou mais em 6 de Setembro do mesmo anno, que a approvação dos oppositores ás Igrejas fosse qualificada com a distincção litteraria de mediocre até muito bom.

A razão da primeira determinação se dá na Regia Resolução de 17 de Setembro de 1805, passada em Provisão de 14 de Setembro do anno de 1806, em que declara S. A. R. o Principe Regente, que pelo Alvará de Faculdades não conferia aos Bispos algum direito proprio, por ser uma simples commissão, para em quanto estivessem nos Bispados; donde he consequente que, sendo ausentes, ou vagas as Sés, passa para os Cabidos, e póde o Principe Regente apresentar os mesmos Beneficios, e legislar sobre elles.

Descoberta a *Vaccina* por Eduardo Jenner, medico em Berkley, publicou em 1798 um opusculo sobre as causas e effeitos das bexigas das Vaccas; porém só em 1804 foi introduzida em Portugal, donde passou para o Brasil sem nenhum proveito, porque o puz vaccinico remettido para a Bahia não produziu effeito algum nos vaccinados; ou porque na viagem perdesse a sua força ou por outro qualquer motivo; em consequencia do que lembraram-se alguns negociantes da cidade da Bahia de enviar a Lisboa sete pretos escravos de menor idade, para que trouxessem em si o puz vaccinico.

Com effeito o Cirurgião-mór da armada Theodoro Ferreira de Aguiar, vaccinando em Lisboa um d'aquelles pretos, pouco antes da sahida do navio *Bom Despacho*, que os transportava, ensinou ao respectivo Cirurgião Manoel Moreira da Rosa o methodo successivo da operação durante a viagem; e chegando aquelle navio á Bahia no dia 30 de Dezembro do mesmo anno de 1804, foi logo a direcção da vaccina incumbida ao Doutor José Avelino Barbosa, que muito assiduo foi na sua propagação. O Principe Regente mandou que o governador Francisco da Cunha testemunhasse aquelles negociantes o seu Real agrado pela feliz lembrança que tiveram.

1805.

D. Luiz Mauricio da Silva, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, veiu render ao Coronel Joaquim Xavier Curado, e tomou posse a 5 de Junho de 1805. Conservou-se no governo d'esta Capitania por mais de 12 annos, até que foi substituido no dia 14 de Agosto de 1817.

D. Fr. José de Santa Escolastica, (13.° Arcebispo da Bahia), sendo eleito Bispo de Pernambuco no anno anterior, recebeu depois a eleição de Arcebispo da Bahia a 25 de Outubro de 1803 Confirmado a 28 de Março de 1804, e sagrado a 17 de Junho do mesmo anno, tomou posse da Diocese a 12 de Junho de 1805. Teve parte no governo interino depois da morte do Conde da Ponte, e finalisou os seus dias a 3 de Janeiro de 1814. Jaz na Igreja do Mosteiro de S. Bento.

Na tarde de 31 de Outubro de 1805, governando ainda Francisco da Cunha Menezes, entrou na Bahia de Todos os Santos o bergantim de guerra inglez denominado *Hope*, a prevenir o Governador da proxima chegada de uma esquadra da mesma nação, da qual se apartára para este aviso na latitude norte de 8.°, com o fim de refazer-se de provisões, e de outras cousas de que precisava. Com effeito no dia 9 de Novembro fundeou na mencionada bahia a Esquadra ingleza, composta de 60 velas, a saber: uma nau de linha, seis fragatas, e 53 navios de transporte, dos quaes antes de entrar perdeu-se um no baixo de S. Roque. Esta Esquadra, de que era almirante *Home Pophan*, depois de abastecer-se do que precisava, largou a 28 do mesmo mez para o Sul, conservando sempre grande segredo sobre o seu destino, que a final se soube, que era para o Cabo da Boa Esperança.

João de Saldanha da Gama de Mello e Torres, 6.° Conde da Ponte, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (52.°), tomou posse do Governo a 14 de Dezembro de 1805. Começou a fundar o Theatro de S. João, e falleceu alli a 24 de Maio de 1809. Em consequencia da sua morte entraram na posse do governo interinamente, a 27 do mesmo mez e anno, o Arcebispo D. Fr. José de Santa Escolastica, o Chanceller Conselheiro Antonio Luiz Pereira da Cunha, e o Marechal de Campo, que depois passou a Tenente General, João Baptista Vieira Godinho.

Foi um dos primeiros cuidados do Conde da Ponte o estabelecer rigorosa policia sobre os escravos, extinguindo os quilombos existentes em diversos lugares das visinhanças da cidade, pelo fundado motivo de denuncias sobre uma insurreição de Negros da nação *Ussá*; insurreição que afinal se verificou e desenvolveu em varios pontos do Reconcavo, e da mesma cidade em Junho de 1807; sendo preciso empregar as armas para reduzir os escravos á obediencia, dos quaes foram punidos muitos com a pena de forca, depois de julgados summariamente pela Relação, segundo o determinou a C. R. de 6 de Outubro d'aquelle anno.

Segunda vez se rebellaram os escravos da mesma nação *Ussá*, ainda em vida do Conde da Ponte, no dia 4 de Janeiro de 1809, praticando toda a sorte de attentados, tres leguas distante da cidade. Retiraram-se depois

para o Riacho da Prata, junto ao qual se fortificaram, nove leguas arredado da mesma cidade, em cujo lugar foram completamente batidos pela tropa de linha. Esta insurreição tambem era de accordo com os escravos do Reconcavo, muitos dos quaes tinham fugido das fazendas de Nazareth e Jaguaripe desde o dia 14 de Dezembro do anno anterior. Esta insurreição durou apenas 48 horas, porque batidos e perseguidos os negros por toda a parte, restabeleceu-se immediatamente a tranquillidade publica.

Ao Conde da Ponte tocou a honra de receber e hospedar ao Principe Regente, em Janeiro de 1808, na sua chegada á Bahia com parte da Real Familia; e aos seus conselhos e prudente reserva se deve a C. R. de 28 de Janeiro franqueando ao commercio livre de todas as nações os portos do Brasil. Sua vida foi mui curta para todo o bem que se promettia fazer a Bahia, e que d'elle se esperava, como já tinha feito promovendo o adiantamento das Salinas de Sergipe em virtude da C. R. de 27 de Outubro de 1808, e a creação de duas Companhias de seguros maritimos approvadas pelas Cartas Regias de 9 de Junho e 24 de Outubro do mesmo anno. O Conde da Ponte jaz sepultado na Igreja do hospicio da Piedade.

1806.

O Tenente General José Narcizo de Magalhães e Menezes, Governador e Capitão General nomeado para o Grão Pará e Rio Negro, tomou posse do cargo no dia 10 de Março de 1806, recebendo no Paço do Conselho o governo de mãos do seu antecessor o Conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito.

Este Governador formou e organisou na cidade de Belém a expedicção de 900 homens, que no dia 14 de Janeiro de 1809 se apoderou de Cayenna por capitulação. Falleceu na mesma cidade, e no exercicio das suas funcções governativas, a 20 de Dezembro de 1810.

No dia 2 de Abril de 1806 entrou na Bahia de Todos os Santos, governando o Conde da Ponte, a Esquadra franceza, composta de seis naus e uma fragata, de que era Almirante M. de Willaumés, e a cujo bordo vinha o Principe *Jeronymo Bonaparte*, como Commandante da náu *le Veteran*. Esta Esquadra havia sahido de Brest a 13 de Dezembro do anno anterior com o fim de apode-

rar-se do Cabo da Boa Esperança, onde já não pôde entrar por estar occupado desde 10 de Janeiro pelas tropas inglezas da Esquadra, que tambem tinha estado na Bahia o anno antecedente. Obrigada a retroceder com perto de 4 mezes de navegação, teve que arribar a este porto para refazer-se de viveres, e tratar do curativo de perto de 500 homens doentes, que trazia a bordo.

O Conde da Ponte prestou á esta Esquadra toda a hospitalidade, não só franqueando-lhe os meios de curar os seus enfermos, como fazendo com que o Commercio lhe proporcionasse todo o dinheiro, de que precisava para suas urgentes despezas; no que foi retribuido pela polidez e boas maneiras não só do Almirante como do mesmo Principe Jeronymo Bonaparte, que rivalisaram em reciprocos obsequios de parte á parte. Finalmente esta Esquadra deu a vela no dia 21 do mesmo mez de Abril as 4 horas da tarde, sem que tivesse occorrido novidade durante a sua estada na Bahia.

No dia 28 do mesmo mez entrou outra Divisão franceza, que andava cruzando, e tinha já feito algumas prezas em navios inglezes; era seu Commandante Mr. *L'Hermitte*, e constava de uma náu, duas fragatas, uma corveta, e dois navios mais. A conducta do chefe d'esta Divisão foi tão differente da de Mr. Willaumés, que obrigou o Conde da Ponte a diverso procedimento com elle, intimando-lhe que sahisse quanto antes do porto, e negando-se á todas as exigencias d'aquelle Chefe, cuja impertinente audacia offendeu sobre maneira a delicadeza do dito Conde. Finalmente Mr. L'Hermitte fez-se a vela no dia 1.º de Junho, adiantando a sua partida mais do que pretendia por não haver obtido do Governador, que sustasse a partida dos navios do commercio para os portos do norte.

D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos, 7.º e ultimo Vice-Rei e Capitão General de mar e terra nomeado para o Rio de Janeiro, tomou posse a 21 de Agosto de 1806, e governou até o dia 7 de Março de 1808, em que chegou a esta Capital o Principe Regente de Portugal.

Alvará de 18 de Outubro d'este mesmo anno, mandando regular pelo Compromisso da Casa da Misericordia de Lisboa os Hospitaes do Reino e Dominios Ultramarinos.

1807.

Sabendo o Principe Regente que os Provedores haviam entendido mal os §§ 50 e 51 do seu Regimento, por isso que nomeavam administradores dativos e vitalicios para as Capellas vagas, tanto por commisso como por extincção dos legitimos successores, contra as leis de 9 de Setembro de 1769, de 23 de Maio de 1775, e de 20 do mesmo mez de 1796, ordenou pelo Alvará de 14 de Janeiro de 1807 que as Capellas vagas fossem incorporadas nos bens da Corôa.

Decreto de 25 de Fevereiro de 1807 pelo qual o Governo subalterno do Rio Grande do Sul foi elevado á categoria de Capitania Geral com o nome de—Rio Grande de S. Pedro—, ficando-lhe subordinado o Governo da Ilha de Santa Catharina: Carta Regia de 19 de Setembro do mesmo anno, em que foi declarado o vencimento annual de 15 mil cruzados de soldo ao Capitão General d'aquella Capitania.

O Principe Regente de Portugal, não podendo conservar-se neutral na grande luta, que se tinha empenhado no principio d'este seculo entre a Inglaterra e a França, restando-lhe o arbitrio de trocar uma situação precaria na Europa por um Imperio vasto e intacto na America, tomou a resolução de mudar a sua Côrte para o Brasil, annunciando pelo Decreto de 26 de Novembro de 1807 esta sua intenção, e creando uma Regencia para governar o Reino em sua ausencia.

Nomeada a Regencia, fez embarcar os archivos, o thesouro, e os effeitos mais preciosos da Corôa; e estando tudo disposto para a partida, embarcou com a sua familia, acompanhado por grande numero de pessoas de ambos os sexos, que o seguiram até a bordo. Na manhãa do dia 29 de Novembro do mesmo anno passou a Armada Real atravez da Esquadra ingleza, que a salvou com 21 tiros, e ambas ganharam dentro em pouco o alto mar, transportando para o Brasil as esperanças e a fortuna da Monarchia Portugueza.

D. Fr. José Maria de Araujo (13.º Bispo de Pernambuco) foi eleito a 13 de Abril de 1804, e sagrado a 8

de Março de 1807. Tomou posse por Procurador, e chegou a Diocese a 21 de Dezembro do mesmo anno de 1807. Teve parte no governo interino por ausencia do Capitão General em 1808, e falleceu a 21 de Setembro do mesmo anno, tendo apenas nove mezes de residencia no Bispado. Está sepultado na Sé de Olinda.

1808.

Durante a viagem foi dispersa a esquadra por uma tempestade, arribando alguns navios a varios portos do Brasil, e indo ter outros directamente ao Rio de Janeiro. Entre os que arribaram á Bahia, achou-se a capitania, em que vinha o Principe Regente, a qual entrou e fundeou no porto no dia 19 de Janeiro de 1808. Nove dias depois da sua chegada, publicou-se a Carta Regia de 28 do mesmo mez e anno, franqueando os portos do Brasil a Inglaterra, e ás Potencias em paz com a Corôa de Portugal, com a imposição sómente de 24 por cento de direito de importação.

Finalmente, depois de reparados os navios, que alli tinham aportado, e de outras medidas, entre as quaes se nota a da creação de uma Cadeira publica de Sciencia economica no Rio de Janeiro, nomeando para regel-a o Dr. José da Silva Lisboa por Decreto de 23 de Fevereiro, partiu o Principe Regente para o Rio de Janeiro, onde chegou a 7 de Março do mesmo anno, e reunido com toda a Real Familia, estabeleceu n'esta cidade o assento da Monarchia Portugueza. Creada a nova Côrte, e organisado o governo, começou a marcha regular da administração dos negocios do Brasil, e foram as suas principaes medidas no correr do presente anno as seguintes:

— Alvará do 1.º de Abril mandando crear na Côrte do Rio de Janeiro um Conselho Supremo militar, que deveria entender em todas as materias, que pertenciam ao Conselho de Guerra e do Ultramar:

— Decreto de 7 de Abril, mandando estabelecer e formar um Archivo militar na mesma Côrte:

— Alvará de 22 de Abril, mandando crear na Côrte do Brasil um Tribunal superior, denominado Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens.

— Manifesto da Côrte do Brasil, assignado no dia 1.º de Maio, expondo os motivos, que a obrigaram a declarar a guerra ao Imperador dos Francezes.

— Alvará de 4 de Maio, creando o lugar de Juiz Conservador da Nação Ingleza.

— Decreto e Aviso de 5 de Maio, creando na Côrte do Rio de Janeiro a Real Academia dos Guardas Marinhas, e destinando as hospedarias do Mosteiro de S. Bento para a sua accommodação. Esta Academia teve Estatutos com data de 9 de Março de 1832; foi reunida á Academia militar pelo Decreto de 19 de Dezembro do mesmo anno; separada outra vez pelo Decreto de 22 de Outubro de 1833, e estabelecida a bordo de um navio de guerra pela Resolução de 31 de Janeiro de 1839.

— Alvará de 10 de Maio erigindo a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Supplicação do Brasil.

— Decreto de 13 de Maio, renovando e augmentando a Ordem da Torre e Espada, creada por El-Rei D. Affonso V.

— Outro da mesma data, mandando estabelecer uma fabrica de Polvora na Lagoa de Rodrigo de Freitas.

— Outro da mesma data, creando a Imprensa Regia no Rio de Janeiro.

— Carta Regia de 13 de Junho nomeando Capellão-mór da Casa Real ao Bispo Diocesano do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho.

— Alvará com força de lei de 15 de Junho, elevando á primazia de Capella Real a Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro.

— Outro de 28 de Junho, creando o Erario Regio e o Conselho da Fazenda no Brasil.

— Outro de 23 de Agosto, mandando crear na Côrte do Rio de Janeiro um Tribunal, que se denominaria Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação.

— Outro da mesma data, mandando erigir em Villa a Povoação de Porto-Alegre, hoje cidade e Capital da Provincia do Rio Grande do Sul. Foi esta a primeira Villa creada no Brasil pelo Principe Regente depois da sua chegada a este Estado.

— Carta Regia de 12 de Outubro, mandando crear o Banco do Brasil.

— Decreto de 5 de Novembro, mandando estabelecer no Hospital Real militar da Côrte do Rio de Janeiro uma escola anatomica, cirurgica, e medica.

D. José Caetano da Silva Coutinho (8.° Bispo do Rio de Janeiro), sendo Arcebispo de Cranganor, teve a eleição para a Diocese do Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1805, e depois de confirmado e sagrado, chegou a esta Capital no dia 26 de Abril de 1808. Tomou posse a 28 do mesmo mez por Procurador, e logo começou seus officios

pastoraes. Creada a Real Capella, fundindo-se n'ella a Cathedral do Rio de Janeiro, foi nomeado Capellão-mór por C. R. de 13 de Junho do mesmo anno de 1808. Foi Deputado á Assemblea Constituinte pelo Rio de Janeiro, e depois Senador pela Provincia de S. Paulo. Coroou e sagrou o primeiro Imperador do Brasil, e foi Grão Cruz das Ordens de Christo e da Rosa. Finalmente falleceu a 27 de Janeiro de 1833, e jaz sepultado na Capella Episcopal da Conceição.

Sendo mui frequentes as incursões dos Indios Botocudos na Capitania de Minas Geraes, obrigando os fazendeiros a abandonar suas propriedades, mandou a C. R. de 13 de Maio de 1808 ao Capitão General da mesma Capitania, que fizesse guerra offensiva áquelles selvagens até reduzil-os a viver em aldêas, e sujeital-os ás leis sociaes, preparando d'est'arte a futura navegação do Rio Doce.

Do mesmo modo e por causas iguaes, ordenou a C. R. de 5 de Novembro do mesmo anno ao Capitão General de S. Paulo, que tambem fizesse guerra offensiva aos Bugres, que assolavam os Campos Geraes da Coritiba e Guarapuava, inutilisando as fazendas situadas ao Oeste da estrada real, desde a villa da Faxina até a de Lages. Das correrias contra estes selvagens resultou ao menos afugental-os para lugares mais ermos e remotos; por cujo motivo deu a C. R. de 2 de Dezembro do mesmo anno outras instrucções, afim de promover os trabalhos da agricultura n'aquelles terrenos devolutos, e crear novas fabricas de mineração.

Reclamação da Princeza D. Carlota Joaquina de Bourbon, e do Infante de Hespanha D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, ao Principe Regente para que se digne proteger seus direitos á Corôa de Hespanha, depois da abdicação forçada de Carlos IV e do Principe das Asturias. Resposta do Principe Regente, marido e tio dos reclamantes. Manifesto da Princeza D. Carlota aos Hespanhoes: tudo feito e assignado no Rio de Janeiro aos 19 de Agosto de 1808. Manifesto do Infante de Hespanha D. Pedro Carlos, no mesmo sentido, aos 20 de Agosto do mesmo anno.

1809

Informado o Principe Regente dos inconvenientes, que nasceram da expedição dos papeis de Roma pelo modo

por que determinou o Alvará de 4 de Setembro de 1804, foi servido mandar suspender os effeitos do dito Alvará pelo de 7 de Janeiro do corrente anno de 1809, ordenando que se seguisse o modo antigo dos Banqueiros.

Tendo o Principe Regente declarado guerra aos Francezes pelo Manifesto do 1.º de Maio do anno anterior, não era possivel permittir que a pequena Colonia de Cayenna se conservasse ás portas do Brasil; deu-se portanto ordem para preparar uma expedição, que devia organisar-se no Pará, onde era Governador José Narcizo de Magalhães e Menezes. Um Corpo de Pernambuco embarcou para o Amasonas, e d'alli com outras tropas em numero de 900 homens, ao mando do Tenente Coronel Manoel Marques, com duas embarcações de guerra, foi desembarcar no Continente; apoderando-se logo de tres pontos principaes, obrigou o Governador da Colonia, Victor Hugues, a assignar uma capitulação no dia 12 de Janeiro de 1809. As tropas brasileiras entraram triumphantes na praça, onde se arvorou immediatamente (no dia 14 de Janeiro) a bandeira nacional, sahindo a guarnição franceza de 600 praças com todas as honras da guerra, debaixo da condição de ser transportada para França em navios portuguezes.

Entre as medidas, que, durante o corrente anno, tomou o Principe Regente para augmento e prosperidade do Brasil, foram mais notaveis as seguintes:

— Decreto de 12 de Abril, mandando crear na Côrte do Rio de Janeiro Cadeiras de Materia medica e de Medicina pratica, e mandando igualmente formar Compendios para estas materias.

— Alvara de 15 de Julho, impondo á Junta do Commercio a obrigação de crear aulas de Commercio nas principaes praças do Brasil, segundo os antigos Estatutos de Lisboa.

— Decreto de 28 de Julho, creando o lugar de Provedor-mór da Saude da Côrte e Estado do Brasil.

Tendo fallecido o Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Bahia, no dia 24 de Maio deste anno, assumiram a administração, em virtude da ordem de successão estabelecida no Alvará de 12 de Dezembro de 1770, o Arcebispo D. Fr. José de Santa Escolastica, o Chancel-

ler Antonio Luiz Pereira da Cunha, e o Marechal João Baptista Vieira Godinho. Este Governo creou a legião de Caçadores a pé e a cavallo, sobre o casco do segundo regimento de infantaria de 1.ª linha, segundo o ordenara a C. R. de 31 de Agosto de 1809; edificou o quartel de Cavallaria nos armazens *d'Agua de Meninos,* para o qual fez mudar o esquadrão, que até alli se achava aquartelado no Tororó; erigiu em villa o Arraial de Caitité, e foi durante esta administração, que se crearam Juizes de Fóra para as villas de Santo Amaro, Maragogipe e Rio de Contas por Alvará de 15 de Janeiro de 1810, e se incorporou, por outro Alvará de 19 de Março do mesmo anno, a Ouvidoria dos Ilheos a Conservatoria das matas d'esta Comarca, que até alli se conservára separada.

Resolução de 27 de Julho de 1809, promettendo premios, medalhas e privilegios aos que chegassem a climatisar no Brasil arvores de especiaria fina da India, e aos que promovessem a cultura de outros vegetaes indigenas ou exoticos, que fossem uteis ás artes. O Alvará de 7 de Julho de 1810 isentou por 10 annos de direitos e disimos nas alfandegas e portos a especiaria colhida nas plantações, que se estabelecessem no Brasil, e os mais productos de quaesquer vegetaes exoticos ou indigenas, que ainda se não cultivavam, e que podessem formar de futuro artigos interessantes de commercio e de exportação.

Das plantas de especiaria e sementes exoticas, trazidas da ilha de França pelo Chefe de Divisão Luiz de Abreu em Julho de 1809, se mandaram distribuir muitas pela Junta do Commercio e pelo Tenente General Carlos Antonio Napion, que as fez plantar no Jardim da Lagoa de Rodrigo de Freitas (hoje Jardim botanico), onde produziram felizmente, entre as quaes figura o chá da India. Em consequencia de Ordem Regia vieram de Cayena em 1811 algumas plantas de especiaria e medicinaes, como a nósmuscada, o cravo da India, a jalapa, a arvore do pão, &c.

D. Diogo de Souza, primeiro Governador e Capitão General nomeado para a nova Capitania geral do Rio Grande de S. Pedro por Decreto de 25 de Fevereiro de 1807, tomou posse do governo a 9 de Outubro de 1809, e conservou-o até o dia 13 de Novembro de 1814, em que foi rendido. Formou e commandou o exercito chamado de

observação na fronteira meridional da Capitania em 1811 e 1812; marchou com elle até as immediações de Paissandú, d'onde regressou em virtude do armisticio de 26 de Maio de 1812. Em 1815 teve o titulo de Conde do Rio Pardo.

Fernando Delgado Freire de Castilho, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, tomou posse a 26 de Novembro de 1809, e governou aquella Capitania até o dia 4 de Agosto de 1820, em que se retirou para a Côrte com licença regia. Durante a sua administração creou a Companhia de Commercio entre Goyaz e o Pará, que a C. R. de 5 de Setembro de 1811 approvou. Provido em um lugar de Conselheiro da Fazenda de Lisboa, foi transferido por despacho de 26 de Dezembro de 1820 para o tribunal do Brasil. Possuido de grande hypocondria suicidou-se com um tiro de pistola no dia 17 de Fevereiro de 1821.

D. Francisco de Assis Mascarenhas (que morreu Marquez de S. João da Palma), Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, tomou posse em 1809, tendo passado para esta da de Goyaz, onde governava com a mesma Patente desde 1804. Governou até o dia 11 de Abril de 1814, em que foi substituido.

1810.

Tratado de Commercio e Navegação, assignado no Rio de Janeiro aos 19 de Fevereiro do corrente anno pelos Plenipotenciarios, Conde de Linhares por parte do Principe Regente de Portugal, e Lord Strangford por parte da Grã-Bretanha; como tambem uma Convenção para estabelecer Paquetes entre a Inglaterra e o Brasil.

D. Fr. Antonio de S. José Bastos, natural do Rio de Janeiro (14.º Bispo de Pernambuco) foi eleito a 25 de Abril de 1810. No seguinte anno passou a administrar a Diocese como Vigario Capitular a instancias do Nuncio Apostolico Arcebispo de Nisibi, até que confirmado por Bulla datada a 5 de Março de 1815, voltou ao Rio de Ja-

neiro, em cuja Real Capella recebeu a sagração a 28 de Outubro de 1816. Demorando-se na Côrte por motivos particulares, falleceu alli repentinamente a 19 de Julho de 1819.

Para succeder ao fallecido Bispo foi eleito, a 4 de Abril de 1820, o Padre Fr. Gregorio José Viegas, Confessor das Infantas, o qual se retirou para Lisboa com a Familia Real em 1821, sem se sagrar, por não terem chegado as Bullas para esse effeito.

No dia 13 de Maio d'este mesmo anno foi o casamento do Infante de Hespanha D. Pedro Carlos com a Princeza da Beira sua prima, na Capella Real, em presença da Côrte e do Corpo Diplomatico. Casou-os o Bispo Diocesano D. José Caetano da Silva Coutinho. D'este consorcio apenas houve um filho, o Infante D. Sebastião, que nasceu no Rio de Janeiro no dia 4 de Novembro do seguinte anno de 1811.

No dia 17 de Junho d'este anno teve lugar a fundação da primeira missão mandada crear nos Campos de Guarapuava, em virtude da C. R. do 1.° de Abril de 1809, debaixo do nome de Povoação da Atalaia, sendo seu missionario o Reverendo Francisco das Chagas Lima Presbitero secular.

Por eleição de 24 de Junho de 1810 foi provido na Prelasia de Goyaz o Padre Antonio Rodrigues de Aguiar, natural do Rio de Janeiro. Tomou posse por Procurador a 13 de Janeiro do anno seguinte. Autorisado para impetrar da Santa Sé a mercê de Bispo *in partibus*, foi confirmado Bispo de Azoto em 1816, e sagrado a 29 de Setembro do mesmo anno. Partindo d'esta Capital para a sua Diocese a 29 de Setembro de 1818, falleceu no rio de Iguassú no dia 2 de Outubro immediato em consequencia de uma violenta febre maligna.

D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos, Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (53.º), tendo sido o ultimo Vice-Rei do Rio de Janeiro, tomou posse do governo d'aquella Capitania a 30 de Setembro de

1810, e governou até o dia 5 de Fevereiro de 1818, em que foi rendido. Foi este Governador o primeiro que creou Commissões militares no Brasil; no anno infausto de 1817, quatro execuções se fizeram na Bahia dos patriotas mais distinctos de Pernambuco, envolvidos nos acontecimentos d'aquella época. As Commissões militares de 1824 em Pernambuco e no Ceará foram filhas posthumas do Conde dos Arcos.

Carta de lei de 4 de Dezembro d'este mesmo anno mandando crear na cidade do Rio de Janeiro uma Academia de sciencias physico-mathematicas e naturaes para instrucção dos officiaes, que se destinassem ás differentes armas do exercito do Brasil. Foi ampliada em tempo d'El-Rei pelo Aviso de 2 de Dezembro de 1818, mas só teve Estatutos pelo Decreto de 23 de Fevereiro de 1835, alterado pelo Decreto de 14 de Janeiro de 1839, e Resoluções de 22 de Janeiro e 22 de Fevereiro do mesmo anno. Finalmente foram approvados os novos Estatutos da sua reforma pelo Decreto de 9 de Março de 1842.

Em consequencia da morte do Governador e Capitão General do Pará José Narcizo de Magalhães e Menezes a 20 de Dezembro de 1810, entraram no mesmo dia em exercicio do governo interino o Bispo Diocesano D. Manoel de Almeida de Carvalho, o Brigadeiro Manoel Marques, e o Desembargador Ouvidor da Comarca do Pará Joaquim Clemente da Silva Pombo, na fórma do Alvará de successão de 12 de Dezembro de 1770. Em Fevereiro de 1812 foi substituido o Brigadeiro Manoel Marques pelo de igual Patente Francisco Pereira Vidigal. O membro militar do governo interino teve ainda duas substituições. Este governo durou até o dia 19 de Outubro de 1817, em que deu posse ao novo Capitão General nomeado Conde de Villa-Flor. Nos ultimos tres annos da sua duração houveram grandes desavenças entre os seus membros, que muito molestaram a susceptibilidade do Bispo Diocesano, Presidente do triumvirato, obrigando-o a pedir a El-Rei com muita instancia a nomeação de um Capitão General para aquella Capitania.

N'este mesmo anno de 1810 levantou o Capitão Tenente José Joaquim da Silva a Carta hydrographica da costa do Pará até o Maranhão.

1811.

C. R. de 5 de Janeiro d'este anno autorisando o estabelecimento de uma Typographia na Bahia, e facultando ao Governador e ao Arcebispo para poderem escolher os censores entre as pessoas illustradas, começando logo a publicação da gazeta denominada *Idade d'ouro*.

Tendo Pedro Gomes Ferrão offerecido ao Conde dos Arcos todos os seus livros para começo de uma bibliotheca publica, contando que este offerecimento seria seguido por outros na provincia da Bahia, conseguiu reunir tres mil volumes, e varios donativos de dinheiro, com o que procedeu-se á abertura da dita bibliotheca no dia 13 de Maio d'este mesmo anno de 1811 na sala do docel de Palacio, em presença do Governador, que presidiu o acto com toda a solemnidade, e de um immenso concurso da gente mais grada da cidade. Hoje consta a sobredita bibliotheca de perto de oito mil volumes.

Havendo-se pelos annos de 1808 e 1809 ateado em Buenos-Ayres o fogo da insurreição, começou alli a lavrar a horrorosa guerra civil, que tão longa e sanguinosa tinha de ser. O Vice-Rei D. Balthazar Hidalgo de Cisneros havia sido deposto em 25 de Maio de 1810, e substituido por uma Junta de nove membros, que em fins do mesmo anno mandou fusilar o General Liniers, vencedor dos Inglezes em Agosto de 1806. O Paraguay e Montevideo ardiam no mesmo fogo, e a guerra de partidos devorava aquellas provincias. Não podia o Brasil ser indifferente ao proximo perigo; organisou-se portanto um exercito de observação na fronteira meridional da provincia de S. Pedro, dividido em duas columnas: a primeira commandada pelo Marechal de Campo Manoel Marques de Souza, e a segunda pelo de igual patente Joaquim Xavier Curado.

Commandava em chefe o Capitão General da Provincia D. Diogo de Souza, depois Conde do Rio Pardo, e passou revista as duas Divisões successivamente nos mezes de Fevereiro e Março de 1811. Restava-lhe prover na defensa da fronteira de Missões: em Abril marchou para alli com uma columna das tres armas o Coronel João de Deos Mena Barreto. Em Maio o Coronel Rondeau com as tropas de Buenos-Ayres cercou Montevideo; Elio, que alli mandava por parte da Hespanha, vendo-se sem recursos, pediu auxilio ao General portuguez. Concentrado o exer-

cito em Bagé, não foi possivel marchar d'alli no rigor do inverno para atravessar uma distancia de mais de cem leguas com os fracos meios, que possuia; indispensavel foi descer á Lagoa Merim, e seguir em 17 de Julho na direcção do Jaguarão. O General Marques adiantou-se e occupou o Serro Largo.

Os insurgentes abandonaram tambem o Forte de Santa Thereza, depois de o haverem minado; porém reparadas as pequenas brechas, o General deixou n'elle sufficiente guarnição, e continuou a sua marcha victoriosa por toda a Campanha até Maldonado. Aqui alcançou um expresso do Governador Elio, participando o armisticio arranjado com Rondeau, e requisitando vivamente a retirada das tropas portuguezas; parecia receiar mais da nossa fé do que da de seus verdadeiros inimigos, e por isso precipitou essa ephemera convenção. Prevendo o nosso General as consequencias, não annuiu ás instancias d'aquelle a quem vinha soccorrer. Rondeau, que tinha ordens de evitar todo e qualquer encontro com o exercito pacificador, levantou o cerco e repassou o Prata, em quanto Artigas atravessava o Rio Negro levando por diante os habitantes da Campanha, desde o rio de Santa Luzia até o Guaraim.

Decreto de 4 de Abril estabelecendo as gratificações, que deviam perceber as pessoas empregadas no Instituto vaccinico da Côrte e cidade do Rio de Janeiro, mandado organisar debaixo da inspecção do Intendente geral da Policia e do Physico-mór do Reino.

Em um dia de cortejo, 25 de Abril de 1811, na cidade da Bahia, querendo os Officiaes militares preceder a Relação e a Camara da Capital, decidiu o Conde dos Arcos, que se observasse o antigo estylo, que dava a precedencia aos militares, cuja decisão irritou sobre maneira aos Desembargadores. Dando porém conta d'este procedimento ao Principe Regente, mandou o Aviso de 12 de Outubro do mesmo anno, que, quando a chuva não permittisse haver arrumamento de tropas, e sómente cortejo dos Officiaes, regulasse o Governador um intervallo, afim de evitar iguaes encontros com aquellas duas corporações. Outra contestação semelhante aconteceu no Rio de Janeiro, sendo Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, sobre a qual providenciou tambem o Aviso do 1.º de Novembro de 1798.

C. R. de 10 de Setembro d'este anno mandando crear uma Junta em Goyaz para resolver os negocios, que se expediam em recurso á Mesa do Desembargo do Paço. Foi esta Junta creada igualmente em todas as Capitaes dos Governos e Capitanias dos Dominios ultramarinos de Portugal.

Luiz Telles da Silva, Marquez de Alegrete, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo, tomou posse no 1.º de Novembro de 1811, e governou até o dia 26 de Agosto de 1813, em que se retirou para o Rio de Janeiro com licença d'El-Rei. Em sua ausencia ficaram encarregados interinamente do governo d'aquella Capitania o Bispo Diocesano D. Matheus de Abreu Pereira, o Ouvidor da Comarca de S. Paulo D. Nuno Eugenio de Locio e Seilbis, e o Intendente da Marinha de Santos Miguel de Oliveira Pinto. O Marquez de Alegrete não voltou a S. Paulo por ser transferido com a mesma Patente para o Rio Grande do Sul em 1814.

N'este presente anno de 1811 sahiram da Capital do Brasil, por ordem do governo, exploradores da navegação do Guaporé, Mamoré, Madeira, Arinos, Tapajoz, e Xingu, rios que todos entram no Amazonas.

1812.

Decreto de 25 de Janeiro d'este anno, mandando crear na Côrte e cidade do Rio de Janeiro um Laboratorio chimico pratico. Outro da mesma data incumbindo ao Lente de Materia medica a sua administração, devendo seguir n'esta parte os Estatutos da Universidade de Coimbra.

No mesmo dia e anno (25 de Janeiro de 1812) aconteceu a infausta morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que tão sensivel foi aos corações brasileiros. O Conde de Linhares foi o unico homem da Côrte de D. João VI, que comprehendeu perfeitamente as necessidades do Brasil, e apezar das difficuldades, que se lhe oppunham pelas ideas mesquinhas da mesma Côrte, com-

tudo fez o que nenhum outro depois d'elle se animou a fazer. Ainda hoje o Brasil lhe deve exclusivamente a maior parte dos estabelecimentos publicos, que possue, senão ja deteriorados, ao menos no estado, em que elle os creou.

Alvará de 2 de Março d'este mesmo anno, mandando crear uma Junta de Direcção medica, cirurgica e administrativa do Hospital militar na Côrte do Rio de Janeiro.

Alvará de 13 de Maio d'este mesmo anno, dando regimento á Relação do Maranhão, mandada crear pelas Resoluções de 23 de Agosto de 1811, e 5 de Maio de 1812.

Novos motivos vieram animar as operações do exercito do Sul: o Capitão General D. Diogo de Souza deixou em 16 de Março de 1812 os quarteis de Maldonado, e a 2 de Maio chegou ás immediações de Paissandú, tendo feito noventa e sete leguas de uma marcha laboriosa; n'esta segunda campanha os combates foram mais frequentes e gloriosos. Artigas havia voltado áquem do Uruguay com tres mil homens, porém o Coronel Costa, acossando-o com a sua columna, o levou de rojo até o outro lado. Nas costas do Rio Negro, no Salto, nas immediações do Serro Largo, e em outras diversas paragens foram os patriotas completamente batidos.

Em meio d'estas victorias annunciou-se um *Parlamentario* no quartel general portuguez, no dia 10 de Junho de 1812, que vinha de parte da Junta de Buenos-Ayres, e do Enviado portuguez João Rademaker, trazendo a convenção de um armisticio por tempo indefinido, e o aviso para que o exercito se retirasse para as nossas fronteiras. O General deu immediatamente a ordem de contramarcha, e no dia 12 de Setembro as columnas se dirigiram aos quarteis, que lhes foram destinados em Bagé e na guarda da Conceição.

Esta convenção de armisticio tinha a data de 26 de Maio do mesmo anno de 1812, e á ella seguiu-se outro arranjo debaixo do titulo — « Clausulas do Tratado entre os Governos do Brasil e de Buenos-Ayres, na fórma de 16 artigos addiccionaes ao assignado em Maio de 1812 » — (V. Correio Brasiliense de Setembro de 1820, pag. 228.). Diz o Visconde de S. Leopoldo em uma nota dos seus An-

naes, que pessoa fidedigna lhe referira ter ouvido da boca do proprio Rei D. João VI, que os dois successos que mais o magoaram, durante a sua residencia no Rio de Janeiro, tinham sido: a morte de seu Sobrinho o Infante de Hespanha D. Pedro Carlos, casado com sua prima a Princeza da Beira, e este desairoso armisticio, que por aziaga coincidencia se havia celebrado no mesmo dia da morte do Infante (26 de Maio de 1812).

Por Decreto assignado aos 17 de Dezembro d'este mesmo anno foi a villa de S. Salvador de Campos dos Goaytacazes condecorada com o titulo de Baronato, conferido a Dona Anna Francisca Maciel da Costa, viuva do negociante Braz Carneiro Leão.

1815.

O Decreto de 16 de Fevereiro de 1813 mandou distribuir os casaes de Colonos, que vieram das ilhas dos Açores, pelas Capitanias do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Porto Seguro, S. Paulo e Minas Geraes; e os filhos d'estes foram isentos do recrutamento para a tropa de linha, e desobrigados de servirem nos corpos de milicias contra sua vontade. Esta mesma graça ficou sendo extensiva a todos os mais casaes semelhantes, que para o futuro podessem vir estabelecer-se nas Capitanias do Brasil, pela mesma maneira que estes.

Amestrado o Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Bahia, pela dolorosa experiencia de duas insurreições de escravos (em 1807 e 1809), tinha estabelecido uma policia tão vigilante, que conteve as lavas d'esse volcão terrivel; porém o Conde dos Arcos, seu successor, longe de conservar em vigor as sabias medidas preventivas do Conde da Ponte, não só as minorou como acabou inteiramente com a policia contra os escravos. Este deleixo produziu amargo fructo, porque no dia 28 de Fevereiro de 1813 os pretos da mesma nação *Ussá*, pertencentes á armação do Visconde do Rio Vermelho, á fazenda de João Vaz de Carvalho, e á outras visinhas, se levantaram armados em numero de mais de 500, commettendo atrocidades por todo

o caminho que segue até o rio de Joannes, em cuja passagem os bateu o Major da Legião da Torre Manoel da Rocha Lima, matando a muitos, e prendendo outros. Com quanto ás providencias d'aquelle Official se devesse em grande parte a salvação publica, mandou-o todavia reprehender o Conde dos Arcos *por haver obrado sem ordem, empregando armas contra uns miseraveis.* Sem embargo os cabeças da insurreição foram condemnados á morte, e soffreram a pena no dia 18 de Novembro do mesmo anno de 1813 no patibulo levantado na praça da Piedade.

Decreto do 1.º de Abril d'este anno, approvando o plano de estudos do Curso de Cirurgia, que faz parte do de Medicina, que o Principe Regente se propunha estabelecer no Brasil, mandado pôr em execução no hospital da Santa Casa da Misericordia da Côrte e cidade do Rio de Janeiro por Aviso de 18 de Março d'este mesmo anno.

No dia 16 de Maio d'este anno morreu na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro a Serenissima Infanta D. Marianna, irmãa da Rainha Fidelissima, com 77 annos de idade.

N'este mesmo anno foi extraordinaria a estação invernosa na Bahia; uma chuva continuada por 45 dias na cidade trazia aterrados os habitantes pelos funestos exemplos anteriores, até que á uma e meia hora da tarde de 14 de Junho de 1813, desabando a muralha, que sustentava a casa de Thomé Alvares Braga na Cruz do Pascoal, cahiu com grande porção de terra, que arrastrou na sua queda, sobre o trapiche denominado *Barnabé*, pertencente a Miguel José Bernardino de Leão, e demoliu uma grande parte d'aquelle edificio com morte de 34 pessoas, escapando apenas o proprietario com poucas pessoas da sua familia, tiradas d'entre as ruinas. Outras porções de terra cahiram tambem pelo mesmo tempo nas immediações da fonte do *Xixi*, e das ladeiras da Misericordia, Conceição, e Gamboa; e foi tal o receio que por espaço de oito dias cessou o expediente da Alfandega a pedido do Provedor: medida que mereceu a approvação Regia, communicada por Aviso de 30 de Agosto.

Procedendo a Camara á uma vistoria nos lugares mais perigosos afim de prevenir novos damnos, aconteceu que achando-se a mesma Camara n'esta diligencia no dia 1.º

de Julho, junto ao Forte de Santo Antonio além do Carmo, desabou pelas dez horas da manhãa uma porção de terra, contigua ao baluarte septentrional do mesmo Forte, e abateu oito casas, que lhe ficavam inferiores na fralda da montanha, sem que houvesse perda de vida, por que os habitantes d'aquellas casas as haviam antes abandonado. Em consequencia de todos estes funestos acontecimentos concebeu o Conde dos Arcos o plano de mudar a cidade, fazendo uma nova desde a praia e varzea, que seguem do Noviciado até Itapagipe, submettendo-o a approvação do Principe Regente; o qual, parecendo approvar esta idéa gigantesca, mandou proceder a diversos exames, e orçamentos de despezas; porém não passou dahi, porque os milhões do Brasil consummiam-se na *Ucharia*, ou na guerra contra os Francezes na Peninsula.

No dia 12 de Outubro d'este mesmo anno abriu-se pela primeira vez o Real Theatro de S. João (hoje de S. Pedro de Alcantara), e deu-se n'elle a primeira representação theatral para festejar o anniversario do Principe do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcantara, depois nosso primeiro Imperador.

Alvará de 16 de Dezembro d'este anno, concedendo á villa de Porto Alegre a primazia de Cabeça da Comarca de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e de Santa Catharina.

N'este mesmo anno foi encarregado o habil Engenheiro Barão de Eschwege, por ordem do Principe Regente, de explorar varias minas de ferro na provincia de Minas Geraes.

1814,

D. Manoel de Portugal e Castro, Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de Minas, tomou posse a 11 de Abril de 1814. Foi o ultimo Capitão General, que teve esta provincia até a formação da 1.ª Junta governativa segundo o Decreto das Côrtes de Lisboa.

D. Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira (14.º Arcebispo da Bahia), sendo Bispo de Malaca, foi eleito Metropolitano do Brasil a 13 de Maio de 1814. Nomeado pelo R. Bispo de S. Paulo D. Matheus de Abreu Pereira, em razão de Sufraganeo mais antigo, para administrar o Arcebispado em qualidade de seu Governador e Vigario Capitular, por ter o Cabido Séde Vacante deixado de eleger Vigario Capitular dentro dos 8 dias do fallecimento do Arcebispo, partiu para aquelle destino no mesmo anno, e logo que chegou foi seu primeiro cuidado a creação de um Seminario, de que tanto necessitava aquella Diocese.

Acontecendo morrer a 22 de Dezembro do anno acima referido de 1814 o Conego José Telles de Menezes, deixou por doação testamentaria a Casa nobre de sua residencia para estabelecer n'ella o Seminario, de que se occupava o Arcebispo D. Fr. Francisco de S. Damazo; e feitos alguns arranjos necessarios para tão util estabelecimento, deu-lhe o Arcebispo Estatutos, concorrendo por sua parte com uma quota para manutenção dos mancebos pobres, que deviam ser sustentados pelo Cofre das Obras Pias do Arcebispado. Falleceu este Arcebispo a 18 de Novembro de 1816, e jaz na Igreja Cathedral.

Decreto de 18 de Junho d'este mesmo anno, ordenando a livre entrada dos navios de todas as nações nos portos dos dominios portuguezes, e permittindo a sahida dos navios nacionaes para qualquer destino sem restricção.

Luiz Telles da Silva, Marquez de Alegrete, tendo governado a Capitania de S. Paulo com a Patente de Capitão General, passou com a mesma Patente a governar a do Rio Grande do Sul, e tomou posse a 13 de Novembro de 1814. Conservou-se no governo até o anno de 1818, em que foi rendido. Durante a sua administração esteve a Capitania quasi sempre em guerra com os insurgentes da Banda Oriental, e ás suas prudentes disposições devem as nossas armas muitos triumphos parciaes.

D. Francisco de Assis Mascarenhas (1.º Conde de Palma, e ultimamente Marquez de S. João da Palma),

depois de haver governado as Capitanias de Goyaz e de Minas com a Patente de Capitão General, passou com a mesma Patente a governar a de S. Paulo, onde tomou posse a 8 de Dezembro de 1814. Nomeado para succeder ao Conde dos Arcos na Bahia, por despacho de 4 de Julho de 1817, deixou a Capitania de S. Paulo a 19 de Novembro do mesmo anno, entregando a administração aos mesmos Governadores interinos, de quem a havia recebido.

Decreto de 9 de Dezembro d'este anno, mandando crear uma cadeira de Agricultura e Botanica na Côrte e cidade do Rio de Janeiro.

Havendo solicitado o Conde dos Arcos licença do Principe Regente para edificar uma Praça de Commercio na Bahia, foi-lhe concedida por Aviso de 10 do mez de Maio de 1811; porém só foi lançada a primeira pedra no dia 17 de Dezembro de 1814. Este edificio foi construido no terreno, que sobrava da bateria de S. Fernando, por meio de uma subscripção do commercio, sem a menor despeza do thesouro publico. Custou sessenta contos de réis, e no dia 28 de Janeiro de 1817 teve lugar a solemne abertura, em cujo acto offereceram os negociantes uma espada de ouro ao mesmo Conde dos Arcos.

1815.

Alvará de 11 de Agosto d'este anno, declarando comprehendida na Real Resolução de 1808, que permitte estabelecer manufacturas no Brasil, a faculdade de poderem os Ourives de ouro e prata da Côrte do Rio de Janeiro, e mais partes do Brasil, usar do seu officio, abolindo a prohibição estabelecida na Carta Regia de 1766.

Carta de lei de 16 de Dezembro d'este mesmo anno, elevando o Principado do Brasil á categoria de Reino, unido aos de Portugal e Algarves.

1816.

A Rainha de Portugal D. Maria I, que ha muito tempo vivia em estado de demencia, morreu na Côrte do Rio de Janeiro no dia 20 de Março d'este anno. A sua morte não trouxe alteração alguma na administração, porque o Principe Regente, que devia succeder-lhe, era de facto Rei, e governava como tal desde 1799.

Finalmente succumbiu Montevidéo aos esforços da Junta de Buenos-Ayres em 1814, e este triumpho, alentando a guerra civil, que devorava as novas Republicas, ameaçava ao mesmo tempo a paz dos seus visinhos. O Principe Regente D. João, temendo pela segurança dos limites meridionaes do Brasil, mandou vir de Portugal uma luzida Divisão, composta de voluntarios, á que se uniram outras tropas brasileiras, e com ellas mandou occupar a banda oriental do Rio da Prata. A Divisão, que depois tomou o nome de Voluntarios de El-Rei, composta de quatro batalhões de caçadores, chegou ao Rio de Janeiro no dia 30 de Março de 1816, e tendo desembarcado apresentou-se em grande parada no largo do Paço no dia 4 do seguinte Abril. Depois de estacionar por algum tempo na armação, do outro lado da bahia, partiu para o Sul no dia 12 de Junho, devendo reunir-se em Santa Catharina com a cavallaria e artilharia da mesma Divisão, que já alli se achavam.

Em quanto o General Carlos Frederico Lecor, depois Visconde da Laguna, com a Divisão de Voluntarios Reaes marchava sobre Montevidéo, o General Curado com as tropas brasileiras defendia as Missões contra o cabecilha Artigas, que procurava subleval-as. Destacando o Tenente Coronel José de Abreu, depois Barão do Serro Largo, com uma columna de 630 homens, logrou este chefe derrotar Artigas em S. Borja no dia 3 de Outubro do mesmo anno de 1816, depois de ter varrido as margens do Uruguay das partidas, que as infestavam; tendo precedido no dia 24 de Setembro a derrota de um troço de 300 homens da columna de Fructuoso Rivera pelo Major Manoel Marques de Souza no passo de Chafalote. Pouco depois o Brigadeiro João de Deos Mena Barreto conseguiu outro triumpho contra o mesmo Artigas nas visinhanças de Ynhanduy e Paipaes no dia 19 de Outubro.

O General Lecor, avançando pela Campanha, destacou

o Marechal de Campo Sebastião Pinto de Araujo Corrêa, com a vanguarda da Divisão de Voluntarios Reaes, afim de occupar o Forte de Santa Thereza, de que se apossou quasi sem resistencia. Depois seguiu o mesmo Marechal para *India Morta*, e alli derrotou completamente no dia 19 de Novembro a Fructuoso Rivera, que com mais de dois mil gauchos o veiu provocar a combate; em quanto o General Lecor occupava Maldonado, donde marchou depois sobre Montevidéo, tendo previamente combinado os seus movimentos com os da pequena esquadra, commandada pelo Conde de Vianna.

As Infantas de Portugal D. Maria Izabel e Maria Francisca, destinadas a casarem com El-Rei de Hespanha Fernando VII e seu irmão o Infante D. Carlos, partiram do Rio de Janeiro para Cadix no dia 3 de Julho de 1816.

Decreto de 12 de Agosto d'este mesmo anno, concedendo pensões aos artistas francezes, que tinham vindo, debaixo da direcção de Mr. Le Breton, fundar no Brasil uma Escola Real de sciencias, artes, e officios. Tendo-se promovido anteriormente uma subscripção para o estabelecimento de um Instituto academico, que não só comprehendesse o ensino das sciencias mas tambem o das Bellas-artes, mandou o Aviso de 5 de Março d'este anno recolher o seu producto ao Banco do Brasil.

A Irmandade dos homens pardos livres de Nossa Senhora da Conceição do Hospicio, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, desejosa de elevar-se á classe das Ordens Terceiras, conseguiu um Breve Apostolico, que a instituiu como tal, e no anno de 1816 começou a gozar d'esta prerogativa.

1817.

Achando-se a Legião de S. Paulo, ao mando do Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares, acampada em Catalan, vieram sorprehendel-a no dia 4 de Janeiro d'este anno os Caudilhos La Torre, Verdun, e Mondragon com tres mil gauchos; o combate foi sustentado com denode

pelo Brigadeiro Joaquim de Oliveira até que chegou o Tenente Coronel José de Abreu com o seu Corpo, e os gauchos foram completamente derrotados. A perda do inimigo em Catalan foi immensa, e muito mais pelo que aconteceu depois; porque o principal cabecilha D. Jose Verdun, que escapou da refrega, foi feito prisioneiro na povoação de Belém com 300 dos seus, no dia 15 de Setembro do mesmo anno, pelo Capitão Bento Manoel Ribeiro (hoje Marechal de Campo), que apenas tinha levado comsigo 40 lanceiros e 50 milicianos do Rio Pardo.

Desassombradas e livres as nossas fronteiras de inimigos, toda a attenção se voltou para a Banda Oriental. Por outra parte o General Lecor avançava sobre Montevidéo, e quando se ia approximando, uma deputação da Municipalidade o veiu receber, entregando-lhe as chaves da praça, na qual entrou triumphante no dia 20 de Janeiro do mesmo anno de 1817, havendo-a antes abandonado o chefe D. Manoel Barreiros, que a commandava em nome de Artigas. Depois mandou o General Lecor ao Coronel Manoel Jorge Rodrigues com dois batalhões occupar a Colonia do Sacramento, que já se tinha pronunciado em favor dos Portuguezes, e uma Brigada assenhorear-se do Serro Largo. Eis-ahi os principaes feitos de armas do Exercito do Sul na abertura d'esta nova campanha.

Tendo sido dada uma denuncia ao Governador e Capitão General de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de que havia uma conspiração tramada com o fim de mudar a fórma do governo, convocou o dito Governador a conselho os Officiaes Generaes existentes no Recife; os quaes consideraram veridica a denuncia, mandando proceder a prisão dos conspiradores. Designados os individuos, que deviam ser presos, foram encarregados: o Marechal José Roberto de mandar prender os paisanos; o Brigadeiro Salazar, que commandava o Regimento de Infantaria, de o fazer ao seu Ajudante, e o Brigadeiro de Artilharia Manoel Joaquim Barboza de Castro a tres Capitães, e ao Secretario do corpo do seu commando. Tudo se teria levado a effeito no mesmo dia 6 de Março de 1817, se o Brigadeiro Manoel Joaquim não quizesse dar á execução d'aquella ordem um apparato de insolente audacia, convocando toda a Officialidade para a Secretaria do Regimento, em cuja presença insultou ao Capitão Domingos Theotonio, antes de dar-lhe a

voz de preso, e depois ao Capitão José de Barros Lima; porém apenas lhe havia dirigido o primeiro insulto, quando este Capitão, desembainhando a espada, o atravessou com ella.

Informado Caetano Pinto d'este facto por um dos Officiaes de artilharia, mandou o seu Ajudante de ordens Alexandre Thomaz ao quartel com o fim de reunir a tropa, e prender os Officiaes amotinados; porém o Capitão Pedroso, que já tinha municionado alguns soldados, apenas o reconhece, manda atirar-lhe, e o desgraçado cahiu por terra banhado no seu proprio sangue. Sabendo o Governador d'este novo successo, abandonou o Palacio, e foi encerrar-se na fortaleza do Brum, onde capitulou no dia seguinte, embarcando para o Rio de Janeiro com algumas pessoas da sua familia. Chegando á Côrte foi logo recolhido á prisão da Ilha das Cobras, sem lhe permittirem fallar a nenhum dos Ministros como requeria.

Nomeado um governo provisorio, composto de cinco membros, no dia 7 de Março, trataram estes de dar alguns regulamentos, e de organisar as repartições publicas; mas começaram logo a sua marcha com toda a inexperiencia de homens novos no exercicio de uma administração turbulenta. Sem embargo, o movimento da capital communicou-se á todas as villas e povoações da provincia, e bem depressa á Parahyba, Rio Grande, e Alagoas; por toda a parte recebia o governo provas de adhesão e de lealdade: a revolução parecia consummada. Porém quanto se enganavam os que criam, que era facil desarraigar com bellas theorias preconceitos populares, e abalar os fundamentos de uma monarchia cimentada sobre usos, costumes e religião!

O Conde dos Arcos, assim que soube da revolução, preparou alguns navios, e os mandou bloquear o Recife, fazendo marchar ao mesmo tempo por terra uma columna ás ordens do Marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda em direcção as Alagoas, que n'esse tempo ainda fazia parte de Pernambuco. Informados da marcha da tropa da Bahia, começaram os habitantes da margem septentrional do rio de S. Francisco uma contra-revolução, que se foi estendendo desde o Penedo até as Alagoas, onde a guarnição de linha, que alli se achava, foi a primeira a pronunciar-se. No momento em que o bloqueio se estendeu pela costa, e poderam chegar á terra algumas proclamações, começou a reacção com tanta violencia como encarniçamento. Com effeito, o Rio Grande do Norte seguiu o exemplo das Alagoas, e a

Parahyba não tardou muito tempo para pronunciar-se no mesmo sentido.

A tropa da Bahia, precedida pelas milicias das Alagoas, era recebida por toda a parte com geral enthusiasmo; todo o sul da provincia estava pronunciado, e o governo provisorio experimentava as ancias da morte. Domingos José Martins, membro do governo, que tinha ido reunir-se ao Capitão-mór Francisco de Paula, foi sorprendido por uma Companhia dos pardos do Penedo e dos Indios da Atalaia, ferido e preso algumas horas depois com alguns dos seus companheiros. Paula, atacado no Engenho Trapiche de Ipojuca pelo Marechal Cogominho, debandou completamente no dia 14 de Maio depois de algumas horas de fogo. Chegando ao Recife a noticia de todos estes desastres, retirou-se Domingos Theotonio, que tinha sido creado Dictador, no dia 19 com toda a guarnição, e no dia immediato foi proclamada na capital a autoridade d'El-Rei sem o menor obstaculo. Entretanto as tropas, que se tinham retirado, fizeram alto no Engenho Paulista, onde receberam a noticia deste desfecho: a consternação foi geral, e ninguem cuidou mais senão em salvar-se.

Dos dois unicos membros do governo, que seguiram com a tropa, o Padre João Ribeiro suicidou-se, e Domingos Theotonio fugiu disfarçado temeroso da sua propria sombra. D'aqui data essa serie de actos torpes e infames, que tem corrompido e desvirtuado o bello e nobre caracter do povo pernambucano, outro tempo tão afamado pela sua moralidade e bisarria. Todos queriam para si a palma do triumpho, e cada um procurava assignalar-se por um meio ruidoso, com tanto que o seu nome fosse inscripto na lista dos benemeritos da monarchia: d'ahi as pesquisas mais violentas, as delações mais infames, o perjurio, a traição, e toda a serie de torpezas, que acompanham sempre as reacções politicas. Finalmente já por duas vezes tinham ido para a Bahia grandes remessas de presos, e ainda as prisões estavam atulhadas de infelizes patriotas, quando chegou ao Recife Luiz do Rego Barreto como Governador de Pernambuco.

Antonio de Araujo de Azevedo, Conde da Barca, morreu no Rio de Janeiro aos 21 de Junho d'este mesmo anno. A elle se deve a creação da Academia das Bellas Artes no Rio de Janeiro, cujo estabelecimento foi fundado em virtude do Decreto de 12 de Agosto de 1816.

Luiz do Rego Barreto, Governador e Capitão General nomeado para Pernambuco, e Commandante em Chefe da expedição militar, que do Rio de Janeiro partiu para esta provincia, chegou ao Recife a 29 de Junho de 1817, e por sua ordem foram logo sequestrados todos os bens das pessoas compromettidas na revolução de 6 de Março do mesmo anno, creando uma Commissão militar permanente para julgar os presos. Nove individuos, distinctos por virtudes e outras qualidades pessoaes, foram enforcados (4 de Pernambuco, e 5 da Parahyba (1)) em virtude de sentença d'este tremendo Tribunal de sangue. Esta carnificina foi suspensa por ordem da Côrte, sendo nomeada uma Alçada de quatro membros togados (2 Desembargadores do Paço, e 2 da Casa da Supplicação) para continuar no processo criminal com as apparencias de justiça, cuja devassa aberta durou dois annos n'esta infeliz provincia.

Luiz do Rego, continuando no governo, fez de Pernambuco um Campo militar; todas as suas disposições governativas se reduziram a crear Batalhões de linha e de milicias com a mesma disciplina: medida, que lhe foi muito fatal ao depois, porque o povo adestrado no exercicio das armas affrontou com arrogancia a tropa de linha, e lhe fez pagar mui caro a sua louca presumpção. Despopularisado até o escarneo levou um tiro de pistola a 21 de Julho de 1821, do qual ficou gravemente ferido. Finalmente levantou-se o Povo no interior da provincia, e reduzido elle ao circuito da cidade do Recife com as suas tropas, teve de capitular em Olinda a 6 de Outubro do mesmo anno. Cedendo á sua impopularidade, embarcou a 26 do mesmo mez para Portugal com a tropa, que lhe

(1) Foram os quatro infelizes enforcados, pertencentes a Pernambuco, os seguintes: o Tenente Antonio José Henriques, o Padre Pedro de Souza Tenorio, e os Capitães Domingos Theotonio Jorge e José de Barros Lima. Os da Parahyba foram: o Coronel Amaro Gomes Coutinho, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o Padre Antonio Pereira, e os Tenentes Coroneis Silveira e José Peregrino de Carvalho. Todos estes individuos foram mutilados de cabeça e mãos para serem expostas nos lugares publicos. Precedentemente tinham sido fusilados na Bahia, por autoridade do Conde dos Arcos, o Padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima a 29 de Março, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, e o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro no dia 12 de Junho; nenhum d'estes individuos foi mutilado na Bahia.

restou fiel, deixando para sempre a provincia de Pernambuco, da qual foi o ultimo Capitão General.

Convenção addicional ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815 entre Sua Magestade Fidelissima e Sua Magestade Britannica, para o fim de impedir qualquer commercio illicito de escravos por parte dos respectivos vassallos, assignada aos 28 de Julho d'este corrente anno.

O Coronel João Vieira Tovar de Albuquerque, Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina por despacho de 4 de Julho de 1817, tomou posse do governo a 14 de Agosto do mesmo anno. Excessivo em todos os actos de sua administração, tornou-se logo odiado pelos povos d'aquella Capitania, que regeu até ser rendido em 20 de Julho de 1821.

Tratado, assignado em Paris aos 28 de Agosto d'este mesmo anno, entre S. M. Christianissima, e S. M. Fidelissima, em que se estatue a entrega e devolução da Colonia de Cayenna á sua dita Magestade Christianissima, e se marcam os limites d'aquella colonia com o Brasil, em execução do artigo 107 da Acta do Congresso de Vienna, firmada aos 9 de Junho de 1815.

Decreto de 16 de Setembro d'este mesmo anno, desmembrando a Comarca das Alagoas da Capitania geral de Pernambuco, e dando-lhe governo separado e independente com faculdade de conceder sesmarias, e nomeando Governador da nova Capitania das Alagoas por tres annos a Sebastião Francisco de Mello Povoas.

Antonio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa-Flor (hoje Duque da Terceira), Governador e Capitão General nomeado para o Grão Pará e Rio Negro, tomou posse do cargo aos 19 de Outubro de 1817, recebendo o governo das mãos dos Governadores interinos, que tinham regido a Capitania pelo espaço de quasi sete

annos. Havendo obtido licença de El-Rei para ir ao Rio de Janeiro, partiu no dia 1.° de Julho de 1820, deixando a administração interinamente a cargo de um governo provisorio na fórma do Alvará de successão de 12 de Dezembro de 1770.

A Archiduqueza D. Carolina Leopoldina de Austria, que depois fôra a primeira Imperatriz do Brasil, chegou ao Rio de Janeiro no dia 5 de Novembro d'este corrente anno, e desposou o Principe Real do Reino Unido o Sr. D. Pedro de Alcantara, que foi o fundador do Imperio.

1818.

D. Francisco de Assis Mascarenhas (1.° Conde de Palma, e ultimamente Marquez de S. João da Palma), Governador e Capitão General nomeado para a Bahia (54.°) por despacho de 4 de Julho de 1817, tomou posse do governo d'esta Capitania a 26 de Janeiro de 1818, depois de haver governado com igual Patente as Capitanias de Goyaz, de Minas e de S. Paulo. A sua presença na Bahia fez melhorar a sorte dos presos de Pernambuco, que logo começaram a receber soccorros de suas familias, e de outras pessoas, que até então temiam a sanha do Conde dos Arcos. O seu governo foi tão suave alli como nas outras partes, onde tinha deixado saudosas recordações. Governou até o dia 10 de Fevereiro de 1821, em que se proclamou a Constituição portugueza, que fizessem as Côrtes, creando-se uma Junta provisoria, cuja presidencia recusou com a mais fina politica, retirando-se para o Rio de Janeiro a 16 do mesmo mez e anno. Foi o ultimo Capitão General, que teve aquella provincia.

Em consequencia da revolução de Pernambuco demorou-se o acto solemne da coroação e acclamação d'El-Rei D. João VI, que só teve lugar a 6 de Fevereiro do presente anno com toda a pompa e solemnidade do estylo. Por esta occasião, e com a mesma data de 6 de Fevereiro, foi publicado o Decreto creando a nova Ordem honorifica da Conceição de Villa Viçosa; á qual se deram Estatutos pelo Alvará com força de lei de 10 de Setembro do seguinte anno de 1819.

A occupação accidental da praça de Montevidéo pelo General Lecor não pôde suffocar o espirito de revolta d'aquelles povos. Continuavam a vagar ousadas pelas margens do Uruguay e campos intermedios as guerrilhas de Artigas; tinhamos combatido e vencido por todo o anno de 1817, e sem embargo tivemos de renovar no seguinte os mesmos combates, quér nas Missões, quér fóra dellas. O Tenente Coronel Caetano Alberto de Souza Canavarro, commandante do 1.º batalhão de libertos d'El-Rei, derrotou no arroyo de Pando e suas immediações varias partidas de Fructuoso Rivera nos dias 30 e 31 de Março e 1.º de Abril d'este anno, ficando prisioneiro, além de muitos outros, o irmão do mesmo Rivera; ao passo que o Marechal Francisco das Chagas dos Santos conseguiu em S. Carlos outra brilhante victoria no dia 7 de Abril, apoderando-se da povoação, onde ficou morto o caudilho Aranda com mais de cem dos seus, e 300 prisioneiros.

Irritado o inimigo com as muitas perdas, que n'estes combates parciaes tinha experimentado, resolveu reunir nas margens do Uruguay todas as suas forças e tentar um golpe decisivo. Instruido d'este plano o General Curado, mandou Bento Manoel Ribeiro contra as partidas de Aguiar, Aedo, e Ramires, antes que se reunissem á de Artigas; esta ordem fielmente executada desmanchou o projecto dos gauchos, cahindo em poder de Bento Manoel os dois primeiros chefes (Aguiar e Aedo) com trezentos e trinta dos seus; ao mesmo tempo que o Sargento-mór Antero José Ferreira de Brito, commandante da guarda de Castilhos, sorprendia as partidas de La Torre e Panxo, fazendo-os prisioneiros na casa de Talier no dia 16 de Junho.

O Padre João Manzzoni, confessor da Princeza Viuva D. Maria Francisca Benedicta, foi eleito Arcebispo da Bahia a 13 de Maio de 1818; mas não aceitou a nomeação por sua avançada idade, e molestias habituaes, pelo que deu lugar á eleição no mesmo anno do Dr.

D. Fr. Vicente da Soledade (15.º Arcebispo da Bahia), o qual confirmado pelo SS. Padre Pio VII, e proclamado em Consistorio Secreto de 28 de Agosto de 1820, deixou-se ficar em Lisboa, a titulo de Membro das Côrtes, com cujos negocios se achava occupado, percebendo entretanto os rendimentos do Arcebispado. Falleceu em Lisboa; mas do cathalogo, que temos á vista, não consta o anno da sua morte.

Entre as medidas de mais utilidade para o Brasil podemos contar as seguintes:

Decreto de 6 de Junho d'este anno creando o Museu Real, hoje nacional, do Rio de Janeiro.

No dia 24 do mesmo mez e anno começou a correr agua no chafariz, feito de cantaria no Campo de Santa Anna, em presença d'El-Rei e da Familia Real.

Tres Cartas de Lei, com a data de 17 de Setembro d'este mesmo anno, erigindo em cidades a capital da provincia de Matto-Grosso, antes Villa Bella, a Villa Real de Cuyaba na mesma provincia, e a capital de Goyaz, chamada Villa Boa, ficando denominadas: a 1.ª cidade de Matto-Grosso, a 2.ª cidade de Cuyaba, e a 3.ª cidade de Goyaz.

No dia 1.º de Novembro d'este mesmo anno correu pela primeira vez o ferro fundido na fabrica de S. João de Ypanema na provincia de S. Paulo.

O Tenente General graduado Francisco de Paula Magessi Tavares (Barão de Villa Bella), Governador e Capitão General nomeado para Matto-Grosso por despacho de 4 de Julho de 1817, tomou posse a meiados do seguinte anno, e não se diz se foi substituido, ou com elle acabou o governo dos Capitães Generaes d'aquella Capitania, porque termina aqui o cathalogo, a que me reporto, sem mais explicação.

D. José de Castello Branco, Conde da Figueira, Governador e Capitão General nomeado para o Rio Grande do Sul, tomou posse do governo em Julho de 1818, e conservou-o até o anno de 1821, em que foi rendido. O Conde da Figueira commandou em pessoa muitas vezes o nosso exercito, e obteve algumas victorias assignaladas, entre ellas a de Taquarembó em Janeiro de 1820. Celebrou no anno anterior a Convenção sobre limites entre o Rio Grande e Montevidéo, e foi incansavel na manutenção da disciplina militar, com que soube sustentar a honra das nossas armas.

Em virtude do Tratado, assignado em Paris aos 28 de Agosto de 1817, foi a Colonia de Cayenna devolvida aos Francezes, e evacuada pelas tropas brasileiras, tomando

d'ella conta o Conde Carra S. Cyr, commandante e administrador da Guayana franceza, aos 8 de Novembro d'este mesmo anno de 1818.

1819.

Decreto de 25 de Fevereiro d'este anno isentando os Indios de Pernambuco, do Ceará e da Parahyba de pagarem d'ahi em diante o subsidio militar, estabelecido por Carta Regia de 16 de Maio de 1654, e regulado pela de 3 de Agosto de 1805; assim como de pagarem as quotas partes de 6 por cento, ou outras semelhantes aos seus Directores, aos quaes manda El-Rei estabelecer ordenado correspondente pela sua Real Fazenda.

No dia 4 de Abril de 1819 nasceu a Serenissima Princeza Senhora D. Maria da Gloria, primogenita do Senhor D. Pedro de Alcantara Principe do Brasil, depois seu 1.° Imperador, e da Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina Archiduqueza de Austria. Na idade de sete annos (no dia 3 de Maio de 1826) subiu ao Throno de Portugal pela voluntaria abdicação de seu Augusto Pai D. Pedro IV de Portugal e 1.° do Brasil, e no anno de 1834 começou a governar a Monarchia pela morte do referido seu Pai, Tutor e Regente do Reino na sua menoridade. A Senhora D. Maria da Gloria, nascida Princeza do Grão Pará, he hoje a Rainha de Portugal debaixo do nome de D. Maria II.

João Carlos Augusto de Oeynhausen, que fôra ultimamente Marquez de Aracaty, Governador e Capitão General nomeado para S. Paulo por despacho de 4 de Julho de 1817, tomou posse a 25 de Abril de 1819. Foi o ultimo Capitão General d'aquella Capitania, continuando no governo como Presidente da Junta Provincial estabelecida em 1821.

Decreto de 11 de Maio mandando augmentar o Jardim botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas.

Alvará com força de lei de 10 de Setembro, dando Estatutos á nova Ordem da Conceição de Villa-Viçosa, creada por Decreto de 6 de Fevereiro do anno anterior.

Por nomeação de 18 de Outubro de 1818 foi provido na Prelazia de Goyaz o Padre Francisco Ferreira de Azevedo, natural de Cuyabá, que já tinha sido eleito Bispo de Meliapor em 17 de Dezembro de 1814. Tomou posse da Prelazia a 29 de Agosto de 1819 por procuração; e teve o titulo de Bispo de Castoria, em que Sua Santidade o confirmou, mudando-lhe o de Meliapor, que se não póde realisar.

N'este presente anno ainda continuava a luta no Sul com o mesmo encarniçamento. O General Jorge de Avilez, destacado da Divisão portugueza, logrou alcançar o inimigo no passo de Arenas, em quanto Bento Manoel com 600 homens batia no Arroyo-grande a Fructuoso Rivera, resultando d'estes combates outros tantos triumphos como as mais vezes; porém nossas victorias, quasi sempre decisivas, nem nos davam esperanças de tranquillidade, nem nos afiançavam a paz.

Sem embargo da occupação de Montevidéo, o General Lecor considerava-se tão sómente como auxiliar, deixando ao Cabildo da cidade todo o exercicio da soberania; e como pelas demarcações anteriores muito se tinha aggravado a questão de limites, julgou-se prudente traçar uma linha divisoria entre as duas provincias, afim de acabar para sempre toda a contestação, que para o futuro podesse ainda suscitar-se. Com taes fundamentos celebrou-se n'este mesmo anno uma Convenção entre o Conde da Figueira, Governador e Capitão General da provincia do Rio Grande de S. Pedro, por parte da Côrte do Rio de Janeiro, e D. Prudencio Morguiondo por parte do Cabildo de Montevidéo, os quaes ajustaram entre si e assignalaram por barreiras certas e invariaveis os limites entre as duas referidas provincias, com o fito de segurar a paz e tranquillidade dos dois povos limitrophes.

Verificada a demarcação, levantaram-se os padrões com os termos solemnes de posse, e El-Rei fez repartir esse espaço entre varios officiaes em premio de seus serviços. He a esta mesma Convenção, que se refere o Visconde de S. Leopoldo na sua Memoria sobre limites, pag. 17.

1820.

Conseguindo Artigas, depois de muitos esforços, reunir 2:500 homens, appareceu de novo nas nossas fronteiras levando tudo a ferro e a fogo. O General Abreu oppôz-se-lhe com 400 homens para proteger a retirada dos fazendeiros, porém foi batido e obrigado a retirar-se em debandada para o passo do Rozario, onde se reuniu com o General Bento Corrêa da Camara. D'aqui marcharam juntos ao encontro dos de Artigas, e depois de tres acções parciaes, reuniu-se-lhes o Capitão General Conde da Figueira, que veiu tomar o commando de toda a nossa força. O inimigo, acampado na margem esquerda do Taquarembó, desafiava o nosso exercito, seguro da sua posição; porém atacado ao mesmo tempo por ambos os flancos, foi batido completamente no dia 22 de Janeiro d'este anno, retirando-se em desordem, e deixando no campo, além de todos os seus petrechos de guerra, oitocentos mortos, entre os quaes o caudilho Sotello, e 490 prisioneiros.

Depois d'esta brilhante victoria mandou o Conde da Figueira varrer o resto da campanha até o Uruguay, e estabeleceu postos avançados ao longo d'este rio e do Arapey; os quaes, combinados com a esquadrilha, asseguraram por algum tempo a tranquillidade das nossas fronteiras. O prestigio de Artigas tinha desapparecido pela derrota de Taquarembó: os cabecilhas, que até alli o tinham seguido, uns recusaram acompanhal-o, outros se declararam contra elle. Finalmente Artigas, perseguido pelo caudilho Ramires, fugiu n'esse mesmo anno para o Paraguay, onde o Dictador Francia, apoderando-se d'elle, o desterrou para a aldêa de Curuguaty, oitenta e sete legoas ao nordeste da Assumpção, debaixo de cautelosa vigia, e alli o teve durante sua vida, como a todos os que se confiaram á sua hospitalidade.

A Capitania do Rio Grande do Norte, que se havia conservado sujeita á de Pernambuco, ficou inteiramente desligada pelo Decreto de 3 de Fevereiro de 1820, que mandou crear n'ella uma Alfandega, Casa de Inspecção de algodões, e uma Junta da Fazenda, com inteira independencia n'estes ramos dos Tribunaes de Pernambuco. Apezar de serem os Governadores do Rio Grande nomeados pela Côrte desde o principio d'este seculo, não houve Diploma que isentasse o seu governo da dependencia, em que estava do Capitão General da referida Capitania de Pernambuco, até que,

em consequencia da revolução de 1817, o Governador José Ignacio Borges começou a dirigir-se directamente á Côrte, e a estabelecer por este meio a independencia da Capitania, que se firmou por meio dos novos estabelecimentos creados no referido anno de 1820.

Tendo fallecido no Rio de Janeiro o Bispo de Pernambuco D. Fr. Antonio de S. José Bastos a 19 de Julho de 1819, foi eleito a 4 de Abril d'este anno de 1820, para succeder-lhe no mesmo Bispado, D. Fr. Gregorio José Viegas, da Ordem terceira da Penitencia, e Confessor das Infantas; o qual se retirou para Portugal com a Familia Real em 1821, sem se sagrar por não terem chegado as Bullas. Nunca veiu ao Bispado, nem consta o anno da sua morte.

D. Fr. José da Santissima Trindade (6.° Bispo de Marianna) foi eleito a 13 de Maio de 1818, e recebeu a sagração na Capella Real do Rio de Janeiro a 19 de Abril de 1820, tendo antes mandado tomar posse do Bispado por seu Procurador o Dr. Marcos Antonio Monteiro de Barros a 25 de Março do mesmo anno. Falleceu a 28 de Setembro de 1835, e está sepultado na Sé de Marianna.

Por ausencia do Conde de Villa Flor, Governador e Capitão General do Grão Pará e Rio Negro, que partiu com licença para o Rio de Janeiro no 1.° do mez de Julho d'este anno, ficaram encarregados do governo interino o Arcediago Antonio da Cunha, o Coronel do Estado Maior Joaquim Filippe dos Reis, e o Desembargador Ouvidor da Comarca do Pará Antonio Maria Carneiro de Sá. Este triumvirato acabou no dia 1.° de Janeiro de 1821, em que foi substituido por uma Junta provisoria.

Manoel Ignacio de Sampaio, Governador e Capitão General nomeado para Goyaz, tomou posse do governo a 4 de Agosto de 1820, e foi o ultimo com esta Patente, que governou aquella Capitania.

Entre as medidas do governo e outros factos notaveis tem lugar os seguintes :

— Alvará de 3 de Janeiro d'este corrente anno, erigindo em villa, com a denominação de Nova Friburgo, a Colonia Suissa do Morro Queimado, mandada estabelecer por Decreto de 16 de Maio de 1818.

— Carta Regia de 29 do mesmo mez e anno ao Governador e Capitão General de S. Paulo, mandando estabelecer Fazendas de criar nos campos de Mogiguassú para apanagio da Familia Real no Brasil.

— No dia 13 de Maio, anniversario d'El-Rei, abriu-se a nova Praça do Commercio do Rio de Janeiro, que hoje se acha incorporada a Alfandega.

— Alvará de 9 de Setembro desannexando a villa de Lages da Capitania de S. Paulo, á que pertencia, e mandando incorporal-a na Capitania de Santa Catharina.

— Chegou no mez de Outubro ao Rio de Janeiro a noticia da Revolução de Portugal, que teve origem na cidade do Porto no dia 24 de Agosto do mesmo anno, com o objecto de obter uma Carta constitucional.

— N'este mesmo anno foi fundada na rua dos Barbonos do Rio de Janeiro a primeira Igreja Episcopal anglicana, que houve no Brasil.

1821.

Primeira Junta provisoria do governo do Grão Para e Rio Negro, creada na cidade de Belém no dia 1.° de Janeiro d'este anno, em consequencia do pronunciamento, que alli teve lugar no mesmo dia, em favor da revolução do Porto, e do novo governo constitucional estabelecido em Lisboa no dia 15 de Setembro do anno anterior. Foi Presidente d'esta Junta o Vigario capitular, hoje Arcebispo da Bahia, Romualdo Antonio de Seixas, e vice-Presidente o Juiz de Fóra Joaquim Pereira de Macedo. Esta Junta governou a Capitania até o dia 12 de Março de 1822, em que foi substituida por outra em consequencia do Decreto das Côrtes de 29 de Setembro de 1821.

Alvará com força de lei, de 6 de Fevereiro d'este anno, mandando crear uma Relação em Pernambuco com a mesma alçada e graduação que a do Maranhão. A Relação de Pernambuco foi instalada no dia 13 de Agosto de 1822, e foi seu primeiro Chancheller o Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros.

Primeira Junta provisoria do governo da Bahia, creada na cidade de S. Salvador no dia 10 de Fevereiro d'este anno, em consequencia do movimento da tropa e povo, que alli teve lugar no mesmo dia, em favor do governo constitucional estabelecido em Lisboa no dia 15 de Setembro do anno anterior. Esta Junta, de que fôra Presidente o Desembargador Luiz Manoel de Moura Cabral, e Vice-Presidente Paulo José de Mello Azevedo e Brito, governou a Capitania da Bahia e a de Sergipe d'El-Rei até o dia 2 de Fevereiro de 1822, em que tomou posse a nova Junta, eleita em consequencia do Decreto das Côrtes de 29 de Setembro de 1821. Da primeira Junta provisoria recusou a presidencia o Conde da Palma, ultimo Governador e Capitão General que teve a Bahia, por motivos de delicadeza, embarcando para o Rio de Janeiro no dia 16 de Fevereiro a bordo de uma fragata ingleza.

No Rio de Janeiro, onde menos abusos se praticavam, manifestaram-se com menos energia os effeitos da opinião popular. Depois da noticia da revolução de Portugal, El-Rei e o Ministerio tinham estado em continua perplexidade; porem o movimento da Bahia veiu tirar o governo d'este estado de incerteza, publicando-se o Decreto de 18 de Fevereiro, em que El-Rei annunciava a intenção de mandar a Portugal o Principe D. Pedro afim de consultar as Côrtes ácerca da futura Constituição, promettendo ao mesmo tempo que seriam adoptadas no Brasil aquellas partes d'ella, *que fossem applicaveis*. Esta declaração produziu diverso effeito do que se esperava, porque o povo não queria *modificações*, e por isso reunindo-se no dia 26 do mesmo mez no Largo do Rocio, com a tropa portugueza, que se achava de guarnição na capital, viu-se El-Rei obrigado a expedir o Decreto do mesmo dia, em que accedia sem reserva á futura Constituição, que fizessem as Côrtes.

A posição d'El-Rei era difficil entre as Côrtes de Lisboa e o povo do Brasil, que começava a ter serias apprehensões sobre o seu futuro destino, porque os Portuguezes existentes na America nutriam todos os preconceitos da mãi patria; tanto assim que S. Magestade foi forçado, contra seus desejos, a assignar o Decreto de 7 de Março, annunciando a sua volta para Lisboa, e deixando o Reino do Brasil a cargo do Principe D. Pedro, até que se estabelecesse a Constituição da Monarchia portugueza. No mesmo dia se publicaram as instrucções para a eleição dos Deputados as Côrtes, e no dia 20 de Abril verificou-se a reunião dos Eleitores

parochiaes no edificio da nova praça do Commercio, onde começou logo uma discussão tumultuaria. A discussão durou até as 3 horas da madrugada do dia seguinte, em que chegou uma companhia da Divisão portugueza, e sem a mais pequena advertencia prévia, deu uma descarga de mosquetaria sobre os Eleitores e povo, que os cercava, e tomou depois a casa á bayoneta calada, resultando d'este attentado varias mortes e ferimentos graves.

A consternação se apoderou de toda a cidade do Rio de Janeiro, e succedeu ao delirio da exaltação. El-Rei, aproveitando este estado de torpôr, promulgou no dia 22 de Abril um Decreto conferindo ao Principe D. Pedro a dignidade e attribuições de Regente e seu Lugar-Tenente no Reino do Brasil. A estes Decretos seguiu-se a formação de um novo Ministerio; no dia seguinte publicaram-se duas proclamações recommendando fidelidade ao Principe Regente, e na tarde do dia 24 de Abril embarcou El-Rei com o resto da sua familia a bordo da náu *D. João VI*, que se fez a vela no dia 26 para Lisboa. O Principe D. Pedro, tendo recebido depois as bases da nova Constituição, demorou o juramento; cuja demora motivou um pronunciamento da tropa no dia 5 de Junho. D. Pedro, obrigado por esta demonstração sediciosa, convocou os Eleitores parochiaes, e prestou o juramento exigido, acquiescendo igualmente á outras requisições como a da demissão do Conde dos Arcos, que partiu para Lisboa, a nomeação de uma Commissão militar para o mando das armas, e a de uma Junta governativa, responsavel perante as Côrtes de Portugal.

O Brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira Souza e Daun (hoje Marquez de Saldanha em Portugal), Governador e Capitão General nomeado para o Rio Grande do Sul por despacho de 26 de Março de 1821, tomou posse do governo d'esta Capitania, que exerceu por pouco tempo. Foi o ultimo que occupou o posto de Capitão General no Rio Grande do Sul.

Em Abril d'este mesmo anno reuniram-se na cidade de Montevidéo o Cabildo e os Deputados das diversas povoações, para tratarem sobre os meios de sua existencia politica, visto que as Côrtes portuguezas pareciam inclinadas a mandarem evacuar a praça, ainda occupada pela Divisão dos voluntarios d'El-Rei. Depois de grandes debates sobre

a conveniencia de se ligarem a um Estado poderoso, ou se constituirem como independentes, deliberaram, no dia 31 de Julho do mesmo anno, fazer parte da Monarchia portugueza, incorporando-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, debaixo da denominação de Estado Cisplatino ou Oriental.

Em Pernambuco os negocios politicos levaram outro caminho, porque o Capitão General da Provincia Luiz do Rego Barreto foi o primeiro em pôr-se á frente do movimento liberal. Colligado secretamente com os seus camaradas, sem consultar nenhum dos filhos do paiz, nem esperar ordens do Rio de Janeiro, ao simples convite da Regencia de Lisboa proclamou, e fez jurar no dia 11 de Julho d'este anno, as bases da futura Constituição, e mandou proceder a eleição dos sete Deputados, que a mesma Regencia lhe havia designado. Sem embargo o povo, que só via em todo este procedimento de Luiz do Rego um meio de conservar o poder, foi reunir-se na villa de Goianna, para onde desertou tambem grande parte da tropa do paiz.

O povo e tropa reunidos em Goianna crearam no dia 29 de Agosto um governo temporario, de que foi Presidente Francisco de Paula Gomes dos Santos, em quanto Luiz do Rego tambem creava no Recife a Junta constitucional governativa, no dia 30 do mesmo mez, de que elle se constituiu Presidente. Logo que houve um governo em Goianna, e que se fazia obedecer, mandou marchar a tropa alli reunida e o povo armado para virem atacar a Capital; porém chegando nas immediações da cidade de Olinda encontraram as tropas portuguezas, com as quaes travaram combate no dia 21 de Setembro do mesmo anno de 1821; cujo resultado foi a capitulação, que Luiz do Rego offereceu, e foi aceita no dia 6 de Outubro, chamada a Convenção de Bibiribe.

Em virtude do Decreto das Côrtes do 1.º, e C. R. de 2 de Setembro d'este mesmo anno, foi eleita a primeira Junta Provisoria do governo de Pernambuco no dia 26 de Outubro. Esta Junta, composta de sete membros, e da qual foi Presidente Gervasio Pires Ferreira, tomou posse na Camara de Olinda no dia 27 immediato. O General Luiz do Rego, deixando ordem ao Marechal Salazar Moscoso, commandante da fortaleza do Brum, para assistir a posse da dita Junta, embarcou para Lisboa no mesmo dia 26 de Outubro com parte da tropa, que lhe tinha sido fiel, abandonando para sempre as costas do Brasil.

A Capitania de Sergipe d'El-Rei, sujeita ao Capitão General da Bahia, tendo sido elevada a governo subalterno n'outra época, foi declarada independente em 8 de Julho de 1820, e para governal-a foi nomeado o Tenente Coronel Carlos Augusto Burlamaque, o qual tomou posse do cargo a 20 de Fevereiro de 1821. Pouco tempo exerceu as funcções do seu emprego em consequencia da revolução da Bahia, que tambem envolveu aquella Capitania.

D. Romualdo de Souza Coelho (8.° Bispo do Pará), natural da villa de Cameta no mesmo Bispado, foi eleito aos 22 de Janeiro de 1819, confirmado por Bulla datada aos 29 de Agosto de 1820, e sagrado na Capella da Conceição do Rio de Janeiro no 1.° de Abril de 1821. Chegando a cidade de Belém no dia 18 de Junho do mesmo anno, tomou posse por seu procurador a 20 do mesmo mez, fazendo a sua entrada solemne no dia 5 de Julho immediato. Falleceu a 15 de Fevereiro de 1841, e acha-se sepultado na Cathedral do Pará. Este Bispo foi Deputado a Assembléa constituinte de Portugal, e depois de voltar á sua Diocese era o Presidente da Junta governativa no acto de adherir o Pará á Independencia do Imperio em Agosto de 1823.

O Tenente Coronel Joaquim Pereira Valente (hoje Marechal de Campo e Conde do Rio Pardo), Governador nomeado para a Ilha de Santa Catharina, tomou posse a 20 de Julho de 1821, e pouco tempo se conservou alli pela mudança, que n'esse mesmo anno se operou em todas as Capitanias do Brasil.

1822.

As Côrtes de Lisboa continuavam em seu plano de sujeitar o Brasil á antiga dominação colonial. Um Decreto de 29 de Setembro do anno anterior extinguia os tribunaes, que El-Rei havia creado no Rio de Janeiro, e outro da mesma data mandava retirar o Principe D. Pedro. Ja não era possivel esperar cousa alguma favoravel d'aquellas Côrtes, e os Brasileiros decidiram-se pela Independencia. Entretanto D. Pedro dispunha-se a partir, porém a desapprovação d'esta medida era geralmente partilhada por Brasileiros e Portuguezes, que viam n'este passo uma revolução inevitavel. A Junta provincial de S. Paulo foi a primeira, que se lhe dirigiu com data de 24 de Dezembro do anno anterior, ex-

pondo-lhe os inconvenientes da sua partida, a cujos sentimentos adheria a provincia de Minas; e conhecendo o povo do Rio de Janeiro o que passava n'aquellas duas provincias, occorreu á Camara municipal para que representasse a D. Pedro contra a execução dos dois Decretos das Côrtes. A Camara, dirigindo-se em prestito á presença do Principe no dia 9 de Janeiro de 1822, obteve d'elle aquella celebre resposta--: *Como he para bem de todos, e felicidade geral da nação, diga ao povo que* FICO.

Esta declaração motivou geral satisfação excepto nas tropas portuguezas. O General Jorge d'Avilez na tarde do dia 11 de Janeiro sahiu dos quarteis com dois mil homens, e foi occupar o morro do Castello; no dia seguinte reuniu-se o povo armado no campo de Santa Anna, e Avilez foi obrigado a capitular, retirando-se para Portugal no dia 15 de Fevereiro. Chamado o Doutor José Bonifacio de Andrada e Silva aos conselhos do Principe no dia 16 de Janeiro, como Ministro dos Negocios do Reino e dos Estrangeiros, foi seu primeiro cuidado restabelecer a união das provincias; com cujo objecto foi convocado um Conselho dos Procuradores das mesmas provincias por Decreto de 16 de Fevereiro.

Entretanto a esquadra, que devia conduzir D. Pedro a Lisboa, chegou ao Rio de Janeiro no dia 5 de Março, mas só se lhe permittiu entrar no dia 10 com a expressa declaração de voltar immediatamente para Portugal sem tocar em nenhum outro porto do Brasil. Depois de receber os mantimentos e refrescos necessarios para a sua volta, deu a véla no dia 24 do mesmo mez, deixando em terra 600 homens, que expontaneamente quizeram ficar ao serviço do Brasil. No dia seguinte partiu o Principe para Minas, onde a sua presença era reclamada para chamar á obediencia a Junta governativa; e deixando aquella provincia em paz, regressou para o Rio de Janeiro, á cuja Côrte chegou no dia 25 de Abril immediato.

O governo portuguez, receioso pelos acontecimentos do Brasil, começou a tomar medidas para prevenir qualquer intento de separação; porém foram estas mesmas medidas as que apressaram o golpe. No dia 13 de Maio foi a Camara municipal da cidade do Rio de Janeiro offerecer ao Principe D. Pedro o titulo e encargo de *Defensor Perpetuo do Brasil*, para elle e seus successores; o Principe, aceitando o encargo, foi proclamado com grande rigozijo publico. No dia 2 de Junho instalou D. Pedro em pessoa o Conselho dos Procuradores, e no dia 3 promulgou o Decreto convocando uma Assembléa constituinte e legislativa para o Reino do Brasil.

Em consequencia da noticia, de que as Côrtes preparavam forças contra o Brasil, publicou D. Pedro o Manifesto do 1.º de Agosto, pedindo aos Brasileiros que se unissem para obter a grande obra da sua Independencia; em seguida partiu para S. Paulo no dia 14, e ja se achava de volta, quando recebeu as cartas de El-Rei, que o decidiram a declarar a Independencia da maneira a mais explicita. Foi a 7 de Setembro de 1822, sobre as margens do Ypiranga, riacho da visinhança de S. Paulo, que D. Pedro annuiu finalmente aos desejos dos Brasileiros mais illustrados, e este dia marca a era da Independencia do Brasil.

O Principe voltou ao Rio de Janeiro no dia 15 de Setembro, e no dia 12 de Outubro, anniversario do seu nascimento, foi acclamado Imperador Constitucional do Brasil em presença de um immenso concurso do povo, da tropa, da Côrte, e das autoridades publicas reunidas no Campo de Santa Anna. Finalmente no dia 1.º de Dezembro houve a ceremonia da Coroação, e desde esse momento legitimou-se a Dynastia de Bragança no solio do Brasil: a Independencia foi irrevogavel.

No dia 2 de Fevereiro d'este mesmo anno tomou posse a segunda Junta Provisoria do governo da Bahia, de que foi Presidente o Dr. Francisco Vicente Vianna, bem como o Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães do commando das armas, em virtude do Decreto das Côrtes do 1.º de Outubro do anno anterior. Porém tendo chegado no dia 15 de Fevereiro a C. R. nomeando Commandante das armas ao Brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, officiou logo ao Brigadeiro Manoel Pedro para lhe entregar o commando, e este apoiado pelas tropas do paiz e pelo povo recusou fazel-o; de cuja contestação resultaram provocações, rixas particulares, e por fim nos dias 17, 18 e 19 de Fevereiro conflictos parciaes em differentes lugares, donde os Brasileiros, repellidos com perda, se retiraram ao Forte de S. Pedro, que tambem evacuaram no dia 21 para se irem acampar no interior, ficando o Brigadeiro Madeira senhor da cidade, onde reinou por algumas semanas a mais completa anarquia e confusão.

Este triumpho momentaneo da tropa portugueza produziu tambem effeito contrario ao que se suppunha, porque, emigrando para o Reconcavo a maior parte dos Brasileiros, alli se foram reunir com o fim de hostilisarem os vencedores. Com effeito a reacção começou no dia 24 de Junho na villa da Cachoeira, onde no dia immediato foi acclama-

do o Principe D. Pedro Regente do Brasil, e successivamente em todas as villas e povoações da costa e do interior. A 22 de Setembro formou-se um governo provisorio, composto de Deputados pelas diversas villas da provincia, de que foi Presidente o Capitão-mór Francisco Elesbão Pires de Carvalho, e foi esta especie de Conselho quem deu impulso á revolução, reunindo tropas, e provendo amplamente á sua subsistencia.

Sem embargo eram mui diminutos os meios ao alcance dos patriotas da Bahia para combater a tropas regulares, como as de que dispunha o Brigadeiro Madeira na Capital, principalmente depois de haver recebido o poderoso auxilio, que lhe trouxe de Lisboa o Chefe de Divisão João Felix Pereira de Campos. O Principe D. Pedro, sciente do que se havia já obrado, e da disposição favoravel dos habitantes da Bahia, enviou o Brigadeiro Pedro Labatut com alguns contingentes de tropa, para tomar o commando de todo o exercito patriota, com o fim de lançar fóra os Portuguezes da capital. Labatut, tendo ido as Alagoas, veiu por terra para a Bahia, trazendo comsigo a brigada de Pernambuco, e deixando em seu transito a provincia de Sergipe sujeita á autoridade do Principe Regente. Chegando a Feira de Santa Anna no dia 28 de Outubro, estabeleceu o seu Quartel general no Engenho novo, e no dia 3 de Novembro organisou o seu pequeno exercito, e o collocou nos pontos convenientes.

Antes que chegasse Labatut já existiam algumas forças avulsas em Pirajá, nos pontos do Coqueiro e do Cabrito, como importantes para hostilisar a praça, e por isto foram logo reforçados pelas tropas recem-chegadas. Vendo Madeira que se lhe ia pôr um sitio regular, fez atacar na madrugada do dia 8 de Novembro as posições de Pirajá; porém os Brasileiros, tendo-se feito fortes no Cabrito, não só rechaçaram como bateram completamente as tropas portuguezas, que se retiraram em completa debandada, distinguindo-se n'esta acção as tropas de Pernambuco commandadas pelo Major Joaquim José da Silva S. Thiago. Além de alguns pequenos combates parciaes, só houve de notavel o ataque geral que o Brigadeiro Labatut fez por toda a linha inimiga no dia 29 de Dezembro, em que os Portuguezes juraram a Constituição; tendo a brigada de Pirajá passado a linha dos Portuguezes, e internado-se até além da Soledade, mandou o General tocar a retirada, temendo não fosse envolta, visto que as outras brigadas não tinham ordem de entrar na praça. Eis-ahi ao que se reduziram as operações do exercito patriota da Bahia até fins do anno de 1822.

Segunda Junta Provisoria do governo civil e politico do Grão Pará e Rio Negro, instalada no dia 12 de Março de 1822 em consequencia do Decreto das Côrtes Constituintes de Portugal de 29 de Setembro de 1821, da qual foi Presidente o medico Antonio Corrêa de Lacerda, entrando no exercicio de Governador interino das armas o Coronel mais antigo Joaquim Filippe dos Reis. Esta Junta negou-se a dar cumprimento ao Decreto de 16 de Fevereiro do mesmo anno, pelo qual o Principe Regente do Brasil convocava os Procuradores das Provincias para se reunirem no Rio de Janeiro, tomando por pretexto o juramento prestado ás Côrtes e ao governo d'El-Rei em Portugal. Esta Junta acabou no dia 1.° de Março de 1823 pela prisão de seus membros em consequencia de uma sedição militar.

Em Pernambuco ainda tinham ficado algumas tropas portuguezas, cuja permanencia já o povo não tolerava, vivendo em continuo choque, e provocando conflictos quasi sempre sanguinolentos; portanto mandou a Junta Provisoria, que as ditas tropas embarcassem para Portugal, o que se verificou no dia 31 de Janeiro d'este anno. Desassombrados o povo e o governo, começou a desenvolver-se o espirito publico, e no dia 2 de Junho d'este mesmo anno foi o Principe Regente D. Pedro reconhecido pela Junta Provisoria, e pelo povo, como chefe do Poder Executivo independente de Portugal. Ainda governava esta mesma Junta, creada no anno anterior, quando uma sedição militar a destruiu, acabando no dia 16 de Setembro pela fuga do seu Presidente Gervasio Pires Ferreira, que embarcou a bordo do Paquete Inglez com destino ao Rio de Janeiro. Chegando, porém, á Bahia, foi arrancado de bordo pelo General Madeira, e enviado para Lisboa debaixo de prisão.

No dia 17 do referido mez de Setembro creou-se um governo temporario, de que foi Presidente Francisco de Paula Gomes dos Santos, e Governador das armas Pedro da Silva Pedroso. Reunidos porém no dia 23 do mesmo mez os Eleitores do Recife e de Olinda, nomearam estes uma nova Junta Provisoria, de que foi Presidente Affonso de Albuquerque Maranhão com cinco adjunctos e um Secretario. Esta Junta tomou posse no dia 24 na Camara de Olinda, de que se lançou termo declarando todos presentes, ainda quando só se acham assignados no dito termo quatro dos sete membros, de que se compunha a mesma Junta. N'este mesmo

mez de Setembro partiu de Pernambuco, debaixo do commando do Major José de Barros Falcão de Lacerda, a columna de Infantaria e Artilharia, que tanto se distinguiu no cerco da Bahia contra as tropas portuguezas.

No dia 4 de Fevereiro de 1822 morreu o Principe da Beira D. João Carlos com onze mezes de idade, por ter nascido no dia 6 de Março do anno anterior de 1821.

Havendo-se mandado augmentar o estabelecimento do Jardim para plantas exoticas, já existente na fazenda da Lagoa de Rodrigo de Freitas, por Decreto de 11 de Maio de 1819, ficando a sua administração annexa á do Museo : por outro Decreto, datado aos 22 de Fevereiro de 1822, se ordenou que a mesma administração ficasse sujeita immediatamente a Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, hoje do Imperio.

No dia 11 de Março de 1822 nasceu a Serenissima Princeza do Brasil a Senhora D. Januaria, jurada Princeza Imperial aos 31 de Maio de 1836. Casou com o Principe Conde de Aquila, irmão do actual Rei de Napoles, no dia 28 de Abril de 1844, em cuja companhia partiu para a Europa, com licença do Imperador, no dia 24 de Outubro do mesmo anno.

A Serenissima Senhora D. Januaria deixou de ser Princeza Imperial desde o dia 6 de Maio de 1845, em que foi reconhecido pela Assembléa geral legislativa, como legitimo herdeiro e futuro successor da Corôa do Brasil, S. A. I. o Principe D. Affonso, nascido aos 23 de Fevereiro do mesmo anno, filho primogenito do Sr. D. Pedro II, actual Imperador do Brasil, e da Senhora D. Thereza Christina Maria de Bourbon Sua Augusta Esposa.

Imperial Decreto do 1.º de Dezembro de 1822 mandando crear uma Guarda de Honra para a Pessoa do Imperador, composta de tres Esquadrões de cavallaria, devendo ser um do Rio de Janeiro, outro de S. Paulo, e o outro da provincia de Minas, e podendo para o futuro augmentar-se quarto Esquadrão, e todos de duas companhias cada um. Este Corpo foi depois extincto pelo artigo 22 da Lei de 25 de Outubro de 1832, conservando todas as praças as suas honras, porque todas eram nomeadas por Decretos.

Decreto do 1.º de Dezembro d'este mesmo anno creando e instituindo a Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, primeira Ordem americana creada no Brasil.

1823.

Decreto de 31 de Janeiro de 1823 concedendo uma medalha de distincção em fórma de Cruz ao exercito e armada, que serviram em Montevidéo ás ordens do Barão da Laguna desde 1817, á semelhança da que, por identidade de principios, fôra concedida ao exercito pacificador.

Instrucções da mesma data marcando a fórma da medalha de distincção, e especificando as pessoas a quem devia ser concedida, sendo de ouro para os Officiaes Generaes, de prata para os Officiaes superiores e subalternos, e de metal branco ou de estanho fino para todas as outras praças do exercito e armada na fórma do citado Decreto.

O Brigadeiro Labatut, depois do ataque de 29 de Dezembro do anno anterior, nada intentou contra a praça da Bahia até o dia 15 de Fevereiro d'este anno, em que houve um combate parcial entre as forças brasileiras da Conceição e de Itapuan e as portuguezas, e desde então até o dia 3 de Maio, em que houve outro combate um pouco mais renhido que o primeiro. No dia 1.º de Abril recebeu o Brigadeiro Madeira o poderoso reforço

do 2:500 homens de tropa, vindos de Portugal; porém este auxilio, longe de conservar a força moral do seu exercito, veiu só augmentar as difficuldades da sua posição pela falta de meios para sustentar a tropa, e sobre tudo pelas intrigas e discordias entre seus proprios officiaes. No dia 25 de Abril apresentou-se frente do Morro a esquadra brasileira, composta de oito velas, debaixo do mando de Lord Cockrane, e tendo reconhecido a esquadra portugueza, que lhe sahiu ao encontro no dia 4 de Maio, virou de bordo, e foi fundear em Itapuan.

O exercito patriota, igualmente dividido pelas intrigas de alguns chefes militares, deu o triste espectaculo de prender o seu General no dia 20 de Maio. Labatut foi portanto preso com o seu Secretario Cambuci do Valle pela Brigada da esquerda, a cujo chefe, o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, tinha o mesmo Labatut mandado prender n'aquelle dia, temendo o que lhe aconteceu depois. O governo interino, sciente d'este successo extraordinario, nomeou para commandar o exercito ao Coronel graduado José Joaquim de Lima e Silva, chefe da Brigada do Centro. O novo chefe, querendo assignalar a sua posse, fez atacar as linhas do General Madeira no dia 3 de Junho sem outro resultado senão fazer matar alguns homens e gastar algumas munições de guerra.

Desesperados os Portuguezes de poderem conservar a cidade da Bahia, onde toda a população lhes era hostil, tomaram a resolução de abandonar o recinto da praça, embarcando em navios mercantes e de guerra toda a guarnição, além de muitas pessoas e familias, que emigraram n'essa occasião para Portugal. O embarque verificou-se na madrugada de 2 de Julho sem estrepito, e n'esse dia occuparam as tropas brasileiras a cidade abandonada e quasi deserta. A esquadra portugueza fez-se de vela pelas onze horas do mesmo dia, porém, perseguida pela esquadrilha brasileira, foi logo perdendo muitos dos seus transportes, dos quaes entraram alguns no dia 4 com mais de 800 prisioneiros de tropa, além de varias familias emigradas; continuando a perseguição até Lisboa, em cujo trajecto foram feitas muitas e importantes presas pela fragata *Nictheroy* ao mando do Capitão de fragata João Taylor.

Na Provincia de Pernambuco houveram graves dissenções entre o governo provisorio e o Commandante das

armas Pedroso no mez de Fevereiro; mas retirando-se os membros do governo para a villa do Cabo, alli foram ter os corpos de linha, com os quaes regressaram para o Recife, sendo a consequencia de todo este movimento a deposição e prisão do Pedroso. No dia 30 de Abril tomou posse do commando das armas Joaquim José de Almeida, tendo vindo para este fim do Rio de Janeiro; o qual foi igualmente deposto e preso a 15 de Setembro, dia em que foram demittidos de Presidente da Junta governativa Affonso de Albuquerque Maranhão, e de Secretario da mesma Junta o Padre Marinho. No dia 12 de Dezembro regressou a tropa pernambucana, que tinha ido no anno anterior restaurar a Bahia, e no dia immediato foi eleito Manoel de Carvalho Paes de Andrade Presidente temporario com um Conselho, e Commandante das armas o Coronel José de Barros Falcão de Lacerda.

No dia 17 de Fevereiro de 1823 nasceu a Serenissima Princeza do Brasil D. Paula, a qual morreu no dia 16 de Janeiro de 1833 com dez annos incompletos de idade, e foi sepultada no Convento da Ajuda.

Terceira Junta provisoria do governo civil e politico do Grão-Pará e Rio-Negro, instalada no 1.º de Março d'este anno em consequencia de uma sedição militar contra a Junta anterior, cujos membros foram todos presos por ordem do Coronel Commandante do 1.º Regimento de linha João Pereira Villaça, que á testa da força armada destruiu por esta maneira o governo existente. Reunidos no Palacio do governo os Vereadores da Camara anterior, os officiaes militares, as autoridades e pessoas notaveis, nomearam á pluralidade de votos para Presidente da nova Junta o Governador do Bispado Romualdo Antonio de Seixas, que tambem o fôra da primeira, e mais seis membros: o primeiro acto d'esta Junta foi a deportação dos membros da Junta antecessora, e de mais dezaseis cidadãos, para diversos pontos da provincia.

A sua duração não foi longa; acabou no mez de Agosto do mesmo anno em consequencia do reconheci-

mento do Imperador, e adhesão á Independencia do Brasil. Seguiu-se outra Junta (a 4.ª) composta de cinco membros, nomeada no mesmo dia e pela mesma fórma da anterior, a qual foi instalada a 18 de Agosto.

A Assembléa Constituinte do Brasil reuniu-se no Rio de Janeiro a 17 de Abril de 1823 com 53 Deputados, e depois de algumas sessões preparatorias, encetou os seus trabalhos a 3 de Maio. O Imperador abriu a sessão, dirigindo um discurso acerca do estado do paiz, cuja resposta foi discutida com muito exaltamento. Dividida a Assembléa em dois partidos, conseguiram os Realistas que os dois irmãos Andradas fossem demittidos do Ministerio no dia 17 de Julho. Desde então a tribuna e a Imprensa tornaram-se a arena, onde acrimoniosamente combatiam ambos os partidos.

O Imperador, vendo-se em progressivos embaraços, dissolveu no dia 12 de Novembro a Assembléa, e no dia 20 foram deportados os tres irmãos Andradas (José Bonifacio, Martim Francisco, e Antonio Carlos) com outros tres Deputados. Com a data de 26 do mesmo mez de Novembro foi publicado um Decreto nomeando uma Commissão especial ou Conselho de Estado, composto de dez individuos, afim de organisar uma Constituição, que merecesse a approvação Imperial; a Commissão encetou logo os seus trabalhos sob a presidencia do mesmo Imperador, que lhe ministrou as bases.

D. Thomaz de Noronha, da Ordem dos Pregadores (15.º Bispo de Pernambuco), sendo Inquisidor e Vigario geral da sua Ordem no Oriente, foi eleito Bispo de Cochim a 6 de Dezembro de 1816, e sagrado a 7 de Março de 1819. Tendo sido ultimamente nomeado para Pernambuco por Carta Imperial de 14 de Maio de 1823, mandou tomar posse em Janeiro do anno seguinte pela primeira Dignidade da Sé, e no anno de 1825 veiu ao Bispado, ainda sem a confirmação, que só teve lugar em Maio de 1828. Em Agosto de 1829 resignou o Bispado, retirando-se sem licença para Portugal no fim do mesmo anno, donde voltou

a Pernambuco no de 1838. Acolhido com veneração por este povo, que elle tinha abandonado sem motivo, foi-lhe concedida a pensão annual de 1:200$000 réis para sua subsistencia pelo art. 3 § 5 do cap. 1 da lei de 26 de Maio de 1840 n.° 108, e a final nomeado pelo Governo Imperial Director do Curso juridico de Olinda, cujo emprego actualmente exerce.

Tendo sido aprehendidas em um navio portuguez da esquadra do Madeira umas instrucções, pelas quaes se soube que parte da tropa, que se havia retirado da Bahia, tinha ordem para ir desembarcar no Maranhão, seguiu Lord Cockrane immediatamente para esta provincia, onde, logo que chegou, veiu a seu bordo a Junta provisoria para fazer entrega da praça e protestar a sua adhesão á causa da Independencia.

O Almirante Cockrane, tendo feito algumas aprehensões de navios e effeitos pertencentes aos Portuguezes, demorou-se algum tempo, em quanto apaziguava o interior da mesma provincia occupado pelas tropas do Ceara e Piauhy, que tinham vindo perseguir o ex-Governador da ultima João José da Cunha Fidié, que se achava fortificado em Caxias, em cuja villa capitulara. Lord Cockrane, depois de estabelecer um governo provisorio no Maranhão, e deixando livre todo o Norte, fez-se á vela para o Rio de Janeiro no dia 20 de Setembro, onde chegou a 9 de Novembro do mesmo anno, e soube que o Imperador lhe havia conferido por seus serviços o titulo de Marquez do Maranhão.

A Divisão dos voluntarios Reaes, estacionada em Montevidéo, havia resistido ao Decreto que a desligava do Exercito de Portugal. Depois da separação do General Lecor no anno anterior, o General D. Alvaro da Costa de Souza de Macedo, concentrando-se na praça com quatro mil homens, desconheceu a autoridade d'aquelle chefe, negou-se a toda obediencia ao governo do Rio de Janeiro, e sustentou por 17 mezes um sitio contra as tropas brasileiras ao mando do mesmo General Lecor, que se tinha declarado pela Independencia. D. Alvaro manteve o seu posto até que soube, que as forças portuguezas haviam sido expulsas

de todos os pontos do Brasil, e só então se resolveu a entrar em convenção, no dia 18 de Novembro de 1823, evacuando a praça, e embarcando com a Divisão para Lisboa, ficando d'esta sorte Montevidéo incorporado ao Brasil, independente de Portugal. Desde essa época um só soldado portuguez não pisou mais o solo do Imperio, e a Independencia foi irrevogavelmente sanccionada pela força e pelo direito.

1824.

O projecto da nova Constituição, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, publicou-se nos primeiros dias de 1824. Remetteram-se copias d'ella ás Camaras municipaes de diversas provincias, e como algumas requeressem a sua prompta adopção, foi jurada no Rio de Janeiro no dia 25 de Março do mesmo anno. A Familia Imperial foi a noite ao theatro, e n'essa occasião aconteceu o incendio, que reduziu á cinzas todo este edificio.

Todas as provincias do Sul tinham aceitado as consequencias da dissolução da Constituinte, jurando a Constituição outorgada por D. Pedro, mas em Pernambuco manifestou-se espirito mui differente. Estando á frente da administração da provincia Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o Imperador nomeou para succeder-lhe a Francisco Paes Barreto, hoje Marquez do Recife; porém reunidos alguns individuos em Assembléas populares decidiram não reconhecer outra autoridade, que não fosse de sua eleição.

N'este conflicto os Majores Seara e Lemenha prenderam a Manoel de Carvalho no dia 20 de Março, e o mandaram para o Forte do Brum, onde a guarnição se revoltou a seu favor, sendo reintegrado em poucas horas na presidencia. Dividida a tropa em opiniões, retirou-se a que tinha tomado parte na prisão de Carvalho com seus chefes e officiaes, levando comsigo o Presidente Barreto, e foi acampar-se na Barra-Grande, limite da provincia.

O Decreto de 11 de Junho de 1824, annunciando que uma esquadra portugueza se preparava no Tejo contra o Brasil, foi o signal da revolução. Manoel de Carvalho

proclamou no dia 2 de Julho aos povos do Norte, convidando-os a ligarem-se por um pacto, que se chamaria *Confederação do Equador*. O enthusiasmo não foi tão geral como se esperava, e á revolta succedeu logo uma reacção tão violenta como em 1817.

A columna de Infantaria, que Carvalho tinha enviado contra os dissidentes da Barra Grande, apenas serviu para pôr á prova o valor pernambucano, combatendo quasi diariamente uns contra os outros sem nenhuma vantagem de parte á parte. Em Agosto chegou á Barra Grande o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, vindo do Rio de Janeiro com uma Brigada, e d'ali marchou sobre a Capital de Pernambuco servindo-lhe de vanguarda a tropa dissidente da mesma provincia.

O Brigadeiro Lima entrou no Recife a 12 de Setembro, e no dia immediato foram as tropas Imperiaes atacadas na Boa-Vista pelas de Carvalho sem outro resultado mais do que grande mortandade de parte á parte. Manoel de Carvalho, indo encontrar-se com as tropas, que se retiravam da Barra Grande, foi interceptado pela vanguarda do Brigadeiro Lima, e não podendo voltar ao Recife, embarcou em uma jangada para refugiar-se a bordo da Corveta ingleza *Tweed*, onde se salvou.

Depois de todos estes acontecimentos, o resto da tropa, que se intitulava republicana, retirou-se para o interior, mas perseguida por uma columna Imperial teve de render-se á discrição. Os revoltosos da Parahyba, Ceará e Rio Grande tambem se submetteram de grado ou por força, e assim acabou em poucos mezes a celebre Confederação do Equador. Uma Commissão militar em Pernambuco, e outra no Ceará, julgaram os mais compromettidos, dos quaes doze perderam a vida nos patibulos.

No dia 2 de Agosto de 1824 nasceu a Serenissima Princeza do Brasil D. Francisca, que casou no dia 1.º de Maio de 1843 com o Principe do Joinville, filho do Rei dos Francezes, retirando-se para França em companhia de seu Esposo no dia 13 do mesmo mez e anno.

Decreto de 20 de Outubro, e Instrucções a elle annexas, autorisando ao Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Commandante do exercito cooperador da boa ordem em

Pernambuco, para conceder no Imperial Nome uma medalha de distincção (de ouro) aos individuos do mesmo exercito, que mais se distinguissem em acções militares.

Outro da mesma data, e Instrucções a elle annexas, concedendo outra medalha a todos os individuos do mesmo exercito cooperador, sendo de ouro para os Officiaes Generaes, de prata para os Officiaes superiores e subalternos, e de cobre para as praças de pret.

Felizmente o instincto da honra e o bom senso dos Brasileiros tem feito esquecer e quasi revogar estes dois Decretos, que só um momento de exaltação poderia dictar. Todo o mundo sabe que os louros das guerras civis são corôas de cypreste, e que não ha nenhuma gloria em seus resultados. As guerras civis são enfermidades do corpo politico, e depois do restabelecimento da paz, dá-se graças a Deos, de quem só deriva todo o bem das sociedades humanas; mas ainda ninguem se lembrou de collocar uma medalha de distincção sobre o pino de um patibulo, unico tropheo, que ficou d'essa lucta sanguinolenta. Os Pernambucanos, que quasi sós se bateram durante seis mezes uns contra os outros, tem muito brio e muito pundonor para se esquecerem de que rivalisaram todos em valor, mas que nenhum foi cobarde, ainda que illudido.

Lord Cockrane, que tinha vindo bloquear Pernambuco, dirigiu-se em seguida ao Maranhão, que se achava na mais completa anarchia. Depois de prender ao Presidente Bruce, e de o enviar para o Rio de Janeiro, collocou em seu lugar a Manoel Telles da Silva Lobo, votado inteiramente a seus interesses pessoaes. Cockrane, resentido com o Imperador pela maneira com que tinha deferido as suas reclamações sobre as presas feitas na Bahia e no Maranhão, fez o computo do que elle chamava propriedade portugueza, e pagou-se por suas proprias mãos. Tendo recebido o producto d'esta contribuição forçada, verdadeiro acto de pirataria, arvorou o seu pavilhão a bordo da fragata *Piranga*, e deu a vela para Inglaterra, no dia 20 de Maio de 1825, para nunca mais voltar ao Brasil.

Apenas vencida a revolução de Pernambuco, appareceu na Bahia um motim militar, que custou a vida do Go-

vernador das armas Felisberto Gomes Caldeira no dia 25 de Outubro de 1824. Tendo mandado prender o chefe do batalhão, denominado dos *Periquitos*, uma Companhia d'este Corpo, já em completa sedição, foi ao Quartel General, e prendeu igualmente ao Governador das armas, que a vista de tanta insubordinação entregou-se sem reserva; porém, tanto que se apresentou a peito descoberto, um dos Officiaes, que conduziam a tropa, deu o tremendo signal, e o Governador cahiu traspassado por quatorze balas. Quatro dos compromettidos n'este attentado perderam a vida em virtude de sentença do Conselho de Guerra; outros temerosos se expatriaram voluntariamente, e o resto do batalhão foi confinado para a provincia de Matto Grosso.

1825.

Depois da capitulação de D. Alvaro occupou o General Lecor a praça de Montevidéo em Novembro de 1823, e a 10 de Maio do anno seguinte assignaram-se as bases da incorporação ao Brasil, jurando o Cabildo a Constituição novamente outorgada em tudo quanto não prejudicasse as mesmas bases. Desde então não cessou Buenos-Ayres de conspirar contra esta união, e no dia 25 de Abril de 1825 saltou D. João Antonio Lavalleja no porto das *Vacas*, territorio de Montevidéo, com 32 companheiros, e de subito ateou-se o incendio em toda a campanha. Pouco depois reuniu-se Fructuoso Rivera a estes aventureiros com algumas tropas; a 14 de Junho do mesmo anno estabeleceram os rebeldes um governo provisorio na villa de la Florida, e a 20 de Agosto reuniram uma Assembléa, que immediatamente declarou nullos os pactos de incorporação ao Brasil e a Portugal, proclamando livre e independente o Estado de Montevidéo.

Buenos-Ayres protegia abertamente a insurreição, e dentro de pouco tempo acharam-se armados completamente mais de dois mil rebeldes; todavia nenhum encontro serio tinha havido até o dia 12 de Outubro, em que Bento Manoel Ribeiro, com mil homens mal montados, ousou atacar a Lavalleja no lugar de Sarandy. Bento Manoel, envolvido pelo numero, foi obrigado a debandar, deixando o campo e 200 prisioneiros ao inimigo. Foi esta a primeira derrota, que soffremos no Sul, depois de 14 annos de assignaladas victorias. O governo de Buenos-Ayres, soberbo com a nossa derrota em Sarandy, enviou ao

Gabinete Imperial a nota de 4 de Novembro do mesmo anno, pela qual declarava que o Congresso reconhecia a Banda Oriental de facto incorporada á Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata. O governo do Brasil, aceitando esta nota como uma declaração de guerra, publicou no dia 10 de Dezembro o Manifesto, expondo as razões que tinha para declarar igualmente a guerra a Buenos-Ayres.

Decreto de 2 de Julho d'este anno concedendo ao exercito, que expelliu da provincia da Bahia as tropas portuguezas, uma medalha de distincção, sendo de ouro para os Officiaes Generaes, de prata para os Officiaes de Alferes até Coronel, e de cobre para as praças de pret.

Mr. Canning, prevendo o effeito do reconhecimento das Republicas hespanholas pela Inglaterra, enviou a Lisboa um agente para persuadir a El-Rei da necessidade de apressar o reconhecimento da Independencia do Brasil. Autorisado Sir Charles Stwart por D. João VI para tratar de um ajuste definitivo, chegou ao Rio de Janeiro a 18 de Julho de 1825, e a 29 de Agosto assignaram-se o Tratado e a Convenção, em virtude dos quaes a Independencia do Brasil foi solemnemente reconhecida pela antiga Metropoli.

Eramos de facto independentes, porque haviamos arrojado do solo brasileiro até o ultimo soldado portuguez, e todavia trocamos nossos louros da victoria por uma carta de alforria, comprada por dois milhões de libras sterlinas. D. João VI, aceitando ambas estas peças diplomaticas, promulgou no dia 15 de Novembro do mesmo anno a celebre Carta de lei pela qual declarava aos Brasileiros, *que cedia a seu filho D. Pedro seus direitos sobre o Brasil, reservando sómente para si o titulo de Imperador.*

No dia 2 de Dezembro d'este mesmo anno nasceu o Sr. D. Pedro II, actual Imperador do Brasil e seu Defensor

Perpetuo. Subiu ao throno no dia 7 de Abril de 1831, pela voluntaria abdicação de seu Augusto Pai o Magnanimo Sr. D. Pedro I, Fundador do Imperio, e foi acclamado *Maior*, para entrar no exercicio dos seus direitos magestaticos, no dia 23 de Julho de 1840 pela Assembléa geral legislativa. Sagrou-se no dia 18 de Julho do anno seguinte.

1826.

Em quanto estes acontecimentos se succediam com incrivel rapidez, desenvolvia-se na Bahia o odio abafado contra os Portuguezes. Conhecendo o Imperador este estado de inquietação partiu para aquella cidade, onde chegou sem ser esperado em Fevereiro de 1826. Como a agitação estava em seu começo, bastaram as seguranças pessoaes de Sua Magestade para restabelecer a paz em toda a provincia. Voltando ao Rio de Janeiro, no 1.º de Abril, foi logo depois sorprendido pela noticia da morte d'El-Rei D. João VI, acaecida no dia 10 de Março em Lisboa, e com ella recebeu o acto de acclamação, que a Regencia tinha feito, proclamando-o Rei de Portugal. O Imperador, aceitando a herança de seu Pai, abdicou immediatamente a Corôa em sua filha primogenita a Princeza D. Maria da Gloria, apenas de sete annos de idade.

D. Pedro abriu em pessoa no dia 6 de Maio a primeira assembléa legislativa do Brasil, convocada desde 1824, recitando a falla do Throno cheia de sentimentos patrioticos, e de louvavel interesse pela honra e integridade do Imperio. A guerra, porém, do Rio da Prata absorvia todos os seus cuidados; o General Lecor com a sua costumada innacção tinha feito crescer a audacia dos gauchos, e o Chefe da esquadra, que bloqueava o mesmo rio, por sua pessima direcção havia quasi anullado a superioridade das nossas forças. Este estado desfavoravel induziu o Imperador a fazer uma viagem ao theatro da guerra com o fim de animar com a sua presença as operações de mar e terra. Com effeito partiu no dia 24 de Novembro a bordo da náu *Pedro I*, seguido de uma corveta, uma escuna e alguns transportes.

Durante a ausencia de S. Magestade, a Imperatriz enfermou, e morreu no dia 11 de Dezembro. Achava-se o Imperador na capital do Rio Grande do Sul, quando recebeu a infausta noticia da morte de Sua Augusta Espo-

sa. Conferindo o mando do exercito ao Marquez de Barbacena, embarcou para a Côrte, onde chegou a 15 de Janeiro de 1827, e foi a sua primeira medida demittir o Ministerio. A curta estada de D. Pedro no Rio Grande nada tinha produsido de favoravel para a administração, nem para o exercito; as cousas continuaram como estavam, a mesma deficiencia de meios, as mesmas intrigas, o mesmo desanimo, tudo permaneceu no mesmo estado.

Para observancia do § 8.º do artigo 101 da Constituição determinou a Carta de lei de 11 de Setembro de 1826, no seu art. 1.º, que a sentença proferida em qualquer parte do Imperio, que impozer pena de morte, não seja executada sem primeiramente subir á presença do Imperador para poder perdoar, ou moderar a pena. Na mesma lei está marcado o modo de interpôr o recurso de graça. A sentença que impõe pena de morte aos escravos, na fórma da lei de 10 de Junho de 1835, he executada sem recurso algum, nem mesmo o de revista; mas prevalece o que se da para o Poder Moderador, nos termos do Decreto de 9 de Março de 1837, segundo o Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, art. 501.

D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (5.º Bispo de S. Paulo) foi eleito a 12 de Outubro de 1826, e depois de confirmado em Maio de 1827, sagrou-se na Capella Imperial do Rio de Janeiro aos 28 de Outubro do mesmo anno. Tomou posse por seu procurador o Chantre Lourenço Justiniano Ferreira no dia 11 de Novembro, o qual já governava o Bispado em ausencia do Vigario Capitular, que era o mesmo Bispo D. Manoel Joaquim. Entrou pessoalmente na administração a 21 de Dezembro do referido anno de 1827, dia da sua chegada á cidade de S. Paulo.

D. Romualdo Antonio de Seixas, natural da villa de Cametá na provincia do Pará (17.º Arcebispo da Bahia),

foi eleito no dia 12 de Outubro de 1826, e sendo confirmado em 20 de Maio de 1827, foi sagrado na Capella Imperial do Rio de Janeiro a 28 de Outubro do mesmo anno. No dia 4 do mez seguinte recebeu o Pallio na Capella episcopal da Conceição, e a 31 de Janeiro do anno de 1828 tomou posse do Arcebispado por seu Procurador o Conego José Cardozo Pereira de Mello, até que chegando a Bahia a 26 de Novembro do mesmo anno, fez a sua entrada solemne no dia 28 segundo os antigos usos da Igreja. He este Prelado o actual Metropolita do Brasil.

1827.

O Imperador voltou do Rio Grande do Sul, e chegou á Côrte no dia 15 de Janeiro d'este anno, deixando o theatro da guerra nas mesmas ou peiores circumstancias. No dia 9 de Fevereiro foi completamente batida a esquadrilha brasileira, que estava estacionada no Uruguay ao mando do Capitão de Fragata Jacinto Roque de Senna Pereira. De 19 embarcações, que tinhamos n'aquelle rio, o Almirante Brown tomou-nos onze, queimou cinco, e apenas se salvaram tres. Por cumulo de nossas desgraças uma expedição, mandada á Patagonia, cahiu toda em poder do inimigo. O Marquez de Barbacena, que em uma proclamação promettêra ás suas tropas fazer tremular o pavilhão brasileiro em Buenos-Ayres, deixou-se bater junto do arroyo Ituzaingo no dia 20 de Fevereiro d'este mesmo anno. A nossa esquadra do Rio da Prata, demasiadamente forte para aquelle mister, era quasi inutil pela grandeza dos seus vasos. Emfim os Corsarios com bandeira de Buenos-Ayres tinham inundado as nossas costas, e faziam presas até mesmo á entrada da barra do Rio de Janeiro.

Com tudo era tão superior a força do Brasil, tão poderosos os seus recursos, que o governo de Buenos-Ayres temeu uma reacção depois d'estes desastres; e para attenuar no Rio de Janeiro a sua impressão, mandou o proprio Ministro Manoel José Garcia, que em Novembro de 1825 havia declarado a guerra ao Imperio, com propposições de paz O Gabinete do Rio, por uma d'essas vertigens, que não tem qualificação nos governos, acreditou de boa fé na missão do Ministro Garcia, e celebrou a Convenção preliminar de 24 de Maio de 1827, em que, pelo artigo 1.°, Buenos-Ayres renunciava todas as pretenções sobre o territorio de Montevidéo.

Regressando, porém, o Ministro Garcia á Buenos-Ayres, onde chegou no dia 18 de Junho, foi recebido com grosseiras invectivas no meio de um tumulto popular, destramente manejado pelos agentes do governo. O Presidente Rivadavia negou a sua ratificação sob pretexto de excesso das instrucções dadas a Garcia, e resignou o mando dois dias depois. A guerra, porém, continuou sem actividade nem objecto durante o resto do anno de 1827, que era o que justamente desejava o governo de Buenos-Ayres. Releva advertir, que este desfecho o ouvi eu da propria boca do ex-Presidente Rivadavia.

Quando se soube no Rio de Janeiro que a Convenção de 24 de Maio, feita com o Ministro Garcia, não tinha sido ratificada, o governo cuidou então de augmentar seus meios de ataque, promovendo um forte recrutamento em todo o Imperio; mas esta medida, além de violenta e sobre maneira odiosa, ja pouco ou nada produzia pela impopularidade d'esta guerra entre os Brasileiros. Mandou-se então o Coronel Cotter, Official inglez ao serviço do Brasil, para a Irlanda, com o fim de contractar colonos que viessem, como os Allemães anteriormente, servir no exercito. O Governo mudou tambem o General Marquez de Barbacena, substituindo-o de novo pelo General Lecor.

Decreto de 16 de Abril d'este anno, creando a Imperial Ordem sob o titulo de — Pedro I Fundador do Imperio do Brasil — com o fim de marcar de uma maneira distincta a época em que foi reconhecida a Independencia d'este vasto Imperio.

Outro Decreto, com a data de 19 de Outubro de 1842, mandando observar os Estatutos da mesma Ordem de Pedro I, e agora assignados pelo Ministro do Imperio Candido José de Araujo Vianna.

Carta de lei de 11 de Agosto d'este mesmo anno, mandando crear no Imperio duas Academias de Sciencias juridicas e sociaes, uma na cidade de Olinda, provincia de Pernambuco, e outra na de S. Paulo. Deram-se-lhes Estatutos com data de 7 de Novembro de 1831, e Reso-

lução additiva de 19 de Agosto de 1837. A Academia de Olinda foi aberta no dia 15 de Maio de 1828 pelo Dr. Lourenço José Ribeiro.

No dia 10 de Setembro do presente anno de 1827 abriu o Padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho o Lycêo de Pernambuco, do qual foi seu primeiro Director.

No dia 19 de Outubro d'este mesmo anno foi instalada no Rio de Janeiro a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional,

---

Decreto da Assembléa geral legislativa, de 3 de Novembro d'este mesmo anno, approvando a elevação das Prelazias de Goyaz e de Cuyabá a Bispados por Bulla do Summo Pontifice Leão XII, que começa — *Solicita Catholicæ Gregis cura.*

Carta de lei de 6 de Novembro concedendo meio soldo aos filhos, filhas, viuvas, mãis, &c, dos Officiaes militares, que tiverem direito a elle.

Tratado de Commercio e Navegação, assignado aos 10 de Novembro, entre o Imperio do Brasil e a Grã-Bretanha.

Carta de lei de 15 de Novembro de 1827, creando no Imperio um estabelecimento com o titulo de — *Caixa de amortisação* — exclusivamente destinada a pagar os capitaes e juros de qualquer divida publica fundada. Esta lei foi limitada, explicada e alterada pelo Decreto de 26 de Setembro de 1828: Provisão de 25 de Novembro de 1829: Decreto de 7 de Dezembro de 1830: lei de 8 de Junho de 1831, art. 2.º, e Decreto de 7 de Novembro do mesmo

anno: Ordem de 27 de Abril de 1832, lei de 4 de Outubro, Decreto de 23, e lei de 24 do mesmo mez e anno, art. 95: Ordem de 26 de Fevereiro de 1833, Officio da mesma data, e lei de 10 de Outubro do mesmo anno. O Regimento interno da Caixa de amortisação, de 8 de Outubro de 1828, foi approvado pelo Decreto da mesma data.

1828.

A accumulação de tropas no Rio de Janeiro sem objecto produziu o necessario effeito da indisciplina entre os Estrangeiros. Um batalhão de Allemães foi o primeiro a romper em declarado motim no dia 11 de Junho d'este anno, em consequencia do castigo que se aplicava a um dos seus camaradas. Informados disto, correram os Irlandezes a coadjuval-os; e este tumulto, isolado no principio, tomou depois o caracter de verdadeira sedição. Os sediciosos, sahindo dos quarteis, espalharam-se pelas ruas, roubaram algumas casas, e commetteram varios attentados.

No dia seguinte cresceu o numero dos revoltosos; foi assassinado o Major do batalhão dos Allemães, e feridos mais dois Officiaes. Finalmente permanecia a cidade por mais de 48 horas no mais horrivel estado de anarchia, quando o Ministro da guerra Bento Barrozo Pereira deu ordem ás tropas brasileiras para atacar os soldados estrangeiros; mais de cem foram mortos pelas ruas, e muitos feridos. Um soldado allemão, considerado cabeça da sedição, foi fusilado por sentença. Em consequencia d'esta revolta 1:400 Irlandezes regressaram para o seu paiz.

Entretanto novos compromettimentos assaltavam quasi diariamente o Gabinete Imperial. A nossa esquadra do Rio da Prata, que muito pouco havia feito contra o inimigo, não se tinha descuidado de exercer a sua força sobre os navios mercantes, que violavam o bloqueio, e o numero de prezas foi excessivo debaixo da bandeira de todas as nações. Em 6 de Julho de 1828 appareceu na bahia do Rio de Janeiro o Contra-Almirante *Roussin* com uma nau e duas fragatas, exigindo expressamente a immediata restituição de todas as embarcações francezas, tomadas no Rio da Prata, e uma indemnisação por perdas e damnos, o que causou grande agitação em toda a cidade. Ambas as Camaras estavam dispostas a não accederem á esta exigencia feita com os morrões accesos; porém o Imperador, de seu proprio motu, assentou terminar a questão, man-

dando restituir todos os navios francezes, e estipulando que a indemnisação das perdas seria ultimada antes de finalisar o anno de 1829.

N'este estado, prevendo o Imperador outras difficuldades, acolheu de novo os Commissarios de Buenos-Ayres, que, debaixo da mediação do Gabinete inglez, vieram ao Rio de Janeiro propôr a paz, cujas bases foram: que a Banda Oriental ficaria independente pelo espaço de cinco annos, e depois adoptaria o governo que lhe conviesse. O Tratado concluiu-se no dia 28 de Agosto de 1828, sendo a final ratificado por ambas as partes contratantes.

Em quanto D. Pedro luctava com a má sorte, que o perseguia no Brasil pela pessima escolha dos seus agentes, tinha ao mesmo tempo que attender aos interesses de sua filha compromettidos em Portugal. O Infante D. Miguel havia regressado a Lisboa em 22 de Fevereiro de 1828, e quatro dias depois jurou a Constituição. Em 31 de Março dissolveu a Camara dos Deputados; em 22 de Junho abriu em pessoa a Assembléa dos tres Estados, e em 15 de Julho proclamou-se Rei absoluto de Portugal e dos Algarves, dissolvendo a mesma Assembléa, á quem devia a sua elevação.

Chegando ao Rio de Janeiro a noticia da dissolução da Camara dos Deputados, resolveu D. Pedro mandar sua filha á Europa para collocal-a sob a protecção de seu avô materno o Imperador d'Austria. Com effeito partiu a Senhora D. Maria II no dia 5 de Julho do mesmo anno; porém chegando a Gibraltar, o Marquez de Barbacena, que a acompanhava em qualidade de seu Aio e Tutor, preferiu confiar sua Augusta Pupilla á protecção de S. M. Britannica em vez de leval-a a Vienna. Dirigiu-se por tanto a Inglaterra, onde a Rainha Fidelissima foi recebida com todas as honras devidas a sua alta gerarquia.

Bulla, datada aos 5 de Junho d'este anno, que começa—*Romanorum Pontificum vigilantia*—, expedida á solicitação do Imperador D. Pedro I pelo SS. Padre Leão XII, declarando que as Dioceses do Maranhão e do Para, até

então suffraganeas do Patriarchado de Lisboa, ficariam pertencendo d'ahi em diante á Metropoli da Bahia.

O Supremo Tribunal de Justiça, mandado estabelecer pelo artigo 163 da Constituição, foi definitivamente creado pela Carta de Lei de 18 de Setembro de 1828, que he o seu Regimento. Vede as Resoluções 1.ª e 2.ª de 31 de Agosto de 1829, Decreto de 20 de Dezembro de 1830, e o § 9 art. 2 da lei de 22 de Setembro de 1828.

1829.

No principio do anno de 1829 occorreu em Pernambuco um pequeno tumulto, suffocado em seu começo; sem embargo, pelo Decreto de 27 de Fevereiro mandou-se suspender alli as garantias, e crear uma Commissão militar, cujas providencias causaram grande irritação entre os liberaes. Foi debaixo d'estes tristes auspicios que se abriu extraordinariamente a Assembléa geral no dia 2 de Abril do mesmo anno. Esta reunião foi toda muito agitada por diversos incidentes, occorridos durante as sessões, quér ordinaria quér extraordinaria. Os debates desde o começo haviam dado muito desgosto ao Imperador, que no dia 3 de Setembro pôz um termo á todas as discussões pela seguinte laconica e desusada falla de encerramento: « *Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação: Está fechada a Sessão. O Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil.* » Assim terminaram de improviso as sessões da primeira Camara, sem concluir a discussão sobre a lei do Orçamento.

Como o acolhimento favoravel da Rainha de Portugal em Inglaterra nada tinha produzido a favor das suas pretenções, determinou D. Pedro fazel-a regressar para o Brasil, onde chegou no dia 16 de Outubro d'este mesmo anno de 1829, em companhia da Princeza de Baviera D. Amelia de Leuchtemberg, futura Esposa do Imperador. Celebraram-se as nupcias no seguinte dia com muita pompa e magnificencia: instituiu-se a Ordem da Rosa: crearam-se novos titulos; e no em tanto, entre aquelle brilhante cortejo e a crise futura, existia um horroroso abysmo. O successivo

augmento do meio circulante pela emissão de notas, o continuado cunho do cobre, a depreciação do cambio exterior, e o agio entre o cobre e o papel, eram settas que feriam todos os interesses, que tocavam de perto a população, e amarguravam a vida domestica, principalmente na classe de empregados publicos, e dos que viviam de um salario.

Para perpetuar a memoria das segundas nupcias, contrahidas pelo Imperador D. Pedro I com a Senhora D. Amelia de Leuchtemberg, creou o mesmo Augusto Senhor, por Decreto de 17 de Outubro de 1829, a Ordem militar e civil da Rosa.

Decreto de 23 de Setembro de 1843 n.º 324 fazendo extensiva á Imperial Ordem da Rosa as disposições do art. 7 do Decreto de 9 do mesmo mez e anno, que dizem respeito aos diplomas das condecorações das Ordens outr'ora religiosas.

D. João da Purificação Marques Perdigão, Conego Regrante de Santo Agostinho (16.º Bispo de Pernambuco), foi eleito aos 18 de Outubro de 1829, confirmado aos 28 de Fevereiro de 1831, e sagrado no dia 26 de Maio de 1833. No dia 4 de Agosto de 1830 chegou a Pernambuco na qualidade de Vigario Capitular, d'onde voltou para o Rio de Janeiro, com o fim de receber a sagração, em Fevereiro de 1832. Depois de sagrado tornou para a sua Diocese, onde chegou no dia 14 de Setembro de 1833, e d'ella tomou posse como legitimo Prelado no dia 29 do mesmo mez e anno. D. João da Purificação he ainda hoje Bispo de Pernambuco.

A administração dos Correios publicos teve regulamento com data de 5 de Março de 1829, alterado pelo Decreto de 7 de Junho de 1831, e ampliado pelo regulamento de 9 de Setembro de 1835. O Decreto de 10 de Março de 1842 mandou restabelecer o lugar de Director geral dos

Correios, tendo em vista o disposto pelo art. 17 da lei de 30 de Novembro de 1841. E finalmente teve tambem os regulamentos n.° 254 e n.° 255 de 29 de Novembro de 1842. Porém todas estas disposições foram substituidas pelo novo regulamento geral de 21 de Dezembro de 1844, unico que rege as administrações dos Correios em todo o Imperio.

1850.

Apezar de todos os esforços do Imperador, o partido chamado liberal não perdia occasião de suscitar novos embaraços ao governo, que tambem commettia repetidas faltas; e o assassinato do Visconde de Camamú, Presidente da Bahia, acontecido no dia 28 de Fevereiro de 1830, veiu ainda mais protestar contra as medidas imprudentes da Côrte. N'estas circumstancias abriu-se a primeira sessão da segunda Legislatura no dia 3 de Maio do mesmo anno, ante a qual recitou D. Pedro a Falla do Throno, cheia de topicos interessantes para quem se quizesse occupar d'elles; porém o espirito das Camaras achava-se muito abalado, e a questão de partidos absorvia toda a sua attenção. Sem embargo algumas medidas se tomaram, como o licenciamento das tropas estrangeiras, a diminuição da marinha de guerra, a reducção da despeza no orçamento, &c.

No dia 14 de Setembro chegaram noticias da imprevista revolução dos tres dias de Julho em Pariz: o choque foi electrico No Rio, na Bahia, em Pernambuco, em Minas, e em S. Paulo houve grande sensação; excitaram-se as esperanças de uns e os temores de outros, e a imprensa fez-se o echo d'estas excitações. Finalmente no dia 30 de Novembro o Imperador encerrou a sessão legislativa, que se tinha tornado celebre pela fusão das duas Camaras, conforme a doutrina do art. 61 da Constituição, o que até alli se não tinha realisado. Como na provincia de Minas, uma das mais populosas do Imperio, o descontentamento tinha-se augmentado ainda mais que no Rio de Janeiro, pensou o Imperador reprimir com a sua presença o desenvolvimento das idéas de federação, que alli tinham tomado grande corpo, e resolveu visitar aquella provincia. Com effeito partiu da capital no dia 30 de Dezembro do mesmo anno de 1830 com a Imperatriz, dirigindo-se á Cidade do Ouro Preto.

A 16 de Dezembro de 1830 foi sanccionado o Codigo criminal para o Imperio do Brasil. Pelo que respeita ao civil ainda nos regemos pelas Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos e Resoluções promulgadas pelos Ss. Reis de Portugal, e pelas quaes o Brasil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, mandadas observar pelo Decreto da Assembléa Constituinte de 20 de Outubro de 1823, na parte que não tem sido alterada pela legislação do Imperio desde aquella época até hoje.

1831.

O Imperador, dirigindo-se á provincia de Minas, esperava que revivesse o enthusiasmo, que tinha alli causado em 1822; mas os tempos haviam mudado, e em todo o seu transito teve muitas vezes de presenciar os effeitos do descredito, em que tinha cahido. A 22 de Fevereiro de 1831 publicou no Ouro Preto aquella celebre proclamação, que deu motivo á tantas interpretações sinistras, e que bem deixava ver o quanto estava convencido dos perigos da sua posição. Desabusado e desgostoso voltou para o Paço de S. Christovão, onde chegou a 11 de Março. Um acto de dedicação particular, a que elle era inteiramente estranho, provocou um conflicto sanguinolento (de 13 para 14 de Março, chamada a noite das *garrafadas*) entre o partido exaltado e o que se intitulava portuguez. Depois d'estes successos reuniram-se 23 Deputados e um Senador em casa do Padre José Custodio Dias, e alli redigiram uma Representação ao Imperador, exigindo do governo uma reparação da affronta, que, se dizia, haviam soffrido os cidadãos brasileiros do partido *lusitano*.

No dia 17 de Março fez D. Pedro a sua entrada publica na Capital, e no dia 20 houve uma modificação no Gabinete. Emfim na manhãa do dia 6 de Abril demittiu o Ministerio, e chamou seis dos antigos ministros, e os mais impopulares. O povo exacerbou-se com esta medida, e começou a reunir-se no Campo de Santa Anna, pedindo a reintegração do Ministerio demittido n'aquella manhãa. Pela tarde, e successivamente pela noite, a tropa da guarnição foi toda, com excepção de dois batalhões, juntar-se ao povo no lugar da reunião. Finalmente, vendo o Imperador o aspecto serio que tomavam as cousas, irritado, e fatigado em extremo, julgou que era necessario ceder ás circumstancias, e pelas duas horas da madrugada do dia 7

de Abril, sem pedir conselho a ninguem, escreveu elle mesmo a sua abdicação na pessoa de seu Augusto Filho o Sr. D. Pedro II. Feito isto, e depois de mandar ao Campo dos revoltosos o acto solemne, pelo qual acabava de abdicar a Corôa do Brasil, recobrou toda a sua serenidade, despediu os seus Ministros, e por um Decreto, que datou do dia antecedente (6 de Abril), nomeou Tutor e Curador de seus quatro filhos, que ficavam no Brasil, ao Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva.

Tendo arranjado com toda a calma os seus negocios domesticos, embarcou com o resto da sua familia em um dos escaleres da nau ingleza *Warspite*. A fragata ingleza *Volage* foi destinada a conduzir o ex-Imperador, sua Esposa e comitiva, e a fragata franceza *La Seine* foi posta á disposição da joven Rainha de Portugal. Durante a sua estada no porto D. Pedro mostrou-se resignado, e ultimamente satisfeito depois do dia 9, em que observou o enthusiasmo popular no acto de vir o Sr. D. Pedro II assistir ao *Te-Deum* pela sua elevação ao throno. Finalmente partiram as duas fragatas no dia 13 do mesmo mez de Abril, e desde então os destinos do Brasil ficaram dependendo de si mesmo.

No dia 7 de Abril pela manhãa reuniram-se no Paço do Senado todos os Deputados e Senadores, que se achavam na Côrte, e nomearam uma Regencia provisoria, cujos membros foram o Marquez de Caravellas, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. No dia 8 tornaram a reunir-se os mesmos Representantes, ainda que não em numero sufficiente, e publicaram uma proclamação calculada para tranquillisar o espirito publico sobre maneira exaltado.

No dia 17 de Junho foi nomeada pela Assembléa geral a Regencia Permanente, composta do mesmo Brigadeiro Lima e dos Deputados José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz. Todavia a exaltação dos partidos, que se apoiavam em uma soldadesca indisciplinada, trazia a capital em continuos sobresaltos, até o desfecho de 14 e 15 de Julho do mesmo anno, de cujas tristes e bem funestas consequencias foi salva pela reconhecida energia do Padre Diogo Antonio Feijó, já então nomeado Ministro da Justiça. Os corpos amotinados foram dissolvidos, os outros foram enviados para a Bahia e Pernambuco.

Quando, porém, parecia desassombrada a Capital por

este acto de energia, sublevou-se na ilha das Cobras o Corpo de Artilharia de marinha no dia 7 de Outubro do mesmo anno, estendendo-se a revolta á outras fortalezas dentro da bahia. Felismente o governo já contava com o apoio da Guarda nacional, que acabava de ser creada, e de um batalhão composto dos Officiaes avulsos de 1.ª e 2.ª linha, residentes na Côrte, e a insurreição não pôde resistir aos esforços combinados d'estas forças. A sujeição da ilha das Cobras deu ao governo da Regencia Permanente a força moral necessaria para conter os partidos na capital, mas nas provincias sua acção era quasi nulla, e o poder fluctuava á mercê das facções.

D. Pedro tinha improvisado um Exercito sem disciplina nem subordinação; a medida foi-lhe fatal, por que foi contra elle que esse mesmo exercito fez o seu primeiro ensaio de insubordinação. Todos os movimentos do anno de 1831 não foram senão sedições militares: o movimento de 4 de Abril na Bahia não tinha sido outra cousa, assim como o de 5 de Maio em Pernambuco, quando, sahindo as tropas dos seus quarteis para Olinda, d'alli voltaram para depôrem o Commandante das armas o Coronel Lemenha, como tinham feito as tropas da Bahia no referido 4 de Abril. Sem embargo, em nenhuma parte foram tão fataes os effeitos d'esta geral indisciplina como em Pernambuco: a sedição começou pelo batalhão n.º 14 na noite de 14 de Setembro; porém ao amanhecer do dia 15 já toda a tropa estava completamente amotinada e senhora da cidade do Recife, commettendo os maiores attentados, arrombando portas a golpes de machado, abrindo e saqueando lojas e armazens, sem que houvesse meio de impedir semelhante barbaridade, pois toda a força armada se tinha rebellado e obrava de commum accordo.

Finalmente no dia 16, tendo dado largas á sua ferocidade, já ebrios e dispersos pelas ruas, carregados com os despojos do saque, pareciam os soldados exhaustos de força e de animo, e por isso menos temiveis que no dia antecedente. Já então se haviam reunido ao redor da cidade algumas milicias e cidadãos armados para occorrerem á commum defeza, e n'este estado foram aquelles malvados accommettidos pela Boa-Vista e pelo Recife, e esmagados pelo denodo civico de tal maneira, que mais de 300 morreram ás mãos do povo, sendo presos mais de 800, que foram confinados para a ilha de Fernando.

Ainda assim houve outro movimento no dia 15 de Novembro do mesmo anno, cujo ponto de reunião foi a fortaleza das Cinco Pontas; porém como já não havia tropa, que lhe désse força, e apenas entravam n'elle alguns exaltados sem nenhum apoio na população, foi logo abafado, e a tranquillidade publica se restabeleceu em poucas horas, sendo Presidente da provincia Francisco de Carvalho Paes de Andrade.

Quasi todas as provincias do Norte tinham recebido grande abalo com a noticia da abdicação; a do Ceara, que em 1824 fôra victima, como Pernambuco, de uma Commissão militar, foi uma das mais exaltadas contra os Realistas d'aquella época, entre os quaes sobresahia o Coronel de Milicias Joaquim Pinto Madeira; por tanto foi perseguido, e quasi forçado a abandonar a provincia, ou a resistir: preferiu o segundo partido, e foi esta a causa da sua perda. Com effeito, no dia 14 de Dezembro de 1831 rompeu Pinto Madeira na villa do Jardim, tomando por pretexto a abdicação *forçada* do ex-Imperador, e no dia 27 do mesmo mez teve o primeiro encontro de armas no engenho Burity com as tropas do governo.

Era muito cedo para uma reacção tão violenta, e em menos de dez mezes viu-se quasi só, abandonado e perseguido, tendo que entregar-se no dia 13 de Outubro de 1832 (no ponto do Correntinho) ao General Labatut debaixo da palavra, que este lhe dera, de envial-o para a Côrte, onde pretendia justificar-se. Porém depois de haver vagado de prisão em prisão, de presiganga em presiganga, desde Pernambuco até Maranhão, voltou ao Ceara, onde foi julgado por seus proprios inimigos, e assassinado juridicamente na villa do Crato a 28 de Novembro de 1834, sendo Presidente d'aquella provincia o Padre José Martinianno de Alencar, Senador do Imperio.

A noticia da abdicação chegou ao Maranhão no dia 14 de Maio de 1831, e desde esse momento começou a alterar-se a tranquillidade publica. O Presidente d'esta provincia Candido José de Araujo Vianna não póde evitar, apezar dos seus esforços, que a tropa e o povo se lançassem nas vias das perseguições, depondo o Commandante

das armas, e fazendo sahir da provincia alguns Magistrados, e outras pessoas notaveis debaixo do pretexto de affectas ao poder absoluto. Este primeiro passo, dado em 13 de Setembro do mesmo anno, trouxe o segundo em 19 de Novembro dirigido contra o proprio Presidente, porque se tinha opposto a todas as medidas violentas do partido denominado *brasileiro*.

Esta nova tentativa não teve o effeito, que esperavam os anarchistas, por que o Presidente ainda pôde contar com alguma tropa, e tinha bastante firmeza para fazer valer a sua autoridade. Havendo falhado o golpe na capital, fugiram os chefes do motim, e foram incendiar o interior da provincia, onde um ourives do Ceará, por nome Antonio João Damasceno, conseguiu reunir uma porção de malvados, e percorrer alguns lugares mais notaveis, commettendo roubos e mortes, até pagar com a vida todos estes crimes na occasião em que, á testa de 400 malfeitores, tentara invadir a villa do Brejo. Assim terminou a guerra civil do interior em Abril do anno seguinte, para cuja pacificação concorreu o Commandante das armas, que então era o Tenente Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

Não era de certo lisongeiro o estado do Pará, quando alli chegou, no dia 22 de Maio de 1831, a noticia da abdicação do Sr. D. Pedro I. O Presidente da provincia reuniu logo o Conselho, e proclamou ao povo recommendando a paz; porém como esta crise desafiava todos os projectos, e inflammava todas as paixões, não tardaram os partidos a mostrar-se em campo. A primeira requisição do partido chamado *liberal* foi a deposição do Commandante das armas o Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa; todavia, oppondo-se-lhe outro partido mais forte, foi conservado o mesmo Commandante das armas, assim como o Presidente Barão de Itapicurú-Merim, até a chegada das novas autoridades, nomeadas pela Regencia do Imperio.

Com effeito, no dia 16 de Julho alli aportaram o Visconde de Goianna como Presidente, e o Coronel José Maria da Silva Bitancourt como Commandante das armas. Ambos tomaram posse, e começaram suas respectivas funcções por vias oppostas, tanto que no dia 7 de Agosto, 21 dias depois, foi o Visconde depôsto por uma sedição militar, em que teve grande parte o Commandante das armas

Bitancourt. O ex-Presidente partiu para o Rio de Janeiro; e mais cinco ou seis individuos, entre elles o celebre Conego Baptista, foram confinados a diversos presidios da mesma provincia. A Presidencia foi então entregue ao Conselheiro mais antigo, e assim permaneceu até o dia 23 de Fevereiro de 1832, em que chegou outro Presidente.

A Caixa Economica do Rio de Janeiro foi fundada no dia 31 de Julho de 1831 por uma Associação particular, que fez os seus Estatutos da mesma data, em virtude dos quaes ainda hoje se rege. Não houve para isto acto algum legislativo, nem o governo tem a menor ingerencia na sua administração.

Lei de 18 de Agosto de 1831, creando a Guarda nacional no Imperio do Brasil, e extinguindo os Corpos de Milicias e das Ordenanças. Outra de 25 de Outubro de 1832, reformando varios artigos da citada lei de 18 de Agosto do anno anterior, e mandando extinguir o Corpo da Guarda de Honra, creado pelo decreto do 1.° de Dezembro de 1822. Estas duas leis tem sido tão modificadas e alteradas, não só por infinidade de Resoluções do Governo Geral, como pelas Assembléas Provinciaes, onde se tem legislado a este respeito, que formariam um bom volume, se fossem impressas com todas as suas alterações.

O Tribunal do Thesouro Publico Nacional, mandado crear pelo artigo 170 da Constituição, foi definitivamente organisado pela Carta de lei de 4 de Outubro de 1831, que he o seu regimento. Ao Ministro da Fazenda, como Presidente que he d'este Tribunal, artigo 7 da mesma lei, compete assignar e apresentar annualmente até o dia 8 de Maio á Assembléa Geral Legislativa, juntamente com o seu Relatorio, a conta geral da receita e despeza do Thesouro publico, pertencente ao anno que se findou, e Orçamento da receita e despeza para o anno futuro, art. 9 § 2 da citada lei. A lei de 15 de Dezembro de

1830, arts. 32 e 39, marca a maneira por que deve ser apresentado o balanço geral da receita e despeza.

No dia 1.º de Dezembro de 1831 nasceu na cidade de Pariz a Serenissima Senhora D. Amelia, filha unica do segundo consorcio do Senhor D. Pedro I com a Senhora D. Amelia de Leuchtemberg. Foi reconhecida Princeza do Brasil pela Carta de lei de 5 de Julho de 1841. Nunca veiu ao Brasil, e acha-se em companhia de sua Augusta Mãi a Imperatriz viuva.

A Academia das Bellas Artes, fundada pela solicitude do Conde da Barca em virtude do Decreto de 12 de Agosto de 1816, recebeu sua organisação pelo Decreto de 23 de Novembro de 1820, e foi solemnemente instalada no dia 5 de Novembro de 1826, honrando este acto o Imperador em pessoa com a Familia Imperial, a Côrte, o Corpo Diplomatico, e pessoas distinctas convidadas com este objecto; e assim se conservou até que foi definitivamente organisada pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1831.

1832.

A Regencia Permanente, depois da sedição da ilha das Cobras, tinha conseguido conservar a capital em apparente socego. Sem embargo as facções não estavam de todo extinctas, e calculando mal sobre suas forças appareceram em 3 e 17 de Abril de 1832; mas o Governo as derrotou no Campo de Santa Anna e em Mataporcos, e este novo triumpho assegurou o predominio do partido chamado *Moderado*. A importancia, porém, d'estes successos o deslumbrou, e quiz tentar um golpe de Estado para apoderar-se do mando supremo á custa da ordem publica e da Constituição, unicas bases do seu poder até aquelle momento. Com effeito, no dia 30 de Julho aventurou-se o lance, resignando a Regencia Permanente a sua autoridade ante as Camaras, depois de haver dado o Ministerio a sua demissão no mesmo dia.

Sem a nobre e decorosa repulsa da Camara dos Deputados, o plano se haveria logrado; mas quem sabe qual teria sido a sorte do Brasil! Alguns membros do

mesmo partido, unidos á opposição, o salvaram n'aquelle momento por um excesso de senso commum, que faltou aos seus co-religionarios: a demissão da Regencia não foi acceita, nomeou-se um Ministerio de transição, e passados 40 dias o partido voltou á sua influencia inteiramente curado do seu louco orgulho. Depois d'esta tentativa, felizmente mallograda, a capital gozou até o fim do anno de apparente calma, ainda que os espiritos se agitassem de novo em diversos sentidos, mas sem nenhum esforço ostensivo.

Deixamos no anno anterior a cidade do Recife, capital da provincia de Pernambuco, debaixo da dolorosa impressão das scenas dos tres dias de Setembro, mas livre de uma soldadesca indisciplinada, que a cada passo ameaçava a tranquillidade publica. Todavia o furor dos partidos não era alli menos temivel que nas outras provincias, e as reacções se succediam umas ás outras com incrivel rapidez. No dia 14 de Abril de 1832 um batalhão de Milicias tomou as armas debaixo da direcção do Tenente Coronel Francisco José Martins e do Major José Gabriel de Moraes Mayer, e apoderou-se do bairro do Recife, ao mesmo tempo que a guarnição da fortaleza do Brum se pronunciava por este movimento. O Presidente da provincia, reunindo algumas milicias dos outros bairros, e com o auxilio da Marinha, impediu que os amotinados passassem a ponte do Recife, e d'este modo evitou que o movimento tomasse corpo, em quanto fazia abortar a revolução fóra da cidade, d'onde esperavam aquelles chefes grande apoio.

Depois de 40 horas d'este estado de incommunicação, a tropa sediciosa se dissolveu expontaneamente, e o povo passou a ponte em tropel para recolher o fructo d'esta debandada, cujo resultado foi uma d'essas scenas de carnagem e de horror, que tantas vezes tem ensanguentado a nossa provincia. Muitos assassinatos se commetteram a sangue frio, quando já não havia resistencia, nem possibilidade de a fazer, e assim concluiu a louca tentativa de 14 de Abril, deixando no dia 16 a cidade coberta de luto. Sem embargo, uma guerra civil de natureza a mais atroz devia começar pouco depois em Panellas de Miranda, lucta que durou mais de tres annos, e que só o poder divino poderia terminar. N'esta guerra, chamada dos *Cabanos*, viu-se até que ponto póde alcançar a

sanha dos partidos, e o furor da guerra intestina. Seis mil homens chegaram a estar empregados contra os *Cabanos*, sem que o numero decidisse nunca da sorte dos combates, que se succediam com igual encarniçamento.

Finalmente, depois de uma lucta de perto de quatro annos, pôde o Major Joaquim Jose Luiz de Souza amainar as iras d'aquella gente; e servindo-se da intervenção pastoral do Reverendo Bispo de Pernambuco, chamar ao gremio da Igreja e da Sociedade, em Novembro de 1835, aquelles homens *quasi* selvagens, conseguindo pelo poder e auxilio da persuasão o que não tinha podido alcançar pelo poder da força. Depois d'essa época, verdadeiramente calamitosa para Pernambuco, nenhum outro facto notavel se faz digno de menção, pois que, com muito pequenos intervallos de desassocego publico, tem quasi sempre gozado de paz interna, se póde dar-se este nome ao estado de perpetua agitação, em que vivemos.

No dia 23 de Fevereiro de 1832 chegou ao Pará a Corveta *Defensora*, levando a seu bordo os Tenentes Coroneis José Joaquim Machado de Oliveira para Presidente, e Antonio Corrêa Séara para Commandante das armas. Existia de longo tempo no Pará um partido dirigido pelo Conego Baptista, homem audaz, e muito ensaiado nos manejos das facções d'aquella provincia. Este partido, supplantado pela sedição militar de 7 de Agosto do anno anterior na capital, ergueu-se no interior com a chegada do Conego, que logrou evadir-se no caminho dos que o conduziam para o lugar do seu desterro. No momento em que elle soube que as novas autoridades tinham tomado posse, revoltou todas as villas e lugares, onde pôde chegar a sua influencia.

Horriveis scenas se seguiram d'estes movimentos, sendo uma d'ellas a morte do Coronel Joaquim Filippe dos Reis, Commandante militar da barra do Rio Negro, no dia 12 de Abril, em virtude da revolta do destacamento, que guarnecia aquelle ponto, e o subsequente acto da separação da Comarca no dia 23 de Junho como provincia independente do Pará. O Presidente Machado, tendo-se ligado a este partido, conseguiu amainar as revoltas do interior, e chamar para a capital o seu principal instigador, fazendo-lhe todas as concessões exigidas com o objecto de assegurar o seu predominio.

Carta de lei de 3 de Outubro de 1832, determinando que as Academias Medico-Cirurgicas do Rio de Janeiro e da Bahia tivessem d'ahi em diante a denominação de Escolas ou Faculdades de Medicina e Cirurgia, dando ao mesmo tempo á estas Escolas nova organisação.

No dia 29 de Novembro de 1832 foi sanccionado o Codigo do Processo criminal de primeira instancia, com a Disposição provisoria á cerca da administração da Justiça civil. Decreto de 13 de Dezembro do mesmo anno mandando observar as Instrucções da mesma data para a execução do Codigo do Processo criminal; cujo Codigo foi finalmente reformado pela lei de 3 de Dezembro de 1841, e Instrucções de 31 de Janeiro de 1842 para a execução da mesma lei de 3 de Dezembro.

1833.

Corria o anno de 1833, quando a 22 de Março rebentou na cidade do Ouro Preto, capital da provincia de Minas, outra sedição militar, em que tambem tiveram parte alguns paisanos. Reduziu-se esta pequena farça, que não merece outro nome, á deposição do Vice-Presidente Bernardo Pereira de Vasconcellos, e á nomeação de um Presidente, que assumiu a autoridade, mas circumscripta ao pequeno districto da capital. Vasconcellos, a quem os sediciosos permittiram que sahisse para o Rio de Janeiro, foi instaurar-se em S. João d'El-Rei, e d'alli concitou os povos para uma reacção.

A Regencia, ao saber d'este acontecimento, proclamou aos Mineiros, e enviou para conter a sedição o Marechal José Maria Pinto Peixoto, que, com quatro Officiaes sem tropa alguma, partiu do Rio de Janeiro em principio de Abril, e foi collocar-se á cabeça da Guarda nacional, que se reunia nas immediações do Ouro Preto contra os sediciosos. Um pequeno assédio bastou para reduzil-os ao ultimo apuro, de sorte que em 19 de Maio abandonaram a cidade, que foi logo occupada pelo Marechal Peixoto, sendo depois presos e processados á excepção de alguns, que poderam evadir-se, e se conservaram occultos, até que foram todos amnistiados no seguinte anno.

Informada a Regencia do estado, em que se achava a provincia do Pará no fim do anno de 1832, julgou prudente mandar novas autoridades, que pozessem cobro a tantos excessos, e com este fim nomeou Presidente ao Desembargador José Mariani, e Commandante das armas ao Tenente Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, os quaes chegaram á cidade de Belém em Abril de 1833; porém não foram empossados dos seus empregos, nem admittidos a desembarcar pela decidida opposição do partido do Conego Baptista, sobre que se apoiava o Presidente Machado. D'este acto de desobediencia seguiram-se outros excessos do mesmo partido, chegando a ponto de ensanguentar-se a capital com uma matança atroz no dia 16 de Abril, em que muitas victimas foram sacrificadas a vinganças particulares.

Esta carnificina, na qual pereceram perto de duzentas pessoas, foi a precursôra de todas as scenas horrorosas, em que se viu envolta a provincia por quatro annos successivos. O governo da Regencia, debil e sem força alguma moral, recebeu a noticia d'este horroroso acontecimento como se fosse uma calamidade inevitavel, e contentou-se com mandar outras autoridades para o Pará, dando por consummado o facto da desobediencia e suas consequencias. He este um dos traços caracteristicos da phisionomia actual do nosso paiz, cuja historia veridica, desde a Independencia até hoje, muito depõe contra a nossa intelligencia e a nossa moralidade.

A sessão legislativa do anno de 1833 foi muito agitada no Rio de Janeiro, não só pela discussão do projecto das reformas da Constituição, como pelo do banimento do ex-Imperador, proposto no dia 28 de Junho pelo Deputado Venancio Henrique de Resende, em consequencia da mensagem do governo á Camara dos Deputados, denunciando vastos planos de uma supposta restauração. Debaixo d'este falso pretexto o partido dominante açulou a canalha contra os que denominou restauradores, a ponto que, na noite de 2 de Dezembro do mesmo anno, sahiram varios grupos pelas ruas, e depois de outros attentados, despedaçaram a illuminação, que estava collocada na frente da casa da Sociedade militar.

No dia 5 os mesmos grupos, reunidos no largo de S. Francisco de Paula, debaixo da direcção de varios

Juizes de Paz, assaltaram de novo a casa onde se reunia a Sociedade militar, despedaçaram os moveis, e os arrojaram pelas janellas, levando tudo quanto havia de valor; insultaram a quantos encontravam nas ruas, e pela noite invadiram igualmente varias Typographias, e as despedaçaram; quebraram as vidraças de muitas casas pertencentes ás pessoas mais conspicuas da capital; e percorrendo as ruas ao som de musica e de grande alarido, commetteram varias mortes e ferimentos em pessoas innocentes, sem outro designio mais do que satisfazer o *instincto do mal.*

Concluida esta tremenda prova de brutal ferocidade, ainda pretendiam a prisão e deportação, como em Julho de 1831, de muitas pessoas respeitaveis, a cujo desproposito se oppôz o governo por em quanto, tomando este porém as medidas, que lhe pareceram convenientes a tal respeito: e foi uma o Decreto suspendendo o Tutor no dia 15 do mesmo mez de Dezembro. Com effeito n'esse dia dirigiram-se para S. Christovão todos os Juizes de Paz da capital, escoltados por uma força de cem homens de policia e duas peças de artilharia, e cercando a residencia do Imperador, prenderam o seu Tutor, o Conselheiro José Bonifacio, e o mandaram em custodia para a ilha de Paquetá. Feito isto, e depois de um varejo minucioso por todo o Paço, onde prenderam igualmente outras pessoas entre ellas o Camarista de semana Bento Vahia, conduziram em procissão o Sr. D. Pedro II para o Paço da cidade com suas Augustas Irmãas.

Em virtude do § XVII do art. 15 da Constituição autorisou a Assembléa geral legislativa ao governo, por Decreto datado do 1.º de Junho de 1833, para mandar abrir a estampa das notas do novo padrão. A lei de 3 de Outubro do mesmo anno mandou proceder ao troco da moeda de cobre: vide Decreto e Regulamento de 8 de Outubro de 1833. A lei de 8 de Outubro de 1833 fixou o padrão monetario e estabeleceu um Banco de deposito. A Ordem de 18 de Outubro do mesmo anno designou os valores das moedas de prata e ouro. Provisão com instrucções para o troco da moeda de cobre por cedulas, em 4 de Fevereiro de 1834. Ordem para aceitação das cedulas dadas em troco da moeda de cobre nas estações publicas, em 12 de Fevereiro do mesmo anno.

1834.

O Banco commercial do Rio de Janeiro instalou-se, e começou as suas operações bancaes em o 1.º de Janeiro de 1834 por meio de uma associação de accionistas sem intervenção do Governo. Finalmente, tendo a Assembléa dos seus accionistas feito algumas alterações nos seus Estatutos, nas sessões que tiveram lugar em 22 de Outubro de 1838 e 25 de Janeiro de 1840, foram estes approvados com algumas modificações pelo Imperial Decreto de 23 de Junho de 1842.

Depois das assuadas dos Juizes de Paz, nos dias 2, 5 e 15 de Dezembro de 1833, nenhuma outra cousa notavel aconteceu no Rio de Janeiro até a reunião da Assembléa geral legislativa em 1834. Foi n'essa sessão que se votou na Camara dos Deputados o banimento do ex-Imperador a 3 de Junho, cujo projecto cahiu em primeira discussão por grande maioria no Senado no dia 18. No dia 12 de Agosto passou a lei das Reformas da Constituição, chamada o *Acto addicional*, que foi promulgada solemnemente no dia 21 do mesmo mez. Em Novembro chegou a noticia da infausta morte do Duque de Bragança, acaecida em Lisboa a 24 de Setembro, e com ella desappareceu para sempre o fantasma da restauração.

O espirito de revolta e de anarchia, que se havia apoderado das provincias maritimas, tambem penetrou os nossos sertões, e foi encarnar-se na provincia de Matto Grosso, onde o governo não tinha acção, nem vontade propria. Desencadeada a canalha começou a matança na cidade de Cuyabá, e d'alli até os pontos mais distantes, durando este estado de voragem na dita cidade e seus contornos, desde 30 de Maio até 5 de Julho de 1834, dia em que o Coronel João Popino Caldas conseguiu açamar a anarchia, mas depois de haver devorado centenas de victimas, entre as quaes se contavam pessoas illustres, muitos pais de familia, e homens ricos da pro-

vincia de Matto-Grosso. Releva notar que todos estes crimes ficaram impunes, e até foram premiados muitos dos perpetradores.

O Governo concedeu para a nova Praça do Commercio do Rio de Janeiro o antigo armazem do sello na Alfandega, e nomeou em principio de 1834 uma commissão de quatro negociantes para dirigir a construcção da obra. A commissão promoveu uma subscripção, e com o seu producto fez apromptar a casa, que foi aberta com toda a solemnidade no dia 2 de Dezembro do mesmo anno, anniversario do Imperador. A pedido da Commissão concedeu o Poder legislativo duas loterias para concluir a obra externa da mesma Praça segundo o plano adoptado. Outra commissão formou o Regulamento interno da Praça, que foi approvado pelo Aviso de 9 de Setembro do mesmo anno de 1834, e por elle se ficou regendo até hoje.

A 24 de Setembro de 1834 morreu na cidade de Lisboa o Sr. D. Pedro I, fundador do Imperio do Brasil, com o titulo, que então usava, de Duque de Bragança. Pelo Decreto de 24 de Setembro de 1842 mandou o Sr. D. Pedro II, que o anniversario da morte de seu Augusto Pai fosse commemorado com honras funebres em todo o Imperio.

1835.

Para substituir ao Presidente do Pará Machado de Oliveira foi nomeado o Deputado Lobo de Souza, e ao Commandante das armas Seara o Major Santiago, os quaes tomaram posse dos seus cargos; porém só o máu fado d'aquella provincia teria concorrido para semelhantes nomeações. Envolvidas estas duas autoridades nos manejos das facções, que dilaceravam o Pará, foram ambas assassinadas na manhãa do dia 7 de Janeiro de 1835, ficando seus corpos expostos ao ludibrio da canalha até a tarde do mesmo dia, em que foram levados ao cemi-

terio, e sepultados na mesma cova. Em consequencia d'esta revolução foi collocado na Presidencia da provincia o Tenente Coronel de milicias Felix Antonio Clemente Malcher, que se achava preso na fortaleza da Barra, e no commando das armas um traficante de seringas por nome Francisco Pedro Vinagre, que adquiriu depois horrivel celebridade. Por esta occasião lavrou-se uma acta geral, assignada por duzentas e tantas pessoas das mais gradas da capital, em que se reconhecia o governo de Malcher como Presidente da provincia, independente do governo da Regencia, em quanto o Imperador fosse menor.

Não eram passados muitos dias quando o novo Presidente deshouve-se com o intitulado Commandante das armas, sendo a consequencia d'esta desharmonia o assassinato do primeiro no dia 26 de Fevereiro. Pela morte de Malcher ficou Vinagre na inteira posse da autoridade civil e militar do Pará, até que alli chegou em Julho do mesmo anno o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, encarregado da pacificação d'aquella provincia. Vinagre, fingindo toda a submissão ás ordens da Regencia, entregou o mando ao Presidente nomeado; porém, reunindo depois os seus partidarios, veiu atacal-o na propria capital. O Marechal Manoel Jorge, reduzido á uma pequena guarnição, resistiu por alguns dias, vendo-se afinal obrigado a abandonar a cidade, e a retirar-se para a ilha da Tatuoca, onde fixou a sua residencia; até que em fins de Abril de 1836 entregou o governo ao Brigadeiro Soares de Andréa, nomeado Presidente e Commandante das armas da mesma provincia, e retirou-se para o Rio de Janeiro.

O Brigadeiro Andréa, depois de haver mandado occupar a capital pelo Capitão de Mar e guerra Frederico Mariath e Tenente Coronel Joaquim José Luiz de Souza, fez a sua entrada n'aquella cidade no dia 13 de Maio, e desde então occupou-se incessantemente da pacificação do resto da provincia. Os rebeldes Vinagre, Angelim, e outros cabecilhas, tendo fugido para os sertões, foram presos uns após de outros; e d'este modo conseguiu-se, quando não completa tranquillidade, ao menos abater as furias d'aquelles perversos, e reduzil-os ao extremo de se entregarem ou de serem anniquilados pelas forças policiaes, que o Presidente ia creando nos lugares submettidos á ordem legal. No anno seguinte o Pará estava quasi todo pacificado.

O Monte Pio geral de economia dos servidores do Estado foi creado no Rio de Janeiro pelo Decreto de 10 de Janeiro de 1835, approvando os seus Estatutos, os quaes foram modificados pelo Decreto de 22 de Junho de 1836, e ultimamente alterados em algumas de suas disposições pelo Decreto de 25 de Abril de 1840.

No dia 7 de Abril de 1835 procedeu-se á eleição do primeiro Regente do Acto addicional, e obteve maioria relativa o Padre Diogo Antonio Feijó. A Regencia Permanente, reduzida a um só membro pela morte de João Braulio Muniz e pela ausencia de José da Costa Carvalho, acabou a sua missão no dia 12 de Outubro do mesmo anno, em que prestou juramento o novo Regente, e assumiu as redeas do governo. Quasi n'estes momentos chegou a noticia da rebellião do Rio Grande do Sul, que havia apparecido no dia 20 de Setembro nas immediações de Porto Alegre, forçando o Presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga a emigrar para a villa do Rio Grande com todas as autoridades da capital. A 25 do mesmo mez publicou o Coronel Bento Gonçalves da Silva um Manifesto, em que expunha as razões do seu inaudito procedimento.

O Presidente Braga, abandonando Porto Alegre, não se pôde sustentar no Rio Grande, e retirou-se para o Rio de Janeiro, levando comsigo os cofres publicos e o que pôde salvar da capital; deixando os rebeldes já senhores de todos os pontos principaes, por haver o Commandante das armas, o Marechal Sebastião Barretto, emigrado tambem para Montevidéo. O Regente Feijó, apreciando mal as causas d'aquella rebellião, contentou-se com enviar para suffocal-a um novo Presidente, acompanhado do poderoso cortejo de uma proclamação. Todavia, o Presidente nomeado José de Araujo Ribeiro logrou tomar posse, e ganhando-se um dos caudilhos rebeldes, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, fel-o pronunciar-se pela ordem legal, formando logo um corpo de tropas para combater a mesma rebellião.

A Academia de Medicina do Rio de Janeiro tinha começado por uma simples reunião de Medicos e Cirur-

giões, no dia 28 de Maio de 1829, debaixo do titulo de *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.* O Decreto de 13 de Janeiro de 1830, approvando a reunião, veiu confirmar-lhe o titulo; seguindo-se depois a instalação publica como tal no dia 24 de Abril do mesmo anno de 1830. Esta mesma Sociedade foi então elevada a categoria de Academia Imperial de Medicina pelo Decreto de 18 de Maio de 1835, e debaixo d'este titulo foi solemnemente inaugurada, no dia 21 de Dezembro do mesmo anno, no Imperial Paço da Cidade pelo Ministro do Imperio A. P. Limpo de Abreu, em presença do Imperador ainda menor, da Côrte, e de um luzido concurso das mais illustres pessoas da Capital.

No dia 24 de Agosto de 1835 instalou-se a Sociedade Philo-Harmonica do Rio de Janeiro, a qual tem continuado até o presente com o mesmo explendor; e á ella se deve esse gosto depurado pela musica, que hoje se observa na capital do Imperio.

Carta de lei de 30 de Outubro d'este mesmo anno reconhecendo a Senhora D. Januaria como Princeza Imperial e Successora do Throno do Brasil, depois do Senhor D. Pedro II e de sua legitima descendencia.

No dia 13 de Dezembro do mesmo anno deu principio aos seus trabalhos a Sociedade de Colonisação do Rio de Janeiro em uma das salas da Academia militar.

1836.

A guerra civil estava ateada no Rio Grande do Sul, e os rebeldes senhores da capital da provincia. O Presidente Araujo Ribeiro conservava-se na villa do Rio Grande, onde tinha tomado posse. Uma força do governo, ao mando do Coronel Albano e do Major Marques, foi sorprendida e derrotada pelos rebeldes em Pelotas no dia 6 de Abril, morrendo o primeiro, e ficando o segundo

prisioneiro dos mesmos rebeldes. Sem embargo, o subsequente pronunciamento da cidade de Porto Alegre, no dia 15 de Junho do mesmo anno, subtrahindo-se do poder dos rebeldes, mudou a situação do governo da provincia, que logo se foi estabelecer n'aquella capital.

Este revez, habilmente aproveitado por Bento Manoel, trouxe em resultado o combate do Fanfa, (durante os dias 2, 3 e 4 de Outubro de 1836) no qual Bento Gonçalves foi derrotado e preso, e a rebeldia esteve quasi agonisando; porém a imprudente demissão de Araujo Ribeiro veiu dar alento aos rebeldes, e procrastinar a lucta indefinidamente. Foi tal o clamor contra esta demissão, que o Regente viu-se obrigado a reintegrar o Presidente demittido; mas já havia elle por este passo perdido toda a sua força moral, em quanto que esta mudança tinha posto em desconfiança o Brigadeiro Bento Manoel, Commandante das armas, contra o qual existiam sérias apprehenções. No anno seguinte referiremos o resultado d'esta imprudente medida.

No dia 31 de Maio de 1836 prestou a Serenissima Senhora D. Januaria, como Princeza Imperial, na Camara dos Senadores o juramento prescripto pelo artigo 106 da Constituição, em virtude da Carta de lei de 30 de Outubro do anno anterior, que a declarou Successôra do Throno do Brasil, depois do Senhor D. Pedro II e de sua legitima descendencia.

1837.

O Regente, dando credito a boatos adrede espalhados, demittiu de novo Araujo Ribeiro da presidencia do Rio Grande do Sul, e nomeou para succeder-lhe o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito. O procedimento impolitico de Antero para com o seu antecessor, forçando-o a sahir da provincia, pôz em jogo as desconfianças de Bento Manoel, e deu ganho de causa aos rebeldes; sendo a consequencia d'isto a prisão do mesmo Antero, no dia 23 de Março de 1837 no passo de Tapevy, pelo referido Commandante das armas Bento Manoel, que por este acto de deslealdade viu-se obrigado a abraçar de

novo a causa da rebellião; resultando d'ahi a immediata perda de Cassapava, e de toda a força, que commandava o Coronel João Chrisostomo, no dia 8 de Abril.

Desde esse momento a provincia ficou entregue ao patriotismo de alguns chefes Imperiaes, que, fieis aos seus juramentos, trataram logo de reunir os seus esforços para neutralisar tão horrivel desastre. Este acontecimento, porém, trocou inteiramente a posição respectiva dos rebeldes e dos Imperiaes, tornando a d'estes tão precaria como era até alli a dos rebeldes. O Governo desorientado com tão inesperado successo, sem saber a que attribuil-o, nomeou para Presidente a um tal Feliciano Nunes Pires, que não tinha a seu favor senão algumas relações na provincia: mesquinha condição para uma autoridade, que devia reorganisar o partido do governo, desmantelado pela prisão do Presidente, e pela defecção do Commandante das armas; assim he que nada fez senão augmentar as desconfianças dos Imperiaes em detrimento da causa publica.

O Aqueducto da Prata, ou Encanamento das aguas potaveis para a cidade do Recife de Pernambuco, pertence á uma sociedade particular, composta de accionistas, que começou esta grande obra em 1842. Havendo a lei provincial N.º 46 de 14 de Junho de 1837 autorisado ao Presidente da provincia de Pernambuco para contractar com uma ou mais pessoas o fornecimento de agua potavel para a cidade do Recife, celebrou-se o primeiro contracto no dia 11 de Dezembro de 1838 entre o mesmo Presidente, que então era Francisco do Rego Barros, depois Barão da Boa-Vista, e os cidadãos Bento José Fernandes Barros, Manoel Coelho Cintra, e Francisco Sergio de Matos, os quaes se obrigaram a formar uma Companhia no prazo de seis mezes, afim de apresentar ao governo o projecto geral das obras, e de leval-o a effeito dentro do tempo marcado no referido contracto.

Sendo o espaço de tempo, concedido para o privilegio exclusivo, de 35 annos sómente, depois de formada a Companhia, requereu esta augmento d'esse mesmo periodo como indemnisação do prejuizo, que ella tinha de soffrer com a entrega de todas as obras construidas no fim d'aquelle prazo, e o Presidente da provincia, autorisado pelo art. 50 da lei provincial N.º 87 de 6 de Maio de 1840,

fez um novo contracto com a citada Companhia, aos 31 de Março de 1841, pelo qual lhe foi concedida a prorogação de mais 20 annos, alem dos 35 do primeiro contracto, perfazendo no todo o espaço de 55 annos, que tinha de durar o privilegio, isentando ao mesmo tempo a Companhia da clausula do primeiro contracto, que obrigava os contractadores a fornecer gratuitamente agua as repartições publicas.

A Assembléa geral legislativa, tendo em consideração as grandes despezas, que a Companhia tinha de fazer com a obra d'este Encanamento, isentou do pagamento dos direitos de importação, pelo art. 26 da lei N.º 243 de 23 de Novembro de 1841, os canos e mais generos, que viessem de fóra do Imperio para construcção dos novos aqueductos. O art. 39 da lei provincial N.º 110 de 29 de Abril do mesmo anno autorisou o Presidente da provincia a comprar 600 acções da Companhia de Bebiribe, realisando as prestações de 10 por cento na fórma dos Estatutos da mesma Companhia, sendo o redito das acções applicado á compra de novas acções. Finalmente a Companhia formou e approvou, com data de 10 de Maio de 1843, os seus Estatutos pelos quaes se rege.

Superior ao grande açude de Apipucos, situado em um pequeno valle 5:000 braças ao N. O. do Recife, existia um precioso manancial, chamado o pequeno açude da Prata, cujo volume de agua, que se conserva sempre pura, he calculado em 16 palmos cubicos em cada segundo. D'esta fonte perenne he que se fez o aqueducto para a cidade, formando-se em torno d'ella o tanque ou Caixa d'agua, que deve prover os Chafarizes e de mais reservatorios destinados ao consumo da população. Feitos os trabalhos preparatorios foi lançada a primeira pedra da Caixa d'agua do açude da Prata no dia 7 de Setembro de 1842, em presença do Presidente da provincia Barão da Boa-Vista, do Bispo Diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão, dos Directores da Companhia, e de muitas outras pessoas distinctas, convidadas expressamente para assistirem á solemnidade d'este grande acto. A Caixa d'agua da Prata, ou grande reservatorio, foi concluida em seis mezes de continuo trabalho.

O plano do Encanamento foi feito pelos Coroneis de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro d'Alcantara Bellegarde, e a sua execução confiada aos mestres Augusto Kersteng e André Wilmer. No dia 27 de Novembro de 1843 collocaram-se os primeiros quatro canos de ferro para fazer a experiencia da compressão das aguas no grande reservatorio da Prata, em quanto se continuava

no trabalho do aterro atravez do grande açude, sendo preciso muitas vezes reparal-o porque se desmoronava pela base fangosa do mesmo açude, que não consentia o peso enorme d'essa massa de terra, até que se consolidou á custa de immenso trabalho e perseverança. Esta grande obra consumiu, pelas difficuldades do terreno, grande parte do tempo, de sorte que só em Novembro de 1844 he que começou o assentamento dos canos de ferro, debaixo da direcção do Engenheiro David W. Bowman, em continuação dos quatro primeiros collocados um anno antes.

Em quanto se trabalhava no Encanamento da Prata, construia-se ao mesmo tempo a Caixa d'agua da Boa-Vista, situada na rua dos Pires, debaixo da direcção do mestre pedreiro A. Wilmer. Este segundo reservatorio tem capacidade para 90 mil barris, contendo cada barril dois palmos cubicos de agua pouco mais ou menos. Presume-se com sufficiencia para abastecer por quatro dias a cidade, pois que, por todos os dados recolhidos com esmero, o consumo de agua no Recife regula diariamente por 22 mil barris. Estão collocados até a data, em que escrevemos este artigo, 3:801 canos de ferro desde o açude da Prata até a Soledade, e todo o Aqueducto levará de um a outro reservatorio, isto he, desde o açude até a Caixa d'agua da Boa-Vista, quatro mil canos, comprehendendo torneiras e respiradores.

Cada cano de ferro tem 13 palmos de comprido e 12 pollegadas inglezas de diametro, e por isto póde calcular-se exactamente em 5:200 braças a extensão da linha do Encanamento até a Caixa d'agua ou reservatorio da Boa-Vista: he a mais importante obra de utilidade publica, que existe no Brasil. O mais difficil está feito, e a agua está ja na Cidade; agora só falta o que pertence ao ornato e belleza da obra, que são os Chafarizes, porque os ramaes para os differentes bairros são de pouco trabalho e de facil execução. Asseveram-nos que os Chafarizes ou Fontes das praças principaes são de um gosto depurado, tendo-se mandado vir da Italia expressamente toda a cantaria com os competentes modelos. Estas obras darão por certo um novo realce á nossa bella cidade.

Entretanto o Regente, luctando contra estas difficuldades, e com uma opposição poderosa na Camara dos Deputados, tinha perdido toda a força moral, e se achava

cercado de mil tropeços, que a cada passo empeciam a sua marcha. Contrariado em suas convicções, e persuadido de que já não podia fazer ao paiz todo o bem que lhe havia promettido, tomou a nobre resolução de resignar o poder no dia 19 de Setembro de 1837, chamando para substituil-o, na fórma da Constituição, ao Senador Pedro de Araujo Lima, a quem no dia anterior havia nomeado Ministro do Imperio. No mesmo dia tratou o Regente interino de formar outro gabinete, composto dos membros mais influentes da opposição na Camara dos Deputados.

Todos os elementos de desordem, que se tinham agglomerado debaixo da administração do Padre Feijó, estavam dispostos a fazerem a sua explosão, quando a renuncia do cargo de Regente veiu desfazer a tempestade em muitas partes; porém já era tarde para a Bahia, onde no dia 7 de Novembro do mesmo anno rebentou uma revolução de caracter bem assustador, com quanto no principio se acobertassem os revoltosos com o manto da monarchia, invocando o nome do Senhor D. Pedro II para quando chegasse a sua maioridade. Sem embargo, a gente grada da provincia e a população do Reconcavo se pronunciaram immediatamente contra semelhante revolta, armando-se para repellir os rebeldes no caso de que sahissem da cidade.

Decreto de 2 de Dezembro de 1837 convertendo o antigo Seminario dos meninos orphãos de S. Joaquim em Collegio de educação secundaria, debaixo da denominação de — *Collegio de Pedro II.* — Feitos todos os arranjos necessarios com a maior presteza foi o mesmo Collegio aberto solemnemente no dia 1.º de Maio de 1838, debaixo da direcção do Rvm. Bispo de Anemuria, seu primeiro Reitor.

1838.

O governo do Regente occupava-se seriamente com os negocios do Rio Grande do Sul, para onde tinha mandado o Brigadeiro Antonio Elisiario de Miranda e Brito como Presidente e Commandante das armas, quando recebeu a

noticia da revolução da Bahia, que vinha sobre maneira complicar a sua posição, porque foi mister distrahir uma Brigada de tropas de Pernambuco destinada para aquella provincia. Todavia essas tropas chegaram tão a tempo a Bahia, que os rebeldes foram completamente batidos nos dias 16, 17 e 18 de Março de 1838 depois de alguma resistencia, e de haverem começado a incendiar a cidade por diversas partes. Presos os cabeças, e destruida por este modo a revolta, a capital e a provincia entraram na ordem legal, e restabeleceu-se a tranquilidade publica.

Porém quando este triumpho começava a produzir os seus effeitos, veiu neutralisal-os a noticia do combate e derrota, que haviam soffrido as armas Imperiaes no Rio Pardo em 30 de Abril do mesmo anno: perda irreparavel para o Governo, porque foi alentar os rebeldes, e dar-lhes meios de continuar a lucta pelos recursos, que encontraram na villa do Rio Pardo. Mil e duzentos homens, commandados pelo Marechal Barreto, e Brigadeiros Cunha e Calderon, foram alli sacrificados pela mais estupida operação militar, que imaginar-se póde, além do armamento e munições de guerra, que tudo cahiu em poder dos rebeldes. Eis-ahi outro traço caracteristico da actual physionomia do nosso paiz: o chefe, que levou pela mão as nossas melhores tropas ao matadouro do Rio Pardo, ficou impune, nem se quér respondeu a um Conselho de guerra!!

Além d'isto Bento Gonçalves, que tinha sido mandado para uma fortaleza da Bahia, ainda em tempo da administração do primeiro Regente do Acto addicional, logrou evadir-se d'alli no dia 10 de Setembro de 1837, e voltar para o Rio Grande, onde reassumiu de novo suas funcções de Presidente da republica, dando com sua presença impulso á rebellião. Outro facto, que muito devia contristar o governo, com quanto apparecesse isolado, e sem fim algum politico, foi o assassinato do Presidente do Rio Grande do Norte Manoel Ribeiro da Silva Lisboa no dia 11 de Abril de 1838. A todos estes acontecimentos do anno de 1838 veiu ainda reunir-se a sedição de Raymundo Gomes, que rompeu no dia 14 de Dezembro do mesmo anno na villa da Manga do Iguara, Comarca de Itapicurú-merim, da provincia do Maranhão; a qual appareceu sem nenhuma mostra do grande desenvolvimento, que tomou no anno seguinte.

Ordenando o artigo 70 da Constituição que as leis, depois de assignadas pelo Imperador, referendadas pelo Secretario de Estado competente, e selladas com o sello do Imperio, fossem guardados os seus originaes no Archivo publico, mandou o Governo, pelo Regulamento de 2 de Janeiro de 1838, que o dito Archivo publico se estabelecesse provisoriamente na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

O Regulamento do 1.º de Janeiro do mesmo anno de 1838, alterado pelo Decreto de 28 de Novembro de 1842, estabeleceu a maneira pela qual os actos, tanto do Poder legislativo como do Executivo, devem ser numerados, impressos e distribuidos pelas competentes estações, onde se hão de executar.

No dia 6 de Abril de 1838 falleceu na povoação de S. Domingos, do outro lado da bahia do Rio de Janeiro, o Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, ex-Tutor do Senhor D. Pedro II. Morreu no mesmo dia em que, sete annos antes, tinha sido nomeado pelo Senhor D. Pedro I Tutor de seus Augustos Filhos. Seu corpo embalsamado foi depositado nas catacumbas da Ordem terceira do Carmo, donde foi trasladado para a cidade de Santos, sua patria, por disposição testamentaria.

O Monte de Soccorro no Rio de Janeiro, formado por uma associação de accionistas, principiou as suas operações no dia 18 de Maio de 1838, em virtude dos seus Estatutos organicos de 11 de Abril do mesmo anno. Este estabelecimento he todo particular, e não interveiu n'elle acto algum do governo, nem do poder legislativo.

No dia 21 de Outubro de 1838 foi solemnemente instalado o Instituto Historico Geographico Brasileiro sob os auspicios da Sociedade auxiliadôra da industria nacional. Os seus Estatutos, apresentados na sessão de 25 de Novembro do mesmo anno, foram approvados pelo Governo Imperial por Aviso de 4 de Abril do anno seguinte. No mesmo mez de Abril de 1839 começou a publicar o mencionado Instituto um repertorio periodico

debaixo do titulo de — Revista trimensal de Historia e Geographia — e tem continuado até o presente, formando um volume em cada anno.

1839.

O Governo da Regencia, com grande apoio nas Camaras, achava-se sem embargo contrariado no Rio Grande do Sul pela má direcção da guerra contra os rebeldes, e todavia de ninguem podia queixar-se com justiça senão de si mesmo. O desgraçado revez do Rio Pardo em Abril do anno anterior nem se quér tinha produzido uma salutar previdencia, e o governo parecia *emperrado* em seus planos á cerca d'aquella malfadada provincia. Foi ainda mister mais um revez para abrir os olhos, e ver que a provincia se perdia se não mudasse de administração.

Com effeito a perda de duas canhoneiras imperiaes, tomadas pelos rebeldes no passo do Contracto, no dia 31 de Janeiro, e a retirada precipitada do Marechal Antonio Elisiario, chamada do Cahy, no dia 2 de Fevereiro, fizeram desvanecer toda e qualquer esperança de vantagem n'essa campanha, e dal-a por concluida em favor dos rebeldes. Finalmente foi demittido o Marechal Elisiario em Maio e substituido na presidencia pelo Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, e no commando das armas pelo Tenente General Manoel Jorge Rodrigues, o qual durante o resto d'este anno apenas se occupou de dar uma nova organisação ao exercito, sem tentar nenhuma operação, que podesse comprometter a sorte da seguinte campanha.

Os rebeldes do Rio Grande, aproveitando-se das faltas e erros dos agentes do Governo, tinham invadido o Municipio de Lages na provincia de Santa Catharina, depois de haverem occupado a Serra e os campos da Vaccaria; mas isto não lhes bastava: tinham necessidade de um porto, e dirigiram-se contra a Laguna, que occuparam sem a menor resistencia no dia 23 de Julho de 1839. O chefe rebelde David Canavarro, approveitando a situação favoravel de um porto de mar, tratou immediatamente

de armar algumas embarcações que alli encontrou, e fez sahir quatro a corso, inquietando a costa, e abordando os navios do commercio.

Os rebeldes já ameaçavam a propria Ilha de Santa Catharina, quando alli chegou como Presidente e Commandante das armas o Marechal Andréa, junto com o Capitão de mar e guerra Frederico Mariath, destinado para commandar toda a força de mar. Mariath, aproveitando um vento de feição, forçou a barra e occupou a villa da Laguna no dia 15 de Novembro do mesmo anno, apezar de alguma resistencia de varias embarcações armadas, e de um Forte, que dominava perfeitamente a entrada. Canavarro tinha abandonado antes a villa, e atravessado o rio muito a seu salvo, em quanto uma forte columna do governo havia permanecido em inacção poucas legoas distante de Laguna. A restauração de toda a provincia foi a consequencia d'este triumpho.

A Associação Commercial da Praça de Pernambuco foi instalada no edificio, em que esteve a antiga Mesa das Diversas Rendas, no dia 1.º de Agosto de 1839. Foi seu primeiro Presidente o Commendador José Ramos de Oliveira. Começou por uma reunião de Negociantes com o fim de estabelecerem uma associação mercantil ou Camara de Commercio debaixo da sancção das autoridades competentes.

Feitos os seus Estatutos, e approvados em assembléa geral com data de 2 Julho do mesmo anno, ficaram estes regendo a Associação, a qual teve por objecto reunir o Corpo do Commercio de Pernambuco em um centro, onde se podessem discutir e combinar os interesses geraes do Commercio d'esta Praça, indagando os vexames e estorvos, que elle soffre, e buscando todos os meios legaes para os remover, fazendo chegar suas representações ao conhecimento do Governo e do Corpo legislativo; abstendo-se, porém, de qualquer ingerencia na politica do paiz (art. 1.º do Cap. 2.º dos seus Estat.).

Durante este anno a revolta do Maranhão tomou tal incremento, que o Governo se viu forçado a lançar mão

de todos os recursos, que lhe offereciam as provincias do Norte, para obstar ao seu progresso; e ainda assim não foi possivel acabar com esses bandos de salteadores, que assolavam os campos e os povoados como um incendio devorador: a cidade de Caxias foi barbaramente saqueada no dia 1.° de Julho. Parece incrivel como individuos sem nenhuma educação, alguns dos quaes não sabiam ler nem escrever, se constituiam chefes d'esses bandos, concitavam os povos á revolta, e reuniam tão consideravel numero de sequazes.

As noticias do Maranhão eram por tanto aterradoras pelo fim do anno de 1839, porque, além dos bandos de Raymundo Gomes, e de outros facinorosos de igual jaez, appareciam partidas de escravos armados debaixo da direcção de um tal *Cosme*, negro muito audaz, que se havia evadido da prisão, e sublevado outros de differentes Fazendas. N'esta conjunctura teve o Governo da Regencia o bom accordo de nomear o Coronel Luiz Alves de Lima Presidente e Commandante das armas d'aquella provincia por Carta Imperial de 12 de Dezembro. Em 4 de Fevereiro de 1840 chegou alli o Coronel Luiz Alves, e desde então começaram os negocios do Maranhão a tomar melhor aspecto. Os rebeldes foram successivamente batidos em varios encontros, tanto na provincia do seu mando, como nas do Piauhy e Ceará, para onde affluiram acossados pelas tropas do Maranhão.

Sem embargo, a marcha d'estes felizes acontecimentos era bem lenta, não só pela vasta extensão do paiz como pela falta de recursos no centro da provincia, de sorte que não offerecia nos primeiros mezes do anno de 1840 as vantagens que apresentou depois. Todavia achavam-se os rebeldes desacorçoados, quando chegou o Decreto de 22 de Agosto, pelo qual o Imperador houve por bem conceder uma amnistia geral para todos os crimes politicos. Com esta medida, destramente manejada pelo Coronel Luiz Alves de Lima, conseguiu elle pôr termo áquella lucta no principio do anno de 1841. Dest'arte concluiu a sublevação do Maranhão (que durou mais de dois annos) pela apresentação de alguns chefes e prisão de outros, que foram finalmente confinados para diversas provincias por ordem do governo.

1840.

Corria o anno de 1840, quando de costume se reuniu a Assembléa geral, e deu começo a seus trabalhos. Uma

serie de factos inexplicaveis tinha feito conceber graves apprehensões a respeito da provincia do Rio Grande, e a do Maranhão não offerecia tão pouco nos primeiros mezes d'este anno as vantagens, que apresentou depois; de sorte que no principio da sessão legislativa o aspecto politico do Brasil não era de maneira alguma lisongeiro. N'este estado de incerteza era muito natural que os partidos se encarassem, e medissem as suas forças: um passo imprudente provocou a crise, e ella appareceu.

No dia 12 de Maio o Deputado Honorio Hermeto Carneiro Leão propôz uma emenda ao voto de graças para que se supprimissem as palavras—*e vendo com prazer approximar-se a Maioridade de V. M. I.* — No dia 13 appareceu no Senado o projecto declarando *Maior* o Senhor D. Pedro II. A emenda do Deputado Carneiro Leão deu lugar a longa e calorosa discussão, que durou até o dia 20, em que cahiu no Senado por uma maioria de dois votos o projecto da *Maioridade*. No dia 18 tinha o mesmo Deputado offerecido na respectiva Camara um projecto propondo a reforma do art. 121 da Constituição; a lucta estava por tanto encetada, e não era possivel prescindir dos seus resultados.

Corriam as cousas d'este modo, quando no dia 3 de Julho o Deputado Alvares Machado aventou a idea da illegalidade do governo do Regente, proposição que abalou muitas convicções. No dia 10 entrou em discussão o projecto da reforma do art. 121 da Constituição, e desde esse dia até 21 as sessões foram quasi sempre calorosas. O Deputado Carneiro Leão tinha retirado o seu projecto no dia 18, e n'aquelle momento se teria proclamado a *Maioridade* do Senhor D. Pedro II, se o Deputado Limpo de Abreu não propozesse o adiamento da questão para a sessão immediata.

A sessão do dia 20 de Julho foi talvez a mais tempestuosa desde que temos Camaras, não em razão do conflicto dos partidos, mas em consequencia de um incidente imprevisto provocado pelo Deputado Navarro. No mesmo dia apresentou o Deputado Martim Francisco um projecto, em que o Senhor D. Pedro II era declarado *Maior* desde já. Este projecto, assim como uma indicação do Limpo de Abreu, foi remettido a uma Commissão especial para dar o seu parecer. No dia seguinte apresentou o Deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada outro projecto igual ao de seu irmão, e foi julgado urgente, adiando-se o parecer da Commissão, que propunha se convidasse o Senado para tratar da questão em Assembléa geral.

No dia 22 leu-se um officio, em que o Senador Bernardo Pereira de Vasconcellos participava á Camara estar nomeado Ministro do Imperio, e em seguida o Decreto pelo qual o Regente adiava a Assembléa geral para 20 de Novembro do mesmo anno. Depois d'esta leitura o tumulto na sala e nas galerias subiu de ponto, e não foi possivel mais que ninguem se entendesse. Esta scena de agitação terminou-se na Camara sahindo os Deputados propugnadores da *Maioridade* para o Senado, onde, reunidos com alguns membros d'esta Camara, resolveram mandar uma Deputação ao Imperador para expôr-lhe os perigos que corria o paiz, e pedir-lhe que tomasse as redeas do governo.

O Imperador, depois de ouvir a Deputação, declarou que queria ser acclamado já, e ordenou ao Regente, que tambem se achava alli presente, que convocasse a Assembléa geral para o outro dia. Com esta lisongeira resposta voltou a Deputação ao Paço do Senado, e pelas quatro horas da tarde chegou o Decreto convocando a Assembléa geral para o dia seguinte. Com effeito no dia 23 de Julho, aberta a sessão da Assembléa geral no Paço do Senado, foi o Senhor D. Pedro II proclamado em *Maioridade* para entrar desde já no exercicio dos seus direitos magestaticos. Chegando o Imperador as tres e meia da tarde, prestou de joelhos o juramento prescripto no art. 103 da Constituição, e retirou-se depois para o Paço da cidade com as Princezas suas Augustas Irmãas.

No dia 24 formou o Senhor D. Pedro II o seu primeiro Gabinete. Seguiram-se muitas felicitações por parte do povo e de diversas corporações, e o Brasil todo recebeu com enthusiasmo verdadeiramente patriotico o acto solemne da declaração da Maioridade, como medida de salvação publica, exigida pelas circumstancias imperiosas do momento. No dia 22 de Agosto houve por bem o Imperador conceder uma amnistia geral para todos os crimes politicos, acompanhando o Decreto, que a outorgava, uma Proclamação aos rebeldes do Rio Grande chamando-os de novo ao gremio da sociedade brasileira.

O Marechal Andréa tinha recebido ordem do governo para formar em Santa Catharina uma divisão, que devia cooperar na proxima campanha do Rio Grande de accordo com o General em chefe d'aquelle exercito; porém, como não fosse bastante forte para obrar por terra, enviou dois

batalhões por mar para reforçar as tropas, que mandava o Tenente General Manoel Jorge Rodrigues. Este reforço chegou tarde, e havendo-se demorado as operações por causa d'essa falta, o resultado foi que os rebeldes tiveram tempo de reunir as suas forças para tentar o passo do Taquary, onde houve um encontro casual com uma das brigadas do exercito Imperial (no dia 3 de Maio de 1840), do qual pouca ou nenhuma vantagem obtivemos. Os rebeldes voltaram a occupar suas posições entre a Capella e Porto Alegre, e o General Manoel Jorge foi invernar em Santo Amaro, destacando para Missões o Coronel Loureiro com a sua brigada de Cavallaria, em quanto dispunha do resto d'esta arma para fazer frente a Crescencio, que se achava situado em Monte Alegre.

Constando ao Governo a desintelligencia, que existia entre o Presidente da provincia Saturnino de Souza e Oliveira e o General Manoel Jorge Rodrigues, demittiu a ambos, e os substituiu pelo Marechal Andréa, o qual chegou a Porto Alegre no dia 26 de Julho, e tomou posse no dia immediato. Os rebeldes porém não tinham ficado em inacção depois do encontro do Taquary, e reunindo mil e duzentos homens, debaixo do mando de Bento Gonçalves e de Canavarro, vieram atacar a villa de S. José do Norte no dia 16 do mesmo mez de Julho. O combate foi renhido por muitas horas, em que a guarnição da villa obrou prodigios de valor. Depois de haverem os rebeldes tomado duas baterias, atacaram o quartel do 2.º batalhão de caçadores, d'onde foram repellidos com grande mortandade, retirando-se a final do recinto da mesma villa, que já haviam occupado: a nossa perda foi tambem consideravel.

O Gabinete de Julho enviou em missão particular ao Rio Grande o Deputado Francisco Alvares Machado, levando o Decreto de Amnistia de 22 de Agosto, e uma Proclamação do Imperador, na qual expunha com candura suas vistas paternaes a respeito d'aquelles subditos descarreados, chamando-os de novo ao gremio da sociedade brasileira; porém desgraçadamente suas vozes não foram ouvidas, e a rebellião continuou como d'antes sua carreira de iniquidades e desatinos. Sem embargo foi demittido o General Andréa, e substituido na presidencia pelo mesmo Deputado Alvares Machado, e no commando do Exercito pelo Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, os quaes tomaram posse no dia 30 de Novembro. O novo Presidente, desenganado do nenhum effeito da amnistia e da Proclamação do Imperador, rompeu com os rebeldes a sua missão de paz no dia 8 de Dezembro, e no dia 10 começaram de novo as hostilidades conforme o plano in-

dicado pelo General Andréa, mas sem nenhum resultado favoravel.

Tendo fallecido o Bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho no dia 27 de Janeiro de 1833, reuniu-se o Cabido, e elegeu por unanimidade o Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal Vigario Capitular; porém morrendo este no dia 11 de Abril de 1838, reuniu-se de novo o Cabido no dia 17, e sahiu eleito Vigario Capitular o Monsenhor Narcizo da Silva Nepomuceno, então Conego da mesma Imperial Capella. Governou o Bispado até o dia 27 de Abril de 1840, em que tomou posse da Diocese D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, natural de Pernambuco, 9.º e actual Bispo do Rio de Janeiro, e Conde de Irajá.

Em virtude do art. 107 da Constituição marcou o Decreto de 28 de Agosto de 1840 a dotação de S. M. I. o Senhor D. Pedro II em oitocentos contos de réis annuaes. A dotação da Imperatriz, quando se verificasse o casamento de S. M., seria de noventa e seis contos; no caso porém de viuvez, sua pensão ou arrhas será de cincoenta contos: artigos 1.º e 2.º do referido Decreto.

No mesmo Decreto de 28 de Agosto, artigos 3.º, 4.º e 5.º, estão marcados os alimentos devidos ao Principe Imperial, ao do Grão-Pará, e aos de mais Principes e Princezas da Familia Imperial. Os arts. 1.º e 12 da lei de 29 de Setembro do mesmo anno de 1840 estabelecem os dotes das Serenissimas Princezas D. Januaria e D. Francisca, e o art. 11 da mesma lei marcou a quantia de setecentos e cincoenta contos de réis para quando se houvesse de realisar os seus consorcios.

Já, pelo Decreto de 19 de Junho de 1839, se havia concedido uma prestação annual de cincoenta contos de reis a S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança viuva do Sr. D. Pedro I.

1841.

Os negocios do Rio Grande, cada vez mais complicados, foram causa de uma crise para o Ministerio de Julho. O

Ministro dos Negocios Estrangeiros Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho exigia a demissão do Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, que os seus collegas sustentavam no mando do exercito do Rio Grande; e tendo prevalecido em Conselho a opinião do primeiro, deram os outros Ministros as suas demissões, que foram aceitas, ficando encarregado o mesmo Ministro dos Negocios Estrangeiros de organisar novo Gabinete no dia 23 de Março.

Como consequencia d'esta mudança appareceram logo as demissões do Presidente e do Commandante das armas do Rio Grande, sendo substituidos, o primeiro pelo Dr. Saturnino de Souza e Oliveira (por segunda vez) irmão do Ministro Aureliano, e o segundo pelo Brigadeiro Conde do Rio Pardo, que por nimia precaução, e a titulo do que *devia fazer*, foi logo agraciado com o posto de Marechal de Campo effectivo. A conducta do Conde do Rio Pardo, durante mais de anno que teve o titulo, o soldo e as honras de General em chefe do exercito do Rio Grande, forma ainda outro traço caracteristico da physionomia actual do nosso paiz.

Tendo-se annunciado para o mez de Maio d'este anno a Sagração e Coroação do Sr. D. Pedro II, trabalhou-se com assiduidade nos preparos necessarios; mas não sendo possivel concluil-os para esse tempo, espaçou-se a solemnidade do acto para 18 de Julho, dia em que o Rio de Janeiro presenciou pela terceira vez tão Augusta ceremonia, da qual daremos um resumido esboço.

A varanda, construida para a Coroação do Sr. D. Pedro II, estendia-se desde o adro da Capella Imperial até o Passadiço com 310 palmos de extensão, e continha no centro o Templo, cujo peristylo era de seis columnas corinthias, com um corpo saliente semicircular, onde appareceu o Imperador para ser acclamado. Seguiam-se do Templo duas galerias lateraes, que iam prender-se aos dois pavilhões extremos, um que se chamou do Prata, outro do Amasonas. As galerias lateraes do Templo eram da Ordem dorica: os pavilhões faziam uma continuação da mesma Ordem das galerias.

O aspecto geral do monumento parecia simples, porém os ornatos eram do mais depurado gosto, e bem acabados. O Throno Imperial he sem duvida o primeiro que o Brasil viu com tanta magestade, riqueza e elegancia. Qua-

renta e tres lustres, 200 arandellas, 25 alampadas, e uma infinidade de globos pendiam do tecto d'esta vasta galeria: ricas alcatifas se estendiam por toda a sua superficie até as escadas.

As onze horas da manhãa do dia 18 de Julho de 1841 determinou o Sr. D. Pedro II que seguisse o Cortejo para a Capella Imperial; um quarto de hora depois chegou S. M. ao Passadiço, onde o esperava o Corpo diplomatico. A este tempo já tinham apparecido na varanda o manto do Fundador do Imperio e a Espada Imperial do Ypiranga, e ja as tropas estavam em continencia.

S. M. seguiu pela mesma varanda, e foi recebido na porta da Igreja pelo Bispo Capellão-mór e Cabido: ia vestido de Cavalleiro com o manto do Cruzeiro. Depois de fazer oração na capella do Sacramento, foi conduzido por uma deputação de seis Bispos ao Throno, e d'alli pela mesma deputação ao Presbiterio, onde foi recebido pelo Arcebispo metropolitano, e ungido no pulso do braço direito e nas espaduas.

Depois de ungido, revestiu-se S. M. com as vestes Imperiaes, e subiu ao Throno, d'onde ouviu a missa. Avisado pelo Mestre de Ceremonias baixou do Throno, e dirigiu-se ao Altar, e alli recebeu de mãos do Celebrante as Insignias Imperiaes. Voltou depois ao Throno, onde se conservou sentado durante o *Te Deum*. Findo o Sermão desfilou o Cortejo para a varanda.

O Sr. D. Pedro II, logo que chegou ao adro, foi saudado por immensos vivas do povo apinhoado no largo do Paço. Tendo chegado ao Templo da varanda, subiu S. M. ao Throno, e alli foi comprimentado pelo Cabido, pelos Reverendos Bispos, que assistiram a Sagração, e pelo Excellentissimo Sagrante.

Finda esta ceremonia, desceu S. M. do Throno, e veiu apresentar-se em frente das columnas do Templo. O Rei de Armas, alçando a mão direita, bradou: *ouvide, ouvide, estai attentos!* e o Alferes-mór repettiu por tres vezes: *Está sagrado o Muito Alto e Muito Poderoso Principe o Sr. D. Pedro II por Graça de Deos, e unanime acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Viva o Imperador!* fazendo fluctuar ao mesmo tempo o Estandarte Imperial de um para outro lado.

Depois das acclamações geraes, com que foram acolhidas estas palavras, deram-se as descargas do estylo, e o Imperador recebeu então o cortejo de todas as pessoas, que se achavam nas galerias e nos dois pavilhões. Em seguida retirou-se S. M. á sala do Throno do Paço, onde recebeu as felicitações das Damas, e depois recolheu-se

ao seu aposento. Por cinco dias e cinco noites successivas foram os salões da varanda e do Paço visitados por um immenso concurso do Povo.

As provincias do Norte, durante este anno, soffreram os effeitos de uma reacção pela mudança do Ministerio e da politica do Gabinete de Julho; porém não se creia que houve uma crise moral, porque a nossa politica não he de principios: houve sim uma mudança no pessoal, e uma reacção de odios e de vinganças, assignalada por factos bem deploraveis. O Presidente da Parahyba Pedro Rodrigues Fernandes Chaves escapou de uma emboscada, d'onde lhe dispararam tres tiros no dia 21 de Agosto, ficando levemente ferido, e o Major João Facundo de Castro e Menezes, Vice-Presidente do Ceará, foi barbaramente assassinado em sua propria casa no dia 8 de Dezembro. O Maranhão apenas acabava de sahir d'essa lucta tremenda todo coberto de sangue e de andrajos: estava na sua convalescença por effeito da amnistia prudentemente applicada pelo Barão de Caxias.

A Assembléa geral pouco ou nada adiantou na carreira dos melhoramentos do paiz, porque a espectativa e as lograções da Coroação absorveram a melhor parte do tempo. Sem embargo passou a Carta de lei, sanccionada a 5 de Julho, reconhecendo a Sr.ª D. Maria Amelia, filha legitima do Sr. D. Pedro I e da Sr.ª D. Amelia de Leuchtemberg, como Princeza do Brasil; e depois de prorogadas por tres vezes as Camaras (até o dia 21 de Novembro em que se encerraram) tambem passou a final, além da do Conselho d'Estado, a lei das reformas do Codigo do processo criminal, que foi sanccionada no dia 3 de Dezembro.

Em consideração ao disposto nos arts. 46 e 47 §§ 1.º e 2.º da Constituição mandou o Decreto de 18 de Julho de 1841 dar aos membros da Camara dos Senadores o

tratamento de Excellencia, e pelo Decreto de 19 de Janeiro de 1843 se lhes permittiu o uso de uniforme especial; assim como o mesmo uso foi permittido á Camara dos Deputados pelo Decreto de 21 de Abril do mesmo anno de 1843.

Sem embargo do § 2.° do art. 36 da Constituição continúa o recrutamento no Brasil a ser regulado pelas Instrucções de 10 de Julho de 1822 com as alterações das leis de 6 de Outubro de 1835, de 29 de Agosto de 1837, e de 26 de Setembro de 1839, e ultimamente pelo Decreto de 6 de Abril de 1841 e Instrucções da mesma data.

Tendo sido supprimido o Conselho d'Estado, de que trata o Tit. 3.° Cap. 7.° da Constituição, pelo art. 32 do Acto addicional, foi de novo creado outro Conselho d'Estado pela lei de 23 de Novembro de 1841, ao qual se deu o Regulamento provisorio de 5 de Fevereiro de 1842, mandado continuar pelo Decreto de 9 de Setembro do mesmo anno.

1842.

O Musêu nacional do Rio de Janeiro, creado pelo Decreto de 6 de Junho de 1818, foi mandado organisar pela lei de 26 de Setembro de 1840, em virtude da qual, art. 2.° § 13, baixou o Decreto em fórma de Regulamento de 3 de Fevereiro do 1842, dando ao referido Musêu nacional uma organisação accommodada á melhor classificação e conservação dos seus objectos.

No dia 27 de Fevereiro de 1842 dois Tenentes Coroneis Inglezes com quarenta soldados e tres peças de artilharia entraram na aldêa de Pirarára, na provincia do Grão

Pará, expelliram d'ella a guarnição brasileira e o seu missionario, e logo trataram de fortificar-se.

Em Abril do anno seguinte estas mesmas tropas inglezas, que occupavam a aldêa de Pirarara, retiraram-se sendo arrancados os marcos, que o Official, Commissario dos limites por parte do governo da Inglaterra, havia plantado nas embocaduras dos rios Mahú e Tacutú, e em outros pontos do territorio brasileiro, como consta da participação feita pelo commandante militar do Forte de S. Joaquim do Rio Branco ao Presidente da provincia do Pará.

Decreto de 9 de Março de 1842 approvando, em virtude de art. 15 § 2.º da lei de 15 de Novembro de 1831, os novos Estatutos para a Academia militar, pelos quaes se mandou crear n'ella uma Faculdade de Mathematicas e de Philosophia, e uma Cadeira de Direito *militar das Gentes e civil*.

Effectivamente não sabemos ainda se o estabelecimento melhorou voltando pouco mais ou menos ao que era na sua creação; porém o certo he que as reformas, por que tinha passado em virtude dos Decretos de 9 de Março de 1832, de 22 de Outubro de 1833, de 23 de Fevereiro de 1835, e de 14 de Janeiro de 1839, nenhum resultado bom tinham produzido.

Decreto de 12 de Março de 1842, declarando quaes ficam sendo d'ora em diante os dias feriados nas Secretarias de Estado, e nas Repartições administrativas; isto he, que á excepção dos domingos, dias santos de guarda, quinta e sexta feira da semana santa, sómente sejam feriados n'estas Repartições os dias de festividade nacional, e os de grande gala.

O Gabinete de 23 de Março proseguia em sua politica da reorganisação do paiz, fazendo baixar as Instrucções

de 31 de Janeiro para execução das reformas do Codigo do processo criminal, e tomando outras medidas convenientes; mas tinha diante de si um espectro, que o amedrentava: era a sombra da Camara de 1842, que devia reunir-se no dia 3 de Maio: Camara eleita debaixo da influencia do Gabinete de Julho, e por consequencia avessa á politica actual. Com effeito as sessões preparatorias vieram ainda mais confirmar todas as apprehensões do Gabinete de Março á cerca da indole d'esta Camara, e fazel-o tomar a resolução de pedir ao Imperador a sua dissolução.

Um incidente veiu tambem revelar a necessidade de apressar este golpe antes que a nova Camara se constituisse; por cujo motivo baixou o Decreto do 1.º de Maio de 1842 dissolvendo a Camara dos Deputados, e convocando outra para o 1.º de Novembro do mesmo anno. O Relatorio dos Ministros (da mesma data), propondo ao Imperador o referido Decreto do 1.º de Maio, fundava-se todo na irregularidade com que tinham sido feitas as eleições, e sobre tudo pela coacção empregada contra os funccionarios publicos, e pela immoralidade com que se tinham violado as urnas e falsificado as listas dos votantes.

O Decreto de dissolução foi lido perante a Camara entre dez e onze horas da manhãa, e ouvido com o mais profundo silencio. Passada meia hora estavam desertas a Camara e as galerias: nenhum signal houve de desapprovação, sem embargo de ser esta uma medida violenta, e que se empregava pela primeira vez depois da Constituinte. Todavia não estava tudo feito, era mister assegurar as eleições futuras, e com este objecto baixou o Decreto, servindo de Instrucções, de 4 de Maio ordenando a maneira de se proceder nas novas eleições.

Nas provincias de S. Paulo e de Minas existiam outras muitas causas de desgosto, que só necessitavam de um estimulo para fazerem a sua explosão; a dissolução *previa* foi portanto o motivo apparente para o movimento, que appareceu em S. Paulo no mesmo mez de Maio, como diremos em artigo separado. Entretanto as revoluções de Minas e de S. Paulo fizeram retardar as eleições, e por esta causa baixou o Decreto de 27 de Julho, espaçando a reunião das Camaras para o dia 1.º de Janeiro de 1843.

Sem embargo do art. 97 da Constituição, mandando que uma lei regulamentar marcasse o modo pratico das eleições no Imperio, estas ainda se fazem pelas Instrucções de 26 de Março de 1824, alteradas e ampliadas pela Resolução de 29 de Julho de 1828, Lei do 1.º de Outubro, Decreto de 6 de Novembro e Instrucções do 1.º de Dezembro do mesmo anno de 1828, e pelos Decretos de 28 e 30 de Junho de 1830, e de 3 de Setembro de 1832.

Todas estas disposições, porém, foram reformadas e alteradas pelo Decreto, servindo de Instrucções, de 4 de Maio de 1842 n. 157, o qual foi explicado na parte, que diz respeito aos votantes nas eleições primarias, pelo Imperial Aviso de 16 de Setembro do mesmo anno de 1842.

Ultimamente o Aviso de 17 de Julho de 1844 declarou que o Decreto de 4 de Maio de 1842 sómente continuava a regular as eleições dos membros do Corpo legislativo. Resolução de Consulta de 13 de Julho de 1844, communicada por Aviso de 17 do mesmo mez e anno, sustentando a doutrina do Aviso de 16 de Setembro de 1842.

Como dissemos, muitas causas haviam de desgosto em Minas e S. Paulo; a rivalidade entre os partidos tinha chegado ao cumulo da irritação, como que havia proposito em provocar uma aggressão á mão armada. Se tal desejo houve, não se fez por certo retardar a sua satisfação, porque os primeiros assomos de desordem appareceram na cidade de Sorocaba no dia 13 de Maio; mas foi no dia 17 que houve completa explosão, desconhecendo-se a autoridade do Presidente da provincia o Barão de Monte Alegre, e sendo nomeado pelo povo Presidente interino o Coronel de milicias Rafael Tobias de Aguiar. O governo, avisado a tempo, fez embarcar no mesmo dia 17 para Santos o batalhão de Caçadores n. 12 com 700 praças, e no dia 18 partiu por terra o batalhão de fuzileiros. O Barão de Caxias, nomeado commandante das forças de S. Paulo, embarcou para Santos no dia 19.

Os rebeldes sem plano, e guiados sómente pelo odio que votavam ao governo, deixaram-se ficar em Sorocaba, em quanto o Barão de Monte Alegre se fortificava e prevenia na capital até a chegada do Barão de Caxias no dia 21 pela noite. No dia 23 moveu-se o Barão de Caxias com 800 homens sobre as pontes dos Pinheiros e

do Anastacio, cujos pontos occupou; no dia 28 houve um pequeno encontro com os rebeldes, que fugiram aos primeiros tiros. A reacção contra o movimento de Sorocaba começou logo que o governo teve forças para conter os rebeldes enganados em suas esperanças, porque de certo contavam com mais enthusiasmo e menos opposição. Finalmente tendo sido batida em Venda Grande uma columna dos rebeldes no dia 7 de Junho, espalhou-se o desanimo nas suas fileiras; e o Barão de Caxias, aproveitando este ensejo, marchou no dia 11 sobre a cidade de Sorocaba, cujo ponto occupou no dia 20, depois de o haverem os rebeldes abandonado, sem um tiro de espingarda, no dia anterior.

A conducta do Conde do Rio Pardo, deixando-se ficar em Porto Alegre por mais de um anno sem ir apresentar-se á frente do exercito, de que era General em chefe, quasi que obrigou o Governo a demittil-o por Decreto de 21 de Maio de 1842, sendo substituido pelo Brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt no dia 26 de Junho seguinte, em que se lhe devolveu o mando em ordem do dia.

Estas repetidas mudanças eram um flagello para o exercito e para a provincia, e o Governo assentou de pôr-lhes termo, nomeando por Decreto de 24 de Setembro de 1842 ao Barão de Caxias Commandante em chefe do exercito pacificador do Rio Grande do Sul.

Depois de algumas difficuldades, que teve de vencer no Rio de Janeiro, partiu finalmente o Barão de Caxias, na qualidade de Presidente e de General em chefe do Exercito, para a provincia do Rio Grande com todo o seu Estado Maior no dia 29 de Outubro a bordo do vapor *Paquete do Sul*. No dia 6 de Novembro immediato partiu da Côrte, onde se achava, para a mesma provincia do Rio Grande o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, para pôr-se as ordens do Barão de Caxias, que o devia empregar como fosse conveniente.

No dia 9 do mesmo mez de Novembro tomou o Barão de Caxias posse dos seus cargos na cidade de Porto Alegre, e n'esse mesmo dia publicou a sua Proclamação, em que dizia que a Divina Providencia, que d'elle tinha feito um instrumento de paz para a terra, em que nascêra, faria tambem com que podesse satisfazer os dese-

jos do Imperador, restabelecendo a paz n'aquella provincia. O Barão de Caxias cumpriu a sua palavra 28 mezes depois.

Causas iguaes tinham produzido na provincia de Minas os mesmos effeitos, apparecendo o primeiro pronunciamento, como o de Sorocaba, na cidade de Barbacena no dia 10 de Junho: os sediciosos desconheceram tambem a autoridade do Presidente Bernardo Jacinto da Veiga, nomeando em seu lugar ao Veador José Feliciano Pinto Coelho. A revolução em Minas foi mais longa e mais disputada: houve mais enthusiasmo do que em S. Paulo; e sem as promptas e efficazes medidas do governo a rebellião teria creado profundas raizes. Do Rio de Janeiro marcharam logo varios contingentes de tropa sobre os limites da provincia de Minas, e o Barão de Caxias teve ordem, depois de assegurar a provincia de S. Paulo, que acabava de pacificar, de fazer marchar sobre a de Minas todas as forças de que podesse dispôr.

Sem embargo, esses povos não estavam dispostos para uma reacção tão violenta; no dia 20 de Julho evacuaram os rebeldes a Barbacena, e foram reunir-se em S. João d'El-Rei, um dos pontos de mais enthusiasmo. Em um mez justo, de 20 de Junho a 20 de Julho, cahiram em poder do governo os dois centros da rebellião de Minas e de S. Paulo sem um tiro de fuzil. De S. João d'El-Rei marcharam os rebeldes contra a villa de Queluz, que tomaram á viva força no dia 26 de Julho. O Barão de Caxias, tendo chegado ao Rio de Janeiro no dia 23, marchou immediatamente para Minas afim de tomar o mando de todas as forças, e dirigir as operações contra os rebeldes; no dia 2 de Agosto achava-se em Barbacena, e projectava á marchas forçadas ir interpôr-se entre os vencedores de Queluz e a cidade de Ouro Preto, para onde marchavam aquelles depois do triumpho do dia 26 de Julho.

Com effeito o Barão de Caxias por um movimento rapido e feliz, com 700 homens, conseguiu entrar no Ouro Preto no dia 6 de Agosto sem ser molestado, quasi á vista dos rebeldes, que com mais de dois mil homens achavam-se apenas a meia legoa de distancia. Perdidas as esperanças de tomarem a Capital, marcharam os mesmos rebeldes sobre a cidade de Sabará, que occuparam novamente; e depois de fazerem juncção com varias columnas, até o numero de mais de tres mil homens, reti-

raram-se para o Arraial de Santa Luzia. O Barão de Caxias sahiu do Ouro Preto no dia 12 de Agosto com uma columna pela estrada real de Sabará, e mandou outra commandada por seu irmão José Joaquim de Lima pelo caminho da Lapa.

Finalmente no dia 20 de Agosto encontrou-se o Barão de Caxias com os rebeldes, legoa e meia distante do Arraial de Santa Luzia pelas oito e meia da manhãa, e foi forçoso empenhar o combate, que por ultimo se decidiu no mesmo Arraial quasi de noite pela cooperação da columna do Coronel José Joaquim de Lima, e completa debandada das tropas rebeldes. Desde então pôde considerar-se pacificada a provincia de Minas pela prisão da maior parte dos cabeças da rebellião e fuga dos outros. Ficaram prisioneiros 300 rebeldes, entre elles alguns dos chefes mais prominentes como Theofilo Benedicto Ottony, José Pedro de Carvalho, João Gualberto Teixeira de Carvalho, e o Vigario Joaquim Camillo de Brito.

Decreto de 18 de Junho de 1842 suspendendo as garantias no Municipio da Côrte do Rio de Janeiro por espaço de um mez. Em virtude d'esta medida foram presos dentro da cidade, no dia 19, varios individuos conhecidos, e outros deixaram de o ser por não serem achados em suas casas, e tiveram tempo de occultar-se.

Dos individuos presos, e recolhidos á fortaleza de Villegaignon no dia 19, foram seis deportados para Portugal na fragata *Paraguassú*, que deu a vêla no dia 2 de Julho. Os deportados foram o Desembargador Limpo de Abreu, o Dr. Meirelles, França Leite, José Francisco Guimarães, Conego Geraldo, e Francisco de Salles Torres Homem.

Finalmente o Decreto de 17 de Julho prorogou por mais outro mez os effeitos do Decreto de 18 do Junho suspendendo as garantias no Municipio da Côrte.

Decreto de 20 de Junho de 1842 mandando observar as leis militares em tempo de guerra nas provincias de S.

Paulo e de Minas, em quanto nas mesmas provincias existissem forças rebeldes.

Outro de 30 de Setembro determinando, que cessassem os effeitos do Decreto anterior de 20 de Junho nas referidas provincias.

Aviso de 23 de Junho do mesmo anno mandando arrecadar e pôr em boa guarda os bens dos rebeldes de Minas e de S. Paulo, afim de com elles satisfazerem os damnos publicos e particulares, quẽ houvessem causado.

Outro de 4 de Agosto modificando o anterior, e reduzindo o sequestro tão sómente á arrecadação dos bens dos rebeldes, que os houvessem abandonado.

A revolta de Minas, que tinha abrangido varias Comarcas, appareceu por ultimo no municipio de Paracatú no dia 20 de Julho; porém foram sufficientes os Guardas nacionaes do Araxá e Patrocinio, municipios limitrophes, além de 200 homens, que tambem vieram de S. Paulo, para que os sediciosos se dispersassem completamente, achando-se por fim o mesmo municipio tranquillo em Setembro, conforme diz o Presidente de Minas em sua falla de 6 de Outubro á Assembléa Provincial. Sendo esta a ultima reunião dos revoltosos de Minas, depois de dissipada, ficou desde então a provincia completamente tranquilla.

Alguns emigrados do Ceará, reunidos na freguezia do Exú, Comarca da Boa-Vista nos sertões de Pernambuco, tentaram alli um movimento como o de Sorocaba em Julho de 1842; porém sabendo que dos lugares visinhos marchavam contra elles varios destacamentos da Guarda nacional, debandaram immediatamente fugindo em diversas direcções, sendo alguns d'esses sediciosos presos no dia 21 de Agosto junto a villa do Principe na provincia do Rio Grande do Norte por um Capitão da Guarda nacio-

nal da Villa de Flores de Pernambuco. Passando porém os mesmos presos pela dita Villa de Pageú de Flores, foram alli postos em liberdade pelo Coronel Francisco Barboza Nogueira Paz no dia 2 de Setembro, como consta das participações officiaes ao Presidente da provincia, que então era o Barão da Boa-Vista.

O Barão de Monte Alegre, Presidente da provincia de S. Paulo, officiou aos Senadores Paula e Souza, Vergueiro, e Padre Feijó, intimando-lhes que sahissem de S. Paulo para o Rio de Janeiro, por assim o exigir o estado de flagrante agitação, em que se achava aquella provincia. O primeiro escusou-se quanto pôde por doente, e afinal conseguiu ficar; porém o Padre Feijó, que se conservava como preso, e o Vergueiro, foram conduzidos a Santos, e mettidos a bordo do Vapor de guerra *Amelia,* no qual chegaram ao Rio de Janeiro no dia 23 de Julho *anniversario da Maioridade.*

Depois da sua chegada ficaram retidos a bordo do mesmo Vapor até o dia seguinte, em que passaram para o Brigue-Escuna de guerra *Andorinha,* e no dia 25 partiram no mesmo Brigue confinados para a provincia do Espirito Santo, onde desembarcaram, e se conservaram até o mez de Dezembro, em que se lhes permittiu voltar para o Rio de Janeiro afim de tomarem parte nos trabalhos da sua Camara. Para aquella mesma provincia tinha o Padre Feijó, seis annos antes, sendo Regente do Imperio, mandado tambem sem fórma de processo um homem pardo chamado Lafuente, que escrevia um periodico, sob o falso pretexto de que era alli criminoso. Seis annos depois era a sua vez, não sob falso pretexto mas sob o peso de um crime: *altos são os juizos de Deos!!*

No dia 23 de Julho de 1842 chegou ao Rio de Janeiro um Addido da Legação de Austria, trazendo a noticia de haver-se assignado em Vienna, no dia 20 de Maio, o contracto de casamento entre S. M. o Sr. D. Pedro II Imperador do Brasil e a Princeza das Duas Sicilias D. Thereza Christina Maria de Bourbon.

Celebrou-se no dia 8 de Agosto na Capella Imperial um solemne *Te-Deum* em acção de graças por haver S. M. o Imperador ratificado o contracto do seu matrimonio. Depois do *Te-Deum* muitas pessoas gradas, quér nacionaes quér estrangeiras, dirigiram-se ao Paço, onde beijaram a mão a S. M. por tão fausto motivo.

Nota diplomatica do Ministro dos Negocios Estrangeiros do Brasil Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (de 6 de Setembro de 1842), dirigida ao Ministro Plenipotenciario da Inglaterra, deferindo para quando se ultimasse o Tratado existente o tomar em consideração o que a Inglaterra propunha de novo, e accedendo á interpretação que dava o Gabinete inglez ao termo d'aquelle Tratado (até 10 de Novembro de 1844) em quanto os dois Governos antes d'essa época não chegassem a um accordo sobre o verdadeiro tempo da sua terminação.

No dia 7 de Setembro de 1842, anniversario da Independencia, collocou o Sr. D. Pedro II a primeira pedra do Collegio destinado á educação de duzentas filhas orphãas dos servidores honrados do Estado, debaixo da denominação do *Anjo Custodio*, junto a Imperial Quinta da Boa-Vista, em presença da Côrte, do Corpo diplomatico, do Principe Adalberto da Prussia, e de muitas pessoas gradas, que para isto foram convidadas expressamente.

Este Collegio foi creado em virtude do Decreto de 18 de Julho d'este mesmo anno, ás expensas do bolsinho do Imperador, para perpetuar d'este modo, e por uma forma tão generosa e philantropica, a memoria da Sua Sagração e Coroação.

O Principe Adalberto tinha chegado ao Rio de Janeiro no dia 5 de Setembro a bordo da Fragata Sarda *S. Miguel*, e de proposito foi-lhe assignado o dia 7 para a sua apresentação ao Imperador no Paço da Boa-Vista, afim de assistir tambem á solemnidade da primeira pedra do Collegio do *Anjo Custodio*.

No dia 19 de Novembro foi recebido no Paço da Cidade do Rio de Janeiro com grande ceremonial o Ministro de Inglaterra Henrique Ellis, na qualidade de Embaixador extraordinario encarregado de uma missão especial junto ao governo do Brasil, e n'essa categoria se lhe fizeram todas as honras do estylo. O Sr. Ellis recitou ao Imperador um discurso muito lisongeiro.

Como, porém, não podesse chegar a um accordo sobre os pontos principaes da sua missão, pediu os seus passaportes, e fez a sua solemne despedida em publica audiencia no dia 25 de Março de 1843, anniversario do juramento da Constituição, retirando-se depois para a Inglaterra na nau *Malabar*, que deu a vela do porto do Rio de Janeiro no dia 3 de Abril immediato.

1845.

No dia 1.º de Janeiro d'este anno foi aberta a primeira sessão ordinaria da quinta Legislatura pelo Imperador, que leu a falla do Throno do estylo. No dia 18 deu o Gabinete de Março a sua demissão pela divergencia, que existia entre os seus membros, e foi encarregado o Desembargador Honorio Hermeto Carneiro Leão de organisar novo ministerio, o qual se achou formado no dia 20.

Esta sessão legislativa, que durou perto de dez mezes de continuado trabalho, apenas deixou de si a reminiscencia de suas tempestuosas discussões. As Camaras foram prorogadas pela primeira vez até 20 de Setembro por causa da lei do Orçamento, e depois até 30 do mesmo mez, e ainda até 15 de Outubro, e finalmente por quarta vez até 24 do mesmo mez de Outubro, dia em que se encerraram.

D. Antonio Ferreira Viçoso, natural de Portugal (7.º Bispo de Marianna), foi eleito por Decreto de 7 de Janeiro de 1843, e apresentado por Carta de 15 de Julho do mesmo anno. Tendo sido proclamado em Consistorio secreto de 22 de Janeiro de 1844, tiveram as Bullas de sua confirmação apostolica o Imperial Beneplacito a 16 de Março seguinte. Foi sagrado no Mosteiro de S. Bento do

Rio de Janeiro no dia 5 de Maio, e n'esse mesmo anno de 1844 tomou posse e principiou a reger a Diocese.

Antes do Bispo D. Antonio Ferreira Viçoso, e depois da morte de D. Fr. José da Santissima Trindade em Setembro de 1835, foi eleito successor d'este o Padre Diogo Antonio Feijó por Decreto de 11 de Outubro do mesmo anno de 1835, um dia antes de tomar posse da Regencia do Imperio; mas não tendo aceitado a eleição, não foi apresentado nem promoveu a sua confirmação.

Sem embargo, durante o seu governo deixou vaga a Diocese de Marianna, até que, em tempo já da Regencia do Senador Pedro de Araujo Lima, foi eleito Bispo de Marianna em 1838 o Padre Carlos Pereira Freire de Moura, natural de Minas Novas; o qual não chegou a tomar posse por morrer em 1842, quasi ao mesmo tempo em que chegavam as Bullas de sua confirmação. Falleceu na villa de S. José, e acha-se enterrado na Igreja do Carmo da cidade de S. João d'El-Rei, provincia de Minas Geraes.

Ainda não se fez a Ordenança militar, mandada organisar pelo Art. 150 da Constituição do Imperio, tendo sido para este fim nomeada uma commissão por Decreto de 14 de Outubro de 1833, cujo projecto apresentado as Camaras ainda não foi discutido.

Pelo Decreto e Instrucções de 4 de Dezembro de 1822 se estabeleceram as regras para as promoções do exercito até o posto de Coronel inclusive; e pelo de 7 de Outubro de 1823 foi approvado o plano, que designava os novos Uniformes para os Officiaes Generaes, Officiaes do Estado maior do Exercito e de Praças, e os de Engenheiros do Exercito do Brasil.

O Decreto de 25 de Março de 1825, e tabella annexa, augmentava os soldos do Exercito; outro da mesma data fazia extensivo este augmento de soldo a Armada pela tabella annexa.

Carta de lei de 6 de Novembro de 1827, concedendo meio soldo aos filhos, filhas, viuvas, mãis, &c. dos Officiaes militares, que tiverem direito a elle.

O Decreto de 16 de Agosto de 1838 autorisou ao governo para promover os militares do Exercito, Armada, e Corpo de artilharia de marinha na forma n'elle especificada, em remuneração de serviços relevantes prestados em defensa da ordem publica, e da integridade do Imperio.

A lei de 20 de Setembro do mesmo anno mandou formar um quadro dos Officiaes de primeira linha idoneos para o serviço.

O Decreto de 22 de Fevereiro de 1839 deu uma nova organisação ao Exercito; e o Decreto, e tabella annexa, de 28 do mesmo mez e anno determinou e marcou a numeração, que devem ter os corpos de linha, que formam o quadro do Exercito.

Finalmente o Decreto de 23 de Julho de 1841 mandou pôr em vigor no Imperio o Assento do Conselho Ultramarino sobre a tarifa e pratica das Tenças militares.

O Decreto do 1.º de Dezembro do mesmo anno de 1841, e tabella annexa, mandou organisar no prazo de um anno o quadro dos Officiaes do Exercito e Armada, com designação do numero, que deve haver em cada posto, e marcando os soldos e mais vencimentos dos mesmos Officiaes. O Decreto de 25 de Abril de 1842 organisou o quadro dos Officiaes em conformidade do Art. 1.º do Decreto anterior.

O Decreto de 14 de Maio de 1842 approvou o plano a elle annexo da organisação dos corpos do Exercito do Brasil em circumstancias extraordinarias, na conformidade do Art. 2.º do Decreto de 25 de Abril do mesmo anno. A Resolução da mesma data de 14 de Maio declara como se devem entender as graduações concedidas aos Officiaes honorarios do Exercito.

O Decreto de 20 de Junho do mesmo anno de 1842 approvou igualmente o quadro, que marca o numero dos Officiaes da Armada, que deve haver em cada posto, ná conformidade do art. 1.º do Decreto do 1.º de Dezembro de 1841.

O Decreto de 2 de Agosto de 1842 concedeu o tratamento de Senhoria aos Commandantes das armas das Provincias, se por outro titulo o não tiverem maior.

O Decreto de 27 de Agosto do mesmo anno, e Instrucções da mesma data, mandou crear uma Commissão de pratica para instrucção dos Officiaes Engenheiros, que não tiverem ainda apresentado bom desempenho de Commissões importantes.

Ultimamente o Decreto de 10 de Janeiro de 1843, mandando executar as Instrucções da mesma data sobre vencimentos militares.

No dia 28 de Fevereiro d'este anno appareceu de dia á simples vista um immenso Cometa caudato muito perto do Sol; porém não foi mais visto de dia, até que no dia 5 de Março, em que sahiu a Divisão naval, que foi buscar a futura Imperatriz do Brasil, tornou a apparecer logo á noite com sua magestosa cauda, apresentando uma columna luminosa de 42 gráos, quasi metade do quadrante. Esta cauda dirigia-se de O. S. O. a E. N. E., e apresentava na sua parte superior uma curva mui sensivel, cuja convexidade se voltava para o Nordeste. Foi visivel por mais de um mez.

No dia 5 de Março de 1843 sahiu do porto do Rio de Janeiro a Divisão naval brasileira, composta da Fragata *Constituição* e das Corvetas *Euterpe*, e *Dois de Julho*, para Napoles afim de conduzir a futura Imperatriz do Brasil a Senhora D. Thereza Christina Maria de Bourbon. O Commandante da Divisão era o Chefe de Esquadra Theodoro Beaurepaire, e foi como Embaixador Estraordinario o Commendador José Alexandre Carneiro Leão, depois Visconde de S. Salvador de Campos.

No dia 30 de Maio (dia de S. Fernando, nome de S. M. o Rei das Duas Sicilias) celebrou-se em Napoles, na Capella Palatina, o Casamento de S. M. o Imperador do Brasil, por seu Procurador o Conde de Syracusa Principe Real das Duas Sicilias, com a Serenissima Princeza D. Thereza Christina Maria de Bourbon, Irmãa do Rei actual e do Principe que serviu de Procurador.

No dia 1.° de Julho teve lugar na cidade de Napoles, no Palacio Chiatamoni, a entrega solemne da Augusta Pessoa de S. M. a Imperatriz do Brasil. Alli compareceram: o Principe de Scilla, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, para fazer a entrega na qualidade de Delegado de S. M. o Rei das Duas Sicilias, e para receber a mesma Augusta Pessoa o Commendador José Alexandre Carneiro Leão Embaixador Extraordinario de S. M. o Imperador do Brasil.

Feita a entrega com todas as ceremonias e usos do costume, embarcou a Imperatriz em um escaler brasileiro, e dirigiu-se para bordo da Fragata *Constituição* depois das seis da tarde, aonde foi despedir-se d'ella El-Rei seu irmão, acompanhado de toda a Real Familia. As duas horas da manhãa do dia 2 de Julho as Divisões, napolitana e brasileira, deram a vela para o Rio de Janeiro.

No dia 3 de Setembro com vento bonançoso entrou pela barra do Rio de Janeiro a Esquadra combinada, que conduzia a seu bordo a Augusta Imperatriz do Brasil D. Thereza Christina Maria de Bourbon. A Esquadra, composta de sete velas, entrou e fundeou depois das seis da tarde; S. M. o Imperador foi a bordo as oito da noite fazer a sua visita de cumprimento. O espectaculo da entrada d'estas embarcações de guerra foi brilhante, porque o dia e a hora convidavam a desfructar a vista aparatosa da Esquadra velejando a todo o panno, e deslisando-se pela superficie calma da bahia apenas bafejada por uma branda viração.

A Esquadra compunha-se, como dissemos, de sete velas, das quaes eram quatro napolitanas, a saber: a nau *Vesuvio* de 74 peças, duas bellas fragatas, *Parthenope* e *Izabel*, ambas de 64, e outra de menor porte, a *Amelia*, de 44; os nossos navios eram tres: a fragata *Constituição* de 50 peças, e duas Corvetas *Euterpe* e *Dois de Julho*. Como Official da guarnição de uma das fragatas napolitanas vinha o Principe Luiz, Conde de Aquila, acompanhando sua Augusta Irmãa a Imperatriz do Brasil.

No dia 4 de Setembro desembarcou a Imperatriz no novo caes de Vallongo, e descansou em um rico pavilhão expressamente preparado em frente da escada; d'alli seguiu em prestito para a Capella Imperial, onde chegou as tres horas da tarde: a solemne ceremonia das bençãos acabou as quatro e meia. S. M. o Imperador não deu beijamão, e retirou-se para o Paço de S. Christovão com sua Augusta Esposa as cinco da tarde, e alli houve então um explendido banquete. Apezar de ter sido o dia chuvoso, as ruas e as janellas estavam apinhoadas de povo. Pela noite começou a brilhante illuminação feita para solemnisar o Casamento.

Finalmente a Divisão napolitana, composta de uma Náu e tres Fragatas, que tinha vindo acompanhar a Augusta Imperatriz do Brasil, largou da bahia do Rio de Janeiro para Napoles no domingo 1.° de Outubro do mesmo anno de 1843, levando a seu bordo o Conde de Aquila, Principe das Duas Sicilias, o qual voltou ao Rio de Janeiro em Abril do anno seguinte para realisar o seu consorcio com a Serenissima Princeza Imperial D. Januaria.

No dia 27 de Março de 1843 chegou á bahia do Rio

de Janeiro o Principe de Joinville a bordo da sua Fragata *Belle Poule*. No dia 19 de Abril seguinte foi recebido por S. M. o Imperador, em audiencia solemne perante toda a Côrte, o Barão de Langsdorff, Ministro Plenipotenciario de S. M. o Rei dos Francezes, para pedir em nome do seu Soberano a mão da Senhora Princeza D. Francisca Carolina para S. A. R. o Principe de Joinville; cuja mão lhe foi concedida com muita satisfação, tanto pelo Senhor D. Pedro II como pela Augusta Princeza, que se achava presente.

No momento em que o Principe foi informado a bordo da sua fragata pelo Ministro Langsdorff do resultado favoravel da sua missão, salvaram todas as embarcações de guerra da França, surtas na bahia do Rio de Janeiro; cujas salvas foram immediatamente correspondidas pelas fortalezas, e pelo Brigue de guerra nacional *Trez de Maio*, içando a bandeira franceza.

No dia 1.° de Maio receberam as bençãos nupciaes na Capella do Paço de S. Christovão o Serenissimo Principe de Joinville e a Princeza D. Francisca Carolina, servindo de testemunhas os Ex.^{mos} Visconde de Olinda e Barão de Monte Alegre. O Bispo Capellão-mór celebrou o casamento, a que tambem assistiu o Ministerio.

No dia 13 de Maio do mesmo anno sahiu da bahia do Rio de Janeiro a Fragata *Belle Poule* com destino a França, levando a seu bordo a Serenissima Princeza D. Francisca Carolina em companhia do seu Augusto Esposo o Principe de Joinville; acompanhou-os a Nau franceza *Ville de Marseille*, Commandante Nonay, e a Corveta *Coquette*. SS. AA. tinham embarcado no dia anterior, indo o Imperador ao bota-fóra, mas o tempo não lhes permittiu sahir.

No dia da partida voltou o Imperador a bordo, e ainda teve o gosto de dizer o ultimo adeos á sua Augusta Irmãa e Cunhado. A Serenissima Princeza deixou profunda e sentidissima saudade pela sua ausencia, porque era geralmente amada pelas suas maneiras affaveis e urbanas. SS. AA. chegaram a Brest no dia 22 de Julho com 70 dias de viagem.

No dia 30 de Abril de 1843 foi instalado em casa do Dr. Diogo Soares da Silva Bivar *o Conservatorio Dramatico Brasileiro*, cujos Estatutos tinham sido approvados por

Aviso de 24 do mesmo mez e anno, sendo nomeado Presidente do Conservatorio o referido Dr. Bivar.

O Barão de Caxias tomou posse da Presidencia e do mando do Exercito do Rio Grande do Sul no dia 9 de Novembro de 1842, como dissemos nas noticias d'aquelle anno. O seu primeiro cuidado foi conhecer as tropas, que devia commandar, e as suas posições na vasta campanha de S. Pedro do Sul; de sorte que apenas duas pequenas emprezas se tentaram, ambas felizes, ja no fim do anno: uma a 26 de Dezembro em frente do Triumpho, e outra sobre o Camaquan a 30 do mesmo mez.

As operações começaram por tanto em Maio de 1843, sendo atacado no dia 13 o Coronel Arruda por 700 rebeldes, que foram valentemente rechaçados, e no dia 26 o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro junto a Ponche-Verde. N'esta acção, reunidos quasi todos os chefes rebeldes, luctamos e vencemos com notavel desproporção do numero, porque Bento Manoel apenas contava 1:400 homens em suas fileiras, em quanto o inimigo apresentou 2:500 combatentes, entre elles alguns Orientaes commandados pelo caudilho Santander.

N'esse mesmo mez perderam os rebeldes em Pay-Passo cinco bocas de fogo, armamento e equipamento de infantaria e cavallaria, ferro em barra, uma botica bem sortida e mil cavallos. No dia 8 de Junho o Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu, auxiliado por um batalhão de infantaria, bateu a 500 homens do inimigo. Canavarro com 1:409 combatentes intentou inutilmente render Alegrete, que se defendia só com 530 Imperiaes.

O Coronel Marques sorprendeu a villa de Piratinim, póz em fuga o governo da rebellião, apoderou-se de um consideravel deposito de fazendas, armamento, munições, e 200 cavallos, reunindo á sua força 57 rebeldes, que se lhe apresentaram com seu chefe Felicissimo Felix Feijó. Em Setembro invadiu por segunda vez o cabecilha Guedes o municipio das Missões com 900 homens, e foi obrigado a retroceder pela vigilancia das tropas Imperiaes. No dia 25 de Outubro foi batido Bento Gonçalves pelo Tenente Coronel Francisco Pedro junto a Caugussú. Finalmente ainda outros pequenos encontros houveram até o fim do anno de 1843, e sempre favoraveis ás armas do governo.

Sem embargo, tanto as tropas Imperiaes como as rebeldes estavam quasi a pé. O elemento poderoso da guerra n'aquella provincia he a cavalhada, e os Estados limitro-

phes, ardendo ao mesmo tempo na guerra civil, não po diam proporcionar aquillo de que tambem careciam. O Barão de Caxias, aproveitando esta circumstancia, como de um armisticio, foi preparando durante todo o anno de 1844 os animos dos rebeldes para uma accommodação, sem deixar todavia a sua posição vantajosa sobre a campanha, e cobrindo ao mesmo tempo a vasta extensão de uma linha militar desde a foz do Jaguarão até S. Borja.

Os rebeldes, reduzidos a uma força numerica insignificante, sem munições de guerra, sem artilharia, mal armados, com pouca ou nenhuma infantaria, e esta mal dirigida e peior disciplinada, evitaram as acções geraes e decisivas, que he o mesmo que renunciar os grandes resultados da victoria.

Além d'esse estado precario da guerra, faltavam aos rebeldes todos os recursos, que antes lhes proporcionava a politica insidiosa de Fructuoso Rivera. Divididos entre si, desgostosos, exhaustos de animo e de forças, occorreram por fim á magnanimidade do Imperador, que não foi indifferente ás vozes d'essa porção de seus subditos, outr'ora surdos aos seus paternaes clamores.

O Decreto de amnistia geral de 18 de Dezembro de 1844 foi cerrar todas as chagas profundamente abertas pela guerra civil, como um balsamo consolador; e ao Barão de Caxias deve sem duvida o Imperio a pacificação do Rio Grande do Sul, depois de 9 annos e meio de uma lucta semi-barbara, em que só desastres se colheram por fructo de tanta miseria.

Finalmente as Proclamações do caudilho Canavarro de 28 de Fevereiro e do Barão de Caxias do 1.º de Março de 1845 vieram pôr o sello á ultima pagina d'essa historia sanguinolenta. Desde então goza aquella provincia de uma paz inalteravel, attenta só aos movimentos dos nossos visinhos.

D. José Affonso de Moraes Torres, natural do Rio de Janeiro, 9.º Bispo do Para, foi eleito por Decreto de 13 de Maio de 1843, e apresentado por Carta de 14 de Julho do mesmo anno. Sendo proclamado em Consistorio secreto de 22 de Janeiro de 1844, recebeu as Bullas de sua confirmação apostolica, as quaes tiveram o Imperial Beneplacito a 16 de Março seguinte.

Foi sagrado a 21 de Abril no Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, e depois de haver mandado tomar posse do Bispado, por seu procurador o Vigario geral Ma-

noel Theodoro Teixeira no dia 15 de Maio, chegou ao Pará a 28 de Junho, desembarcou no dia seguinte, e fez a sua entrada solemne no dia 7 de Julho do mesmo anno de 1844.

D. Fr. Carlos de S. José, natural de Pernambuco, Bispo do Maranhão, foi eleito por Decreto de 13 de Maio de 1843, e apresentado por Carta de 3 de Outubro do mesmo anno. Tendo sido proclamado em Consistorio secreto de 22 de Janeiro de 1844, tiveram as Bullas de sua confirmação apostolica o Imperial Beneplacito a 16 de Março seguinte.

Foi sagrado no dia 2 de Junho do mesmo anno de 1844 na Igreja do Convento do Carmo de Pernambuco pelo Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, sendo acolitos o Bispo resignatario de Olinda D. Thomaz de Noronha e o Provincial do mesmo Convento do Carmo Fr. João de Santa Izabel Pavão. Finalmente chegou ao Maranhão no dia 25 do mesmo mez de Junho, e depois de tomar posse da Diocese, fez a sua entrada solemne no dia 28.

A cidade da Bahia, pela pessima situação em que se acha collocada, tem sido por dez vezes o theatro de horriveis catastrophes: a ultima foi tremenda por suas funestas consequencias. Ao amanhecer do dia 9 de Julho de 1843, por effeito das copiosas chuvas, que alli cahiram por mais de 15 dias successivos, desabou grande parte da montanha, que borda a cidade baixa desde as Pedreiras até Agua de Meninos, e com ella todos os edificios sobranceiros, cahindo sobre o Consistorio da Igreja do Pilar, onde foram esmagados e sepultados o Vigario d'esta freguezia e o da do Rio Fundo, que alli se achava hospedado.

N'essa mesma occasião diversas casas foram arrasadas, e por outros desabamentos successivos mais quatorze ou dezaseis edificios visinhos á Igreja do Pilar: entre elles são notaveis os Trapiches Barnabé e Pilar. Mais adiante houve outro desmoronamento na rua direita de S. Antonio, que deu por terra com a quarta Prensa e casas contiguas, havendo por isso muitas mortes e perda de grande fortuna. Ainda além houve outro desmoronamento sobre duas casas, uma em frente e outra contigua ao Trapiche Xixi. Na rua do Paço desabou uma excellente casa, e tres no Barbalho.

Finalmente mandou-se fechar a Alfandega por estar ameaçada pela Casa da Relação, que principiava a abater-se. Toda a montanha, que fica por detraz das casas fronteiras ao Carmo, rachou, e alli o aspecto era medonho, porque ameaçava em sua queda um grupo de mais de sessenta casas, pela maior parte depositos do Commercio e da riqueza d'aquella cidade. Muitas familias ficaram arruinadas, e o prejuizo montou a uma somma incalculavel.

No dia 7 de Setembro de 1843 foi instalado o *Instituto de Advogados brasileiros,* cujos Estatutos tinham sido approvados por Portaria de 7 de Agosto antecedente.

Decreto de 9 de Setembro de 1843 declarando não serem d'ora em diante consideradas como religiosas as Ordens militares de Christo, de Aviz, e de Santiago da Espada, e dando diversas providencias a respeito das mesmas Ordens.

Outro Decreto de 23 do mesmo mez e anno fazendo extensiva á Ordem da Rosa as disposições do Art. 7 do Decreto anterior, que dizem respeito aos Diplomas das Condecorações das Ordens outr'ora religiosas.

As tres Ordens militares de Christo, de Aviz, e de Santiago, principalmente as duas primeiras são hoje concedidas pelo Imperador como condecorações do Imperio, sem embargo de que não havia lei nem Tratado, que tal estatuisse ou declarasse. Já tivemos occasião de fallar da Ordem de Christo e da sua fundação á pag. 36, resta agora dizer alguma cousa á cerca das outras duas Ordens de Aviz, e de Santiago.

A Ordem de Aviz, a primeira e a mais antiga das Ordens portuguezas de Cavallaria, foi fundada em 1162 por El-Rei D. Affonso Henrique. O Abbade de Tarouca João de Cirita deu-lhe Estatutos. Em 1187 doou-lhe El-Rei D. Affonso II a cidade e fortaleza de Aviz, e desde então tomaram os seus Cavalleiros a invocação de S. Bento de Aviz, cuja regra observam. Em 1789 fez a Rainha D. Maria I. d'esta Ordem premio exclusivo para os militares, dividindo-a em tres classes, de Cavalleiros, Commendadores e Grão-Cruzes.

A Ordem de Santiago da Espada he uma desmembração da de Hespanha, fundada em 1320, e ainda hoje conserva o nome e a regra d'aquella d'onde deriva. Em 1789

tambem foi dividida em tres classes, e considerada como Ordem de merito civil. Antes ninguem podia pertencer á esta Ordem sem provar 16 *cortados* de nobreza paterna e materna. Pela Bulla de 4 de Janeiro de 1551 foram os Senhores Reis de Portugal nomeados Grão-Mestres Perpetuos das tres Ordens de Christo, Aviz, e Santiago, e desde então ficaram estas Ordens *unidas perpetua e plenissimamente á Coróa de Portugal*, ainda cahindo a Realeza em Senhora ou Menor.

Tendo os Decretos, que crearam as Ordens do Cruzeiro e da Rosa, concedido graduações militares a seus membros, suscitou-se alguma duvida á cerca das honras que tambem deveriam competir ás outras Ordens militares; em virtude do que baixou o Aviso do 1.º de Setembro de 1842, pela Secretaria da Guerra, declarando por immediata resolução Imperial de 20 de Agosto ultimo, tomada em consulta do Conselho Supremo militar, que sómente á Ordem do Cruzeiro em todos os seus gráus, e á da Rosa até Official, competem honras militares, e á nenhuma outra das Ordens antigas, pois que por suas creações nenhumas honras lhes foram concedidas.

No dia 1.º de Outubro de 1843 cahiu uma chuva de pedra tão furiosa na cidade do Serro do Frio, que se tivesse durado mais de um quarto de hora, que foi o que durou, teria arrasado a cidade. Não era granizo, porém cristalysações de agua em prismas regulares com seis faces pontudas; quasi todos os pedaços tinham fórmas analogas e oblongas: alguns pesavam mais de libra.

Felizmente não era em tanta abundancia como costuma cahir a saraiva ordinaria, e por isto não morreu ninguem; porém ficou muita gente ferida e maltratada, os telhados ficaram quasi todos arruinados, e por um quarto de hora a cidade apresentou o quadro mais afflictivo: eram por toda a parte gritos de desesperação, espanto e terror.

Decreto de 2 de Outubro de 1843, dividindo em tres secções toda a Costa do Brasil, afim de estabelecer-se em cada uma d'ellas uma estação naval. A 1.ª secção, chamada tambem do Sul, terá por centro o porto do Rio de Janeiro: a 2.ª secção, chamada igualmente do Centro, terá por centro o porto da Bahia de Todos os Santos: a

3.ª secção, chamada tambem do Norte, terá por centro o porto do Maranhão.

O Theatro novo de Pernambuco (1) he talvez o mais bello edificio publico, que existe no Brasil, não só pela elegancia de suas fórmas como pela solidez da construcção. Com effeito, faltava á cidade do Recife uma obra semelhante porque o Theatro, que possuia, em nada honrava a sua illustração e riqueza.

Em virtude da lei provincial de 30 de Abril de 1839 n. 74, concedendo loterias para a construcção de um Theatro publico na cidade do Recife de Pernambuco, e autorisando o Presidente para designar o local, onde deveria ser edificado, celebrou-se um contracto, com data de 28 de Novembro do mesmo anno de 1839, entre o Presidente da provincia, que então era Francisco do Rego Barros, depois Barão da Boa-Vista, e os Negociantes José Ramos de Oliveira, Francisco Antonio de Oliveira & Filho, e Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro.

Por este contracto se obrigavam os referidos Negociantes, autorisados por uma associação, a fazerem construir um Theatro publico em Pernambuco segundo o plano, que o governo da provincia lhes apresentasse, devendo a mesma associação adiantar todo o dinheiro necessario até a quantia de cem contos de réis, quando o producto das loterias, concedidas pela referida lei de 30 de Abril de 1839, não bastasse para fazer face ás despezas. Para pagamento das quantias adiantadas foi o mesmo Theatro hypothecado pelo referido contracto aquelles Negociantes até a extincção da divida, ficando com este objecto a administração do Theatro e a extracção das loterias debaixo da direcção dos mesmos Negociantes até serem embolçados. A primeira loteria correu no dia 17 de Fevereiro de 1840.

(1) Este artigo deveria entrar no anno de 1839, porém não foi possivel, porque ha tres mezes que peço e solicito com instancias repetidas, a diversas pessoas interessadas n'este negocio, algumas noticias á cerca do novo edificio do Theatro, e quasi sempre sem fructo ; demorei com grave prejuizo a impressão, e até deixei a ultima folha composta esperando alcançar o que solicitava ; finalmente pude obter com grandes esforços aqui e alli alguns esclarecimentos, e formular o presente artigo pelas informações do Engenheiro civil, que dirige a construcção. Ao menos poderão os nossos leitores formar uma idéa d'esse bello edificio, devido aos esforços do Barão da Boa-Vista.

Designado o local, em um dos lados da praça do Palacio da Presidencia, e preparado o terreno á margem do rio Capibaribe, foi lançada a primeira pedra no dia 1.º de Abril do anno de 1841, sendo a obra dirigida pelo mesmo Engenheiro civil Luiz Léger Vauthier, que deu o plano. O edificio está quasi concluido interiormente, á excepção do que pertence ao ornato, porém no exterior todo o corpo da frente está ainda por acabar, faltando tambem o terrado do portico. Eis-ahi as dimensões do Theatro segundo as informações do Engenheiro, que dirigiu a construcção:

O edificio compõe-se de um corpo central com 136 palmos craveiros de comprimento, e 91 de largura, tendo nas suas duas extremidades dois corpos, um anterior e outro posterior, com 115 palmos de largura e 34 1/2 cada um no sentido do comprimento. O corpo anterior, que fórma a frente principal, he precedido de um portico com 62 palmos de largura e 24 de fundo; de cujas dimensões resulta que o edificio tem 115 palmos craveiros na sua maior largura, e 229 em todo o seu comprimento, comprehendendo os tres corpos, em que se elle divide, e o portico. O edificio representa exteriormente dois andares com portas e janellas em volta, havendo além d'isto no corpo central, mais alto que os extremos, oculos ellipticos por cima das janellas do primeiro andar.

As ordens de architectura exteriormente empregadas no edificio são, a Toscana até a altura do primeiro andar, e a Dorica d'ahi para cima. Todos os angulos salientes são adornados com pilastras. O portico compõe-se de uma arcada com cinco vãos ou arcos e dez columnas na mesma ordem, de modo que a frente principal apresenta duas ordens de columnas superpostas com a mais bella simetria. Sobre o portico vai o terrado com um parapeito de balaustres de pedra, e pilastras adornadas com differentes esculturas. Sobre os dois corpos extremos ha mais outros dois terrados com toda a largura do edificio, cujos parapeitos devem ser adornados, na frente principal com estatuas, e do lado do rio com vasos de grandes dimensões. Todo o portico e a frente principal são da mais bella cantaria mandada vir expressamente de Lisboa ja lavrada.

O corpo central do Theatro está coberto com ardosia ou schisto lamelloso, o que faz um bom effeito, evitando assim o peso enorme dos nossos telhados. Com tudo, o travejamento do tecto he talvez uma das partes mais notaveis do edificio. No corpo central estão collocados o scenario e a sala dos espectadores; no corpo posterior

os armazens e officinas necessarias, salas e camarins para os actores, casa para o empresario, e outros arranjos; no corpo anterior o vestibulo, casa da guarda e do porteiro, gabinetes para a distribuição dos bilhetes, e no primeiro andar o grande salão, que occupa toda a frente do edificio.

O scenario tem de boca 45 palmos craveiros e 68 de fundo desde a linha dos candieiros da frente até o muro de detraz, com sete ordens de bastidores. O assoalho está disposto de maneira que se possam fazer rapidamente todos os jogos scenicos e todas as mudanças, que hoje se admiram nos mais modernos theatros da Europa. Sobre a scena esta tudo feito e calculado pelo modelo dos mesmos theatros. A sala dos espectadores tem 72 palmos na sua maior largura e outros tantos de comprimento, comprehendendo a orchestra, e a parte saliente do proscenio.

A altura desde a platéa até o centro do tecto tem 61 palmos, e está dividida em quatro ordens de camarotes, havendo no centro da primeira ordem uma pequena galeria, e outra maior no centro da quarta; na segunda ordem está collocado o camarote do governo, que tem a largura de tres camarotes ordinarios, com um salão reservado no fundo. Em cada ordem ha 21 camarotes incluindo os dois do proscenio, e de todos elles avista-se perfeitamente o scenario. No fundo da platéa e nos angulos do proscenio existem seis grandes columnas de ordem corinthia, que vão do solo até o tecto.

Os corredores são largos, bem arejados, e de elegante architectura, e nos quatro angulos do caixão da sala existem outras tantas escadas largas e bem lançadas para communicação de umas á outras ordens de camarotes. A varanda da primeira ordem he de madeira, a qual será pintada com o ultimo gosto, e as das outras ordens são de grades de ferro adornadas com florões. A pintura da sala será quasi exclusivamente de branco e ouro, e a do tecto deve ser tambem da mesma côr com alguns arabescos em redor. Emfim temos concluido a nossa tarefa com este artigo, que a pressa e o desanimo tornaram tão imperfeito; eis-ahi o que podemos colher depois de tantos esforços: se nos não agradecerem pelo bem escripto, agradeçam-nos ao menos pelos bons desejos, já que outra cousa não coube no possivel.

FIM DA SYNOPSIS.

INDICE DA SYNOPSIS.

A

Abaité (arroio do) — pag. 278.
Abdicação da Corôa de Portugal — 317 e 341.
» da Corôa do Brasil — 352.
Academia das Bellas Artes do Rio de Janeiro — 308, 311 e 357.
» Brasilica dos Esquecidos — 184.
» dos Guardas Marinhas — 291.
» de Medicina do Rio de Janeiro — 366.
» Medico-Cirurgicas — 360.
» Militar do Rio de Janeiro — 297 e 386.
» de Sciencias juridicas e sociaes de Olinda e S. Paulo — 344 e 345.
» Scientifica do Rio de Janeiro — 242, 244 e 265.
» dos Selectos — 198 e 220.
Acclamação e Coroação d'El-Rei D. João VI — 314.
» de D. Pedro I, Imperador do Brasil — 327.
» de D. Pedro II, Imperador do Brasil — 382 e 383.
Açorianos para o Brasil — 76, 187 e 302.
Acto addicional — 363.
Adalberto, Principe da Prussia — 394.
Adiamento da Assembléa geral do Brasil — 379.
D. Affonso VI, Rei de Portugal — 121, 125, 129 e 143.
D. Affonso, Principe Imperial do Brasil — 330.
Affonso de Albuquerque (o grande) — 24.
Affonso de Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro — 69.
Affonso de Albuquerque Maranhão, Presidente da Junta provisoria de Pernambuco — 329 e 333.
Affonso Furtado de Mendonça Castro do Rio e Menezes, 26.º Governador geral do Brasil — 132.
D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, 4.º Marquez de Valença, Governador da Bahia — 253.
Agostinho Barbalho Bezerra, Governador interino do Rio de Janeiro — 124.
Agricultura (cadeira de) — 306.
Alagoas (povoação) — 134 e 199.
» (Palmares) — 155.
» (Capitania) — 313.
Alçada em 1817 de quatro Desembargadores — 312.
Allemães (sedição dos) — 346.
Alexandre VI — Bulla de 4 de Maio — 17.
Alexandre de Moura, chefe da expedição do Maranhão — 73 e 74.
Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista — 256 e 257.
Alexandre de Souza Freire, 25.º Governador geral do Brasil — 128.
Alexandre de Souza Freire, Governador do Estado do Maranhão — 192.

Alexandre Thomaz, Ajudante de Ordens de Caetano Pinto -- 310.
D. Alvaro da Costa de Souza de Macedo, General em Montevidéo -- 335.
D. Alvaro da Silveira e Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro -- 161.
D. Alvaro Soares de Castro, 8.º Bispo do Brasil -- 134.
D. Alvaro Xavier Botelho, Conde de S. Miguel, Governador de Goyaz -- 224.
Amador Bueno, chefe dos Paulistas -- 166
Amador Bueno da Ribeira, acclamado Rei de S. Paulo -- 100 e 102,
Santo Amaro (Capitania) -- 31. (Villa de) -- 44.
Amazonas (Rio das) Descobrimento -- 22.
» (Navegação) -- 33, 215 e 248.
» (Expedição das) -- 73, 74 e 86.
» (Explorações) -- 78, 240 e 241.
D. Amelia de Leuchtemberg, 2.ª Imperatriz do Brasil — 348, 349 e 381.
D. Amelia, Princeza do Brasil -- 357 e 384.
America (Descobrimento da) -- 16.
Americo Vespuccio -- 14, 19, 20 e 25.
Amnistia geral da Maioridade -- 377, 379 e 380.
» Especial para o Rio Grande do Sul -- 402.
Anchieta (Padre José de) — 37, 43, 45, 54 e 62.
André Cuzaco, Governador do Rio de Janeiro -- 151.
André de Mello e Castro, Conde das Galvêas, Governador de Minas Geraes -- 196.
» » » 5º. Vice-Rei do Estado do Brasil -- 202.
André Vidal de Negreiros, Mestre de Campo na guerra dos Hollandezes -- de 96 a 119.
» » » Governador geral do Estado do Maranhão -- 120.
» » » Capitão General de Pernambuco -- 121 e 127.
André Wilmer -- 370 e 371.
Padre Angelo Peçanha -- 227 e 235.
Anicuns (minas de) -- 283.
Anil (cultura do) -- 242, 244 e 259.
Anjo Custodio (primeira pedra do Collegio do) -- 394.
D. Anna Francisca Maciel da Costa, 1.ª Baroneza de Campos -- 302.
Antero José Ferreira de Brito, Presidente do Rio Grande do Sul -- 368.
Antiquarios do Norte -- 2 e 11.
Antonio de Albuquerque, Capitão-mór do Maranhão -- 75 e 76.
Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador do Estado do Maranhão -- 129.
Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-mór do Pará -- 144 e 148.
» » » Governador do Estado do Maranhão — 149, 155 e 159.
» » » Governador geral do Rio de Janeiro -- 165, 166 e 173.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador de S. Paulo e Minas -- 167, 168, 173 a 175.
D. Antonio de Almeida Soares e Portugal, 1.º Marquez de Lavradio, e 8.º Vice-Rei do Brasil -- 231.
D. Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha, 1.º Vice-Rei do Rio de Janeiro -- 235 a 237.
Antonio de Araujo de Azevedo, 1.º Conde da Barca -- 311.
Santo Antonio de Arguim -- 61.
D. Fr. Antonio Barreiros, 3.º Bispo do Brasil -- 49 e 56.
Antonio de Brito Freire de Menezes, Governador do Rio de Janeiro -- 179
Antonio Cardozo de Barros -- 32.
Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Brigadeiro e Governador de Goyaz -- 243.
» » » » Governador de Santa Catharina -- 251.
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva -- 378.
D. Fr. Antonio Corrêa, 12.º Arcebispo da Bahia -- 255.
Antonio Corrêa de Lacerda, Presidente da Junta provisoria do Pará -- 329.
Antonio Corrêa Seara -- 336.
» » » Commandante das armas do Pará -- 359 e 364.
Antonio da Cunha, Arcediago do Pará -- 320.
D. Fr. Antonio do Desterro, 6.º Bispo do Rio de Janeiro -- 211, 226 e 234.
Antonio Dias Cardozo, Sargento-mór -- 109, 115 e 116.
Antonio Duarte Barros, Capitão-mór do Pará -- 196.
Antonio Elisiario de Miranda e Brito, Presidente do Rio Grande do Sul -- 372, 373 e 375.
D. Antonio Ferreira Viçoso, 7.º Bispo de Marianna -- 395.
Antonio Galvão, Governador do Rio de Janeiro -- 115.
D. Fr. Antonio de Guadalupe, 4.º Bispo do Rio de Janeiro -- 189, 205 e 238.
Antonio João Damasceno, chefe de motim no Maranhão -- 355.
Antonio José da Franca e Horta, Governador de S. Paulo -- 282.
D. Fr. Antonio de S. José, 11.º Arcebispo da Bahia -- 253.
D. Fr. Antonio de S. José Bastos, 14.º Bispo de Pernambuco -- 295 e 320.
Antonio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa-Flor, e Governador do Pará -- 313, 314 e 320,
Antonio de Lima, commandante do Forte de S. Jorge -- 84.
Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, Governador de Pernambuco -- 148.
» » » » Governador geral do Estado do Brasil -- 149.
Antonio Luiz Pereira da Cunha, depois Marquez de Inhambupe -- 261, 272, 286 e 294.
D. Antonio Luiz de Souza Telo de Menezes, 2.º Marquez das Minas, 29.º Governador geral do Estado do Brasil -- 143.
Antonio Luiz de Tavora, 4.º Conde de Sarzedas, Governador de S. Paulo -- 196.
D. Fr. Antonio da Madre de Deos Galrão, 2.º Bispo de S. Paulo -- 218.

D. Antonio Manoel de Mello Castro e Menezes, Governador de S. Paulo — 269.
Antonio de Marins Loureiro, 6.º Prelado do Rio de Janeiro — 102
Antonio Marreiros, Capitão-mór do Pará — 192.
Antonio Muniz Barreiros, Capitão-mór do Maranhão — 77, 100 e 103.
D. Antonio de Noronha, Governador de Minas — 248.
D. Antonio Oquendo, Almirante hespanhol — 85.
Antonio Paes de Sande, Governador do Rio de Janeiro — 151.
Antonio Paulino Limpo de Abreu — 367, 378 e 391.
Antonio Pinto da Gaia, Capitão-mór do Pará — 128.
Antonio Pires da Silva Pontes, Engenheiro — 256.
D. Antonio Rodrigues de Aguiar, Prelado de Goyaz — 296.
Antonio Rodrigues Arzão, primeiro descobridor de ouro no Brasil — 164.
Antonio Rodrigues Fernandes Braga, Presidente do Rio Grande do Sul — 366.
D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja e Governador de Matto-Grosso — 217, 218 e 220.
» » » » Governador da Bahia — 237.
» » » » 2.º Vice-Rei do Rio de Janeiro — 239
Antonio Salema, Governador do Rio de Janeiro — 47 e 48.
Antonio da Silva Caldeira Pimentel, Governador de S. Paulo — 190.
Antonio de Souza de Macedo, Donatario da Ilha grande de Joannes — 127.
D. Antonio de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa-Flor, Governador de Pernambuco — 234.
Antonio de Souza de Menezes, 28.º Governador geral do Brasil — 141.
Antonio Teixeira Cabral, Prelado de Pernambuco — 73.
Antonio Teixeira de Mello, Capitão-mór do Maranhão — 103.
Antonio Telles de Menezes, Conde de Villa-Pouca, 20.º Governador geral do Brasil — 110.
Antonio Telles da Silva, 19.º Governador geral do Brasil — 100, 106 a 110.
Padre Antonio Vieira, Jesuita — 123, 124 e 154.
Apanagio da Familia Real no Brasil — 321.
Aporé (exploração do rio) — 209 e 215.
Aqueducto da Carioca no Rio de Janeiro — 217.
» da Prata em Pernambuco — 369 a 371.
Araraguaya (navegação do rio) — 257 e 283.
Ararigboia (Martim Affonso de Souza) — 45 e 46.
Arcadia do Rio das Mortes — 232.
Arcebispado da Bahia — 136 e 348.
Archivo militar da Corte do Rio de Janeiro — 290.
Archivo Publico — 374.
Aristoteles — 6.
Armisticio, ou Convenção de 26 de Maio de 1812 com Buenos-Ayres — 301.
Artigas, Chefe dos Gauchos — 299, 301, 307, 315, 318 e 319.
Artistas francezes — 308.

Arthur de Sá de Menezes, Governador do Estado do Maranhão — 146 e 148.
» » » Governador do Rio de Janeiro — 153.
Assembléa Constituinte do Brasil (Convocação) — 326.
» » » Reunião e Dissolução — 334.
Assembléa legislativa — 341, 348, 350 e 395.
Assento do Conselho Ultramarino sobre tenças militares — 397.
Associação commercial de Pernambuco — 376.
Atlantida, Atlantidas ou Atlantinos, Atlantes — 4 e 6.
Augusto Kersteng — 370.
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro de Estado — 382 e 394.
Aymorés (alliança dos) — 68.
Ayres da Cunha, um dos Donatarios do Maranhão — 32.
Ayres Pinzon — 22.
Ayres de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, Governador do Rio de Janeiro — 181.
Ayres de Souza e Castro, Governador de Pernambuco — 137.
Ayres de Souza Chichorro, Capitão-mór do Pará — 95.

B

Bagnuolo (Conde) — 86, 87, 91 a 94.
Bahia de Todos os Santos — 25, 27 e 128.
» » » Donataria — 31, 33 e 34.
» » » Governo geral — 34, 47 e 237.
Balthazar Fernandes, Capitão-mór do Maranhão — 143.
Balthazar de Souza Pereira, Governador da Capitania do Maranhão — 117.
Banco do Brasil — 291.
» de Deposito — 362.
» Commercial do Rio de Janeiro — 363.
Banimento dos Jesuitas — 228, 229 e 239.
» do ex-Imperador D. Pedro I — 361 e 363.
Barão da Boa-Vista (Francisco do Rego Barros) Presidente de Pernambuco — 369, 393 e 406.
Barão de Caxias (Luiz Alves de Lima) em Minas e S. Paulo — de 388 a 391.
» » Presidente do Rio Grande do Sul — 389, 401 e 402.
Barão de Itapicurú-Merim, Presidente do Pará — 355.
Barão de Langsdorff, Ministro da França — 400.
Barão de Monte Alegre, Presidente de S. Paulo — 388, 393 e 400.
Bartholomeu Barreiros de Atayde, explorador das minas do Aguarico — 110.
Bartholomeu Bueno da Silva, descobridor de Goyaz — 142 e 190.
Dr. Bartholomeu Lagarto, 3.º Prelado do Rio de Janeiro — 68.
D. Fr. Bartholomeu Manoel Mendes, 3.º Bispo de Marianna — 252.
D. Fr. Bartholomeu do Pilar, 1.º Bispo do Pará — 188.

Bartholomeu Simões Pereira, 1.º Prelado do Rio de Janeiro 51 e 63,
Benedictinos — 53, 59 e 61.
Bento Barroso Pereira, Ministro da guerra — 346.
Bento Corrêa da Camara, General — 319.
Bento Gonçalves da Silva, Coronel, — 366, 368, 373, 380 e 401. --
Bento José Fernandes Barros -- 369.
Bento José Lemenha Lins -- 336 e 353.
Bento Maciel Parente, chefe da expedição contra os selvagens do Pará -- 76 a 78 e 92.
» » » Governador do Estado do Maranhão -- 95 e 99.
Bento Manoel Ribeiro, na guerra com os Gauchos -- 309, 315, 318 e 339.
» » » na revolução do Rio Grande do Sul -- 366, 368, 389 e 401.
Bento Rodrigues de Oliveira, companheiro de Pedro Teixeira na expedição do Amazonas -- 94.
Bento Vahia (Prisão do Camarista) -- 362.
Bernardo da Fonseca Lobo, primeiro descobridor de diamantes no Brasil -- 192 e 193.
Bernardo Jacintho da Veiga, Presidente de Minas -- 390.
Bernardo José de Lorena, Governador de S. Paulo -- 261.
» » » Governador de Minas Geraes -- 270.
Bernardo Manoel de Vasconcellos, Governador do Ceará -- 275.
Bernardo de Miranda Henriques, 5.º Governador de Pernambuco -- 128.
Bernardo Pereira de Berredo, Governador do Estado do Maranhão -- 180 e 186.
Bernardo Pereira de Vasconcellos, Vice-Presidente de Minas -- 360.
» » » Ministro de Estado -- 379.
D. Bernardo Rodrigues Nogueira, 1.º Bispo de S. Paulo -- 211 e 212.
Bexigas (epidemia de) -- 126, 128 e 248.
Bibliotheca publica do Rio de Janeiro -- 207 e 264.
» » da Bahia -- 298.
Bicha (peste na Bahia) -- 146.
Bispo de Anemuria -- 372.
Bispado do Brasil (creação do primeiro) -- 35, 38, 41, 49, 66, e 134.
» de Cuyabá --345,
» de Goyaz -- 345.
» do Maranhão -- 136, 347 e 348.
» de Marianna -- 210 e 211.
» do Pará -- 183, 347 e 348.
» de S. Paulo — 210 e 211.
» de Pernambuco -- 136.
» do Rio de Janeiro -- 97 e 136.
Boabas (guerra entre Paulistas e) — de 163 a 167.
Botanica (cadeira de) — 306.
Botocudos, Goytacazes e Bugres -- 227, 235 e 292.
Braço de Prata — 141.

Brasil (descobrimento do) — 21 e 22.
» Repartimento e Donatarias — 30 a 33.
» Principado — 110.
» Reino — 306.
» Imperio — 327.
D. Braz Balthazar da Silveira, Governador de S. Paulo e de Minas — 175.
Braz Cubas, fundador da primeira casa de Misericordia no Brasil — 33.
Breton (Mr. Le) Director dos artistas francezes — 308.
Brink, General Hollandez — 113.
Brown, Almirante de Buenos-Ayres — 343.
Buenos-Ayres, revolução da independencia — 298 e 307.
» » Convenção de armisticio — 301.
» » guerra com o Brasil — 339 e 340.
» » Convenção preliminar — 343.
» » paz com o Brasil — 347.

C

Cabanos, (guerra dos) — 358 e 359.
Cabo Frio (fundação da cidade de) — 74.
Cabo do Norte (Capitania do) — 92.
Cabo de S. Agostinho — 22, 25, 27 e 86.
Caetano Alberto de Souza Canavarro, Tenente Coronel — 315.
D. Fr. Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará — 257 e 258.
Caetano de Mello e Castro, Governador de Pernambuco — 153 e 155.
Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador de Matto-Grosso — 268.
» » » » Governador de Pernambuco — 283, 309 e 310.
Café (cultura do) — 242, 244 e 259.
Caixa de Amortisação do Imperio do Brasil — 345 e 346.
Caixa economica do Rio de Janeiro — 356.
Cajamarca — 7.
Calabar (Domingos Fernandes) — 86, 88, 89 e 91.
Calvinistas ou Huguenotes da Rochella — 47, 49 e 61.
Camara dos Deputados (dissolução da) — 387.
Campo de Santa Anna (reunião do) — 351.
Candido José de Araujo Vianna, Presidente do Maranhão — 354.
Candido Xavier de Almeida e Souza, descobridor dos Campos de Guarapuava — 243.
Canella (plantação da) — 162.
Canhamo (cultura do) — 242.
Canning (Jorge) — 340.
Capella Real do Rio de Janeiro — 291.
Capellão-mór (Bispo) — 291.
Capellas vagas — 289.

Capitanias hereditarias -- 30, 31 e 32.
Capitulação dos Hollandezes -- 119.
Capitulação de Olinda ou convenção de Bebiribe — 312.
Capuchinhos Francezes -- 120, 121 e 138.
» Italianos -- 121, 138, 169 e 181.
Capuchos da Conceição do Rio de Janeiro -- 69,
» de Santo Antonio -- 156.
Caramurú (Diogo Alves Corrêa) -- 25, 34, 35 e 40.
Carceres privados -- 249.
Carioca (aqueducto) -- 217.
» (fonte da) -- 181, 198.
Carlos Augusto Burlamaque, Governador de Sergipe d'El-Rei -- 325.
Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna -- 307, 309, 318, 335 e 339.
Carlos Pedroso da Silveira, e Bartholomeu Bueno de Cerqueira, descobridores de ouro no Brasil -- 152.
Padre Carlos Pereira Freire de Moura, Bispo eleito de Marianna -- 396.
D. Fr. Carlos de S. José, Bispo do Maranhão -- 403.
Carlos de Veaux -- 71.
Carmelitas calçados -- 56, 57 e 135.
» descalços -- 126 e 145.
D. Carolina Josefa Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil -- 314 e 341.
Cartas de confraternidade com os Jezuitas -- 239.
Carta hydrographica do Pará e Maranhão -- 297.
Cartas topographicas do Brasil -- 194 e 195.
Casa-Forte (combate da) -- 104 e 105.
Casa da Moeda da Bahia -- 151, 216 e 225.
Casas de Misericordia -- 33, 53, 198, 268, 288 e 303.
Casa da Supplicação do Brasil -- 291.
Casamento do Sr. D. Pedro I -- 314 e 348.
» do Sr. D. Pedro II -- 393, 398 e 399.
Cassapava (perda de) -- 369.
Catalan (combate de) -- 309.
D. Catharina, Duqueza de Bragança -- 52.
Cathedral do Arcebispado da Bahia -- 233.
» do Bispado do Pará -- 243.
Cativeiro em Portugal -- 246.
Caxias (saque de) — 377.
Cayambé (Palacio de) -- 7.
Cayenna (conquista de) -- 293.
» Devolução aos Francezes -- 313 e 316.
Cayrú (sorpreza dos Indios em) -- 131.
Ceará (Capitania do) -- 70, 185, 274 e 275.
Celleiro publico da Bahia , chamado *Tulhas* -- 258.
Cemiterios fóra das Igrejas --278.
Chá da India (plantação do) -- 294.
Chafariz da Carioca -- 181 e 198.
» do campo de Santa Anna -- 316.
» do largo de Moura -- 265;
» das Marrecas -- 253.

Chafariz da praça do Carmo---217 e 252.
Charles Stwart (Sir)---340.
Chichen (ruinas de)---8.
Christovão de Barros --- 47, 48 e 56.
Christovão Colombo --- de 11 a 25.
Christovão da Costa, Governador do Estado do Maranhão---162.
Padre Christovão da Cunha --- 96.
Christovão Jacques , segundo explorador das costas do Brasil—23, 26 e 29.
Chuva de pedra no Serro do Frio—405.
Cidade abandonada nos Sertões da Bahia---8.
Ciganos e Ciganas na Bahia — 180.
D. Fr. Cypriano de S. José , 5.º Bispo de Marianna — 273.
Clausulas do Tratado entre os Governos do Brasil e de Buenos-Ayres — 301.
Cobre (troco do)—362.
Cochonilha (cultura da)—242, 244 e 259.
Cockrane, Marquez do Maranhão---332, 335 e 338.
Codigo Criminal para o Imperio do Brasil—351.
» do Processo Criminal de 1.ª instancia—360, 384 e 387.
Collegio do Anjo Custodio no Rio de Janeiro—394.
» de S. Joaquim na Bahia — 141.
» de S. Joaquim no Rio de Janeiro —238 e 372.
» dos Orphãos de S. Pedro no Rio de Janeiro—206 e 238.
» dos Orphãos de Pernambuco—145.
» de Pedro II no Rio de Janeiro—239 e 372.
Colonia do Sacramento (fundação e destruição)—139.
» » restituição—140 e 143.
» » novamente tomada—158, 233 e 250.
» » troca pelas Missões do Paraguay—216.
» » cessão feita á Hespanha—251.
Colonisação estrangeira—321.
» com os naturaes---238 e 254.
» com Açorianos—76, 187 e 302.
Combates do Cabrito—328—das linhas em 29 de Dezembro—328.
» de 15 de Fevereiro e 3 de Maio—331.
» de 3 de Junho—332.
Cometa—128 e 398.
Commandantes das armas (tratamento de Senhoria aos)—397.
Commissão de pratica para os Engenheiros—397.
Commissões militares — 297, 312, 337 e 348.
Companhia geral do Commercio do Brasil—112.
» » de Pernambuco e Parahyba—224.
» » do Grão-Pará e Maranhão—226.
Conceição do Hospicio do Rio de Janeiro—308.
Concursos ecclesiasticos—270 e 284.
Condamine (Mr. de La) 209 e 243.
Conde de Aquila , Principe das Duas Sicilias—330 e 399.
Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) Governador do Pará—282.
» » Vice-Rei do Rio de Janeiro---288.
» » Governador da Bahia —302, 303 e 310.
Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida Portugal) Governador

de S. Paulo e Minas — 179 , 182, 183 e 185.
Conde da Barca (Antonio de Araujo de Azevedo) — 311.
Conde do Bobadella (Gomes Freire de Andrade) — de 197 a 234.
Conde Carli — 2, 7 e 10.
Conde Carrá S. Cyr, Governador de Cayenna — 317.
Conde da Cunha (D. Antonio Alvares da Cunha) 1.º Vice-Rei do Rio de Janeiro — 235, 236 e 237.
Conde da Figueira (D. José de Castello Branco) Governador do Rio Grande do Sul — 316, 318 e 319.
Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho) — 300.
Conde de Miranda , negociador da paz com a Hollanda — 123.
Conde de Nassau (João Mauricio) — de 93 a 101.
Conde de Obidos , Governador interino da Bahia — 96.
» » 2.º Vice-Rei do Estado do Brasil — 125.
Conde da Ponte (João de Saldanha da Gama) Governador da Bahia — 286 a 288 e 302.
Conde de Rezende (D. José Luiz de Castro) Vice-Rei do Rio de Janeiro - 264 , 265 e 268.
Conde do Rio Pardo (Joaquim Pereira Valente) Commandante do Exercito do Rio Grande do Sul — 382 e 389.
Conde de Sabugoza (Vasco Fernandes Cesar de Menezes) 4.º Vice-Rei do Brasil — 184, 197 e 199.
Conde de Villa-Flor (hoje Duque da Terceira) Governador do Pará — 313, 314 e 320.
Conego Baptista do Pará — 356 , 359 e 361.
Confederação do Equador — 337.
Congregação do Oratorio ou de S. Filippe Nery — 140 e 141.
Congruas fixas para os Parochos — 270.
Conrado Jacob de Niemeyer , Coronel de Engenheiros — 370.
Conselho de Estado — 334, 384 e 385.
» da Fazenda no Brasil — 291.
» dos Procuradores das provincias do Brasil — 326.
» Supremo Militar no Rio de Janeiro — 290.
Conservatorio dramatico brasileiro — 400.
Conspiração na Bahia — 261.
D. Constantino Barradas, 4.º Bispo do Brasil — 66 e 76.
Constantino de Menelao , Governador do Rio de Janeiro — 73.
D. Constantino de Sampaio, 10.º e ultimo Bispo do Brasil — 134.
Constituição (bases da de Portugal) — 322 e 324.
» da do Imperio do Brasil — 336.
Contractos dos frades , que se não façam sem licença — 250.
Contribuições voluntarias — 225 e 240.
Convenção de 7 de Maio de 1681 entre a Hespanha e Portugal — 140.
» addicional ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815 entre Inglaterra e Portugal — 313.
» sobre limites entre o Conde da Figueira e o Cabildo de Montevidéo — 318.
» de Bebiribe — 324.
» de 18 de Novembro de 1823 entre os Generaes Lecor e D. Alvaro — 336.
» e Tratado de 29 de Agosto de 1825 entre o Brasil e Portugal — 340.

Convenção Preliminar de 24 de Maio de 1827 entre o Brasil e Buenos-Ayres -- 343 e 344.
Convento de Nossa Senhora da Ajuda do Rio de Janeiro -- 135, 160, 209 e 211.
» do Carmo do Recife de Pernambuco -- 146.
» de Santa Clara do Desterro na Bahia -- 127 e 217.
» da Madre de Deos em Pernambuco -- 141.
» da Lapa na Bahia -- 199 e 200,
» das Mercês na Bahia -- 201.
» da Soledade na Bahia, occupado pelas Ursulinas -- 207 e 208.
» de Nossa Senhora do Parto no Rio de Janeiro -- 253.
» de Santa Thereza no Rio de Janeiro -- 199 e 217.
Coroação e acclamação de El-Rei D. João VI -- 314.
» » do Sr. D. Pedro I, Imperador do Brasil--327.
» » do Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil -- 382 e 383.
Correios (administração dos) -- 349 e 350.
Corsarios inglezes na costa do Brasil -- 54, 56, 58 e 59.
Cosme (negro rebelde do Maranhão) -- 377.
Curso de Cirurgia, estabelecido no Rio de Janeiro -- 303.
Curso Juridico de Olinda e de S. Paulo -- 344 e 345.
Custodia dos Padres Observantes de S. Francisco -- 55.
Cuyabá (Descobrimento de) -- 182.
» Minas de -- 186 e 191.
» Cidade de -- 316.
» Prelazia de -- 211 e 255.
» Bispado de -- 345.

D

David Canavarro, chefe rebelde do Rio Grande do Sul -- 375, 376, 380, 401 e 402.
David W. Bowman -- 371.
Defensor Perpetuo do Brasil -- 326.
Demarcação dos limites do Brasil -- 219, 245 e 279.
Deportação dos tres irmãos Andradas -- 334.
» dos Senadores em 1842 -- 393.
» de outras pessoas no mesmo anno -- 391.
Deputados (uniforme dos) -- 385.
Descoberto do ouro podre, minas de Arraias -- 257.
Descobrimento do Amasonas -- 22.
» da America -- 14 e 16.
» do Brasil -- 21.
» da India -- 18 e 20.
Desembargo do Paço -- 290 e 300.
Desmoronamento de terras na cidade da Bahia -- 132, 185, 195, 212, 269, 303 e 403.
Desterro (Convento de Santa Clara do) -- 127.
» Convento de Santa Thereza do -- 199 e 217.

Diamantes -- 186, 192, 193 e 278.
Dias feriados nas Repartições publicas -- 386.
Diogo Alves Corrêa , o Caramurú -- 25, 34 e 40,
Padre Diogo Antonio Feijó -- 352 e 393.
» » » Regente do Imperio -- 366 e 372.
» » » Bispo eleito de Marianna -- 396.
Diogo Botelho , 8.º Governador geral do Brasil -- 66 a 68.
Diogo Garcia , piloto portuguez -- 26 e 27.
D. Fr. Diogo de Jesus Jardim, 11.º Bispo de Pernambuco -- 259.
Diogo Leite, explorador do Maranhão -- 27.
Diogo Lourenço da Veiga, 5.º Governador geral do Brasil -- 51 e 53.
Diogo Luiz de Oliveira, 15.º Governador geral do Brasil -- 82.
Diogo de Mendonça Furtado , 12.º Governador geral do Brasil -- 77 e 79.
D. Diogo de Menezes, 9.º Governador geral do Brasil -- 68 e 70.
Diogo Soares da Silva Bivar -- 11, 66, 400 e 401.
D. Diogo de Souza, depois Conde do Rio Pardo -- 294, 298, 299 e 301.
Directoria dos Indios -- 230.
Dissolução da Assembléa Constituinte do Brasil -- 334.
» da Camara dos Deputados em 1842 -- 387.
Domingos Affonso Sertão, explorador -- 132.
Domingos da Costa Machado , Capitão-mór do Maranhão -- 76.
D. Fr. Domingos da Encarnação Pontivel , 4.º Bispo de Marianna -- 252.
Domingos Fernandes Calabar -- 86, 88, 89 e 91.
Domingos Jorge, Paulista explorador -- 132.
Domingos José Martins, membro do governo provisorio de Pernambuco -- 311 e 312.
Domingos da Silva Monteiro, Maioral dos Paulistas -- 164
Domingos Theotonio Jorge, Capitão de Artilharia em Pernambuco -- 309, 311 e 312.
Dotação do Imperador, Imperatriz, Principes e Princezas -- 381.
Duarte de Albuquerque Coelho, 4.º donatario de Pernambuco -- 82.
Duarte Coelho Pereira, 1.º donatario de Pernambuco -- 29, 31 e 33.
Duarte Corrêa Vasqueanes, Governador do Rio Janeiro -- 75, 94, 103, 112.
Duarte da Costa, 2.º Governador geral do Brasil -- 37 e 40.
Duarte Sudré Pereira Tibao ou Tiebau, Governador de Pernambuco -- 191.
Duarte Teixeira Chaves, Governador da Repartição do Sul -- 142 e 143.
Duclerc (Capitão Carlos), invasão do Rio de Janeiro -- 170.
Duguay Trouin, segunda invasão do Rio de Janeiro -- 171 a 173.
Duque de Aveiro 230.
Duque de Bragança -- 363 e 364.

E

Eleições, legislação a respeito -- 388.
Embarque das tropas portuguezas na Bahia -- 332.
Emboscada contra João Fernandes Vieira -- 107.

Encanamento das agoas potaveis para a cidade do Recife de Pernambuco--369 a 371.
Entrada livre dos navios de todas as nações nos portos do Brasil--305.
Erario Regio do Brasil--291.
Eschwege (Barão de) Engenheiro explorador de minas de ferro--304.
Escola de Agricultura e Botanica--306.
» anatomica, cirurgica e medica--291, 293 e 303.
» Real de sciencias, artes e officios--308.
Escolas ou aulas de Commercio no Brasil--293.
» ou Faculdades de Medicina e Cirurgia--360.
» menores no Brasil--245.
Especiaria da India--294.
Espirito Santo (Capitania do)--31, 59, 80 e 179.
Esquadra franceza na Bahia--287 e 288.
» ingleza na Bahia--286.
Estacio de Sá--44 e 45.
Estações navaes na costa do Brasil--405 e 406.
Estado Cisplatino ou de Montevidéo, unido a Portugal, Brasil e Algarves--324.
» unido ao Imperio do Brasil--336 e 339.
» independente como Estado Soberano--347.
D. Estevão Brioso de Figueiredo, 1.º Bispo de Pernambuco--137.
D. Estevão dos Santos, 9.º Bispo do Brasil--134.
Estrangeiros (sedição dos)--346.
» licenciamento--350.
Execuções de 1817 na Bahia e Pernambuco--312.
» de 1824 em Pernambuco e Ceará--337.
Expedições scientificas no Brasil--194, 195, 256 e 257.
Exploração do Guaporé, Mamoré, Madeira, Arinós, Tapajós, &c.--300.
Expostos de Pernambuco--135, 169 e 260.
» do Rio de Janeiro--204 e 205.
Extincção dos Corpos de milicias de Pardos e Pretos--197.
Exú (revolta do)--392 e 393.

F

Fabrica da polvora no Rio de Janeiro—291.
Faculdades de Medicina e Cirurgia—360.
Familia Real—289, 290 e 321.
Fanfa (combate da ilha do)—368.
Farinha de mandioca—149 e 203.
Feliciano Coelho de Carvalho, Governador do Estado do Maranhão—108 e 114.
Feliciano de Souza Menezes, Capitão-mór do Pará—95.
Felisberto Gomes Caldeira, Coronel na Bahia—332 e 339.
Felix Antonio Clemente Malcher, Presidente intruso do Pará—365.
Felix José Machado de Mendonça Castro e Vasconcellos, Governador de Pernambuco—173.

Fernando Alvares de Andrade, donatario do Maranhão — 32.
Fernando da Costa de Athayde Teive, Governador do Pará e do Maranhão — 234 e 236.
Fernando Delgado Freire de Castilho, Governador da Parahyba — 274.
» de Goyaz — 295.
Fernando Dias Paes, e seu irmão Garcia Rodrigues Paes, descobridores de ouro e de esmeraldas — 152.
D. Fernando José de Portugal e Castro, depois Marquez de Aguiar, Governador da Bahia — 261.
» Vice-Rei do Rio de Janeiro — 280
» Ministro d'Estado — 280.
Fernando de Magalhães, descobridor do Estreito do mesmo nome — 25.
D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, Governador de Pernambuco — 156.
» Governador do Rio de Janeiro — 162 e 165.
D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, 17.º Governador geral do Brasil — 95.
Fernando de Souza Coutinho, Governador do Pernambuco — 131.
Fernão Cabral Belmonte, Governador de Pernambuco — 148.
Fernão de Noronha, descobridor e donatario da ilha do mesmo nome — 23 e 24.
FICO: resposta de D. Pedro ao Senado da Camara do Rio de Janeiro — 326.
Filhos negros de pais brancos — 275 e 276.
D. Filippe Camarão, chefe indigena de Pernambuco — de 84 a 112.
» 2.º de Castella e 1.º de Portugal — 52, 53 e 63.
» 3.º de Castella e 2.º de Portugal — 64 e 77.
» 4.º de Castella e 3.º de Portugal — 77.
Flora Fluminense — 253.
Frades em geral — 135, 146, 164 e 240.
» motim entre os de S. Francisco — 242.
» Carceres privados, e temporalidades — 249 e 250.
» de Nossa Senhora da Penha de Pernambuco — 120 e 121.
D. Fradique de Toledo, Almirante hespanhol — 80 e 81.
Francezes no Rio de Janeiro — de 38 a 46, de 170 a 173.
» em Pernambuco — de 27 a 30.
» no Maranhão — 60, 61, de 70 a 74.
Francia, Dictador do Paraguay — 319.
D. Francisca, Princeza do Brasil — 337, 381 e 400.
Franciscanos — 55 e 242.
Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, Deputado — 378.
» Presidente do Rio Grande do Sul — 380.
Francisco Antonio Cardozo de Menezes, Governador de Santa Catharina — 233.
Francisco Antonio de Oliveira & Filho — 406.
Francisco Antonio da Veiga Cabral da Camara, Governador de Santa Catharina — 251.
Francisco de Arruda da Camara, Coronel — 401.
D. Francisco de Assis Mascarenhas, 1.º Conde de Palma, Governador de Goyaz — 283.

D. Francisco de Assis Mascarenhas, 1.º Conde de Palma, Governador de Minas -- 295.
» de S. Paulo -- 305 e 306.
» da Bahia, e depois Marquez de S. João da Palma -- 314 e 322.
D. Fr. Francisco da Assumpção e Brito, 9.º Bispo de Pernambuco -- 246.
Francisco Barboza Nogueira Paz, Coronel -- 393.
Francisco Barreto de Menezes, Mestre de Campo General em Pernambuco -- 111, 113, 118 e 119.
» Governador e Capitão General da mesma Capitania -- 120.
» 23 º Governador geral do Brasil -- 121.
Francisco de Barros Moraes de Araujo Teixeira Homem, Governador de Santa Catharina -- 253.
Francisco de Brito Freire, 3 º Governador e Capitão General de Pernambuco -- 124.
Francisco Caldeira de Castello-Branco, chefe da expedição do Pará -- 73, 74 e 76.
Francisco de Castro de Moraes, Governador do Rio de Janeiro -- 153, 168, de 170 a 173 e 175.
» Governador de Pernambuco -- 161.
Francisco das Chagas dos Santos, Marechal -- 315.
Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Estado do Maranhão -- 78, 81, 86 e 93.
Francisco Cordovil Camacho, Capitão-mór do Pará -- 99.
Francisco Corrêa Vidigal, Monsenhor e Vigario Capitular -- 381.
Francisco da Cunha Menezes, Governador de S. Paulo -- 256.
» Governador da Bahia -- 281, 285 e 286.
D. Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira, 14.º Arcebispo da Bahia -- 305.
Francisco Elesbão Pires de Carvalho, Presidente do governo provisorio da Cachoeira -- 328.
Francisco I de França, ou Tratado de alliança com Portugal -- 29.
Padre Francisco Ferreira de Azevedo, Prelado de Goyaz -- 318.
Francisco de Figueirôa, Mestre de Campo -- 112 e 119.
D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, Governador do Pará -- 265 e 279.
D. Fr. Francisco de S. Jeronymo, 3.º Bispo do Rio de Janeiro -- 159 e 162.
Francisco João Roscio, Governador do Rio Grande do Sul -- 255.
Francisco José Martins, Tenente Coronel -- 358.
Francisco José de Souza Soares de Andréa, Commandante das armas e Presidente do Pará -- 355 e 365.
» Presidente de Santa Catharina -- 376 e 379.
» do Rio Grande do Sul -- 380.
D. Fr. Francisco de Lima, 4.º Bispo de Pernambuco -- 153 e 161.
Francisco de Lima e Silva, Brigadeiro -- 137.
» Regente do Imperio -- 352.
Francisco de Mello Palheta, explorador do Rio Madeira -- 187.
Francisco de Mendonça de Vasconcellos, Governador do Rio de Janeiro -- 63.
Fr. Francisco de Menezes, frade turbulento em Minas -- 164.
D. Francisco de Moura Rolim, 14.º Governador geral do Brasil -- 81.

D. Francisco Naper de Lencastre, Governador do Rio de Janeiro --148.
Francisco Nunes Marinho d'Eça, commandante das tropas da Bahia--79.
Francisco Orellana, 1.º navegador do Amasonas --33.
Francisco Paes Barrêto, Presidente de Pernambuco, e depois Marquez do Recife--336.
Francisco de Paula Gomes dos Santos, Presidente do governo provisorio de Pernambuco--324 e 329.
Francisco de Paula Magessi Tavares, Governador de Matto-Grosso --268 e 316.
Francisco de Paula e Souza, Senador do Imperio--393.
Francisco Pedro de Abreu, Tenente Coronel no Rio Grande do Sul--401.
Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Governador do Estado do Maranhão--212.
Francisco Pedro Vinagre, Presidente intruso do Pará--365.
Francisco Pereira Coutinho, donatario da Bahia--31, 33 e 34.
Francisco Rebello, Mestre de Campo--92, 108 e 109.
Francisco do Rego Barros, depois Barão da Boa-Vista--369, 393 e 406.
Francisco de Sá e Menezes, Governador do Estado do Maranhão--141.
Francisco de Seixas Pinto, Capitão-mór do Pará--125.
Francisco Sergio de Matos--369.
Doutor Francisco da Silveira Dias, 8.º Prelado do Rio de Janeiro--131.
D. Francisco de Souza, 7.º Governador geral do Brasil -- de 57 a 69.
Francisco de Souza Fundão, restaurador do Forte de Santo Antonio de Macapá — 155.
Francisco de Souza Menezes, Governador de Santa Catharina — 237.
Francisco de Souto Maior, Governador do Rio de Janeiro — 103.
Francisco Vicente Vianna, Presidente da Junta provisoria da Bahia — 327.
D. Francisco Xavier Aranha, 8.º Bispo de Pernambuco — 222.
Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Maranhão — 218 e 219.
Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Ouvidor do Rio Negro — 248.
Francisco Xavier de Sampaio, explorador do Rio Negro — 123.
D. Francisco Xavier de Tavora, Governador do Rio de Janeiro — 174 e 175.
Frederico Mariath, Capitão de Mar e Guerra, — 365 e 376.
Fructuoso Rivera, chefe dos Gauchos — 307, 315, 318 e 339.

G

Gabriel Malagrida, Jesuita — 208.
Gabriel Soares de Souza, explorador do Brasil — 65.
Garantias (suspensão das) — 348 e 391.

Garrafadas (noite das) — 351.
D. Gaspar Barata de Mendonça, 1.º Arcebispo da Bahia — 136.
Gaspar de Souza, 10.º Governador geral do Brasil — 71 e 74.
Gervasio Pires Ferreira, Presidente da Junta do governo de Pernambuco — 324 e 329.
Gloria (Igreja de Nossa Senhora da) — 176.
Godin (Mr. e Madame) — 209 e 243.
Golpe de Estado em 30 de Julho de 1832 no Rio de Janeiro — 357 e 358.
Gomes Freire de Andrade, Governador do Estado do Maranhão — 144 e 157.
» Conde de Bobadella, Governador de toda a repartição do Sul — de 197 a 234.
Gonçalo Coelho, 1.º explorador da costa do Brasil — 22.
Governadores do Ceará — 275.
Governo provisorio da Cachoeira — 328.
Goyanna (governo provisorio de) — 324.
Goyaz (descobrimento de) — 142. (Minas de) — 190 e 216.
» (Capitania de) — 213 e 215. (Cidade de) — 316.
» (Prelazia de) — 210, 211 e 256. (Bispado de) — 345.
Grão Mestrado das tres Ordens Militares de Christo, Aviz e Santiago — 36, 404 e 405.
D. Gregorio dos Anjos, 1.º Bispo do Maranhão — 138.
Gregorio de Castro Moraes, Mestre de Campo — 162, 167 e 170.
D. Fr. Gregorio José Viegas, Bispo eleito de Pernambuco — 296 e 320.
Guaporé (exploração do) — 300.
Guarapuava (Campos de) — 243.
» (Missão de) — 296.
Guararapes (batalhas de) — 111 e 113.
Guarda de Honra — 331 e 356.
Guarda Nacional (lei da) — 356.
Guaxima (cordas de) — 242.
Guerra dos Mascates em Pernambuco — 170, 171 e 173.
D. Fr. Guilherme de S. José, 2.º Bispo do Para — 207.

H

Harley (Carlos de) — 71.
D. Henrique, Cardeal Rei de Portugal — 51 e 52.
Henrique Dias, Governador dos homens pretos de Pernambuco — de 92 a 111.
Henrique Ellis, Embaixador de Inglaterra — 395.
Henrique Huss, Coronel Hollandez — 104.
Henrique Luiz Vieira Freire de Andrade, Governador de Pernambuco — 204.
Hollandezes na Bahia — de 78 a 112.
» em Pernambuco — de 83 a 119.
Honorio Hermeto Carneiro Leão, Deputado e Ministro d'Estado — 378 e 395.
Horto botanico no Rio de Janeiro — 242.

Hospicio de S. Fillipe Nery da Bahia -- 141.
» da Palma na mesma cidade -- 151.
» dos Religiosos leigos de S. Francisco -- 202.
Hospitaes do Reino e Dominios Ultramarinos -- 288.
Hospital de caridade de Santa Catharina -- 253.
» do Pará -- 258 e 268.
Hospital dos Lazaros no Rio de Janeiro -- 235 e 236.
» da Bahia -- 258, 259 e 260,
» de Pernambuco -- 260.
Hospital militar da Côrte do Rio de Janeiro -- 301.
» da Ordem terceira do Carmo na mesma Côrte -- 207 e 264.
» de S. Francisco -- 213.
» de S. Francisco de Paula -- 226.
Hospital da Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro -- 303.
Huguenotes ou Calvinistas da Rochella -- 47, 49 e 61.
Hvitramannaland ou Grande Irlanda -- 2 e 9.

I

S. Ignacio (Patriarca dos Jesuitas) -- 37 e 39.
Ignacio Coelho da Silva, Governador do Estado do Maranhão -- 137.
Ignacio Corrêa de Vasconcellos, Tenente Coronel -- 355 e 361.
Ignacio Elloy de Madureira, 1.º Governador do Rio Grande do Sul -- 232.
Ignacio Luiz Madeira de Mello, Governador das armas na Bahia -- 327, 328 e 332,
Ignacio do Rego Barreto, Governador da Capitania do Pará -- 117.
Igreja de Nossa Senhora da Gloria do Rio de Janeiro -- 176.
» Episcopal Anglicana na mesma cidade -- 321.
Ilha da Ascenção, hoje da Trindade -- 23.
Ilha da Cananea -- 28.
Ilha de Santa Catharina, descobrimento -- 27.
» povoação -- 116 e 187.
» Governo subalterno -- 205 e 206.
» tomada pelos Hespanhoes -- 251.
Ilha das Cobras (sedição militar) — 353.
Ilha de Fernando de Noronha -- 24, 203 e 204.
Ilha Grande de Joannes -- 127, 128 e 222.
Ilha de Itamaracá -- 26, 28, 29, 88 e 107.
Ilha de Itaparica -- 109.
Ilha do Maranhão, durante os Francezes -- 60, 71 a 74.
» durante os Hollandezes — 99, 100 e 103.
Ilha do Medo ou do Boqueirão -- 32.
Ilha de S. Vicente -- 29.
Ilheos (Capitania dos) -- 31, 42, 68 e 232.
Imperio do Brasil -- 327.
Impostor das Alagoas -- 199.
Imprensa no Brasil -- 220. Regia do Rio de Janeiro -- 291.
» da Bahia -- 298.

Incendio da Igreja do Parto no Rio de Janeiro -- 264.
» da Casa dos Contos na mesma cidade -- 280.
» da Casa da Camara -- 264.
» do Theatro de S. Pedro de Alcantara -- 336.
Independencia do Brasil (declaração da) -- 327.
» (reconhecimento da) -- 340.
Independencia de Montevidéo -- 339.
Independencia de Portugal -- 97 e 129.
India morta (batalha de) -- 308.
Indios, (liberdade dos) -- 150, 219 e 227.
» Temporalidades -- 161, 230 e 317.
» Isenções -- 223, 224 e 228.
» conquista dos Chavantes -- 257.
Inquisição (Tribunal da) -- 26.
Instituto de Advogados brasileiros -- 404.
» Historico Geographico Brasileiro -- 374.
» Vaccinico da Côrte do Rio de Janeiro -- 299.
Insurreição de escravos na Bahia -- 286, 287, 302 e 303.
» de Montevidéo contra o Brasil -- 339.
» de Pernambuco contra os Hollandezes -- 103.
Intendencia da Marinha -- 243.
Inundações -- 128.
Invalidos do Rio de Janeiro -- 268.
Ituzaingo (batalha do arroyo de) -- 343.

J

Jacinto Roque de Senna Pereira, Capitão de Fragata -- 343.
Jacome Bezerra, Capitão -- 115.
Jacome Raimundo de Noronha, Capitão-mór intruso do Pará -- 93.
Jacques Rifflaut -- 60 e 70.
D. Januaria Princeza do Brasil -- 330, 367, 368 e 381.
Japy-Assu, chefe dos Tupinambás -- 49.
Jardim botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas -- 294, 317 e 330.
Jayme Lancaster -- 59 e 60.
Jeronimo de Albuquerque -- 62, 64, 71 a 75.
D. Jeronimo de Athayde, Conde de Atouguia, 22.º Governador geral do Brasil -- 119.
Jeronimo Bonaparte -- 287 e 288.
Jeronimo Fragoso de Albuquerque, Capitão-mór do Pará -- 76.
Jeronimo de Mendonça ou da Costa Furtado (Uxumberga), Governador de Pernambuco -- 126.
Jesuitas: 1.ª Ordem religiosa estabelecida no Brasil (Collegios) -- 35, 37, 46, 49, 185 e 203.
» Temporalidades -- 185 e 228. (Missões) -- 156.
» Perseguições -- 67, 97, 118 e 217.
» Prisões -- 124, 143, 223 e 229.
» Banimento -- 228 e 239.
D. João 2.º de Portugal -- 11 a 13. 17 e 18.
» 3.º de » de 26 a 40.
» 4.º de » 97, 98, 110 e 121.

D. João 5.º de Portugal -- 162, 191 e 217.
» 6.º de » 307, 314, 322 e 340.
João de Abreu Castello Branco, Governador do Estado do Maranhão -- 204 e 209.
João Alberto de Miranda Ribeiro, Governador de Santa Catharina -- 267.
D. João Antonio Lavalleja -- caudilho rebelde de Montevidéo -- 339.
João Barboza Pinto, Capitão --- 115.
João de Barros, donatario do Maranhão --- 32.
João de Barros da Guerra, Capitão-mór do Pará -- 168.
D. João de Bragança, Principe Regente de Portugal -- 266, 289 e 290.
» Rei debaixo do nome de D. João VI -- 307, 314, 322 e 340.
» Imperador titular do Brasil -- 340.
» sua morte em Portugal -- 341.
João Braulio Muniz, membro da Regencia trina -- 352 e 366.
D. João Carlos, Principe da Beira -- 330.
João Carlos Augusto de Oeynhausen, Governador de Matto-Grosso --- 268 e 275.
» Governador de S. Paulo -- 317.
D. João Carlos de Bragança, Embaixador do Rei de Dahomé --- 269.
João Carlos de Saldanha Oliveira Souza e Daun, Governador do Rio Grande do Sul --- 323.
João Corrêa da Silva (naufragio de) --- 130.
João da Costa, 2.º Prelado do Rio de Janeiro -- 63 e 68.
D. Fr João da Cruz, 5.º Bispo do Rio de Janeiro --- 208 e 209.
João da Cunha Souto-Maior, Governador de Pernambuco -- 144 e 145.
João de Deos Mena Barreto, General no Rio Grande do Sul --- 307.
João Dias de Solis, piloto Castelhano -- 25.
João Duarte do Sacramento, Preposito da Congregação do Oratorio -- 137 e 140.
» Bispo eleito de Pernambuco -- 144.
D. Fr. João Evangelista Pereira, 5.º Bispo do Pará -- 246.
João Facundo de Castro e Menezes, Vice-Presidente do Ceará --- 384.
João Fernandes Vieira, Mestre de Campo na guerra dos Hollandezes -- 91, 102 a 119.
D. João Franco de Oliveira, 4.º Arcebispo da Bahia -- 154.
João Furtado de Mendonça, Governador do Rio de Janeiro -- 145.
João Gualberto Teixeira de Carvalho -- 391.
S. João de Ipanema (Fabrica de ferro de) --- 316.
João José da Cunha Fidié, Governador do Piauhy --- 335.
D. Fr. João de S. José e Queiroz, 4.º Bispo do Pará -- 232.
D. João de Lencastre, 32.º Governador geral do Brasil --- 151.
D. Fr. João da Madre de Deos, 2.º Arcebispo da Bahia -- 142.
João da Maia da Gama, Governador do Estado do Maranhão -- 186.
João Manoel de Mello, 3.º Governador de Goyaz -- 229 e 243.

D. João Manoel de Menezes, Governador de Goyaz — 277.
Padre João Manzonni, Arcebispo eleito da Bahia — 315.
João Mauricio, Conde de Nassau, Governador Hollandez de Pernambuco — de 93 a 101.
João da Nova, descobridor da ilha da Ascenção — 23.
João Paulo dos Santos Barreto, Brigadeiro — 380 e 382.
João Pedro da Camara, Governador de Matto-Grosso — 236.
João Pereira Caldas, Governador do Pará — 245.
» Governador de Matto-Grosso — 245 e 263.
João Popino Caldas, Coronel em Cuyabá — 363.
D. João da Purificação Marques Perdigão, 16.º Bispo de Pernambuco — 349, 359 e 403.
João Rademaker, Encarregado de negocios em Buenos-Ayres — 301.
Padre João Ribeiro de Mello Monte-negro, membro do governo provisorio de Pernambuco — 311.
João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, 21.º Governador geral do Brasil — 114.
João de Saldanha da Gama de Mello e Torres, Conde da Ponte, Governador da Bahia — 286 a 288.
João da Silva de Souza, Governador do Rio de Janeiro — 131.
João de Souza — 27 e 29.
D. João de Souza, Governador de Pernambuco — 139.
João Tavares Rondon, Governador do Rio de Janeiro — 138 e 139.
João de Vellasco Mollina — Capitão-mór do Pará — 155.
João Vieira Tovar de Albuquerque, Governador de S. Catharina 313.
D. Joaquim Borges de Figueiroa, 10.º Arcebispo da Bahia — 247 e 252.
Joaquim Camillo de Brito — 391.
Joaquim Candido Soares de Meirelles — 391.
Joaquim Filippe dos Reis, Coronel — 320, 329 e 359.
Joaquim José Ferreira, Engenheiro — 256.
Joaquim José Luiz de Souza, Major — 359 e 365.
Joaquim José da Silva Santiago, na Bahia — 328.
» Commandante das armas do Pará — 364.
Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes — 262 e 263.
Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda, Marechal — 310 e 311.
Joaquim de Mello Povoas, 1.º Governador de S. José do Rio Negro — 227.
Joaquim de Oliveira Alvares, chefe da Legião de S. Paulo — 308 e 309.
Joaquim Pereira Valente (hoje Conde do Rio Pardo) Governador de S. Catharina — 325.
» Commandante das armas do Rio Grande do Sul — 382 e 389.
Joaquim Pinto Madeira, Coronel de milicias do Ceará — 354.
S. Joaquim do Rio Branco (Fortaleza de) — 219.
Joaquim Tinoco Valente, Governador do Rio Negro — 245.
Joaquim Xavier Curado, Governador de Santa Catharina — 278.
» General no Rio Grande do Sul — 315.

Joinville (Principe de) — 400.
Jorge de Albuquerque Coelho, 3.º donatario de Pernambuco — 59.
Jorge de Avilez , General portuguez — 318 e 326.
Jorge de Figueiredo Corrêa, donatario dos Ilheos — 31.
D. José I. , Rei de Portugal — 217 e 250.
José de Abreu , Barão do Serro Largo — 307, 309 e 319.
D. José Affonso de Moraes Torres, 9.º Bispo do Pará — 402.
José Alexandre Carneiro Leão, Visconde de S. Salvador de Campos — 398.
José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho, Governador de Goyaz — 244.
Padre José de Anchieta, Jesuita, chamado o Apostolo do novo mundo — 37, 43, 45, 54 e 62.
José de Araujo Ribeiro, Presidente do Rio Grande do Sul — 366 a 368.
D. José de Barros de Alarcão, 2.º Bispo do Rio de Janeiro — 142.
José de Barros Falcão de Lacerda, Coronel, Commandante da expedição da Bahia — 330.
» Commandante das armas de Pernambuco — 333.
José de Barros Lima, Capitão de artilharia de Pernambuco — 310 e 312.
José Bonifacio de Andrada e Silva — 326, e 334. Tutor — 352.
» Prisão — 362. Morte — 374
D. José Botelho de Mattos , 8.º Arcebispo da Bahia — 208 e 216.
D. José Caetano da Silva Coutinho , 8.º Bispo do Rio de Janeiro — 291 e 381.
D. José de Castello Branco, Conde da Figueira, Governador do Rio Grande do Sul — 316, 318 e 319.
José Cesar de Menezes, Governador de Pernambuco — 248.
José da Costa Carvalho, membro da Regencia trina — 352 e 366.
D. José da Cunha Grãa Athayde e Mello , Conde de Pavolide, Governador de Pernambuco — 240.
» Governador da Bahia — 241.
Padre José Custodio Dias — 351.
José Custodio de Sá e Faria , Governador do Rio Grande do Sul — 235.
D. Fr. José Delgarte, 3.º Bispo do Maranhão — 179.
D. Fr. José de Santa Escolastica, Bispo eleito de Pernambuco — 273 e 281,
» 13.º Arcebispo da Bahia — 285, 286 e 293.
José Feliciano Pinto Coelho, Presidente intruso de Minas — 390.
D. Fr. José Fialho, 6.º Bispo de Pernambuco — 189.
» 7.º Arcebispo da Bahia — 205.
José Francisco Guimarães — 391.
José Gabriel de Moraes Mayer, Major — 358.
José Henriques de Paiva — 244.
José Ignacio Borges, Governador do Rio Grande do Norte — 320.
S. José de Javary, ou Capitania do Rio Negro — 227.
D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho , 12.º Bispo de Pernambuco — 271 a 273.
D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, 7.º Bispo do Rio de Janeiro — 247.

José Joaquim de Lima e Silva, Coronel Commandante das tropas da Bahia — 332.
» outro do mesmo nome sobrinho — 391.
José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente do Pará — 359, 361 e 364.
José Joaquim da Silva (Carta hydrographica do Pará por) — 297.
D. José Luiz de Castro, Conde de Rezende, 5.º Vice-Rei do Rio de Janeiro — 264, 265 e 268.
D. José Luiz de Menezes, Conde de Valadares, Governador de Minas Geraes — 240.
José Marcellino de Figueiredo, Governador do Rio Grande do Sul — 241 e 246.
D. Fr. José Maria de Araujo, 13.º Bispo de Pernambuco — 289 e 290.
José Maria Pinto Peixoto, Marechal — 360.
José Maria da Silva Bitancourt, Commandante das armas do Pará — 355 e 356.
» Commandante das armas do Rio Grande do Sul — 389.
José Marianni, Presidente do Pará — 361.
Fr. José Marianno da Conceição Velloso, botanico — 253.
Padre José Martinianno de Alencar, Presidente do Ceará — 354.
D. José de Mello Manoel, Governador de Santa Catharina — 221.
José de Napoles Tello de Menezes, Governador do Pará — 254.
José Narcizo de Magalhães e Menezes, Governador do Pará — 287 e 293.
Padre José Nicoláo de Azevedo Coutinho Gentil, 1.º Prelado de Cuyabá, e 2.º de Goyaz — 255.
S. José do Norte (combate de) — 380.
José Pedro de Carvalho — 391.
José Pereira Pinto, Governador de Santa Catharina — 258.
José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, Governador interino de S. Paulo — 256.
José Ramos de Oliveira, Presidente da Associação Commercial de Pernambuco — 376 e 406.
S. José de Riba-mar — (Igreja de) — 260.
José Rodrigues Fróes, Guarda-mór de Paracatú do Principe — 210.
José da Serra, Governador do Estado do Maranhão — 195.
José da Silva Paes, Brigadeiro e Governador de Santa Catharina — 197 e 206.
José Simões de Carvalho, Dr. em mathematica — 260.
D. Fr. José da SS. Trindade, 6.º Bispo de Marianna — 320 e 396.
José Velho de Azevedo, Capitão-mór do Pará — 178.
Juiz Conservador da Nação ingleza — 290.
Junta do Commercio, agricultura, fabricas e navegação — 291 e 293.
Junta de Direcção medico-cirurgica e administrativa do hospital militar da Côrte — 301.
Junta da Fazenda — 243, 274, 282 e 319.
Junta Provisoria do governo civil da Bahia — 322 e 327.
» de Minas Geraes — 326.
» do Pará — 321, 329, 333 e 334.
» de S. Paulo — 325.
» de Pernambuco — 324, 329 e 333.

Junta para resolver os negocios em recurso ao Desembargo do Paço — 300.
Juramento das bases da Constituição de Portugal — 322 a 324.
» da Constituição do Brasil — 336 e 339.

L

Labatut (Brigadeiro Pedro) — 328, 331, 332 e 354.
Laboratorio chimico no Rio de Janeiro — 300.
La Condamine (Mr. de) — 209 e 243,
Lafuente, deportado para o Espirito Santo — 393.
Lages (villa de) — 321.
Lapa (convento da) — 199 e 200.
Lazaros do Rio de Janeiro — 235 e 336.
» da Bahia — 258, 259 e 260.
» de Pernambuco — 260.
Legião de S. Paulo — 308.
Legislação organica do Exercito e armada — 396 e 397.
Leis militares em Minas e S. Paulo — 391 e 392.
Leonardo Bezerra, um dos do levante de Olinda — 171.
Leonardo Nunes, Jesuita fundador do Collegio de S. Vicente — 35.
Levante do Povo na Bahia por causa do preço do Sal — 174.
» por causa de uma execução — 177.
» dos soldados na mesma cidade — 147 e 184.
Levante de Minas contra o Conde de Assumar — 182 e 183.
» em tempo do Visconde de Barbacena — 262 e 263.
Levante de Campos contra o dominio da familia Corrêa de Sá — 214.
Levante dos nobres de Olinda contra os mascates do Recife — 170, 171 e 173.
Liberdade do Commercio com todas as Nações — 305.
» dos escravos em Portugal e Algarves — 246.
Lobo de Souza, Presidente do Pará — 364.
Lord Cockrane, Marquez de Maranhão — 332, 335 e 338.
D. Lourenço de Almeida, 35.º Governador geral do Brasil — 168.
» Governador de Pernambuco — 177.
» Governador de Minas Geraes — 185 e 192.
Lourenço de Brito Corrêa, Procurador da Fazenda — 98.
D. Lourenço de Mendonça, 5.º Prelado do Rio de Janeiro — 87.
» 1.º Bispo nomeado para o Rio de Janeiro — 97 e 101.
S. Lourenço de Tijucopapo (combate de) — 106.
Lucas Antonio Monteiro de Barros, 1.º Chanceller da Relação de Pernambuco — 321.
Luiz XIV (Memorias do tempo de) — 275.
Luiz de Albuquerque Pereira e Caceres, Governador de Matto-Grosso — 246 e 249.
D. Luiz de Almeida Portugal, Governador do Rio de Janeiro — 116.
D. Luiz de Almeida Portugal Soares Eça de Alarcão Mello Silva e Mascarenhas, 2.º Marquez de Lavradio, e Governador da Bahia — 240.
» 3.º Vice Rei do Rio de Janeiro — 242 e 244.
D. Luiz Alvares de Figueiredo, 6.º Arcebispo da Bahia — 188.

Luiz Alves de Lima, depois Barão de Caxias, Presidente do Maranhão--377.
Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, Governador de Minas--261 a 263.
D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador de S. Paulo--237.
Luiz Aranha de Vasconcellos, Capitão-mór do Pará--83.
Luiz Barba Alardo de Menezes, Governador do Ceará--275.
Luiz Barbalho Bezerra, Mestre de Campo--96 e 98.
» Governador do Rio de Janeiro--101 e 103.
Luiz de Brito e Almeida, 4.º Governador geral--47, 48 e 51.
Padre Luiz de Castro Pereira, Prelado de Cuyabá--282.
Luiz Cezar de Menezes, Governador do Rio de Janeiro--149.
» 34.º Governador geral do Brasil--162.
Luiz da Cunha Menezes, Governador de Goyaz--252.
» Governador de Minas--257 e 262.
Luiz Diogo Lobo da Silva, Governador de Pernambuco--223.
» Governador de Minas--227 e 235.
Luiz José Corrêa de Sá, Governador de Pernambuco--215.
Luiz Leger Vauthier, Engenheiro civil--407.
Luiz de Magalhães, Governador do Estado do Maranhão--114.
Luiz Manoel de Moura Cabral, Presidente da Junta provisoria da Bahia--322.
D. Luiz de Mascarenhas, Governador de S. Paulo--206.
D. Luiz Mauricio da Silva, Governador de Santa Catharina--285.
D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho Menezes de Athayde, 10.º Conde de Atouguia, e 6.º Vice-Rei do Estado do Brasil--216.
Luiz Pinto de Souza, Governador de Matto-Grosso--241.
Luiz do Rego Barrêto, Capitão General de Pernambuco--312 e 324.
Luiz do Rego Barros, Capitão-mór do Pará--86 e 89.
D. Luiz de Roxas y Borja--91.
D. Luiz de Souza, 11.º Governador geral do Estado do Brasil--74.
Luiz de Souza de Macedo, Barão da Ilha Grande de Joannes--128 e 222.
Luiz Telles da Silva, Marquez de Alegrete, Governador de S. Paulo--300.
» Governador do Rio Grande do Sul--305.
D. Fr. Luiz de Santa Thereza, 7.º Bispo de Pernambuco--206 e 207.
Luiz Vahia Monteiro, Governador do Rio de Janeiro--188.
Luiz de Vasconcellos e Souza, 4.º Vice-Rei do Rio de Janeiro--252, 253 e 264.
D. Luiza de Gusmão, Rainha de Portugal--121, 123 e 125.

M

Macapá — fortaleza de Santo Antonio de — 148, 155 e 157.
» de S. José de — 334 e 336.
Madeira (exploração do rio) — 187, 215 e 300.
Madoc, Principe de Galles — 9
Mahú (rio) — 386.

Maioridade do Sr. D. Pedro II — 378 e 379.
Males (especie de contagio em Pernambuco) — 146.
Mamoré (exploração do) — 300.
Mandioca (plantação de) — 149 e 203.
Manifesto da Côrte do Brasil, do 1.º de Maio de 1808 — 290.
» da Princeza Carlota e do Infante D. Pedro Carlos — 292.
» do Principe D. Pedro, Regente do Brasil — 327.
» do Imperador D. Pedro I — 340.
D. Manoel, Rei de Portugal — de 18 a 26.
D. Manoel de Almeida de Carvalho, 7.º Bispo do Pará — 267 e 297.
D. Manoel Alvares da Costa, 5.º Bispo de Pernambuco — 167.
Manoel Beckman, fazendeiro do Mearim — 143 e 144.
Manoel Bernardo de Mello e Castro, Governador do Estado do Maranhão — 229.
Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro, negociante — 406.
Manoel Carlos de Abreu e Menezes, Governador de Matto-Grosso — 268.
Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente de Pernambuco — 332, 336 e 337.
Manoel Coelho Cintra, negociante — 369.
D. Fr. Manoel da Cruz, 1.º Bispo de Marianna — 212.
Manoel da Cunha de Menezes, Conde de Lumiar, Governador de Pernambuco — 241.
» Governador da Bahia — 248.
Manoel Dias de Andrade — 91 e 92.
Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, Governador de Santa Catharina — 214.
Manoel da Gama Lobo de Almada, explorador do Rio Branco — 260.
» Governador do Rio Negro — 263 e 279.
Manoel Ignacio de Sampaio, Governador do Ceará — 275.
» Governador de Goyaz — 320.
Manoel Joaquim Henriques de Paiva — 244.
D. Fr. Manoel de Santa Ignez, 9.º Arcebispo da Bahia — 233.
Manoel Joaquim Barboza de Castro, Brigadeiro de artilharia em Pernambuco — 309 e 310.
D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, 5.º Bispo de S. Paulo — 342.
Manoel Jorge Rodrigues, depois Tenente General — 309, 365, 375 e 380.
Manoel José Garcia, Ministro de Buenos-Ayres — 343 e 344.
D. Manoel Lobo, Governador do Rio de Janeiro — 138 e 139.
Manoel Madeira, Capitão-mór do Pará — 96.
Manoel Marques, Tenente Coronel, que tomou Cayenna — 293 e 297.
Manoel Marques de Souza, chefe no Rio Grande do Sul — 307.
D. Manoel do Monte Rodrigues d'Araujo, 9.º Bispo do Rio de Janeiro — 381.
Padre Manoel da Nobrega, 1.º Provincial dos Jesuitas no Brasil — 35, 37, 43 e 47.
Manoel Nunes Vianna, maioral dos Portuguezes em Minas — 164 a 166.
Manoel Pedro de Freitas Guimarães, Brigadeiro Commandante das armas na Bahia — 327.
D. Fr. Manoel Pereira, 1.º Bispo do Rio de Janeiro — 142.

D. Manoel de Portugal e Castro, ultimo Governador de Minas--304.
D. Fr. Manoel da Resurreição, 3.º Arcebispo da Bahia--147.
D. Fr. Manoel da Resurreição, 3.º Bispo de S. Paulo--247.
Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, Presidente do Rio Grande do Norte--373.
D. Manoel Rolim de Moura, Governador do Estado de Maranhão --160.
» Governador de Pernambuco--186.
Manoel dos Santos Pedroso, Conquistador dos Povos das Missões --279.
Manoel Soares Coimbra, Governador de Santa Catharina--266.
Dr. Manoel de Souza e Almada, 7.º Prelado do Rio de Janeiro --122.
Manoel de Souza d'Eça, Capitão-mór do Pará--81.
Manoel de Souza Tavares, Governador de Pernambuco--180.
Manoel Telles Barreto, 6.º Governador geral, e 1.º Capitão General do Brasil--54 e 56.
Manoel Telles da Silva Lobo, Presidente do Maranhão--338.
Manoel Xavier Carneiro da Cunha, Deão de Olinda--273.
Manufacturas no Brasil--396.
Maranhão--donataria--32.
» Conquista--60, 71 a 74, 99, 100 e 103.
» Capitania--117, 223, 245 e 249.
» Estado--78 e 120.
» Bispado--136, 347 e 348.
Marçal Nunes da Costa, Capitão-mór do Pará--122 e 135.
Marckland, paiz da America--3 »
Marco Antonio Zeno--10.
Marco Paulo ou Polo--16.
D. Marcos de Noronha, 6.º Conde dos Arcos, Governador de Pernambuco--210.
» Governador de Goyaz--215.
» 7.º Vice-Rei do Brasil--225.
D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos, Governador do Pará--282.
» Vice-Rei do Rio de Janeiro--288.
» Governador da Bahia--de 296 a 312.
» Ministro d'Estado no Rio de Janeiro--323.
D. Marcos Teixeira, 5.º Bispo do Brasil--78 e 79.
D. Maria 1.ª, Rainha de Portugal--250, 257, 266 e 307.
» 2.ª, Rainha de Portugal--317, 341, 347 e 348.
D. Maria Amelia, Princeza do Brasil--357 e 384.
D. Maria Francisca, e D. Maria Izabel, Infantas de Portugal--308.
D. Maria da Gloria, Princeza do Brasil--317.
Marianna (cidade)--210. (Bispado)--210 e 211.
D. Marianna, Infanta de Portugal--303.
Marquez de Alegrete, Luiz Telles da Silva, Governador de S. Paulo--300.
» Governador do Rio Grande do Sul--305.
Marquez de Barbacena--342 a 347.
Marquez de Caravellas, Regente interino--352.
Marquez de Lavradio, Governador e Vice-Rei do Brasil--240, 242 e 244.

Marquez de Montalvão, 1.º Vice-Rei do Brasil--96, 98 e 100.
Marquez de Monte Bello, Governador de Pernambuco--150.
Martim Affonso de Souza, Capitão-mór da armada e Donatario de S. Vicente--de 27 a 31.
Martim Affonso de Souza, alias Ararigboia,--45 e 46.
Martim Affonso Tebyreçá, chefe indigena de S. Paulo--43.
Martim de Behaim ou de Bohemia--12.
Martim Corrêa de Sá, Governador do Rio de Janeiro--67 e 75.
Martim Francisco Ribeiro de Andrada--378.
Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador de S. Paulo--249.
Martim Soares Moreno, Capitão-mór do Ceará--70.
» Mestre de Campo--104 e 107.
Martinho de Souza e Albuquerque, Governador do Pará--257.
Mascates do Recife (guerra dos Nobres de Pernambuco contra os) --170, 171 e 173.
Matança de Pernambuco--358: do Pará--361: de Cuyabá--363.
Materia medica e Medicina pratica (Cadeiras de)--293 e 300.
D. Matheus de Abreu Pereira, 4.º Bispo de S. Paulo--269 e 300.
Dr. Matheus da Costa Aborim, 4.º Prelado do Rio de Janeiro--68.
Mathias de Albuquerque, 13.º Governador geral do Brasil--79.
» Chefe do exercito de Pernambuco na guerra dos Hollandezes--83 a 91.
Mathias da Cunha, Governador do Rio de Janeiro--135.
» 30.º Governador geral do Brasil--147.
D. Mathias de Figueiredo e Mello, 3.º Bispo de Pernambuco--148.
Matto-Grosso (descobrimento)--200 e 215.
» Prelazia--211: Capitania--213 e 217.
» Cidade--316: Bispado--345.
Medalhas de distincção (para Montevidéo)--331.
» para a Bahia--340.
» para Pernambuco--338.
Meio soldo aos militares--345.
» (lei concedendo o)--396.
Mem de Sá, 3.º Governador geral do Brasil--de 40 a 47.
Mercenarios do Pará (os Padres) foram expulsos--267 e 268.
Mercês (convento das)--201.
Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens--290.
Mesa da Inspecção da Bahia--216.
Mexico--5, 7, 8 e 9.
D. Miguel, Infante de Portugal--347.
D. Fr. Miguel de Bulhões, 3.º Bispo do Pará--214, 215, 219 e 225.
D. Fr. Miguel Pereira, 6.º Bispo do Brasil--82.
D. Miguel de Portugal, Conde de Vimioso, vendeu Pernambuco--178.
Milicias: reunião dos homens pardos e pretos nos corpos de milicias dos brancos--197.
» Terços e Companhias de--242, 252 e 277.
» Regimentos de--270.
» Extincção das--356.
Minas Geraes (Capitania de)--de 182 a 185 e 227.
Minas de Diamantes--186, 192, 193, 210 e 278.
» de Esmeraldas--152.

Minas de Ferro -- 304 e 316.
» de Ouro -- 150, 152, 186, 190, 202, 210, 244, 257 e 283.
» de Prata -- 58 e 64.
Missões (Juntas das) -- 140, 150, 156, 202, 230 e 307.
» (Povos das) -- 216 e 279.
Monte Pio geral de economia dos Servidores do Estado -- 366.
Monte de Soccorro do Rio de Janeiro -- 374.
Montevidéo : fundação -- 158.
» guerra civil -- 298, 299, 307 e 309.
» União -- 318, 323, 336 e 339.
» Estado independente -- 347.
Montezuma -- 5.
Morro Queimado (Colonia de Nova Friburgo) -- 321.
Museo Real, hoje nacional, do Rio de Janeiro -- 316 e 385.

N

Narcizo da Silva Nepomuceno, Monsenhor -- 381.
Nicoláo Durand de Villegaignon, Vice-Almirante da Bretanha -- 38, 39 e 41.
Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro -- Senador -- 352 e 393.
Nicoláo Zeno -- 10.
Nobrega (Padre Manoel da) -- 35, 37, 43 e 47.
Nonay, Commandante da náo franceza Ville de Marseille -- 400.
Notas do novo Padrão -- 362.
Nova Coimbra (Presidio da) -- 249, 250, e 280.
Nova Friburgo, Colonia Suissa -- 321.

O

Officiaes honorarios do Exercito -- 397.
Olinda (tomada pelos Hollandezes -- 83 e 84.
» (incendio de) -- 86.
» guerra dos Mascates -- 170, 171 e 173.
Orçamento da receita e despeza -- 356.
Ordenança militar -- 396.
Ordens de Cavallaria ou honorificas :
» de Aviz, de Christo, e de Santiago -- 36, 404 e 405.
» da Conceição de Villa Viçosa -- 314 e 318.
» do Cruzeiro do Sul -- 331 e 405.
» de Pedro I -- 344.
» da Rosa -- 349, 404 e 405.
» da Torre e Espada -- 291.
Ordens Religiosas ou Monasticas:
» de S. Agostinho da Palma na Bahia -- 151.
» de S. Bento -- 53, 59 e 61.
» Capuchinhos francezes -- 120, 121 e 138.
» Capuchinhos italianos -- 121, 138, 169 e 181.
» do Carmo calçados -- 56, 57 e 135.

Ordens Religiosas ou Monasticas :
» do Carmo descalços — 126 e 145.
» de S. Francisco ou Santo Antonio — 55, 69, 156 e 242.
» de Jerusalém — 202.
» dos Jesuitas — 35, 37, 43, 46 a 49, 97, 185 e 203.
» dos Mercenarios do Pará — 267 e 268.
Ordens religiosas de mulheres professas :
» da Ajuda no Rio de Janeiro — 135, 160, 209 e 211.
» de Santa Clara do Desterro na Bahia — 127.
» da Lapa na Bahia — 199 e 200.
» das Mercês na Bahia — 201.
» da Soledade na Bahia , ou Ursulinas — 207.
» de Santa Thereza no Rio de Janeiro — 199 e 217.
Ordens Terceiras : do Carmo do Rio de Janeiro — 207, 213 e 264.
» de S. Francisco ou S. Antonio na mesma cidade — 76 e 213.
» de S. Francisco de Paula na mesma cidade — 226.
» dos Pardos livres da Conceição do Hospicio na mesma cidade — 308.
Orphãos de S. Pedro — 206 e 238.
» de S. Joaquim — 238 e 372.
Organisação do Exercito e Armada — 397.
Ourives de ouro e prata no Brasil — 306.
Ouro convertido em chumbo — 191.
Ouro Preto (arraial do) — 155 e 174.

P

Padrão da foz do rio Napo — 194.
» do rio de Vicente Pinzon — 187.
Padrão monetario — 362.
Padroado das ordens militares — 36.
» apresentação dos Beneficios — 49.
Palacio do Rio de Janeiro — 209 e 265.
» dos Governadores do Pará — 234 e 243.
Palenque e Mitla — 8.
Palmares (quilombo ou povoação dos) — 151 e 155.
Pará (conquista do) — 74, 76 e 78.
» Capitania do — 81, 117, 137 e 245.
» Bispado do — 183, 347 e 348.
» Séde do governo do Estado — 223 e 245.
Paracatú do Principe — 210 e 392.
Parahyba do Norte (cidade Filipéa da) — 52 — incendio — 89.
» Capitania separada — 273 e 274.
Parahyba do Sul (donataria e Capitania) — 31, 190, 214 e 221.
Parteiras afogadas no Pará — 265.
Paschoal Moreira Cabral , explorador de Cuyabá — 181.
Passeio publico do Rio de Janeiro — 252.
Patriarcha scismatico de Alexandria — 184.
Patrid (Almirante hollandez Adrião) — 80, 82 e 85.
D. Paula , Princeza do Brasil — 333.
Paulistas e Boabas (guerra entre os) — 163 a 167.

Paulistas exploradores -- 181.
S. Paulo (Collegio de) --- 37, 43, 97 e 118.
» (Capitania de) -- 167 , 206, 213 e 237.
Paulo da Cunha , Capitão de guerrilha --- 97.
Paulo José de Mello Azevedo e Brito, Vice-Presidente da Junta provisoria da Bahia -- 322.
Paulo José da Silva Gama, Governador do Rio Grande do Sul -- 282.
» Governador do Maranhão , e depois Barão de Bagé -- 282.
Paulo Martins Garro, Capitão-mór do Pará --- 129.
Paulo Toscanelli — 15 e 16.
D. Pedro I, Imperador do Brasil -- 327.
D. Pedro II, Imperador do Brasil (nasceu) --- 340.
» subiu ao throno --- 352.
» maioridade -- 378 e 379.
» dotação e coroação --- 381 a 383.
D. Pedro II, Rei de Portugal -- 143 e 162.
D. Pedro III, Rei titular de Portugal --- 266.
D. Pedro IV, Rei de Portugal — 341.
D. Pedro , Principe Regente de Portugal -- 129 e 143.
Pedro de Albuquerque, Commandante do Forte do Rio Formoso-- 86 e 101.
» Governador do Estado do Maranhão -- 101.
D. Pedro de Alcantara , Principe Real do Reino Unido -- 314.
» Principe Regente do Brasil -- 323 a 329.
» Imperador do Brasil -- 327.
» Rei de Portugal debaixo do nome de D. Pedro 4.° -- 341.
» abdica ambas as Corôas, e se retira -- 341 e 352.
» sua morte em Lisboa -- 363 e 364.
Pedro de Alcantara Bellegarde, Coronel de Engenheiros -- 370.
Pedro de Almeida , Governador de Pernambuco -- 135.
D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, Governador de Minas e S. Paulo -- 179, 182 a 185.
Pedro Alvares Cabral , descobridor do Brasil -- 21 e 22.
Pedro Antonio da Gama Freitas, Governador de Santa Catharina -- 249.
D. Pedro Antonio de Noronha , 1.° Marquez de Angeja, 3.° Vice-Rei do Brasil -- 175.
Pedro de Araujo Lima , Regente do Imperio -- 372.
Pedro do Campo Tourinho , donatario de Porto Seguro -- 31.
D. Pedro Carlos , Infante de Hespanha-- 292, 296 e 302.
Pedro Cezar de Menezes , Governador do Estado do Maranhão -- 133.
D. Pedro Cevallos , General Hespanhol -- 233 e 251
Pedro Coelho de Souza , explorador do Brasil -- 65 e 67.
Pedro da Costa Favella, explorador do Rio Negro -- 96.
D. Pedro Fernandes Sardinha , 1.° Bispo do Brasil -- 36 e 39.
Pedro de Goes , donatario da Parahyba do Sul -- 31.
Pedro Gomes , Governador do Rio de Janeiro -- 139.
Pedro Jacques de Magalhães , Almirante -- 114, 117 e 118.
Pedro Labatut, General --328, 331, 332 e 354.
D. Pedro Leitão , 2.° Bispo do Brasil -- 41.

D. Pedro de Mascarenhas, Governador do Rio de Janeiro -- 128.
D. Pedro de Mello, Governador do Estado do Maranhão -- 122 e 124.
» Governador do Rio de Janeiro -- 125.
Pedro Mendes Thomaz, Capitão-mór do Pará -- 163.
Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Presidente da Parahyba --384.
Pedro da Silva, 16.º Governador geral do Estado do Brasil -- 92 e 94.
Pedro da Silva Pedroso, Capitão de artilharia de Pernambuco -- 310.
» Commandante das armas da mesma provincia -- 329 e 333.
D. Pedro da Silva e Sampaio, 7.º Bispo do Brasil -- 89, 90 e 98.
Pedro Teixeira, chefe da expedição do Amasonas -- 74, 94 a 97 e 194.
Pedro de Vasconcellos e Souza, 3.º Conde de Castello melhor, 36.º Governador geral do Brasil -- 174.
Pedro Xavier de Atayde e Mello, Governador de Minas -- 284.
Pena de morte, recurso de graça -- 342.
Penha (Frades da) -- 120, 121 e 169.
Perdões (Recolhimento dos) -- 196.
Periquitos (Batalhão dos) -- 339.
Pernambuco (Porto de) -- 26, 27 e 30.
» Donataria -- 31, 33, 55, 56 e 59.
» guerra dos Hollandezes -- 83 a 119.
» Prelazia e Bispado -- 72 e 136.
» passou á Corôa por devolução -- 119 e 120.
» por compra -- 178.
Pero Lobo -- 28 e 30.
Pero Lopes de Souza, donatario de Santo Amaro e Itamaracá -- de 28 a 31.
Peruanos -- 9.
Peste -- de 143 a 146 e 189.
Piauhy, territorio e exploração -- 132, 175, 177 e 181.
» Capitania -- 228, 245, 249 e 271.
Pimenta da India (plantação da) -- 162.
Pirarára (aldeia de) -- 385 e 386.
Piratininga -- 29, 37, 39 e 42.
Platão -- 4.
Plinio -- 6.
Ponche Verde (combate de) -- 401.
Pontal de Nazareth -- 86 e 89.
Porto Alegre -- 241, 247, 291 e 304.
Porto Seguro (Capitania de) 31, 42, 68 e 230.
Praça do Commercio da Bahia -- 306.
» do Rio de Janeiro -- 321, 323, e 364.
Precedencia militar nos cortejos -- 299.
Prelazia do Rio de Janeiro -- 50 e 136.
» de Pernambuco -- 72 e 136.
» de Goyaz e de Cuyabá -- 210, 211, 255 e 256.
Principado do Brasil -- 110.
Principe Adalberto da Prussia -- 394.
» de Joinville -- 400.

Principe Regente de Portugal, D. João de Bragança, sahiu de Lisboa — 289.
» chegou a Bahia e depois ao Rio de Janeiro — 290.
Prisão dos Jesuitas do Brasil na Bahia — 225 e 231.
» Pará e Maranhão — 229.
» Pernambuco — 223.
» Rio de Janeiro — 228.
Prisão dos Vereadores da Camara da Bahia — 202.
Procissão de Penitencia — 259.
Proclamação do Ouro Preto — 351.
Procurador da Bahia ás Côrtes de Lisboa — 129 e 133.
Promoções militares — 396.
Provedor de Capellas — 278 e 289.
Provedor-mór da Saude da Côrte e Estado do Brasil — 293.
Providencias contra o procedimento dos Bispos — 194.

Q

Quadro do Exercito e Armada — 397.

R

Raphael Pinto Bandeira, Coronel — 255.
Raphael Tobias de Aguiar, Coronel de milicias — 388.
Rassilly (Emilio de) — 71.
Ravardière (Carlos de la Touche, Senhor de la) — 71 a 74.
Raymundo Gomes, rebelde do Maranhão — 373 e 377.
Reclamação da Princeza D. Carlota e do Infante D. Pedro Carlos — 292.
Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria em Pernambuco — 271.
» de Nossa Senhora do Parto no Rio de Janeiro—263 e 264.
» dos Perdões na Bahia — 196.
» de S. Raymundo na mesma cidade — 221 e 222.
Recolhimentos de Olinda, Iguarassú, Afogados, Parahyba e Soledade — 207.
Recrutamento no Brasil — 385.
Recurso de graça ao Imperador — 342.
Reforma da Constituição — 361 e 363.
Regencia provisoria do Imperio — 352.
» Permanente de tres individuos — 352 e 357.
» quatrienal de um só individuo — 366 e 372.
Regimento de artilharia de Pernambuco — 272.
Regimentos em lugar de Terços da tropa — 216 e 270.
Registros officiaes da Camara de Cuyabá — 275.
Reino do Brasil — 306.
Relações do Brasil, ou Tribunaes de segunda instancia:
» da Bahia — 70, 114 e 117.
» Ecclesiastica ou metropolitana — 136, 137 e 159.
» do Rio de Janeiro — 200, 218 e 291.
» do Maranhão — 301.
» de Pernambuco — 321.

Reunião de Goianna em Pernambuco — 324.
» das Cinco Pontas em 1831 — 354.
Revolta do Ceará — 354.
» de Cuyabá — 363.
» do Maranhão — 354, 355, 373 e 377.
» de Minas — 360, 387, 388, 390 e 392.
» do Pará — 359.
» de S. Paulo — 387 a 389.
» de Pernambuco — 358 : do Exú — 392.
» do Rio de Janeiro — 357.
» Contra Salvador Corrêa de Sá — 124.
Revolução de 1817 em Pernambuco — 309 e 317.
» de 1820 em Portugal, que teve origem na cidade do Porto -- 321.
» de 1824 em Pernambuco — 336 e 337.
» de 1835 no Pará — 364 e 365.
» de 1835 no Rio Grande do Sul — 366 a 402.
» de 1837 na Bahia -- 372 e 373.
» de 1839 no Maranhão -- 373 e 377.
Ricardo Franco de Almeida Serra, Engenheiro -- 256 e 280.
Rio Aguarico ou do Ouro -- 110.
Rio Branco (exploração) -- 260. (Forte de S. Joaquim do) -- 219.
Rio Capim -- 271.
Rio Grande do Norte (Capitania sujeita a Pernambuco) -- 62, 88. 105 e 149.
» independente -- 319.
Rio Grande do Sul ou de S. Pedro -- 220 e 232.
» Capitania geral -- 289.
» guerra na mesma Capitania -- 279.
Rio de Janeiro (bahia do) -- 25, 28, 30, 38 e 39.
» Conquista -- 38, 39, 42 a 46.
» Capitania -- 47, 170 a 173.
» Vice-Reinado -- 235.
» Assento da Familia Real -- 290.
Rio Madeira (exploração do) -- 187, 215 e 300.
Rio Negro (exploração do) -- 96, 123 e 241.
» Capitania -- 219, 227 e 248.
» Vigararia geral -- 225.
Rio Pardo (derrota do) -- 373.
Rio da Prata -- 25, 26 e 28.
Rio de Vicente Pinzon -- 187.
Rivadavia, Presidente de Buenos-Ayres -- 344.
Roberto Dias, descendente do Caramurú -- 58.
D. Rodrigo Cezar de Menezes, Governador de S. Paulo -- 186 e 191.
D. Rodrigo da Costa, 33.º Governador geral do Brasil -- 160.
D. Rodrigo José de Menezes e Castro, Governador de Minas -- 254.
» Governador da Bahia -- 258 a 260.
Rodrigo de Miranda Henriques, Governador do Rio de Janeiro--88.
D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares -- 300.
Roma (interrupção das relações com a Côrte de) -- 231.
» (Papeis de) -- 292.

Romualdo Antonio de Seixas, Vigario Capitular, Presidente da Junta provisoria do Pará -- 321 e 333.
D. » 17.º Arcebispo da Bahia -- 342 e 343.
D. Romualdo de Souza Coelho, 8.º Bispo do Pará -- 325.
Roque da Costa Barreto, 27.º Governador geral do Brasil -- 137.
Roussin (Contra-Almirante, Barão) -- 346 e 347.
Ruy Vaz Pinto, Governador do Rio de Janeiro -- 75.
Ruy Vaz de Siqueira, Governador do Estado do Maranhão -- 125.

S

Sabará (descobrimento das minas de) --150.
Sal de Cabo Frio e de Pernambuco -- 229 e 230.
Salitre (minas de Montes-Altos) -- 225.
S. Salvador, metropoli do Brasil -- 35.
S. Salvador de Campos (Baronato) -- 302.
Salvador de Brito Pereira, Governador do Rio de Janeiro — 114.
Salvador Corrêa de Sá -- 46, 51, 62 e 63,
Salvador Corrêa de Sá e Benavides -- Governador do Rio de Janeiro -- 80, 93, 98, 122 a 125.
» Capitão -mór do comboy do Sul -- 104.
» Capitão General de Angola -- 112.
D. Sancho de Faro e Souza, 38º. Governador geral do Brasil — 181.
Sarandy (combate de) -- 339.
Santurnino de Souza e Oliveira, Presidente do Rio Grande do Sul -- 375, 380 e 382.
Scandinavos -- 2, 6 e 9.
D. Sebastião, Infante de Hespanha -- 296.
D. Sebastião, Rei de Portugal -- 40, 46 e 51.
Sebastião Barreto, Marechal -- 366 e 373.
Sebastião de Castro e Caldas, Governador do Rio de Janeiro — 152.
» Governador de Pernambuco —163, 167 a 171.
Sebastião Fernandes Tourinho, explorador de minas — 48.
Sebastião Francisco de Mello Povoas, 1.º Governador das Alagoas— 313.
Sebastião de Lucena e Azevedo, Capitão-mór do Pará — 108.
D. Sebastião Monteiro da Vide, 5.º Arcebispo da Bahia — 159 e 181.
Sebastião Pereira de Aguilar, filho da Bahia -- 165.
Sebastião Pinto de Araujo Corrêa, Marechal -- 308.
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, Governador do Rio Grande do Sul -- 254, 255, 273 e 279
Sêcca em Pernambuco -- 261.
Sedição militar na Bahia -- 332, 338, 339 e 353.
» no Pará -- 333 e 355.
» em Pernambuco -- 329 e 353.
» no Rio de Janeiro — 346, 351 e 353.
Selecto hortario brasilense — 244.
Seminario Archiepiscopal da Bahia — 305.
» Episcopal de S. José do Rio de Janeiro — 189 e 205.

Seminario Episcopal de Pernambuco --- 271.
» do Pará — 214.
» dos Orphãos de S. Joaquim do Rio de Janeiro — 238 e 372.
» de S. Pedro na mesma cidade — 206 e 238.
Senado da Camara do Rio de Janeiro — 326.
Senadores do Imperio (tratamento de Excellencia aos) 384 e 385.
» (Uniforme dos) — 385.
Sequestro dos bens dos Pernambucanos --- 312.
» em Minas e S. Paulo -- 392.
Sergipe d'El-Rei — 57, 99 e 325.
Serinhaem (villa de) — 82.
Serro do Frio (chuva de pedra no) --- 405.
» (Diamantes do) — 186, 192 e 193.
Sigismundo Van Scop, General hollandez — de 88 a 93, de 107 a 118.
Siza dos bens ecclesiasticos — 277.
Sociedade auxiliadora da industria nacional — 345 e 374.
» de Colonisação do Rio de Janeiro — 367.
» militar do Rio de Janeiro-- 361 e 362.
» Philo-harmonica do Rio de Janeiro --- 367.
» Real dos Antiquarios do Norte — 2, 9 e 11.
Soldos do Exercito e Armada — 396 e 397.
Soledade (Palacio Episcopal de Pernambuco) — 207 e 223.
» Convento de freiras na Bahia — 207 e 208,
» Recolhimento de Pernambuco — 207.
Sublevação da tropa na Bahia — 147 e 184.
Subsidio litterario --- 245.
Supremo Tribunal de Justiça — 348.
Suspensão de garantias em Pernambuco — 348.
» no Municipio da Côrte — 391.
Synodo Diocesano — 159.

T

Taboeas (batalha de) — 104.
Tacutu , rio — 386.
Taquarembó (batalha de) -- 319.
Taquary, combate do passo de — 380.
Tebyreçá (Martim Affonso) chefe dos Guayanazes— 43.
Temporalidades dos Conventos --- 25.
Terremoto de Lisboa --- 225.
Theatro de S. João da Bahia -- 286.
» de S. João, e depois S. Pedro de Alcantara no Rio de Janeiro -- 304 e 336.
» nacional de Pernambuco -- de 406 a 408.
Theodoro Beaurepaire, Chefe de Divisão -- 398
D. Theodozio, Principe do Brasil --- 110.
Theophilo Benedicto Ottony --- 391.
D. Thereza Christina Maria de Bourbon, 3.ª Imperatriz do Brasil --- 393, 398 e 399.
Thesouro Publico nacional (Tribunal do) --- 356.

Thomaz Cavendish , Corsario inglez -- 58 e 59.
D. Thomaz da Encarnação Costa e Lima, 10.º Bispo de Pernambuco --- 248.
D. Thomaz José de Mello , Governador de Pernambuco --- 260, 261 e 271.
D. Thomaz de Noronha, 15.º Bispo de Pernambuco --- 334 e 403.
Thomé Corrêa de Alvarenga, Governador do Rio de Janeiro --- 122 e 123.
Thomé de Souza , 1.º Governador geral do Estado do Brasil --- 34, 35 e 37.
Tihauanacu --- 7.
D. Fr. Timotheo do Sacramento, 2.º Bispo do Maranhão -- 154.
Tiradentes , Joaquim José da Silva Xavier -- 162 e 163.
Tiro de pistola em Luiz do Rego, Governador de Pernambuco --- 312.
Tiros da Praça do Commercio no Rio de Janeiro --- 323.
Tocantins (expedição pelo rio) --- 244.
Tratado de Tordesillas — 18.
» de Fontainebleau --- 29.
» de paz com a Hollanda --- 123.
» com a Hespanha , e paz da independencia --- 129.
» provisional de 4 de Março de 1700 entre Portugal e a França --- 157.
» de 18 de Junho de 1701 entre Portugal e a Hespanha --- 158
» de 16 de Maio de 1703 sobre a Banda Oriental do Rio da Prata --- 158.
» de Utrecht (de 11 de Abril de 1713) entre Portugal e a França --- 174.
» de Utrecht (de 6 de Fevereiro de 1715) entre Portugal e
« a Hespanha--- 177.
» de 13 de Janeiro de 1750 entre a Hespanha e Portugal sobre limites — 216, 219 e 221.
» de 12 de Fevereiro de 1761 annulando o de 1750 sobre limites do Brasil --- 229.
» de S. Idelfonso do 1.º de Outubro de 1777 -- 251.
» do Pardo de 11 de Março de 1778, restituindo a Ilha de Santa Catharina --- 251.
» de Commercio e navegação de 19 de Fevereiro de 1810 entre Portugal e a Inglaterra --- 295.
» de 28 de Agosto de 1817 entre França e Portugal sobre a devolução de Cayenna --- 313 e 317.
» e Convenção de 29 de Agosto de 1825 entre o Brasil e Portugal -- 340.
» de Commercio de 10 de Novembro de 1827 entre o Brasil e a Inglaterra --- 345.
» de 28 de Agosto de 1828 entre o Brasil e Buenos-Ayres concluindo a guerra -- 347.
Tremor de terra na Bahia -- 187 e 240.
Tristão da Cunha, reconhece e costèa a terra de Pernambuco -- 24.
Tristão da Cunha Menezes, Governador de Goyaz --- 256 e 257.
Tulhas , Celleiro publico da Bahia --- 258.
Typographia -- 220 : Quebramento das do Rio de Janeiro --- 362,

U

Uniformes do Exercito -- 396.
» dos Senadores e Deputados -- 385.
Uteis (Regimento de milicias da Bahia) -- 248.
Uxumbergas -- bexigas -- 126.

V

Vaccina -- 281, 285 e 299.
Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa, 4.º Vice-Rei do Estado do Brasil -- 184 e 197.
Vasco Fernandes Coutinho, Donatario do Espirito Santo -- 31.
Vasco da Gama, descobridor da India -- 18 e 20.
D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Obidos, 2.º Vice-Rei do Estado do Brasil -- 125
Padre Venancio Henrique de Rezende, Deputado -- 361.
Vencimentos militares -- 397.
Viagem do Imperador D. Pedro I a Minas -- 326, 350 e 351.
» a S. Paulo -- 327.
» a Bahia -- 341.
» ao Rio Grande do Sul -- 341.
» retira-se para a Europa -- 352.
Vice-Reinado do Brasil : estabelecido na Bahia -- 96 e 231.
» estabelecido no Rio de Janeiro -- 234, 235 e 288.
S. Vicente, Capitania e Donataria -- 31, 42 e 58.
» Collegio dos Jesuitas -- 35 e 37.
» incorporada na Corôa -- 266.
Padre Vicente Alexandre de Tovar, Prelado de Goyaz -- 281.
D. Fr. Vicente do Espirito Santo, 2.º Prelado de Goyaz -- 256.
Vicente Ferreira Pires, Enviado a Dahomé -- 269.
Vicente da Silva, Governador da Colonia do Sacramento -- 233.
D. Fr. Vicente da Soledade, 15.º Arcebispo da Bahia -- 315.
Vicente Yanes Pinzon, piloto castelhano -- 22.
Victor Hugues, Governador de Cayenna -- 293.
Villa Bella de Matto-Grosso -- 217.
Villa Boa de Goyaz -- 190.
Villa Rica em Minas Geraes -- 174.
Villegaignon (Nicoláo Durand de) Vice-Almirante da Bretanha -- 38, 39 e 41.
Vinlandia, paiz da America -- 2, 3 e 9.
Visconde da Asseca -- 221.
» de Barbacena -- 261 a 263.
» de Camamú (assassinato do) -- 350.
» de Goyanna, Presidente do Pará -- 355 e 356.
» de Mesquitella -- 222.
» de Olinda -- 400.
Volta d'El-Rei D. João VI, e da Familia Real para Portugal -- 323
Voluntarios d'El-Rei (Divisão dos) -- 307, 323 e 335.
Voto de graças -- Procissão na Bahia -- 185.

FIM DO INDICE DA SYNOPSIS.

CATALOGO

DAS

OBRAS, DE QUE ME SERVI PARA ESTA COMPILLAÇÃO. (*)

B. P. de Berredo -- An. do Maranhão.
S. de Vasconcellos -- Chron. da Comp. de Jesus.
Franc. de Brito Freire -- Nov. Lusit.
Fr. A. de S. Maria Jaboatão -- Chron. de S. Ant. do Brasil.
Fr. Gasp. da Madre de Deos -- Memorias, &c -- Noticia, &c.
Fr. Raphael de Jesus -- Castrioto Lusit.
Fr. Manoel Calado -- Val. Lucideno.
Seb. da Rocha Pita -- Amer. Port.
Ayres de Cazal -- Corog. Bras.
Rob. Southey -- Hist. do Bras.
Hypolito J. da Costa P. F. de M. -- Correio Brasiliense.
Gasp. Barlæi -- Rerum in Brasilia, &c.
Visconde de Cayrú -- Hist. dos princ. successos polit., &c.
Armitage -- Hist. do Bras.
Beauchamp -- Hist. do Bras. e sua continuação até 1822, impressa em Lisboa, &c.
Collecção de Not. para a Hist. e Geog. das Nações ultr., &c., publicada pela Acad. R. das Sc.
Robertson -- Hist. da Amer.
Compendio das Eras do Pará pelo Sr. Baena.
Monsenhor Pizarro -- Memorias hist., &c.
Revista do Instituto hist. geog. bras.
O Patriota -- Jornal litterario publicado no Rio de Janeiro.
Indice Chron. do Emm. Cardeal D. Fr. Franc. de S. Luiz.
Diario da navegação de Pero Lopes de Souza.
Hist. Eccles. de Pernambuco por F. S. Mariz.
Memorias hist da Bahia pelo Sr. Accioli.
An. do Rio de Janeiro pelo Cons. Balth. da S, Lisboa.
Manual das datas por Chantal.
Mem. para servir a hist. do Reino do Bras. -- pelo P. Luiz Gonç. dos Santos.
Visc. de S. Leopoldo -- An. do Rio Grande do Sul, &c. -- Mem sobre limites, &c.
Hist. da Rev. de 1817 pelo P. Muniz Tavares.
Ferd. Denis -- Res. da Hist. do Bras., &c. -- o Brasil.
Bellegarde -- Res. da Hist. do Bras.

Além de muitos outros autores, de que faço especial menção no corpo d'esta Obra.

Varios e importantes MSS. que existem em meu poder, ou pertencem á diversas pessoas, que m'os confiaram, como Memorias, Informações, Registros Officiaes, Extractos, Collecções de antigos documentos, &c., &c.

O Exm. Conselheiro Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja, e o Sr. Dr. Diogo Soares da Silva Bivar me forneceram a maior parte das datas da legislação organica do paiz, seus livros e MSS. O Sr. Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia franqueou-me a sua importante collecção de Obras escolhidas sobre o Brasil, e o Exm. Senador José Saturnino da Costa Pereira todos os seus MSS., além de muitas noticias á cerca de Cuyabá e Matto-Grosso.

(*) Este Catalogo he feito quasi de memoria, porque não tenho presentes muitas destas obras, e por isso talvez faltem outras, de que me não recordo.

Algumas outras pessoas, porém poucas, me deram noticias e documentos, e entre as que se prestaram ao meu pedido merece especial menção o Sr. Commendador Herculano Ferreira Penna sobre os Bispos de Marianna. Sem embargo, mais de 50 Cartas minhas á diversas pessoas habilitadas, pedindo uma noticia ou uma data, ficaram sem resposta. Uma alta personagem negou-me cara á cara a data de um titulo que ella mesma me havia dito ter sido feito debaixo de sua auctoridade, e outra negou-me a copia de um documento publico, já impresso em outro tempo, mas que se tinha perdido. Passei muitos dias na ante-sala de uma Secretaria d'Estado sem poder obter a data de um Tratado ou Convenção ácêrca dos nossos limites pelo Sul. No Archivo Publico nada pude conseguir, porque alli me disseram, que nada havia, apezar dos esforços do Director, e das repetidas reclamações ás Secretarias d'Estado em virtude da lei ou Decreto de sua creação.

Tomei a deliberação de formar este Catalogo porque me vi obrigado a supprimir na impressão todas as citações, que eu tinha posto no original. As notas marginaes careciam de typos proprios que os não havia, e abaixo da pagina duplicariam a composição; assim he que tive de supprimir não só as citações como muitas notas, deixando tão sómente as que reputei essenciaes para intelligencia do texto. E não se admire alguem disto, porque de muitos factos seria preciso fazer cinco e seis citações, e nesse caso vêr-me-hia forçado a dividir a Obra em dois volumes, o que augmentaria sobremaneira a despeza; e quem souber que ella sai do prelo custando mais de quatro contos de réis, avaliará a razão porque evitei as citações. Além de que he cousa quasi desnecessaria, porque ninguem consulta semelhantes notas, e apenas passa por um trabalho de luxo, tanto que nas impressões modernas de Obras antigas vêm já supprimidas as citações como nas Viagens do Joven Anacharsis de Barthelemy, &c.

Tambem devo fazer uma *Errata*, porque as incorrecções que se notam, são de tão pouca monta, que o leitor não póde deixar de corregil-as, como por ex. — á pag. 272, lin. 1.ª lê-se: 1898 devendo ser 1798, porque nem existe aquella éra; — á pag. 283, lê-se: D. Francisco de Assis Mascarenhas, 3.º Conde de Palma, devendo ser 1.º Conde de Palma, como se acha nas pags. 305 e 314. E assim algumas outras incorrecções quasi imperceptiveis, que a attenção dos leitores corrigirá sem necessidade do formulario de uma *Errata* para duas ou tres pequenas faltas como estas.

Um trabalho desta ordem, em que empreguei o meu tempo e o meu dinheiro, um trabalho, em que, além do tempo consumido, tive que passar por dissabores, por negativas, e até mesmo por humilhações, porque eu pedia muitas vezes uma data, uma noticia qualquer, com a mesma solicitude, com as mesmas plegarias com que se pede uma esmola: um trabalho desta ordem, repito, não póde ser bem apreciado senão por quem passa pela mesma fieira; e todavia dar-me-hei por bem pago se não tiver a sorte do meu Compendio da Historia do Brasil debaixo da terrivel fouce do Instituto historico. Finalmente ao *Destino*, ao tremendo *Destino* entrego a minha Obra, como se entrega o nauta ousado ás procelosas vagas do Oceano. A ti, inexoravel DESTINO, consagro o meu trabalho: sê-lhe propicio.

FIM.